O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º

1917

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

O INSTITUTO

VOLUME 64.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º

1917

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida. — Prof. Álvaro José da Silva Basto. — Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor. — Prof. Paulo Merêa. — D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número de 64 páginas ou mais. Doze números formam um volume, com o seu frontispício. índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem por menos de um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura .... 2$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos sessenta e três volumes, que formam a colecção completa do INSTITUTO, estão quási esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a colecção. Aqueles porêm de que existem em depósito muitos exemplares vendem-se pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um, até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

Colecção completa :..... 96$000 réis.

ÍNDICE

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME 64.º

Boletim do Instituto — Pág. 1, 65, 339.
Conferências do Instituto de Coimbra — 5.
Congresso da Associação Espanhola para o progresso das sciências, realizado em Sevilha de 6 a 11 de maio de 1917 — 275.

ALFREDO DA CUNHA:
«Famosa gente» — Aos nossos soldados em guerra — 547.

ANTONIO AUGUSTO MENDES CORREIA:
Antropologia da Beira Alta — 298.

ANTONIO DE VASCONCELOS (Dr.):
Reinos neo-góticos da península hispánica — 51.

CARLOS DE PASSOS:
Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII — 69.

COSTA LOBO (Dr.):
Explicação física da atracção universal — 611.

EDGAR PRESTAGE:
Correspondência do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668–1678) — 387, 471, 558, 645.

EDMUNDO ARMÉNIO CORREIA LOPES:
Uma circunstância modificadora das proposições da curva ultra-semicircular em arquitectura — 354.

FERNANDES COSTA:
«História da Literatura Clássica» (Carta) — 499.

FIDELINO DE FIGUEIREDO:
As tendências actuais da literatura espanhola — 157.
Do critério de nacionalidade das literaturas — 341.

FORTUNATO DE ALMEIDA:
O Colégio de S. Bento em Coimbra — 17,
O Marquês de Pombal em Coimbra — 227.

FRANCISCO MANUEL ALVES (P.e):
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança — 45, 138, 199, 263, 410, 463, 533, 580, 632.

FREDERICO OOM:
O eclipse total do sol em 29 de maio de 1919, visível na Ilha do Príncipe — 97.

GUSTAVO RAMOS:
O Fausto de Goethe — 57, 99, 151, 187, 240, 368, 415, 485, 508, 601, 628.

JOS: MARTIN:
Quelques considérations sur la trisection de l'angle — 94.

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO:
Néper e a teoria dos logaritmos — 548.

MANUEL MARIA SANCHEZ NAVARRO S. J.:
Bl terremoto y los edificios. El sismógrafo — 435, 515.

MANUEL PAULO MERÊA:
A guerra justa segundo Alvaro Pais — 351.

PAULO DE BARROS:
Castelo de Leiria — Consolidação das ruinas do afamado monumento medieval — 177.

PROMPT (Dr.), de Turin:
Sur la duplication du cube et les oracles de la Pythie — 614.

RODOLFO GUIMARÃES:
Propriedades dos polígonos semi-regulares — 232.

SOUSA VITERBO:
Artífices portugueses ou domiciliados em Portugal — 110.
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas — 113, 195, 251, 380, 405, 494, 541, 575, 654.

THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA (D.):
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal — 21, 164, 211, 358, 423, 453, 589.

VICTORIANO F. ASCARZA:
La trasmisibilidad atmosférica para la radiación solar — 122.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

VOLUME 64.º
N.º 1

1917
Janeiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 1
Conferências do Instituto de Coimbra 5
O Colégio de S. Bento de Coimbra, por FORTUNATO DE ALMEIDA 17
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA 21
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 45
Reinos neo-góticos da península hispánica, pelo DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS 51
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 57

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 10 DE DEZEMBRO DE 1916

Aos 10 de dezembro de 1916 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lobo, e estando presente o primeiro secretário Prof. Carneiro Pacheco.

O sr. Presidente disse que em primeiro lugar tinha a desempenhar-se do piedoso dever de referir-se às irreparáveis perdas sofridas por esta Sociedade, acrescentando que, infelizmente, muitas tinham sido de sócios nacionais e estrangeiros.

Dêstes havia a lamentar o desaparecimento de dois vultos, da mais alta consideração, da nação vizinha: D. José Echegaray e D. Victor Maria Concas.

Nos termos mais levantados fez o elogio dêstes ilustres sábios.

Era D. José Echegaray um homem assombroso pelas suas multiplas aptidões, e pela maneira como em todas se distinguia. Engenheiro, professor, político, tribuno, economista, e até notável publicista e dramaturgo, sucedeu a Moret na presidência da Associacion Española para el Progreso de las sciencias.

D. José Echegaray ainda presidiu ao congresso de Madrid de junho de 1913. E êle Presidente nessa ocasião teve a fortuna de pessoalmente lhe apreciar as distintas qualidades de homem de sciência e a extrema bondade do seu trato, tendo ao mesmo tempo a satisfação de lhe ver manifestar grande desejo de vir assistir em Coimbra ao congresso, de que já então se ocupava e que encontrava o maior aplauso e incentivo em D. José Echegaray, como já encontrára em D. Segismundo Moret, e mais tarde, e pela fórma mais entusiástica, nos foi assegurado por D. José Carracido, nosso ilustre consócio, grande amigo de Portugal, ha pouco elevado à alta dignidade de Reitor da Universidade de Madrid.

Referindo-se a D. Victor Maria Concas, com quem teve a honra de manter íntimas relações, antigo ministro de Estado, Senador vitalício, e vice-almirante, diz que era uma das figuras mais notáveis e mais queridas da marinha espanhola, e ao mesmo tempo um profundo homem de sciência.

De uma afabilidade encantadora, era um dos sábios que nos tinha prometido a sua visita para muito breve, e lamentando que já não possa realizar-se, lembra com grande saudade a sua boa amisade, e a sábia conferência que sôbre a marinha hespanhola lhe ouviu em Granada, na qual acentuou profundos conhecimentos, acrisolado patriotismo e superior critério.

Acrescentou que o admirável discurso inaugural do curso académico do Ateneu de Madrid, há pouco pronunciado pelo nosso ilustre consócio D. Rafael de Labra, é dedicado à memória dêstes dois homens notáveis, e ainda à de D. Alfredo Vícenti. Ali se encontra primorosamente burilado o merecido elogio destas duas poderosas individualidades.

Entre nós tiveramos ainda havia poucos dias a perda do nosso distinto consócio, o Conselheiro Francisco da Veiga Beirão. Professor e advogado notabilissimo, foi ao mesmo tempo um estadista de grande valor, de que a memória nunca poderá apagar-se, gravada como ficou com a publicação do Código Comercial.

Dispensando-o de mais larga comemoração, bem podia o Instituto fazer sua a homenagem prestada ao ilustre morto por D. José Maluquer, ilustre consócio, que teve a gentileza de remetê-la à nossa Sociedade.

Em seguida referiu-se com palavras de grande elogio e sentimento aos sócios falecidos, Eduardo Sequeira, Joaquim de Mariz, Carlos de Mesquita, Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, Joaquim Urbano da Costa Ribeiro, José de Melo Matos, José Manuel da Costa Basto, José António Vieira Marques.

O Sr. Dr. Júlio Henriques fez o elogio do dr. Joaquim de Mariz, e o Sr. Dr. Eugénio de Castro, o do Dr. Carlos de Mesquita. Foi resolvido a sua publicação na revista do Instituto, bem como a do elogio do Dr. Veiga Beirão, feito pelo Sr. D. José Maluquer.

Registaram-se com vivo reconhecimento a oferta de valiosos trabalhos nacionais e extrangeiros, e, no expediente, algumas afirmações de muito penhorante aprêço.

O sr. Presidente referiu-se, com satisfação da assembleia, ao justificado êxito que teve a conferência do ilustre sócio

do Instituto, Sr. Conde de Penha Garcia, resolvendo-se afirmar a Sua Ex.ª a profunda gratidão do Instituto e o desejo de que em breve volte a prestar-lhe a sua valiosa colaboração, e agradecer ao sr. Reitor da Universidade a amabilidade com que franqueou a nobre Sala dos Capêlos da Universidade, para a realização desta conferência.

Procedeu-se à leitura dos processos preparados para a eleição de sócios.

O Prof. Carneiro Pacheco, desempenhando-se do encargo que em sessão de direcção lhe tinha sido cometido, relatou largamente a proposta da eleição dos srs. drs. Rui Barbosa e Clovis Bevilaqua, para sócios honorários do Instituto, pondo em relêvo os elevados méritos dêstes dois ilustres brazileiros: Bevilaqua, distinto Professor da Faculdade de Direito do Recife, autor do projecto do Código Civil Brazileiro, que logrou ser convertido em lei do Brazil, e que entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1917; Rui Barbosa, eminente jurisconsulto, político e jornalista, ao qual deve o mesmo Código uma larguissima contribuição principalmente sob o ponto de vista literário.

Em seguida foram eleitos por unanimidade:

SÓCIOS HONORÁRIOS

Ex.mos Srs. Drs. Rui Barbosa e Clovis Bevilaqua, jurisconsultos brazileiros.

SÓCIO CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO

Ex.mo Sr. D. Antonio Lopez Muñoz, jurisconsulto espanhol e ministro de Espanha em Portugal.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Ex.mos Srs. Dr. Alberto de Oliveira, literato, consul geral no Brazil.

Pedro José da Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa.

Dr. Manuel António Moreira Júnior, Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, antigo ministro.

Joaquim Leitão, literato.

D. Tomás de Melo Breyner, clínico, publicista.

Dr. José Maria de Queirós Veloso, director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

*

Dr. Sebastião da Costa Santos, director dos hospitais civis de Lisboa, publicista.

SÓCIOS EFECTIVOS

Dr. José Simões Neves; Dr. João da Providência Sousa Costa; Dr. Joaquim de Carvalho; Dr. Ferrand Pimentel de Almeida, assistentes da Faculdade de Letras; D. José Manoel de Noronha, literato, publicista.

O Sr. Presidente congratulou-se com estas eleições, certo da notável importância que para o Instituto resultará do valor e coadjuvação dos novos sócios, e referiu-se em especial ao alto valor scientífico e político do Sr. D. António Lopez de Muñoz.

Foi resolvido que o Sr. Dr. José Alberto dos Reis ocupe o lugar de 1.º redactor da Comissão de Redacção do Instituto, vago por se ter ausentado para Lisboa o Sr. Dr. José Lobo de Ávila Lima, e que o sr. D. José Manoel de Noronha ocupe o lugar de Secretário da mesma Comissão.

Fôram apresentadas as seguintes comunicações:

Do Prof. António Garcia Ribeiro de Vasconcélos — *Reinos neo-góticos de Espanha — Tabela cronológica dos seus monarcas.*

Do Dr. Fortunato de Almeida — *O Colégio de S. Bento em Coimbra.*

Do Dr. Carlos Passos — *Navegação portuguêsa dos séculos XVI e XVII: Naufrágios inéditos.*

Do Dr. Manuel de Sampaio e Melo — *Registo civil na Zambezia.*

Do Prof. Costa Lobo — *Scintilação dos astros — Correcção das observações das coordenadas astronómicas atendendo aos erros instrumentais de posição.*

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Carneiro Pacheco, 1.º secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) Costa Lobo.
Carneiro Pacheco.

CONFERÊNCIAS
DO INSTITUTO DE COIMBRA

No dia 29 de novembro último teve lugar a inauguração das conferências que o Instituto tenciona realizar no presente ano.

Foi coroada com os mais entusiásticos aplausos a que naquele dia foi feita pelo ilustre sócio do Instituto, Sr. Conde de Penha Garcia, que para êste fim veiu expressamente a esta cidade, na Sala dos Capêlos, amavelmente cedida pelo Ex.mo Sr. Reitor da Universidade, Sr. Dr. Norton de Matos, que se dignou presidir.

A vasta Sala estava literalmente cheia, contando-se na assistência, alêm dos elementos académicos, largamente representadas todas as corporações.

A abertura da sessão foi precedida por um rápido discurso proferido pelo Presidente do Instituto Sr. Dr. Costa Lobo, o qual vai em seguida publicado, e que foi muito aplaudido.

A sessão foi encerrada pelo Sr. Reitor da Universidade, o qual, com grande entusiasmo, felicitou o orador pela sua brilhante conferência, manifestando-lhe o grande prazer que sentia por se encontrar neste momento dirigindo a Universidade de Coimbra, à qual teceu rasgados elogios, e o desejo de que o ilustre conferente em breve voltasse a honrar-nos com a sua palavra. Sua Ex.ª foi vivamente aplaudido.

O Sr. Conde de Penha Garcia foi alvo das maiores provas de consideração por parte de todos os elementos académicos. A direcção do Instituto ofereceu-lhe um *lunch,* para o qual foi convidado o Sr. Reitor da Universidade.

Sua Ex.ª ao retirar acentuou a muita satisfação que sentia com os grandes progressos que via realizados na Universidade de Coimbra, e afirmou que continuaria a acompanhar os seus trabalhos com a maior interesse, pronto sempre a pugnar pelo seu prestígio em qualquer país onde se encontrasse.

A conferência do Sr. Conde de Penha Garcia, a qual versou sôbre *a situação económica depois da guerra,* será publicada num dos próximos números.

DISCURSO PRONUNCIADO
PELO PRESIDENTE DO INSTITUTO Dr. COSTA LOBO

Ex.mo Sr. Reitor da Universidade:
Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

Nesta grandiosa Sala, decerto a primeira em que o labôr scientífico tem sido em Portugal objecto das mais brilhantes consagrações, de que a recordação imperescível é conservada com a maior saudade, temos neste momento a grande satisfação de ver junto de nós o Ex.mo Sr. Conde de Penha Garcia, Filho Querido desta Universidade, e nosso ilustre consócio no Instituto.

Vai dar-nos S. Ex.ª a honra de inaugurar as Conferências com que o Instituto de Coimbra, orgulhoso com as suas tradições de uma vida já bastante longa, mais de 60 anos, por vezes aureolada com fulgurantes manifestações, quer afirmar a sua vitalidade, — contribuir para o engrandecimento dêste secular estabelecimento scientífico, que é a Universidade de Coimbra, o qual, zeloso do seu valor passado, neste momento está tomando um extraordinário incremento, procurando adaptar-se aos mais modernos processos scientíficos, e valorisar o seu trabalho pelo mais útil aproveitamento das suas multíplas fôrças, estabelecimento em que as raizes do Instituto bebem a seiva que lhe permite ostentar formosos e robustos ramos que se espalham pelos mais cultos países, — contribuir também para o prestígio da nossa Querida Pátria, organização que foi sólidamente firmada pela acção inérgica e inteligente dos seus Reis, sempre ligados ao seu Povo com intensa e mútua dedicação, como notavelmente se observa sempre que uma dinastia se fundou.

Com D. Afonso Henriques — glorioso fundador da nação portuguesa, — o nosso primeiro português, que talvez por tão grande ser mais esquecido é.

Com D. João I — ídolo do povo português — o qual levan-

tou Portugal às mais elevadas aspirações, fornecendo-lhe ao mesmo tempo forte base para os mais gloriosos empreendimentos.

Com D. João IV — tão pouco conhecido — que no momento em que já nos encontravamos num fundo abismo, tudo sacrificou para garantir a Portugal uma vida autónoma e próspera.

Há um ano, nesta mesma Sala, tivemos a demonstração da consideração que a nossa Sociedade merece com a visita de dois ilustres homens de sciência da nação irmã, os quais generosamente vieram oferecer-nos o fruto dos seus trabalhos, e testemunhar-nos o afectuoso carinho que nos dedica o povo espanhol, carinho que o nosso retribue com o mais acrisolado afecto, como nesta formosa região todos os elementos sociais se esforçaram por patentiar.

A imprensa dos dois países refletiu os mais cordiais sentimentos, e o Instituto de Coimbra honrou-se, e regosijou-se, por ter contribuído para o estreitamento das relações scientíficas das nações irmãs, seguramente a mais sólida base em que poderão assentar perduráveis e vantajosas relações gerais.

Fômos honrados por afectuosas e distintas manifestações de aprêço dos mais prestigiosos vultos, tanto na sciência, como na literatura e na política, da nação espanhola.

Os sábios académicos D. José Maluquer e D. Eduardo de Baquero, que então nos deram a honra da sua visita, não teem cessado um instante de afirmar-nos a sua amizade. Além de outras muitas provas dignas do nosso reconhecimento, devemos a D. José Maluquer uma conferência que nos dedicou, cheia das mais amáveis referências, a qual, pronunciada na Real Academia de Jurisprudência de Madrid, foi alvo de uma vibrante ovação.

A perturbação causada pela horrorosa guerra que sôbre a Europa lançou a sua garra de desvastação e morte, como se a natureza se sentisse assustada e arrependida de tanto progresso realizado, tem sido motivo de não termos voltado a ter outra vez, entre nós, aqueles Queridos Amigos, acompanhados de outras notáveis personalidades, que nos teem prometido vir com a sua presença cimentar e valorisar as relações estabelecidas.

Mas já que, infelizmente, ainda se não descobrem sinais de bonança no meio de tão medonho temporal, e aos maiores sofrimentos os organismos se habituam, posso anunciar para breve aquela desejada visita, que será realçada pela

companhia do ilustre representante da nobre nação espanhola, como ainda há pouco se dignou afirmar-me o sábio escritor e político, que é o Ex.mo Sr. D. Antonio Lopes Muñoz.

E, no emtanto, vai correndo o tempo que nos aproxima da época em que esta Universidade, Coimbra, e todo o país, terão de festejar uma larga representação dos meios scientíficos de Espanha, que em todos os campos está afirmando o seu progresso, e que em Valladolid, com entusiástica aclamação, resolveram concorrer ao Congresso que deverá aqui efectuar-se, promovido pela Associação portuguesa para o progresso das sciências, a qual dentro em breve deve estar organizada, tendo para seu presidente um dos mais notáveis filhos desta Universidade, um dos mais distintos sábios da Europa, e também um dos homens que a esta Universidade e a Coimbra, mais quer, e mais provas de entranhado afecto lhe dá — Gomes Teixeira.

Os mais rudimentares preceitos de delicadeza para com o nosso sábio conferente, e para com êste ilustrado público, que decerto está ancioso por escutá-lo; o meu próprio e intenso desejo de lhe ouvir a palavra, sempre admirada, e os conceitos sempre precisos e elevados, já há muito me impunham silêncio.

Mas tendo francamente manifestado a grande simpatia que me merece a nação espanhola, onde tenho encontrado extremos de carinho, e considerando de recíproca e grande vantagem o desinvolvimento de intensas e cordiais relações entre os dois póvos da península, póvos a que a civilização mundial deve os mais assinalados serviços, póvos que na sua história contam os mais épicos feitos; num momento em que a mais formidável convulsão de que há memória, agita a humanidade, e em que as descobertas do génio humano, destinadas a confortar e elevar, são febrilmente aproveitadas e aperfeiçoadas para ferir e destruir, eu não posso deixar de afirmar também a mais absoluta e incondicional solariedade com a nação inglêsa, com a qual Portugal tem mantido desde a sua fundação uma inquebrantável aliança, e que, neste momento, mais uma vez nos assombra com a sua serenidade, com a sua grandeza, com os seus inexgotáveis recursos.

Decerto os reis de Portugal adoptando firmemente esta política, manifestaram uma clara visão dos interesses da sua pátria. Tal facto é a prova indiscutível de que razões naturais impõem esta orientação.

Compreende-se, e não deve indispôr-nos, o desejo que a Espanha tenha tido da hegemonia ibérica; não com intuitos

de conquista, que podia significar expoliação, mas pelo interesse natural de robustecer a sua fôrça.

É natural que a região portuguêsa, animada por uma alma autónoma e heroica, tenha porfiado pela sua independência, e que na alma inglêsa, que as águas do mar unem à sua, tenha encontrado simpatia e apoio.

Não pode admitir-se que um organismo são, deixe de velar constantemente pela sua conservação. Mas decerto Portugal prestará mais um assinalado serviço à humanidade e à civilização se conseguir valorizar se com o estreitamento das suas relações com Espanha, continuando sempre a conservar, efectiva e leal, a sua aliança com a Inglaterra.

E devendo esperar-se que todas as nações da América do Sul, que à Espanha e Portugal devem a existência, onde são faladas as mesmas línguas e palpitam as almas dêstes dois povos, com êles constituam um robusto organismo mundial, terá a civilização o mais forte penhor de progresso na velha aliança anglo-portuguêsa. Assim poderemos esperar que Portugal, a quem se deve terem sido trazidas ao convívio mundial tão extensas e desconhecidas regiões, sirva também de elo entre as vastas regiões ocupadas pela raça inglêsa e pela raça latina.

E, para maior satisfação nossa, veremos estreitamente ligada neste importante agrupamento das mais belas fôrças da civilização, a nação francêsa, que tanto palpita no nosso coração e na nossa inteligência, que tão querida é dos portugueses, e onde eu conto homens ilustres a quem, com o maior prazer o digo, devo o mais profundo e dedicado reconhecimento.

Vai o ilustre conferente dar-nos luminosos esclarecimentos sôbre a situação com que devemos contar quando enfim termine a luta sangrenta que está sendo ferida. — Praza a Deus que em breve haja ocasião de aproveitarmos o seu ensinamento. Praza a Deus que em breve a vitória corôe os esfôrços e sacrifícios realizados pelas nações aliadas. Praza a Deus que o exército português, se as circunstâncias exigirem o seu concurso, volte à pátria coberto de honra e glória.

Nisso tenho a mais absoluta confiança. E ao mesmo tempo faço os mais intensos votos para que o nosso país dê em todos os momentos prova do valor militar que tantas e tantas vezes tem afirmado — que Napoleão e Wellington glorificaram — e também dos mais nobres sentimentos, devendo ter-se sempre na lembrança que, se não murchassem rápidamente os ressentimentos, não poderia haver hoje duas nações amigas — que direi? talvez nem duas famílias, nem duas pessôas.

É escusado lembrar que para com o Sr. Conde de Penha Garcia tem já Portugal contraída uma enorme dívida de gratidão. Enquanto as circunstâncias lho permitiram, aqui prestou com a maior dedicação, desinteresse, e acerto, o concurso da sua poderosa individualidade. Depois não tem cessado de levantar nos países estrangeiros o nome de Portugal, e a sua palavra tem sido atentamente ouvida nos meios scientíficos e políticos, produzindo sempre admiração e conseguindo respeito e prestígio para o seu país.

Ao nosso Ilustre Reitor, a quem a Universidade de Coimbra com tanta razão conferiu o seu primeiro lugar, de quem confiadamente esperamos constante dedicação e apoio, peço em nome do Instituto de Coimbra, que o conta entre os seus mais distintos membros, que conceda a palavra ao grande português que é o Sr. Conde de Penha Garcia, dando-nos a honra de ocupar a presidência desta assembleia.

Dr. JOAQUIM DE MARIZ

No dia 1 de abril do corrente ano faleceu o dr. Joaquim de Mariz, o qual durante muitos anos fez parte dêste Instituto, ocupando com todo o zêlo o lugar de Tesoureiro por não pouco tempo.

O dr. Mariz nos dois últimos anos deu provas claras de que o seu estado de saude era máu. Um resfriamento deu lugar à pneumonia, que no curto espaço de quatro dias o victimou. Contava pouco mais de 69 anos.

Tendo terminado o curso de Medicina exerceu a clínica por algum tempo e em 1879 foi nomeado naturalista adjunto à cadeira de Botânica da Universidade e desde então trabalhou com toda a actividade no estudo da Flora de Portugal, não se limitando unicamente ao serviço de gabinete, mas fazendo excursões para recolher materiais. A publicação que fez — *Uma excursão botânica em Trás dos Montes* — é disso demonstração.

Provas da sua diligente aplicação ao trabalho encontram-se no *Boletim da Sociedade Broteriana.* Em todos os 26 volumes desta publicação se encontra colaboração sua, alguma importante, como por exemplo, o catálogo metódico das Compostas de Portugal.

Foi trabalho e não pequeno a determinação de todas as espécies que serviram para a *Flora lusitanica exsicata,* assim como das que os sócios da Sociedade Broteriana enviavam. Todo o serviço que executava era perfeitamente metódico e consciencioso.

Além dos estudos botânicos publicou uma notícia interessante sôbre um caso de cancro do peritoneu e colaborou como desenhista em algumas publicações.

Foi um trabalhador conscencioso podendo servir de salutar exemplo.

JULIO HENRIQUES.

DR. CARLOS DE MESQUITA

A morte de Carlos de Mesquita constitue uma perda enorme para o *Instituto de Coimbra,* que, por esse desgraçado e prematuro acontecimento, deve cobrir-se de bem pezado e prolongado luto.

O seu nome figurava entre os dos mais ilustres sócios desta academia, de cuja revista foi colaborador distintissimo, publicando nela os seus primeiros versos, um longo artigo sôbre o poema *O mundo vive de ilusão,* de Manuel da Silva Gaio, e, finalmente, a primeira parte do seu notável trabalho *O Romantismo inglês,* que, mesmo incompleto como ficou, é a afirmação duma das mais altas capacidades críticas, duma das mais vastas culturas e dum dos mais apurados temperamentos artísticos que teem nobilitado a literatura nacional.

É bem resumida a bibliografia deste escritor de vastos recursos, o que principalmente se explica pelos seus anseios de perfeição absoluta, que o levavam a juizos inquisitoriais quando se tratava das suas próprias produções.

Mas se o seu espírito tão penetrante e tão lúcido, se o seu fino gôsto e o seu admirável bom-senso só raramente se revelaram pela escrita, nem por isso deixaram de exercer uma benéfica e larga influência educativa através das suas lições magistrais, ao mesmo tempo suculentas e leves, e da sua conversa encantadora que prendia todas as atenções, subjugando e norteando todas as consciências.

EUGÉNIO DE CASTRO.

VEIGA BEIRÃO

La mera indicación, en las informaciones de la Prensa, de que concurriesen al reciento y solemne entierro de D. Francisco António da Veiga Beirão, representaciones del presidente de la República Portuguesa y de D. Manuel de Braganza, ya daba á entender, á quienes no conociesen á dicho señor, que se trataba de una alta personalidad, puesto que merecía el respeto de elementos antagónicos en política quien figuró en la misma repetidamente.

Sabía, sin embargo, Beirão, olvidar las luchas partidistas en neutralidades de labor científica.

No tuvo que hacer en 1887 gran esfuerzo el progresista adicto á la dinastía reinante para concurrir, en la «Associação dos Advogados», de Lisboa, á enaltecer los méritos profesionales de Pinto Coelho, defensor decidido de las orientaciones miguelistas.

En sentido opuesto, realizó en Madrid el año 1911 un hecho divulgado. Si mal nó recuerdo, alguien hubo de pretender halagar al doctor Beirão, ex-presidente del Consejo de Ministros de la Monarquía, indicándole que el ilustre doctor Vasconcelos, á la sazón mero representante oficioso, no sería invitado, puesto que no estaba reconocido el cambio de régimen, á un banquete oficial del «Institut de Droit International», entonces reunido en esta corte. A esto dicen que hubo de replicar aquel representante de la cultura lusitana en el Instituto que anteponía su tradición de portugués á la de político, y que dejaría de asistir á un acto al que no pudiese concurrir tan airosamente como sus restantes colegas extranjeros. La dificultad quedó satisfactoriamente solucionada, preparándose con tal habilidad la colocación de los invitados que no se distinguía si el Sr. Vasconcelos estaba al final de los representantes diplomáticos ó al comienzo de los delegados científicos.

Debe advertirse que cuando demostraba Beirão su civismo no pensaba congraciar-se con el nuevo régimen ni concedía á aquello importancia alguna. Prestaba un servicio á la República al procurarlo á la dignificación de su Patria; pero después se retiraba á su Quinta das Covas á proseguir los trabajos doctrinales y su culto, por todos respetado, á idea-

les políticos de que no se declaraba activo paladín, pero que tampoco sustituía.

*

Así era en todo, y otro ejemplo puede comprobarlo.

¿Cuándo habló de correspondencia ibérica, basada en el respeto á la independencia de ambos Estados peninsulares y en la necesidad de una intensa aproximación social? Acaso nunca, y, si lo expuso, no cuidó mucho de divulgar dichas manifestaciones. Empero, como estaban arraigadas aquellas ideas en su ánimo, siempre que pudo procuró entretejer la vida de los dos pueblos hermanos.

En 1864 estudió atentamente el régimen hipotecario establecido en España, lo difundió en la Prensa portuguesa y propuso que se aplicase en la esfera oficial, en la que trabajaba como conservador de hipotecas de Lisboa.

Los projectos legislativos posteriores y su dilatada correspondencia académica denotan que siguió estudiando nuestra producción jurídica.

Fué elegido presidente de honor del primer Congreso de Derecho ibero-americano, celebrado en Lisboa el año 1889, y se asoció al de Madrid de 1892.

Cuando se reunió en España el «Institut de Droit International», fué elegido vice-presidente, juntamente con el marqués de Olivart, contribuyendo dicha colaboración á que resultase la nota hispano-portuguesa en la Mesa presidencial.

En estas Asambleas su tarea era utilísima en el fondo y sobria en la forma. ¡Cuántas veces en las actas de la renombrada Asociación Lisbonense de Abogados apareció, desde 1886 á 1890, confundido entre los nombres de los asistentes el de Beirão y eran, sin embargo, provechosas las impresiones expuestas y recogidas por el entonces Ministro de Justicia!

*

Fué estudiante de Coimbra, hacia 1860, y profesor de Lisboa en el Instituto Industrial y Comercial.

En reuniones profesionales de Edimburgo y Venecia enalteció los merecimientos de dos de sus compatriotas, el inolvidable abogado Enrique Midosi y el eminente internacionalista Martens Ferrão, y en todas partes expresó su veneración á la Universidad en que aprendiera. Tened presente

— decía — que alli ensenaron Soares (es decir, Suárez), el precursor de Grocio, y Pinheiro Ferreira, el notable comentarista del insigne tratadista ruso Martens, refiriéndose á tiempos antiguos y modernos.

Dicho sea de paso, Beirão pudo afirmar, ensalzando á los iniciadores del Derecho internacional, que Suárez recordaba á Coimbra, como indicó Clunet que Vitoria recuerda á la Sorbona y que pensemos nosotros con Suárez y Vitoria en Salamanca; pero el Comité Carneggie en los Estados Unidos, protegiendo los modernos estudios del erudito publicista belga doctor Nys, dice más con sus publicaciones sobre el derecho de guerra, pues considera que aquellas apreciaciones escolásticas sobre la solidaridad de las naciones y el trato al enemigo son actuales; mejor dicho, aparecen super-actuales en varios aspectos, cuando se piensa desde América en los devastados campos europeos.

Estas incidencias ofrecen un tema de mayor amplitud que la adecuada á estas notas necrológicas, rápida, sobria é imperfectamente trazadas desde el extranjero.

Con Veiga Beirão ha quedado extinguida la representación portuguesa en el Instituto de Derecho International. Parece irónico que tenga hoy Portugal un puesto en la guerra y no en la Corporación del Derecho Internacional. En realidad, ¿para qué la necesita si el famoso Instituto está en huelga?

Entre paréntesis, respecto á esta inacción, en lo que puede pedirse á la acción científica colectiva, he protestado modestísima, reiterada y póblicamente desde que empezó la guerra presente, aunque en los debidos términos de respeto y cordialidad. Actualmente, de los 126 vocales del Instituto (el límite máximo, sin los honorarios, es de 120), justificadamente elegidos y sólo alguna vez con benevolencia, pertenecemos 43 á Estados neutrales y, por lo tanto, en plenas condiciones estatutarias de atender á lo que sean deberes de la misión corporativa. Ahora bien: es preciso tener en cuenta que únicamente once asistieron á la reunión fundacional de Gante; 25 á la célebre de Oxford, en que se preparó el Manual de leyes de la guerra terestre; 26 y 27, respectivamente, á las de Hamburgo y Turin, de tanta importancia para el régimen de las Sociedades por acciones y la letra de cámbio, y 16 á la de Zurich, que hizo para humanizar prácticamente la guerra turco-rusa algo de lo que pudiera haberse hecho ahora, si, en algunos aspectos, en vez de paralizarse la actuación neutral en Europa del Institut de Droit International, siguiese el mismo trabajando, como ha procurado

hacerlo el Instituto Americano de Derecho Internacional (panamericano).

En este corresponde al linaje jurídico portugués, mediante el Brasil, y merced en el mismo á Ruy Barbosa, el reciente presidente de honor de la Corporación de Abogados do Rio de Janeiro, una representación colectiva que en el Instituto mundial se ha interrumpido con la vacante de Beirão.

Tanto es así, que cuando Dios quiera que reanude sus trabajos dicha institución, parece indicadísimo que cumpla, por su mayor afinidad, la delegación española el triste deber de formular la necrología del ilusttre colega portugués y que este á cargo de Labra ó Torres Campos, que significan la iniciación de relaciones científicas con Portugal en la época contemporánea.

*

Veiga Beirão acaba de morir y tiene ya un monumento notable que le recuerda. Es el Código de Comercio, promulgado en 1888, de que fué principal autor, capacitado por sua pericia en el Derecho mercantil y por su conocimiento directo de la vida nacional y extranjera y auxiliado por la colaboración oficial y social de especialistas y Corporaciones económicas de la capital y de provincias.

Después de lo ya dicho, ¿cómo vamos á evidenciar con algún detalle el carácter progresivo y las tendencias mundiales de dicha legislación? Basta recordar su peculiar metodología, las disposiciones sobre docks, los efectos de la correspondencia telegráfica en los contratos, la regulación más amplia que en otros Códigos del de Seguros, entre los que comprende los relacionados con las cosechas, la extensión de la hipoteca naval y la atención cuidadosa á otras aspiraciones de Portugal en el tráfico marítimo, para vislumbrar que, según publicaba desde Suiza su competente crítico Lehr, honra dicho Código al legislador y al pueblo lusitano.

*

Logo que dijo de Martens Ferrão puede aplicársele: sirvió á su patria y á la ciencia.

Era Veiga Beirão docto, patriota, laborioso y bien intencionado. No brilló como estrella de primera magnitud en la política; pero deja trascendentales obras de eficacia duradera y provechosa.

Revelan su significación en el Derecho mercantil é internacional que las primeras manifestaciones de duelo que llegaron á Lisboa fueron de la Asociación Comercial de Oporto y de M. H. Robert, en nombre del Foro de París.

Era buen amigo de España, correspondiéndose aquí cumplidamente á sus trabajos con la declaración de académico honorario de la Real de Jurisprudencia y la concesión de la Gran Cruz de Carlos III.

En la vida científica portuguesa compréndese el sincero pesar por su muerte. En la vida científica española varias de sus manifestaciones asocian al mismo una merecida y delicada expresión de sentimiento.

D. José Maluquer y Salvador.

O COLÉGIO DE S. BENTO DE COIMBRA

No último quartel do século XVIII, de acordo entre a Santa Sé e o govêrno português, procurou-se dar remédio a graves males que padeciam as ordens religiosas. Um dêles era a ruína económica em que se encontravam muitas casas monásticas. D. Maria I determinou a todos os prelados, tanto monacaes e regulares como seculares, dos mosteiros e conventos, que remetessem à secretaria de Estado dos negócios do reino exactas relações do número, assim de religiosos como de religiosas, das suas obediências e profissões; do número dos mosteiros dum e doutro sexo que lhes eram sujeitos; da importância e natureza de suas rendas e das obrigações que as oneravam, de suas dívidas activas e passivas e de quaisquer encargos. Estas informações deviam servir de base aos trabalhos da *Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens regulares,* instituída posteriormente, por decreto de 21 de novembro de 1789.

Reproduzimos abaixo, com a própria grafia, a informação dada, em harmonia com as ordens emanadas do govêrno, acêrca do estado económico do colégio de S. Bento de Coimbra. É um documento curioso, que se nos deparou em uma das miscelânias agrupadas sob o n.º 1245 dos manuscriptos da biblioteca do Porto. A informação, como dela consta, foi organizada em 1787.

FORTUNATO DE ALMEIDA

O Colegio de S. Bento de Coimbra está situado fora de Portas, junto á do Castello. He hum Edificio, que de poucos annos se reformou quazi todo, e tem as officinas q̃ são da precizão; porem não está completo ainda, por lhe faltar huma grande parte do Frontespicio da Igreja, Claustro, Caza de Capitulo, Aula publica, Caza de Portaria, Escadas principaes, etc. Tem 35 Cellas, que habitão os Religiozos, e algumas outras destinadas para Officinas, como Cartorio, Enfermaria, Hospedarias, etc.

O numero dos Religiozos não foi sempre constantemente o mesmo; mas sim segundo as circumstancias dos tempos, e a necessidade da Congregação. Prezentemente tem 39 de Conventualidade (1).

RENDAS DO COLLEGIO

O grosso destas Rendas está posto em Refoios de Basto no Arcebispado de Braga, aonde ha hum Padre, que effectivamente as recebe, como procurador do Collegio; e nelle he conventual. Consistem ellas em Dizimarias de Igrejas, em Foros a dinheiro, e Pensõens annuais de fructos de toda a especie, que lhe pagão os seos Cazeiros.

DIZIMARIAS

Estas não importão sempre o mesmo, pois que varião os arrendamentos, que triennalmente se fazem, segundo a esperança, que pode haver da abundancia, ou penuria de cada hum dos annos.

A de S. João de Arís foi arrendada neste triennio em cada hum dos annos por ... . 300$000
A de Ribeirão por ..... 506$000
A de Outeiro e Varzea Cova por ..... 360$000
Abatidas algumas despesas da fabrica e dos curas (2).. 90$000

1.076$000

FOROS A DINHEIRO

De Refoios de Basto recebe o collegio annualmente ... 233$747
Da quinta de Villa Nova ..... 2$510
De Ribeirão..... $210

236$467

PENSÕENS EM FRUCTOS

O que recebe o Collegio, Segunda, Vinho, Carne, e mais Generos, se vende em Basto pelos preços correntes nesse anno; e por isso varia a sua importancia. No anno proximo passado de 1786 athe o de 1787 recebeo o Coll.º o seguinte:

De Basto .... 2.577$976
Da quinta de V.ª Nova..... ..... 3$000
Da quinta da Cachada ..... 67$200
De Ribeirão ..... 42$990

2.691$166

CONGRUAS, QUE RECEBE O COLLEGIO DE OUTROS MOSTEIROS DA CONGREGAÇÃO

O de Tibains por Contracto onerozo paga annualmente. 100$000
O de S. João de Arnoia..... ..... 159$500

259$500

(1) Nota á margem: «Aliás 32».
(2) Esta verba está escripta em letra differente.

RENDA QUE O COLLEGIO TEM EM COIMBRA

Possue o Coll.º 26 Moradas de Cazas; das quaes 11 pagão foro sabido cada anno; e as 15 andão de aluguel. O aluguel destas ultimas não he fixo; por que alem de consumir-se huma grande parte do seo rendimento nos reparos, por serem já velhas; se alugão variam.te. Com tudo recebeo Liquido o Coll.º no anno proximo passado athe o S. Miguel de 1787..... 193$020
As que pagão foro annual, rendem ..... 63$200

256$220

Tem mais 3 Moradas de Cazas, cujo rendimento por Breve Apostolico está applicado para Livros; e andão aforadas todas 3 p.r. 14$400

Total..... 4.623$753

ENCARGOS DO COLLEGIO

Tem obrigação, a que satisfaz annualmente, de 2 Missas Cantadas e 570 Missas rezadas. Esta obrigação na sua origem vem de dinheiro recebido por huma só vez, que faz ao todo 1.180$000, os quaes empregou na fabrica e Edificio do Coll.º. Procede mais de hum Quintal, que o Coll.º passou para se fundar o de S. Boaventura da Feira pello foro de 800 rs. q̃ se lhe tornão por esmola; e de huma Morada de Cazas, que ainda hoje possue o Collegio.

Paga este Collegio para as Obras do Coll.º da Estrella em Lisboa annualmente ..... 116$665
Paga de Quindennio, computado cada hum dos annos.. 21$940
Paga pella *distincção do Mostr.º* de Basto todos os annos. 5$000
Tem outros encargos, sobre os juros, q̃ paga de..... 100$000

243$605

DIVIDAS ACTIVAS

Devem-se ao Collegio muitos foros da Quinta de Jou, e seus Cazaes, os quaes lhe não pagão á muitos annos os Cazeiros, sobre o que ha Letigio com despeza enorme do Coll.º; e por isso não se podem Liquidar.

DIVIDAS PASSIVAS

Deve o Collegio a juro..... 5.200$000
Deve mais a Censo de 2 1/2 pr. 100 ..... 4.000$000
Deve mais de simples emprestimo .... 1.635$680

10.835$680

A primeira divida foi contrahida pella compra de huma Quinta para brevia dos Religiozos: porem, como esta se vendeo; e o comprador não entregou o preço; paga elle ao Collegio annualmente hum Censo de 168$000 com que o Coll.º paga os juros aos originarios Acredores.

*

A segunda, e terceira parcellas se pedirão para a construcção de huma Caza de Livraria; de hum Celeiro, e mais obras, com que fica fechado hum Lado da Quadra do Collegio, em que estava defeituozo; e juntamente para acudir ao precizo de huma numeroza Communid.ª, em q̃ ha Estudos vivos, por não haver sido possivel chegar-lhe as rendas, tendo de comprar, como está comprando quazi todos os Generos da primeira, e ultima necessidade.

Fr. Joaquim de S. Thomás.
D. Abbade.

Fr. Francisco de S.ᵗ Thomaz.
Fr. Vicente da Soled.ᵉ.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 63.º, pag. 626)

CAPÍTULO IX

A Cruzada na Península. — Os Antepassados de el-Rei D. Afonso Henriques. — A Cavalaria em Portugal.

As idealizações místicas solenemente preconizadas na memorável assembleia de Clermont, agitavam-se desde há muito, como deixei escrito, no ambiente espiritual da Europa cristã; e em época anterior ao início das peregrinações armadas a Jerusalem, vinham-se traduzindo para as bandas das Espanhas, em admiráveis realidades de reconquista, na qual o ingentíssimo esfôrço dos póvos ibéricos, não recearia medir-se com o dos Cruzados do Oriente, excedendo-os, com certeza, em disciplina e artes de guerra, bem como em resultados políticos, práticos e duradouros. A unidade do reino visinho e a fundação do nosso Portugal surtiram dessa titânica luta, debatida durante mais de sete séculos, entre os musulmanos e as cristandades neogóticas, e que houve por magnífico remate o engaste do rútilo diamante de Granada, na corôa dos Reis Católicos.

Aproveitando-se da decadência do império visigodo, dilacerado por crueis dissenções intestinas, os árabes invadiram a Espanha nos primeiros anos do século oitavo (1), e afoitaram-se a irromper pelos Pirineus, no intento de avassalar a

---

(1) Sôbre a época exacta da invasão dos árabes, consulte-se Paquis, *Histoire d'Espagne et de Portugal,* nota *k,* aos três Primeiros Livros, tom. I, fl. 249.

Gália. A espada rija de Carlos Martel (1) deteve a torrente invasora (2) que depois refluiu para a Península, e aqui manteve, cêrca de quatrocentos anos, uma poderosa hegemonia.

Mas, os vencidos em Guadalete (3) refugiaram-se nas alcantiladas cordilheiras das Astúrias, e em breve, o moço Pelaio (4), seu chefe, oriundo de régia estirpe (5) e exornado de grandes merecimentos (6), ergue com belo denodo e com muita confiança em Deus, o estandarte da reacção cristã (7). Pouco a pouco, em acidentadíssima luta, sem quartel nem folga, marcada em cada estadio, feliz ou adverso, por feitos de bravura de maravilhoso luzimento, foram-se dilatando os domínios da Cruz, e antes de expirar a primeira metade do undécimo século, já os novos reinos cristãos de Astúria, Galiza, Leão, Castela, de Navarra, Aragão e o condado de Barcelona, ocupavam uma área considerável da Península.

No ano de 1072, depois da morte trágica (8), em Samora,

---

(1) Henri Martin, *Historia de França,* vol. I, cap. X.

(2) Foi na célebre batalha de Poitiers (outubro de 732), que a Cavalaria dos francos, comandada pelo rei Eudes, penetrou nos arraiais dos árabes e esbandalhou o seu exército, depois de haver morto o seu chefe Abderam. — Escreve Henri Martin *(loc. cit.)*: «Era nada menos que a sorte do mundo que acabava de decidir-se defronte de Poitiers. Se os Francos tivessem sido vencidos, a terra teria sido de Mahomet.... E então o futuro da Europa e do mundo seria perdido, porque a actividade, que incita os homens ao progresso, não estava na índole dos musulmanos. O seu modo de ser resume-se na ideia que têem de Deus. Ora, o Deus dos musulmanos, que depois de ter criado o mundo, descança na sua solidão e imobilidade, não excita os homens ao progresso, e a sua religião embora se imponha por um certo misticismo, é infecunda como o deserto da Arábia onde nasceu.»

(3) Começou na manhã do domingo 19 de julho de 711, e durou até ao domingo seguinte, esta célebre batalha onde se decidiu a sorte do império visigodo que durante três séculos dominou na Peninsula. Tem sido muito discutida esta data. Adotei a designada por Paquis (*loc. cit.*, tome premier, fl. 145) que estudou bem o assunto.

(4) Mariana, *Historia General de España,* Livro septimo, cap. I.

(5) Segundo Lucas Tudensio, Pelaio era filho de Favila, duque de Cantábria e neto do rei Cindasuindo. Esta opinião é a mais seguida. A *Chronica Albeldense* dá-lhe por pai Vesemundi, e por avô o rei Roderico.

(6) *Historia de los Reyes Godos,* por Julian del Castillo, porseguida por el maestro Fray Geronimo de Castro y Castillo, Libro tercero, Discurso segundo.

(7) *Idem,* Libro tercero, Discurso primero.

(8) *Idem,* Libro quarto, Discurso segundo. — Mariana, *loc. cit.*, Libro nono, cap. IX. — Informa o Doutor Frey Bernardo de Brito: «Ficou D. Sancho reynando em todos os estados, & terras que seu pay

do rei Castelhano Sancho, seu irmão D. Afonso, sexto do nome em Leão e primeiro em Castela (1), reuniu debaixo do seu septro, não só êstes dois estados, mas, também Portugal e Galiza (2). Valoroso (3) e audaz, arguto, pio, magnífico e galanteador, apaixonado pela conquista de mulheres lindas (4)

---

acquirira por armas, & por herança, mal lembrado do juramento que fizera de não inquietar os irmãos na parte que lhe coubera, & da cruel maldição que o pay lançara sobre qualquer que pretendesse usurpar os bẽs que repartira por todos; mas não tardou a justiça divina em mostrar o castigo merecido por sua cubiça; porque desejando usurpar á sua irmã D. Urraca a Cidade de C,amora, de que o pay lhe fizera doação em vida, & legado ao tempo da morte, & tendoa sitiada com a força de seu exercito, o matou aleyvosamente hum cavalleyro chamado Velhido Dolfos, atravesandoo cõ huma lãça de arremesso de parte a parte; & posto que se salvasse então dentro de C,amora, por o cavallo do Cide (em que se poz sem esporas) lhe não dar alcance, donde se seguio a maldição deytada aos que se poem a cavallo sem ellas, foi depois entregue aos Castelhanos, que o espedaçaram vivo em quatro cavallos, cada um dos quays levou a sua parte». (*Monarchia Lusitana,* Segunda parte, Livro setimo, cap. XXIX). — Esclarece Fr. Francisco de Berganza, sôbre os vários nomes atribuídos ao matador: «Bellido Dolfos, Bellido Alfonso, Bellido Ataulfo y Helies Alfons, com estas diferencias se lee el nombre de este Traydor, descendiente, segun una Historia que está en el Archivo do Oña, del Conde Don Gonçalo, el que dió el veneno en una mançana al Rey Don Sancho el Primero.» (*Antiguedades de España,* Parte primera, Libro quinto, cap. treze).

(1) Fr. Antonio Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Luzitana,* liv. VIII, cap. I.

(2) *Reyes Cristianos desde Alonso VI hasta Afonso XI,* por D. Manuel Colmeiro, fl. 8, na *Historia General de España,* escrita por indivíduos de Numero de la Real Academia de la Historia, bajo la Direccion de D. Antonio Canovas del Castillo.

(3) *Historia de los Reys Godos, loc. cit.,* Libro quarto, Discurso tercero.

(4) Pélagius, bispo de Oviedo e contemporânio de Afonso VI, escreve na sua crónica, a fl. 489: «Hic habuit quinque uxores legitimas, primam Agnetem, segundam Constantiam reginam — tertiam Bertam, Tuscia oriundam: quartam Elisabeth — quintam Beatricem, quæ mortuo eo repedavit in patriam suam. Habuit etiam duas concubinas, tamen nobilissimas, priorem Xemenam Munionis, ex qua genuit Geloiram — et Tarasiam uxorem Henrici Comitis — posteriorem nomine Zaydam filiam Aben Abeth, regis Hispalensis, quæ baptizata Elisabeth vocata, ex hac genui Sancium, etc.» — Sôbre êste interessante assunto, veja-se Mariana, *loc. cit.,* Libro nono, no cap. XX, intitulado: *De las mujeres y hijos del rey don Alonso.* — Flores, no tom. I das *Memorias de las Reynas Catholicas,* forneceu curiosos pormenores sôbre as mulheres de Afonso VI. — Lê-se nas *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra:* «A cronica de Spanha conta que el rey dom Affonso de Castella ouve seis molheres de bençam e huma barragaa. (*Portugaliae Monumenta Historica. Scritores*).

e de moiros feros, o pai da nossa rainha D. Tareja, era exemplar clássico do rei cavaleiro, daqueles tempos. No seu reinado longo, a briga contra os infieis atea-se com grande fulgor. Com sumo tacto aliançou-se (1) com Sancho I, rei de Aragão e Navarra, e com o conde de Barcelona, Raimundo Bérenger, conseguindo amodorrar as disputas (2) íntimas que desviavam a actividade dos nazarenos, naturalmente reclamada, por todas as razões de consciência e de patriotismo, para mais nobre e generoso exercício. A tomada (3) de Toledo, em 1085, (4) antiga séde (5) do império visigodo, e com certeza depois de Cordova, a mais notável cidade da Espanha musulmana, produziu grato alvoroto nas cristandades, mormente nas das regiões convisinhas dos Pirineus, por onde já estrondeava a fama das façanhas e aventuras do denodado Cid (6), o *Campeador,* a mais completa encarnação da Cavalaria castelhana, na sua fase primordial.

A derrota infligida pelos almoravides (7), em Zalaca (8),

---

(1) *Reyes Cristianos desde Alonso VI,* etc., *loc. cit.,* fl. 14.

(2) «Toutes les ligues et toutes les querelles entre les états chrétiens, qui avaient jusqu'alors paralysé leurs forces, avaient cessé; tous dirigeaient en commun leurs armes contre l'ennemi de la foi chrétienne.» (Paquis, *loc. cit.,* tome premier, fl. 605).

(3) «La restauracion de Toledo fue un glorioso acontecimento que formó epoca en los anales de la nacion.» (D. Eugenio de Tapia, *Historia de la Civilizacion Española,* tom. I, fl. 73).

(4) Mariana, *loc. cit.,* Libro nono, cap. XVI. — *Historia de los Reyes Godos, loc. cit.,* Libro quarto, Discurso tercero.

(5) Afonso VI «foi habitar o alcaçar dos principes musulmanos, ou antes os paços transformados dos reis wisigodos, que de Toledo tinham feito a capital do imperio, e d'onde Ruderico sahira perto de quatro seculos antes para a batalha do Chrissus, na qual se perdeu a Hespanha.» (A. Herculano, *Historia de Portugal,* tom. primeiro, fl. 177).

(6) Fr. Francisco de Berganza, *Antiguedades de España,* Parte primera, Libro quinto, cap. IX e seguintes.

(7) O nome de Almoravidas é uma corrução espanhola da palavra árabe *El-Morabethyn,* que significa *os ermitas.* Formou-se esta seita entre as tribus berbéres do deserto do sul de Tarudante, conhecidas pela denominação comum de *Zanagah.* (Veja-se A. Herculano, *loc cit.,* tom. I, fl. 128, e Paquis, *loc. cit.,* tome premier, fl. 601, cap. intitulado: *Origine des Almoravides, et cause de leur passage en Espagne.*

(8) Os dois exércitos avistaram-se sôbre o rio de Badajoz: o dos musulmanos occupava na margem esquerda os campos e outeiros denominados pelos escritores árabes de Zalaca, e pelos cronistas cristãos de Sagalias ou Sacralias; o de Afonso VI acampou na margem direita. (A. Herculano, *loc. cit.,* rom. I, fl. 180. — *Chronica Gothorum,* no Apêndice da *Terceira Parte da Monarchia Lusitana.* — D. Rodrigo Toledo, *De Rebus Hisp.,* Libro VI, cap. 32, etc.). — Esta batalha de Zalaca foi cruen-

(23 de outubro de 1086) às armas cristãns, longe de esmorecer os belicosos brios dos príncipes e cavaleiros espanhois, aferrenhou-lhes a combatividade. Quando Ibn-Abed, ainda embriagado pelo triunfo, vinha à frente das suas tropas expulsando os cristãos das cidades principais da província de Toledo, sairam-lhe ao encontro alguns alcaides castelhanos e desbarataram-no cêrca de Lorca. O Cid apossa-se do castelo roqueiro de Alid, verdadeiro ninho de águias, em cujas muralhas escuras esvoaçava o Crescente, e dêsse altivo serro, êle e seus cavaleiros temiveis se precepitam a miude sôbre os campos de Múrcia e de Sevilha, espalhando a devastação e a morte (1).

Antes de decorrido um ano sôbre o desastre de Zalaca, já o rei de Leão e Castela havia reconstituido seus exércitos, e de novo protraía a luta com maior ardor. Numerosos cavaleiros francos e normandos animados pelo espírito da Cruzada e pelo gôsto das guerreiras aventuras, vieram por essa época afiliar-se nas hostes de Afonso VI (2). Soube aproveitar-se o esperto soberano das discórdias internas que debe-

---

tissima. Os escritores árabes orçam em 180:000 o número dos cristãos mortos e aprisionados. É exagerada a cifra; mas os mais imparciais cronistas tambêm contam em número elevadissimo as perdas dos musulmanos. Os infieis, porêm, coroaram a sua vitória por um acto repelente. Iussuf, seu chefe, mandou cortar a cabeça aos cadáveres dos vencidos, e ajuntando cerca de vinte mil, com elas levantou, no campo da batalha, torres piramidais de cujo cimo ergueu orações gratulatórias, pelo triunfo dos seus exércitos. Conta um escritor árabe que o célebre Iussuf ainda enviou dez mil cabeças de nazarenos para Sevilha, dez mil para Cordova, dez mil para Valencia, dez mil para Saragoça, dez mil para Múrcia, e mandou distribuir mais quarenta mil pelas principais cidades africanas, para que em toda a parte se podessem admirar os sangrentissimos troféus do seu triunfo. Tirante esta sangueira canibalesca, há uma nota graciosa a registar na sombria jornada de Zalaca: O valoroso emir Almutamed, embora gravemente ferido, e que nesta acção desempenhou um papel de importância, avisou, na mesma tarde, seu filho Al-Raschid, que ficára em Sevilha, do famoso êxito das armas musulmanas, por meio de um pombo correio que em momentos, levou a feliz nova de Badajoz a Sevilha. Julga-se ser êste o primeiro exemplo do emprêgo dos pombos, como correios, na Idade-Média, entre os árabes. (Ver: *L'Art de Verifier les Dates*, contin. II, fl. 484).

(1) A. Herculano, *loc. cit.*, tom. I, fl. 183.

(2) Escreve Paquis: «L'esprit chevaleresque de cette époque, qui se signala bientôt après avec tant d'ardeur dans les croisades, poussait alors tous les hommes avides de aventures et de combats vers l'Espagne, pour y défendre la croix contre le croissant» (*loc. cit.*, tome premier, fl. 616).

litavam os sarracenos e logrou estender as suas conquistas até à foz do Tejo. Em 1093 (1), estava senhor de Santarêm, Lisboa e Cintra. Já antes desta data, considerando-se, e com todo o direito, muito superior aos outros soberanos da Península, e glorificado pelos ingentes feitos que cometeu em cêrca de quarenta batalhas, condecorou-se com o título de imperador (2).

Para o nordeste e para o oriente da Espanha não era menos ardida a contenda contra os moiros. Pouco antes do termo de 1096, o rei de Aragão, D. Pedro (3), filho do valentissimo D. Sancho Ramires (4), esbandalha os islamitas próximo de Alcorasa (5) e apodera-se de Huesca (6). Fôra no cêrco desta cidade que seu pai recebera uma frechada mortal (7). Vingava por forma brilhante o juvenil monarca a morte de Sancho e dava integro cumprimento à jura que êle lhe impuzera, momentos antes de expirar (8).

Revestiu esta conquista para o reino de Aragão, uma importância comparável à da posse de Toledo para Castela. Mas, o feito mais impressionante do assinalado periodo da Cruzada do Ocidente que vou pontuando, foi o cêrco e a ocupação de Valença (9), pelo Cid (10). Chamavam assim os

---

(1) A. Herculano, *loc. cit.*, tom. I, fl. 185.

(2) Roderigo de Toledo, Lib. VI, cap. 29. — Segundo Sandoval, existem documentos autênticos de 1079, nos quais Afonso VI se intitula imperador. Florez, na *España Sagrada* (tom. XVI, fl. 468) publicou um documento de 1088, no qual Afonso se declara: «Dei gratia totius Hispaniæ rex et imperator.»

(3) Geronymo Çurita, *Los Cinco Libros Primeros de la Primera Parte de los Anales de la Corona de Aragon,* Libro I, cap. XXXII.

(4) *Idem,* Libro I, cap. XX. — Pedro Abarca, *Los Reyes de Aragon en Anales Historicos,* Primera parte, fl. 121.

(5) *Idem,* fl. 135.

(6) *Idem,* fl. 136.

(7) *Idem,* fl. 131.

(8) Logo que se sentiu mal ferido, Sancho Ramires convocou os principais do seu exército e mandou-lhes prestar juramento de fidelidade ao seu filho primogénito, D. Pedro. A seguir exigiu deste que lhe jurasse de proseguir no cêrco de Huesca, até à capitulação da cidade. Tomou igual juramento ao seu filho segundo, D. Afonso; e só depois de assim providenciar, com a maior serenidade, sôbre os destinos dos seus estados, é que se despediu dos circunstantes, anunciando-lhes a ferida mortal que recebera. Momentos depois expirava. (Paquis, *loc. cit.,* tome premier, fl. 624).

(9) Casiri, *Biblioteca arabico-hispana Escurialensis,* tom. II, fl. 43.

(10) Mariana, *loc. cit.,* Libro nono, cap. IV.

árabes a Roderico Didacide (1) ou Rui Dias, o *Campeador* (2) de Bivar (3). A sua figura celeberrima encontra-se por tal

---

(1) «Y estãdo alli (em Zamora) con el Rey Don Fernando, Rodrigo Vinar, le llegaron embaxadores de los cinco Reyes Moros sus vassallos, con las parias, y grandes presentes; y ibanle a besar la mano, estando el Rey presente: y Rodrigo de Vivar no lo consintio, sino que la besassen al Rey, y lo hizieron; y estando de rodilhas, se bolnieron a Rodrigo de Vivar, y le dixeron: Cid (que en Arabigo quire dezir, señor grande) los Reyes tus vassallos te embian las parias que denen, y este presente: y Rodrigo le tomó, y dio el quinto de todo al Rey, el qual no le quizo, y le dio por ello muchas gracias, y mandó, que de alli adelante Rodrigo de Vinar fuesse llamado Cid, por averselo llamado los Moros; y assi de aqui adelante será llamado el Cid Rui Diaz.» (*Historia de los Reyes Godos*, por Julian de Castillo, porseguída por el Maestro Fray Geronimo de Castro y Castillo, Libro quarto, Discurso primero),

(2) Sancho de Castella que veiu a ser assassinado em Zamora, como acima referi, logo que subiu ao trôno, nomeou Roderico chefe das suas tropas; e julga-se que foi desde, então que começaram a chamar-lhe o *Campeador*.

(3) Presume João Muller que o Cid nasceu em 1026, talvez no Castelo de Bivar, distante duas léguas de Burgos, e antigo senhorio da família do herói. Uma Dona Elvira, filha de Nuno Rasura, casou com Lain Calvo, 5.º avô do Cid, e já então senhor de Bivar. Um bisneto de Lain, Nuno Laynez, matrimoniou-se com Dona Elo, filha de Gonçalo Trastamira, senhor da Maia, Entre-Douro e Minho, havendo dêste consórcio Lain Nunez, de que nasceu Diogo Lainez, pai do Cid. Pelo que fica apontado, vê-se que era portuguesa a bisavó do Cid, Dona Elo. A melhor costéla de nobreza do Cid, vinha-lhe do já citado avoengo, Nuno Rasura, um dos juizes eleitos pelos principais castelhanos para governar seus estados, tanto na paz como na guerra, quando se divorciaram dos lioneses, cuja opressão muito os vexava. Segundo o melhor informe, Nuno Rasura foi neto do Conde Dom Diogo Procelos, povoador de Burgos, ao qual chamaram Procelos, derivado de palavra latina *procellus*, que significa *leitão*, porque, segundo afirma Bernardo de Brito, «sua may o pario juntamente com seis criãças todas do mesmo vẽtre, como ordinariamenie nascem os leytoẽs.» (*Segunda Parte da Monarchia Luzitana*, Livro sétimo, cap. XVIII). Do Rasura «descenderam os Reys, & grande nobreza de Espanha» *(Idem)*. Ainda uma outra nota interessante sôbre o Cid: o seu famoso cavalo, chamado *Bavieca* ou *Babieca*, celebradissimo nos *Romances*, nasceu nos campos do Mondego, segundo afirmam respeitaveis autores. Modêlo de valentia, de rigeza e de dedicação pelo seu amo, o magnífico corcel teve a honra de ser chamado pelo seu senhor, para dêle se despedir, quando sentiu que a morte se avisinhava. Esta scena comovedora vem descrita no *Romance 67*:

«Estavase el Cid campeador
Humilde y manso en la cama
Y sugeto a la inclemencia
De la vengativa Parca.
.....
Y luego en diziendo aquesto
Mandó que a Babieca trayan,

forma envolta em lendas, como sucede com alguns outros dos mais extremados heróis da Idade Média, que se torna difícil destrinçar nela o histórico do maravilhoso (1). Não fica, porêm, a menor dúvida da autenticidade daquele seu brilhante feito de armas, porventura destinado a espalhar com larga e estrídula resonância, a nomeada do famoso

---

Que quiere verle primero
Que comience su jornada.
Entró el cavallo mas manso
Que una cordelleria mansa,
Abriendo los anchos ojos
Como si sintiera, y calla».

(1) Os romances populares sôbre o Cid fôram coodificados no comêço do século XVI por Fernando de Castillo, e reimpressos, em 1614, por Pedro Flores. O poeta e filósofo alemão Herder e João Müller consideraram êsses romances como documentos autênticos e com êles redigiram a biografia do célebre herói *(Geschichte des Cid)*. Masdeu na sua *Historia Critica de España* (tom. I, fl. 147–372), refuta todo o valor histórico atribuido aos citados romances. Talvez exagere. É certo que muitos dos factos ali apontados não se harmonizam com as fontes autênticas, mas é inegável que tanto no *Poema del Cid* como nos *Romances del Cid*, se encontram interessantissimos pormenores da vida e costumes do século XI, pintados com sincera ingenuidade. Os velhos cronistas que mais largamente memoram os feitos do Cid, são Lucas Tudensis e Rodericus Toletanus (ambos do século XIII). É provável, segundo o aviso de Paquis, que êstes dois graves autores, tivessem colhido seus informes, da vida de Afonso VI, escrita pelo monge de Silos e que ao depois se perdeu, bem como das tradições poéticas. Anota com muito acêrto Sismonde de Sismondi (*De la Litterature du Midi de l'Europe*, tom. III) que o Cid «est placé sur les confins du roman et de l'histoire; mais l'historien comme le poète se plaisent à le reclamer». Diamante e Gulian de Castro, Corneille e Lope de la Vega, celebrizaram no teatro as paixões e as cavalarias do *Campeador*. De facto o Cid, ainda mesmo desataviado de todos recamos que a legenda lhe prestou, é a figura primacial da Santa Ordem, na España interessantissima do século XI. Concorreram nêle todas as grandes qualidades que deveriam caracterizar um modêlo de *miles*. Era crente e piedoso; na valentia e na destreza ninguêm se lhe avantajava. De uma enorme altivez e de uma bondade enorme, meigo como uma criança, fero como um leão na guerra ou nos duelos, distinguia-se ainda, sôbremaneira, não só pelo gôsto apaixonado pelas mais audazes aventuras, mas ainda pela soberba independência, pelo ânimo insubmisso, pela repugnância, pela disciplina, vícios de que geralmente enfermava o espírito cavaleiroso. Póde aquilatar-se a noção por êle havida do ponto de honra, no modo como desagravou seu velho pai da afronta que lhe fez o Conde de Gromaz. Da lealdade de Roderico Dias e da sua altiva sobranceria, há um traço belo no juramento que êle exige a D. Afonso VI, antes de o reconhecer como seu soberano. (Vid. Lucas Tudensis, *Chron.*, fl. 100, e Rodericus Toletanus, *De rebus Hist.*, VI, cap. 21. — No *Romance 38*, também se descreve esta esplêndida scena cavalheiresca).

guerreiro. Porque a interprêsa de Valença foi uma pura aventura cavaleirosa, levada a efeito na completa independência do poder rial e com toda a galharda desenvoltura característica dos grandes rasgos da Cavalaria. Não a decretou nem comandou nenhum dos soberanos da Península; partiu da iniciativa de um simples cavaleiro e realizou-se pela sua tenacidade e ingente esfôrço.

Ora, durante o longo, acidentadissimo e glorioso reinado de Afonso VI, vieram em diversas épocas, bandos de cavaleiros francos oferecer-lhe as suas espadas, para guerrearem debaixo do pendão leonês contra os infieis (1). Eram atraídos pelo «pregão da fama» (2) que celebrava os cometimentos do egrégio reinante e traziam o «intento de servir a Deus» (3).

Dominava-os o espírito cavaleiroso da guerra santa (4), a breve trecho bem defenido, na primeira peregrinação armada que se dirigiu para Jerusalem.

Entre êstes paladinos destinguia-se pela nobreza da sua linhagem e bondade de suas qualidades pessoais, o conde borgonhês, Henrique, filho de Henrique de Borgonha e de sua mulher Sibila; neto de Roberto, duque de Borgonha, casado com Aliza, irmão do célebre S. Hugo (5), abade de

---

(1) Paquis, *loc. cit.*, tome premier, fl. 611 e 616.— *Terceira Parte da Monarchia Luzitana*, fl. 1 verso.— *Chronica Gottorum*, no Apêndice da *Terceira Parte da Monarchia Luzitana*.

(2) *Terceira Parte da Monarchia Luzitana*, fl. 1 verso.

(3) *Idem*.

(4) Escreve Paquis: «L'esprit chevaleresque de cette époque, qui se signala bientôt après avec tant d'ardeur das les croisades, poussait alors tous les hommes avides d'aventures et de combats vers l'Espagne, pour y défendre la croix contre le croissant» (*loc. cit.*, tome premier, fl. 616).

(5) «Do fundo de um mosteiro situado na Borgonha, um velho monge influia então nos negócios mais graves da Europa. Cluni era esse mosteiro; Hugo esse monge. Durante sessenta annos Hugo regêra aquelle celebre cenobio, cujos cabeças chegaram na sua soberba a considerarem-se como papas do monachismo, intitulando-se *abbades dos abbades*. Foi Hugo quem lançou os fundamentos deste poder e grandeza. Elle era o homem em cujo seio Gregorio VII, pontifice a quem, fosse qual fosse o seu caracter moral, se não póde negar o titulo de grande, ia depôr as suas maguas e esperanças. Urbano II foi seu monge e discipulo. Os reis e senhores solicitavam-lhe a amizade, e buscavam-no para juiz das suas contendas. De todos os principes, que mostravam maior veneração e affecto a Cluni e ao seu poderoso abbade, nenhum talvez igualou Affonso VI, e porventura o acolhimento que Raimundo e Henrique encontraram no rei hespanhol viria, em parte, de serem ambos parentes de Hugo, a quem Affonso dava o titulo de pae...» (A. Herculano, *loc. cit.*, tom. I, fl. 207).

Cluny; e bisneto de Roberto, o *Devoto* (1), rei de França. Filha do duque Roberto, e portanto tia direita de Henrique, era D. Constança (2), segunda mulher de Afonso VI (3). Não faltavam hereditariedades (4) religiosas e cavalharescas ao

---

(1) Ch. Pfister, *Études sur le regne de Robert de Pieux*. — O monge de Fleury, Helgand, contemporânio de Roberto, escreveu a sua vida que é principalmente uma apologia das suas prodigalidades e dos valiosos benefícios que concedeu aos mosteiros. (Ver D. Bouquet, *Historiens de France*, tom. X e XI).

(2) Rodericus Toletanus, *loc. cit.*, VI, cap. 22. — Florez, *Memorias de las Reynas Catolicas*, tom. I. — Fr. Prudencio de Sandoval, bispo de Pamplona e Cronista de el-rei D. Filipe III, no *Livro da Fundação dos Mosteiros da Ordem de S. Bento*, traz um epitáfio que declara a estirpe da rainha D. Constança:

«Dormit in augusto post gaudia magna sepulcro
Uxor Adelfonsi Constantia nomine Regis,
Regalis proles Francorum germine florens,
Consiliis polens: fuit huic sapientia solers
Constans fœcunda, viguit, bene religiosa».

O *Exemplar Floriacense* concorda com êste epitáfio e declara os pais da rainha: «... Filiam Roberti Ducis Burgundionum duxit in uxorem, nomine Constantiam» (ap. Pithœi, *Scrip. Historiæ Francorum*, XI, fl. 88).

(3) A origem do Conde D. Henrique constituiu durante uns poucos de séculos, um problema cuja solução se não encontrava. Seis tentativas se fizeram, para o resolver, segundo informa Duarte Ribeiro de Macedo (*Obras do Doutor Ribeiro de Macedo*, tom. II; *Nascimento e Genealogia do Conde D. Henrique*). Foi só em 1596 que o erudito investigador Pedro Piteu, encontrou na Biblioteca dos frades Bentos, de Floury, diocese de Orleans, um documento onde a questão se esclarecia, com seguros fundamentos e na fórma porque no texto deixo indicada. Publicaram-se seus termos, junto com vária história, sob o título: *Fragmentum Historiæ Francicæ à Roberto Rege ad mortem Fhilippi Regis ex veteri exemplari Floriacensi, excusum Francofurti anno 1596, apud Wecheli hæredes, cum aliis veteribus scriptoribus Historiæ Francorum ex bibliotheca Petri Pithoei*. Mais tarde, e baseando-se neste trabalho, o escritor francês, D. Godefroy, publicou a genealogia da casa rial portuguesa, em um folheto intitulado: *De l'origine des roys de Portugal, yssus en ligne masculine de la maison de France*, Paris, MDCX. — A genealogia do Conde D. Henrique encontra-se também em Duarte Ribeiro de Macedo, *loc. cit.*, tom. II, fl. 29.

(4) «Esta Augusta Familia, que he sem controversia a mais antiga da Christandade no conhecimento, e successão indubitável de pai a filho, se salvou o longo curso de 1241 annos do naufragio dos tempos nas seguras tabuas da santidade e do valor, com que os sujeitos, que produzio em todos os seculos, conquistarão o Ceo, e a terra, defenderão a Fé, e deixarão suas gloriozas acções escriptas nos Annaes da Igreja, na vida das historias, na duração do mundo.» (Duarte Ribeiro de Macedo, *loc. cit.*, tom. II, fl. 34).

aventuroso príncipe, fadado para recortar com a sua espada os primeiros contornos do pequeno rincão que ao depois se chamou Portugal, e houve a glória de desempenhar num dado momento, um papel altissimo e inolvidável na História da Civilização.

Conta o nosso Duarte Nunes que o conde D. Henrique e seu primo carnal Raimundo, também borgonhês, futuro marido da infanta D. Urraca, filha legítima de Afonso VI, vieram juntos em romagem a Santiago, de Galiza, «a que muitos principes entam vinhão disfarçados & a pée», e segundo parece, para «tambem seruirem a Deos na guerra contra os mouros, como homeês solteiros & de florescente idade que eram» (1).

Os antigos historiadores discorreram diversamente sôbre a época em que o conde entrou em Espanha (2). Julgo porêm aceitável o aviso de Juliano (3), cronista sisudo, coevo dêsses tempos, arcipreste de Santa Justa de Toledo e citado sempre com reverência por Fr. António Brandão. O texto dêle que nos importa, resa assim: «Os Condes D. Raymundo e D. Henrique, parentes por consanguinidade e depois genros do imperador D. Affonso, vieram ao cerco de Toledo e nelle se acharam presentes» (4). O cêrco começou em 1079 e teve remate em 1085. Fr. António Brandão, escudando-se no informe do bispo de Pamplona, assina a chegada dos príncipes franceses no ano de 1080, presumindo que tivessem acompanhado sua tia, a raínha D. Constança, a qual na mesma data se matrimoniou com Afonso VI (5). Tambêm Juliano dá presente D. Henrique ao célebre milagre do *Breviário Mosarabe* (6),

---

(1) Duarte Nunez de Lião, *Primeira Parte da Chronica dos Reis de Portugal. Chronica do Conde D. Henrique*, Edição de 1774, fl. 16.

(2) Ver o Capítulo III, da *Tercéira Parte da Monarchia Luzitana*.

(3) Com êste aviso concorda Sandoval, *Chronica de Afonso VI*, fl. 81.

(4) «Comites Raymundus, & Henricus consanguinei, postque generi Aldefonsi Imperatoris, venerunt ad obsidionem Toleti, illicque interfuerunt.»

(5) *Terceira Parte da Monarchia Luzitana*, fl. 6.

(6) No quarto concílio de Toledo, reunido em 633, sob a presidência do célebre Izidoro, arcebispo de Sevilha, resolveu-se introduzir uma liturgia geral para todas as Igrejas góticas da Espanha, como consta do seu *segundo canon*, publicado em Colet (tom. VI, fl. 1450). Denominou-se vulgarmente este rito, mosárabe ou toletano: *mosarabe*, porque assim se chamava aos cristãos da Espanha que viviam debaixo do domínio dos sarracenos; *toletano*, não só porque foi esse rito decretado em um concílio em Toledo, mas ainda, porque mais tempo se manteve nessa vetusta

sucedido em 1090 (1), por onde se deduz a sua permanência na côrte do imperador e provável participação em suas emprezas. Dados concretos sôbre os serviços do borgonhês, anteriores ao seu enlace com Tareja, oferecendo cunho de autenticidade como a moderna historiografia re-

---

e curiosissima cidade, onde ainda hoje, para memória, se conserva uma paróquia mosárabe e uma capela na célebre catedral. Quando em 1911 estive na antiga sede do império visigodo, visitei minuciosamente ambos os templos, e assisti com muito prazer às cerimónias do culto, celebradas com o mais apurado rigor litúrgico. Na capela da Sé funciona um cabido relativamente numeroso, com obrigação do *Officio Divino*. Ora o *Breviario Gothico*, ao depois conhecido por *Officium Gothicum*, e tambêm por *Officium Mozarabicum et Toletanum*, teve por autor, segundo se presume, o citado arcebispo Izidoro, e dêle lhe veiu o nome de *Officium Isidorianium*. Há tambem quem julgue que Izidoro se limitou a continuar a obra encetada por Leandro, seu ilustre antecessor, na Sé de Sevilha. Esta liturgia, muito diversa da romana, observou-se em toda a Espanha, até ao século XI. Na preocupação de unificarem os ritos, os papas empenharam-se em abolir o rito mosárabe, e deram-lhe a primeira investida no concílio de Jaca, em 1060, com relativo êxito. Mas, levantaram-se discussões e dificuldades. À maioria do clero, à nobreza e ao povo, repugnava-lhes a introdução de novidades em matéria de liturgia, e recusavam-se a adoptar o rito romano. Por êste pugnava ardorosamente a rainha D. Constança, mulher de Afonso VI, e conseguiu trazer o marido para o seu campo, na momentosa questão. Resolveu-se pois decidi-la, submetendo-a ao chamado *Juizo de Deus*. Escolheu o rei um cavaleiro, para se bater a favor do rito romano; e, a nobreza e o povo elegeram outro cavaleiro, para pugnar pelo rito gótico. O mantenedor do *Breviario Romano* ficou derrotado. Clero, nobreza e povo, exultou. O Rei, porêm, não se deu por convencido, e ordena uma nova prova, a do fogo. Acendeu-se uma enorme fogueira sôbre a qual colocarem o *Breviario Romano* e o *Breviario Gothico* ou *Mosarabe*. O fogo consumiu o primeiro e deixou intacto o segundo. Milagre! grita o povo no auge de entusiasmo. Afonso VI, porêm, ateimou, e no concílio de Leon, em 1091, foi confirmada a adopção de rito latino. Não quer isto dizer que o rito mosárabe desaparecesse por completo; e ainda hoje existem em Espanha, alêm dos templos acima citados, uma capela na catedral velha de Salamanca. Sôbre êste assunto, póde-se consultar, entre outros: Rodrigo de Toledo, *De Rebus Hispanicis*, liv. VI, cap. 26 e 30. — Mariana. *loc. cit.*, Libro nono, cap. XVIII. — Aguirre, *Collectio Conc. Omn. Hispan.*, tom. III, fl. 258. — Alvarus Gomez, *De Rebus Gestis Cardinal. Francisci Ximenis*, na *Hispania Illustrata*, tom. I, etc.

Quem quizer fazer ideia do que seja a liturgia da missa mosárabe, veja o *Devocionario Muzarabe ó modo prático de decir y oir la Santa Misa segun este Rito*, por D. Jorge Abad Pérez, capellán Muzárabe, Doctor en Sagrada Teologia e Profesor del Seminario Central de San Ildefonso, Toledo, 1903. Este livro, muito interessante, foi dedicado ao meu venerando amigo, de saudosa memória, o Em.mo Cardial D. Ciriaco Sancha, então Arcebispo de Toledo.

(1) *Terceira Parte da Monachia Luzitana*, liv. VIII, cap. III.

quer, não se encontram nas crónicas (1); concordam, porêm, escritores (2) respeitaveis, em que êste príncipe acompanhou em todas as ocasiões de guerra o monarca leonês «obrando com a espada & conselho grandes cousas em augmento da Christandade» (3). Se assim não fôra, decerto Afonso, altivo e sagaz, não lhe teria concedido a mão de sua filha e encarregado do govêrno do território portugalense (4), nos fins de 1094 ou princípios de 1095 (5).

O conde D. Henrique afim de se associar à Cruzada, partiu para a Terra Santa, nos primeiros meses de 1103 (6). Presidia, havia já mais de um lustro, ao vasto distrito independente que se estirava desde as margens do Minho até ao Tejo, desmenbrado por seu sogro, em virtude de motivos políticos e estratégicos, do senhorio da Galiza, confiado ao outro genro borgonhês, Raimundo.

Raros cavaleiros da Península se numeraram na primeira expedição em demanda de Jerusalem, porque defronte dos seus lares não era menos cruenta, nem de mais minguado merecimento espiritual, a luta pelejada contra os infieis. Assim o julgou o Papa Pascoal II, proibindo (7) aos espanhois de tomarem parte na conquista dos lugares santos. O conde, porêm, não desobedeceu ao pontífice (8), porque ao raiar do

---

(1) Consta do *Poema del Cid,* que o famoso herói se inclinou respeitosamente diante dos dois borgonheses que vieram a ser genros de Afonso VI, por já lhe ter chegado a fama de suas façanhas. (Sanches, *Poesias Castelhanas anteriores al siglo XV.*

(2) Rodericus Santius, *Historia Hispanica,* Parte I, cap. 14; Sandoval, *Chronica de Affonso VI,* fl. 74.

(3) *Terceira Parte da Monarchia Luzitana,* liv. VIII, cap. III.

(4) «... el qual (D. Henrique) en quanto el-rey D. Alonso vevia, noblemente domô a los moros, guerreando contra ellos; por lo qual el dicho rey le dió con su fija en casamiento a Coimbra e a la provincia de Portugal, que son fronteras de moros, en las quales con el exercicio batalloso muy noblemente engrandescia su caballeria.» (*Chronica de Sahagun,* cap. 21, em Escalona, *Historia del Monasterio de Sahagun*).— Lê-se nas *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Sancta Cruz de Coimbra,* que e Conde D. Henrique «era o milhor homem darmas per seu corpo que se podia saber.» (*Portugaliae Monumenta Historica. Scritores*).

(5) A. Herculano, *loc. cit.* Ver a nota IV, a fl. 452, do tom. I.

(6) *Idem,* tom. I, fl. 205. Ver tambêm na mesma fôlha a nota 2.

(7) A Bula de Pascoal II, referindo-se a outra anterior, vem inscrita na *Historia Compostelana,* liv. I, cap. 39.

(8) O exemplo do Arcebispo de Toledo, Bernardo, prelado austerissimo, dirigindo-se a Jerusalêm, na primavera de 1104, comprova quão

século XII dava-se uma acalmia neste teatro ocidental da guerra contra os sarracenos, promovida pela morte do Cid (1), pela perda de Valença (2), pelo regresso do terrível Jussuf à Mauritânia, onde em breve faleceu, sucedendo-lhe seu filho Abul-Hassan-Aly, o qual principalmente se dedicou a firmar o seu império na África, despreocupando-se da Espanha, a ponto de lhe permitir um relativo repouso. Dêste hausto se aproveitou D. Henrique, mas ignora-se os seus feitos no Oriente, e apenas é seguro assinar em 1105, a sua volta a Portugal (3).

Não cuido de analisar os bons talentos políticos que o borgonhês desenvolveu e afirmou depois da morte do sogro, para promover a independência do pequeno estado cuja administração lhe fôra confiada; o que me interessa no conde é o seu carácter genuinamente cavaleiroso, que se acentua ainda com mais frizante relevo, pela participação na Cruzada do Oriente. Será injusto atribuir semelhante rasgo a impulso de ambições mundanas. Durante mais de quatro lustros tivera D. Henrique ensejo de comprovar o seu valor e méritos guerreiros nas temíveis guerras contra os islamistas, em que tomou parte na Península hispânica; estava já consorciado, havia pelo menos oito anos, com a linda (4) filha de um dos

---

vulgar se tornára então essa romagem. Tem-se como provável que o célebre bispo de Coimbra, Maurício, também acompanhou o Conde D. Henrique, à Palestina. (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. VIII, cap. XXII.

(1) Parece averiguado que o Cid morreu em Valença, em 1099.

(2) Tres anos depois da morte do Cid, Afonso VI, após um demorado cêrco e renhidos combates, teve de entregar Valença aos Almoravidas (1102).

(3) Escreveu Herculano (fl. 206): «As acções do Conde no Oriente encobre-as escuridade completa, e todas as conjecturas a este respeito seriam infundadas. Unicamente ha certeza de que elle tinha voltado a Portugal em 1105...». — Presume Fr. Antonio Brandão que D. Henrique teria aproveitado para a sua passagem a armada genovêsa, que em 1104 ajudou Balduino à conquista de Petolemaida. (*Terceira Parte da Monarchia Luzitana*, liv. VIII, cap. XXII). — Escreveu o mesmo autor: «Dizem que da volta veo o Conde Dõ Henrique por Constantinopla, aonde o Emperador Aleixo o festejou & enriqueceo de algumas Reliquias, entre as quas lhe deu hum braço do Euangelista São Lucas, o qual se conserua ao presente na Sé de Braga». *(Idem)*.

(4) Herculano regista a formosura de D. Tereza (*loc. cit.*, tom. I, fl. 238), já celebrada pelos seus contemporânios. (Veja-se Bernard., *Vita B. Geraldi*, cap. 8; em Baluze, *Miscel.*, tom. III, fl. 185). — No foral de Tentugal (era 1146, ano 1108), que se encontra no *Livro Preto da Sé*

mais poderosos e reputados soberanos da cristandade, disfrutando no império dêste de uma herarquia, com certeza muito superior, à que visionára nos mais cariciosos sonhos da sua mocidade. Partindo para Jerusalem quási só, sem comando de tropas, sem estado faustoso, como simples cavaleiro, não poderia levar em mente acrescentar honras ou aumentar poderio: obtemperára, por sem dúvida, a ditames da sua consciência religiosa, querendo partilhar para bem da sua alma, dos trabalhos e riscos, em que milhares de seus irmãos pela crença andavam envolvidos, para desafrontar a Cruz, no próprio lugar onde fôra dignificada, como instrumento da paixão do Redentor. Era o espírito da Cruzada que o dominava. Êste complicado misticismo traduzido em acção prática pela Santa Ordem, foi por sem dúvida um dos factores mais importantes da nossa nacionalidade. A dinastia borgonhêsa que a inaugura, com o reinado epopaico de Afonso Henriques, e houve a esmaltar-lhe os anais tantos feitos de imarcescivel valor, despontou do enlace das duas raças mais cavaleirosas que naquêles tempos brilhavam na Europa cristã. Os antepassados do nosso primeiro rei, quer do lado paterno, quer do lado materno, legam-lhe tradições de acendrada religiosidade e de perfeita cavalaria. Eram os Capetos (1), duques de França e condes de París, abades seculares de S. Martinho de Tours e de S. Germano *des Prés* (2). O Hugo cognominado o *Grande* (3) e também o

---

de Coimbra, fl. 213, e publicado por João Pedro Ribeiro, nas *Dissertações*, tom. III, fl. 45, vem o próprio Conde D. Henrique testemunhar a gentileza da esposa. Começa assim o foral: «Ego Comes Henricus, una cum uxore mea formosissima Tharasia Comitissa, filia Regis Domni Aldefonsi...», e termina: «Ego Comes Henricus, et ego supradicta dulcissima Tarasia».

(1) Ver: A. Luchaire, *Histoire des Institutions Monarchiques de la France sous les Premiers Capétiens*. — Escreve Henri Martin: «O joven Hugo recebeu o sobrenome de Capeto, que significava, segundo se póde ajuizar, individuo de cabeça grande ou cabeçudo, e d'ahi veiu chamar-se Capetos aos descendentes de Hugo Capeto, que reinaram oito seculos em França» (*loc. cit.*, vol I, cap. XIV). — Du Cange, *loc. cit.* Ver a palavra *Feudum*.

(2) P. Labbe, *Eloge Historique de nos Rois;* D. Bouquet, *Historiens de France*, tom. X, Preface.

(3) «Quand il parut aux batailles, il s'y montra si vigoureux que les seigneurs n'hesitérent pas a lui décerner le titre de Grand, soit à cause de sa stature, soit parce qu'il donnait de vigoureux coups de hache.» (Capefigue, *loc. cit.*, tom. I, fl. 83).

*

Branco (1) e seu filho Hugo Capeto, *rex Francorum,* tomavam a capa coral, para assistirem com os eclesiásticos aos ofícios divinos, nas igrejas de que eram titulares (2). O piedoso rei Roberto, terceiro avô de el-rei D. Afonso, comprazia-se em figurar nas funções da catedral de Reims, cantando no côro, paramentado com as vestes de cónego (3). Um antepassado mais remoto dêstes príncipes, o célebre Roberto, o *Forte* (4), salvara da fereza dos normandos as abadias de S. Dinis e de S. Germano. Chamaram aos primeiros Capetos, os Macabeus da Igreja, pela grande solicitude porque defenderam sempre os direitos e prerogativas do poder espiritual, investindo não raro contra os feudais que pilhavam os templos ricos e se apoderavam das propriedades dos frades e dos capítulos, num desrespeito cínico pelas imunidades e haveres de S. Pedro. Para se firmar no trono oscilante da França, Hugo Capeto faz-se sagrar pelo insigne Adalberon (5), o prestigioso metropolita de Reims, e dêle recebeu a imposição dos Santos Oleos, jurando depois, nas mãos do venerando antistite, seu parcial valiosissimo (6), zelar e defender os direitos e interêsses da Santa Igreja (7). Apoiando-se no

---

(1) «... dès son berceau il avait reçu le surnom de Hugues le Blanc, parce que sa peau ressemblait à l'aube du clerc.» *(Idem).*

(2) *Histoire de l'Eglise de Tours et de ses privileges.*

(3) Capefigue, *loc. cit.*, tom. I, fl. 134.

(4) É o fundador da família dos Capetos, sôbre cuja mais remota genealogia, se bordaram várias legendas, entre outras, a que os apresenta como descendentes de Santo Arnould. (D. Bouquet, *loc. cit.*, tom. III). — Êste Roberto, surgiu entre os francos, no momento terrível das devastações dos Normandos e dos Hungaros; a contrastar com a indolência dos príncipes carlovíngios, reune os seus homens de armas, e num esfôrço titânico, obriga os bárbaros invasores, que vinham roubando e arrazando tudo o que encontravam, a um recuo, desde o Sena até ao Loire. Foi por isso que o povo reconhecido o condecorou com o cognome de *Macabeu*. (*Annal. Bertini,* ad an. 862; *Idem,* ad an. 865). — «... les clercs, les serfs qui fuyaient à la face des Barbares, invoquaient Robert comme un saint patron, comme le seul appui dans les désastres de l'invasion.» (Capefigue, *loc. cit.*, tom. I, fl. 80).

Roberto, o *Forte,* veiu a morrer heroicamente, batendo-se contra os normandos, em Brisserte, no ano de 866.

(5) Henri Martin, *loc. cit.*, vol. I, cap. XIV.

(6) Idem.

(7) O juramento vem em D. Bouquet, *loc. cit.*, tom. XI, fl. 658. Resa assim: Hugo Deo propitiante, mox futurus rex Francorum, in die ordinationis meæ, promitto corum Deo et sanctis ejus, quod unicuique de vobis canonicum privilegium et debitam legem, atque justitiam conservabo et defensionem quantum potuero adjuvante domino exibebo, sicut

braço do clero, o primeiro rei dos franceses, não só lhe restituiu importantes privilégios, benefícios e rendas, mas ainda cumulou o sacerdócio de favores e considerações, admitindo os prelados e os abades no seu conselho, dando-lhes liberdade plena para as suas eleições, valorizando assim a classe eclesiástica, de forma a constituir uma fôrça, capaz de se defrontar com a altiva e incómoda impertinência dos barões. E foi fiel, até ao fim. As últimas recomendações que dirige a seu filho Roberto, versam sôbre as abadias e mosteiros, principalmente pelos da ordem de S. Bento, do qual sempre se considerou particular devoto. Queria que o seu sucessor velasse com a maior solicitude por tão santos institutos, defendendo-lhes os haveres e respeitando e fazendo respeitar suas prerogativas (2).

Este Roberto conhecido na História pelo cognome de *Piedoso,* modêlo de piedade (3) sincera e exaltada, foi o terceiro avô de D. Afonso Henriques e como êle homenzarrão (4) e de grandes «forças corporaes».

---

rex in regno suo uniquique episcopo et ecclesiæ sibi commissæ per rectum exhibere debuit populoque nobis credito me dispensationem legum in suo jure consistentem nostra auctoritate concessurum.

(1) «... embora eleito pelos nobres, Hugo deu ao reino um caracter religioso, e os seus primeiros successores imitaram-o. Jamais se mostrava revestido das insignias reaes, mas apenas com a capa de abade de S. Martinho; dizia que um sonho lhe revelára que os seus usariam a corôa durante sete gerações, e por isso não queria cingir com ella a fronte para prolongar este praso.» (C. Cantu, *loc. cit.*, vol. VI, cap. XXI).

(2) Helgaud, *Floriacensis monachi epitome vitæ Roberti regis.* (Édition Pithou, fl. 168, citado por Capefigue).

(3) «A educação que lhe deu o famoso Gerberto fez-lhe adquirir as virtudes monasticas. Caridoso a ponto de despojar-se a si próprio, e deixar-se roubar, dormia no chão da Septuagesima até á Paschoa; passava a quaresma em peregrinações e alimentava trezentos pobres cada dia, e mil em certas solemnidades. Na quinta feira santa servia trezentos de joelhos, e em seguida cem clerigos; lavava os pés a cento e sessenta pessoas, e distribuia dinheiro a todos. Em viagem levava sempre doze pobres montados em jumentos e que louvavam o Senhor. Compunha hymnos, cantava, e psalmodiava no côro as horas canonicas.» (C. Cantu, *loc. cit.*, vol. VI, cap. XXI).

(4) Era de avantajada estatura e de hombros largos, segundo informa Helgaud. Acrescenta Capefigue que o rei Roberto «était d'une force prodigieuse, expert en tous les arts de la guerre; il chevauchait un cheval à la course et brisait de ses poings des éperons de fer» (*loc. cit.*, vol. I, fl. 141). Seu avô Hugo, *o Grande,* e seu pai Hugo Capeto, tambêm eram de elevada estatura e de invulgar rigeza. O nosso D. Afonso Henriques herdou porventura estas vantagens físicas dos seus avós paternos, pois

Os avoengos espanhois do fundador da nossa nacionalidade, todos êles batalhadores temíveis, também se estremavam pela sua alta sentimentalidade religiosa. O quarto avô, Sancho de Navarra, o *Mayor,* alêm de fundar muitos mosteiros e de alevantar templos (1) magníficos, cuadjuvou, do mesmo modo que o rei Roberto de França, os beneditinos (2) para disciplinarem os claustros, nos seus estados. Fernando o *Magno,* seu filho, morreu em cheiro de santidade (3); e em vida, no intervalo das guerras, vinha recolher-se, todo o tempo que podia, no mosteiro de Sahagun (4), onde observava a regra dos frades e se sujeitava humildemente às determinações do respectivo abade. Com tais antepassados não será extranhavel que o nosso Afonso I, o temido Ibn-Errik (5) dos agarenos, brilhasse no côro de Santa Cruz de Coimbra, com a sua sôbrepeliz alvissima, entoando com os outros có-

---

segundo informa D. Antonio Caetano de Souza, «foi de estatura agigantada, de sorte que tinha onze palmos, mas muy proporcionado de membros... aspecto magestoso e de Rey» (*Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tom. I, fl. 59).—Fr. Antonio Brandão diz: «Foy el Rey D. Affonso por sua pessoa de tantas forças corporaes, & exercicio das armas, que podemos affirmar avantajou a todos os Reys de Espanha em hũa cousa & outra.» (*Monarchia Luzitana,* Terceira parte, liv. XI, cap. XXXIX).

(1) Julian del Castillo, *Historia de los Reys Godos,* Libro quarto, Discurso primero.

(2) Mariana, *Historia General de España,* Libro octavo, cap. XIIII.

(3) A vida «del Rey dõ Fernando fue senâlada y toda virtude, en tanto grado q̃ en la ciudad de Leon cada año se le haze fiesta, como a los demas q̃ estan puestos en el numero de los Sãtos». (Mariana, *loc. cit.*, Libro nono, cap. VI). — Conta uma piedosa lenda, reproduzida em quási todos os velhos historiadores espanhois, que estando Fernando Magno, uma noite em oração, lhe apareceu Santo Isidro, anunciando-lhe o dia e a hora em que havia de falecer, para que bem se preparasse para êsse transe. Segundo conta Julian del Castillo, o pio monarca aproveitou o conselho e começou logo a fazer penitência. Alguns dias antes do seu passamento, veiu todo paramentado, com as insígnias da rialeza, receber os últimos sacramentos na catedral de Leon, e a seguir, despojou-se de todas as pompas, vestiu um hábito de penitente, cingiu-se com um cilício e esperou a morte, que conforme lhe fôra anunciada, chegou a 27 de dezembro, dia de S. João Evangelista, no ano de Cristo de 1067, segundo o aviso de Bernardo de Brito, pois a *Chronica Geral* marca êsse fúnebre acontecimento no ano de 1056.

(4) Mariana, *loc. cit.*, Libro nono, cap. VI.

(5) «As chronicas musulmanas como que respiram ainda o sopro de terror, que aos sarracenos inspirava Ibn-Errik, o amaldiçoado emir da gente christã do Occidente». (*Historia de Portugal,* escrita segundo o plano de F. Dinis, vol. I, cap. VI).

negos os ofícios divinos (1), nos lapsos que lhe ficavam das cruentissimas pelejas em que ocupou a vida inteira, por amor de Deus e da pátria que instituira, merecendo por suas virtudes excelsas, tal fama de santo (2), que chegou a alcançar, como seus avós, Roberto o *Piedoso* e Fernando *Magno,* honras nos altares, apenas conferidas aos bemaventurados (3).

---

(1) D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regrantes,* liv. II, cap. 32.

(2) Escreve D. António Caetano de Sousa: «Praticou acções tão esclarecidas para o Ceo, que por ellas ainda é mais respeitado na terra, sendo commumente chamado o Santo Rey D. Affonso Henriques». (*Historia Genealogica,* liv. I, fl. 56).

(3) Chegou a ter culto em outros tempos. Os religiosos de Alcobaça, segundo informa Fr. António Brandão (*Monarchia Luzitana,* Terceira Parte, liv. XI, cap. XXXIX), «não só ordenarão que se fizessem os officios & celebrassem Missas por este Rey com ornamentos de festa, como ainda oje (este hoje, quer dizer, seculo XVII) se vza, mas tambem hũa comemoração, como de bemaventurado». — Esta comemoração encontra-se na *Monarchia Luzitana,* Terceira Parte, edição de 1632, fl. 269 e 270. — Refere D. António Caetano de Sousa, que o Dr. José Pinto Pereira «que por muitos annos assistiu na Curia por Expedicionario Regio, varão douto, imprimio em Roma no anno de 1728 hum livro, com o titulo: *Apparatus Historicus de Argumentis Santitatis Regis Alphonsi Henriques,* dirigido ao Santo Padre Benedicto XIII, no qual em dez argumentos mostra as virtudes heroicas, e Santidade deste Principe. Este livro, depois de ter sido approvado por ordem do Mestre do Sacro Palacio, por dous Consultores da Congregação dos Ritos, o deu seu Author a todos os Cardeaes, e muitos lhe segurarão, que era abundante a prova para este Rey ser beatificado». (*Historia Geneologica,* tom. I, fl. 56). — Lê-se na citada *Monarchia Lusitana,* Terceira Parte, fl 269: «Alguns indícios há de bemaventurança de sua alma, os quais proporei como os alcancei de memórias antigas. Em hum liuro de mão do mosteiro de Alcobaça, em que se trata de São Martinho, & se contem algũas cousas escritas por Gregorio Turonense, Seuero Sulpicio, & outros authores, ha estas palauras referidas a el Rey Dom Afonso Henriques: «*Este bom Rey Dom Afonso a noite que se filhou Ceita aos pagãos pello honrado senhor Rey Dom João o Primeiro appareceo no Conuento de Santa Cruz de Coimbra todo ornado, sendo os frades Conegos em Sembra no choro ás matinas a lhe disse, que el por querer de Deus fora com Dom Sancho seu filho ajudar a cobrar Ceita aos Mouros, a logo trasportaleceu que não foy ende mais visto, quedando costeiros todos, pasmados do que hauião visto*». Tambem em memorias de Santa Cruz se contão algũs apparecimentos deste Rey em defensão daquella casa: Hũa sô apôtarei feita ao proprio Rey D. João o Primeiro. Tinha elle mandado a hum seu oficial, que todas as terras de seus Reynos pertencentes aos regengos Reais, ainda que estiuessem sogeitas às Igrejas, ou pessoas particulares se aplicasse á Corôa até se informar do modo, & causa porque foram desmembradas. Com esta diligencia se tomou ao Mosteiro de Santa Cruz, a quinta da Atamuia, que he em termo de Alemquer. Appareceo em so-

É muito curioso observar como êstes incançaveis guerreiros trocavam, com a maior simplicidade e sincerissimo prazer, a pezada armadura pelos paramentos clericais, alternando as algazarras bélicas com os hinos litúrgicos, e o tintilar viril das armas, no entrechoque das arremetidas violentas, pela psalmodia solene e sentida, arrastada debaixo das alterosas e escuras naves das velhas igrejas, num ambiente todo perfumado de incenso, por onde o órgão espalhava seus sons plangentes, e vinham as suas agitadas almas repousar e retemperar-se, para novas lutas, num convívio mais íntimo com Deus. E todas estas grandes figuras que tenho descortinado na quadratura das catedrais mediévicas ou no côro das abadias históricas, num enlevamento místico, comovedor, intervindo nas cerimónias e misturando seus cânticos com os da clerezia, são, nem mais nem menos, as dos estadistas de maior argúcia e energia, as dos mais indomáveis e radiosos pelejadores daquêles tempos.

Os Capetos, com uma grande arte e não menor valor, fundaram em França uma dinastia que durante largos séculos exerceu uma influência enorme nos destinos da civilização. Bateram-se êsses velhos Hugos com rivais temíveis, domaram rebeldes poderosos, e as suas pesadas espadas sintilaram a miude na defêsa dos fracos e dos oprimidos, numa generosidade cavalharesca que lhes enaltece a memória. Sancho de Navarra, o *Mayor*, deixa uma brilhante reputação militar dos seus sessenta e quatro anos de reinado (1). Fernando, o

---

nhos el Rey Dõ Afonso Henriques a el Rey Dom João, & com palauras graues lhe disse restituisse ao seu Mosteiro de Santa Cruz a quinta que elle lhe dotara quando viuia, & soubesse como tinha tomado debaixo da sua protecção as cousas daquelle Mosteiro. Acordou el Rey Dom João, & contando â gente de sua casa o que lhe acontecera mandou logo restituir a Santa Cruz a quinta que lhe fora tomada.» — Pondera A. Herculo: «Este affecto nacional chegou a attribuir a Affonso Henriques a aureola dos santos, e a pertender que Roma désse ao fero conquistador a corôa que pertence á resignação do martyr. Se uma crença de paz e de humildade não consente que Roma lhe conceda essa corôa, outra religião tambem veneranda, a da patria, nos ensina que, ao passarmos pelo pallido e carcomido portal da igreja de Santa Cruz, vamos saudar as cinzas daquelle homem, sem o qual não existiria hoje a nação portugueza, e, porventura sequer o nome de Portugal». (*Historia de Portugal*, tom. I, fl. 442).

(1) «Sancho II reynò segun mis cuentas 64 años y ocho meses, desde de Junio de 970 hasta Febrero de 1035. Un reynado tan largo le diò tiempo para dilatar sus Estados por Francia, Leon, Viscaya, Castilla y Aragon». (Masdeu, *Htstoria Critica de España*, tom. XII, fl. 245).

Magno, foi um dos mais insignes soberanos (1) que houve a Espanha; basta saber-se que gastando a vida a guerrear, foi vencedor em todas as suas emprêsas bélicas; e nestas, mostrou-se sempre mais cavaleiro do que rei (2). O já tão citado Afonso VI, cimentou com tamanha valentia o poder de Castela, no seu glorioso govêrno de quarenta e quatro anos, que ainda está de pé a sua obra, firme e sobranceira, tendo assistido ao desfilar dos oito séculos, por sem dívida mais interessantes, da História da Civilização. Os clérigos e o povo para os quais êle foi sempre bom e generoso, até ao excesso, chamavam-lhe *luz* e *escudo da Espanha.* E acertaram.

Era assim a Cavalaria, na sua primeira e mais útil fase, esta conjugação do intenso fervor religioso com a exaltação guerreira. O seu ninho primevo foi porventura na Borgonha (3), mas, com certeza, o teatro esplendido onde se exibiu com maior louçania e graça, teve assento no meio dia da França. Irradiou daí para quási toda a Europa, e figura a Espanha entre as primeiras nações que a adoptaram.

Quando o conde D. Henrique tomou conta do Condado Portucalense, já encontrou a Santa Ordem com os seus ritos bem defenidos e com uma tradição respeitável, nos domínios cuja administração lhe fôra confiada. Fernando o *Magno,* depois de conquistar Coimbra (4), fez cavaleiro a Rodrigo

---

(1) Mariana, *loc. cit.*, Libro nono, cap. II. — Julian del Castillo, *loc. cit.*, Libro quarto, Discurso primo.

(2) M. Paquis, *loc. cit.*, tom. I, fl. 573.

(3) C. Cantu, *loc. cit.*, vol. VI, Libro undecimo.

(4) Escreve A. Herculano: «A epoca da conquista de Coimbra, por Fernando o Magno é um dos pontos de chronologia mais controvertidos da historia de Hespanha. — A opinião de Fr. Henrique Flores que põe essa conquista em 1058 é hoje a mais seguida; mas os fundamentos dos que pugnam pela data de 1064 parecem-nos os melhores e por isso a preferimos. Quem quizer averiguar esta particularidade consulte o tom. XIV da *Espan. Sagr.*, pag. 90 e segg. — Ribeiro, *Diss. Chron.*, tom. I e S. Boaventura, *Hist. Chron. e Crit. de Alcobaça*, pag. 154 e segg.». — À conquista de Coimbra anda ligada uma curiosa lenda, primeiramente dada à estampa pelo Papa Calixto (Calixtus Papa I, *de miraculis S. Jacobi*), e depois reproduzida em quási todos os antigos cronistas espanhois. Fr. Bernardo de Brito que a despeito de suas patranhas, trabalhava muito elegantemente a linguagem portuguêsa, oferece da aludida legenda, a versão seguinte: «N'esta occasião que el-Rey ganhou a Coimbra, diz o Papa Calixto, que se achou em Sant-Iago de Galliza hũ Bispo Grego, chamado Estiano, que por salvação de sua alma viera em romaria ao corpo do Santo Apostolo, & como entre outros milagres

de Bivar, o *Cid,* «e cingio-lhe a spada e deu lhe a paz em a boca». Depois armou cavaleiros mais novecentos nobres. Esta curiosa notícia foi tirada de «huum liuro de sam pedro da almidina» para as *Chronicas Breves* e *Memorias avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (1). A *Chronica geral del Rey Dom Affonso* (2), também refere o mesmo facto, bem como Berganza (3) e outros conspicuos historiadores (4) espanhois e portugueses. E persuado-me de que estão na verdade. Pode dispensar-se, sem prejuizo, a prova constante da célebre doação (5) feita ao mosteiro de Lorvão, pelo rei vencedor, em reconhecimento dos valiosos serviços prestados pelos frades (6), durante o cêrco da cidade, documento que se enfileira entre muitos outros dos anatematizados pelo implacável João Pedro Ribeiro. Fôra o Cid pupilo de Fernando Magno. Passando êste em Bivar, demorou-se em casa de Diogo Laynez, cavaleiro principal e já avançado em idade, e ficou encantado com um pequenito de dez anos, muito traquinas e de uma viveza simpática, filho do ancião. Tomou el-rei conta do engraçado diabrete, por nome Rodrigo, e que ao depois ficou conhecido na História por *Cid* o *Campeador,* trouxe-o «para Palacio» (7), para o educar no mister das

---

seus, ouvisse contar como aparecia nas batalhas armado em favor dos Christãos, se rio, & como zombãdo, disse, que mal podia tomar officio de Cavalleiro, aquelle que o tivera de pescador. E como depois d'isto adormecesse, lhe apareceo o Santo armado ricamente com hũas chaves na mão, dizendo q̃ para não aver duvida em ser elle Cavalleyro de Jesus Christo, hia com aquellas chaves abrir as portas de Coimbra a el-Rey Dom Fernando, q̃ avia sete meses a tinha cercada, & dito isto, vio como subia em um cavallo branco, ornado de ricos jaezes, & se partia: tras a qual visão acordou, & chamãdo os Conegos da Igreja lhe contou a visão que tivera, & notando o dia, acharão que no proprio fora Coimbra ganhada aos Mouros, & o Bispo ficou livre da duvida em que vivia». (*Monarchia Lusitana,* Segunda parte, cap. XXVIII).

(1) A fl. 24, *Portugaliae Monumenta Historice. Scritores.*

(2) Parte IV, cap. I.

(3) *Antiguedades de España,* parte I, fl. 411.

(4) Diz Julian del Castillo: «Y enella (Coimbra) el Rey armo cauallero cerimonialmente a Rodrigo de Biuar con gran fiesta». (*Historia de los Reys Godos,* Libro quarto, Discurso primero).

(5) Êste documento está trasladado em latim e traduzido para vulgar, na *Monarchia Lusitana,* Segunda parte, cap. XXVIII).

(6) Mariana embora não se refira à doação feita por D. Fernando aos monges de Lorvão, enaltece-lhes os serviços prestados ao exército cristão durante o cêrco de Coimbra, e considera-os dignos de recompensa real. (*Historia General de España,* Libro nono, cap. II).

(7) Julian del Castillo, *loc. cit.,* Libro quarto, Discurso primero.

armas, como era uso naquela época, praticarem os soberanos (1) com os filhos dos seus vassalos ilustres; e, logo que êle atingiu a idade própria de cingir a espada, Fernando «*quiso le armar cauallero cerimonialmente, como armaua a outros hijos de grãdes y caualleros hijos dalgo de su casa,* y Rodrigo no consentio hasta hazer algun hecho que lo mericsse» (2). — Vê-se neste texto, e outros poderia citar, como já então os ritos cavalharescos estavam em uso corrente na Espanha. — Mas, Rodrigo Dias apegára-se com grata dedicação (3) ao seu educador e acompanhou-o sempre nas suas interprêsas, quer contra moiros, quer contra cristãos (4); não parece provável que o seu valioso concurso fôsse desaproveitado, em jornada de tanta importância como a de Coimbra, dirigida em pessôa por Fernando *Magno,* cujo cêrco manteve, com enorme firmeza, durante seis longos meses, acidentados por graves dificuldades.

Dizem os citados informadores que o *Cid* foi armado Cavaleiro, na mesquita maior de Coimbra, depois de purificada e consagrada a Nossa Senhora. Adverte Berganza que nesta cerimónia se suprimiu a pescoçada (5) do ritual, persuadindo-se o consagrador de manifestar assim, a sua alta estima pelo recipiendário, cujos grandes feitos bem podiam dispensar a advertência, simbolizada naquele gesto.

---

(1) Veja-se sôbre o assunto, o que já escrevi, a fl. 58 e 59, neste mesmo volume. — Informa o citado Julian del Castillo, que Fernando o Magno «criava en su casa y palacio todos los hijos de los grandes e cavalleros». Por aqui se apura, que a êste tempo, já em Espanha existiam as escolas de nobrêsa, de certo com a mesma índole das francesas, descritas por Saintre, e denominadas, *seminários de guerreiros,* por Delécluze.

(2) Julian del Castillo, *loc. cit.*, Libro quarto, Discurso primero.

(3) «Entre les *nourris* et ceux qui les «nourrissaient», un lien sacré ne tardait pas à se serrer, et rien ne le pouvait rompre. Le jeune noble devait à son éducateur une profonde, une inaltérable reconnaissance, et son respect pour lui revêtait le caractère filial. Ce maître était réellement un second père». (Leon Gautier, *loc. cit.*, fl. 187).

(4) Sismonde de Sismondi, *De la Littérature du Midi de l'Europe,* tom. III, fl. 117 e 118.

(5) «Estilaba-se al armar à los Cavalleros darles un golpe con la mano en el pescuezo diziendo: Desperta y no durmaes en las cosas de Cavalleria! El Glosario de Cangio dize que al dar la bofetada se dezia: Mostrad ser bueno y fiel soldado del Reyno: Esto bonus miles & fidelis regni. Conociendo el Rey, que el Cid no necessitaba de este aviso conmutó la advertencia en demostracion de lo mucho que le estimaba». (*Antiguedades de España,* Parte I, fl. 411).

Não sei de crónica ou documento que memore outra ordenação cavalharesca, em terras portuguesas, anterior à do Cid, na santificada mesquita de Coimbra. E, sendo assim, como tudo leva a presumir, a estreia da Cavalaria, nos domínios que vieram a constituir a nossa nacionalidade, não poderia ser mais brilhante!

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do vol. 63.º, pag. 667)

João Baptista Fernandes de Miranda. — Em abril de 1834 entrava em Bragança o general Jorge de Avillez á frente da facção constitucional triumphante e, como fizera onze annos antes o seu predecessor, general Claudino, armando em papa, declarou a Sé, já então provida de bispo que obrigou a fugir, como vaga, intimando o cabido para que procedesse á eleição de Vigario Capitular, em officio datado de Bragança a 18 de abril de 1834, que se guarda original no Archivo do Paço Episcopal desta cidade e vem transcripto no folio 28 e 29 v. dos *Acsordãos* que vamos seguindo, já por nós publicado no tomo 2.º, pag. 103 destas *Memorias Archeologico-Historicas.*

Não sei se os conegos encontraram canones adquados ao intento ou se somente se moveram pelas razões do caso de 1823; mas é certo que encontraram em João Baptista Fernandes de Miranda, abbade de Caçarelhos desta diocese, coragem bastante para acceitar a eleição que delle fizeram, na sessão de 21 de abril de 1834, para Vigario Capitular (1).

Rodrigo de Sousa Machado. — Os fogáchos constitucionaes de Caçarelhos não acabavam de satisfazer o governo que impoz Rodrigo de Sousa Machado, outro que tal, mas minhoto, abbade de Travassos no arcebispado de Braga, arcediago da Sé Cathedral de Vizeu e lente de theologia na Universidade de Coimbra, ao cabido, que o armou *canonica-*

---

(1) Ver o tomo 2.º, pag. 190 destas *Memorias Archeologico-Historicas.*

mente em Vigario Capitular na sessão de 21 de junho de 1834 (1).

No fol. 84 v. dos *Accordãos de 1804 a 1829* do Cabido de Bragança vem transcripta a carta regia de 21 de abril de 1834 que nomeia o supra dito Rodrigo de Sousa Machado governador do bispado de Bragança e o original guarda-se no Archivo do Paço Episcopal da mesma cidade.

João Antonio Corrêa de Castro Sepulveda. — Por carta datada de Sande a 20 de outubro de 1836 e dirigida ao cabido de Bragança desistia Rodrigo de Sousa Machado da jurisdicção de Vigario Capitular e por isso na sessão de 9 de novembro seguinte elegeu João Antonio Corrêa de Castro Sepulveda, então arcediago da Sé, depois successivamente chantre e deão na mesma, natural de Bragança, filho do bravo general Manuel Jorge Gomes de Sepulveda (2).

Jose de Almeida Sampaio. — O governo, ou para fazer gato-sapato do poder de eleição do cabido, ou porque o constitucionalismo de Sepulveda não lhe enchia as medidas, se bem que delle deixou irrefragaveis testemunhos (3), impoz para Vigario Capitular o presbytero Custodio Jose do Carmo Joel que não chegou a tomar posse e substituiu-lhe o não menos presbytero Jose de Almeida Sampaio por carta regia de 26 de novembro de 1836 existente no Archivo do Paço Episcohal em Bragança chancellado em Vigario Capitular pelo cabido na sessão de 20 de março de 1837 (4).

São estes quatro homens os Vigarios Capitulares na diocese de Bragança do periodo scismatico (1834–1841) conhecido na historia por *Scisma dos Monacos*. O governo não se limitava a insinuar, segundo praxes antigas os individuos que deviam ser eleitos Vigarios Capitulares; a seu bel-prazer nomeava os governadores das dioceses e os cabidos, reduzidos a meras chancellas, fingiam que os elegiam, nem sequer salvando as apparencias, pois consignam nas actas a formula: «eleito por S. Magestade». Tudo comedia mal representada!

O João Baptista Fernandes de Miranda vem na acta da

---

(1) *Accordãos de 1829 a 1863,* etc., fol. 32 v.
(2) Idem, fol. 34 v.
(3) Ver o tomo 2.º, pag. 107 destas *Memorias Archeologico Historicas.*
(4) *Accordãos* citados, fol. 36.

sessão capitular agradecer ao cabido a sua nomeação psalmeando porem elegiacamente á laia de espontaneidade que «razões poderosas ocorrem para elle se demetir do dito emprego». Nem verdade, nem grammatica, pois foi pura e simplesmente empurrado desse lugar.

O Rodrigo de Sousa Machado na carta dirigida ao cabido diz que a sua «saude arruinada, e fora d'estado de poder recolher-me ahi tão prompto como pede a natureza da commissão de que fui encarregado por S. M. e achando-se tambem meu irmão que ficou encarregado da Provisoria, e fazendo parte da Junta Governativa do Bispado (1) com a sua saude arruinada, para poder continuar no exercicio das funçoens, de que foi por mim encarregado: por isso demito na mão de V. S. toda a jurisdicção espiritual» desse bispado (2).

Eram dois arruinados grammaticaes! E moralmente? A gente fixa um pouco a data desta carta — 20 de outubro de 1836 — rememora o triumpho do partido contrario, dito *setembrista,* com a revolução de 9 de setembro de 1836, que substituiu por outros homens os vigarios capitulares, e fica fazendo ideia destas saudes arruinadas.

Junto a folio 36 dos *Accordãos* que vamos seguindo vem collada a copia de uma carta do chantre Manuel Martins Manso, datada da Bemposta a 2 de novembro de 1336 dirigida ao arcediago João Antonio Corrêa do Castro Sepulveda. Della se deprehende que o consultara sobre o caso de que se devia fazer apóz a desistencia do Vigario Capitular Rodrigo de Sousa Machado. Diz elle: «Eu supponho que o governo acceitando a desistencia daquelle emprego não terá a menor duvida em provelo sem demora por via de uma nomeação identica á antecedente, e até já por lá talvez haja noticia do novo provido: por conseguinte debalde nos cansamos em fazer elleições cujo effeito he tão precario como momentaneo». Termina por lhe dizer que lhe dá a elle Sepulveda o seu voto para que continue a despachar interinamente os negocios da vigairaria capitular.

Ve-se claramente da carta que Sepulveda não se sentia bem seguro canonicamente na questão e por isso junta copia della o que de resto tambem se deduz do seguinte titulo que escreveu no alto della: «Copia da carta do delegado do Bispo

---

(1) Vide estas *Memorias Archeologico-Historicas,* tomo 2.º, pag. 196.
(2) *Accordãos de 1829 a 1863,* etc., fol. 34 v. onde vem transcripta a carta.

Rebelo». Ergo se o bispo D. Jose da Silva Rebello tinha delegado legitimo não podia haver vigario capitular.

Tanto o cabido não elegia, como já fica provado da formula das actas — «eleito por S. Magestade» — que Rodrigo de Sousa Machado já estava presente na sessão em que simulacram elegel-o e para tirar ao acto toda a duvida de livre, exibiu a carta regia. Na sessão de 20 de março de 1837 consigna a acta: que «tendo-se apresentado neste acto o Reverendissimo Jose de Almeida Sampaio, com a Carta Regia de vinte e seis de Novembro do anno proximo passado... elle dito Reverendissimo Arcediago [Sepulveda] se dimitio da Dignidade de Vigario Capitular, e Governador do Bispado, para o Illustrissimo Cabbido a conferir ao sobredito designado por Sua Magestade, como com effeito logo conferio» (1).

Manuel Martins Manso. — O governo reconheceu alfim que a paz civil e não menos a religiosa era indispensavel ao bom andamento dos negocios publicos, d'onde a necessidade de congraçar todos os elementos conservadores entre os quaes avultava o clero. O bispo Rebello pode então voltar a Bragança e na sessão capitular de 13 de setembro de 1841 leu-se o real decreto de 6 de agosto desse anno que exonerava de governador do bispado de Bragança o presbytero Jose d'Almeida Sampaio, já fallecido quando o decreto chegou a Bragança, e a provisão do bispo D. Jose da Silva Rebello de 8 de agosto de 1841 que nomeava o chantre Manuel Martins Manso, antigo Vigario Capitular para o dito cargo de governador do bispado, no qual permaneceu até 3 de março de 1843 em que foi nomeado José Ignacio Guerra, abbade de Penhas Juntas por elle estar doente; mas restabelecendo-se logo, por outra provisão do mesmo bispo do dia 6 do dito mes e anno voltou ao exercicio das suas funcções governativas. E na vacancia determinada pelo fallecimento do bispo D. Jose da Silva Rebello foi, na sessão do cabido de 22 de novembro de 1846, eleito Vigario Capitular (2).

João Pereira Botelho d'Amaral e Pimentel. — Em 1853 dava-se nova vacancia episcopal pela transferencia do bispo

---

(1) *Accordãos de 1829 a 1863,* etc., fol. 36.
(2) Idem, fol. 44.

D. Joaquim Pereira Ferraz para Leiria e na sessão do cabido de 9 de maio desse anno era João Pereira Botelho d'Amaral e Pimentel, então chantre da Sé cathedral de Bragança, mais tarde bispo de Angra do Heroismo, natural da Villa de Oleiros, concelho de Sernache do Bom Jardim, eleito Vigario Capitular (1).

José Luiz Alves Feijó. — Em 1856 nova vacancia na Sé de Bragança pela transferencia para Vizeu do bispo D. José Manuel de Lemos e o cabido elegeu para Vigario Capitular a José Luiz Alves Feijó, antigo abbade de Penhas Juntas, desta diocese, mais tarde successivamente bispo de Macáu, Cabo Verde e Bragança, que era natural de Freixo de Espada á Cinta.

Antonio Joaquim de Oliveira Móz. — Pela morte do bispo D. José Luiz Alves Feijó, succedida a 7 de de novembro de 1874, o governo, por carta regia do dia 9 desse mez e anno, assignada pelo então ministro dos negocios ecclesiasticos Augusto Cesar Barjona de Freitas que se conserva no Archivo do Paço Episcopal em Bragança, insinuou ao cabido para Vigario Capitular a Jose Maria da Cunha, presbytero, bacharel em theologia pela Universidade de Coimbra, de cuja cidade era natural, professor de sciencias theologico-canonicas no Seminario de Bragança; mas o cabido escudado tambem no seu direito de escolher livremente, elegeu Antonio Joaquim de Oliveira Móz, conego mestre-escola da Sé, igualmente bacharel em theologia, professor de sciencias ecclesiasticas no Seminario de Bragança, natural desta cidade. Esta divergencia agitou fortemente a opinião publica e a imprensa onde largamente se debateu a questão. Por ultimo o governo para lhe pôr termo nomeou novo bispo e a celebre questão do Vigario Capitular de Bragonça, mercê da energia de um cabido á altura, terminou deixando mal ferida a reputação de quem tanto ostentava seguir os ensinamentos da Igreja.

Antonio Augusto Rodrigues, bacharel em theologia, professor e reitor do Seminario de Bragança, de cuja cidade é natural, vigario geral e governador da mesma diocese com

---

(1) *Accordãos de 1829 a 1863,* etc., fol. 47.

os bispos Martens Ferrão, Ennes e Mariz, conego de Vizeu e actualmente de Braga.

Não tenho agora modo de verificar se este notabilissimo e culto professor foi Vigario Capitular desta diocese na vacancia determinada pela transferencia para Portalegre do bispo D. Manuel Bernardo de Sousa Ennes.

João de Deus Fernandes de Azevedo. — Pela morte do bispo D. José Alves de Mariz succedida em Luzo a 25 de agosto de 1812 onde se encontrava desterrado pelo governo da republica foi, na sessão do dia 31 desse mez e anno eleito pelo cabido para Vigario Capitular João de Deus Fernandes de Azevedo, antigo abbade de Villar d'Ossos, prior aposentado de Santa Maria de Bragança, natural de Vinhaes onde nasceu a 22 de julho de 1853, fallecido em Bragança a 18 de maio de 1916, que ao tempo, com a vinda do novo bispo D. José Lopes Leite de Faria, fora nomeado governador do bispado.

João de Deus Fernandes de Azevedo era o typo modelar do sacerdote: bom e exemplarissimo em todos os actos da sua vida. Regeu a diocese no periodo agudo de maior effervescencia politica determinado pela implantação do governo republicano, com tino inexcedivel.

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal

REINOS NEO-GÓTICOS DA PENÍNSULA HISPÁNICA

TABELA CRONOLÓGICA DOS SEUS MONARCAS

Com a publicação da presente tabela procuramos atingir um fim bem modesto, mas não despido de utilidade: colocar sob os olhos dos que estudam a história de Portugal um quadro, em que um simples golpe de vista lhes mostre quem eram os monarcas dos diversos reinos cristãos da península em qualquer dado momento histórico.

Sem dificuldade podem obter o mesmo resultado consultando os livros; mas a repetição frequente de tais indagações é incómoda e fastidiosa, e ha nisso dispéndio de tempo, o que tudo se evita com o uso da tabela cronológica que damos à estampa.

Economiza-se trabalho e tempo: e já não é pouco.

Coímbra, 25 de janeiro de 1917.

Dr. António de Vasconcelos.

*

Início dos reinados	Astúrias	Leão	Navarra	Castela	Aragão
718	Pelágio				
737	Favila				
739	Afonso I				
757	Fruela I				
768	Aurélio				
774	Silo				
783	Mauregato				
789	Bermudo I, o diácono				
791	Afonso II, o casto				
842	Ramiro I				
850	Ordonho I				
866	Afonso III, o grande				
905			Sancho Garcês (I)		
909		Garcia I			
914		Ordonho II			
924		Fruela II			
925		Afonso IV, o monge	Garcia Sánchez (I)		
930		Ramiro II			
950		Ordonho III			
955		Sancho I, o gordo			
967		Ramiro III			
970			Sancho Garcês (II), o maior		
982		Bermudo II			
999		Afonso V			
1027		Bermudo III			
1033				Fernando I, o grande, e Sancha (a), irmã do rei de Leão	
1035					Ramiro I
1037		Sancha (a) e Fernando I de Castela			
			Garcia Sánchez (II)		

Início dos reinados	Leão	Castela	Aragão	Navarra
1054	.....	.....	.....	Sancho Garcês (III)
1063	.....	.....	Sancho Ramírez (**b**)	
1065	..... Sancho II, o forte			
1073	..... **Afonso VI**, o valente			
1076	.....	.....	.....	Sancho Ramírez (IV) (**b**)
1094	.....	.....	**Pedro I,**	
1104	.....	.....	**Afonso I**, o batalhador	
1109	..... **Urraca**			

Início dos reinados	Portugal			
1114	Terêsa			
1126	.....	**Afonso VII**, o imperador		
1128	Afonso Henríquez (I)			
1134	.....	....	Ramiro II, o monge	Garcia Ramírez (III), o restaurador
1137	.....	.....	Petronilla e Ramon Berenguer conde de Barcelona	
1150	.....	.....	.....	Sancho Garcês (V), o sábio
1157	.....	Fernando II...	Sancho III	
1158	.....	.....	**Afonso VIII**	
1162	.....	.....	..... **Afonso II**	
1185	Sancho I			
1188	.....	**Afonso IX**		
1194	.....	.....	.....	Sancho Sánchez (VI), o forte
1196	.....	.....	..... Pedro II	
1211	Afonso II			
1213	.....	.....	.... Jaime I, o conquistador	
1214	.....	.....	Henrique I	
1217	.....	.....	Berenguela	
1217	.....	.....	Fernando III, o santo (**c**)	
1223	Sancho II			
1230	.....	Fernando III, o santo (**c**)		
1234	....	.....	.....	Teobaldo I
1248	Afonso III			
1252	.....	Afonso X, o sábio		
1253	.....	.....	.....	Teobaldo II
1270	.....	.....	.....	Henrique, o gordo

Início dos reinados	Portugal	Leão e Castela	Aragão	Navarra
1274	.....	.....	.....	Joana e Felipe o formoso (IV de França)
1276	.....	.....	Pedro III, o grande	
1279	Denís			
1284	.....	Sancho IV, o bravo		
1285	.....	.....	Afonso III, o franco	
1291	.....	.....	Jaime II, o justo	
1295	.....	Fernando IV, o emprazado		
1305	.....	.....	.....	Luís Hutin (X de França)
1312	.....	Afonso XI, o justiceiro		
1316	.....	.....	.....	Felipe, o longo (V de França)
1322	.....	.....	.....	Carlos I, o formoso (IV de França)
1325	Afonso IV			
1327	.....	.....	Afonso IV, o benigno	
1328	.....	.....	.....	Joana e Felipe d'Evreux
1336	.....	.....	Pedro IV, o cerimonioso	
1350	.....	Pedro I, o cruel	... .	Carlos II, o mau
1357	Pedro I			
1367	Fernando I			
1369	.....	Henrique II, o bastardo		
1379	.....	João I		
1385	João I			
1387	....	.....	João I, o caçador	Carlos III, o nobre
1390	.....	Henrique III, o doente		
1395	.....	.....	Martinho, o humano	
1406	.....	João II		
1410	.....	.....	Fernando I, o de Antequera	
1416	.....	.....	Afonso V, o magnánimo	
1425	.....	.....	.....	Branca, e João de Aragão (d)
1433	Duarte			
1438	Afonso V			
1441	.....	....	.....	João de Aragão (d)
1454	.....	Henrique IV		
1458	.....	.....	João II (d), o grande	

Início dos reinados	Portugal	Leão e Castela	Aragão	Navarra
1475	.....	Isabel I e Fernando V (e), os reis católicos		
1479	.....	.....	Fernando II (V de Leão e Castela) (e)	Leonor
1479	.....	.....	.....	FranciscoFebo
1481	João II			
1483	.....	.....	.....	Catarina e João d'Albret
1495	Manoel I			
1504	.....	Joana, a doida, e Felipe I		
1507	.....	Fernando V (e) regente		
1512	.....	.....	.....	Fernando V (e) conquista Navarra
		Espanha		
1516	.....	..... Carlos I (depois imperador Carlos V)		
1521	João III			
1556	.....	..... Felipe II (f)		
1557	Sebastião			
1578	Henrique, o cardeal			
1580	Felipe I (II de Espanha) (f)			
1598	Felipe II de Portugal e III de Espanha			
1621	Felipe III de Portugal e IV de Espanha			
1640	João IV			
1656	Afonso VI			
1665	.....	..... Carlos II		
1683	Pedro II			
1700	.....	..... Felipe V (duque de Anjou)		
1706	João V			
1724	.....	..... Luís (por abdicação de seu pai Felipe V)		
1724	.....	..... Felipe V (2.ª vez, por morte de seu filho Luís)		
1746	.....	..... Fernando VI		
1750	José			
1759	.....	..... Carlos III		
1777	Maria I e Pedro III			
1788	.....	..... Carlos IV		
1808	.....	..... Fernando VII		
1816	João VI			
1826	Pedro IV e sua filha Maria II			
1828	Miguel			
1833	Maria II e Fernando II (c. em 1836)	..... Isabel II		
1853	Pedro V			
1861	Luís			

Início dos reinados	Portugal	Espanha
1869	.....	*(Abdicação de Isabel II em seu filho Afonso XII)* (g)
1870	.....	Amadeu, duque de Aosta
1873	.....	*(Proclamação da rèpública espanhola)*
1874	....	Afonso XII (g)
1885	.....	Afonso XIII
1889	Carlos	
1908	Manoel II	
1910	*(Proclamação da rèpública portuguêsa).*	

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do vol. 63.º, pag. 652)

Don Juan, apesar dos seus desvarios, merece a compaixão do público, que se sente atraído por êsse jovem, que cônscio da sua fôrça e bravura, não desculpa a mínima ofensa à sua dignidade. Ainda no encontro com o comendador mostra grandeza de ânimo; recebeu-o com a cortezia própria de um cavaleiro e só arremete contra êle, quando D. Gonzalo põe em dúvida o seu valor e promessas. A ousadia de D. Juan lembra-nos a de Fausto no drama de Marlowe, quando, na ânsia de penetrar nos segredos da natureza, entrega a alma ao demónio, sem condições de qualquer natureza:

> Had Ias many souls as there be stars
> I'd give them all for Mephistophilis.

E assim como Don Juan, ao dar a mão ao comendador, exclama resoluto:

> Si fueras el mismo infierno,
> La mano te diera yo.

Também Fausto, depois de assinar o terrível contracto e ver inscrita na mão a fatídica advertência — Homo fuge — não se deixa dominar pelo mêdo.

> FAUST. Consummatum est, this bill is ended
> And Faustus hath bequeathed his soul to Lucifer.
> But what is this inscription on mine arm?
> Homo fuge: wither should I fly?
> If unto God, he'll throw me down to hell.
> My senses are deceived here's nothing writ: —
> I see it plain; here in this place is writ,
> Homo fuge: yet shall not Faustus fly.

Tanto o autor do Burlador, como Marlowe, parecem comprazer-se na pintura de uma certa incredulidade, ousada e cínica, o que constitue uma característica da escola dos livres-pensadores inglêses da Renascença, à qual tambêm pertenciam Peele, Lodge, Nash e Greene, o autor do «Friar Bacon e Friar Bungay» e dos interessantes trabalhos autobiográficos «Never too late», «A Groatsworth Wit», «The Repentance of Robert Greene», onde descreve sinceramente toda a sua vida miserável (1).

---

(1) O Leitmotiv de toda a obra dramática de Marlowe é — O Amor do Impossível — impossivel, não porque esteja acima dos apetites humanos, mas porque o homem, procurando atingi-lo, esgota as suas fôrças. A imaginação, transportando-o ao domínio do transcendente, faz-lhe entrever gozos inefáveis, mas a consciência da fraqueza dos seus recursos, revolta-o contra Deus e contra a ordem natural das cousas. Daí o carácter titânico, demoníaco dos heróis do grande dramaturgo inglês. Esta aspiração para o infinito toma um tríplice aspecto: desejo de poder, desejo de beleza, desejo de conhecimento. É principalmente a sêde do mando, a paixão dominante em todas as criações de Marlowe. Assim a sciência de Fausto conduz ao poder; Helena é evocada do Lethes para lisongear a ilusão de onipotência do orgulhoso doutor; as joias de Barabas valem porque com elas se compram estados, se corrompem reinos. Marlowe delineou um carácter verdadeiramente gigantesco, superhumano, em que personifica a aspiração de poder absoluto. Refiro-me ao «Tamberlaine the great». Tudo ali tem um ar de grandeza: as dimensões do quadro, a extensão das regiões conquistadas, as proporções dos caracteres, a violência das paixões e a multiplicidade dos acontecimentos de cada acto.

«É a própria natureza, confessa Tamberlaine, que poz em luta os elementos dentro do homem; a necessidade íntima do mando incita-o sem descanso. As nossas almas que não são delimitadas por circunstâncias cósmicas. que podem livremente abranger o curso dos planetas e abraçar o universo com o pensamento, arrastou-nos aos maiores perigos». O poeta incarna-se na sua criação, exprime por ela o desejo do ilimitado. A felicidade banal, alcançada sem dificuldades é indigna dos grandes homens. No «Massacre at Paris» o duque de Guise, o terrível rival da casa de Valois, o sangrento e pouco escrupuloso inimigo dos Huguenotes, diz:

Oft have I levelled and at last have learned
That peril is the chiefest way to happiness,
And resolution honour's fairest aim
What glory is there in a common good,
That hangs for every peasant to achieve?
That like I best, that flies beyond my reach.

Fausto despreza tambêm a sciência vulgar, confinada a regras áridas, prêsa ao círculo das ocupações diárias. No «Eduardo II», Mortimer

Fausto atreve-se a negar a vida de alêm-túmulo, dizendo a Mefistófeles:

> Thinkst thou that Faustus is so fond to imagine
> That, after this life, there is any pain?
> Tush, these are trifles and mere old wives'tales.

Já antes afirmára: — I think hell's a fable —. Don Juan e Fausto passam pelas mesmas alternativas de coragem e desânimo. O aventureiro espanhol tambêm por momentos se desconcerta com a presença de Don Gonzalo, mas atribue êsse terror às preocupações do seu espírito agitado.

> Don Juan
> .....
> .....
> Pero todas son ideas
> Que dá á la imaginacíon
> El temor; y temer muertos

---

revela a mesma grandeza que D. Juan e Fausto, e ao despedir-se da sua querida Izabel, exclama:

> Base Fortune, now I see that in thy wheel,
> There is a point, to which when men aspire
> They tumble headlong down: that point I touch'd,
> And seeing, there was no place to mount up higher,
> Why should I grieve at my declining fall? —
> Farewell, fair queen: weep not for Mortimer,
> That scorns the world, and as traveller,
> Goes to discover countries yet unknown.

A irreverência dos heróis de Marlowe simboliza a curiosidade nunca satisfeita dos espíritos superiores. A própria beleza que Marlowe celebra, tem um carácter supersensual; inflama mais a alma do artista que a do apaixonado. Em linhas memoráveis, mostra Marlowe no Tamburlaine, pela bôca do Tartaro, que a beleza a que aspira, é a beleza impossivel:

> What is beauty, sayeth my sufferings then?
> If all the pens that ever poets held
> Had fed the feeling of their masters'thoughts,
> And every sweetness that inspired their hearts,
> Their minds and muses on admired themes;
> If all the heavenly quintessence they still
> From their immortal flowers of poesy,
> Wherein as in a mirror, we perceive
> The highest reaches of a human wit;
> If these had made one poem's period
> And all combined in beauty's worthiness
> Yet should there hover in their restless heads
> One thought, one grace, one wonder, at the least,
> Which into words no virtue can digest.

Es muy villano temor;
Que si un cuerpo noble, vivo,
Con potencias y razon
Y con alma, no se teme,
¿ Quien cuerpos muertos temió ?
.....
.....

(Acto III, Sc. XV).

Um e outro representam a afirmação da personalidade pelo gozo e pela acçao, simbolizam a revolta contra as peias impostas não só pela convenção social e despotismo do estado, mas pela fraca natureza humana. Os dois heróis teem o mesmo feitio apaixonado e violento; levam uma vida dissoluta, pelo que sofrem castigo afrontoso. A lenda de Prometheu também não é sensivelmente diferente. «Prometheu, como muito bem interpreta o sr. dr. Teófilo Braga (Vid. *Instituto de Coimbra,* 1866, vol. 13, pag. 88), rouba o fogo celeste para animar a argila, reluta, estorce-se sôbre os fraguedos, a que está aguilhoado, à espera de quem o liberte. Enquanto o abutre lhe rói as entranhas, cria-se outra fôrça, que os deuses tambêm hão de amaldiçoar, porque a não poderão prender. É a actividade do pensamento». Farinelli classifica o Don Juan de fratello di sangue de Fausto, e no prefácio às suas «Note critiche», diz: «Fausto e Don Juan sono di tutti i popoli e di tutti i tempi, ma il peccare del primo è più particulare alla riflessiva natura del Settentrione, la peccaminosa indole del secondo è più propria alla razza bollente del Mezzodi.» (Vid. Farinelli, «Don Giovanni. Note critiche. Giornale storico della litteratura italiana», vol. XXVII, Torino-Roma, 1896).

Convêm tambêm não esquecer que entre os inúmeros trabalhos populares do Fausto há um em especial sôbre as aventuras do seu famulo Christovão Wagner, publicado em 1594, por Tholet Schotus, que declara ter traduzido do espapanhol a obra referida. Tal facto, a ser verdadeiro, explica em parte a analogia das duas lendas.

Com o autor do Fausto e o suposto autor de Don Juan, dá-se outra coincidência curiosa. Apesar da ortodoxia da peça que descreve com côres sombrias os últimos instantes do infeliz doutor, Marlowe foi acusado de exprimir pela bôca de Fausto as suas próprias ideias. A audácia do seu génio bem manifesta nos tipos admiráveis de Tamburlaine e Barabas, havia de chocar naturalmente uma geração violenta e apaixonada, mas essencialmente religiosa. Tambêm segundo a

lenda, Tirso de Molina, qual outro Fausto, vendera a alma a Satanaz para obter tão grande triunfo com a sua obra (1). E não há dúvida que o drama espanhol não foi mais popular em Espanha que no estrangeiro, sôbretudo na Itália, onde, desde cedo, foi representado em mímica pelos actores italianos. Giliberto adaptou-a à scena pela primeira vez em 1652, e mais tarde compunha Cicognini «Il convitato di pietra». Os músicos italianos levaram para França o assunto que Durimond dramatizou em «Le festin de pierre ou le fils criminel». Villiers escreveu também uma tragicomédia sôbre o mesmo tema, sugerindo a Molière Le Festin de pierre, representado em 1665 no Palais Royal. Corneille escreveu uma tragicomédia em verso do mesmo teor, e Dusmenil compoz «Le festin de pierre ou l'Athée fondroyé» (1669), cuja acção se passa nos tempos pagãos.

*

Ainda hoje não está definitivamente assente que seja Tirso de Molina o verdadeiro autor do Don Juan. Ao interessante trabalho de Teodoro Schröder — Die dramatischen Bearbeitungen der Don Juan-Sage in Spanien, Italien und Frankreich, bis auf Molière einschliesslich. Halle A. S. Verlag von Max Niemeyer — peço as considerações seguintes sôbre esta questão.

No já citado importante trabalho de Farinelli, sôbre o Don Juan, lê-se a pag. 10: «In primo luogo... è dubbio e dubbio assai che Tirso e non altri sia il vero autore del Burlador». Um ano mais tarde Baist (Vid. Die Spanische Litteratur. Gröbers Grundiss II, 2, 465) tinha as mesmas dúvidas. Farinelli ia mais longe ainda, afirmando que uma edição crítica do Burlador, desenganará de vez aqueles que, fundando-se apenas na autoridade da tradição, creem e divulgam que Tirso é o poeta do primeiro drama conhecido sôbre o Don Juan». Na edição de 1630 figura é certo como autor Tirso de Molina, o que nada prova, pois era vulgar naquele tempo atribuir a um escritor consagrado a paternidade de obras que lhe não pertenciam.

---

(1) Do mesmo modo Palma Cayet, que traduziu para francês a primeira redacção literária da lenda de Fausto, foi julgado pelos huguenotes, como amigo do diabo com quem fizera um pacto, para que êste lhe ensinasse diferentes línguas.

Assim, dêsse mesmo volume que contêm o Burlador, diz Barrera (1): «Contiene con el nombre de Lope cuatro comedias, las dos primeras de dudosa pertenencia, las otras dos positivamente». Também com frequência se reuniam no mesmo volume várias obras de autores diferentes, indicando-se apenas o nome de um dos autores, geralmente o mais conhecido. Em uma edição das suas obras (Vid. Schack, «Geschichte der dramatischen Literatur und Kunst in Spanien», II, 554), diz Tirso: «Yo, pues... dedico, de estas doce comedias, cuatro son mias em mi nombre; y en el de los dueños de las otras hocho (que no sé porqué infortunio suyo, siendo hijas de tan ilustres padres, las echaron á mis puertas), las que restan». Não refere, porêm, quais são as quatro que compoz. O Burlador falta em todas as edições publicadas durante a vida do poeta. Fastenrath e Gendarme de Bévolte explicam o facto do modo seguinte: Tirso escreveu 400 comédias aproximadamente; as edições das suas obras conteem um pequeno número delas. O Burlador teve sorte idêntica à de muitas outras, e, alêm disso, só mais tarde é que se torna célebre. Esta afirmação não é bem exacta, pois, como diz Schröder, a sua inclusão no 1.º volume das «Comédias escojidas de los mejores ingenios» e uma referêneia nas «Mañanas de abril e mayo» de Calderon mostram que a peça era bastante conhecida no século XVII. Schröder duvida que o Burlador seja de Molina pelas razões seguintes:

a) Em nenhuma das outras obras Tirso menospreza a amizade; pelo contrário, dignifica-a como se vê nos dois dramas: «Comó han de ser los Amigos», e «El Amor y el Amistad». Não é o caso do Burlador; haja vista a atitude de D. Juan para Octávio, e sôbretudo para o Marquez de la Mota.

b) Tirso de Molina faz sôbresair sempre as figuras femininas. Agustinho Durán no 1.º volume da «Talia espanhola» e nos seus «Apuntes Biograficos sobre el Maestro Tirso de Molina», escreve: «Lo cierto es que los hombres de Tirso son siempre timidos, debiles y juguete del bello sexo, en tanto que caracteriza à las mugeres como resueltas, intrigantes y fogosas en todas las pasiones que se fundan en el orgullo y la vanidad.... En las heroicas [comédias] como en las de intriga ó costumbres está toda la energia de parte de las mugeres, e la debilidad, la sumision y la timidez son el

---

(1) Vid. Biografia de Lope de Vega, no 1.º volume das obras de Lope da Vega, publicado pela Rial Academia Espanhola. Madrid, 1890.

distintivo de los hombres». Ora o autor do Burlador parece ter tido em pouca conta as qualidades das mulheres. Assim

BURL. I, 6. Ah! pobre honor! Si eres alma
del hombre ¿por qué te dejan
en la mujer inconstante
si es la mesma ligereza?
. . . . . .
BURL. I, 9. ¡Oh mujer! ¡Ley tan terrible
de honor, á quien me provoco
á emprender! Mas ya no toco
en tu honor esta cautela.
. . . . . .
No hay cosa que me espante
que la mujer más constante
es, en efecto mujer.
. . . . . .
BURL II, 3. Huyendo vengo el fiero desatino
di una mujer...
. . . . . .
BURL. III, 9. Manifesto y claro indicio
de lo que he llegado á vez
que, si bien no le quisiera,
nunca á su casa viniera.
Al fin, al fin es mujer.

Os argumentos de Schröder não me parecem dos mais felizes. Em primeiro lugar, como muitas das obras de Tirso não são conhecidas, não se póde determinar com segurança o carácter do seu teatro pelo das realmente autênticas em número restrito. Em segundo, como diz Gendarme de Révolte, citado por Schröder (Vid. *obr. cit.*, pag. 34): «la conception que l'auteur s'est faite du héros voulait que celui-ci conquît aussitôt les femmes qu'il rencontrait et les oubliât ensuite sans qu'aucune ait influé sur lui ni laissé de traces dans sa vie. D'ailleurs dans le Damné pour manque de foi, c'est l'homme aussi qui domine, dirige l'action et fait de la femme son jouet». Revilla no seu trabalho «El condenado por desconfiado ¿es de Tirso de Molina?», inclina-se a que a comédia, e por consequência o Burlador, pois as duas obras mostram uma ideia comum religiosa e em ambas os caracteres femininos teem um lugar secundário, seja do Lope de Vega, tendo talvez Tirso colaborado na sua composição (1).

---

(1) O entrecho do drama — El condenado por desconfiado — é o seguinte:

1.ª JORNADA. — Há dez anos que Paulo leva uma vida de anacoreta;

Não formula, porém, uma opinião decisiva sôbre o assunto: «Admitido que Lope de Vega es el autor de El condenado por desconfiado, cabe preguntar si esta obra es exclusivamente suya é si la escribió en colaboración con Tirso de Molina. No tenemos datos para contestar á esta pergunta; pero parece lo más probable que ambos ingenios sean autores de la la obra.... No es impossible, por tanto, afirmar de plano que Lope de Vega es único autor de El condenado por desconfiado, ó que el y Tirso escribieron este drama; pero sí nos creemos con derecho para declarar que Tirso de Molina no es, como se ha creido hasta aqui, el único autor de dicha producción, de la cual, en todo ó en parte, lo es evidentemente el gran Lope de Vega».

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

---

em virtude de um sonho começa a duvidar da sua salvação. Em uma noite aparece-lhe o demónio em figura de anjo e aconselha-o a dirigir-se a Nápoles, o que êle faz na esperança de conhecer Enrico que julga um santo, mas para desgraça sua encontra um facínora terrível, tornando-se também salteador.

2.ª Jornada. — Enrico cometeu crimes de toda a ordem; no entanto a estima que consagra a seu velho pai, leva-o a ocultar-lhe as suas proêsas. Um novo assassínio força-o a abandonar Nápoles, vindo a encontrar-se com Paulo, que tenta regenerá-lo, mas nada conseguindo alista-o na sua quadrilha.

3.ª Jornada. — A grande dedicação filial leva Enrico a voltar secretamente a Nápoles. Ali é reconhecido e condenado à morte. No confessionário mostra-se a princípio pouco arrependido, mas as lágrimas do pai comovem-no de tal modo que invoca sinceramente a misericórdia divina. Depois da execução os anjos levam-no para o ceo. Pouco depois sucumbe Paulo de uns ferimentos que os seus perseguidores lhe fizeram. Informam-no do que se passára com Enrico, o que lhe custa a acreditar. É condenado também por duvidar da bondade de Deus, pela sua falta de crenças.

Éste tema da salvação de um criminoso, por um vivo arrependimento dos pecados à hora da morte, aparece com freqüência no teatro espanhol do século xvii.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Exposition Universelle et internationale de San Francisco — La Science Française. — Tome second — *Paris Ministère de l'Instruction publique et des Beaux-Arts*. Paris, Imp. Larousse, rue Montparnasse.

Obituarios da Igreja e Casa Professa de São Roque da Companhia de Jesus — desde 1555 até 1704 — publicados por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, por Victor Ribeiro. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

O crime d'Alcabidéche — Susténtação da sentença recorrida em face da decisão do juri e critica aos censores — Revista crime n.º 19:999, relator Ex.mo Sr. Dr. Alexandre de Souza e Mello, pelo Dr. Antonio Augusto G. d'Almendra. Lisboa, Imp. de Manuel Lucas Torres, rua do «Diario de Noticias», 1916.

A Litteratura Hespanhola em Portugal — Publicação posthuma, por Souza Viterbo. Lisboa, Imp. Nacional, 1915.

Sobre anomalias dos membros — Separata dos «Anaes scientificos da Faculdade de Medicina do Porto» — Vol. III — N.º 1, pelo Prof. J. A. Pires de Lima. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa Ilustrada», rua Candido dos Reis, 1916.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 64.º
N.º 2

1917
Fevereiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 65
Navegação portuguesa dos séculos XVI e XVII, por CARLOS DE PASSOS 69
Quelques considérations sur la trisection de l'angle, por JOS: MARTIN 94
O eclipse total do sol em 29 de maio de 1919, por FREDERICO OOM 97
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 99
Artífices portugueses ou domiciliados em Portugal, por SOUSA VITERBO 110

BOLETIM DO INSTITUTO

Aos 28 de janeiro de 1917 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lobo, estando presente o primeiro secretário Prof. Carneiro Pacheco.

O Sr. Presidente explicou como a demora na publicação da Revista desta Sociedade era devida às actuais dificuldades de adquirição de papel em condições, já resolvidas felizmente.

O Sr. segundo secretário Prof. Amadeu Ferraz de Carvalho apresentou as contas com um saldo de 14$74,3 ou sejam 14$740 reis, as quais foram aprovadas com um merecido voto de louvor a S. Ex.ª.

O Sr. Presidente deu à Assembleia conhecimento da morte do ilustre consócio D. António Aires de Gouveia, arcebispo de Calcedónia, antigo e ilustre Professor da Faculdade de Direito, registando-se com pesar o luctuoso acontecimento.

Tomou-se conhecimento dum pedido do ilustre consócio Sr. Afonso de Dornelas que desejaria cópia das actas das sessões do Instituto que se forem realizando, a fim de inseri-las em uma publicação que projecta, resolvendo-se anuir a êste desejo de S. Ex.ª.

O primeiro secretário transmitiu à Assembleia o agradecimento de alguns dos sócios há pouco eleitos, que lhe haviam dado êste honroso encargo.

Em seguida procedeu-se à eleição dos corpos gerentes para o biénio de 1917 a 1919, dando o seguinte resultado:

DIRECÇÃO

Presidente — Prof. Costa Lobo.
Vice-presidente — Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.
Primeiro secretário — Prof. Carneiro Pacheco.
Segundo secretário — Prof. Amadeu Ferraz de Carvalho.
Primeiro vice-secretário — Prof. Pacheco de Amorim.
Segundo vice-secretário — Prof. Manuel Joaquim Teixeira.
Tesoureiro — Prof. Vaz Serra.

1.ª CLASSE

SCIÊNCIAS MORAIS E SOCIAIS

Director — Prof. PAIVA PITA.
Vice-director — Prof. GUIMARÃES PEDROSA.
Secretário — Prof. FEZAS VITAL.
Vice-secretário — B.el AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

1.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS MORAIS

Prof. ALVES MOREIRA.
Prof. PAULO MERÊA.
Prof. FORTUNATO DE ALMEIDA.

2.ª SECÇÃO

JURISPRUDÊNCIA

Prof. CHAVES E CASTRO.
Prof. JOSÉ ALBERTO DOS REIS.
B.el AUGUSTO COELHO SOBRAL.

3.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS ECONÓMICAS E ADMINISTRATIVAS

Prof. GUIMARÃES PEDROSA.
Prof. ALVES MOREIRA.
Prof. MAGALHÃES COLAÇO.

2.ª CLASSE

SCIÊNCIAS FÍSICO-MATEMÁTICAS

Director — Prof. COSTA E ALMEIDA.
Vice-director — Prof. TEIXEIRA BASTOS.
Secretário — Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.
Vice-secretário — Prof. FRANCISCO MARTINS DE SOUSA NAZARÉ.

1.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS

Prof. Costa e Almeida.
Prof. Henrique de Figueiredo.
Prof. Pacheco de Amorim.

2.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS HISTÓRICO-FÍSICAS

Prof. Júlio Henriques.
Prof. Álvaro Basto.
Prof. Eusébio Tamagnini.

3.ª SECÇÃO

MEDICINA

Prof. Daniel de Matos.
Prof. Santos Viégas.
Prof. Elísio de Moura.

3.ª CLASSE

LITERATURA E BELAS-ARTES

Director — Prof. Júlio Henriques.
Vice-director — Prof. Barros e Cunha.
Secretário — Prof. Fortunato de Almeida.
Vice-secretário — Prof. Amadeu Ferraz de Carvalho.

1.ª SECÇÃO

LITERATURA

Prof. Eugénio de Castro.
B.el Augusto Mendes Simões de Castro.
D. José Manoel de Noronha.

*

2.ª SECÇAO

BELAS-ARTES

Prof. António de Vasconcélos.
B.el José António de Sousa Nazaré.
Prof. Brito e Cunha.

BIBLIOTÉCA E GABINETE DE LEITURA

Secretário — B.el Augusto Mendes Simões de Cartro.
Vice-secretário — D. José Manoel de Noronha.

COMISSÃO DE REDACÇÃO DO JORNAL

Prof. Çosta e Almeida.
Prof. Álvaro Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu Carneiro Pacheco, primeiro secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) Costa Lobo.
Carneiro Pacheco.

NAVEGAÇÃO PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVI E XVII

NAUFRÁGIOS INÉDITOS

Novos subsídios para a História trágico-marítima de Portugal

Há tempos, compulsando vários manuscritos da Biblioteca Municipal do Porto, deparei com um que me grangeou sôbremodo a curiosidade. Intitulava-se *Relação de varios naufragios*.

Logo procurei no catálogo dos Ms. a notícia que devia acompanhar a sua nomeação. Justificava-se, na verdade, essa minha curiosidade, porquanto o dito manuscrito, além de ser conhecido de raros, parece inédito em parte. Depois a leitura que delle fiz deu-me a impressão de ser devéras interessante e útil à ampliação da nossa História trágico-marítima, a parte inédita. Pelo que resolvi torná-la conhecida publicando-a e furtando-a assim a um possível esquecimento.

Todavia não vai feito êste estudo como o desejára e projectára. A escassez do tempo obriga-me a só esboçá-lo elementarmente, a limitá-lo às notas indispensáveis que justifiquem a sua publicação. Mas, logo que o tempo me permita mais desafogo, então voltarei ao assunto com o desinvolvimento por êle requerido.

Lidando já neste sentido, tive conhecimento de em 1908 haver pedido cópia do manuscrito o Ex.^{mo} Sr. Dr. Eugénio do Canto. Presumi naturalmente ser tal pedido determinado pela mesma ideia que se me sugeria. Pelo que imediatamente lhe escrevi, participando-lhe o facto que comigo se passava, no intuito de abandonar o meu trabalho caso S. Ex.^{a} tencionasse publicar algum estudo sôbre o dito manuscrito.

Amavelmente me respondeu: em tempos delineára isso, mas causas diversas o haviam levado a renunciar a essa empreza.

É de lamentar o caso, porquanto teria S. Ex.ª estudado o manuscrito com melhor e maior proficiência — logo, mais vantajosamente, se tornaria conhecido e se teria publicado.

Assim, vai como segue, mas a resalva do mau desempenho da minha tarefa faço-a consistir na intenção com que a ella me votei.

*

Quando se examinão com attenção os altos feitos obrados pela nação portuguêsa nos seculos XV e XVI na carreira das navegações, e do commercio maritimo, não podemos deixar de admirar esta nação vendo a em um periodo tão curto passar além do cabo da Boa Esperança, descobrir, reconhecer, explorar, descrever, e occupar, ou dominar em toda a sua vasta circumferencia, todas as costas d'Africa e estender o seu dominio na Asia sobre uma superficie de mais de oito mil leguas, e não satisfeita ainda destes triumphos dictar as suas leis a trinta e tres reinos que fizera tributarios (1).

Estas palavras sintetizam tudo o que se possa dizer àcêrca da grandiosa obra dos lusiadas de 500 e 600, e que a História regista nos seus fólios com traços perenemente rutilantes.

A raça era aventureira e aventurosa, sonhadora e audaz: D. Henrique incarnára no mais alto grau o génio dessa raça, seria o paladino intemerato da sua glória, era, decerto, o mensageiro feliz do seu brilhante e faustoso destino.

Depois Portugal debruçava-se no mar vasto e desconhecido, tentador no seu infinito; o Tejo era uma via magestosa levando ainda ao mar do Mistério.

O brioso sangue lusitano, de longa data avezado à vida de trabalhos e façanhas guerreiras, ia mal com a forçada ociosidade duma paz estável. As lutas intestinas, simples e banais, enervavam-no.

Impelido, pois, por estas condições de ocasião e de posição, exaltou-se, deixou-se arrastar pelo sonho de aventuras maravilhosas, pela voz do mar, no qual ouviu o vaticínio das suas emprezas gloriosas.

A imperfeição da arte de navegar, a deficiência das construções marinhas, não foram óbices às suas temeridades.

---

(1) V. de Santarem, *Introducção á Chronica do descobrimento e da conquista da Guiné,* de Azurara.

Era natural, *porque nenhuma cousa puxa mais por um' varão d'honra que estes desejos de gloria e fama porque tantos obrarão e fizerão tantas e tão altas maravilhas que parecião passar os termos e limites da natureza humana,* como diz Couto nas *Decadas.*

Já vagamente conhecidos vão aparecendo arquipélagos dispersos no Oceano. Ignorada a costa africana em breve surge aos olhos admirados dos nautas aventureiros, até ao cabo Não. Para baixo era o mistério absoluto aterrando as maiores coragens. Mas Gil Eanes, Diogo Cão e Bartolomeu Dias quebram o encanto. E D. João II, o homem por excelência, preparava ao Venturoso o fecho de ouro das conquistas e descobrimentos.

À medida que as terras são descobertas, os portugueses estabelecem feitorias comerciais. Ao zêlo religioso e à ambição territorial aliava-se o interesse mercantil.

Assim se eleva Portugal a potência poderosa de pequeno estado. Reinos até então poderosos decaem. Outros elevam-se e prosperam. A situação comercial da terra transforma-se pela ligação do antigo mundo ao novo, pelo estabelecimento de comunicações com as regiões modernas.

Levado pela mão de Portugal, o mundo entra numa fase de prosperidade geral. A revolução é universal, imensa; as conseqüências teriam da ser das mais profícuas e vantajosas.

Eis como Castanheda, na História do descobrimento e conquista da Índia, traça o quadro dessa aventura: «... *partindo os nossos capitães do fim do ocidente e navegando até o do oriente sem verem mais que agua e céo rodeando toda a esfera, cousa nunca cometida dos mortais, nem imaginada para se fazer. Com immensos trabalhos de fome, de sede, de doenças e de perigos de morte, com a furia e impeto dos ventos. Abrindo novos mares e descobrindo novas mundos dobrando aquelle espantoso cabo da Boa Esperança estenderão o senhorio de Portugal e o fizerão conhecer em Etiopia, Arabia, Persia e nas Indias. E não descançando ainda aqui seus bravos corações o levarão até á riquissima china pela banda do norte e até ás odoriferas ilhas de Maluco pela banda do sul, cousa nunca cuidada em nenhum tempo, nem que entrasse em pensamento humano para se fazer*».

*

A temeridade fôra grande. Assim, copiósos e graves ocorreram os desastres, estalaram as catástrofes pavorosas, os

acidentes sombrios, que foram como que o tributo de sangue pago à ferocidade voraz dos deuses marinhos irritados com a audácia daqueles que porfiadamente lhes conquistavam o seu vetusto e poderoso domínio do Oceano.

O vapor era ainda um mito. Tinham, pois, de ser muito contingentes e muito arriscadas as viagens para a Índia — de tão longo curso — feitas à vela e com conhecimento imperfeito, rudimentar, de costas, correntes, ventos, etc.

De muitos dêstes naufrágios nunca houve notícia, doutros — e ainda assim numerosos — ficaram relações mais ou menos precisas, ou impressas em fôlhas volantes ou manuscritas.

Foi êste o filão da nossa História trágico-marítima que encontrou em Bernardo Gomes de Brito, o seu mais devotado compilador.

Poucos foram os compiladores que se ocuparam de colecionar as narrações de naufrágios dos séculos XVI e XVII. Um foi Bernardo Gomes de Brito, autor da *Historia tragico-maritima,* outro, o autor do manuscrito, e os outros são os autores das *Collecções de naufragios,* de entre as quais se destacam as pertencentes às Bibliotecas de Lisboa e Porto.

Contêm cada colecção um número diferente de narrações (1), das quais algumas aparecem unicamente nesta ou naquela, e outras são comuns a duas colecções ou ainda às três (2). Atendendo à linguagem dela, são magníficos os exemplares. Isto não deve surpreender, porquanto a época era de grande esmero no uso da língua portuguêsa, que até os mais rudos de expressão escreviam com acentuada elegância. E nisso todas são irmãs, embora, claro é, divirjam dum modo sensível relativamente ao estilo.

A *Historia tragico-maritima,* impressa em 1735-1736, consta de 2 volumes. Parece que, primitivamente, se compunha de 5 volumes, pois que é essa a informação de Barbosa Machado. Na *Bibliotheca Lusitana* diz êle que os três restantes estavam prontos à data para a impressão. A verdade, porêm, é que se extraviaram de qualquer modo — se não houve fantasia no informe do bibliógrafo — visto que até hoje não houve notícia do seu aparecimeuto.

---

(1) Algumas delas chegaram até ao estrangeiro. Avocat, na sua obra *Histoire des naufrages,* 3.º ano da república, apresenta traduções das mais emocionantes.

(2) Atender a que me cinjo apenas às seguintes obras: *Historia tragico-maritima, Manuscripto e Collecção da Bibliotheca do Porto.*

Certo é que aparece, às vezes, um pseudo 3.º volume a acompanhar alguns exemplares desta obra. Mas a sua autenticidade limita-se à declaração da lombada, não só não corroborada pela folha de rôsto interna, como por outros dados que assim o fizessem reconhecer. Todavia Inocêncio, no *Diccionario bibliographico,* parece querer reconhecê-lo como autêntico. Ora isso, quanto a mim, não póde ser. Alêm da falta de elementos comprovativos — a designação de lombada é coisa perfeitamente nula — aparecem — e isto julgo concludente — neste pseudo 3.º volume narrações já inclusas nos dois volumes da *Historia tragico-maritima.* De certo Gomes de Brito — dado o zêlo com que se houve na compilação que nos legou — não inseriria neste ou naquele volume da sua obra, narrativas que já tivesse inserto em qualquer outro. Uma podia escapar por negligência, mas muitas não.

Ainda quanto a mim, êste pseudo 3.º volume é absolutamente isento de qualquer afinidade com a obra citada, não sendo mais que um irmão das colecções das bibliotecas do Porto a Lisboa, intituladas respectivamente *Historia de diversos naufragios* e *Relações de naufragios* (títulos de lombada). Genéricamente todas estas compilações se conhecem pela sua designação de *Collecções de naufragios.*

Ora era natural que havendo quem possuisse a História trágico-marítima e alguma dessas colecções, facilmente a supuzesse um volume dependente da História, e fazendo-a encadernar, lhe aplicesse tal numeração. Ou então, quem os reunisse em face da homogeneidade dos seus assuntos, embora reconhecendo a sua independência. Ou ainda por negócio.

De resto, isto é plausivelmente aceitavel, sabendo-se que — é Inocêncio quem nô-lo diz — «esse 3.º volume se fórma de várias relações avulsas e reimpressas avulsamente, tendo cada uma numeração em separado. Se tem 11 relações, entre as quais algumas já incluidas nos 2 volumes antecedentes, é o que alguns chamam *Collecção de naufragios*». De duas uma, ou é o 3.º volume da História ou é a dita colecção. E se o primeiro caso é o verdadeiro, porque motivos encerra narrativas já inclusas nos volumes antecedentes?

Noutro ponto diz ainda: «É assim que se conveio chamar a reunião de varias relações antigas de naufragios e desastres marítimos, reimpressos no seculo passado avulsamente e no formato de 4.º, as quais alguns curiosos coligiram num

volume (1). Os mais completos têem 11 relações. Estas relações mais ou menos incompletas formam as vezes como um 3.º volume da *Historia tragico-maritima*».

Acima dá como certo o 3.º volume, aqui já o não afirma. Mas se realmente é certo, como o pode ser se alguns curiosos é que coligiram essas narrativas? Se os curiosos foram os seus autores, já não pertencem à História trágico-marítima, poisque esta foi compilada por Gomes Brito. Quanto à conexão de assuntos pode ser como diz Inocêncio, de resto não.

Gabriel Pereira, no prólogo da edição da Biblioteca de Clássicos portugueses, da História trágico-márítima, negalhe também a legitimidade.

E isto é ainda corroborado pela diversidade dos exemplares existentes quanto à ordem das narrações, ao número destas, à fórma etc.

Embora os mais completos sejam de 11 relações, contêm a colecção da Biblioteca de Lisboa 16, — e é mais completa e curiosa que a da do Porto, — ao passo que a desta só abrange 12. Verdade seja que aquela tem algumas narrações duplicadas, mas de edições diferentes.

Já um om outro exemplar também de Lisboa se limita a 6 narrativas.

Parece-me, pois, ser indubitável a não veracidade dos pretensos 3.os volumes da obra de Gomes Brito, com a qual não mantêem a mínima afinidade senão pela analogia dos assuntos, e não sendo mais do que o produto de várias iniciativas anónimas e por isso desiguais. Ainda que por mais completas e valiosas não deixam de se incorporar nesta categoria as colecções das Bibliotecas de Lisboa e Porto.

*

Segundo a História trágico-marítima, a História de diversos naufrágios e o Ms., houve 27 naufrágios motivados por temporais e baixeis, e 12 devides a causas diversas num período de 122 anos (2). Mas mais ocorreram sem jámais dêles

---

(1) As colecções de Lisboa e Porto abrangem dois volumes.

(2) Êste período é demarcado entre as datas extremas das narrações inclusas nestas obras, 1527–1649. Verdade seja que o extremo máximo é o ano 1749. Mas como entre 1649 e 1749 não aparece nenhuma relação,

haver notícia. Relativamente aos reinados é o de Filipe I, o mais castigado por êstes desastres, e depois os de João III e D. Sebastião. São também flagelados os de Filipe III, João IV, Manuel I e João V.

Curioso é notar que as narrações só aparecem depois de 1527, ou seja ao calcar-se larga e açodadamente o caminho da Índia. Temos, pois, que à miragem da Índia se devem nos fastos da nossa navegação marítima multiplos revezes e dos mais pavorosos.

Anteriormente a 1527 é completa a ignorância àcêrca de sucessos desta natureza, comquanto tivessem acontecido.

A título de curiosidade segue a resenha dos naufrágios de cada compilação para confronto:

Da *Historia tragico-maritima,* de 1735–1736

1) Nau S. Maria da Barca, Capitão D. Luiz Fernandes de Vasconcelos (1559).

2) Galeão Grande S. João, Capitão Manuel de Sousa Sepulveda (1552).

3) Nau S. Bento, Capitão Fernão de Alvares Cabral (1554).

4) Nau Conceição, Capitão Francisco Nobre (1555).

5) Nau Aguia ou Patita, Capitão Governador Francisco Barreto (1559).

6) Nau Garça, Capitão João Rodrigues de Carvalho (1559).

7) Nau Framenga, Capitão Antonio Mendes de Castro (1559).

8) Nau S. Paulo, Capitão Rui de Melo da Camara (1560).

9) Nau S. Antonio, Capitão Jorge de Albuquerque Coelho (1565).

10) Nau S. Tiago, Capitão Fernão de Mendonça (1585).

11) Nau S. Tomé, Capitão Estevão da Veiga (1589).

12) Nau S. Alberto, Capitão Julião de Faria Cerveira (1593).

13) Nau S. Francisco, Capitão Vasco da Fonseca (1596).

---

acho preferível considerar antes aquela data para melhor caracterizar-se um período rodeado de naufrágios, a que por isso apropriadamente chamaremos dos naufrágios.

Da *Historia de diversos naufragios,* data desconhecida

1) Galeão Grande S. João, Capitão Manuel de Sousa Sepulveda (1552).
2) Nau Conceição, Capitão Francisco Nobre (1555).
3) Nau S. Alberto, Capitão Julião de Faria Cerveira (1593).
4) Nãu Conceição, Capitão Jerónimo Correia Peixoto (1621).
5) Nau S. João Baptista, Capitão Pedro de Morais Sarmento (1622).
6) Nau Nossa Senhora do Bom Despacho, Capitão Francisco de Melo (1630).
7) Nau Nossa Senhora de Belem, Capitão José de Cabreira (1633).
8) Nau Sacramento, Capitão Luiz de Miranda Henriques (1647).
9) Nau Nossa Senhora da Atalaia, Capitão Antonio da Camara de Noronha (1647).
10) Galeão S. Lourenço, Capitão Diogo Leite Pereira (1649).
11) Nau Bom Jesus da Pedra e S. Rita, Capitão José Mendes Couceiro (1749) (1).
12) Nau S. Tiago, Capitão Fernão de Mendonça (1585).

Do *Manuscripto,* posterior a 1647

1) Do fim miseravel q teve D. Francisco de Almeyda em o anno de 1510.
2) Naufragio q tiverão duas naus de q erão capitães Manoel de Lacerda e Aleixo de Abreu, 1527.
3) Naufragio lastimoso de Manoel de Souza Sepulveda, 1552.
4) Naufragio espantoso de Fernando Alvrz Cabral, an. de 1554.
5) Naufragio q teve o cptão Ruy de Mello da Camara, 1560.
6) Naufragio q̇ teve o capitão Francisco Nobre, an. de 1555.

---

(1) Chamado naufrágio carmelitano por estar cheio de padres missionários carmelitas descalços.

7) Naufragio q teve a nao S. Pedro.
8) Naufragio horrendo de Fernão Mendonça, 1535.
9) Naufragio lastimoso de Estevão da Veiga, 1588.
10) Naufragio do capitão Julião de Faria Cerveira, 1593.
11) Naufragio q teve a nao S. Luiz. Anno de 1582.
12) Naufragio q teve a nao Madre de Deus, 1595.
13) Naufragio das naos S. Joseph, S. Tereza e S. Carlos, 1625.
14) Naufragio lastimozo de Pedro de Morais, 1626.
15) Naufragio que tiverão as naos Sacramento e N. S.ª da Atalaya, an. de 1647.

A sôma total destas relações é de 39 (o n.º 1 do Ms. não trata dum naufrágio), das quais 12 são comuns ou a duas destas obras ou às três.

Em parte pode atribuir-se o aparecimento exclusivo de narrativas numa das três colecções, ao facto de sómente existirem na tradição oral ou em fôlhas manuscritas, pelo que se tornariam conhecidas apenas dêste ou daquele compilador.

Decerto, sendo impressas como muitas outras, mais facilmente se espalhariam. Estendendo-se o seu raio de difusão estender-se-ia a facilidade da sua vulgarisação.

*

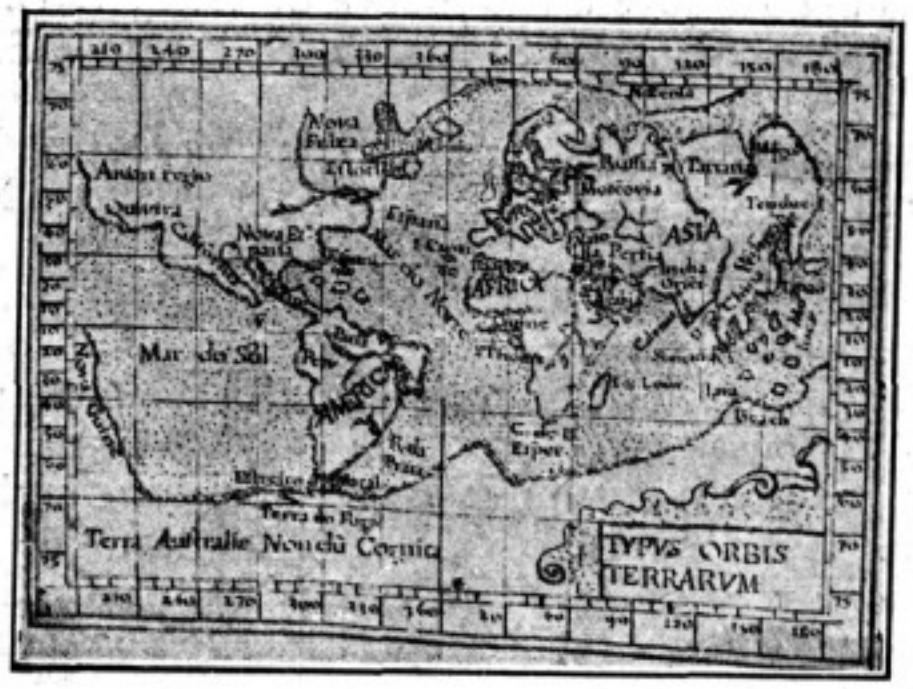
Êste manuscrito é formado por um conjunto de relações de naufrágios e sucessos lamentáveis — à maneira da História trágico-marítima — que aconteceram aos navegantes portugueses da carreira da Índia.

Contêm 110 fôlhas de papel vulgar, bem conservadas e escritas numa letra nítida, uniforme, imitando a impressa. O volume é solidamente encadernado em pergaminho.

Antes das narrativas apresenta cinco mapas feitos à pena ocupando cada um o seu fólio, à excepção do último que ocupa dois fólios e é o mais detalhado, pois se circunscreve à parte meridional da África. Fazem passar o seu 1.º meridiano na ilha do Ferro (Canárias). Representam o mapa-mundi, a Europa, a Ásia, a África, e a parte meridional africana.

Ignoro se são originais ou copiados de outros. Seja como fôr, são interessantissimos e bons documentos para o estudo dos conhecimentos geográficos no 2.º quartel do século XVII.

É possível que o último fôsse feito na intenção de servir de guia aos leitores das narrações; mas, dada a extrema dificuldade de identificação dos lugares mencionados nelas, inclino me pouco a crê-lo.

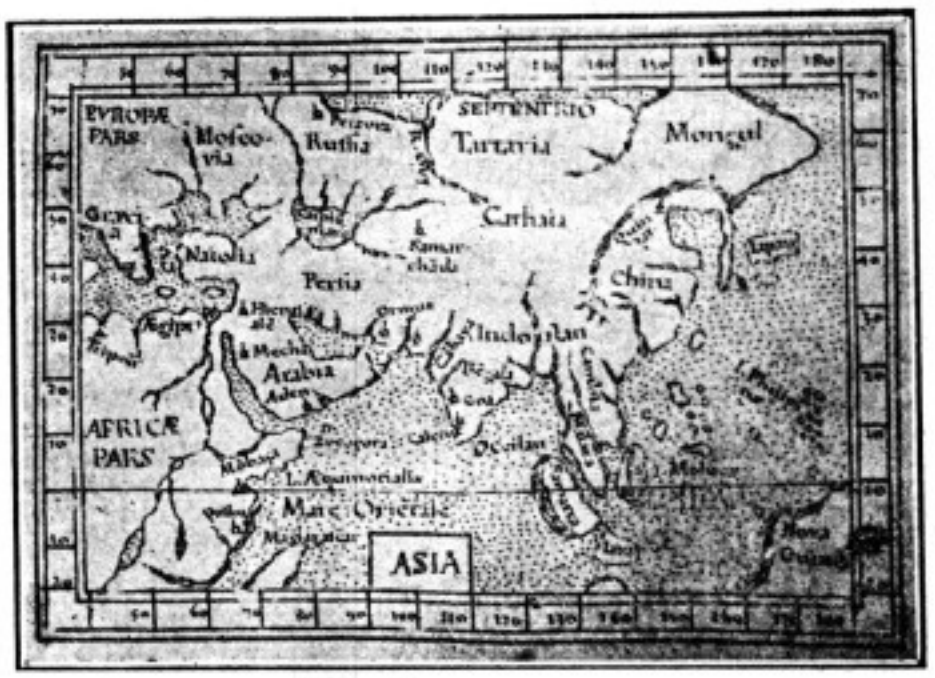


Não se pode precisar-lhe a data, comquanto seja posterior a 1647, data da última narrativa inclusa.

Dos 15 sucessos que compreende, suponho 6 completamente inéditos. Os 9 restantes encontram-se impressos ou

na *Historia tragico-maritima* ou nas *Collecções de Lisboa e Porto*. Diferem, porêm, na parte redactorial comquanto sejam evidentemente do mesmo autor, não só porque a coinci-

dência é perfeita, quer nos nomes próprios, quer nos geográficos. De tal divergência de fórma é admissivel inferir-se o capricho bizarro dos copistas transcrevendo originais manuscritos.

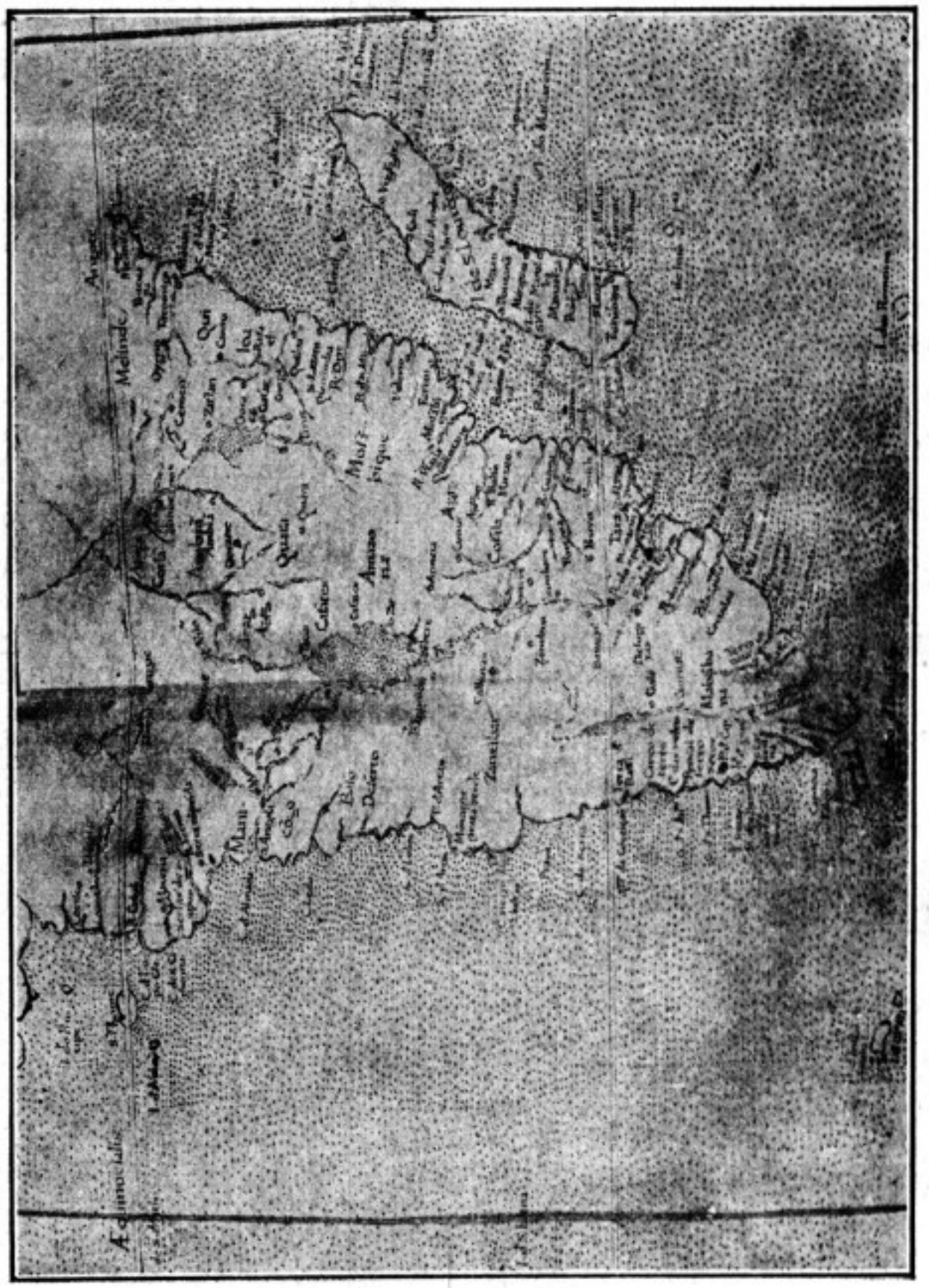


Em regra as relações das obras impressas divulgam os nomes dos seus autores, isto é, daqueles que as escreveram ou fizeram escrever ditando-as. Geralmente eram vítimas sôbreviventes dêsses trágicos sucessos. As do Ms. falham

completamente neste ponto importante, de modo que se ignoram os autores das que eu suponho inéditas.

Foi seu proprietário Fr. Alexandre da Paixão, o benedi-

tino autor dos interessantes Mss. — *Monstruosidades do tempo e da fortuna* (êste impresso desde 1888 por diligência de Graça Barreto) e *História do convento de Travanca.*



No catálogo da Biblioteca do Porto indica-se como inéditos os naufrágios 9 e 14. Verifiquei por cotejamento ser lapso, visto que se encontra aquele impresso na História de

Gomes de Brito, e o 2.º na colecção da Biblioteca de Lisboa. O êrro daquele deve derivar da diferença de cabeçalho das narrações comuns. Diz a do Ms. — Naufrágio lastimoso de Estevão da Veiga; diz a História — Relação do naufrágio da nau S. Tomé na Terra dos Fumos, no ano de 1589. De resto são iguais, à excepção — como é corrente — da fórma, cuja diferença é até muito acentuada. Causaria o segundo o êrro, a ausência de cotejamento com a obra da Biblioteca Nacional.

As narrações do Ms. são sempre menos extensas que as das obras impressas.

Faço a reprodução exacta, diplomática, respeitando os caractéres iniciais e conservalhando-lhe a sua feição propriamente antiquada, qual deve ser o critério destas publicações.

Maio de 1916.

CARLOS DE PASSOS.

---

1) Do fim miseravel q teve D. Francisco de Almeyda em o anno de 1510

Deixando o viso-rey D. Franc.º de Almeida cõpostas as cousas com o governador Affonso de Albuquerque se partio para o reyno de Portugal em companhia de outras naos q vinhão com carrega; e cõ muytos fidalgos, e cavaleiros q vinhão a requerer seus serviços q servirão em seu tempo, e chegando a Moçambique se deteve alli 24 dias em quanto vedavão a agua q fazia pella borda, a nao Bethlem de q era capitão Iorge de Melo; e fazendo seu caminho passou com bom tempo o cabo de Boa Esperança; e como quem se avia ja por navegado, disse: Ia as feiticeiras de Cochim, ficarão mentirozas; e isto era porq em a India andava em a boca de algũs, q elle o não avia de passar, o qual pronostico dezião proceder das feiticeiras da terra. E como vinha necessitado de agua, e por detraz do cabo a avia a q chamão a aguada de Saldanha, mando a os pilotos q a fossem tomar: e por se recrearem os homẽs da tristeza do mar, deu licença, que quando os bateis fossem em terra, sahissem algũs soldados a fazer resgate com os negros, q logo acudirão a praya como virão as naos surtas; com a qual licença pelos negros andarem com os nossos portugueses muy familiares de darem gado a troco de pedaços de ferro, e panos q elles muyto

estimão; tomarão algũs outra licença de yrẽ com elles a suas aldeas, q erão de alli pouco mais de hũa legua, em as quais jornadas lhe ficarão por la algũs punhais q levavão por lhos tomarem os cafres.

Por se vingarem da quella afronta, hũ Gonçalo Homem, criado do viso-rey, trouxe dous delles enganados, carregados de certas cousas q elle lhes comprara: e como os cafres de sua vontade querião chegar a praya, sospeitosos da malicia e elle hũ pouco por força os quizesse obrigar, deixarão o q trazião, e tratarão tão mal a o portuguez q se veyo apresentar ante o viso rey com o rosto cheio de sangue, e algũs dentes quebrados; e foy isto em tempo q estavão com o viso rey algũas pessoas, cujos criados tinhão recebido dos negros outra tal companhia, principalmente hũ Fernão Carrasco criado do capitão Iorge de Melo: e tanto se indignarão contra todos os cafres q moverão a o viso rey a sahir a te a povoação, e darlhe hũ castigo, mais por comprazer aquelles fidalgos, q o incitarão, do q elle tinha vontade de o fazer; cõ tudo isto algũs delles forão de parecer contrario, como forão os capitães Lourenço de Brito, Iorge de Melo, e Martim Coelho.

E porq a povoação estava hũ pouco assima se foi em os bateis com 150 soldados dos melhores de toda a gente, e desembarcou mais junto das aldeas; deixando dito a Diogo de Unhos mestre da sua nao q em os bateis ficava, q não se apartasse da quelle lugar, e não parece se não q seu coração lhe dezia quãta necessidade avia de ter delles: e em o aspecto q levava na quella jornada lhe pronosticava a sua ultima hora: porq depois q concedeo aquella ida a os fidalgos q o persuadião a isso, sempre disse, e fez cousas como quẽ annunciava a morte e assim sahindo do batel disse: Adõde levão 60 annos? Despois caminhando pela praya, acertou de se lhe meter hũa pouca de area pellos çapatos, e mandando a hũ Ioão Gtz q lhe servia de camareiro q lhos descalçasse, começou este Ioão Gtz a bater hũ no outro para lançar a area fóra. Ao q elle disse: Quão fora estava D. João de Meneses, se aqui fora, e ouvira esse teu bater de çapatos dar hũ passo mais adiante, ajnda q fora para dar hũa batalha muyto de sua honra: mas como eu creyo mais em Deos, q em abusos, não deixarei de seguir meu caminho.

E o caso q o viso rey alegava com D. Ioão, era por ser cousa muy sabida em o reyno de Portugal, q tinha o agouro de duas cousas; em o bater dos çapatos, e em o dia de terça feira; pello que lhe socedeo em o tempo q morreo o prin-

cipe D. Affonso a o tempo q em Sanctarem cahio do cavalo; e em outras ocasiões; porẽ em o viso rey foi a o contrario, porq fez zombaria do bater, q aconteceo a cazo, o qual não tardou meya hora q o não notasse em a aldea dos negros. Porq entrada ella dos nossos, matarão a Fernão Pereyra; e chegando a nova a o viso rey, mandou logo com toda a pressa recolher a gente; e vindo ja por caminho, e andado meya legua, trazendo os soldados algũas vacas, e criãças q acharão pelas cazas, começarão de decer do lugar ate 8o delles, como gente q se vinha offrecer a morte por salvar seus filhos; e vendo a resolução delles, mandou o capitão Brito deixar as crianças; porem elles vinhão tão furiosos, q passando por tudo, derão em o corpo dos nossos, tomando por industria carear (1), e a subiar a o seu gado, q como o tem acostumado para aquelle ministerio da peleja, começarão de lhe fazer os sinais, e outras cousas: de maneira q lançados entre elle, como em esquadrão de seu amparo arremessarão a os portugueses seus paos tostados (2), com q comessarão logo de cahir algũs dos nossos feridos, fazendolhes dano tambem o gado; e como os mais delles não trazião armas offensivas, e as q trazião era hũa pica (3), e espada, e naquelle modo de peleja não podião fazer muyto dano a os cafres, e elles de dentro do gado atiravão com seus arremessos q derribavam logo um portuguez.

Em este modo de pelejar vindo os nossos bẽ cançados, e para tomarem algũ alivio se forão retirãdo ate os bateis, donde mandou o viso rey ficar o mestre da nao Diogo de Unhos, mas não os acharão, por fazer alli grandes ondas o mar, com o tempo q lhes sobreveyo, q causou levarem os bateis para junto das naos, demaneira q adonde esperavão algũ refugio, acharão a morte; porq estando em a area da praya, ficarão de todo decepados, sem poder dar mais hũ passo, e os cafres andavão tão soltos, e ligeiros q parecião aves, movendose para toda a parte cõ notavel ligeireza, derribando em os fidalgos, e cavaleiros, q por respeito do viso rey o vinhão acõpanhando com grande trabalho sem se poderẽ deslindar delles. O mais piedoso de tudo isto foi q algũs vinhão ja muy feridos, e de não poderem pella area solta

---

(1) Chamar, atrair a atenção.

(2) Paus compridos, agudos na ponta e queimados do fogo cuja tempera por este meio era tal que ficavam duros como ferro.

(3) Lança de ferro curta e aguda.

dar hũ passo se mettião pella agua por acharem o chão mais tezo, tengindo o mar com o seu proprio sangue, não podendo ajudar hũs a os outros em aquelle trabalho; e assim veyo o capitão Iorge de Melo a encontrarse com o visorey, e vendo q vinha algum tanto desamparado da gente, por cada hũ ter bem q fazer em si, lhe disse o capitão Melo (por vir hũ pouco descontente delle sobre as cousas de Affonso de Albuquerque). Aqui quisera eu ver junto a vos aquelles, aquem fizestes tanta honra, porq este he o tempo em q se pagão as boas obras. Ao q lhe respondeo: Senhor Iorge de Melo, os q me devião algũa cousa, já ficão atras de mim, e não he tempo ja para isso, se não para vos lembrar vossa fidalguia; e vos pido em esta ultima hora (pois Deus he servido q acabe a vida entre estes cafres) q acompanheis, e liberteis aquella bandeira del rey nosso senhor, porq vay muy mal tratada. Em este tempo erão ja derribados os capitães Pedro Barreto de Magalhães, Lourenço de Brito, Manoel Tellez, Manoel Coelho, Antonio do Campo, Francisco Coutinho, Pedro Teixeira, Gaspar de Almeyda, e outros, somente com huas varas tostadas sem ferro, ajnda que elles se defenderão maravilhosamente, mas nada lhes aproveitou, porq os negros não fazião se não arrojar suas varas e picar os pes.

Iorge de Melo em este dia bem mostrou seu grande valor, pois nunca dezemparou assim a bãdeira, como a pessoa do visorey acompanhandoo sempre ate q atravessando-lhe a garganta em aquelle areal q o tinha mohido, com hũa vara tostada sem ferro; e sentindosse ferido de morte, o valeroso visorey, cravou logo os joelhos em terra, e os olhos em o ceo: e encomendando sua alma a Deos, espirou logo com grande dor dos seus, q perderão nelle pay, irmão, e companheiro juntamente, porq o foi elle sempre, de todos os quatro annos q governou em aquellas partes da India. E ouvindo Diogo Pirez ayo q fora de D. Lourenço, q o visorey ficava derribado, arremeteo contra os cafres dizendo: Nunca Deos queira q eu fique vivo, deixando qua o filho, e o pay, e tomando sobre elles ficou tambem morto para sempre. Morrerão cõ o visorey muytos soldados velhos dos melhores q vinhão em as embarcações; e entre elles doze principais capitães, q he vergonha dizelo, os quais pelejando com os barbaros, e não se sabendo menear em a muyta area q avia, vierão a morrer mais de 80 e os q escaparão vinhão os mais delles feridos.

Iorge de Melo aquẽ ficou o cuydado das reliquias q ficarão das mãos dos cafres, despois q elles se recolherão a sua

aldea, trouxe para as naos os feridos e tornou a buscar os mortos a praya, para lhes dar nella algũ modo de sepultura; e quando chegou adonde estava o corpo do visorey o vio ja despojado em carnes (cousa lastimosa) em adura area, não so sem a honra que elle merecia, porem ajnda o q mais lastima faz, privado de hũa pobre sepultura, e feito manjar das aves, e bestas do campo.

Sentiose notavelmente em Portugal aquella disgraça, porq foi hũa das memoraveis q succederão em muytos annos, morrendo alli tanta nobreza e os mais valerosos capitães q teve a India. Este lastimoso caso succedeo em o primeiro de março de 1510, cuja morte de D. Francisco de Almeyda foi sentida delrey D. Manoel, pella falta de tão grande pessoa; e dos reys catholicos de Castella, a quem tinha servido com grande valor em as guerras de Granada.

2) Naufragio q tiverão duas naos de q erão capitães Manoel de Lacerda, e Aleixo de Abreu (1)

Em o mez de março do anno de 1527, sẽdo rey de Portugal D. João o 3.º, partirão de Lisboa cinco naos para a India; e como levavão ventos contrarios se apartarão, com q as tres chegarão a salvamẽto a Goa, e as duas pedecerão naufragio em a ilha de S. Lourenço em os baixos da bahia de S. Tiago, adonde sahio em terra toda a gente destas duas naos e fazendo suas tranqueiras (2), se recolherão dentro dellas com as armas q escaparão do naufragio, e outras cousas, q comutando por mantimentos com os naturais da terra, se forão sustentando miseravelmẽte, esperando q passasse algum navio, q com sinais q lhe fizessem os viesse tomar; e andando por alli perdidos avia hũ anno cõ tantas miserias,

---

(1) Uma Relação manuscrita intitulada *Noticia das Armadas que forão á India desde o seu descobrimento* e uma outra idêntica, mas sem título, um pouco mais valiosa que aquela por acrescentar á relação ligeiras indicações dos sucessos que passaram, inclusas no ms. 509 — *Papeis varios* — da Biblioteca da Universidade, dão a nota das naus que compunham a armada capitaniada por Manoel de Lacerda. Eram a *Conceição*, nau capitaina designada na 2ª Relação pelo nome de *S.to Antonio*, a *Bastiana*, do comando de Aleixo de Abreu, a *Flôr de Lamar*, a *Santiago* e a *S. Roque*, dos comandos respectivamente de Baltezar da Silva, Cristóvão de Mendonça e Gaspar de Paiva.

(2) Palissadas.

e trabalhos, quantas se podem conciderar, entre cafres, e gente barbara, acertou de passar por aquella parte (q vinha em conserva com outras naos em cõpanhia do governador Nuno da Cunha) Antonio Saldanha, a qual vista por esta gente perdida, como foi noite fizerão grandes fogos em cruzes, para por ellas mostrarẽ a os da nao, q estavam alli portugueses perdidõs. Em vendo os fogos mãdou o capitão Saldanha tomar os traquetes, e puzerãose a trinca, e como amanheceo forão em a volta da terra, a q não ousavam chegar por não ser sabida, esperando q de la viessem em algũa almadia quem lhe dixesse q gente era aquella; e assim apartandose de noite da terra, e voltando a ella de dia, andou alli o capitão oito dias, e no fim delles lhe deu hũ temporal tão rijo, q desapareceo continuando com a sua viage.

Os portugueses perdidos, vendose sem o remedio q esperavão da nao, se determinarão a passar a outra parte da ilha, adonde poderião achar algũa embarcação da terra em q passassem a Çofala, ou a Moçambique; e divididos em dous esquadrões se meterão pela terra dentro adonde desaparecerão; donde em todo aquelle tempo tinhão feito hũas trãqueiras, e dentro dellas se recolherão com as armas q escaparão do naufragio, e outras coisas, q trocãdo por mantimentos (de q aquella parte da ilha não é muy abundante) com os naturais da terra, se forão sustentando miseravelmente; esperando q passasse algũ navio, q com sinais q lhe fizessem, voltasse a tomalos; porem forão em tudo disgraçados, porq de alli a muy poucos dias aportou na mesma parte o governador Nuno da Cunha, por levar necessidade de fazer aguada; surto pois nella, decerão logo a ribeira muitos negros de cabello retorcido como os de Moçambique, trazendo carneiros, galinhas e outros mãtimentos, q davão a os nossos, por pedaços de ferro e de outras cousas de pouco preço. Com este comercio, e bom tratamento q os nossos portugueses lhes fizerão, ficarão tão contentes, q de ahi a dous dias trouxerão hũ portuguez, o qual vinha tão disforme, com a grenha q trazia de cabellos, e cortimento dos couros despidos, q era notavel a fealdade q tinha a respeito dos outros negros. O prazer deste pobrete foi tão grande, quando se vio em a nao, q estava diante de Nuno da Cunha como pasmado, sem lhe poder dar razão do que lhe pergũtava. Despois q entrou mais em si contou como alli se perderão o capitão mor Manoel de Lacerda, e o capitão Aleixo de Abreu, dando de noite em seco, e estiverão ate o outro dia pella manhã em q se salvarão em jangadas com algũa pouca

de fazenda; e q a gente de Manoel de Lacerda, segundo soubera dos negros, se lãçara pella terra dentro, porẽ q não lhe sabião dar relação adonde pararão; porq os negros não costumavão a sahir das comarcas donde eram naturais; e q a gente de Aleixo de Abreu (com quem ella vinha) determinou marchar por terra cõ a gẽte q se salvara, para buscar algũ porto, donde com jangadas, ou cõ algũ outro se passasse a Moçambique; e elle como ficara enfermo, e manco, q não podia dar hũ passo; e q em quanto teve algũa cousa sobre si, os negros entre quẽ ficou lhe forão cõtrarios, e não se fiavão delle, mas dipois q o virão nu, como elles andavão, e não tinhão q cobiçar, ficarão seus amigos, e o tratavão muyto bem, por ser gente pacifica, e q vive a modo de cõmunidades, sem terem senhor q os governe. Estas e outras cousas dos costumes da quelles cafres, contava aquelle portuguez, o qual segundo dezia tinha sido criado de D. Antonio de Noronha Conde de Linhares; e escapando de tantos trabalhos, viveo algũs annos despois em Goa, adonde servio de meyrinho.

Despois por cartas do governador Nuno da Cunha, teve elrey D. João noticia da perda destas duas naos, e mandou buscar a gente dellas em o anno de 1530, com dous navios, de q erão capitães Duarte da Fonsequa e Diogo da Fonsequa ambos irmãos. Chegarão ambos a ilha de S. Lourenço; o capitão Duarte da Fonsequa, entrou em hũa grande bahia, adonde se afogou com dez homẽs, q levava em o batel de seu navio; e Diogo da Fonsequa correndo a costa, surgio em hũ porto, adonde vio grande fumo, e mandando o batel a terra, a saber a causa da quillo, acharão quatro portugueses, os tres erão do capitão Lacerda, e hũ do capitão Abreu. Recolherão estes pobres homẽs em o navio, e affirmarão q havia muytos vivos, mas que andavão tão apartados pella terra dentro da quella ilha, q seria impossivel achalos; e assim se foi cõ estes a Moçambique, levãdo o navio de seu irmão, e deixando alli hũ delles por fazer muyta agua se partio para a India em abril de 1531. Da gente destas duas naos procedem os portugueses, q hũs holandezes acharão em esta ilha de S. Lourenço, adonde se perderão na põta de S. Luzia vindo de Iava; os quais andando cortando madeira para fazerem uma embarcação, forão vistos pella gente da terra, a qual parecendo-lhes portugueses, se vierão a elles cõ muyto alvoroço, abraçando-os, e falando portuguez, lhes disserão, q tambem elles erão netos de portugueses (posto q não o parecião em as cores) e cõ muyta instancia lhes per-

guntavão se trazião consigo padres. E desẽganados q não erão portugueses, se não holandeses de q elles não tinhão noticia, ficarão muyto tristes, e lhes contarão como em tempos passados hũ navio tão grande como aquelle seu se perdera, salvandose a gente toda, e q o capitão delle conquistara parte da quella ilha, de q se fizera senhor, e q os mais se desposarão com as molheres da quella terra, de q tiverão grande multiplicação da qual elles procedião; e q assim como seus pays, e avos, desejarão sẽpre ter consigo sacerdotes, assim elles vivião cõ os mesmos desejos.

Feita a embarcação voltarão estes holãdeses para Bantan, e relatarão este sucesso a fr. Athanasio de Jesus Portuguez, da ordem de S. Augostinho, q estava cativo entre elles, e avisando todas estas cousas a D. Fr. Aleixo de Menezes Arcebisgo de Goa, logo tratou com toda a vigilancia, e cuydado q costumava a ter em semelhantes casos encomendar a os padres da Companhia, q forão cõ D. Estevão de Athayde a conquista de Monopotapa, q de Moçambique, ou de algũ outro porto vesinho trabalhassem por alcãçar mais clara noticia da quella gente para poder socorrer aquelles necessitados.

3) Naufragio q teve a Nao S. Pedro

Partindo da India para Portugal a nao S. Pedro se perdeo em os baixos das Chagas que são sinco ilhas razas e a mayor parte dellas allagadiças, entre as quais ha canais por donde pode entrar qualquer nao de mare chea. A o mar destas ilhas estão grandes restingas de area em algũas partes, e em outras grande parcel, e arrecifes de pedra muy perigosos. Entre estas ilhas amanheceo hũ dia a nao S. Pedro, vindo navegando cõ muyto pouco vento, quasi em calmaria, e quando descobriu o dia achouse dentro em hũ canal destes, jũto de hũa destas ilhas, para donde o mar a encostou, dando com ella em terra, de modo q ficou meya descuberta. No q Deos ajnda favoreceo muyto a os q nella vinhão, porq assim como virou para a bãda da ilha, virava pera o mar, enchera-se toda de agua, e se afogara muyta gente, não se podendo aproveitar da madeira, enxarcea e pregadura da nao e todos os mantimentos della, como despois fizerão.

Tanto q a nao fez assento, desembarcarão todos na mesma ilha sem perigo algum, e fizerão nella choupanas, e tendas em que se alojarão: tirarão da nao todo o arroz e todo o

mais mantimento q puderão, com a enxarcea, madeira, e pregadura q se pode tirar, armando com ella hũ navio sobre o esquife da nao, ajudando-se para isso tambem da muyta madeira q cortarão em hũa destas ilhas. Este navio foy em parte calafetado com seda da China, q vinha na mesma nao para este reyno e breado com beijoim, por não aver breu, nem estopa em abundancia. Despois de estar aviado de todo o necessario, meteo-se nelle toda a gente da nao, e fazendo-se a vela, tornou para a India, adonde chegou a salvamento, deixando na dita ilha muyta fazenda da nao q não coube no navio.

Nestes baixos avya muitos palmares, carregados de cocos, q mostravão serem já em algũ tempo habitados, e oje são desertos e deshabitados, mas não de passaros, porq affirmavão os que se acharão neste naufragio, serem tantos, q cobrião toda a praya destes baixos, e tão pouco espantadiços, q não fugião, nem avião medo da gente, pello descostume q tinhão de a ver. Os ovos destes passaros erão em tãta abundancia pellos campos, e prayas destas ilhas, q não podião andar por ellas, sem os pisar, o q não foy de pouco remedio para esta gente, pois destes ovos, e passaros se sustentarão muyto tempo. Avia mais nestas ilhas uma casta de cangrejos da terra q vivião em covas, os quais erão quasi tamanhos como hũa rodela, cujas pernas e bocas erão de tanta grandeza, q abarcavão hũa palmeira e sobião por ella asima, e cortando hũ cacho de cocos com a boca, o deixavão cayr no chão, e tornando a decer pella palmeira abaixo, lhe tiravão as cascas com a boca, e abrindo todos os cocos lhe comião o miolo. Destes cangrejos comia tambẽ esta gente q se perdeo, e dezia, q erão muyto sabrosos, e gordos. A quem mais se deve a armação deste navio foy particularmente a Antonio Negrão contramestre desta nao S. Pedro, q tornou a India em q se salvou esta gente, despois de estar nestes baixos mais de seis mezes. Tambem neste naufragio se achou hũ religioso da ordem de S. Domingos, o qual foy grande parte da salvação desta gente, porq andava sempre animando a todos, pregando-lhe, e incitandoos a trabalhar no navio q se fazia, em q algũs se mostravão descuydados; e particularmente com os q nesta perdição adoecerão, sendo enfermeiro de todos, buscandolhe o necessario, e todo o possivel remedio, q em tal deserto se podia achar para suas infermidades; sẽdo causa de aver entre todos muyta paz, atalhando a muytas pendencias, por entender q se não fossẽ todos unidos, não poderião sayr de aquelles baixos desertos em q estavão.

4) Naufragio q teve a nao S. Luiz, anno de 1582 (1)

Partio de Portugal a nao S. Luiz para a India, em o anno de 1582, e passando o cabo da Boa Esperança com tempo prospero, amanheceo hũ dia defronte do rio de Quilimane em tão pouca agua, q foy necessario cortarlhe os mastros, porq o vento com q alli foy era do mar, e não podia com elle tornar por detras, nem fogir dos baixos, q avia para diante; mas nem isso bastou para q deixasse de dar a costa, e quebrar as amarras de duas anchoras que tinha lançado ao mar.

Finalmente dando nos baixos se fez em muytos pedaços e alli se afogou muyta gente, e a mayor parte della; e a outra q ficou se salvou no esquife, e batel da mesma nao, em que forão ter a terra: adonde em desembarcando forão roubados pellos cafres de quanto salvarão, e de aqui se forão pello rio acima pedecendo muytas fomes, e trabalhos ate chegarem a o forte de Sena, em q acharão no capitão grande charidade, e despois forão em hũa embarcação para a India.

5) Naufragio q teve a nao Madre de Deus, 1595

Sendo visorey da India Mathias de Albuquerque mandou para Portugal hũa nao da invocação da Madre de Deos muy rica, e prospera; aqual partindo de Goa em Ianeiro de 1595, veyo demandar o deserto da Ethiopia Oriental (como fazem todas as naos q da India navegão para esta costa, por assegurarem a viage). Despois de terẽ vista deste deserto, tornão a voltar para o mar, e vão correndo a costa sinco, ou seis legoas afastados da terra, ate chegarem a os portos para onde navegão. E as naos de Goa q partem para Portugal vem seguindo esta mesma derrota, ate passarẽ o cabo Delgado, e Mosambique e o cabo de Boa Esperança. Mas esta

---

(1) Segundo as mencionadas Relações do ms. 509, esta nau fazia parte duma armada de 5 naus pela 1.ª Relação, de 4 naus pela 2.ª Era do comando de Luiz Caldeirão. As outras eram a *S. Philipe*, do capitão-mór Antonio de Melo de Castro, a *Boa Viagem*, de Gonçalo Roiz Caldeira, a *Chagas*, de Diogo Tavares ou Taveira, e a *S. Francsco de Paula*, de João da Fonseca.

nao de que agora se fala teve peor ventura q as outras, porq vindo demandar este deserto (fazendose o piloto ajnda longe da terra) vay topar cõ ella hũa noite bem descuydados do q lhe podia soceder; e tanto q tocou em fundo, logo se fez em pedaços, e se afogou muyta parte da gẽte q trazia, a qual foy ajnda menos oprimida de trabalhos q a q chegou a terra cõ vida, porq essa teve despois mais penosa, e lastimosa morte, ficando posta em hũa terra esteril, deserta e desabitada, sem mantimentos, sem agua, e sem abrigo, nem reparo para o grande calor do sol, q nesta parage tão acesamente fere cõ seus rayos q parece abrasar a terra.

De modo q neste areal deserto forão morrendo poucos, e poucos, consumidos, e mirrados do sol, da fome, e sede. Destes escaparão somente 16, q fazendo logo seu caminho ao longo da praya, vierão ter a Magadoxo, sustentados com hũa pouca de agua, e biscouto, q salvarão da nao, mas chegarão todos esfolados do sol, e negros, q parecião cafres; e tais q mais representavão a figura da morte, q a de homẽs vivos. Esta nao se perdeo por descuydo do piloto, q tãbem acabou cõ ella, ou pello enganarem as aguas, q corrẽ grandissimamente para esta costa.

6) Naufragio das naos S. Ioseph, S. Tereza e S. Carlos, 1625 (1)

O mao estado em q estavão as cousas de Ormuz, e os avisos q Ruy Freire enviou a elrey D. Phelipe o 3.º, apressarão em Lisboa algũas embarcações para acodir aquella praça tão importante, mas nada aproveitou.

Partio de Lisboa o visorey para a India, e alem de quatro galeões q levava, a saber a Capitaina S. Tereza seu capitão D. Phelipe Lobo, e a almiranta S. Ioseph cõ D. Francisco

---

(1) Esta data está errada. Êste naufrágio deu-se em 1622, porquanto na armada ia D. Francisco da Gama nomeado pela 2.ª vez viso-rei da Índia, nomeação feita em 1622. É esta a indicação tambêm das duas Relações do ms. 509.

Conforme estas Relações, a armada compunha-se de 4 naus e 4 galeões, assim distribuidos: 1.ª nau *S. Thereza*, comandada por D. Filipe Lobo e na qual ia o viso-rei; 2.ª *S. José*, de D. Francisco Mascarenhas; 3.ª *S. Thomé*, de Nuno Pereira Freire; 4.ª *S. Carlos*, de D. Francisco Lobo. 1.º galeão *Trindade*, do capitão-mór Sancho de Tovar da Silva; 2.º *S. Salvador*, de Gonçalo de Sequeira de Sousa, e os outros dois de Francisco Cardoso de Almeida e de Francisco Sodré Pereira.

Mascarenhas, S. Carlos cõ D. Francisco Lobo e S. Tome cõ Nuno Pereira Freire; hia tambem na conserva Sancho de Tovar cõ duas naos, e dous pataxos. Sahio o visorey meado março de 1625, cõ tempo prospero, e tão fixo q continuou por largos dias, e sem contraste mais q se aver derrotado, e atrazado na altura da linha a não S. Tome, e hũ dos navios em q hia Sancho de Tovar, e não falta quem diga q o fez por recear q o visorey o remetesse para socorrer a praça de Ormuz; cõ q chegarão estes a Goa em o mez de Agosto, como tambem o fizera o Conde se não correra a Mosambique a procurar sua perdição. Levava ordem para socorrer a Mosambique por dizerem estava cercada, mas nem por isso deixou de errar, avendo deixado atraz o navio, e galeão q referi, cõ q ficou sua armada menos forte para o caso q lhe avia de suceder; e a almiranta S. Ioseph sẽpre atrazada mais do q convinha, e se entendeo q não era tanto por seu officio, quanto por se não comunicar seu capitão cõ o visorey, q junto do cabo da Boa Esperança em estes dias reconheceo tres velas, q ajnda q desaparecerão brevemẽte, despois se soube serem as mesmas q derão com a nao S. Ioão vindo da India para Portugal, como se vera em o naufragio seguinte.

De mais destas noticias se avião descuberto, dous mezes antes seis navios de ingreses, e olandeses em as ilhas de Angoja, q dando caça a hũ portuguez, se lhes perdeo a capitaina, de q escapou o melhor q pode. Com q ao presente, este sucesso, e a derrota do visorey causou seu encontro em hũa noite de 22. do mez de Iunho quasi a vista da costa sinco velas, e o visorey se resolveo em guardar a ponto, as instrucções gerais, q ajnda com certeza de vencer, dispõe q as naos de viage despersuadão sempre o pelejar, porem não o defenderse e resistir. E assim cõ este presuposto foy navegando a Mosambique, se bẽ chegando o olandez a reconhecer a sua capitaina lhe fez atirar algũas peças, q o tiverão afastado. Porem não obstante, proseguindo elle, e o enemigo continuando o dia seguinte de 23. se começarão a bater, dando, e tomando cargas grandes, ajnda q a força do pelejar muyta cahio em a almiranta, cujo capitão vinha doente, pois foi investida de outras duas, e em varias vezes apertada pello discurso de vinte horas com q ficou destroçadissima; se bem q em confusão tão grande (com o valor e deligencia de algũs bõs cavaleiros, e do doutor Iulião de Campos, do concelho delrey, e a quẽ o conde por suas virtudes, e experiencias respeitava cõ veneração) não se des-

cuydou a capitania de dar a volta para a socorrer, e em especial o galeão S. Carlos, q por sua ordem arrojando-se entre as velas enemigas, de tal maneira as tratou, q ouverão então de a deixar, e ajnda alargar-se a o mar.

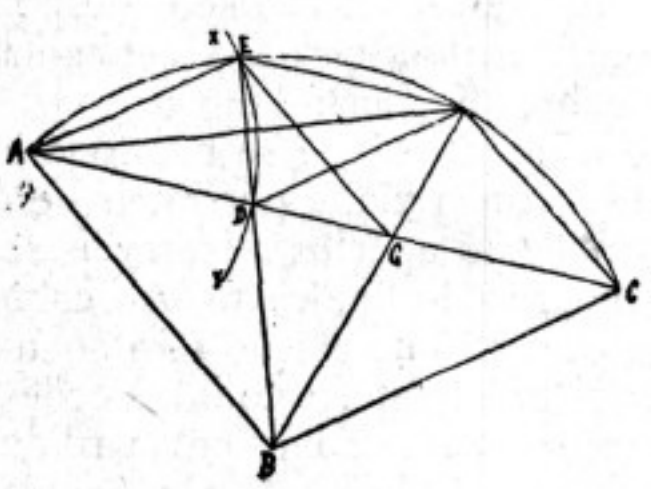
Fora sem duvida aquelle esforço restauração da almiranta, mas estava ella de maneira, q ajnda q o visorey com dous cabos, a procurou, e quiz alentar fazendo instancia em q marchase, para q sendo rodeada das demais fosse segura, lhe respondeo q se hia a pique. Com q começãdo este naufragio tão lastimoso, como triste (q eu procuro abreviar) varou dez legoas da costa, adonde apenas se pode com trabalho salvarse algũa gente, e pouco dinheiro. O restante ficou para cevo ao olandez, q pella madrugada o tomou, e entre elle presos de importancia; e assaz de consolação nos fora se aqui parara a fortuna, mas nem tão pouco permitio, porq estando junto a barra, não quizerão nossos baixeis esperar por piloto da terra; aconselhandolhe muytos q pello menos não intentassem hũ tal perigo cõ a noite, q surgissem adonde se achavão; e cõ a lux (q lhes chegou pouco despois) facilitassem a ignorancia q seus pilotos tinhão della. Porem elles levando o alvo so a conservarse, e apartar-se, forão buscando mais disgraças, seguidos dos enemigos, e ate q vẽdoos alargar derão a volta a almiranta, e recolherão seus despojos; entretanto correndo a seu destino, varou a capitania S. Tereza, e pouco despois o galeão S. Carlos.

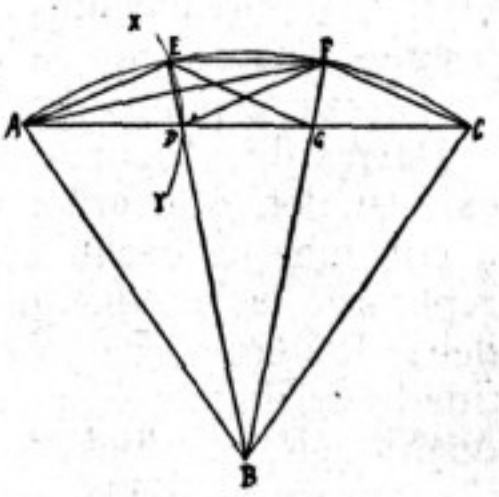
Destas duas naos se tirou o q hia dentro, e se pos fogo a os residuos q ficarão. O galeão em q vinha por inteiro do q convinha, e assim estando nelle cõ apertos miseraveis se repararão largos dias os q escaparão do naufragio. Ao cabo delles foy em socorro de Ormuz no mesmo galeão com quantidade de munições, artelharia, e boa gente, e tudo as ordẽs do Siqueira; e chegãdo a Mascate soube como era perdida ja a praça, e della sahirão duas mil almas. O Conde em algũs pangayos de particulares mercadores se fez a vela, e cõ o restãte dos soldados chegou felizmẽte a Cochim e despois a Goa.

QUELQUES CONSIDÉRATIONS SUR LA TRISECTION DE L'ANGLE

Quoique la preuve soit faite de l'imposibilité de résoudre graphiquement ce problème géométrique fameux, il est toujours intéressant de le soumettre à l'étude, et les résultats, parfois imprévus, auxquels ces recherches conduisent sont souvent dignes de remarque.

Je donne ci dessous quelques constances sur la trisection de l'angle. Apres, j'expose la construction d'un compas reposant sur ces principes; compas qui donne une solution cinématique de ce probleme.





A, B, C est l'angle à diviser. Traçons, de B comme centre, avec une ouverture de compas arbitraire, l'arc de cercle A, E, F, C. De plus, menons la corde de cet arc, soit A, C. Or, le problème revient à décrire, du point A comme centre, un arc tel qu'il coupe le grand arc A, E, F, C et sa corde en deux points qui soient *rectilignes* avec le point du sommet de l'angle à diviser. Dans les figures cet arc est en X, Y.

Remarque I: Si l'on trace les droites AE, ED on obtient

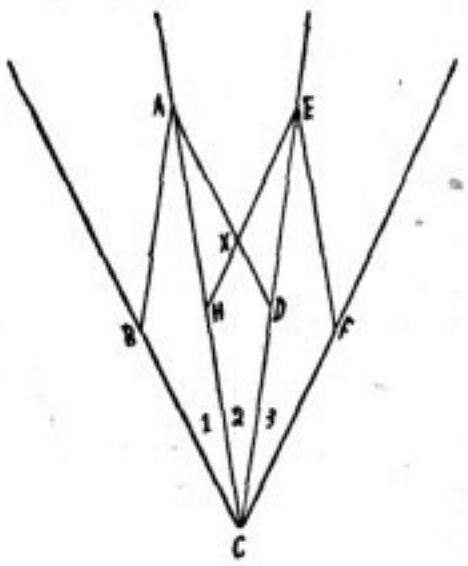
le triangle isocèle EAD dont la bissectrice prolongée coupe le grand arc en un point F qui est le second point trisecteur.

Remarque II: Si l'on trace les droites EF, FD on complete le losange AEFD dont le petit axe n'est autre que le prolongement de la ligne trisectre BE.

Remarque III: Le deuxième losange EFCG (obtenu, si on veux, de la même manière symétriquement opposée que la première) a son côté FE commun avec le premier losange.

Compas donnant la solution cinématique de la trisection de l'angle

Description: Le compas se compose de tringles rigides articulées à leurs points d'intersection. De plus, aux deux points A et E, outre que les petites branches sont articulées entre elles, celle-ci glissent, au moyen d'un bouton emprisonné dans une rainure, sur les tringles trisectrices AC et EC. Les distances comprises entre les points AB, BC, CD, DA, HC; de même que les distances comprises entre les points EH, HC, CF, FE, DC sont *égales*.



Au sommet C les quatre tringles sont articulées sur un même oeil.

Au point d'intersection X les tringles AD et EH sont libres; il n'y a pas ici d'articulation.

Démonstration: Considérons le compas ouvert comme le montre le dessin: BCF est l'angle trisectionné. ABCD et EHCF forment deux losanges articulés où romboïdes dont AC et EC sont respectivement les bissectrices.

Envisageons le losange de gauche: nous avons ACB, comme angle, = ACD. De même pour le losange de droite ECF, comme angle, = ECH.

Mais l'angle ACD étant commun avec l'angle ECH ils sont égaux. Or, si l'angle 1 est égale à l'angle 2; et l'angle 3 aussi égale à l'angle 2, il est evident que les trois angles 1, 2, 3 sont égaux.

Remarque: En se basant sur le même principe, on peut réaliser un instrument divisant l'angle en 4, 5, 7,... parties égales; on peut même diviser ainsi toute la circonférence en un nombre de parties égales.

Jos: Martin,
Prof. au Collège Episcopal de Visé.

O ECLIPSE TOTAL DO SOL EM 29 DE MAIO DE 1919

VISÍVEL NA ILHA DO PRÍNCIPE

Em 29 de Maio de 1919 haverá um eclipse total do Sol, em que a trajectória da sombra atravessa a América, de Arica a Paranaíba, bem como a África, de Libreville a Quionga. Ao percorrer o golfo de Guiné, essa trajectória passa pela nossa Ilha do Príncipe, e torna-se, portanto, de interesse especial para nós, convindo-nos saber, desde já, em que condições se poderá ver ali êsse maravilhoso fenómeno, tão empolgante para simples curiosos como digno de atenção e estudo para os homens de sciência. Sendo aliás tão curta a distância à Europa, facílima a viagem, e proverbialmente remansosos os mares em que ela se tem de fazer, é provável que essa formosa ilha seja escolhida, como estação adequada, por muitos dos astrónomos que a êsses fenómenos especialmente consagram a sua atenção, e que não deixarão perder esta nova e relativamente rara oportunidade de utilisar os seus aparelhos e inventos já experimentados, ou de ensaiar outros novos.

Como se vê na tabela que segue, o eclipse, na ilha do Príncipe, começa pouco depois do meio dia, com o Sol quási no zenite, e termina antes das quatro. A fase total, que principalmente interessa os estudiosos, durará cinco minutos, pelas duas horas e um quarto, estando o Sol a meia altura entre o horizonte e o zenite, portanto em posição muitissimo vantajosa para comodidade da observação e nitidez das imagens. As condições atmosféricas nessa quadra do ano, e a essa hora, serão naturalmente favoráveis, mas seria interessante verificá-las de novo, com êste fim especial, nos dois anos que vão medeiar até então.

Na visinha, e mais importante, Ilha de S. Tomé, o eclipse será apenas parcial e, portanto, de interesse muito secundário para os especialistas.

Ainda no mesmo ano, em 22 de Novembro, ver-se há na Guiné portuguêsa um eclipse anular, também visível como eclipse parcial em Portugal, Açores, Madeira, S. Tomé e Príncipe.

Na seguinte tabela estão calculadas as circunstâncias do eclipse total de Maio para um ponto central na Ilha do Príncipe. Os ângulos são dados em gráus e décimos, e contam-se, como é habitual nestes casos, os azimutes de sul para oeste; os ângulos paralacticos e os de posição, do ponto norte do limbo solar no sentido N, E, S, W; e os ângulos ao vértice, do ponto mais alto dêste limbo, no mesmo sentido.

Circunstâncias do eclipse na Ilha do Príncipe em 29 de Maio de 1919

Contactos	Fase		Hora legal	Azimute	Altura	Angulo paralelo	Ponto de contacto		Grandeza
	Parcial	Total		Do centro do Sol			Angulo de posição	Angulo ao vértice	
I	Começo	–	12h47m25s	137°,0	62°,2	133°,0	271°,0	138°,0	
II	–	Começo	14 13 28	–	–	–	78 ,0	328 ,0	
	Meio	Meio	14 16 1	119 ,1	44 ,4	110 ,1	–	–	1,024
III	–	Fim	14 18 35	–	–	–	289 ,4	179 ,4	
IV	Fim	–	15 31 50	113 ,5	27 ,4	99 ,8	95 ,4	355 ,6	

Semidiâmetros aparentes: do Sol, 15′ 48″; da Lua, 16′ 41″.

Lisboa (Tapada), 1917 Janeiro 3.

FREDERICO OOM.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 1, pag. 64)

Gendarme de Bévolte (Vid. Schröder, *obr. cit.*, pag. 37), diz: «Je sais bien que la paternité de cette pièce (El condenado) est aussi contestée à Tirso, mais sans raisons suffisantes à mon avis..... Si donc le Burlador ne peut en l'état actuel du problème être attribué en toute certitude à Tirso de Molina, cette attribution demeure probable, aucun des arguments allégués contre elle n'étant concluante. Mais la question, il faut l'avouer, nest pas définitivement résolue et ne pourrait l'être que par la découverte d'un texte plus sûr et plus authentique que celui de l'édition de Barcelone et que celui du Tan largo». Segundo Schröder, o texto original que deve datar de 1620 aproximadamente, só se póde obter pela comparação dos textos do Burlador de 1630 e da versão que desde 1878 possuimos com o título «Tan largo me lo fiais».

Ricoboni (Vid. Schröder, *obr. cit.*, pag. 39), afirma que a peça fôra representada em Itália em 1620 numa versão italiana: «Le seizième siècle fini vers l'an 1620, les belles lettres tombèrent beaucoup en Italie. Dans cette décadence c'eût été un grand miracle que le théatre se fut conservé dans sa régularité. Les tragédies changèrent de face et on substitua à leur place les Comédies ou Tragi-comédies Espagnoles que l'on traduisit ou que l'on fit à leur imitation; l'Empereur Charles Quint laissa dans les Roiaumes de Naples et de Sicile, dans le Duché de Milan et dans d'autres Provinces plusieurs cours de Seigneurs Espagnols et c'est ce qui occasiona cette corruption du Théatre.... Les Tragi-comédies Espagnoles traduites, comme La Vie est un Songe, Le Sanson, Le Festin de Pierre et d'autres semblables étoient

*

les plus beaux ornemens du Théatre Italien» (1). Bévolte inclina-se a que o Burlador fôsse composto entre 1627 e 1630. Ora Tirso morreu a 12 de março de 1648, na idade de 76 anos e 5 meses; logo o Burlador pertenceria às suas últimas obras. No entanto, diz Schröder, no Burlador transparece um talento juvenil, o que justifica muitos dos seus defeitos, sôbretudo as frequentes repetições. Na edição de 1630 figura Tirso como autor do Burlador, mas Don Pedro Calderon, como o do Tan largo me lo fiais, o que tambêm tem sido posto em dúvida.

Cotarelo (Vid. Tirso de Molina, «Investigaciones bibliográficas», Madrid, 1893, fl. 120 e 168) supõe que a obra tivesse sido adaptada por André de Claramonte que se fez passar por autor de vários escritos de Tirso e que qualquer impressor, levado pela semelhança do nome ou para aumentar o valor da peça, teria escrito em vez de Claramonte, Calderon.

Révilla (Vid. «La Illustración Española y Americana», 1878, II, n.º 40 e 42), diz a tal respeito: «A nuestro juicio esta redacción es obra de Tirso como la que se titula El Burlador de Sevilha, y tenemos por muy probable que sea la primitiva, en cuyo caso El Burlador es una refundición».

Schröder pensa o seguinte: O texto original data de 1620; pouco depois, o mais tardar em 1625, isto é, antes de Calderon deixar a Espanha, um actor de Sevilha adapta ao teatro o drama, resumindo bastante as scenas finais que se seguem à morte do herói. Encontrando-se o autor longe da pátria, publicou-se em Barcelona, em 1630, com o nome de Molina, então muito conhecido, nova versão da peça, mas com o título antigo.

Assim se explicam, segundo Schröder, dois factos: falta de imitações directas em Espanha naquela data, pois a primeira imitação espanhola «La Venganza en el Sepulcro», é dos últimos anos do século XVII, por consequência posterior à morte de Calderon; e o desaparecimento completo do Tan largo me lo fiais até à sua descoberta, dois séculos e meio mais tarde. Dadas as relações políticas e literárias da Espanha e Itália, não é de estranhar que o texto original passasse para esta nação e lá encontrasse um tradutor. Goldoni abre o prefácio do seu «Don Giovani Tenorio» (representado em

---

(1) Vid. *L'Histoire du Théatre Italien depuis la Décadence de la Comédie Latine*. Paris, 1730, citada por Schröder.

Veneza em 1736) com as considerações seguintes: «Un secolo ora sarà per l'appunto, che usci dalla Spagna il Convitato di Pietra, Commedia fortunatissima di Don Pedro Calderon de la Barca...».

Schröder conforma-se com a maneira de ver do dramaturgo italiano, e em seu abono cita vários passos do Burlador, que tem semelhanças com outros de várias obras de Calderon, como: «El Médico de su honra», «Judas Macabeo», «La Vita es Sueño», etc. Refere também as palavras de Gracioso Arceo, nas «Mañanas de Abril y Maio»:

I. Cierto
Que sois fantasma apacible
Y que teneis mil respetos
Del Convidado di piedra.

Não há dúvida que no teatro de Calderon a figura de Don Juan aparece mais de uma vez. Sôbre o «El Purgatorio de San Patricio» cita Schröder a douta opinião de Huzsár (*obr. cit.*, pag. 50): «Selon une autre version de l'histoire de Don Juan, le héros, chargé de péchés et de crimes, vient à résipiscence, après s'être vu lui-même conduire au tombeau. Cette variante plus chrétienne qui répond à la doctrine de la grâce semble avoir trouvé son expression dans El purgatorio de San Patricio de Calderon. Cette pièce fut, paraît-il représentée après celle qu'on atribue à Tirso, néanmoins il est possible qu'elle lui soit antérieure. Toujours est-il que Ludovico, le héros de cette pièce de Calderon, semble être un Don Juan repenti qui après avoir commis de nombreux forfaits, va faire pénitence au purgatoire, parce qu'il avait aperçu sa propre image sous un masque de spectre».

Calderon é autor de uma obra muito interessante que Schröder não indica — No hay cosa como callar — em que o poeta nos pinta um Don Juan, enamorado, valente e rebelde aos avisos do ceo e ao respeito dos mortos. O protagonista da comédia passa a vida a iludir as mulheres com falsas promessas que bem depressa esquece; o principal interesse da peça consiste nas scenas de amor, ódio e ciume entre as vítimas do desbragado cavaleiro. Não é condenado às penas eternas, torna-se digno da misericordia divina, pois vem acusar-se pagando uma dívida de honra.

Convêm aqui lembrar que Calderon não é indulgente para com os desmandos da nobreza. Assim no Alcalde de Zalamea, estigmatiza em scena os desafôros dos militares tão

vulgares no seu tempo, e desenha com todo o carinho o carácter de Pedro Crespo, que embora não de estirpe fidalga é o prototipo da dignidade, honradez e energia. Tendo o capitão D. Álvaro de Ataíde seduzido sua filha Izabel, manda-o prender, organiza o processo sem demora e executa a sentença de morte contra êle proferida. E quando Lope de Figueiroa volta a Zalamea, com o intuito de desagravar a injúria feita às tropas na pessoa do seu capitão, já este fôra decapitado. Neste entretanto chega Filipe II a quem Figueiroa pede vingança. O rei, porêm, exclama:

Don Lope, aquesto ya es hecho
Bien dada la muerte está,
Que errar lo menos no importa
Si acertó lo principal.

Como vemos, a questão sôbre o autor do Burlador não está suficientemente esclarecida, e os argumentos apresentados não são de molde a formular um juizo seguro. O que Schröder diz de Calderon, poderia aplicar-se a quási todos os escritores espanhois, dêsse periodo fecundo da literatura espanhola. A vida dos cavaleiros de então, cheia de galanteios, desafios e mortes, a exaltação da honra, o orgulho aliado a uma religião que prégava a humildade, o gôsto do enredo complicado, aventuras estranhas e situações embaraçosas, eram condições favoraveis à criação de caracteres como o de Don Juan Tenorio. A altivez própria do carácter castelhano, a sua susceptibilidade exaltada, turbulenta e sanguinária, prestavam-se à idealização dêsses tipos gigantescos pela virtude e pelo crime.

*

Falando do Burlador, não podemos esquecer «El Infamador» de Juan de la Cueva, representado em 1581, cujo protagonista, na opinião de Schack, serviu de modêlo segundo todas as probabilidades, a Tirso na criação daquela figura. O assunto é o seguinte: O joven Leucino, filho de Corineo, é um devasso rico que se vangloria de conquistar todas as mulheres. Apaixonando-se por Eliodora, filha de Ircano, muito considerado em Sevilha, já que nada consegue por meios suasórios, resolve recorrer à violência. No momento em que se dispunha a raptá-la com o auxílio dos criados Farandox e Ortelio, aparece-lhe a deusa Nemesis que lhe prognostica

um triste fim, senão desistir de tão vis propósitos. Em favor de Leucino vem porêm Venus que faz adormecer, por intermédio de Morpheu, a criada Felicina, com quem Eliodora estava, e tomando a sua figura procura convencer a ama a não abandonar o apaixonado cavaleiro. Nada conseguindo, manda chamar Leucino; entretanto Felicina desperta do seu torpor. Usam novamente da violência. Ortelio arrasta à fôrça a pobre donzela, que puxando de um punhal, lh'o crava no coração. Atraídos pelo rumor comparecem Ircano e Corineo, bem como as autoridades judiciais. O infame sedutor afirma perante o juiz que Ortelio fora assassinado por lhe confessar as relações íntimas que ultimamente mantinha com Eliodora. O outro criado confirma as palavras de Leucino. A infeliz é condenada à morte; os pais amaldiçoam os filhos que assim deslustram o nome de suas famílias, mas, graças à intervenção de Diana, descobre-se toda a verdade. Leucino confessa o crime de que se arrepende amargamente. Condenado a ser lançado no rio Betis, um deus do rio opõe-se a isso. Diana manda-o enterrar vivo. Assim se cumpriu a profecia de Nemesis. Gendarme de Bévolte (Vid. Schröder, *obr. cit.*, pag. 69), reconhece similhanças profundas entre ambos os caracteres, Leucino e Don Juan. «Leucino est comme Don Juan et avant lui un galan sans scrupule qui passe de conquête en conquête, trompe les femmes, leur prodigue serments et promesses de mariage, va jusqu'au crime, même pour satisfaire son caprice, sans être arrêté par les signes les plus manifestes du courrox céleste (1).

*

O carácter de Don Juan aparece estudado em quási todas as obras de Lope de Vega, mas há sôbretudo uma comédia —Dineros son calidad— em que pinta o valor do homem perante o desconhecido e os mortos, não fazendo porêm intervir na acção os galãs enamorados. Octavio, o protagonista, pensa apenas em restituir ao pai as riquezas perdidas nas revoltas políticas de Napoles e em vingar as ofensas recebidas do rei Henrique. Octavio dirige-se ao palácio onde está sepultado o monarca, a cuja memória fôra levantada

---

(1) Gendarme de Bévolte, *La Légende de Don Juan. Son évolution dans la littérature des origines au romantisme.* Paris, 1906, fl. 31.

uma estátua. Acompanham-no Macarron e Clarindo; atreve-se a entrar, embora conste na cidade que de noite se ouvem ruídos estranhos de almas penadas. Chega ao pé do jazigo e ao ler o seu epitáfio, desembaínha a espada e arremete contra a estátua exclamando:

Y pues en vos no he podido,
¡Vive Dios que he de vengarme
En vuestro alabastro eterno,
Como el toro que deshace,
La capa del que le ofende!

Macarron adverte-o do perigo:

Respeta el frio cadáver
Que el sagrado bulto ocupa.

Octavio ainda mais irritado desafia de novo a cólera do rei:

Vivo, glorioso, triunfante
Agora verle quisiera
Para hacer con él lo mismo.

E resolve passar ali a noite à espera que o morto sáia do túmulo, segundo é voz corrente:

Aquí he de pasar la noche.
Vengan fúrias infernales
Contra mí
.....
Digo que aquí he de quedarme
Para ver si con Enrique
Contra mí espiritus salen.
.....
Es todo
Lo que de espantos cuentan
Mentiras y disparates.

Octavio e Clarindo adormecem; Macarron reza piedosamente, mas de súbito ouve-se a voz clangorosa do morto que os desperta.

OCTAVIO. ¡El cabello se me eriza!
LA ESTÁTUA. ¿Ya te acobardas? ¿Ya tiemblas?
OCTAVIO. ¡Yo temblar! ¡Yo acobardarme!
Si los infiernos vinieran

Contigo...
.....
LA ESTÁTUA. Pues ven.
OCTAVIO. Aguarda,
Ya voy.
LA ESTÁTUA (aparecendo). No quiero que vengas.

Ante a aparição Macarron e Carnido cáem desmaiados. Octavio porêm marcha intrépido.

LA ESTÁTUA. No temas
Si te precias de gallardo.
OCTAVIO. ¡Yo temer! Cólera es esta.
LA ESTÁTUA. ¿Defenderás lo que hiciste?
OCTAVIO. ¿No quieres que lo defienda?
Camina.

A estátua chega a duvidar de tanta audácia; manda-o caminhar adiante, ao que êle replica:

Sigueme. Mal me conoces.
... Aunque seas
Demonio; que no me espantan
A mí demonios de piedra.

Octavio pede uma luz que aparece por encanto. Chega a um pátio solitário e tomando a dianteira ao morto, despede contra êle terríveis golpes, mas com grande surpreza sua não encontra resistência em nenhum corpo. E quando a estátua em ar zombeteiro lhe diz:

Viento y alabastro soy,
Villano, para que entiendas
Que has de hallar piedra el castigo
Y has de hallar viento la ofensa.

Octavio não desanima e responde no mesmo tom:

Pues ven á los brazos!
LA ESTÁTUA. Dame la mano
OCTAVIO. ¡Ay! ¡ay! Valgame Diós! ¡ay¡
¡Que me abrasas! ¡Suelta! ¡suelta!

O carácter de Octavio é muito inferior ao de Don Juan. Lope de Vega exagera a tal ponto o arrôjo do herói que o torna ridículo. O assunto da peça é o seguinte: O Conde

Frederico gastára quási todos os seus bens com emprestimos ao rei Henrique. O sucessor dêste Ludovico reduziu-o à maior miséria, privando-o de todas as honras. Os três filhos do Conde, Rufino, Luciano e Octavio, deixam a casa paterna, no firme propósito de adquirirem nova fortuna que dê à família o lustre de outros tempos. Na companhia de Octavio, o mais novo dos três irmãos, vai o criado Macarron. Cheios de fome, faltos de todos os recursos, chegam em uma noite de inverno a um escuro vale, onde encontram o pastor Clarindo. Êste diz-lhes que habitou nos últimos tempos um castelo em ruinas onde aparece o espectro do rei que lá está sepultado. Outros afirmam que é a alma penada de Ludovico seu sucessor e assassino que vagueia por aqueles sítios. Apesar do receio do criado, cuja timidez nos lembra a de Catalinon, criado de Don Juan, Octavio entra no castelo e a convite de Clarindo vai ver o túmulo, sôbre o qual se admira a estátua de Henrique, de joelhos. No sóco lê-se o seguinte epitáfio:

Hic jacet
Federicus Magnus Rex
Siciliarum et Italiae
Occisus a Ludovico
Violenta Crudelitate.
Sit terra levis.

Ao ler estas palavras, recorda-se que o rei fôra a causa da ruína do pai. Possuido de cólera súbita, avança para a estátua e despede sôbre ela terríveis pancadas. Resolve esperar no castelo a chegada do espírito. Entretanto vai deitar-se e adormece profundamente. O criado que não poude conciliar o sôno é surpreendido por um estranho ruído, enquanto fazia as suas orações. Octavio acorda e com grande surpreza ouve o seu nome:

OCTAVIO. ¡Valgame Dios! Qué fiera
Y espantosa voz
LA VOZ. ¡Octavio!
OCTAVIO. ¿Nombraronme?
MACARRON. En nuestra lengua
LA VOZ. ¡Octavio! ¡Octavio!
OCTAVIO. ¿Quien llama?
.....
¿Quién eres?
LA VOZ. Llega,
Y lo sabrás
OCTAVIO. Sin luz ¿cómo?

A voz ordena ao criado que acenda a luz; Macarron recusa-se com medo, mas a luz aparece acêsa imediatamente. Intima Octavio a aproximar-se, mas quando êste se dispõe a isso, sai-lhe ao encontro a estátua do monarca. Octavio marcha adiante com a luz; atraz vão Macarron e Clarindo. No jardim, o rei diz-lhe que terá de morrer e o audacioso cavaleiro desafia-o para um duélo à espada. A estátua no entanto deseja ouvir as suas queixas, classificando-as de «quejas injustas», o que ainda mais excita a cólera de Octavio. Por fim dá-lhe um prégo, e manda-o pregar no mesmo sítio em que o rei está sepultado. Ali encontrará a sôma de dois milhões que Henrique devia ao pai. Saldando esta divida antiga, salva-se das penas do purgatório:

..... Esta restituición hecha
Del purgatorio saldré.

Depois de pedir a mão a Octavio que se sente abrazado ao tocar a sua, desaparece; Octavio cai por terra sem sentidos. A semelhança das duas peças (Burlador e Dineros son calidad) já de há muito fôra reconhecida. Assim em 1849, Ticknor indica como fonte do Burlador uma peça espanhola, a que chama «Money makes the man». Bromer, Fischer e Reynier afirmam que o autor do Burlador se inspirou da famosa comédia de Lope da Vega. (Vid. Schröder, *ob. cit.*, pág. 76) (1).

---

(1) Na «Fianza satisfecha» descreve Lope de Vega a Vida de um mancebo licencioso sem cessar revoltado contra a autoridade, a religião e a moral. Leonido, assim se chama o herói da peça, é um joven siciliano capaz das maiores baixezas. Procura ter relações incestuosas com a irmã, mas não podendo satisfazer os seus asquerosos apetites fere-a, e outro tanto faz ao esposo, dando também uma bofetada no pai que lhe censura a vilania do procedimento. É atacado à beira-mar pelos mouros; consegue vencê-los, mas marcha com êles para Tunis na intenção de abraçar a religião maometana. Lidora, favorita do rei mouro, apaixona-se por Leonido, entregando-lhe o pai dêle e a irmã que estavam reduzidos à condição de escravos. Leonido ameaça o pai de morte, se não o deixar deshonrar a irmã. A intervenção de Lidora impede o nefando acto. Subitamente aparece-lhe Christo, e Leonido tocado de vivo arrependimento deixa-se aprisionar pelo rei e sofre resignado o sacrifício da cruz. O pai depois da morte do filho recupera a vista, descobrindo-se mais tarde que Lidora é filha do justiçado. O carácter de Leonido é muito mais antipático que o de Don Juan, embora entre ambos haja profundas semelhanças. O criado Tizon lembra-nos o Catalinon do

*

No século XVIII foi o «Burlador de Sevilla» refundido por Zamora, mas a sua obra é muito inferior ao modêlo. O carácter do herói é apagado e não se mantêm uniforme durante o desenrolar da acção; a morte de Don Gonzalo não se explica suficientemente: Don Juan mata-o, porque êle se opõe a que contenda em sua casa com um cavaleiro que anda sempre provocando mas com quem receia bater-se. A figura de D. Ana não tem elevação; a sua paixão por Don Juan não é desinteressada, nem generosa. Não se envergonha de acusar o amante ao rei, de o atormentar com ciumes de assalariar um assassino que lhe ponha termo à existência e de casar com Filiberto. Zamora fez de D. Ana uma mulher vulgar, de sentimentos baixos, sem grandeza de alma, incapaz de dedicações, rancorosa, que para se vingar recorre aos meios mais repugnantes. A scena da estátua é muito inferior à do Burlador. Don Juan, fugindo, entra no claustro do convento de San Francisco, onde encontra seu pai que o aconselha a emendar-se para merecer o perdão de Deus. Don Juan responde que só acreditará nele quando a estátua do comendador se pronunciar a êsse respeito e fica no claustro

A ver este fantasmon
Con su manto y con su espada.

Sem motivo algum, escarnece o morto, arrojando-se a dizer que mesmo no purgatório não lhe rezaria por alma uma parte do rozario, e por fim em ar de tróça convida-o para cear. Don Gonzalo aceita o convite e Don Juan, sempre incrédulo e rebelde, promete pagar-lhe a visita. No dia seguinte D. Ana, reduzida a uma situação desgraçada, dirige-se ao túmulo do pai na companhia de uma criada e pede-lhe que se vingue daquele que a deshonrou. Nessa ocasião aparece Don Juan que vem cumprir a palavra dada, mostrando a arrogância de sempre. Don Gonzalo aconselha-o a arrepender-se dos seus pecados, mas êle responde insolente-

---

Burlador. Fausto também pouco se preocupa com a honra das mulheres, e segundo a lenda não duvida profanar o túmulo do pai para as suas artes mágicas.

mente: «Es ya tarde para enmiendas». Anuncia-lhe a morte próxima como castigo das suas enormissimas faltas:

Porque
Ni aún en las piedras ultrajes
Los respetos de la iglesia.

Don Juan por fim arrepende-se, pedindo a Deus humildemente perdão e exclama:

Dichoso tu si aprovechas
La eternidad de un instante.

O desenlace não póde ser mais ridículo; o espectador tem a impressão que Don Juan é castigado, não pelos seus crimes, mas por ter sido respeitoso para com uma estátua na igreja. Zamora, pouco seguro do efeito desta scena, acompanha-a de trovões e relâmpagos, destruindo a moralidade do Burlador, pois nem sequer nos informa se Don Juan consegue salvar-se ou se é condenado às penas eternas.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

ARTÍFICES PORTUGUESES OU DOMICILIADOS EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 63.º, pag. 639)

XVII

PEDRO DIAS

Pedro Dias era residente em Evora, onde exercia o ofício de penteeiro nos fins do século xv. Indo acompanhado por outro, travou-se de desordem, talvez propositadamente, com dois caldeireiros da mesma cidade, Luis Martins e Afonso Gil, aos quais ferira. Os queixosos querelaram dele e D. João II lhe deu a seguinte carta de perdão, em 16 de abril de 1490:

«Dom Joham etc. saude. Sabede que Pedro Diaz pinteeyro morador em esta cidade dEuora nos enuyou dizer que Luis Martinz e Afomso Giill caldeyreiros moradores em a dita cidade querelaram delle dizendo que ele com outro que comsiguo leuaua saltaram com elles de preposyto e lhes deram a cada hũu sua ferida .s. ao dito Luis Martinz hũa lançada per hũua jlhargua e ao dito Afomso Gyll hua ferida pella cabeça das quaes eram saaos e sem nenhũa aleyjam porque asy querellara dele hũu Antam Rodriguez castelhano homem estrangeiro estante que foy em esta cidade dizendo que de preposito lhe dera hũua feryda per hum braço de que fora sam e sem aleyjam e por senam saber onde era morador se fezeram editos per que fosse citado segunda ver poderiamos per aluará de Lopo Diaz escripuam em a nossa corte o quall perante nós apresentou sem nhunca o dito Antam Rodriguez pareçer e que o dito Luis Martinz e Afonso Gyll que delle querellara lhe perdoaram segunda ver poderiamos per hũu publico estormento que perante nós apresentar enviou feito e asynado per Rodrigo Anes tabeliam em a dita cidade a biij dias deste presente mes dabrill da presente era em o quall

se continha que per elles fora dito que elles nam queryam acusar nem demandar ao dito suplicante mas que ante lhe perdoauam todo mall e injuria e dano que delles receberam segundo mais compridamente no dito estormento era contheudo pidindo nos por merçe o dito supricante que a honra da morte e payxam de nosso Senhor Jhesus Christo que lhe perdoassemos a nossa Justiça se nos a ella por Razam das ditas querellas e maleficios dellas em algũua guyssa era theudo e nós vendo o que nos elle asy dizer e pidir envyou se asy he como elle diz e hy mais nam ha visto o perdam de Luys Martinz e Afomso Gill e com Antam Rodriguez castelhano nam he vindo pera trazer seu perdam e querendo lhe fazer graça e merçe a omrra da morte e payxam de nosso Senhor Jhesu Christo Teemos por bem e perdoamos lhe a nossa Justiça a que nos elle por Razam das ditas querellas e maleficios dellos era theudo comtanto que elle paguasse mjll e oyto centos rreaes pera arca da pyedade ficando rresguardado ao dito Antam Rodriguez seu direito pera civelmente o poder demandar se o vier rrequerer e por quanto elle loguo pagou os ditos dinheiros a frey Joham de Santarem noso esmoler segundo dello fomos çerto por seu asynado e per outro de Joham Banha escripuam que o sobre elle pos em rẹcepta mandamos que daqui em diante o nam prendaes nem mandes prender etc. em forma. Dada em a cidade dEuora a xbj dias do mes dabrill. El rrey o mandou pellos doutores Fernam Rodriguez e Ruy Boto ambos desembargadores do paço. Bras Afonso a fez. Ano do nacimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c}lR» (1).

XVIII

PEDRO DE BASILHACA

No dia 30 de agosto de 1543, compareceu no tribunal da Inquisição Pedro de Basilhaca, navarraz, penteeiro de el-rei e disse que estando Leonardo de la Roca, mercador de Bordeus, Oliveiros, clérigo francês e o seu criado Valentim, a conversar com um Lourenço de Cabelasila, penteeiro gascão, sôbre a missa, êste, a propósito da consagração, disséra à

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II, liv. 12, fl. 128 v.

testemunha que se fôsse verdade, que Deus estava na hóstia depois de consagrada, havendo em três altares a consagração aí estavam três deuses e como a testemunha lhe dissesse que não proferisse tais palavras, o penteeiro gascão replicou que não cria senão que Deus estava nos céus (1).

SOUSA VITERBO.

(1) Veja-se *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 171.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Sociedade Portugueza de Medicina Veterinaria — Monumento de Silvestre Bernardo Lima — In Memoriam. Lisboa, Tip. Moderna, rua de Santo Antão, 1916.

Dinheiro maldito, por José Druston Rodrigues. Gôa, Empreza tip. Indiana, Orlim, Salsete, 1915.

Joaquim Martins de Carvalho — Apontamentos Biograficos. Coimbra, Tip. Popular, 1916.

Arte Rupestre Gallego y Portugués (Eira dios Mouros y Cachão da Rapa). Memórias publicadas pela Sociedade Portugueza de Sciencias Naturaes, por Juan Cabré Aguiló. Lisboa, Imp. da Livraria Ferin, rua Nova do Almada, 1916.

Cantigas Quadradas, por J. Leite de Vasconcellos. Elvas, Tip. e Stereotypia Progresso, de J. T. de Carvalho, rua de Manuel Gomes Estrella, 1916.

O Mytho de Camões — De como se prova que a existencia do grande Epico é lendaria — Com prefacio de João Penha, por Eduardo Moreira. Braga, Tip. da Casa do Globo, antiga rua do Souto, 1915.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

Volume 64.º
N.º 3

1917
Março

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 113
La trasmisibilidad atmosférica para la radiación solar, por Victoriano F. Ascarza 122
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 138
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 151
As tendências actuais da literatura espanhola, por Fidelino de Figueiredo 157
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena 164

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

BORDADORES

A egreja é quem dava antigamente muito que fazer aos bordadores. Ainda hoje existem vestígios preciosos das alfaias das catedrais e dos conventos. As freiras de Lorvão usavam nas grandes solenidades de paramentos riquissimos. Muitos deles, alêm de serem recamados de ouro e seda, eram adornados de pedras preciosas. Na Sé do Porto existe um paramento enfeitado de coral.

Os ricos trajos da nobreza, tanto do sexo masculino como do sexo feminino, contribuiam para o grande desenvolvimento da arte. Nos torneios, nos jogos de canas, nas carreiras de cavalos, nas corridas de touros, nas grandiosas festividades da côrte, os cavaleiros apresentavam-se com as suas divisas vistosamente bordadas, trabalho primoroso de quem lhes prendia o coração e os incitava para a lide.

É no século XVI em Portugal que nós vemos a arte de bordar erguer-se ao maior ponto de expansão. Até na literatura dramática se descobre o brilhante reflexo dessa indústria. Na *Comédia de Rubena,* de Gil Vicente, há uma scena toda ela dedicada às lavrandeiras, uma das quais se occupava em fazer um *penteador* para o bispo do Funchal, outra um *cabeção* para o duque de Penela, e outras diversos bordados para o nosso embaixador junto de Carlos V. Na *Prática dos Compadres,* do Chiado, tambêm há uma scena de natureza idêntica. Ali se indica a nomenclatura de diversos pontos então usados, como *ponto chão, pesponto, cadenetas, torcido, de cordão, ponto cruzado, lumilho, ponto real.*

O *Sumário,* de Cristovão Rodrigues de Oliveira, descrição de Lisboa do meado do século XVI, informa que havia 65 mestras, que ensinavam moças a lavrar, 29 mulheres que assentavam ouro, 48 que faziam redes, franjas e cadenetas, 40 que faziam lavores em tear, 16 lavrandeiras de bastidor,

e 1:173 lavrandeiras. Uma *Estatística de Lisboa*, manuscrito da mesma época que existe na Biblioteca Nacional, diz que havia 30 debuxadores de todas as sortes de lavores.

Os *brosladores* ou bordadores formavam a sua agremiação e tinham o seu regimento especial, como se pode ver no Livro dos regimentos coordenado em 1572 por Duarte Nunes de Leão, e que existe no arquivo do município, onde o consultei. O oficial que quizesse ter carta de examinação devia saber fazer muito bem uma imagem de ouro matisada com seu rosto, *que he a obra mais difficultosa que ha no officio*. Aos vestimenteiros era proíbido tomar à sua conta obra de bordadores, para as fazer ou mandá-las fazer a outrem. Os tapeceiros fizeram parte do grémio dos bordadores, até serem separados dêles (1).

Dou em seguida os documentos relativos a alguns bordadores, esperavelheiros e reposteiros.

«Para o Corregedor do Bairro Alto. — A S. Mag.de reprezentou Antonio Fragozo Pereira que achandose encarregado por ordem do mesmo senhor da administração de tudo o que pertence aos ornamentos bordados da thesouraria da Fabrica da Santa Igreja Patriarchal, e de fazer applicar por tempo de cinco annos os oito aprendizes de bordadores declarados na relação incluza assignada por João Baptista de Araujo, official da secretaria de estado dos negocios de marinha e dominios ultramarinos, áquelle exercicio para que se obrigarão com seus pays por hum termo que assignarão na mesma Reverenda Fabrica para a continua assistencia, o qual tem executado pelo contrario, fazendo repetidas faltas naquelle exercicio, não sendo bastante para as evitar as muitas advertencias que lhes tem feito, de que se segue o passar os referidos cinco annos ficando sem inteligencia algũa e ordena S. Mag.de que V. M.ce logo que lhe constar pelo mesmo Antonio Fragozo Pereira que os referidos aprendizes continuam a faltar ao trabalho respectivo aos bordados durante o tempo que se obrigarão os mande V. M. prender em hua das cadeas do Limoeiro, onde pela primeira vez se conservarão por tempo de hum mez, fazendo os obrigar a cumprir o termo que assignarão, e pela segunda me dara V. M.ce conta depois de prezos para ser prezente ao mesmo senhor para rezolver

---

(1) Vide *A exposição de arte ornamental — Notas ao catálogo* — e *Artes e artistas em Portugal.*

o que for servido. Deos guarde a V. M.ce Paço a 12 de março de 1766. — Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

«Relação dos oito aprendizes de bordadores obrigados por tempo de cinco annos por termo que assignarão, e seus pays, a Reverenda Fabrica da Santa Igreja Patriarchal.

1 Jacques Tirant, filho de Francisco Jacques Tirant.
2 João Baptista, filho de Maria Clara da Purificação, viuva.
3 Antonio Joseph, irmão de Bernardino de Sena.
4 Antonio do Sobral, filho de Antonio do Sobral Barbudo.
5 Luis Pedro da Silva Nobre, filho de Sebastiam da Silva Nobre.
6 Antonio Liborio, filho de Francisco Xavier.
7 João Arcenio Barbudo, filho de Antonio Borges Barbudo.
8 Martinho Joseph, filho de Manuel da Silva Costa» (1).

AFONSO (DIOGO) — BORDADOR

«Dom Sebastiam &. Faço saber aos que esta minha carta virem que Di.º A.º, borlador, morador na villa de Mõte mor o nouo, me fez hũa pitição de que o trelado he o seguinte: Diz Di.º A.º, borlador, morador na villa de Mõte mor o nouo, que ho juiz e vereadores da dita villa, por a muyta necesydade que na tera ha de seu oficio, e sua pobreza e muitos filhos, e os anos serem de tamta esterlydade, lhe derão lycemça pera poder ter no arreballde da dita vyla, homde vyue temda de marçaria sem embargo do preuylegio que a dita villa tem avemdo vosa alteza por bem como parece pella certidão que apresẽta pede a vosa alteza que lhe queira cõfirmar a dita lycemça como fez a outras pesoas, no que recebera merce. E visto seu requerimento e hum asynado que apresentou do juiz vereadores procurador da dita villa de Mõte mor, per que cõsemtiam que o dito Di.º A.º podese ter temda de marçaria no arraballde dela, avemdo o eu por bem e avemdo respeito ao que na dita pitição diz, ey por bem e me praz que o dito Di.º A.º posa daqui em diamte poer e ter temda de marçaria no arreballde da dita vylla sem ẽbargo do preuylegio que tem, de que na dita pitição faz menção e de quaes quer defesas ou posturas de camara que

---

(1) Torre do Tombo — *Avisos do Ministério do Reino*, 1765 a 1766, vol. II, fl. 57 v.

em contrario aja. Notefiquo asy ao juiz vereador procurador e oficiaes da dita villa e a quaes quer outras justiças, a que o conhecimento deste pertencer e lhes mado que deyxem poer e ter a dita temda de marçaria ao dito Di.º A.º como dito he, e lhe cumprã e goardem esta carta como se nela cõthem. Jorge da Costa a fez em Lixboa a xxx de junho ano do nacymento de noso Senhor Jhuũ X_{po} de jb^{c} lbij. M.^{el} da Costa o fez esprever. E o dito Di.º A.º não podera ter na dita temda cousa algũa que não pertemça a temda de marçaria e asy não podera renunciar nem trespasar em pesoa algũa esta lycemça e lyberdade de ter a dita temda, por que com estas cõdições lhe deu a dita villa a yso seu comsentimento» (1).

ALVARES (BASTIAM) — BORDADOR

«Eu elRey faço saber a vós L.^{co} de Sousa, meu apousemtador moor das apousemtadorias da mynha corte e aos oficiaes dapousemtadoria dela e desta cidade de Lixboa, que eu ey por bem e me praz que daquy em diamte não sejã tomadas dapousemtadoria as casas que Bastiam Aluẽz, meu borlador, diz que tem na rua da Caldeiraria da dita cidade pera pesoa algũa de quall quer calydade e cõdiçã que seja sem ẽbargo do Regimento dapousẽtadoria em contrairo. Notefiquovolo asy e mamdo que lhe cumpraes e goardes inteiramente este aluara como se nele cõthem sem a elo poerdes duvida nem ẽbargo algũu, o qual ey por bem que valha e tenha força e vygor como se fose carta feyta em meu nome per mym asynada e pasada per mynha chancelaria sem embargo deste não ser pasado por ela e das ordenações em contrario. Balltesar Frz o fez em Lixboa a quatorze dagosto de mill quynhemtos cymquoemta e tres, e este pasa pella chancelaria, posto que diga que nã pase. Joam de Castilho o fez escprever» (2).

ALVARES (SEBASTIÃO) — BORDADOR

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que eu ey por bem e me praz por fazer merce a Bastiã Al-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Privilégios*, liv. 5, fl. 179. Neste livro há duas vezes numerada a folha 179; é a segunda.

(2) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Privilégios*, liv. 1, fl. 246.

uarez, meu broslador, que daquy em diante lhe não sejão tomadas daposentadoria pera pesoa algũa hũas casas que diz que tem na rua dos Escudeiros desta cidade de Lixboa, posto que as tenha aluguadas, e sem embargo do regimento daposentadoria ou prouisã outra, que em contrario aja. Noteficoo asy a L.co de Sousa, meu aposentador moor e suprior das aposentadorias e aos aposentadores da corte e desta cidade, e lhes mando que cumprã este aluara como se nelle conthem, o qual ey por bem que valha e tenha força e viguor como se fosse carta feita em meu nome, per mym asynada e passada pella chancelaria sem embarguo da ordenação do segundo liuro tit.º vinte que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum ano passem per cartas e passando per aluaras não valhã. Balthesar da Costa o fez em Lixboa a treze de mayo de mil bc cinquoenta e quatro. E esto me praz asy em vida do dito Bastiã Aluarez somente, e as ditas casas partem de hũa parte com casas de Afonso Botelho, meirinho da corte, e de outra com casas dos herdeiros de Simão Tristão. E posto que digua neste aluara que as casas nelle contheudas partem com casas dAfonso Botelho e dos herdeiros de Simão Tristão, partem de hũa parte com as casas de Johã Gomez de Carualho e da outra com casas que forã de Vasco de Figueiredo e sã ora de seus herdeiros» (1).

ALVERCA (JOÃO D') — BORDADOR

«Dom Manuell per graça de Deus Rey de Purtugal e dos Algarues daquem e dalem mar em Afryca, senhor de Guiné e da comquista nauegaçam comerçio Thyopya *(sic)* Arabya Persya e da Imdya & a uos Ruy Leite, recebedor do nosso thesouro e ao escprivã de seo oficio, mamdamosuos quee dees a Joam dAluerqua, nosso borlador, myll quatro cemtos e quoremta rs que este ano presemte de bc xb de nos hadauer de sua vestearya ordenada com o dito oficio, dos quaees j̄iiij^{c}R rs lhe vos faze muy boom pagamento. E per esta nosa carta e seu conhecimento mamdamos aos nossos comtadores que volos leuem em comta. Dada em Lixboa ao prymeiro dia do mes doutubro. EllRey o mamdou pelo conde pryor e

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Privilégios*, liv. 1, fl. 314 v.

mordomo moor de sua casa &. A.º Fialho a fez ano de jb^c xb. — O conde prior moordomo moor.

Segue-se o recibo assignado por Jorge Cotrim e Joham dAluerca (1).

ANTÓNIO (PEDRO) — BORDADOR

«Pedro Antonio, Mestre bordador com loja na rua Augusta, no quarto quarteirão da parte Oriental bem defronte de huma loja de louça, faz saber ao Publico que elle tem toda a qualidade de mantas de cavalleiro de esquisito gosto e variedade, e as vende pelo preço mais commodo» (2).

CARMONA (JOÃO DE) — BORDADOR

«Dom Afonso &. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Joham de Carmona, nosso brolador, teemos por bem e lhe outorgamos que tenha e aja de nos em teença des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era presente em diante em cada hũu anno, em quanto nosa mercee for dous moyos de trigo e hũu tonell de vinho e doze couados de pano de Bristoll, do quall pam e vinho e pano auera pagamento per carta que lhe em cada hũu ano sera dada em a nosa fazenda, segundo nosa hordenãça, e em testemunho dello lhe mãdamos dar esta nosa carta synada por nós e aseelada do nosso seello pendente. Dada em Lixboa xxj dias doutubro. — Martim Gil a fez — ano de noso Senhor Jhũ X.º de mil iiijlbj» (3).

COSTA (FRANCISCO DA) — BORDADOR

Natural da cidade de Coimbra, filho de Domingos Jorge da Costa. Tomado por oficial de bordador da Casa real, que vagou por falecimento de Miguel Pereira. Alvará de 15 de dezembro de 1659 (4).

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, parte 2.ª, maço 60, doc. 187.

Tem graça que quem fez o resumo dêste documento, tomou *borlador* no sentido de *bobo*.

(2) *Gazeta de Lisboa*, n.º 19, de 12 de maio de 1795.

(3) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 41.

(4) Idem — *Matrículas*, liv. 5, fl. 849 v.

(COVARRUBIAS) — BORDADOR

«E tres mil rs que deu a Covarruuias, borlador da dita senhora por alarguar hũua cencifa de hũua capa de brocado rico e lhe poer duas imagẽes no que alargou nella».

Verba de uma quitação ao comendador Afonso Patino, contador que foi da casa da Rainha e princeza, de todo o dinheiro e cousas que recebeu em Medina del Campo (Quitação de 1520) (1).

CRASTO (ANDRÉ DE) — BORDADOR

«Dom Johão &. A todolos coregedores ouuidores, juizes e justiças, oficiaes e pesoas de meus Reynos e senhorios, a que esta minha carta de perdam for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer, saude, façovos saber que Amdré de Crasto, borllador, me ẽviou dizer por sua petição que semdo elle amigo de hum Jorgue Fernandez, dourador e seu vezinho, e como gramdes amiguos sempre estarem, imdo ambos em hũa das oytauas do natall pasado em que se começara a presemte hera de j̄b^{c} Rij fallamdo pello Rocyo defromte das casas de mestre Nicollao acydemtallmente imdo fallamdo aramcara ele sopricamte comtra o dito Jorgue Fernandez e de hum gollpe que lhe tirara com ho rabo da espada lhe dera hũa pequena ferida na maçãa do rosto, que tomara ho nariz da bamda esquerda sem mais ser cousa allgũa, sobre o que o corregedor Sebastião Alluarez mãdara tyrar devasa e a fazer auto do dito ferimento por asy pasar da sobredita maneira o dito Jorgue Fernandez perdoara lyuremente.... Dada em Lisboa a 14 de julho de 1542 e feita em Almeirim a 19 de março. Dez cruzados para a Piedade» (2).

ESTAÇO (AFONSO) — BORDADOR

«Dom Afonso &. A todollos juizes e justiças etc. Sabede que Afonso Estaço, nosso brolador, nos enuiou dizer que lhe

---

(1) Torre do Tombo — *Místicos*, liv. 6, fl. 168 v.
(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Legitimações e Perdões*, liv. 13, fl. 85 v.

fora dito que Aires Pirez, criado de Duarte Roīz dAraujo, caualeiro de nossa cassa o culparam no tormemto que ouuera nas cartas e aluaraees falsos que lhe foram achados a elle dito Aires Pirez, e que depois ao pee da forca o desculpara, pella quall rezom se elle amorara e que andaua ainda por ello amorado, pedindo nos por merce que lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos elle per razom do dicto culpamento era theudo. E nós veendo o que nos asy dizer e pidir enuiou, ante que lhe em ello dessemos outro algũu liuramento fezemos perante nós viir o esthormento que foy dado ao dicto Aires Pirez, o qual visto per nós e o casso quall hie, e o que se per estes escriptos mostra, e querendolhe fazer graça e mercee, a honrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, e que nos elle per razom do dicto culpamento em que o asy culpavam (riscado e emendado para *culpou*) o dicto Ayres Pirez era theudo, contanto que elle vaa estar per seu corpo em a nossa cidade de Ceepta cinquo annos conthinuus, e pera aderençar sua fazenda e se auer dhir a dita cidade lhe damos despaço da dada desta nossa carta atee tres messes primeiros sigintes... Dante em a cidade de Lixboa oyto dias do mes de julho. ElRei ho mandou per o doutor Ruy Gomez dAluarẽga, do seu conselho e per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, seu vassallo, ambos do seu desembargo e das petições. R.º Afonso a fez ano de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$ de mil iiij^{c}lj» (1).

A pedido de Afonso Estaço, foi passada em 3 de abril de 1456, carta de privilégio a Diogo Anes, torneiro (2).

(JOÃO ALEMÃO) — BORDADOR

Bordador, ou brolador mór, de D. Afonso V e seu vassalo. Por carta de 28 de abril de 1450, el-rei lhe concedeu a tença anual de vinte corôas de ouro.

No mesmo ano, a 17 de agosto, lhe foi dada licença para andar em besta muar (3).

«Dom Afonso &. A quantos esta carta virem fazemos sa-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 82.
(2) Idem — liv. 13, fl. 149 v.
(3) Idem — liv. 34, fl. 155 v.

ber que nos querendo fazer graça e mercee a Joham alemam, nosso brollador moor e nosso vasallo, teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos des primeiro dia de janeiro que ora foy de quatrocentos e cinquoenta en diante de teença em cada hũu ano vynte coroas douro ou aquillo que hordenarmos de sse por ellas pagarem, as quaees queremos que lhe sejam pagas aos quartees do ano, em lugar honde delles aja boo pagamento per carta que lhe dello sera dada em a nossa fazenda en cada hũu ano, e por rrenembrança dello lhe mãdamos dar esta nossa carta synada por nos e asseellada do nosso seello pendente pera a teer pera ssua guarda. Dante em Euora xxbiij dias dabrill. — G.º Cardosso a fez — ano de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$ de mil iiii^{c}l» (1).

LOPES (ESTEVÃO)

No dia 8 de julho de 1559 compareceu no tribunal do Santo Oficio Estevão Lopes bordador, que confirmou o depoimento de João Luis.

Vide 3.ª série da *Notícia de alguns Pintores.*

LUIS (JOÃO)

No dia 8 de julho de 1559 compareceu no tribunal do Santo Ofício, João Luis, bordador e denunciou um francês chamado Monte Alvão, debuxador.

Vide 3.ª série da *Notícia de alguns Pintores.*

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 92.

LA TRASMISIBILIDAD ATMOSFÉRICA PARA LA RADIACIÓN SOLAR

INVESTIGACIÓN DE UNA FÓRMULA QUE EXPRESE LA LEY DE SUS VARIACIONES

I

Durante el verano de 1915, he realizado series numerosas de observaciones pirheliométricas, en la Sierra del Guadarrama, próxima a Madrid. Las estaciones elegidas han sido dos, separadas entre si, unos cuatro kilómetros de distancia, en proyección horizontal y unos 800 m. en altitud. La primera estación, la mas elevada ocupa una posición privilegiada subindo a la cumbe de Sietepicos y la designaremos por (S); la segunda, mas baja, estaba emplacada en una elevación denominada Cerro Colgado y la designaremos con (C). La primera ha dado durante el verano de 1915, una presión barométrica média de 606 $^{m}/_{m}$. (unos 2:000 m. de altitud), la segunda 660 $^{m}/_{m}$ (unos 1:200 m.).

Estas observaciones tenian dos propósitos:

1.° determinar valores de la radiación solar;

2.° estudiar la trasmisibilidad atmosférica en las distintas horas del dia.

Sobre la primera parte de esta investigación prescutamos ya una nota preliminrr al Congreso celebrado en Valladolid, en el mismo año 1915, por la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, y mas tarde otro a la Sociedad Española de Fizica y Quimica: en este ultimo se planteaba ya el estudio de la trasmisibilidad atmosférica. Posteriormente he hecho calculos nuevos y mas numerosos con mis observaciones sobre ese mismo tema da la trasmisibilidad y la ofreseo a la sabia sociedad *O Instituto,* como homenaje de gratitud por la inmerecida destinción que me ha concedido.

II

En las notas citadas anteriormente hemos hecho estudio minucioso de las condiciones y circunstancias de esta investigación; aqui, para que el leitor se forme idea de la misma, nos limitaremos a consignar estos hechos fundamentales:

1.° Los principales instrumentos usados han sido: pirheliómetro de compensación electrica de Angström; barómetro de mercurio, psicrómetro y cronómetros.

2.° Las observaciones, han consistido en lecturas con el pirheliómetro de la radiación solar total, y de la parcial a travez de una cubeta de agua; y admas, y a la vez, lecturas del barómetro, psicrómetro, cronómetro y anotaciones del estado y aspecto del ciclo.

3.° El plan diario de observación consistia en comenzar cuando el Sol estaba proximamente entre los 85° y 80° de distancia cenital y seguirlo en toda su carrera, haviendo mediciones de todos los elementos enumerados, en intervalos de tiempo fijos y bastante próximos.

4.° Para determinar esos intervalos de tiempo hemos tenido en cuenta, mediante un calculo preliminar, los espesores atmosféricos atravesados por la radiación solar segun la oblicuidad de la misma; esto es, calculado la longitud del camino recorrido por un rayo de sol, dentro de la atmosfera, tomando como unidad al que recorreria cuando el sol extuviese en el cenit esa medida el expesor atmosférico. Este calculo demuestra, por ejemplo, que cuando el sol pasa de los 85° a los 80° de distancia cenital, ese espesor decrece de 11,5 a 5,8 y en cambio al pasar de los 30° a los 20°, el espesor varia solamente desde 1,15 a 1,06.

6.° Dada la diferente variación de espesores en las destintas horas del dia los intervalos de observaciones fueron de 10 minutos, de 15 y de 30 segun las distancias cenitales del sol. Para justificar estas deferencias bastará saber que el dia 16 de agosto, por ejemplo, el espesor atmosférico a las $6^h\,20^m$ era 6,404 y diez minutos mas tarde 5,313; a las 8^h el espesor era 2,141 y a las 8 y 15^m 1,960; finalmente a las 11^h era 1,178 y a las 11 y 30 1,141. No obstante los intervalos mayores, se ve que las variaciones de espesor son mucho menores.

6.° El numero de observaciones pirheliométricas ha sido de 2.135 con cuatro o cinco lecturas cada una como mínimo, y las lecturas correspondientes de barómetro, termómetro,

psicrómetro, etc., etc. juntamente con las anotaciones oportunas.

7.º El calculo de estas observaciones ha comprendido:

a) el valor de la radiación trasmitida expresada en calorias hasta la milésima;

b) el del espesor atmosférico;

c) el de la humidad y tensión del vapor de agua;

d) el de redución de presiones a 0º y al nivel del mar;

e) el de la constante solar Q_0;

f) el de la trasmisibilidad atmosférica.

Con estos antecedentes paso ya al objeto propio de esta nota, a saber: estudio de la trasmisibilidad atmosférica a las differentes oras del dia y determinacion de una formula analítica que exprese sus variaciones.

III

Comencemos por fijar el concepto de *trasmisibilidad*. Sademos por la Física que cuando un flujo de enerjia radiante atraviesa un medio cualquiera, ese medio absorve una porción de energia y la cantidad emergente es naturalmente menor que la primitiva. La experiencia acredita que la perdida o deminución de esa cantidad es proporcional a su propia intensidad y al espesor del medio atravesado. Si pues llamamos J la intensidad del flujo despues de atravesar una capa de espesor x, tendremos

$$J = f(\alpha)$$

$$dJ = -\beta J dx$$

fórmula, esta ultima, que expresa la proporcionalidad de la variación de J, con la intensidad de la misma y con la variación del espesor x: β es el cociente de proporcionalidad y se le afecta del signo — porque a un incremento positivo de l'espesor corresponde evidentemente otro negativo de J, y reciprocamente.

Integrando esa fórmula se llega a

$$LJ = -\beta x - C$$

siendo L el símbolo de logaritmo neperiano y C la constante de integración.

Si hacemos $x = 0$ tendremos la intensidad de J antes de atravesar el medio, es decir la intensidad primitiva o original J_0 y resulta

$$LJ_0 = C$$

y por tanto

$$LJ - LJ_0 = L\frac{J}{J_0} = -\beta x$$

$$\frac{J}{J_0} = e^{-\beta x}$$

y finalmente

$$J = J_0 e^{-\beta x}.$$

La experiencia acredita que esta fórmula es exacta cuando se cumplan las condiciones esenciales: 1.ª que el flujo de energia radeante sea elemental; 2.º que el medio trasmisor sea homogeneo.

IV

Apliquemos estas consideraciones y esta fórmula a nuestro proposito. Ante todo debe advertirse que tratándose de radiación solar, reducida la energia a calorias, la intensidad trasmitida J, suele representar-se por Q, la energia original J_0 se le llama Q_0 y el valor $e^{-\beta}$ se le representa, para mayor comodidad, por *a*. La fórmula dada se espresará por tanto como sigue:

$$Q = Q_0 a^x$$

en la cual *a* es el espesor atmosférico y Q es la radiacion medida en cada obervación. Aparte estos cambios de nombre la fórmula sigue siendo la misma.

Si suponemos un valor cualquiera de Q, para un espesor atmosférico *m*, y otro para el espesor $m+1$, tendremos siempre la relación

$$Q_{m+1} = aQ_m$$

y por esta razon a la cantidade *a* se le llama *coeficiente de transmisión atmosférica* o tambien *medida de la trasmisibilidad atmosférica.*

Examinando la fórmula $Q = Q_0 a^x$ se ve facilmente que si tenemos una serie de diez observaciones de un dia cualquiera desde las siete, por ejemplo, a las dose de la mañana, poseeremos diez valores numéricos de Q y otros diez corres-

pondientes de *x,* los cuales, puestos en la fórmula, nos permitiran hallar valores de Q_0 y de *a,* es decir de la «constante» de radiación solar y de la trasmisibilidad *a.* I lo dicho, como ejemplo, de esas diez observaciones puede aplicarse a las 2.835 que he tomado en el verano de 1915.

Pero cuando se hace el calculo correspondiente se advierten muy pronto resultados contradictorios, inconciliables con la realidad; esto es, se advierte que los valores de la radiación medida Q no corresponden a valores constantes de *a.* Ni una sola de las series por mi obtenidas satisfaçe a la fórmula $Q = Q_0 a^x$ para *a* constante: *a* es por consiguinte *variable* segun las horas del dia y segun los espesores atmosféricos.

Resultan esas variaciones de causas permanentes y de causas accidentales. Son las primeras dos, a saber: *a*) que la radiación solar no es elementar sino complesísima, con longitudes de onda muy diversas desde las mas reducidas a las mas amplias; *b*) que el medio trasmisor (atmosfera) no es un medio homogeneo.

Son causas accidentales todas las que alteran de modo anormal, a veces rápidamente, las condiciones atmosféricas (corrientes de aire, variaciones en el vapor de agua, capas de polvo etc., etc.).

Las alteraciones accidentales son muy frecuentes, muy intensas y se revelan facilmente estudiando las series dos valores de Q. Tanto para el calculo de Q_0, mediante una extrapolación, como para el estudio de la marcha que sigue la trasmisibilidad es menester eliminar esas series, lo cual exige una discusión minuciosa de los datos y una selección, no exenta de dificultades.

Vease, por ejemplo, algunos numeros de la serie de observaciones correspondientes al dia 30 de julio de 1915.

Hora	Espesor	Q (calorias)	Hora	Espesor	Q (calorias)
6^h5^m	6,452	0,7720	8^h15^m	1,827	1,3160
6 30	4,294	0,9119	8 30	1,701	1,3708
7	3,066	1,0265	8 45	1,595	1,1688
7 15	2,687	1,0619	9 0	1,506	1,1378
7 30	2,395	1,0985	9 30	1,364	1,1520
7 45	2,165	1,1480	10 0	1,262	1,1459
8 0	1,979	1,2051			

Examinando esta serie se ve pronto que a partir de las 7^h la marcha de los valores se hace irregular.

Aun se desachen mejor esas irregularidades mediante la construcción de gráficas. Para ello se traza un sistema de ejes rectangulares y sobre el mismo se toman como abscisas los vaiores de x (espesor atmosférico) y como ordenadas los valores de Q (radiación correspondiente); la curva que asi resulta acusa generalmente todas essas anomalias.

Como ejemplo de estas gráficas ofresco la del dia 30 de julio de 1915. En ella se observa una marcha regular a las primeras horas de la mañana (mayores espesores), pero mas tarde a partir del espesor 2,6 (7^h y 15^m) la curva crece mas rápidamente hasta las 8^h y 20^m y, luego de pronto, el valor de la radiación decrece bruscamente, con anomalias que revela perfectamente la gráfica (fig. 1).

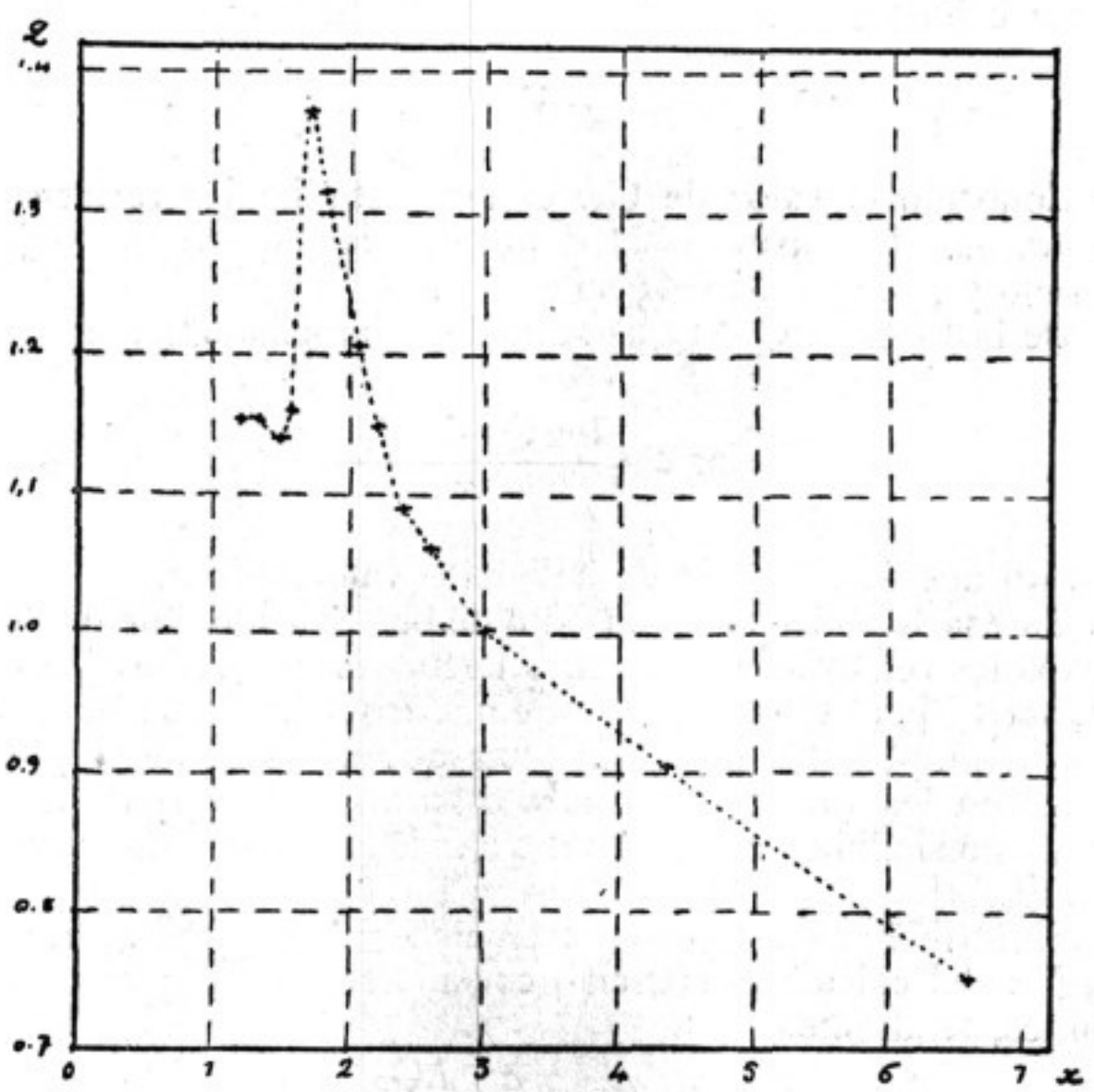


Fig. 1. — Grafica de los valores de Q (radiacion) en funccion de x (espesores atmos atmosfericos) el 30 de Julio

Por este ejemplo se verá la manera de discutir las series

de observaciones y el modo de hacer una solución pendente de las mismas. La sola inspección de los números no basta a veces, ni tampoco el examen del aspecto del ciclo.

He hallado muchos dias de aparente transparencia uniforme con valores singulares de Q, atribuidos al paso de nubes invisibles, a la manera de capas heterogeneas de aire, arrastradas por correntes de vento elevadas, que se escapan a la observacion terrestre.

Mediante la construcción de numerosas curvas, para todas las series de observaciones, he llegado a seleccionar varios dias para el calculo de Q y he obtenido el valor $Q_0 = 1{,}9892$ caloria, como valor mas probable para la distancia — unidad, de la Tierra al Sol. Los valores extremos en los dias que he seleccionado han sido 2,008 calorias y 1,9470; valores que concuerdan admirablemente con los obtenidos por Abbat en recientes observaciones, y que estan comprendidos entre 1.9 y 2.1 calorias.

V

Conocido el valor de Q_0, es facil estudiar las variaciones de *a*, sea la trasmisibilidad atmosférica, que es el objeto propio y peculiar de esta nota.

De la fórmula $Q = Q_0 a^x$ se deduce inmediatamente

$$\log a = \frac{\log Q - \log Q_0}{x}$$

y esto nos da el medio de hallar los valores de *a*.

En esa fórmula Q es un dato de observación obtenido con todos los requisitos y garantias necesarias; *x* tiene el mismo caracter; pero Q_0 se obtiene mediante una extrapolación. Importa, pues, analizar la influencia que un errar de Q puede tener en los valores de *a* para discutir si las variaciones de la trasmisibilidad puede ser atribuida a errores en el valor de Q_0.

Si atribuimos a Q_0 un incremento $\pm\Delta Q_0$ y aplicamos las reglas del calculo diferencial, considerando a Q y a *x* constantes, tendremos

$$\pm\Delta a = \mp \frac{a}{x} \cdot \frac{\Delta Q_0}{Q_0}.$$

Si examinamos los valores hallados para Q_0 vemos que

entre el valor máximo y mínimo hallados hay una diferencia de 0.0538. El valor de ΔQ_0 no alcanza probablemente a $\pm$0,05 calorias, y aplicando ese valor a la fórmula anterior, resulta:

Calculo de la variación Δa, para un incremento $\Delta Q_0 = \pm 0.05$ cal; segun los destintos espesores atmosféricos x, y para valores de a comprendidos entre 0.9 y 0.5

x	$a = 0.9$	$a = 0.8$	$a = 0.7$	$a = 0.6$	$a = 0.5$
8.0	$\mp$ 0.0028	$\mp$ 0.0025	$\mp$ 0.0022	$\mp$ 0.0019	$\mp$ 0.0016
7.5	30	27	24	20	17
7.0	32	29	25	21	18
6.5	34	31	27	23	19
6.0	37	34	29	25	21
5.5	41	37	32	27	23
5.0	45	40	35	30	25
4.5	50	44	39	33	28
4.0	56	50	44	37	31
3.5	64	57	50	43	36
3.0	75	67	58	50	42
2.5	90	80	70	60	50
2.0	112	100	87	76	62
1.5	$\mp$ 0.0150	$\mp$ 0,0133	$\mp$ 0.0117	$\mp$ 0.0100	$\mp$ 0.0083

Este cuadro demonstra claramente que un incremento en el valor de Q_0, mayor de lo que racionalmente se admite ahora como error, solo influye en las milesimas de los valores de *a*, y por excepción puede afectar a las centesimas para casos excepcionales en que simultaneamente se den valores muy elevados de *a* y muy pequenos de *x*, cosa que no occurre, como veremos despues.

Con todos estos elementos hemos procedido a determinar los valores de la trasmisibilidad *a*, de media en media hora, para aquelles dias que han dado series sin valores notoriamente accidentales. Sigen los resultados:

Valores de la trasmisibilidad atmosférica a, deducidos de la fórmula $Q = Q_0 a^x$ para observaciones hechas de média en média hora

Meses	6h 30m	7h	7h 30m	8h	8h 30m	9h	9h 30m	10h	10h 30m	11h	11h 30m
Julio.....	0 8453	0.8177	0.7949	0.7799	0.7635	0.7468	0.7224	0.7010	0.6875	0 6735	0.6613
Agosto.....	0.8242	0.7805	0.7484	0.7240	0.6918	0.6650	0.6407	0.6269	0.6147	0.6062	0.5942
Septiembre.....	0.8674	0.8133	0.7741	0.7516	0.7303	0.7131	0.6972	0.6854	0.6705	0.6614	0.6573
M_t.....	0.8456	0.8038	0.7725	0.7518	0.7284	0.7083	0.6868	0.6711	0.6576	0.6470	0.6376
Julio.....	0.8453	0.8177	0.7949	0.7799	0.7635	0.7468	0.7224	0.7010	0.6875	0.6735	0.6613
Agosto.....	0.8472	0.8132	0.7687	0 7431	0.7137	0.6808	0.6642	0.6596	0.6371	6.6220	0 6039
Septiembre.....	0.8861	0.8392	0.8045	0.7825	0.7669	0.7524	0.7442	0.7352	0.7257	0.7192	0.7182
M_s.....	0.8629	0.8234	0.7894	0.7685	0.7480	0.7267	0.7103	0.6986	0.6834	0.6716	0.6611
Agosto.....	0.8201	0.7764	0.7433	0.7192	0.6863	0.6610	0.6348	0.6188	0.6091	0.6022	0.5918
Septiembre.....	0.8548	0.7939	0.7514	0.7284	0.7023	0.6838	0.6620	0.6481	0.6291	0.6181	0,6117
M_c.....	0.8375	0.7852	0 7474	0.7238	0.6943	0.6724	0.6484	0.6335	0.6156	0.6102	0.6018
$M_s - M_c$.....	0.0254	0.0382	0.0420	0.0447	0.0537	0.0543	0.0619	0.0651	0.0678	0.0614	0.0593

Valores de la trasmisibilidad atmosférica a, deducidos de la fórmula $Q = Q_0 a^x$ para observaciones hechas de média en média hora

Meses	12h 30m	13h	13h 30m	14h	14h 30m	15h	15h 30m	16h	16h 30m	17h	17h 30m
Julio.....	0.6090	0.5969	0.5798	0 5793	0.5817	0.5970	0.6177	0.6360	0.6586	0.6804	0.7057
Agosto.....	0.5752	0.5818	0.5972	0.6039	0.6056	0.6192	0.6434	0.6658	0.6887	0.7157	0.7438
Septiembre.....	0.6702	0.6628	0.6501	0.6555	0.6666	0.6793	0.7004	0.7209	0.7465	0.7787	0.8219
M_t.....	0.6181	0 6138	0.6090	0.6129	0.6180	0.6318	0.6538	0.6742	0.6979	0.7249	0.7571
Julio.....	0.6090	0.5969	0.5798	0.5793	0.5817	0.5970	0.6177	0.6360	0.6586	0.6804	0.7057
Agosfo.....	0.6451	0.6637	0 6888	0.6914	0.6987	0.7029	0.7113	0.7291	0.7385	0.7563	0.7857
Septiembre.....	0.7177	0.7120	0.7093	0.7102	0.7196	0.7280	0.7464	0.7584	0.7819	0.8075	0.8509
M_s.....	0.6573	0.6575	0.6593	0.6603	0.6667	0.6760	0.6918	0.7012	0.7263	0.7481	0.7808
Agosto.....	0.5652	0.5681	0.5841	0.5864	0.5940	0.6112	0.6349	0.6579	0.6825	0.7105	0.7379
Septiembre.....	0.6226	0.6136	0.6056	0.6144	0.6269	0.6427	0.6658	0.6928	0 7201	0.7564	0.7785
M_c.....	0.5939	0.5908	0.5948	0.6004	0.6104	0.6269	0.6564	0.6754	0.7013	0.7335	0.7582
$M_s - M_c$.....	0.0634	0.0667	0.0645	0.0599	0.0563	0.0491	0.0414	0.0258	0.0250	0.0146	0.0226

Estes cuadros para su mejor comprension necesitan algunas aclaraciones que son las seguientes:

a) M_t significa el promedio de valores que resultan de todas las observaciones hechas en las dos estaciones, separadas, como se dijo antes, por unos 800 m. de altitud, y en los dias seleccionados convenientemente.

b) M_s es el promedio de las mismas observaciones hechas en la estacion mas elevada, es decir en la de Sietepicos, a unos 2:000 m. de altitud.

c) M_c, es el promedio de valores obtenidos para la estacion inferior, esto es la de Cerro Colgado, a 1:200 m. proximamente de altitud.

Para formarse idea mas clara de la marcha del fenómeno y de las diferencias entre los valores de ambas estaciones, he construido las graficas correspondientes que permeten apreciar la sua marcha de un solo golpe de vista (fig. 2).

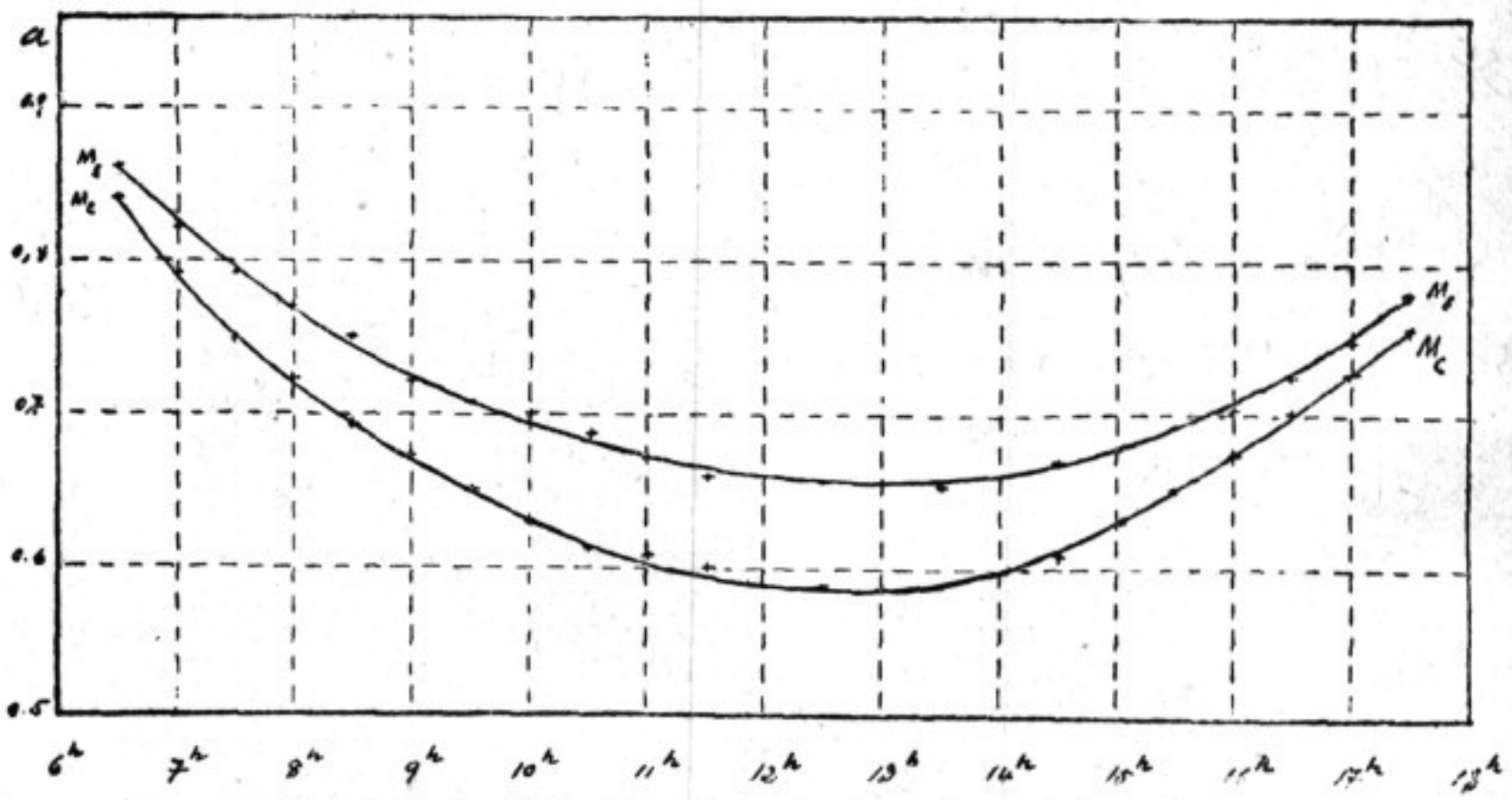


Fig. 2. — Grafica de los valores de *a* en las dos estaciones de observacion: la mas alla corresponde a 2:000 m. de altitud y la inferior a 1:200 m.

Tanto en los cuadros como en las graficas anteriores se aprecia immediatamente que los valores de la trasmisibilidad, lejos de ser constantes, aun para dias de transparencia atmosferica excepcional, son fundamentalmente variables y parecen ser una funcion inversa de la altura del Sol y consiguientemente una funcion del espesor atmosferico. Se ve también

la influencia de la altitud pues en todo momento los valores medios de *a*, a la estacion mas elevada (Sietepicos), son mayores que los de la estacion inferior (Cerro Colgado); esa diferencia también parece una función de la altura del Sol, pues toma valores máximos hacia el medio dia, y decrecientes antes y despues.

VI

Si conparamos valores de la mañana y de la tarde advertiremos pronto que los segundos son ligeramente menores que los de la mañana. Esta comparacion exige poner, frente a frente, valores correspondientes a posiciones sinetricas del Sol con respeito al meridiano, y para ello debe tenerse presente que las horas estan expresadas en tiempo medio civil español (fuso geográfico occidental de Europa) y que ese tiempo, durante la epoca de las observaciones, sinalaba unos 20 a 22 minutos mas que el tiempo local. Segun esto el Sol pasaba por el meridiano local de la estacion cuando noestros cronómetros se acercaban a los doce y media.

Asi, pues, si se quieren comparar valores de la mañana con la correspondientes de la tarde hoy nesedad de poner en parangon los de las 12^h y las 13^h, los de las 10 y las 15^h, etc., etc.

Haciendo esto se hallan los seguientes resultados:

Horas		Valores de $a = M_f$		
Mañana	Tarde	Mañana	Tarde	Diferencia
7^h30^m	17^h30^m	0.7725	0.7571	+ 0.0154
8	17	0.7518	0.7249	+ 0.0269
8 30	16 30	0.7284	0.6979	+ 0.0305
9	16	0.7083	0.6742	+ 0.0341
9 30	15 30	0.6868	0.6538	+ 0.0330
10	15	0.6711	0.6318	+ 0.0393
10 30	14 30	0.6576	0.6180	+ 0.0396
11	14	0.6470	0.6129	+ 0.0341
11 30	15 30	0.6376	0.6090	+ 0.0286

Debe advertirse sin embargo que esta comparacion no es

rigurosamente científica. Las horas del dia no son, en este caso, elemento suficientemente preciso, porque a las mismas horas, en dias distintos no corresponden alturas iguales del Sol y tampoco de espesores atmosféricos atravesados. I estos espesores son los que influyen directa é intensamente en la radiacion y en la trasmisibilidad.

No he renunciado, sin embargo, a esos cuadros de valores por horas, a los gráficos y a las comparaciones sucesivas, porque el elemento «tiempo» es un concepto mas claro, mas intuitivo, mas usual y permite formar una idea de conjunto, sufientemente aproximada, de la evolución de esos valores y de las variaciones de la trasmisibilidad.

Hechas estas salvedades necesarias conviene hacer el estudio de la trasmisibilidad en relación directa con los espesores. Para ello he elegido los dias 16 y 17 de septiembre que ofrecen series de observaciones singularmente favorables. Mediante calculo minucioso he deducido los valores de la trasmisibilidad correspondiente a espesores que van desde 5,5 a 1,5, para la mañana y la tarde con los resultados seguientes:

Valores de la trasmisibilidad (a) durante los dias 16 y 17 de Septiembre, para los mismos espesores atmosféricos, por la mañana y por la tarde y diferencia de los mismos

E.	16 de Septiembre			17 de Septiembre		
	Mañana	Tarde	Diferencia	Mañana	Tarde	Diferencia
1.5	0.7388	0.7195	+ 0.0193	0.7457	0.7318	+ 0.0139
2.0	0.7614	0.7466	+ 0.0148	0.7684	0.7572	+ 0.0112
2.5	0.7796	0.7663	+ 0.0133	0.7853	0.7768	+ 0.0085
3.0	0.7948	0.7821	+ 0.0127	0.8005	0.7967	+ 0.0038
3.5	0.8080	0.7950	+ 0.0130	0.8130	0.8058	+ 0.0072
4.0	0.8202	0.8087	+ 0.0115	0 8191	0.8175	+ 0.0016
4.5	0.8288	0.8202	+ 0.0086	0.8348	0.8277	+ 0.0071
5.0	0.8374	0.8304	+ 0.0070	0.8415	0.8391	+ 0.0024
5.5	0.8450	0.8392	+ 0.0058	0.8489	0.8474	+ 0.0015

Estos numeros, deducidos de los dias e que el cielo mostró singular transparencia confirman lo dicho anteriormente: los valores de la tarde, para espesores iguales, son ligeramente

mas bajos y las diferencias decrecen cuando los espesores aumentan. Es lo mismo que se observa, de un modo general, cuando la comparacion se hace por horas.

VII

Todos los números anteriores establecen, de una manera sólida, la relación cuantitativa entre los valores de a y de x; segun estos la trasmisibilidad a es una funcion del espesor x. Habrá medio de hallar una fórmula que ligue analiticamente esos dos variables?

Despues de numerosos encargos (que no he de exponor para abreviar esta nota) he elegado a la fórmula

$$\log a = \frac{K}{c+x}$$

en la cual K y c son dos constantes que se determinan, para cada serie de observaciones, con dos valores conocidos de a: x variable independiente esa hora como antes el espesor atmosferico.

Esta fórmula representa bastante bien la marcha del fenómeno, como puede verse por los seguientes resultados, deducida de los mismo dia 16 y 17 de septiembre.

Valores de la trasmisibilidad calculada (a_c) y de la dedusida de la observacion (a_0) para los dias 16 y 17 de Septiembre de 1915 y deferencias entre esos valores ($a_c - a_0$)

	16 de Septiembre			17 de Septiembre		
x_c	$c = 3{,}597$ $k = -0{,}66257$			$c = 3{,}779$ $k = -0{,}66135$		
	a_c	a_0	$a_c - a_0$	a_c	a_0	$a_c - a_0$
1.5	0.7413	0.7388	+ 0.0025	0.7494	0.7457	+ 0.0037
2.0	0.7614	0.7614	0.0000	0.7684	0.7684	0.0000
2.5	0.7786	0 7796	— 0.0010	0.7846	0.7853	— 0.0007
3.0	0.7927	0.7948	— 0.0021	0.7955	0.8005	— 0.0050
3.5	0.8066	0.8080	— 0.0014	0.8112	0.8130	— 0.0018
4.0	0.8181	0.8202	— 0.0021	0.8222	0.8191	+ 0.0031
4.5	0.8283	0.8288	— 0.0005	0.8320	0.8348	— 0.0028
5.0	0.8374	0.8374	0.0000	0.8407	0.8415	— 0.0008
5.5	0.8456	0.8450	+ 0.0006	0.8486	0.8489	— 0.0003
6.0	0.8530	0.8519	+ 0.0011	0.8558	0.8558	0.0000
6.5	086.07	0.8580	+ 0.0027	0.8623	0 8630	— 0.0007
7.0	086.59	0.8636	+ 0.0023	0 8682	0.8666	+ 0.0016
7.5	087.15	0.8686	+ 0.0029	0.8737	0.8720	+ 0.0017
8.0	087.78	0.8732	+ 0.0046	0.8787	0.8750	+ 0.0037
			+ 0.0096			+ 0.0017

Las diferencias positivas y negativas entre los valores observados y los calculados están todos dentro de los errores de observacion; son, pues, perfectamente aceptables. He aplicado la formula a otros muchos dias, tambien con resultados satisfactorios. Debe advertirse, no obstante, que las observaciones extremas dan diferencias positivas como si fuera de esos limites la fórmula no se ajustase al fenómeno. Pero satisface bastante bien hasta espesores de 5,5 y 6,0 a los cuales corresponden distancias cenitales de 80° a 81° y bien sabido es que toda observacion hecha a mayores distancias viene afectada de otros varios errores, por lo cual ni deba prodigarse, ni pueda inspirar bastante confianza, ni deben alarmar estas deferencias que se observan en las observaciones con espesores mas grandes.

Pero esos resultados satisfactorios y estas consideraciones no autorizan a presentar tal fórmula con carácter general y definitivo. Es simplemente un ensayo que se ofrece a nuevos cálculos y discusiones. Para aquilatarla hacen falta muchas mas observaciones. Solo nos corresponde dejar sentado que esa fórmula satisface bien a nuestras observaciones.

Para terminar esta nota he de hacer constar, como resumen de todo lo anterior, los hechos seguintes:

1.° El valor de la trasmisibilidad es variable y resulta una funcion del espesor atmosférico. En nuestras observaciones esa funcion viene espresada por la fórmula $\log a = \frac{K}{c+x}$, para aquellas series de observaciones tomadas en condiciones atmosféricas sensiblemente iguales y homogeneas.

2.° Los valores de la trasmisibilidad son igualmente funcion de la altitud, como se revela claramente a la comparación de los resultados hallados en las dos estaciones.

3.° Con la mayoria de los dias de verano la trasmisibilidad sufre pertubaciones anormales de las $8^h\ 30^m$ hasta las 10^h de la mañana, caracterizadas por una diminucion de valores superior a los que se deriva de la fórmula anterior.

4.° La fórmula $\log a = \frac{K}{c+x}$, necesita muchas observaciones para ser admitida definitivamente y tendria un gran interés comprobarla, porque la existencia de esa o de otra fórmula nos daria un criterio para decidir sobre la homogeneidad de las condiciones atmosféricas en series de observaciones perheliometricas de la radiacion solar.

VICTORIANO F. ASCARZA.
Astrónomo del Observatorio de Madrid.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 1, pag. 50)

DOCUMENTO N.º 220

Varias noticias

Medico. — Na sessão capitular de 31 de julho de 1676 do Cabido de Miranda do Douro assentaram os conegos: «que se tomasse por medico ao Doutor Manuel Nunes Miranda com partido da Mitra de sessenta mil reis e de quarenta mil reis pela fazenda da meza capitular em cada hum anno porquanto havia nesta cidade muitos pobres, e no hospital cadea e aljube, e passageiros, a cujas necessidades acudirão sempre a medecina os senhores Bispos com partido que paguauão aos medicos em suas uidas e os leuarão em conta nos tempos de Seés vacantes os que sucederão e com o ditto sallario sera obrigado o ditto Medico a curar de graça as pessoas sobreditas e aos Reverendos Capitulares e meyos prebendados, capellaes, e ministros, moços do choro, e mais seruidores desta See, e as pessoas seus familiares» (1).

É curioso acompanhar por estes documentos o accrescimo progressivo do ordenado a estes medicos de partido dos bispos e cabido porque mostram como a vida tem vindo encarecendo até nós.

---

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1621 a 1688, fol. 195. A mesma materia, relativamente ao medico sustentado pelos bispos e cabido de Miranda com obrigação de curar de graça os pobres, passageiros e prezos, se encontra nos fol. 235 v. e no 91 v. dos *Acordãos* de 1686 a 1735. As sobreditas entidades mantiveram sempre estes partidos medicos até que em 1834 o governo constitucional, abolindo os dizimos, lhes tirou os recursos para os sustentar.

Na sessão capitular de 3 de janeiro de 1596 accordaram em dar 12:000 reis annuaes ao medico de partido (1).

Na de 30 de julho de 1599 «asentarão os senhores capitulares que porquanto o tempo esta muito perigoso de doenças» se dessem quarenta mil reis ao medico de partido. Parece que ainda assim o medico não acceitou ou as necessidades da vida haviam mudado porque na de 4 de julho de 1601 resolveram elevar-lhe o ordenado a 55:000 reis (2).

É de saber: que na sessão de 1 de outubro de 1549 haviam accordado em dar ao medico de partido dez cruzados (3): que identico salario lhe outorgaram na de 16 de maio de 1550 (4): que na de 4 de dezembro de 1563 se combinaram por dez mil reis (5): que na de 28 de setembro de 1588 «como os preços de todas as cousas estauão em grande crecimento» accordaram em lhe dar vinte mil reis annuaes (6) e que na de 4 de maio de 1591 rasolveram elevar-lhe o estipendio a 40:000 reis (7).

Tambem parece que a população deveu augmentar em Miranda do Douro no seculo XVIII porque os bispos e cabido uendo que um só não bastava crearam dois partidos medicos (8).

Em tanta conta tinham os bispos e cabido de Mitanda do Douro esta forma especial de exercer a beneficencia publica que não só o interesse particular, que a expensas suas subsidiavam rapazes idoneos afim de ir formar-se em medecina á Universidade de Coimbra para depois virem exercer clinica na região (9).

Realmente as rendas ecclesiasticas então davam para tudo; mas não eram, como á primeira vista parece, consumidas só pelo clero. Pelos mapas que demos nas paginas 379 e 385 do 1.º tomo destas *Memorias Archeologico-Historicas* ve-se que metade dessas rendas serviam para o estado pagar serviços a pessoas leigas sob o titulo de commendas.

---

(1) *Livro de Acordãos, e assentos antigos,* 1547 a 1606, fol. 138.
(2) Idem, fol. 147 e 155.
(3) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1547 a 1598, fol. 16.
(4) Idem, fol. 18 v.
(5) Idem, fol. 81.
(6) Idem, fol. 146.
(7) Idem, fol. 155.
(8) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1736 a 1812, fol. 31 v.
(9) *Livro de Registos* do Cabido de Miranda do Douro, provisão de 2 de março de 1640.

Pelo *Documento n.º 169* vimos que o papa concedeu a el-rei D. Sebastião o subsidio de 125 mil cruzados por uma só vez, tirados das rendas ecclesiasticas do reino para o que a diocese de Miranda do Douro concorreu com 2.198:945 reis para o auxiliar nos apuros do erario publico em ordem ás vastas emprezas que meditava. Ao mesmo assumpto se refere o *Documento n.º 179*.

Pelo *Documento n.º 171* vimos como o clero patrioticamente correu afanoso a cotizar-se para auxiliar as grandes despezas sobreviventes ás nossas lutas com Castella após a proclamação da independencia em 1640. Por nos ter escapado então additamos agora que para esse donativo o cabido de Miranda do Douro concorreu com 100:000 reis (1).

Nos *Documentos n.os 174 e 175* vemos o cabido de Miranda do Douro a abonar o *pret* aos soldados que foram defender essa fronteira e a pagar os gastos feitos nas fortificações da mesma. Sobre o assumpto ver tambem o *Documento n.º 181* e a respectiva nota.

Os *Documentos n.os 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 194, 196 e 197* mostram quanto valeram para acudir ás necessidades pecuniarias da defeza do reino na Guerra da Acclamação as rendas ecclesiasticas. O mesmo espirito patriotico continuou depois na guerra contra os francezes, como se vê pelos *Documentos n.os 202 e 205*.

Mas não era só isto. Os lugares e rendas ecclesiasticas serviam tambem: para dar arrumo aos invalidos da guerra, aos reformados, como hoje diriamos, garantindo-lhe a subsistencia em paga de seus serviços, como se vê pelo *Documento n.º 195:* para promover melhoramentos agriculas *(Documento n.º 206):* para fomentar obras pias e publicas — fontes, pontes, calçadas — como se vê de varios documentos transcriptos nestas *Memorias Archeologico-Historicas,* de outros existentes no Archivo do Paço Episcopal de Bragança e nomeadamente de uma carta do ministro de estado Pedro da Motta e Silva de 20 de janeiro de 1741 dirigida ao cabido de Miranda do Douro: para succorro dos indigentes e necessitados como mostram os trechos que em seguida damos:

«Aos trinta e hum de Março de 638 se passou prouisão ao R.do Conego Manoel Antunes de Payva para dar as esmolas costumadas aos pobres esta semana sancta que são

---

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1621 a 1688, fol. 72 v.

cento e dez alqueires de trigo, quarenta e nove de centeo, nouecentos reis em dinheiro e os uestidos de doze pobres, jantar e dose tostões de esmola aos mesmos» (1).

«Aos 12 de Janeiro de 639 se passou prouisão para o R.do Conigo Manoel Antunes de paiua dar na festa do Natal hũa esmola aos pobres como consta do ditto Rol asinado pello Cabido que he de pão e dinheiro o que tudo fas soma, trigo cento e quarenta alqueires, centeio cento e uinte e hũ, e dinheiro dez mil e tresentos e nouenta» (2).

«Aos 22 de maio de [1639] se passou prouisão das esmolas de pão que se mandou dar na paschoa de flores das rendas episcopaes em que se montam de trigo sesenta e outo e de centeo trinta e dous [alqueires] (3).

«Em onze de abril [de 1640] se passou prouisão ao R.do Conego Manoel Antunes recebedor das rendas episcopaes de uinte e outo mil duzentos e sinquoenta e sinco reis que se gastarão nos uestidos e comida dos pobres da semana Santa deste anno de 640 e esmolas dos pobres e presos. Em o mesmo dia se passou prouisão para o mesmo conigo de dusentos e setenta e coatro alqueires de pão que se derão de esmola aos pobres desta cidade» (4).

Em alguns annos estas esmolas eram mais avultadas attenta a indigencia e assim «Aos noue de Abril de seis centos e quarenta e quatro se passou prouisão ao R.do Conigo Manuel Antunes perque despendeo com pobres na semana santa por nossa ordem dusentos e quarenta e hum alqueires de trigo e cento e trinta e outo de centeo e trinta e sinco mil quatro centos e sesenta e quatro reis» (5).

«Aos desasette de Janeiro de 646 se passou prouisão para se leuar em conta sette centos e desaseis alqueires de pão a saber de trigo tresentos e oitenta e oito alqueires e de centeo tresentos e vinte oito que se derão de esmola aos pobres pello natal passado de 645» (6).

Como estas muitas mais transcripções podiamos fazer, pois esmolas identicas das rendas episcopaes e capitulares eram feitas todos os annos nas quatro festas principaes —

---

(1) *Livro de Registos* atraz citado e descripto.
(2) Ibidem.
(3) Ibidem.
(4) Ibidem.
(5) Ibidem.
(6) Ibidem.

Paschoa da Resurreição, Paschoa de Flores (do Espirito Santo), Santos e Natal — alem de varias outras pelo anno adiante aos pobres, aos prezos da cadeia e aos doentes do hospital, bem como muitos vestidos que a uns e outros davam, como se vê por este *Livro dos Registos* do Cabido de Miranda, onde o conego recebedor, encarregado de fazer os pagamentos, lançava as provizões que os auctorizavam, assignadas pelo presidente do cabido para sua garantia e lhe serem as despezas levadas em conta.

Adiante diremos da cadeira de grammatica que o cabido mantinha ás suas custas para ensinar gratuitamente todas as pessoas da diocese. Pelo *Documento n.º 204* vimos que as rendas de duas conesias na mesma Sé eram aplicadas a dois lentes de mathematica na Universidade de Coimbra.

Eram pois as rendas ecclesiasticas um fundo, um banco, como hoje diriamos, a que o goveno recorria em occasiões de apuro; uma reserva de aposentações; uma caixa economica dos desvalidos; um cómodo para os serventuarios da igreja — sineiros, moços do côro, charameleiros, musicos —; um manancial pera ferreiros, serralheiros, carpinteiros, pedreiros, entalhadores, sirgueiros e artifices teixtis e foram durante seculos o amparo quasi exclusivo dos cultores das artes nobres — escultores, pintores, architetos —. O que seria das obras de arte, dos monumentos, que mostramos desvanecidos ao estrangeiro, todos, com pequenas excepções, de caracter religioso, sem o amparo conservador tirado das rendas ecclesiasticas?

Seminario de Miranda. — A seguinte nota mostra as razões porque se não fundou logo o Seminario de Miranda. Diz ella: «Sabado 18 de setembro de [15]74 annos apresentou Antonio Malho hua declaratoria do Senhor Bispo en que declara non ser myranda cidade insigne nem aber logar nella de aber licaom da sagrada scriptura conforme ao concilio Da qual Declaratoria o S.^{or} Dayom como cabeça do cabydo e como procurador da mesa capitular e da See..... Apelou llogo e validamente e oje quarta feyra a 22 de setembro de 74 veo com appelaçaom per escripto estando precente o provisor e me entregou a mj ho..... escriuão do cabydo a dita declaratoria pera a tornar a entregar a Antonio Malho» (1).

---

(1) *Livro de Acordãos, e assentos antigos,* 1547 a 1606 do Cabido de

Este Antonio era um dos conegos do Cabido de Miranda do Douro.

Na sessão capitular de 5 de dezembro de 1657 dizem os conegos que o Seminario não tem alumnos ha mais de trinta annos e por isso resolvem que aibra admittindo oito alumnos (1). Eram os resultados da Guerra da Acclamação. Na de 4 de novembro de 1685 dizem que as rendas do Seminario não chegam para sustentar mais que oito alumnos e ahi se apontam os nomes dos que se admittem (2).

Mestre de grammatica. — Na sessão capitular de 13 de agosto de 1561 foi pelo Cabido de Miranda do Douro acceite o bacharel Sebastião Gonçalves proposto pelo conego mestre-escola para «preceptor da grammatica para ensinar nesta cidade [Miranda do Douro] ha todas as pessoas dela he do bispado de graça» com o ordenado de 30:000 reis, mais 35 alqueires de trigo e casas de habitação (3). E na de 4 de novembro de 1606, constando lhe que o mestre do latim Domingos Queixada, levava estipendio aos estudantes, accordaram que se lhe não consentisse tal, pois era pago por elle Cabido para ensinar gratuitamente (4).

Macedo de Cavaleiros. — A carta regia de 7 de junho de 1641 dirigida ao Cabido de Miranda do Douro e guardada no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, diz que a Fernão Rodrigues de Brito, fidalgo da Casa Real, commendador de São Pedro de Macedo de Cavalleiros, lhe foram, por ordem dos visitadores, embargados os frutos da commenda para se fazerem dois retabulos em duas annexas da commenda; mas, como agora está servindo na fronteira de Mençarras e lhe faz falta todo o rendimento para se sustentar, manda que se suspenda a feitura dos retabulos até melhor conjuntura.

Castro de Avellãs. — Na sessão capitular de 22 de julho de 1586 resolveu o Cabido de Miranda do Douro: «que se

---

Miranda do Douro, fol. 40 v. Sobre esta materia, ver o tomo 2.º destas *Memorias*, pag. 314.

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1621 a 1688, fol. 127.
(2) Idem, fol. 240.
(3) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1547 a 1558, fol. 71 v.
(4) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1606 a 1725, fol. 2.

saiba do Arcediago de Bragança e de Antonio da Guarda se o cabido consentio na Ruina do Mosteiro de Crasto dauelãas, e se deo ordem pera que se arrecadem de Gregorio Teixeira os (dinheiros?) que deve do ladrilho e despojos do Mosteiro, que comprou para o collegio de s. pedro..... depois se tomou informação do arcediago de Bragança e disse que o cabido não consentio na Ruina do dito Mosteiro» (1). E na de 13 de setembro de 1580, assentou o Cabido que «se dee muita breuidade na obra do Mosteiro de Crasto dauelãas» (2).

Segirei. — Na sessão capitular de 4 de março de 1795, tratou o Cabido de Miranda do Douro de reconhecer a separação do Segirei, hoje concelho de Chaves, da freguezia de Edral a que até ahi estivera annexada em conformidade com os documentos legaes para isso obtidos pelos moradores e auctorização regia (3).

Monforte de Rio Livre. — A antiga villa de Monforte de Rio Livre, concelho de Chaves, diocese de Bragança, hoje completamente despovoada ainda em 1839 era habitada e sede de um concelho de que era administrador João Baptista de Moraes Soares, como se vê por uma carta sua datada de Monforte de Rio Livre a 10 de abril desse anno, que se guarda ne Archivo do Paço Episcopal de Bragança.

Todo o Cabido de Miranda do Douro excommungado. — Na sessão capitular de 8 de Janeiro de 1610 resolveram que o conego Dionizio Pousadas de Brito fosse á corte dar conta a el-rei do negocio do conego Bento Pereira, «por ser negocio graue em que corre periguo a fama desta mesa por estarem os capitulares della todos excommungados» (4).

---

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1547 a 1606, fol. 87. Sobre o Collegio de S. Pedro, ver o tomo 2.º destas *Memoras*, pag. 298.
(2) Idem, fol. 88.
(3) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1736 a 1812, fol. 179.
(4) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1606 a 1625, fol. 32. A carta regia de 12 de outubro de 1623 falla do interdicto geral lançado neste anno a Miranda pelo Dr. Vicente Caldeira do Amaral, a instancia de D. Maria de Noronha, viuva de D. Francisco Rolim, por certas pensões que os bispos anteriores lhe ficaram devendo. Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, tomo 3.º, parte 1.ª, pag. 581.

Pretendem os Jesuitas estabelecer-se em Miranda. — No folio 118 e seguintes até ao 125 dos *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1621 a 1688, trata-se largamente de accordãos do Cabido relativos ao estabelecimento dos Jesuitas em Miranda e erecção e fundação do Collegio e Seminario da Companhia de Jesus nessa cidade; mas nada disso teve effeito.

O raio na Sé. — Na sessão capitular de 14 de setembro de 1689 «considerando por todos os infinitos beneficios, e misericordias que sempre receberão da mão divina de Deus, e especialmente em este prodigioso dia» que sendo das sete para as oito horas da manhã, estando os conegos a matinas e a cantar a 8.ª licção o conego Doutor Antonio de Moraes Antas quando ia pronunciando estas palavras — cum obscuratis luminaribus coeli et converso in noctem die terra quoque motibus quateretur in solitis, etc. — cahiu na torre da cera um raio que derribou a maior parte della; os conegos, pasmados pelo estrondo, cahiram por terra; a Sé ficou cheia de fumo e máu cheiro que duraria um quarto de hora. «Foi tal a misericordia de Deus que cahindo a ditta torre da Cera e mais obras exteriores da ditta Sé, pedras de cantaria de admiravel grandeza com que tudo ficou arruinada» ninguem foi ferido ou padeceu damno «nem ainda levemente offendeo a tres moços que estavam tangendo os sinos na torre delles ficando contigua a onde o rayo cahio: e vendosse tão manifestamente a infinita misiricordia e bondade de Deus» cantaram logo um *Te-Deum,* seguido de missa em acção de graças e fizeram logo procissão pela cidade com o Santo Lenho. Para memoria prometteram que todos os annos, naquelle dia, se cantaria uma missa em acção de graças com sermão (1).

S. José alferez de infantaria. — Na sessão capitular de 16 de julho de 1770, encontra-se a seguinte noticia: «e como na mão do R.do Arcediago de Bragança José Rodrigues da Costa se achava dinheiro pertencente ao glorioso Senhor S. José da Sé de Miranda procedido de soldos que venceo com a praça de Alferez de Infantaria» pedem que este dinheiro se aplique em certas despezas que apontam (2).

---

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1686 a 1735, fl. 35 v.
(2) Idem, de 1736 a 1812, fl. 151 v.

Sabia-se já: que a imagem do Senhor Jesus dos Quarteis, venerada em Vianna, fôra levada pelos soldados do regimento n.º 9 desta cidade e o acompanhou durante toda a campanha da Guerra Peninsular (1): que da mesma forma Santo Antonio, venerado numa ermida em Cascaes, foi levado pelo regimento n.º 19 desta praça e com elles o trouxeram durante toda a Guerra Peninsular (2): que pelo alvará de 24 de janeiro de 1668 mandou D. Pedro que se assentasse praça de soldado no segundo regimento de infantaria (regimento de Lagos) a Santo Antonio e tanto se julgou ser a miraculosa protecção dispensada pelo santo ao regimento e a effectividade dos bons serviços como militar que em 1780 se achava graduado em tenente general (3), o que porem se ignorava é que S. José tambem fora alferez num regimento bragançano.

Chafariz de Miranda. — No Archivo do Paço Episcopal de Bragança, conserva-se uma carta muito delida de um bispo, datada de Bragança a 20 de outubro, sem indicar o anno, e dirigida ao Cabido de Miranda, que manda dar dez cruzados á camara municipal desta cidade para ajuda da obra do chafariz e diz ao Cabido que concorra com outro tanto para o mesmo fim. Ver neste volume pag. 135. O bispo será D. Jeronymo Teixeira Cabral?

Capella de Nossa Senhora da Consolação nos Claustros da Sé de Bragança. — Nos claustros da Sé de Bragança ha tres capellas ás quaes nos referimos no tomo 2.º destas *Memorias*, pag. 328, que estavam muito mal tratadas.

A 26 de abril de 1879 o conego meio prebendado da mesma Sé Luiz Augusto de Moura Guerra, acubertado sob o pseudonymo de «um devoto da Senhora» da Consolação, titulo de uma dessas capellas, pediu ao Cabido licença para a fechar com portas de ferro, substituir a imagem da Senhora por outra mais artistica, evitando assim que fosse objecto de

---

(1) Francisco Augusto Martins de Carvalho, *Subsidios para a Historia dos Regimentos de infanteria e caçadores do exercito portuguez*, 1888, pag. 107 em nota.

(2) Ibidem.

(3) *Subsidios*, citados, pag. 107. Sobre promoções deste Santo a postos militares na Italia e no Brazil, ver *Revista de Historia*, 1914, pag. 356 e pag. 386 do numero correspondente a 1915.

pouca reverencia por inesthetica e ornar o altar. A 1 de novembro do mesmo anno participou o alludido devoto ao Cabido que as portas de ferro e a imagem da Senhora já se achavam collocadas nos respectivos lugares, bem como provido dos necessarios ornatos, alfaias e mais guisamentos o respectivo altar (1).

Relogio da Sé de Bragança. — Por escritura publica de 26 de janeiro de 1894 feita entre o Cabido de Bragança e os fundidores Bibiano Costa e Carlos Costa, solteiros, naturaes de Santander, Hespanha, se obrigaram estes a fundir o sino grande da Sé de Bragança denominado Relogio que estava quebrado, pela quantia de 215:000 réis, sob a condição de o novo sino ser de pezo e espessura na camiza igual ao antigo. A 8 de maio de 1894 estava concluida a obra do sino, como se vê pelo recibo dessa data que, juntamente com a escritura supra se conserva no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, onde os artistas declaram estar pagos do seu trabalho.

No codice de Villar Secco folio 4 v. pertencente ao actual parocho desta freguezia Antonio Augusto Martins, que descrevemos ao dar a lista dos preços dos generos alimenticios, ha a seguinte noticia: «Em 19 [de maio de 1822] quebrou-se o sino grande [da Sé de Miranda do Douro] á quarta badalada estando o sineiro tocando á missa. E tinha sido feito em a Era de 1701 durou 121 annos». Ver o que atraz fica na Noticia «O Raio na Sé» e na pag. 202 destas *Memorias*. É de notar que no bispado de Bragança só desde mui poucos annos a esta parte se recorre ás fabricas do Porto e Braga para obtenção de sinos sendo até então todos laborados por artistas ambulantes hespanhoes que os fabricavam nos lugares onde eram precisos.

No Documento n.º 178 e no tomo 2.º destas *Memorias*, pag. 162, vimos já o grande defficit artistico da terra que recorria para o saldar á visinha Hespanha.

Lafaya. — Este appellido recorda o do notavel architeto Pero de la Faya, constructor da Sé de Miranda do Douro como fica dito no Documento n.º 178 e de outras obras de

---

(1) Os documentos referentes ao assumpto encontram-se no Archivo do Paço Episcopal em Bragança.

valor, segundo se aponta no tomo 2.º destas *Memorias*, pag. 280 e 327 e no tomo 3.º, pag. 233. Para de algum modo elucidar-mos a vida deste artista que deveu constituir familia em Bragança, damos mais as poucas notas que encontramos.

«Aos 10 de janeiro de 1626 annos passarão provizão para o conego Antonio mendez veador da fazenda dar a Manuel de la faya morador em Bragança des mil reis que se lhe deuião da fazenda do Deão manuel de amaral que Deus tem» (1).

Na Bibliotheca Nacional de Lisboa encontra-se a «*Lista das pessoas que sahiram, condenaçõens que tiveram e sentenças qae se lerão no Auto Publico da Fé, que se celebrou no Rocio desta cidade de Lisboa em Domingo 12 de setembro de 1706*» e nella apparece fazendo a sexta abjuração por judaismo Pedro de Lafaia Pizarro, christão novo, mercador, natural da cidade de Bragança, morador em Lisboa, de 38 annos de idade. A coincidencia do appellido deixa suppôr que este seria descendente do artista apontado.

Ainda a Guerra Peninsular. — João Pedro Freixo de Miranda, doutor em theologia, conego magistral na Sé de Bragança, estava em Coimbra quando se soltou o grito de emancipação contra os francezes e logo se alistou no corpo dos Voluntarios Academicos onde prestou optimos serviços como attestou o lente Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcellos, commandante do mesmo corpo. Em Bragança commandou uma partida de padres armados com que defendeu a raia, portando-se sempre «com muito zelo, valor e desembaraço» como diz o brigadeiro Manuel Leite Pereira, governador da praça de Bragança, em attestado datado desta cidade a 6 de abril de 1809.

Iguaes attestados de bons serviços lhe passaram: Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, governador das armas da provincia de Tras os Montes a 25 de julho de 1810; Francisco da Silveira Pinto, successor de Sepulveda no governo das armas da provincia, que attesta haver-se o dito conego Freixo de Miranda apresentado na praça de Chaves commandando um corpo de ecclesiasticos armados que deu provas de ar-

---

(1) *Provisões do Cabido de Miranda*, manuscripto in-8.º, papel almasso, capas de pergaminho, de 117 folios, que se guarda no Paço Episcopal de Bragança, fl. 57.

dente patriotismo e Manuel Pinto Bacellar, governador das armas da provincia da Beira, que certifica os grandes serviços, commissões de gravidade e risco desempenhadas intelligente e activamente pelo alludido conego á sua propria custa armado, equipado e montado, sem despeza alguma do real erario (1).

Perseguições politicas. — No tomo 1.º, pag. 201, destas *Memorias* demos uma lista dos presos politicos durante as lutas constitucionaes á qual agora adimos mais as seguintes noticias: Manuel Fernandes Caravela, presbytero, encommendado de Alfaião, concelho de Bragança, esteve seis annos prezo pelos miguelistas que o trouxeram a marchas forçadas de cadeia em cadeia sempre com a morte aos olhos por ver a facilidade com que o inflingiam a seus companheiros, como tudo consta de uma carta do mesmo datada de 17 de março de 1840 que se conserva no Archivo do Paço Episcopal de Bragança.

No codice de Villar Secco, folio 4 v. pertencente ao padre Antonio Augusto Martins, que descrevemos ao dar a lista do preço dos generos alimenticios ha esta noticia: «A 16 de Mayo deste anno de 1822 entrou aqui [Miranda do Douro] Dom Luiz Gran Prior do Crato veio degradado por falar contra o novo governo».

Manuel Bernardo de Araujo, conego da Sé de Bragança, natural de Valle de Lamas, annexo desta nossa freguezia de Baçal, concelho de Bragança, de quem fallamos no tomo 2.º destas *Memorias,* pag. 91 e 317, notavel humanista que passou os ultimos annos da sua vida ensinando particularmente em sua casa, convertida em verdadeiro collegio, as disciplinas da sua especialidade, foi em 1823 degradado pelos constitucionaes para Sagres; em 28 de julho de 1826 teve de emigrar para Hespanha em companhia do regimento de infantaria n.º 24 da guarnição de Bragança, onde esteve ás ordens do visconde de Montalegre, regressando com o mesmo regimento a 23 de novembro desse anno. Em março do anno seguinte teve novamente de fugir para Hespanha, fixando residencia em Lubezios e depois em Rio de Onor, donde procurou justificar o seu procedimento ante o governo cons-

---

(1) *Acordãos* do Cabido de Bragança de 1804 a 1829, folio 10 a 24, onde veem transcriptos os atestados acima citados e se encontra a larga folha de serviços patrioticos do conego Freixo de Miranda.

titucional da cidade do Porto que lhe permittiu voltar á patria em novembro de 1827. Araujo aproveitou o indulto regressando a Bragança onde pouco se demorou marchando em menos de um anno para Lisboa.

Parece que a facção politica que dividia os membros do cabido de Bragança o incommodava de modo especial pois, a sentença de 31 de março de 1829 proferida no Juizo da Corôa deu como nulla a sua nomeação de conego (1).

Pulgão nas vinhas. — Na sessão capitular de 19 de outubro de 1713 se diz que o «pulgão tem atacado as vinhas em Santulhão [concelho do Vimioso], damnificando as colheitas não só neste anno mas já desde muitos annos anteriores» (2).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) *Acordãos* do Cabido de Bragança de 1804 a 1829, folios 66, 69, 71 v. e seguintes, onde se trata largamente das questões referentes a este homem cuja fama de notavel saber ainda hoje dura.

(2) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1686 a 1735, fl. 173.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 2, pag. 109)

No século XIX, um dos poétas mais notáveis da literatura espanhola, o celebrado autor do «El Diablo Mundo», Don José Espronceda reproduz, embora sob outra fórma, a lenda de Don Juan Tenorio. D. Félix, o heroi do belo poema «El estudiante de Salamanca» é descrito em poucos versos, mas admiravelmente, como moço turbulento e ateu, que se faz temer pela sua ousadia sem par:

Segundo don Juan Tenorio
Alma fiera é insolente
Irreligioso y valiente
Altanero y reñidor;

Siempre el insulto en los ojos
En los labios la ironía,
Nada teme y todo fia
De su espada y su valor.

Corazon gastado, mofa
De la mujer que corteja
Y, hoy despreciándola, deja
La que ayer se le rindió.
.....
.....

Siempre en lances y en amores,
Siempre en báquicas orgias,
Mezcla en palabras impias,
Un chiste a una maldición.

En Salamanca famoso
Por su vida y buen talante,
Al atrevido estudiante
Le señalan entre mil;

Fueros le da su osadia,
Le discuelpa su riqueza,
Su generoza nobleza,
Su hermosura varonil.

Que su arrogancia y sus vicios,
Caballeresca apostura,
Agilidad y bravura
Ninguno alcanza á igualar.

Que hasta en sus crimenes mismos.
En su impiedad y altiveza
Pone un sello de grandeza
Don Félix de Montemar.

Tambêm na primeira parte da obra, o poeta canta em dolentes oitavas a triste sorte da infeliz Emilia de Pastrana abandonada pelo infame sedutor.

Elvira, amor del estudiante un dia,
Tierna y feliz y de su amante ufana,
Cuando al placer su corazon se abria,
Como al rayo del sol rosa temprana:
Del fingido amador que la mentia,
La miel falaz que de sus labios mana
Bebe en su ardiente sed, el pecho ajero
De que oculto en la miel hierve el veneno.

Que no descansa de su madre en brazos
Más descuidado el candoroso infante,
Que ella en los falsos lisonjeros lazos,
Que teje astuto el seductor amante:
Dulces caricias, lánguidos abrazos,
Placeres ¡ay! que duran un instante,
Que habrán de ser eternos imagina
La triste Elvira en su ilusion divina.

Que el alma virgen que halagó un encanto
Con nacarado sueño en su pureza,
Todo lo juzga verdadero y santo,
Presta a todo virtud, presta belleza.
Del cielo azul, al tachonado manto,
Del sol radiante á la immortal riqueza,
Al aire, al campo, á las fragantes flores,
El añade esplendor, vida y colores.

Cifró en don Félix la infeliz doncella
Toda su dicha, de su amor perdida;
Fueron sus ojos á los ojos de ella
Astros de gloria, manantial de vida

Cuando sus labios con sus labios sella,
Cuando su voz escucha embebecida,
Embriagada del Dios que la enamora.
Dulce le mira, estática le adora.

A segunda parte descreve o fim prematuro da infeliz donzela que sucumbe ao ver-se desprezada pelo namorado:

Murió de amor la desdichada Elvira,
Candida rosa que agostó el dolor,
Suave aroma que el viajero aspira
Y en sus alas el aura arrebató.
.....
.....

Y huyó su alma á la mansion dichosa
De los ángeles moran.... Tristes flores
Brota la tierra en torno de su losa;
El céfiro lamenta sus amores.

Sobre ella un sauce su ramaje inclina,
Sombra le presta en lánguido desmayo,
Y allá en la tarde, cuando el sol declina,
Baña su tumba en paz su último rayo....

O devasso estudante leva uma vida crapulosa, desbarata toda a fortuna no jogo, descendo à baixeza de jogar o retrato e a pessoa da amada. Don Diogo chega entretanto de Flandres para vingar a honra da irmã, encontrando-se com Félix numa casa de tavolagem.

....
.....
Junto á don Félix llega y desatento
No habla á ninguno, ni áun la frente inclina;
Y en pié y delante de él y el ojo atento
Con iracundo rostro le examina.

Miró rambien don Félix al sombrio,
Huésped que en él los ojos enclavó
Y con sarcasmo desdeñoso y frio
Fijos en el los suyos, sonrió.

Exproba-lhe o procedimento indigno e desafia-o à espada. É porêm atingido pelos golpes certeiros de Montemar.

Com os versos seguintes abre a quarta e última parte do poema:

Vedle, don Félix es, espada en mano
Sereno el rostro, firme el corazon
Tambien de Elvira el vengativo hermano
Sin piedad á sus piés muerto cayó.

Nessa mesma noite, quando procura fugir, é surpreendido por um espectro que o leva por caminhos desconhecidos.

Muere los piés el Montemar osado
En las tineblas con incierto giro,
Cuando ya un trecho de la calle andado
Súbito junto a el oye un suspiro.
.....
.....

¿ Quien vá ? pergunta con la voz serena
Que ni finge valor, ni muestra miedo,
El alma de invicible vigor llena,
Fiado en su tajante de Toledo.

Palpa em torno de si, y el impio jura
Ya mover vuelve la atrevida planta,
Cuando hácia él fatidica figura
Envuelta an blancas ropas se adelanta.

A impressão de terror que a aparição lhe causara, desvanece-se logo, atrevendo-se mesmo a desafiar a justiça divina.

Dios presume asustar-me: ¡ójála fuera,
Dijo entre si, riendo el diablo mismo!
Que entonces, vive Dios, quien soy supiera
El cornudo monarca del abismo.

A pronunciar tão insolente ultrage,

.....
La lámpara de Christo se encendió:
Y una mujer velada en blanco traje,
Ante la imágen de rodillas vió.

Levado pelo seu feitio aventureiro, Fêlix segue o fantasma, acérca-se dele, procura inutilmente interrogá-lo, mas

Su forma gallarda dibuja en las sombras
El blanco ropaje que ondeante se vê
Y cual si pisára mullidas alfombras,
Deslizase leve sin ruido su pié.

Montemar não desanima; com a arrogância de sempre, e apesar de não obter resposta aos seus atrevidos gracejos, exclama:

Y fuérais vos Satanás
Con sus llamas y sus cuernos
Hasta en los mismos infiernos
Vos delante y yo detrás.

Hemos de entrar, ¡vive Dios!
Y aunque lo estorbara el cielo,
Que yo, he de cumplir mi anhelo
Aun á despecho de vos....

Importunada segunda vez, e um tanto perturbada com a insistência do insolente estudante, procura dissuadi-lo da sua funesta ousadia:

Hay riesgo en seguirme — ¡Mirad qué reparo!
Quizá luego os pese. Puede que por vos.
Ofendeis al cielo — Del diablo me amparo.
Idos, caballero no tenteis á Dios.

Nada o demove, e mais uma vez a donzela lhe mostra os perigos da sua conduta, mas o imprudente Don Félix não atende os conselhos e replica:

La vida es la vida: cuando ella se acaba,
Acaba con ella tambien el placer:
De inciertos pesares ¿por qué hacerla esclava?
Para mi no hay nunca mañana ni ayer.

Si mañana muero, que sea en mal hora
O en buena, cual dicen, ¿qué me importa á mi?
Goce yo el presente, disfrute yo ahora,
Y el diablo me lleve siquiera al morir.

Ao ouvir esta blasfêmia, o especto exclama: «Cumpla-se enfin tu voluntad, Dios mio!» Leva-o a seguir por caminhos desconhecidos; a presenciar espectaculos hediondos, conduzindo-o por fim a um lugar misterioso, depois de Felix se haver encontrado com o seu próprio enterro.

Cruzan tristes calles,
Plazas solitarias,
Arruinados muros,
Donde sus plegarias
Y falsos conjuros
En la mysteriosa
Noche borrascosa,
Maldecida bruja
Con ronca voz canta,
Y de los sepulcros
Los muertos levanta,
Y suen an los ecos
De sus pasos huecos
Y paso tras paso siguen,
Y siempre adelante van:
Y á confundir-se ya empieza

Y á perder-se Montemar,
Que ni sabe á do camina,
Ni acierta ya donde está;
Y otras calles, otras plazas
Recorre y otra ciudad
Y ve fantasticas torres
De su eterno pedestal
Arrancar-se, y sus macizas
Negras masas caminar,
Apoyándo-se en sus ángulos,
.....
Y á su monótono andar,
Las campanas sacudidas
Misteriosos dobles dan;
Miéntras en danzas grotescas
Y al estruendo funeral
En derredor cien espectros
Danzan con torpe compás:
Y las veletas sus frentes
Bajan ante él al pasar,
Los espectros le saludan
En la soledad;
Miéntras en silencio
Yace la ciudad,
Y en lúgubre són
Arrulla su sueño
Bramando Aquilon.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

AS TENDÊNCIAS ACTUAIS DA LITERATURA ESPANHOLA

A *Royal Society of Literature of the United Kingdom* é uma antiga e prestigiosa corporação londrina, fundada em 1825 pelo rei Jorge IV. Desde essa data que vem executando com britânica pontualidade o seu programa, cujos principais números são: o progresso da literatura pela publicação de monumentos literários inéditos; promover descobrimentos dentro dos estudos literários; diligenciar, quanto possível, fixar o modêlo da pura linguagem inglesa e contribuir para o seu enriquecimento lexicográfico; realizar sessões e leituras públicas de comunicações sôbre história, filosofia, poesia, filologia e artes; publicar destas comunicações as que alcancem aprovação; conceder recompensas honoríficas a obras de grande mérito literário e a descobrimentos importantes; e estabelecer correspondência com homens de letras estrangeiros com o fim de obter informações sôbre as diversas literaturas. É orgão da Sociedade a publicação intitulada *Transactions,* da qual estão publicados 34 volumes.

Pertencem a esta douta corporação, que ainda hoje funciona sob o alto patrocínio de Sua Magestade o rei Jorge V, nomes dos mais ilustres das letras inglesas e alguns estrangeiros, de reputação cosmopolita. Esta circunstância e os fundos quantiosos, de que dispõe, permitem à Sociedade executar regularmente o seu programa. O conhecimento das literaturas estrangeiras é, como já apontámos, um dos objectivos desta colectividade. Com êsse fito, nos últimos volumes das *Transactions,* figuram três estudos de conspectos literários, que pelo assunto, pelas pessoas de seus autores e pelo lugar em qne foram divulgados, devem interessar aos estudiosos portugueses. São êles:

La Littérature Française en 1913, pelo Sr. Jean Finot (1),

---

(1) O Sr. Jean Finot é sócio correspondente da Academia das Sciên-

vol. XXXIII das *Transactions,* e em brochura separada com o Relatório (1) de 1914;

Portuguese Literature of to-day (2), pelo Sr. M. de Oliveira Lima, que fez a sua leitura em sessão de 25 de novembro de 1914;

The Present Tendencies of Spanish Literature, pelo Sr. D. Rafael Altamira.

Êstes pequenos ensaios não são profnndos, nem completos, mas são informadores, ainda que sumariamente, das principais inclinações de três literaturas: a francesa, nosso modêlo de sempre; a espanhola, nossa vizinha, que desejariamos mais apreciada e estudada entre nós, tanto na sua parte amena, como na sua parte de austéra gravidade; e a nossa. O escôrço do Sr. Oliveira Lima contêm algumas inexactidões e ostenta algumas deficiências que se devem atribuir à sua longa ausência do nosso país. Que o afastamento prolongado do país, onde recebeu a sua primeira formação espiritual, não atenuou os sentimentos amistosos do autor ilustre do *D. João VI no Brasil*, à evidência o prova êste breve bosquejo do nosso moderno movimento literário. Sôbre si tomou o encargo de falar aos seus consócios de Londres da literatura da sua pátria espiritual e fê-lo em termos muito cativantes.

Aproveitaremos o ensejo para registar que nas *Transactions* da Real Sociedade de Literatura se contêm outra matéria que respeita a Portugal: *Gil Vicente and Lafontaine; a Portuguese parallel of La laitière et le pot au lait,* pelo Sr. W. E. A. Axon, vol. de 1902, pagg. 215–227; e *The Influence of european thought on Brazilian literature,* pelo Sr. Oliveira Lima, vol. XXXIII, que por tratar dos tempos coloniais também atinge a literatura portuguesa.

A seguir reproduzimos o pequeno relatório do Sr. D. Rafael Altamira. Aproveitando uns momentos de fadiga, démonos ao trabalho suave de traduzir esta apreciação de cons-

---

cias de Lisboa. Leia-se o parecer favorável à sua candidatura no vol. VI do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa.* Lisboa, 1913.

(1) Dêste relatório démos uma notícia bibliográfica a pág. 390 do vol. III da *Revista de Historia,* Lisboa, 1915.

(2) O Sr. W. A. Bentley reproduziu, por nossa mediação, êste estudo no n.º 4 da sua revista *Portugal,* Lisboa, agosto de 1915.

pecto, que algumas indicações úteis proporcionará aos leitores da boa literatura e aos tradutores criteriosos.

Lisboa, 4 de Março de 1917. F. F.

As tendências actuais da literatura espanhola

Durante alguns anos uma larga parte das minhas actividades foi dedicada à crítica literária e à bibliografia, no decurso dos quais tomei o encargo de informar o povo inglês, através das colunas do *Athenæum* do movimento intelectual espanhol, não só com respeito a teatro e belas letras, mas também a história, arte e sciências sociais. Mas tendo-me a corrente dos acontecimentos levado a outras ocupações — política, investigações históricas dum género especializado, questões internacionais de particular gravidade para o meu país — eu estive algum tempo privado dessa minha tão gostosa ocupação. Na verdade, agora mal me sinto com o direito — como nos passados anos — de proferir juizos sôbre o movimento em pura literatura (se há uma tal coisa, movimento puramente literário, que seja digna de crítica), porque eu não posso devotar muito da minha atenção às *minutiae* duma tal profissão; mas como sócio honorário da Real Sociedade de Literatura, tenho o maior prazer em anuir à solicitação a mim dirigida, apresentando as seguintes notas sôbre a recente literatura do meu país.

Se bem que alguns patriotas espanhoes, impacientes de verem o rápido movimento dum extraordinário progresso, estejam acostumados a lamentar o geral marasmo que dizem ver em volta de si, é inegável que em Espanha existe actualmente um conspícua actividade intelectual que se expressa em abundantes publicações de alto mérito e num sempre crescente interesse pelos estudos concretos e especializados. É possível que o momento seja, para nós, muito intensamente especulativo e que conduza uma grande parte da nossa juventude para longe dos distritos de aplicação profissional, que teem sido votados a um certo desdêm, apesar de ser precisamente em tais campos que as mais alta especulações e as mais insignes qualidades pessoais se teem desinvolvido e pôsto à prova.

Todavia, num ou noutro sentido, esta actividade intelectual existe. Recentemente com enfase tem sido isso acentuado por certos académicos franceses — Bergson, Lamy, Imbart de la Tour, e outros — que visitaram os centros intelectuais de Madrid e universidades provinciais. Julgando cada um no seu especial ponto de vista, êstes sábios foram impressionados pelos avanços espanhoes em filosofia, história, sciências sociais e nas artes da música, da pintura e da escultura.

Em belas letras a nossa actividade é não menos evidente, apesar de ser impossível supôr que ela seja igualmente intensa em todos os ramos. Não ha povo nenhum, em nenhum momento da sua história, que se possa jactar de haver cultivado todos os géneros literários com igual êxito. Entre nós, em Espanha, póde-se notar actualmente uma certa negligência a respeito do romance e da crítica.

Dos grandes romancistas da segunda metade do século XIX são uns já mortos, outros atingidos pela fadiga ou pela desilusão — ou efectivamente absorvidos por outras energias. Tais são Galdós, Palacio Valdés, Emilia Pardo Bazan, Picón, emquanto Blasco Ibañez tem estado afastado da literatura há alguns anos.

Os únicos que persistem neste campo são, entre os novos escritores, Pio Baroja, que em meu juizo é de toda a chamada «geração de 1898» quem tem mais qualidades de romancista, e com êle um escritor que se destina a ser acima de tudo um estilista: Valle Inclan.

De tempos a tempos a êstes nomes outros veem juntar-se, mais novos ou menos notaveis até ao presente, como Ricardo Léon, Acebal, Pérez de Ayala, López de Haro, Martinez Olmedilla, Pérez Lugin, e outros. Porêm todos com uma certa falta de vigor e sem aquela insistência que denota entusiasmo — talvez por estarem prevenidos duma disposição de indiferença em parte do público, e por sentirem que êste entusiasmo é ineficaz ou produz pequeno bem à energia perdida em tal obra. Se se comparar portanto, o valor do conjunto de romances durante o período da regência (1885–1902), que eu examinei no meu livro *Psicologia e Literatura,* com o de hoje, a verdade dêste acerto tornar-se há evidente.

Por outro lado, a história e a *novela corta (nouvelle)* são suficientemente cultivadas, possivelmente por causa da sua facilidade e pela faculdade de serem destinadas à imprensa e a publicações baratas que nos últimos anos teem aumentado, multiplicando-se cada vez mais baratas, até ao ponto

de se oferecem obras completas, ainda que de pequeno volume, por meio «penny». Nesta esfera novos nomes teem começado a brilhar, dotados de reais qualidades que (seja por solicitação do público, seja por juizo errado do gôsto do público) são infelizmente devotados a um género literário exótico e sensacional, ainda que capaz de obter os mais altos e mais sólidos triunfos.

Mas os nossos escritores, em geral, são mais especialmente inclinados para o teatro e para a poesia.

Todos ou quási todos os nossos grandes escritores teem dedicado a sua atenção ao teatro e é natural, portanto, que um grande êxito tenha sido atingido. Efectivamente é provável que não seja um exagêro asseverar que a presente situação do nosso teatro não está em nivel inferior ao que de melhor se produz em outros países, e que algumas das nossas mais belas obras deverão ser incluídas entre os maiores exemplos da arte dramática do nosso tempo, em qualquer parte do mundo. Benavente, Linares Rivas, Alvarez Quintero, Martinez Sierra, Marquino, Villaespesa, Galdós, e alguns outros entre o grupo castelhano; Iglesias, Rusiñol, Guimerá, entre os catalães, teem apresentado em anos recentes obras de indisputável valor, que poderão ser classificadas nos seguintes grupos: Drama de paixão ou de tése ética — geralmente falando de uma novidade inteiramente distinta dos gastos clichés da literatura dramática europeia (v. g. *La Malquerida, Campo de Armiño, Malvaloca, Cabrita que tira al monte, Dios Dirá, La garra, Fastasmas, Cancion de Cuna, Amañecer,* etc.); drama histórico, no qual o interesse assenta sôbre o espírito da nossa passada vida nacional tratada com um brilhante patriotismo e fôrça de expressão (v. g. *Las Flores de Aragon, La Leona de Castillo, El Duque de El, La Tizona*); comédias de carácter, fundadas sôbre costumes de província (como em várias obras dos irmãos Alvarez Quintero, e certos catalães); e finalmente o drama de propósitos sociais e políticos (tais como *La Ciudad Alegre y confiada* de Benavente, *Los Idolos,* de Oliver, algumas obras de Iglesias, Rusiñol e outros). Ao lado dêstes principais nomes, outros se podem colocar que por si começam a abrir caminho com todo o augurio de bom êxito.

Seria iludir passar em claro o facto de que muito talento dramático, verosimilmente de promessa altamente dramática, tenha sido dedicado entre nós ao que se chama o *género chico,* obras dum só acto, às vezes de dois, de pretensão pouco artística ou exclusiva e exageradamente cómica, e as

mais das vezes com números musicais — sem dúvida com vista ao maior êxito financeiro de tais peças.

Esta categoria de obras, que deitam sempre para o *sainete* e para o melodrama sentimental, absorve atualmente a produção de muitos escritores e os separa do legítimo teatro, com grande prejuizo tanto das suas reputações literárias quanto da cultura geral. Por vezes uma real gema brilhará dentre a massa de bagatelas superficiais e insignificantes, dando a estas excepções o tocante interesse de indicarem quão grande será o nosso desperdicio num tal sacrifício de talento.

No formoso campo da poesia devo recordar um periodo de renascimento com novos nomes a surgirem e sôbretudo com novos temas para elaboração, entre os quais é notável o espírito de patriotismo — não à maneira de Quintana e sua escola, antes na de Gabriel e Galán, de Medina, ainda que sempre mais intensamente psicológica — ao mesmo tempo que há tambêm uma vigorosa produção poética baseada sôbre costumes rurais. Entre os nomes mais reputados em tais matérias são Perés, Villaespesa, Jiménez (Juan Manoel), Dias Canedo, Mesa, Sandoval, os irmãos Machado (António e Manoel) e Carrere; e ao lado dêles se podem pôr outros no comêço da sua fama, como Laguia, Martiñez, etc. Na maioria dêstes poetas, a matéria é mais notável do que a forma, mas sendo possuidores de amplos dotes de emoção estética e de originalidade de visão, êles conseguirão sem dúvida produzir obras acabadas e duradoras, se vencerem o seu desdem — provavelmente simples afectação — pela perfeição artística da forma, e reprimindo a excessiva liberdade que alguns associam à ideia de virtuosidade.

Devo tambêm fazer menção doutro género de obras de real valor literário, entre nós ao presente, o de livros de histórias e anedotas para creanças. Duas casas editoriais, a de *Araluce* (Barcelona) e a da *Lectura* (Madrid), teem especialmente tomado esta empresa, sendo digno de notar que cada uma tenha tomado para contribuição os clássicos espanhois (Calderon, Cervantes, Juan Manoel, etc.) adaptando-os para creanças, juntamente com episódios da nossa história (Hernau Cortés, Pizarro) e com várias produções originais que com felicidade ensáiam êste tipo de literatura muito difícil — tão difícil quão indispensável à educação nacional. A Galdós se deve atribuir a honra de haver patenteado com a sua *Guerra de la Independencia* um extracto preparado para creanças, da 1.ª série dos seus *Episodios Nacionales*.

Finalmente, deve-se prestar atenção ao notável interesse que tem sido concedido desde algum tempo à nossa literatura clássica, especialmente à de língua castelhana — que é internacionalmente considerada a nossa língua nacional e que durante séculos deu expressão à personalidade e à vida intelectual de Espanha para o mundo exterior. A reedição (muito melhorada) da célebre *Biblioteca Rivadeneyra* e da dos *Autores Españoles,* que esteve confiada a Menendez y Pelayo até à sua morte; a admirável collecção de *Clasicos castellanos,* publicada pela empresa da *Lectura;* a *Biblioteca Renacimiento,* começada, mas não continuada, por Martinez Sierra; a *Revista de Filologia Española;* as publicações literárias do Centro de Estudos Históricos de Madrid; o *Boletin* da Real Academia Espanhola; e os novos volumes da sua *Biblioteca Selecta de Autores Españoles* fazem aparecer textos que geralmente teem sido corrigidos com o maior cuidado e esmero, assim pondo ao alcance duma grande massa de leitores as obras primas dos nossos maiores escritores e em não pequena medida renovando a história literária de Espanha.

Certamente nada poderá fazer prosperar e desenvolver-se mais a nossa literatura, cujo alicerce fundamental e cuja fortaleza estão nos seus poderosos fundadores e naqueles modêlos que o vagaroso Tempo, o grande seleccionador de reputações, decide conduzir tranquilamente comnosco através da história.

D. Rafael Altamira.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 1, pag. 44)

CAPÍTULO X

O carácter primitivo da Cavalaria portuguesa

Quando alvoreceu a nacionalidade portuguesa, a Cavalaria era já instituição aceite e definida em toda a Europa feudal. Tinha os seus principais ritos elaborados e bem conhecidas e afirmadas as suas doutrinas. Tomára a mais importante parte nas primeiras peregrinações armadas à Terra Santa, glorificara-se na conquista de Jerusalêm (1), elegêra para rei, do primeiro estado cristão erigido pelo seu esfôrço na Palestina, um dos cavaleiros (2) mais bravos e prestigiosos

---

(1) O Cêrco de Jerusalêm começou em 7 de junho de 1099, e a cidade foi tomada pelos cruzados em 15 do mês seguinte. Em Guilherme de Tiro, encontram-se curiosos pormenores sôbre êste momentoso acontecimento (I, VII, cap. XI). Ver tambêm Michaud, *Histoire des Croisades*, tom. I.

(2) O primeiro rei de Jerusalêm foi Godefredo de Bouillon. Era natural de Barbante francês; filho do valentissimo Eustachio II, conde de Bolonha e de Lens e da virtuosa condessa Ida, filha de Godefredo, duque da Baixa Lorena e de Bouillon. Parece que um dos motivos que o levou para a Cruzada, foi o remorso de haver tomado, na questão das investiduras, o partido de Henrique IV, contra o Papa. A publicação da Cruzada dispertou nele os sentimentos de ferverosa piedade que sua santa mãe tinha cimentado em sua alma, e a libertação do túmulo de Cristo constituiu a sua mais ardente ambição. «Les contemporains — escreve Mouret — nous dépeignent Godefroy de Bouillon comme un robuste chevalier, à la large poitrine et à l'attitude mâle, mais dont la bonté transparaissait dans la douceur de ses yeux bleus, dans les traits fins de sa figure blonde, dans l'harmonie gracieuse de sa voix». — Conta

da Cruzada; e, na Espanha, as suas acções na guerra contra os moiros, constituiam uma epopeia brilhantissima.

As ordens militares jerosalamitas, representando a sistematisação mais caracteristicamente religiosa da Cavalaria, criaram-se tambêm, antes do advento de Afonso Henriques ao trôno de Portugal.

Mas, a Cavalaria, como é fácil de presumir, sem desmerecer da sua essência, ia-se amoldando (1) ao carácter e feitio

---

Alberto d'Aix (*Chronique*, tom. VI, cap. XXXV) que o primeiro acto de Godefredo, quando entrou na cidade santa, foi despir a sua armadura, tomar a túnica de penitente e ir prostrar-se junto do Sepulcro do Salvador. — Pondera Capefigue: «... mais il y avait une foule qui n'avait de chef que la croix, d'autre pensée que le Christ, d'autre but que le saint sepulcre; c'étaient ou des féodaux pleins de l'idée de l'ermitage et de la pénitence, ou un peuple exalté. Godefroy s'en était fait le conducteur, et voilà ce qui explique sa royauté élue dans la ville sainte; il fut salué roi de Jérusalem par tous ceux qui n'avaient en pensée que la délivrance du pieux tombeau». — Lê-se em Mourret: «On lui offrit le tïtre et les insignes de roi de Jérusalem. Il refusa le titre, et ne voulut porter que le nom d'«avoué du Saint Sepulcre»; il écarta également la couronne royale, «por ce qu'il ne vost porter corone d'or, dit un chroniqueur, là où le roi des rois Ihésu Crist, le fiz de Dieu, porta corone d'espines le jor de la Passion». Il exerça, en fait, toutes les fonctions de la dignité royale, et sut faire respecter son autorité par tous; mais il aima à se considérer avant tout comme le serviteur du Christ et le mandataire de l'Église.

(1) «A ces diverses époques de transformation organique, la chevalerie se modifia sans cesse, selon le génie particulier des peuples. Dans la Thuringe et la Saxe, en Irlande et en Norvège elle resiste plus longtemps que nulle part aux influences chrétiennes. Elle se montre encore à demi paienne dans certains passages des Niebelungen, ancienne épopée allemande, recueillée au treizième siècle, où la veille empreinte du teutonisme est encore rude et profonde. Entre le septième et le onzième siècle, cette rudesse d'origine reste encore chez les Francs, dont la générosité consiste à verser leur sang, à ne rien craindre et à n'épargner personne. Le midi de l'Europe ne connait pas cette fureur sanguinaire: là, toutes les teintes sont aimables et gracieuses; dès le onziême siècle, la galanterie chevaleresque s'y montre soumise à des lois prècises, mère d'une poésie savante et raffinée. De la Provence ce système poétique et galant passe en Italie et en Sicile, où l'on s'était si souvent moqué des cruels chevaliers teutons. Cependant les chevaliers allemands se laissent peu à peu gagner aux influences méridionales. Les *Minnesænger* (poëtes ou bardes) assouplissent de leur mieux la langue germanique pour lui faire répéter les chants de la muse provençale; et dans leurs vers allemands, la légère et vive imagination des chevaliers troubadours va s'imprégner d'une douce mélancolie, souvent d'une grâce métaphysique. Féodale et aristocratique dans la Grande Bretagne, où le fait a toujours dominé l'idéal, la chevalerie sera passionnément exaltée chez les Espagnols, ces fils des Goths et des Ibères, tous nobles et che-

dos vários póvos que a adoptavam. Entre nós, e principalmente durante o primeiro ciclo da dinastia borgonhêsa, dominou-a a tradição castelhana que o conde D. Henrique não lográra desviar.

Partindo do princípio de que é «indício de subordinação, receber a espada, & cingulo por mão alhêa» (1), os antigos reis espanhoes armavam-se cavaleiros pelas suas próprias mãos. Nas célebres leis de Sobrarbe (2), vibrantes de espírito de independência e de altaneria «assi mesmo se preuenirão — como anota o autor da *Quinta Parte da Monarchia Lusitana* (3) — em protestação da soberania, & independencia dos Reys daquella Coroa, ordenando & mandando: *Que per entender que ningun otro Rey no liaya poder sobre el, cingase eill mismo su espada*» (4). Semelhante rito é puramente espanhol (5). Não se encontra similar, em nenhum dos

---

valiers, dont la lutte contre les Arabes ressemble à un grand tournoi, lequel ne dure pas moins de sept siècles. Dans les pays religieux, la chevalerie revêt un caractère monastique; chez les peuples gais et légers, elle penche vers les voluptés et la licence.» (Paul Lacroix, *Vie Militaire et Religieuse au Moyen Age*, fl. 144).

(1) Fr. Francisco Brandão, *Quinta Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XVI, cap. VI. E comprovando o seu aviso, conta o respeitável historiador dois casos curiosos: «El-Rey D. Affonso o Nono, & ultimo de Leão foi armado cavaleiro sendo moço por El-Rey de Castella Dom Afonso Octauo; quando despois cahio na conta, em toda a vida mostrou notauel sentimento do q̃ auia feito. Era Principe generoso, & reconheceo o deixar de se subordinar a hum igual seu. E não só de Rey a Rey se experimentou este ciume, mas de Infante a Infante se vio naquelle tempo, & foi quando el-Rey Dõ Afonso Sabio celebrou as bodas do Infante Dom Fernando seu filho herdeiro. Mandou elle que este Infante armasse caualeiros a seus tres irmãos mais moços, os Infantes Dõ Sancho, Dom João, & Dom Pedro; obedecerão os dois vltimos; o Infante Dom Sancho porem sabendo o caso, se retirou a casa do Infante Dõ Pedro de Aragão seu tio, & foi despois armado caualeiro por el Rey Dom Afonso seu pay, parecẽdolhe que ainda q̃ mais velho seu irmão o Infante Dõ Fernando, não era ainda seu superior, & não conuinha render-lhe subordinação.

(2) A origem do *fuero de Sobrarbe*, tem motivado larga discussão. Julga-se mais plausível a hipótese que atribue a feitura dêsse célebre tomo de leis, ao rei D. Sancho Ramires, talvez em 1076, quando reuniu a corôa de Sobrarbe com a de Navarra.

(3) Fr. Francisco Brandão, *loc. cit.*, liv. XVI, cap. VI.

(4) Villar, *De fide Aragonum*, fl. 244.

(5) «... et cette race très fière, trop fière parfois, en vint un jour à inventer fort nuturellement l'adoubement «par soi-même». Les rois espagnoles se couronnait bravement de leurs propres mains (on aime assez cette crânerie).... Ces fieretés-là ressemblent singulièrement à de l'orgueil, mais ne sont pas sans avoir parfois quelque caractère de grandeur. (Leon Gautier, *La Chevalerie*, fl. 265).

países da Europa feudal; e testemunha quanto os soberanos da Iberia, eram ciosos do seu poder. Foi êste o modêlo adoptado por Afonso Henriques. Como já referi algures (1), no domingo do Espírito Santo de 1125, na catedral de Samora, alevantada em território então encorporado nos domínios de D. Tereja (2), o moço infante tirou as armas do altar de S. Salvador e com suas próprias mãos cingiu o cinto militar. Seu primo D. Afonso VII, de Leão e Castela, com o qual veiu a disputar tanto, nos campos da batalha, dera-lhe o mais recente exemplo do uso desta singularissima liturgia, quando se armou cavaleiro, na catedral de Compostela, um ano antes, e também no dia em que se celebrava a festa do Pentecostes (3).

Para alêm dos Pirineus, nos países onde vigorava em toda a sua plenitude o regimen feudal, havia suzeranos e feudatários; nas monarquias cristãs da Península havia reis, mas reis de facto (4), e súbditos autênticos. As relações de obediência e de fidelidade da totalidade dêstes eram directas para com aqueles, porque impendiam sôbre todos os indivíduos da nação, obrigações gerais e imediatas para com o seu representante supremo. A nobreza (5), tanto na Espa-

---

(1) Cap. IV, fl. 80.

(2) A. Herculano, *loc. cit.*, tom. I, fl. 277 (nota) e 281.

(3) O rei tirou a espada do altar de Santiago depois de ter sido benzida pelo célebre prelado Diogo Gelmires. (*Historia Compostellana*, liv. II, cap. 64).

(4) «O direito de Leão e Castella, seguindo as tradições da realeza no imperio visigothico, reconheceu sempre a superioridade do poder do rei sobre o de todos os senhorios. No conjuncto das disposições do Concilio, ou antes côrtes mixtas, de Leão de 1020 (as primeiras leis geraes depois da reconquista, que chegeram até nós) transparece com evidencia a autoridade suprema do monarcha. Em presença do rei e da rainha congregam-se em Leão os prelados e os grandes senhores seculares, *pontifices, abbates et obtimates*, e por mandado do rei, *jussu ipsius regis*, sujeitam-se para sempre a determinados preceitos as relações reciprocas das differentes classes; acautela-se a usurpação dos direitos fiscaes; e por ultimo regula-se o direito municipal do concelho de Leão. E em mais de um estatuto d'este codigo do seculo XI se vê bem accentuada a primazia da autoridade da corôa, guardadas as prerogativs especiaes de cada classe.» (Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, tom. I, fl. 156). — «O direito que temos achado estabelecido em Leão e Câstella, e segundo o qual a realeza exercia a suprema magistratura em relação directa a todos os senhorios, era o mesmo que prevalecia em a nova monarchia portugueza.» (*Idem*, fl. 159).

(5) «Porque como os nossos Reys alcançarão pelas armas o Senho-

nha, como em Portugal (1), pelos seus grandes serviços prestados nas guerras da reconquista e nas graves contendas

---

rio delle, libertando quasi toda a Provincia das mãos dos Mouros, que a senhoreavão, e defendendo-o dos Reys visinhos para confirmarem mais o seu Estado, pozerão toda a honra na gloria Militar, dando nova Nobreza aos do povo, que fazião feitos assignalados nella, e os nobres acrescentando-os a maiores estados, de maneira, que raros são os Senhores de Vassallos, que hoje há em Portugal, que não tivessem este principio.» (Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, Discurso II, fl. 35. — Ver também na mesma obra o Discurso III, fl. 81. — Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a Historia do Governo e da Legislação em Portugal*, Artigo IV, fl. 69. — Antonio Caetano do Amaral, *Memoria V para a Historia da Legislação e Costumes em Portugal*, inserto na *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tom. VI, parte II. — Alvaro Ferreira de Vera, *Origem da Nobreza Politica*).

(1) Os primeiros entre a nobreza eram os *Ricos Homens*, que uniam com as riquezas os mais extraordinários privilégios e prerogativas. O pendão e a caldeira eram as suas insignias na guerra, e significavam a obrigação e meios que tinham de guiar e sustentar na campanha um trôço de gente proporcionado aos distritos de que eram donatários. (Coelho da Rocha, *loc. cit.*, Artigo IV, § 79). — Sôbre a etimologia de *Rico Homen*, consultar Viterbo, *Elucidario*. — Severim de Faria descreve o ceremonial que se praticava quando os reis instituiam os *Ricos Homens*: «Fazião os Reys este acto com grande solemnidade; porque o que havia de receber tal titulo, velava primeiro as armas com as ceremonias da Cavallaria para ser armado Cavalleiro, que era o fundamento sobre que todas as dignidades militares antigamente assentauão. Depois o leuauão com grande acompanhamento aonde ElRey estava, e posto de joelhos diante delle, lhe entregava hum pendão, ou bandeira em sinal, que o fazia general, e lhe dava poder para capitanear, e governar a gente na guerra.» (*Noticias de Portugal*, fl. 121). — Consultar sôbre o mesmo assunto, Henrique da Gama Barros, *loc. cit.*, de fls. 393 a 397. — Aos *Ricos Homens* seguiam-se os *Infanções*. Tem-se aventado muitas hipóteses sôbre o que seria o *Infanção*. (Ver o *Elucidario* de Viterbo). A. Herculano considera-o um simples nobre, não revestido de magistratura civil ou militar (*Historia de Portugal*, tom. III, fl. 285). Segundo Gama Barros (*loc. cit*, tom. I, fl. 399), «o vocâbulo *Infanção* designava o homem nobre por linhagens, de cathegoria inferior ao rico-homem, mas acima do que era simplesmente cavalleiro, do qual talvez se distinguia por ter maior estado e principalmente uma estirpe mais illustre». Esta definição a meu ver, não desfaz, amplia a de Herculano. Segundo o ilustre autor da *Historia da Administração Publica em Portugal*, no meiado do século XIV, já se tinha tornado raro o uso da palavra *Infancão*, empregando-se genericamente em seu logar, segundo parece, o termo *fidalgo*. — *Vassallo* era também um título de nobreza, que se dava àqueles que recebiam *contia* dos reis ou dos ricos-homens, com obrigação de os acompanhar e servir na guerra. Os dos reis deviam ser fidalgos de linhagem. (Coelho da Rocha, *loc. cit.*, Artigo IV, § 78). Ver no *Elucidario* a palavra *Vassallo*, e em Severim de Faria, *loc. cit.*, Discurso III, § XXI. Seguiam-se os *Cavaleiros* ou *Escudeiros* indicados nos antigos documentos pela palavra *Miles*.

aonde se decidia a independência dos estados, veiu a disfrutar importantes domínios (1) e amplissimos privilégios (2), e êstes em parte, ofereciam parentesco apreciável com as jurisdições, imunidades e direitos inherentes à posse das feudos. Não seria fácil subtraír por completo a Península, à influência de um regimen (3) que avassalava então uma grande

---

(1) «Os fundadores do Estado portuguez encontraram já muitos nobres de posse de consideraveis bens de raiz, adquiridos no reinado dos reis de Leão. Era justo que os vassallos do principe, cujas espadas arrancavam de novo o paiz aos mouros e que pagavam com sangue qualquer pé de terra, fossem recompensados; a propriedade era n'aquelles tempos quasi a unica cousa com que se retribuia maiores serviços.... O que era prudente e justo no governo dos reis de Leão não o era menos no reinado dos fundadores do Estado portuguez. Havia ainda outro motivo para este modo de cousas, qual era o captivar os grandes vassallos com recompensas e distincções; o throno, ainda não fortificado, tomava taes sustentaculos necessarios, até indispensaveis. Servia-se d'estes vassallos afim de continuarem as conquistas precisas para a ampliação e o estebelecimento mais seguro do primitivamente tão pequeno Estado. Quanto mais bravura manifestassem os nobres e quanto maiores territorios se conquistassem aos mouros, tanto menos parcimonioso devia ser o rei em recompenças e doações. Assim receberam senhores, que já eram proprietarios, ainda outros terrenos ou direitos mais extensivos; varios, porem, que só possuiam valentia guerreira tornavam-se em ricos senhores proprietarios.» (Henrique Schæfer, *Historia de Portugal*, tradução de F. de Assis Lopes, fl. 291).

(2) «Entre os foros e prerogativas da Nobreza, nenhuns erão tão notaveis e importantes, como os de ter *Coutos*, ou *Honras*, muitos dos quaes competiam tambem ás Igrejas e Prelados Donatarios. *Coutar uma terra* (diz uma antiga carta de D. Diniz) *é escusar os seus moradores de hoste e de fossado, e de foro, e de toda a peita.* E ainda que estas isenções fossem mais ou menos vantajosas, segundo as clausulas e forças das Doações, que os Reis fazião aos senhorios, e que muito variárão neste longo periodo conforme as idêas, precisões, e politica dos differentes Reinados; comtudo algumas se encontrão com tal amplitude, que equivale quasi a completa independencia. Nellas não só os Nobres percebião os Direitos reaes, como quartos, oitavos, portagens, sisas, e outros: reputavão os colonos adscripticios; e sob differentes pretextos extorquião dos povos *reconhecimentos, luctuosas, colheitas*, e infinitas outras pensões, e serviços; mas tambem exercião toda a jurisdicção assim civil, como criminal, ou por si, ou por Juizes de sua nomeação: recebendo as *multas pecuniarias*, a que segundo os Foraes erão reduzidas pela maior parte as penas dos crimes, sobre as quaes não permittião ás Partes a composição, sem se lhes pagar a *calumnia*.» (Coelho da Rocha, *loc. cit.*, Artigo IV, § 81). Ver sobre o assunto: A. Caetano do Amaral, *loc. cit.*, fl. 117. — *Monarchia Lusitana*, parte quinta, liv. XVI, cap. LXIX e LXX. — Henrique da Gama Barros, *loc. cit.*, tom. I, fl. 439.

(3) Dois historiadores insignes, Alexandre Herculano e o conselheiro Henrique da Gama Barros, procuraram averiguar, se em Portugal existiu, de facto, o verdadeiro feudalismo. (Ver o cap. III, desta obra, a

parte da sociedade europeia. A muralha ciclópica dos Pirineus abriu fendas, por onde penetraram bandos de cavalei-

---

fl. 45). Herculano ocupa-se deste assunto no *Panorama* de 1843, em três artigos, sob o título de *Apontamentos para a Historia dos bens da Corôa e dos foraes,* insertos a fls. 371, 395, 412, e nos *Opusculos,* tom. V, nas *Cartas sobre a Historia de Portugal,* de fls. 71 a 80; e, no mesmo volume, a fl. 193, sob a epigrafe, *Da existencia ou não-existencia do feudalismo nos reinos de Leão, Castella e Portugal.* O conselheiro Gama Barros, desinvolve o seu estudo reflectido, minucioso e largamente documentado, de fls. 88 a 206 da *Historia da Administração Publica em Portugal,* obra de grande valor, e por certo uma das poucas que nos últimos tempos têem aparecido, em boas condições para resistir à acção do tempo. Mas, para se julgar se o feudalismo existiu ou não existiu em Leão, Castela e Portugal, ou onde quer que seja, é condição primária e indispensável, determinar os elementos caracteristicos de semelhante regimen. Segundo Guizot, por sem dúvida, dos melhores guias que conheço para guiar através o labirinto dos problemas medievais, êsses caractéres são os seguintes: 1.º «La nature particulière da la propriété territoriale, propriété réelle, pleine, héréditaire, et pourtant reçue d'un supérieur, imposant à son possesseur, sous peine de déchéance, certaines obligations personnelles, manquant enfin de cette complète independence qui en est aujord'hui le caractère; 2.º La fusion de la souveraineté avec la propriété, je veux dire l'attribution au propriétaire du sol, sur tous les habitans de ce même sol, de tous ou presque tous les droits qui constituent ce que nous appelons la souveraineté, et ne sont aujourd'hui possédés que par le gouvernement, le pouvoir public; 3.º Le système hierarchique d'institutions législatives, judiciaires, militaires, qui liaient entre eux les possesseurs de fiefs, et en formaient une société générale». Organização política assim determinada, efectivar-se-ia porventura em Leão, Castela e Portugal? Herculano sustenta que, «embora muitos costumes dos paizes da feudalidade se introduzissem entre nós: a essencia da organisação feudal nunca vingou na sociedade portugueza: oppunha-se-lhe a indole della». Acceitando a já exposta doutrina de Guizot, Herculano verifica que os caractéres de perpetuidade do domínio dos feudos no feudatário e nos seus sucessores, e de obrigações de serviço militar do feudatário para com o suzerano, «faltavam entre nós nas terras dos nobres, muitas das quaes eram verdadeiramente patrimoniaes, ao passo que outras pertenciam á corôa; mas nem estas podiam ser dadas como feudos, nem aquellas, por consequencia, virem tomar um caracter que faltava nas proprias terras dos donatários da corôa. A perpetuidade das doções, ao menos no primeiro periodo da nossa historia, oppunha-se o direito constitucional do paiz — a inalienibilidade do patrimonio do estado; porque esse direito era o mesmo que receberamos de Leão.... Desde o reinado de D. Affonso II, appareceu a necessidade das confirmações de rei a rei, as quaes são mais do que o resultado da jurisprudencia constitucional, e assim achamos não interrompido o direito de reversão dos bens da corôa, quer estes fossem de raiz, quer rendas, censos, ou quaesquer direitos reaes. E postoque similhantes reversões se não realisassem vulgarmente, ainda nos resta o diploma pelo qual D. Diniz revogou as mercês inofficiosas que fizera a sua primeitra mocidade. A outra condição caracteristica,

ros francos e normandos, a fim de se encorporarem nas hostes de Afonso VI, para pelejarem contra a moirama; e

---

sem a qual se não concebe a existencia do feudalismo, é a das obrigações de serviço miiitar do feudatario para com o suzerano em virtude do seu dominio da terra; quer esta fosse originariamente allodial ou livre, e o possuidor a infeudasse a algum nobre poderoso, ou ao rei para que o amparasse; ou fosse realmente havida destes por titulo de feudo. Essa condição falta, porem, no modo de possuir das classes nobres de Portugal. A propriedade aristocratica no primeiro periodo da nossa historia podia ser de dois modos — ou patrimonial ou realenga, isto é, da corôa. Em um e outro caso essas propriedades eram privilegiadas, e este privilegio consistia em serem honradas ou coutadas. E quaes vinham a ser os caracteres dos Contos e Honras? O estarem exemptos do serviço militar e dos tributos reaes». — O conselheiro Gama Barros sintetisa nas seguintes linhas o seu precioso estudo sobre o problema de que me estou ocupando: «Achámos nas relações da classe nobre com a corôa differenças radicaes com o systhema feudal; mas, considerado nos seus dominios proprios, o homem nobre appareceu-nos n'uma situação que tem manifesta analogia com a dos senhores feudaes, na immunidade, no exercicio dos direitos jurisdicionaes, e nos encargos e serviços que lhe deviam os moradores e cultivadores das suas terras. Embora na origem esta situação fosse de todo alheia ao regimen do feudalismo, reconhecemos o influxo d'elle na extensão dos direitos e prerogativas que se foram arrogando em Leão e Castella os senhorios particulares. N'estes reinos e no de Portugal a acção e a reacção entre o principio feudal, que era dominante em grande parte da Europa, e as circumstancias peculiares da Peninsula, que repelliam aquelle principio, produziram um systema politico especial, que não era o feudalismo porque lhe faltavam os caracteres essenciaes, mas que tambem proporcionava á aristocracia elementos vigorosos de resistencia ao desenvolvimento do poder do rei, nos amplissimos privilegioa de que a nobreza estava revestida». Do que deixo escrito, resalta a concordância dos dois sábios historiadores portugueses na solução essencial do problema, apurada por cada um pelo processo mais consentâneo com a respectiva indole scientífica, mas ajustando ambos, em que o regimen feudal lidimo não vigorou nos países ocidentais da Península, embora sôbre êles houvesse actuado as influências da feudalidade. A opinião mais grave a defrontar-se com a doutrina exposta, desinvolve-a o ilustre académico espanhol, D. Francisco Cardenas, no seu *Ensayo sobre la historia de la propriedad territorial en España*, pretendendo demonstrar a existência do feudalismo em Leão e Castela. Esta tese reveste para nós suma importância, por isso que as leis e costumes de Leão e Castela imperaram na nossa terra, ainda muito tempo depois de conquistarmos a autonomia. No vol. V, já citado, dos *Opusculos*, Herculano combate, com facilidade, os argumentos de Cardenas; não é menos esclarecida a crítica que Gama Barros consagra a esta obra, por sem dúvida notável, a fl. 90 e seguintes, da *Historia da Administração Publica em Portugal*. Claro está, D. Francisco de Cardenas não distingue pelo mesmo prisma de Guizot os caracteres típicos da feudalidade. Determina-os por outra forma, bastante diversa, e sem a qual não vislumbraria espécie de lógica nas suas deduções: essa forma enuncia a do

homens de igreja, alguns de eminente capacidade, que vie-

---

modo seguinte: 1.º a separação entre o domínio útil e o directo, reservando para si o possuidor dêste último, a faculdade de exigir do possuidor do primeiro, fidelidade e serviços militares e políticos; 2.º união ao domínio directo da terra de uma parte maior ou menor da autoridade pública em relação aos indivíduos que aí habitam, quer como naturais, quer como cólonos; 3.º restrições à faculdade de dispôr de qualquer dos domínios, já no interesse das famílias que deviam suceder neles, já para que não fossem prejudicados os direitos do domínio directo.

Comparando esta maneira de considerar a sociedade feudal com a de Guizot regista-se profunda divergência. E os factos especificados pelo célebre historiador francês constituem, na realidade, caracteres essenciais e exclusivos dessa sociedade, porque nenhum deles se realiza completamente noutro molde social. O seu complexo, do dizer de Herculano, repugna a qualquer organização política anterior ou posterior aos séculos verdadeiramente feudais Representam e resumem êsses factos o largo período entre duas transformações, entre duas revoluções lentas, posto que não pacíficas da tempestuosa juventude de uma parte das modernas nações da Europa. Não se poderá dizer o mesmo das três condições características que o ilustre académico espanhol atribue ao feudalismo, porque semelhantes condições não correspondem a factos então actuais. O Conselheiro Gama Barros depois de analisar, termo por termo, a discordância entre Guizot e Cardenas, sôbre os caracteres da feudalidade, observa: «O systema de Cardenas daria um resultado fatalmente diverso do que deu em França o regimen social, que se desenvolveu e consolidou alli nos seculos x a xiii. Se o possuidor do feudo não reunia a soberania á propriedade, visto que a parte da autoridade publica sobre os moradores da terra feudal pertencia não a elle mas ao suzerano, o senhorio directo, faltava ao feudatario o elemento essencial com que os feudos se constituiram de facto em verdadeiros Estados, e cae pela base tudo quanto passa por incontestavel perante a historia sobre o limite das relações de dependencia do feudatario para com o suzerano. Desde que este exercia toda a jurisdicção no feudo, as relações dos moradores da terra feudal, derivadas da condicção d'elles na sociedade, não se estendiam só até o possuidor do feudo, como acontecia no verdadeiro feudalismo, mas prendiam-se principalmente ao suzerano; e, pelo menos nos feudos immediatos da corôa, os mais antigos e os mais importantes a todos os respeitos, nem a constituição do feudalismo teria operado a transformação que passou para a terra as obrigações que dantes recaiam sobre o individuo, por isso que se conservavam os laços pessoaes que ligavam todos os moradores ao rei, nem, portanto, haveria desapparecido a acção do poder central. Estabelecendo a doutrina que esboçamos, dir-se-ia que o illustre autor do Ensayo reconheceu a impossibilidade de accomodar a constituição da sociedade leoneza-castelhana ao molde exacto da organização feudal; e dos mesmos principios em que elle assenta a sua apreciação, parece-nos dever até deduzir-se argumento contra a existencia do feudalismo em Leão e Castella, porque para a admittir é mister sobordinal-a ao criterio de que eram feudos todas as terras, cujo possuidor estava sujeito aos encargos de fidelidade e serviços de paz e de guerra ao senhor da mesma terra,

ram ocupar bispados (1), figurar nos capítulos mais importantes de Portugal e Espanha, e encher os seus claustros e cenóbios, salientando-se entre os regulares, pela preponderância exercida, tanto nos negócios eclesiásticos como nos de ordem política, os monges enviados pela célebre abadia de Cluny (2). Toda esta gente de espada e de tonsura trouxe

---

o qual era quem exercia ahi a jurisdicção e o imperio não podendo nem o possuidor nem o senhor alienar os direitos sem certas restricções».

(1) «Toledo se entregou os annos passados ao Arcebispo D. Bernardo Frães de nação, & de sua gẽte se puserão Bispos em outras Igrejas de Castella. Em Braga florescera S. Giraldo, & ao presẽte (1141) gouernaua João Peculiar». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXX). Sôbre D. João Peculiar, lê-se no *Livro dos Testamentos de Santa Cruz*: «Tinha vindo um mancebo chamado João por sobre nome Peculiar, & bem mostrou ser peculio do Senhor, pois vindo de França ordenou hum Mosteiro em São Christouão com sua doutrina, & exẽplo». Motivou esta notícia a presunção de que Peculier era de nacionalidade francêsa. Ora o célebre prelado nasceu em Coimbra, onde seus pais possuiam propriedades. Foi a França é verdade, mas para completar a sua educação. Veja-se sôbre o assunto: *España Sagrada*, tom. XXI, fl. 69. — Salazar, *Casa da Silva*, fl. 82. — Fr. Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regulares*. — D. Rodrigo da Cunha, *Historia Ecclesiastica de Braga*, parte II, cap. 14. — O primeiro bispo do Porto, depois de restaurada a catedral, foi também um francês, Hugo, sagrado em 1113. «Foi Dom Hugo Prelado zeloso, amigo do bem, & augmento de sua Igreja, em seu tempo viuerão os Conegos em comunidade, ao exemplo dos de Braga, & Coimbra, & perseuerarão annos neste modo de vida tão louuauel, até que o tempo que tudo altera fez mudança nelles, & introduzio a diuizão das rendas entre os Bispos & Cabido». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. IX, cap. XXIX). Veja-se também o *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*, por D. Rodrigo da Cunha, e a *España Sagrada*, tom. XXI, fl. 56.

(2) Foi Guilherme, duque de Aquitania quem fundou em 910, em França, na Bourgonha, num lugar então deserto, a abadia de Cluny destinada a ser o centro e modêlo de uma congregação de beneditinos reformada. A ordem beneditina, instituída por S. Bento em 529, teve o seu primeiro assento na abadia de Monte Cassino; e logo se espalhou por vários países da Europa, aonde os seus monges prestaram serviços inolvidáveis à Igreja e à Civilização. No século x, porêm, a sua disciplina afrouxára-se e tornou-se necessário a reforma. Iniciou-a o primeiro abade de Cluny, S. Bernon, e continuou-a com grande êxito o seu sucessor S. Odon que ditou os célebres regulamentos conhecidos sob o nome de *Costumes de Cluny*. Os abades que imediatamente se seguiram a S. Odon, Aymard, Mayeul, Odilon, foram todos canonisados. Pelo esplendor das virtudes dos seus monges e pela sua merecida reputação de cultura, Cluny, durante os séculos x e xi, foi, por assim dizer, o centro mais activo não só da vida monástica como também do espírito cristão. (Consultar: Yepes, *Coronica geral de S. Benito*. — Mabillon, *Annal. ordin. Sanct. Benedict.*, tom. I. — *Biblioth. Cluniacens*, tom. I. — D. Mege, *La*

sementes de feudalismo, bem como o convívio íntimo com muitos dos companheiros do conde D. Henrique que se deixaram ficar pelo seu condado (1), podendo acrescer-se às apontadas influências galo-francas, as de outros povos do Norte, como foram os cruzados. Por várias vezes interromperam êstes guerreiros a sua rota, para a Palestina, demorando-se nos nossos portos, para auxiliarem os primeiros reis portugueses na conquista das mais valiosas povoações dos infieis. Ao depois, por cá se estabeleceram vários, como o inglês Gilberto (2), primeiro bispo de Lisboa, Childe Rolim,

---

Vie de Saint Benoit. — Le Conte de Montalembert, *Les Moines d'Occident.* — Lorain, *Essai historique sur l'abbaye de Cluny*). — O período áureo da história de Cluny marca-se durante o govêrno de S. Hugo (1049-1109) ao qual já me referi a fl. 204. Era o Santo, tio direito pelo lado materno, de D. Constança, mulher de Afonso VI, e tio avô dos dois condes borgonhêses que vieram a ser genros do referido soberano. Estas ligações de parentesco facilitaram muito a influência que os cluniacenses exerceram nos negócios espirituais e políticos da Península. O primeiro convento dos beneditinos em Portugal foi o de Lorvão, com certeza um dos mais antigos da Península, pois presume-se erigido no século VI. (*Benedictin-Luzitana,* tom. I. — *Segunda Parte da Monarchia Lusitana,* liv. VI, cap. XII).

(1) «Os territorios dados a governar ao conde Henrique não foram os mais mal quinhoados nesta especie de invasão: todos sabem que o proprio conde era daquellas partes, e que muitos dos seus naturaes o seguiram aqui». (A. Herculano, *Panorama*, de 1843, fl. 395). — Estabelecendo a sua côrte em Guimarães, trouxe para aí uma colónia de franceses, e deu-lhes bairro para morarem, contiguo aos paços reais, como consta da doação feita a Amberto Tibaldi e a outros franceses (no Arquivo Nacional). Também se lê no liv. IX das Inquirições de D. Afonso III, fl. 80, «que veerom omees antigos de outra terra e poblaron Bolianti (districto de Caminha) por otorgamento dos reys de Portugal». Estas duas citações veem apontadas na *Historia de Portugal,* de A. Herculano, tom. III, fl. 214.

(2) Era Gilberto conforme a memória da fundação de S. Vicente, natural de Inglaterra, varão douto pio e de bom exemplo. (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXX). «Ha memoria de Dom Gilberto até o anno de mil & cento & sessenta e cinco, em que fez concerto com os Conegos & Cabido de Lisboa sobre o comer & uestido que cada hum auia de ter, parece que até então se colhiam & gastauão as rendas da Sé em comunidade, & deste tempo em diante se começarão a diuidir. Os Conegos que então auia são os seguintes, de que pareceo bem pôr os nomes, por se ver como eram os mais delles entrangeiros». Quem tiver a curiosidade de saber os nomes dos primeiros cónegos do capítulo de Lisboa, procure-os no cap. XV, do liv. XI, da *Terceira Parte da Monarchia Lusitana.* — Informa Herculano que o bispo D. Gilberto partiu para a Gran-Bretanha, em 1151, a prégar uma nova cruzada contra Sevilha, então capital dos domínios dos almuhades em Espanha. As

Dom Ligel, Guilherme e Roberto de Lacorni, Jordão, Alardo e outros, fundando até colónias (1) com gentes das suas terras. Mas, as sementes de feudalismo não frutificaram (2) no solo da Península: deram apenas vejetações vistosas. Opunha-se ao seu desenvolvimento a tradição visigótica que não era feudal, porque como adverte Herculano (3), a invasão dos árabes no princípio do século VIII, não deu tempo a que o sistema beneficiário se transformasse em feudalismo na Península, como se transformou no resto da Europa romano-germânica; mas, tambêm, e talves principalmente, segundo presumo, à guerra incessante da reconquista, protraída durante oito séculos e quási sem um momento de folga, durante os seis primeiros. Esta grande luta em que a sentimentalidade religiosa ferventíssima (4), se conjuga com uma ância

---

diligências do prelado foram, segundo parece, coroadas de êxito e uma armada partiu de Inglaterra para Portugal. (*Historia de Portugal,* tom. I, fl. 390).

(1) Ao flamengo Childe Rolim, do qual descende a ilustre família Loulé, foi doada a Azambuja. Os dois irmãos Lacorni ou Descornes, fidalgos da França, povoaram com os seus homens de armas a Atouguia. Jordan e Alardo, ambos franceses, estabelecceram-se com muitos dos seus patrícios, respectivamente, em Lourinhã e Vila Verde. (Ver: *Chronica Del Rei Dom Affonso Henriques*, por Duarte Nunes de Leão, edição de 1774, tom. I, fl. 126. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXIX). — Lê-se em Duarte Nunes de Leão: «Entre aquelles fidalgos da armada, os que erão inglezes se contentarão do sitio de Almada, que lhes el Rei deu, a que elles puserão nome em sua lingua, Vimadel, que quer dizer cousa que fizerão muitos, & que se deu a muitos, & por muitos se edificou & povoou. O qual nome per tempo se veo corromper em Almada. Destes se cree, que eram os fidalgos que especialmente se appellidarão de Almada». (*Loc. cit.*, fl. 127). — É tambêm esta a opinião dos dois pacientíssimos linhagistas, João de Araújo Costa e Melo, abade de Peruzelo, no *Nobilario Alfabetico das Familias Nobres de Portugal*, e Fr. Francisco de Santa Maria Maior Pacheco Pereira, no *Troffeo Luzitano,* ou *Tractado da Nobreza Civil, Politica e Militar de Portugal.* Estes dois tomos fazem parte da preciosa colecção de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. — A representação dêstes ilustrissimos Almadas está hoje no Sr. D. Luis Vaz de Almada, filho do Sr. D. Lourenço José Maria de Almada Cirne Peixoto, 3.º Conde de Almada, 15.º Conde de Abranches.

(2) Observa Muñoz y Romero, justamente celebrisado pela sua vasta erudição, que os monges de Cluny tentaram introduzir em Espanha o espírito feudal, mas debalde, porque as classes inferiores rechaçaram as ideias francesas. (Refutacion del opúsculo *Fueros francos,* fl. 30).

(3) A. Herculano, *Apontamentos para a historia dos bens da corôa e dos foraes*. No *Panorama* de 1843, fl. 395.

(4) «Acima de todas as paixões e de todos os interesses estavam

infrene de revendicação territorial, valorisou sôbremaneira o poder dos reis. Para aguentar por tão largo estadio semelhante peleja, sem quartel e que poderia só concluir pelo absoluto triunfo da cristandade, em todas as paragens da Península, reclamou-se naturalmente uma organização militar; e, esta mal se poderia compreender, sem um chefe, revestido de um poder efectivo, baseado na capacidade por êle evidenciada, de ser o interprete das aspirações religiosas e políticas da colectividade que se lhe subordinava. Nesta alta função unificadora encarnaram-se com felicidade os monarcas medievais de Portugal e Espanha, salvo excepções raras. Já tracejei no capítulo anterior a série dêsses formidáveis soberanos de Leão e Castéla, de Aragão e de Navarro que numa tenacidade inquebrantável, vieram passo a passo, dia a dia, redemindo o velho império godo e cristão, do jugo dos perros agarenos. Os nossos primeiros reis foram os primeiros cavaleiros dos seus estados. Nenhum outro sobrelevou a Afonso Henriques. Era o primeiro nos perigos, o mais terrível nos combates, o mais prendado de manhas na guerra. Na sua alma cavaleirosa vibravam, numa intensidade superior, todas as complexas ambições que agitavam a multidão que o alevantou nos escudos.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

---

entre os christãos o sentimento religioso e a ambição de tornarem a occupar, como senhores, a terra onde outr'ora a lei de Christo e a gente goda haviam imperado». (H. da Gama Barros, *loc. cit.*, tom. I, fl. 160).

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

O culto da Tradição. — Conferencia realizada na Associação Catolica do Porto na noite de 26 de março de 1916, por Luiz de Almeida Braga. Coimbra, Tip. França Amado, rua Ferreira Borges.

Discurso leido en la solemne apertura del Curso Academico de 1916-917, por D. Rafael Acosta é Inglott, Doctor catedratico numerario de Historia General Del Derecho Español. Oviedo, Est. Tip. Sucesor de A. Brid-Calle Canóniga, 1916.

Ministério das Finanças — Estatistica Financeira — Imposto de transito nos Caminhos de Ferro. — Ano economico de 1913-1914. Lisboa, Imp. Nacional, 1915.

Ministério das Finanças — Estatistica Financeira — Imposto de transito nos Caminhos de Ferro. — Ano economico de 1914-1915. Lisboa, Imp. Nacional, 1916.

Herbarii Gorgonei — Universitatis Olisiponensis.— Catalogos — Separata dos Arquivos da Universidade de Lisboa, Vol. I, por Antonio Xavier Pereira Coutinho. Olisipone, MCMXIV.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

Volume 64.º
N.º 4

1917
Abril

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Castelo de Leiria — Consolidação das ruínas do afamado monumento medieval, por PAULO DE BARROS.... 177
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 187
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por SOUSA VITERBO 195
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 199
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA 211

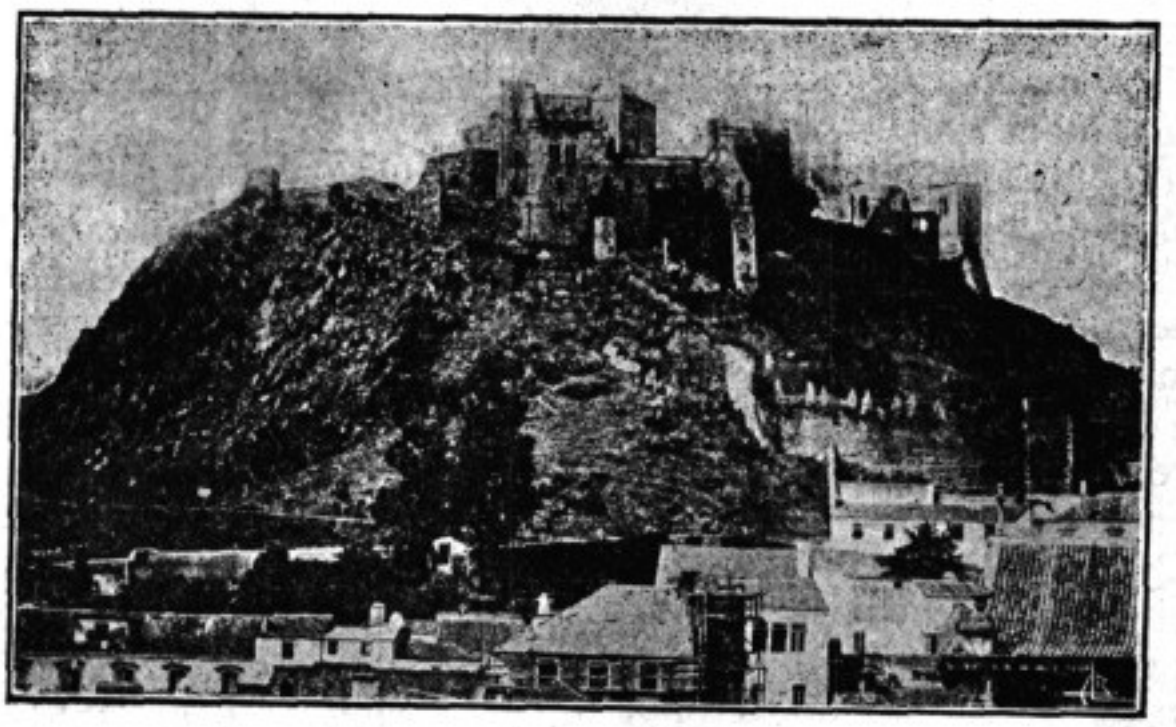
CASTELO DE LEIRIA

CONSOLIDAÇÃO DAS RUÍNAS DO AFAMADO MONUMENTO MEDIEVAL

Ofício-relatório dirigido ao Ex.mo Presidente do Conselho de Arte e de Arqueologia de Coimbra (2.ª Circunscrição)

I

Principio por agradecer ao ilustre Conselho de Arte e de Arqueologia de Coimbra a honra que me conferiu, ditando o meu juizo, submetido à sua sábia apreciação, sôbre o exame feito ao projecto e orçamento da «Consolidação das ruínas



do Castelo de Leiria», apresentados a Sua Excelência o Ministro do Fomento pela prestimosa «Liga dos amigos do Castelo de Leiria», — assim, propriamente, muito bem chamada —.

Se espinhosa e de melindre é a missão, que o meu dever

cívico obrigou a aceitar, pelas responsabilidades que a revestem de saber e de conhecimentos históricos, brigando, assim, demasiadamente com a modéstia do que sou, há, ainda, a ter em conta incidentes, por vezes extranhos, que surgiram tão de surpreza ao encontro do encargo imposto, dificultando-o e demorando-o.

Incidentes que, pela sua natureza e índole especiais, já quando em regular andamento os trabalhos daquela consolidação, devo por conveniencia referir na sua parte mais interessante ao ilustre Conselho e levar ao conhecimento, preciso e exato, das instâncias superiores, para assim, e talvez melhor, julgarem da sua significação, que tão desavinda tem andado em escritos jornalísticos, de ordinário apaixonados, e longe, por isso, da verdade.

E neste meu estudo enlaçam-se êstes dois pontos de vista em uma única significação e objectivo. Desligá-los, sem o preciso critério, é desvirtuar tão patriótico alcance, embaraçando e dificultando a salvação, no melhor proveito, do mais autêntico monumento da nossa grandeza militar em tempos idos, e que o decorrer de mais de seis séculos vem impiedosamente involvendo numa túnica de morte.

Afrontar êste abandono, opondo-se ao seu completo desaparecimento, é dever, quasi sagrado, que se impõe a todo o povo culto, reverente perante as suas mais queridas tradições, marcos de oiro, que vem refulgindo ao embate, mesmo, das mais violentas comoções sociais, todo esse primor de arte, que encanta, toda essa agudeza de génio, que sublima, toda essa glorificação do belo, que engrandece, e são, como uma epopeia, o orgulho de uma raça, que em cada pedra deixou vincada a sua grandeza, e em cada bastião das suas muralhas assinalou o seu heroismo.

Assim falam, ainda hoje, na sua nudês secular aquelas venerandas ruínas do derrocado Castelo de Leiria, que é poema enternecido de todos nós, e agora, como se de luto fôssem, jazem recobertas do seu manto enegrecido de heras; um túmulo incrustado no píncaro agreste em que se estanceia, na invocação, quási mística, de uma legenda, ali cravada pela mão do tempo, e vem fallando às gerações modernas da nosssa grandeza antiga.

Condenar pois, ao seu aniquilamento esta formosissima joia, nascida por entre os esplendores dos tempos medievais, onde ainda reside a alma inspirada de D. João I, por entre os delineamentos graciosos da esbelta estrutura dos seus formosissimos torreões, e se desenha no rendilhado debuxo das

encantadoras janelas góticas da sua capella, como o reflexo vivo e sorridente, que ali poisou dessa finissima filagrama da Batalha, seria, sim, ultrage inscrito na história dos tempos modernos, enlutando a sua página mais brilhante com o traço negro da sua decadência.

É que o génio da natureza infiltrando-se na Arte, como a sua mais sublime criação, gerou e engrandeceu, ali, o génio do homem, agora adormecido por entre ruínas e poeiras seculares.

Sagradas ruínas, sim, e bemditas poeiras, que, asstm dito pelo seu estado de decrepitude e de desagregação, vão ser arrancadas, felizmente, à fatal acção demolidora do tempo, pela nobilissima e inteligente iniciativa da «Liga dos amigos do Castelo de Leiria», não só por esfôrço e sacrificio próprios, mas ainda suplicando o necessário auxílio dos poderes públicos, que por empreendimento de tal grandeza e abnegação, assinalará um notável acontecimento nas mais brilhantes couquistas da arte dos tempos modernos.

O projecto de consolidação, devido à provada competência do distinto àrquiteto, o Sr. Ernesto Korrodi, é, não há dúvida, um importante trabalho, crédor de toda a consideração e aplauso, e que pela largueza de vistas com que foi organizado, no respeito e veneração por tão célebre monumento, que o século XVI nos legou, é digno de ser aceite pelas instâncias superiores, e, sem rebuço nem hesitações, abraçado por completo na sua mais racional e lógica aplicação.

Cinturões e gatos de cimento armado, em um sistema simultânio de tirantes e de fortes vergalhões, clafetagens por meio de argamassa hidráulica dos vasios, que os séculos abriram, e que o desaparecimento dos vigamentos cavou, trabalhos ainda de cimentação das superfícies superiores de todas as paredes a consolidar, construção de um gigante, e finalmente os precisos trabalhos de alvenaria, aproveitando muito material, por aquelas ruínas disperso, constituem um racional conjunto de trabalhos, que é de parecer meu assegurar uma perfeita consolidação.

É a sciência moderna, já hoje de larga e proveitosa aplicação, com todo o assombroso prodígio de resistência dos seus cimentos armados, escondidos por entre as fundas cicatrizes, que os séculos sulcaram na velha e desconjuntada estrutura daquele monumento medieval, como um abraço de terro, colossal e forte, comprimindo toda aquela mole de pedra, que ameaça derruir-se, a triunfar dêsse cruel vandalismo

*

do tempo e da ignorância, quási selvagem, de muitos homens, fazendo resurgir, assim como por encanto, toda essa beleza da Arte, que ali domina, e iluminar as mais sugestivas páginas de uma época, opulenta de glória e farta de cometimentos heróicos.

E digo mais, sem receio de ser contradito, êste resurgimento das belas ruínas do Castelo de Leiria, é uma conquista para a civilização moderna, que seria feita mais de trévas, do que de luz, se esta poesia da vida, imanação do mais sublime idealismo da Arte, não acorresse a acariciá-la e a iluminá-la, injectando-lhe nas veias o mais poderoso incintivo para as mais generosas e levantadas manifestações da humanidade.

Rafael e Miguel Angelo, certamente, não teriam assombrado o mundo com as suas monumentais produções, tendo até mesmo desaparecido nas sombras de uma época de trévas, se os encantos da poesia hebráica de mistura com o misticismo das suas formosas lendas, se o estudo da literatura helénica com as suas subtilezas criadoras e imortais, se a contemplação da escultura antiga, incarnação do génio da natureza, criando o génio do homem, e se a poesia, enfim, das religiões do velho munho com as suas simbólicas idealizações, não lhes tivessem insuflado na alma a luz da inspiração, e fecundado o génio imortal das mais puras e grandiosas concepções da beleza.

É que a obra gigante das civilizações não é só formada pelos sábios e filósofos, é, ainda, fecundada e aquecida pela fôrça criadora dos poetas e dos artistas.

Abençoado, portanto, todo esse conjunto de esfórços oficiaes e particulares, que empreenderam levar a cabo tão útil, proveitoso e civilisador cometimento, na consolidação daquelas venerandas reliquias do celebrado Castelo de Leiria.

Intento patriótico é êste, que as vem libertar do destino de destruição completa, que fez desaparecer pelo abandono uma grande massa de construções do velho baluarte, tornado grandioso e altivo, que se cimentou por entre a arrogante altivez de destemidos guerreiros, já no século XII, aos primeiros fundamentos da monarquia portuguesa, hoje, infelizmente, mal apercebidos por confuso o seu conjunto em meio daquelas ruínas e daquelas transformações, que os séculos ali imprimiram tão cruelmente.

Não deixarei passar sem reparo, e a propósito vem referir-se, que bom critério houve em abandonar o propósito da reconstrução ou restauração completa do histórico Castelo,

para com mais inteligência e compreensão cuidar só da consolidação das suas ruínas. Além de emprêsa de desusado alcance pelo enormissimo dispêndio, que necessariamente traria a sua reconstrução ou completa restauração, em má harmonia com os recursos actuais do tesouro público, e, ainda por mais sábia e artisticamente que fôsse organizado esse projecto de reconstrução, era de considerar pela natureza do empreendimento uma ofensa às tradições históricas da época, onde surgiu o formoso Castelo, a não lhe chamar, talvez, uma quiméra.

Por mais escrupulosas investigações que se fizessem no revolver daquelas ruínas e no estudo refletido daqueles restos venerandos, por vezes tão apagados, dificilmente se encontraria em alguns dos seus mais formosos trechos a documentação precisa para o renascimento autêntico dos promenores da sua estrutura primitiva.

Querer vestir de novo os velhos monumentos, talvez na vaidosa pretensão do seu resurgimento, é, a meu juizo, testemunhar uma falta de respeito pelo passado e afirmar uma desafeição à beleza antiga no seu culto mais racional.

A arte grega, que personificava a perfeição antiga na maior culminância do génio helénico, e dignificava a beleza artística no seu apogeu mais levantado, que até hoje ainda não foi excedida, e se desenha na pureza de estilo e proporções, modêlos a seguir, era um produto da inspiração e da reflexão, que celebrou o século de Pericles, onde o génio de Phidias reviveu, esse imortal escultor do celebrado templo Parthenon.

E foi assim que os gregos nunca vislunbraram, sequer, restaurar os seus famosos templos, caídos em ruínas, mas, sim, junto deles se inspiravam para as mais sublimes concepções de outros monumentos.

A restauração do Castelo de Leiria, segundo o projecto do ilustre arquiteto, Sr. Korrodi, seria, assim o creio, trabalhada com todo o esmero e perícia, de que são capazes os nossos canteiros, por bem afirmada a sua competência em tantas obras de arte por esse país dispersas, mas confrange-se a alma do artista nesta religião da Arte, que é a poesia da sua vida, e se revê na beleza desses esplêndidos monumentos góticos, que aquela magestade, cheia de dôr e enternecida da sua velhice, como pendendo para a sua finalidade, augusta imagem de um idealismo venerando que os séculos consagraram, e só os tempos medievais souberam representar, se desfiguraria assim na sua expressiva significação his-

tórica, ofendendo o verdadeiro significado da sua idealização para só afirmar, talvez, uma traição à época e aos artistas de então, tão fecundos nas obras geniais que produziram.

É que o artista daquela época brilhante, que a história dos seus feitos celebra com ternura, possuía no mais alto grau o amor delicado pelas obras que executava, trabalhando, assim, como um crente para a eternidade, que as admiraria.

Salvemos do Castelo de Leiria o que existe, que é poema sagrado iluminando a história portuguesa. As suas ruinas são venerandas, e sôbre elas levantaremos a sugestiva inscrição do grande artista, Puvis de Chauvannes:

Há alguma coisa de mais belo que uma obra prima, é a ruína dessa obra prima.

II

Agora um pouco de história sôbre os trabalhos de consolidação das ruínas do celebrado monumento e dos incidentes havidos sôbre um caso controverso no melhor andamento dos seus trabalhos.

O orçamento da nota estimativa, apresentado a Sua Excelência o Ministro do Fomento, em representação de 31 de janeiro de 1916, pela «Liga dos amigos do Castelo de Leiria» é da importância de 7:500 escudos, ficando a cargo desta agremiação a quantia de 1:500; e do Estado, portanto, a quota de 6:000. — É de prever, atenta a delicadeza, complexidade e imprevisto desta ordem de trabalhos, que tal estimativa muito venha a aumentar de valor, como geral e naturalmente acontece em obras análogas. No entanto, qualquer que seja o agravamento da despêsa a efectuar, dentro dos limites, é claro, da mais severa administração, serão de bom proveito e de levantado alcance civilizador todos os sacrifícios feitos.

Por portaria de 8 de março do mesmo ano, do Sr. Ministro do Fomento, foi autorisado o ilustre Director das Obras Públicas de Leiria o Sr. Engenheiro José Maria Charters Henriques de Azevedo, a dispender até à quantia de 3:000 escudos com aquelas obras de consolidação das ruínas do Castelo.

Criteriosamente estava bem confiada a direcção e administração directa daqueles trabalhos, na garantia da reconhecida competência e honestidade daquele engenheiro, profissional experimentado em obras de maior vulto e responsabilidade,

como há anos vem provando na restauração e conservação do celebrado monumento da Batalha, que o mundo civilizado venera e admira, como uma das mais magestosas obras primas, que engrandecem o engenho humano. A sua acção, portanto, seria de esperar profícua e proveitosa.

O Director das Obras Públicas para a melhor harmonia e regular andamento dos trabalhos não tardou em os iniciar, não obstante a não qualidade de entidade oficial, chamada ao caso, mas reconhecendo os merecimentos artísticos do Sr. Ernesto Korrodi, distinto arquitecto, e delegado técnico da prestimosa Liga e autor do projecto da consolidação do Monumento, não hesitou, por isso, um momento em lhe confiar a direcção artística e estética das obras a executar e até a escolha dos melhores materiais, e pondo mesmo à sua disposição o experimentado canteiro Pedro Jorge, encarregado dos trabalhos do Monumento da Batalha, a quem deu as mais precisas instruções para com aquele arquitecto se entender na melhor organização e bom resultado de todas as obras a executar.

Uma dificuldade desde logo se levantou para se dar princípio aos trabalhos de consolidação, superiormente autorizados. A Direcção das Obras Públicas não possuía projecto algum das obras a executar e no entanto cabia-lhe a responsabilidade da sua execução. Apenas conseguiu do Sr. Ernesto Korrodi, que da melhor vontade lhe cedeu, os desenhos respectivos, faltando-lhe a medição dás obras, peça essencial e fundamental, a respectiva nota estimativa de preços de materiais e a memória descritiva da execução, natureza e forma dos trabalhos. Era impossível fazer a precisa aquisição de materiais a empregar sem a sua descrição, medição e preços estipulados.

Extranho caso é êste!

Pois no consultório técnico da Liga, onde o projecto da consolidação foi organizado, não se teriam tirado cópias das suas peças escritas?

Certamente que sim.

Qual a razão porque tais peças, não foram cedidas à Direcção das Obras Públicas?

Um feliz acaso, porêm, veiu em auxílio desta situação difícil e embaraçosa, tendo-lhe, quando na minha primeira visita ao Castelo, cedido a cópia de todas estas peças, que então me tinham sido enviadas por V. Ex.ª para sôbre o projecto de consolidação dar o meu parecer.

Como se vê dos documentos juntos, a êste relato, primeiro

e dedicado esfôrço nesta obra verdadeiramente de arte e de civilização, que me foram generosamente confiados pela Direcção das Obras Públicas, tratou-se desde logo e sem perda de tempo de se proceder à precisa aquisição dos materiais exigidos para a execução dos trabalhos, feitos uns por arrematação pública e outros por ajuste particular, em harmonia com as autorizações superiores e leis respectivas, como tudo consta dos respectivos processos oficiais. Todos êstes fornecimentos, sempre no intuito da melhor conjugação de esfôrços, de harmonia e da boa ordem na administração dos trabalhos, foram feitos de acôrdo com as notas dadas pelo autor do respectivo projecto. Os diversos trabalhos, pois, foram-se executando debaixo das vistas e visita do Sr. Korrodi, e determinados pela sua ordem e importância em reunião efectuada no Castelo entre o Presidente da Liga e seus vogais, o Sr. Korrodi e o Condutor, chefe dos trabalhos, o Sr. Severino Conceição Lage, que no cumprimento dos seus deveres deu sempre prova da sua competência e desusado zêlo por tão importantes trabalhos.

É de justiça, que deixe aqui consignado o meu elogio ao seu proceder.

As notas juntas são, principalmente, neste ponto dignas de reflectir-se, justificando mais uma vez a decidida vontade e patriótico esfôrço da Direcção das Obras Públicas em dar aos trabalhos o maior andamento e imprimir-lhes em todos os seus promenores aquela feição artística e de beleza própria, confiadas desde o seu princípio ao autor do projecto, de modo a não se levantar qualquer dificuldade.

Proceder êste digno e correcto, que deve registar-se com satisfação, assim imposto pela natureza especial dos trabalhos assegurando um resultado todo do melhor proveito e do melhor aplauso.

São de avultado número, de valor e de importância os trabalhos executados em harmonia com a sua definição, assente e acordada na reunião do Castelo, e enumerados clara e minuciosamente nas notas juntas do Sr. Condutor Lage, e sempre feitas por indicação do autor do projecto de consolidação e com o seu apoio.

Uma única obra, porêm, a reconstrução do paredão do terreão ocidental do Castelo, foi executada sem ser ouvido o Sr. Korrodi, não obstante os esfôrços empregados pela Direcção das Obras Públicas para dêsse trabalho tomar conhecimento, na mesma correcta harmonia e de entendimento, como tinham sido feitos os demais, sempre com a interfe-

rência daquele arquitecto. O autor do projecto, sem provas do meu conhecimento, que justifiquem tal proceder, já vinha, desde tempos, abandonando os trabalhos, parece que com o protexto de desacôrdo pela forma como êles iam correndo, o que manifestou na imprensa local e ainda na de Lisboa, sem dessa desarmonia, por lealdade, ao menos, ter dado o preciso conhecimento, como tanto convinha, à Direcção das Obras Públicas, que bem o merecia pela sua nunca desmentida correcção, bem acentuada durante todo o andamento das obras.

E nesta altura os trabalhos de consolidação do Castelo foram suspensos por determinação superior, e assim continuam, como me consta, na mesma situação.

Não me compete, nem me atribue o encargo de investigar das causas de tão lamentável acontecimento, tanto do prejuizo daquelas obras, que reputo da maior urgência continuá-las; no entanto, ainda pelo interesse e amor que me dominam obras desta importância e para melhor me inteirar dos fundamentos, que motivaram êste triste incidente, em terceira visita e propositada, que fiz ao Castelo, e por minha exclusiva iniciativa, verifiquei com satisfação que as obras de reconstrução do paredão do terreão ocidental, agora havido como o pomo de discórdia da contenda, tinham sido escrupulosamente executadas nas melhores condições técnicas e na observância, como sempre se atendeu, da trama original do Castelo, sem faltar às suas condições estéticas e de arte, exigidas em tais cometimentos.

E demais a reconstrução dêste paredão vinha desde há muito sido reclamada pela opinião pública de Leiria, e principalmente pelos habitantes circunsvisinhos do Castelo, alarmados com justificados motivos pelo receio de um iminente desmoronamento sôbre os prédios confinantes, encostados, mesmo às antigas muralhas naqueles pendôres temerosos, em que assentam e se levantam. E tanto é assim o que deixo referido que Leiria inteira aplaudiu a obra, e só lamenta, que a paralização dos trabalhos detenha com tão graves prejuizos o preciso andamento das obras projectadas.

Esta é que é a verdade.

Cumpre-me em face do que deixo ditado, terminar, que já é tempo, a árdua missão do que foi incumbido, lamentando, tão só, com verdadeira dôr e enternecida tristeza, que tal incidente se tenha levantado em obras tão especiais e de tão grande alcance para o renome e respeito das nossas mais venerandas e queridas relíquias dos séculos passados.

Êste ilustre Conselho, porêm, assim o creio, empregará os seus melhores esfôrços, nascidos e embalados por entre os carinhos do seu acrisolado amor por êstes augustos e magestosos monumentos nacionais, que, pela sua eloquência, falam da grandeza de uma poderosa nacionalidade, para que junto das estâncias superiores se interesse pela continuação daqueles trabalhos da consolidação do Castelo de Leiria, que é honra e brio de todos nós.

E assim é de esperar na convicção que êste patriótico Conselho terá assinalado na sua vida prestimosa um relevante serviço à Arte e à Beleza Antigas.

Coimbra, 2 de fevereiro de 1917.—O Vogal do Conselho de Arte e de Arqueologia de Coimbra (2.ª Circunscrição).

PAULO DE BARROS,
Engenheiro.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 3, pag. 156)

Don Félix fica aterrado perante tão tétricas visões; quási receia perder o juizo, ao ver passar o funebre cortejo.

Calado el sombrero y en pié indiferente
El feretro mira don Felix pasar,
Y al paso pregunta con su aire insolente
Los nombres de aquellos que al sepulcro van.

Mas ¡cuál su sorpresa, su asombro cuál fuera,
Cuando horrorizado con espanto ve
Que el uno don Diego de Pastrana era,
Y el otro ¡Dios santo! ¡y el otro era él!...

Depois de uns pequenos momentos de desânimo, recupera logo a coragem e segue a amada, pronto a arrostar todos os perigos para a possuir.

Seguid, señora y adelante vamos:
Tanto mejor si sois el diablo mismo,
Y Dios y el diablo y yo nos conozeamos,
Y acábese por fim tanto embolismo.

A seguir, o poeta descreve num tom profundamente elegíaco a sinistra mansão a que Elvira arrasta o temerário estudante. Ali entre espectros e fantasmas que Espronceda pinta com as mais sombrias côres, obrigam-no a casar com a visão que é o esqueleto de Dona Elvira. O horrível desposório é celebrado pelos córos infernais.

Y entónces la vision del blanco velo
Al fiero Montemar tendió una mano
Y era su tacto de crispante hielo,
Y resistirlo audaz intentó en vano:

Galvánica, cruel, nerviosa y fria,
Histérica y horrible sensacion,
Toda la sangre coagulada envia
Agolpada y helada al corazon....

Y á su despecho y maldiciendo al ciélo,
De ella apartó su mano Montemar,
Y temerario alzándola á su velo,
Tirando de él la descubrió la faz.

¡Es su esposo!! los ecos retumbaron,
La esposa al fin que su consorte halló!!
Los espectros con júbilo gritaron:
¡Es el esposo de su eterno amor!!

Y ella entónces gritó: ¡Mi esposo!!: Y era
(Desengaño fatal! ¡triste verdad!)
Una sórdida, horrible calavera,
La blanca dama del gallardo andar!...

Don Félix mostra-se impávido e tem o arrojo de convidar para a boda Don Diogo que aparece

.....
Traspasado el pecho de fiera estocada
Aun brotando sangue de su corazon.

Mas quando o lívido esqueleto assenta Montemar nos seus asquerosos braços e procura unir à dêle a bôca descarnada, o intrépido mancebo ainda em luta consigo mesmo começa a desmaiar.

Y siente un confuso,
Loco devanéo,
Languidez, mareo
Y angustioso afan:
Y sombras y luces,
La estancia que gira,
Y espiritus mira
Que vienen y van.

Y luego á los léjos
Flebil en su oido,
Eco dolorido,
Languido sonó,
Cual la melodia
Que el aura amorosa,
Y el aura armoniosa
De noche formó:

Y siente luégo
Su pecho ahogado,
Y desmayado
Turbios sus ojos

Sus graves párpados
Flojos caer:
La frente inclina
Sobre su pecho,
Y á su despecho
Frente sus brazos
Lánguidos, débiles
Desfallecer.

Y vió luégo
Una llama
Que se inflama
Y murió
Y perdido
Oyó el eco
De um gemido
Que espiró.

O carácter de Don Félix é magistralmente delineado; pela temeridade e prosápia é um tipo castelhano característico. Espronceda deu neste estudo largas à sua imaginação exaltada que se comprazia com os perigos e emprêsas arriscadas; por isso alguns supõem que o grande poeta se incarnou na sua criação, querendo representar em Félix de Montemar o próprio retrato; a sua vida sempre agitada devido ao seu génio altaneiro e independente, ao culto da liberdade pela qual tanto sofreu. Don Félix participa já do carácter horrível que a literatura moderna dá ao Don Juan; lembra-nos as criações de Byron e de Shakspeare que Espronceda estudara profundamente por ocasião do seu exílio em Londres. Nesta obra, mais do que em qualquer outra, se reconhece a semelhança das duas lendas, a de Fausto e a de Don Juan. A história das aventuras de Don Félix desenvolveu-se no meio universitário de Salamanca, do mesmo modo que a lenda de Fausto se desenvolveu nas universidades alemãs. Como sabemos pela sátira de Hans Sachs — Der farend Schüler mit dem Tenfelsbannen — já referida anteriormente, as classes inferiores julgavam os estudantes cancomunados com Satanás. Félix e Fausto mostram as mesmas paixões desordenadas; são ambos descrentes e devassos (1).

---

(1) A morte de Don Diogo que procura vingar a deshonra da irmã lembra-nos logo um passo análogo no drama de Goethe, quando Valentim soldado bravo e digno, e irmão de Gretchen, morre trespassado pela espada de Fausto, depois de lhe ter exprobado em termos violentos o crime de sedução da infeliz rapariga.

Na tragédia de Marlowe o herói diz a Mefisto:

> .....
> But leaving off this, let me have a wife,
> The fairest maid in Germany;
> For I am wanton and lascivious,
> And cannot live without a wife.

E na tragédia de Goethe, a paixão de Fausto por Gretchen é tão violenta que como diz Mefistófeles, o doutor quási seria capás de fazer um fogo de artifício com o sol, a lua, e as estrelas, para divertir a sua bela. No drama inglês, Fausto zomba dos terrores do inferno a que chama *a fable;* no drama alemão, quando Fausto pensa suicidar-se, mostra uma grandeza de ânimo quási sôbrehumana, bem comparável à de Félix e Don Juan.

> ....
> Ya, kehre nur der holden Erdensonne,
> Entschlossen deinen Rücken zu!
> Vermesse dich, die Pforten aufzureissen
> Von denen jeder gern vorüberschleicht
> Hier ist es Zeit, durch Taten zu beweisen,
> Dass Manneswürde nicht der Götterhöhe weicht,
> Vor jener dunklen Höhle nicht zu beben
> In der sich Phantasie zu eigner Qual verdammt,
> Nach jenem Durchgang hinzustreben,
> Um dessen engen Munde die ganze Höhle flammt;
> Zu diesem Schritt sich heiter zu entschliessen
> Und wäre'es mit Gefahr in's Nichts dahin zu fliessen (1).

---

(1) Cfr. o diálogo seguinte do Fausto de Marlowe:

> FAUST. First. will I question with thee about hell.
> *Tell me, where is the place men call hell?*
> MEPH. Under the heavens.
> FAUST. Ay, but where about?
> MEPH. Within the bowels of these elements
> Where we are tortured and remain for ever:
> Hell hath no limits, nor is circumscribed
> In one self place; for where we are is hell,
> And where hell is, there must we ever be:
> And to conclude, when all the world dissolves,
> And every creature shall be purified,
> All places shall be hell, that are not heaven.

(Vid. Marlowe's Plays. With introduction by Edward Thomas Everyman's Library. Pag. 134).

*

Henrique Heine assistiu em um pequeno teatro de Hamburger-Berg à representação de uma peça popular sôbre o Fausto, cujo protagonista apresenta semelhanças flagrantes com o Don Juan. Feito o pacto que lhe assegura a sciência e o gôzo de todas as cousas, Fausto informa-se da natureza do céu e do inferno e da descrição que lhe fazem conclue que deve fazer muito frio no céu e muito calor no inferno e que a temperatura da terra é sem dúvida a mais amena. Lança-se no turbilhão da vida, à procura da felicidade; consegue sempre o favor das mulheres pela virtude do seu anel mágico que lhe dá juventude, beleza e graça, fazendo dêle um cavaleiro sem igual. Depois de levar muitos anos uma vida de orgia, abandona vilmente a sua amada, a signora Lucrezia, a cortezã mais famosa de Veneza; embarca para Atenas onde se enamora da filha do duque que resolve desposar. Louca de desespero, a pobre Lucrécia recorre às potestades infernais, para se vingar do infiel. O diabo confia-lhe um segredo: Fausto deve todo o seu poder ao anel mágico que traz no index. Lucrécia, disfarçada de peregrino, marcha para Atenas e chega à côrte na ocasião precisa em que Fausto com toda a pompa vai oferecer a mão à princêsa, para a conduzir ao altar, mas o peregrino com um golpe de audácia consegue roubar-lhe o anel e como por encanto o jóvem e simpático cavaleiro converte-se em velho repelente, encarquilhado, e sem dentes. A fulva cabeleira desapareceu e o seu trajo riquissimo desfez-se em farrapos. O infeliz sabe bem que a sua vida dissoluta é a causa única dos seus males que um prestígio infernal poude roubar aos olhos dos homens, sob uma magnificência enganadora. Os cortezãos afastam-se com desdem e a princêsa exclama: «Levem-me da minha presença êste mendigo» Lucrécia, com alegria perversa apresenta a Fausto um espelho para que êle veja a miséria, a que está reduzido. Por fim é expulso pelos criados do palácio, a pontapés, como um animal imundo. (Vid. «Oeuvres de H. Heine». De l'Allemagne Deuxième Partie Bibliopolis. Paris, pág. 106 e 107).

*

Zorrila é um dos poetas que mais escreveram sôbre o Don Juan; delineou êste carácter na sua obra prima Don

Juan Tenorio e em várias outras, como El capitan Montoya, Margarita la tornera, El testigo de bronce, etc. «Margarita la tornera» contêm uma série de aventuras sôbre um famoso Don Juan de Alarcon.

.....
El mancebo más galan
Más generoso y gentil
Que en Palencia se encontraba;
Siempre de amigos cercados
Siempre de ellos festejado,
Puesto que él siempre pagaba.

Desde muito novo, deu mostras do seu génio arrebatado; incapás de se dominar, era o terror de todas as famílias. O pai, Don Gil, mandou-o para a universidade de Salamanca, donde foi expulso, por dissolução de costumes.

«El decidió resistir
La órden cuanto pudiera,
Pero tan precisa era
Que al fin fué fuerza partir.
Salió, si de la ciudad,
Pero á caballo y de dia
Con tal pompa y osadia
Que fué escandaloso en verdad».

Voltou para casa do pai que generosamente lhe perdoou todos os desvarios. Não tardou porêm a esquecer as suas promessas. Habitavam ambos, junto de um convento, o que agradava sôbremaneira a Don Gil, velho devoto e fiel cumpridor dos preceitos religiosos. Don Juan frequentava também assiduamente a igreja, mas com reservadas intenções. O seu lugar predilecto era ao pé do côro, mas apesar disso nunca conseguira falar com a abadessa nem com as noviças que tocavam o órgão. Um dia, desesperado, resolve não voltar lá mais, exclamando:

«Bruja condenada y chocha
Que nunca responde acorde
Ni dice cousa con cousa».

Uma circunstância inesperada afastou-o dos seus propósitos. Indo um dia com o pai à missa de alva, postou-se como de costume ao pé do côro, mas tão absorvido estava com ideias sedutoras que ao levantar da hóstia, se deixou ficar de pé, com grande escandalo do povo crente que assistia

ao santo sacrifício da missa. De súbito, ouviu uma voz melíflua que insistentemente dizia:

«De rodillas, caballero
Que están alzando la hostia».

Ajoelhou logo, mas voltando a cara para ver donde partia a voz deu com os olhos numa monja que

De rubor se puso roja,
Bajó los ojos al suelo
Sobre el pecho vergonzosa
Dobló la cerviz y humilde
Tocó la tierra y besóla.

Don Juan, notando que estava só, pede-lhe esclarecimentos sôbre a sua vida no convento e consegue autorização para lhe vir falar à noite.

LA MONJA. ¿Qué quiere?
DON JUAN. ¿Sois tal vez la superiora?
LA MONJA. ¡Yo, señor! soy la tornera
DON JUAN. ¡La tornera! sois muy docta
Para oficio tan servil
Y diestra remedadora
De acentos, pues respondeis
¡Deo gratias!... tan temblorosa
Que más parece que vuestra,
La voz de una setentona.
LA MONJA. Ved que decís, caballero,
Que yo no he sido hasta ahora
Tornera, y lo soy este año
Por muerte de Sor Leoncia.
DON JUAN. ¿Murió la pobre?
LA MONJA. Murió
Mas mirad que se prolonga
La conversacion y...
DON JUAN. Es cierto:
Si fuerais vos...
LA MONJA. Servidora
Vuestra
DON JUAN. Callada y prudente...
LA MONJA. Cuando la imprudencia importa
Yo soy obediente y
DON JUAN. ¡Bueno!
Si no desplegais la boca,
Yo os prefiero á la abadesa.
LA MONJA. No hay abadesa, es priora.
DON JUAN. A la priora, es lo mismo.
Para hablaros de una cosa,
De un secreto que interesa.

LA MONJA. ¡Secreto!
DON JUAN. A la mayor .onra
Y gloria de Dios, y vuestra.
LA MONJA. ¿Mia?
DON JUAN. Pues, y de las monjas.
LA MONJA. Decídmelo.
DON JUAN. Es imposible
Despacio ha de ser y á solas,
Y pronto, pues urge mucho.
LA MONJA. ¡Ay Dios!
DON JUAN. ¡Eso es! ya medrosa
Vais á publicarlo todo
Y vais... vaya, ¿teneis hora
En que poder escucharme?
Porque es fuerza que persona
De la casa me segunde
La intencion.
LA MONJA. Como no escoja
La de maitines.
DON JUAN. ¿De noche?
Mejor es que ninguna otra.
Y en donde os veré?
LA MONJA. En la reja
De esa capiella; me toca
Velar esta noche.
DON JUAN. ¡Bueno!
No falteis.
LA MONJA. Estaré pronta.
En oyendo la campana...
DON JUAN. Si, mi casa está muy próximo
La oigo bien.
LA MONJA. Pues hasta luégo.
DON JUAN. Adios, hermana... ! y memoria!...

(Continúa).

DR. GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

BORDADORES

(Cont. do n.º 3, pag. 121)

MARTINS (JOÃO) — BORDADOR

«Dom Afonso &. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Aldonça Anes, molher que foy de Joham Miz, que foy brolador delRei Dom Joham, meu auoo, cuja alma Ds aja, teemos por bem e outorgamoslhe que tenha e aja de nos de mantymento des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era presente de iiij^{c}l em diante, em quanto nossa mercee for, mil oyto centos e quareenta e tres reaes brancos.... Dante em a cidade de Lixboa a xbij dias de junho. — Ruy Diaz a fez. — Ano de nosso Senhor Jhu $X_{\overline{po}}$ de mil iiij^{c}l» (1).

MOURA (MIGUEL DE) — BORDADOR

«Dom Sebastião &. A todolos corregedores, ouuidores, juizes e justiças, oficiaes e pesoas de meus Reynos e senhorios a que esta mynha carta de perdão for mostrada e o conhecimento dela com direito pertẽcer, saude, faço saber que Migel de Moura, brolador, morador nesta cidade de Lixboa, me ẽviou dizer por sua pitição que ele fora condenado em hum ano de degredo pera a Afriqua com pregão na audiencia, o qual logo lhe fora dado por se dizer que ferira hum Domingos Neto na testa, homem desporas de hum fidalgo,

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 29 v.

o qual Domyngos Neto lhe perdoara a parte que contra ele tinha no dito degredo, como na certidão que apresentaua fazia mẽção, e por quãto ja não tynha parte e era homem muito pobre e casado com filhos, me pedia lhe fizese merce lhe perdoar, digo de lhe querer comutar o dito degredo pera fora da vylla e termo, porquãto era homem muito pobre e não tinha pera se mãter, no que receberia esmola e merce e vista per mym a dita petição mãdey que apresetãse a sentença etc.» (1).

O degredo foi-lhe comutado para o ir cumprir dez léguas em roda de Lisboa.

A carta de perdão foi dada em Lisboa a 8 de fevereiro, e feita a 20 de abril de 1567.

NUNES (ANTÓNIO) — BORDADOR

«Item iiij mil biij^{c} rs a Antonyo Nunez, broslador, por broslar hũua saya de pano branco pera Rainha e outra saya e mamto de seda pera Nosa Senhora da Nunciada por mandado em xxj doutubro de 541 e seu conhecimento em xxix do dito mees e anno» (2).

RODRIGUES FRAGOSO (ANTÓNIO) — BORDADOR

«Sua Magestade a Rainha Nossa Senhora, manda remetter ao Conselho de sua real fazenda e estado o aviso incluso do seu mordomo mor marquez de Vallada, em que ha por bem nomear Antonio Rodrigues Fragoso mestre bordador de sua real casa, para que se lhe dê o devido cumprimento, o que V. S. fará presente no mesmo Conselho para que assim se execute. Deos Guarde a V. S. — Palacio de Queluz em 15 de janeiro de 1824. Conde de Peniche. Simão Pedro Aluarez Diniz» (3).

Segue o Aviso.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Privilégios*, liv. 6, fl. 136 v.

(2) Torre do Tombo — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina* (verba 502), fl. 164.

(3) Torre do Tombo — *Casa das Rainhas, Avisos*, liv. 4, fl. 93 v.

RODRIGUES (JOÃO) — OFICIAL DE ARQUELHAS

«Dom Joham &. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que nos tomamos ora nouamente J.º Roĩz por nosso oficiall darquelhas, cortynas, esparaues e outras semelhantes obras que a seu oficyo pertencem pera que elle as faça aquellas que pera noso seruiço forem necesaryas e per esta mamdamos ao noso tysoureyro que a elle de a fazer as ditas nosas obras que tocarem ao dito seu oficyo e per esta mamdamos aos nosos apousentadores que nos lugares honde esteuermos lhe dem sempre pousadas em lugares comveniemtes pera seu oficio, as quaes elle pagara por seu dinheiro somente lhe serã dadas por elles e por nós e avemos por bem que ele goze de todolos preuilegios... e lhe façais imteyramente compryr esta nosa carta e asy e da maneira que se lhe guardara em vida delRey meu senhor que sãta gloria aja, cuyo oficiall hera. Dada em a nosa cydade de Lixboa a bij dias de março. Bastiam da Costa a fez de mill b^{c}xxij. Ey por bem que esta carta pase polla chancelaria posto que ho tempo em que ouvera de pasar seya pasado e pagara somente chamcelaria symgella. Manuel da Costa a fez em Lixboa a xiij de janeiro de b^{c}xxix» (1).

FERNANDES (G.º) — ESPARAVELHEIRO

«Afonso de Vilares, esparavelheiro morador na rua noua delrey, ha seis annos que está e trabalha de seu off.º, em casa de G.º Fer.^{es} esparavelheiro, casado com m.^{a} Lopez, christãos novos — Denuncia os patrões —».

Denuncias da Santa Inquisição de 10 de maio de 1543 em diante, fol. 33.

Vide o testemunho de Helena de Macedo, mulher do dourador Pero Alvares.

FERNANDES (SIMÃO) — ESPARAVELHEIRO

«Dom J.º &. Faço saber a quãtos esta mynha carta vyrem que eu tomo ora por meu oficial darquelhas, cortinas e

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 48, fl. 26.

esparaues e outras semelhantes obras a Simão Fernandez, jemro de J.º Roiz, que o dito oficio per mynha carta tynha e vagou per seu fallecimento, e mãdo ao meu tesourejro da casa, que ora he e ao diamte for, que ao dito Symão Fernandez de a fazer as semelhantes obras que ha o dito oficio pertemcerem, e bem asy mãdo aos apousemtadores de mynha corte que nos llugares homde eu esteuer lhe dem sempre pousadas nos llugares cõuenyentes ao dito oficio, as quaes elle pagara de seu dinheiro, e asy quãdo eu for em algũ camynho e que o dito Symão Fernandez vaa, ey por bem que lhe sejam dadas bestas, carretas e todo o que lhe cõpryr por seu dinheiro e pello estado da terra, e outrosy me praz que elle goze de todollos pryvyllegios e liberdades que tem e de que gozam os outros meus oficiaes macanicos que amdam em meus lyuros. E porem noteficoo asy a todas mynhas justiças, oficiaes e pesoas a que pertencer pera que o ajam daquy em diamte por meu official e lhe cumpram e façam imteyramente comprir e guardar esta minha carta como se nella comtem pera firmeza do qual lhe mãdey dar esta per mym asynada e asellada do meu sello pemdente. Dada em a minha cidade dEvora aos tres dias do mes de julho — D.º Amriquez a fez — ano do nascimento de noso Senhor Ihũ $X_{\overline{po}}$ de myll e b^{c}Rb annos. E elle nom avera moradia nem ordenado allgũu com o dito oficio somente lhe seram pagas as obras que fizer segumdo ordenamça» (1).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 25, fl. 125 v.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 3, pag. 150)

DOCUMENTO N.º 221

Um alcaide-mór perseguido por seus inimigos, ou pelas settas de Cupido, acolhe-se ao convento de Santa Clara de Bragança. Consequencias. Caso similar. Varias noticias de interesse genealogico

9 de março de 1736

A Reverenda Madre Abbadesa do Convento de Santa Clara de Bragança decretas e mais Religiozas do mesmo convento abaixo asinadas.

Sertificamos e atestamos em como na madrugada do dia 12 do mes de febreiro antes de se abrirem as portas do nosso convento sentimos alguns passos, e vozes que chamavam pelas senhoras do governo, atirando tambem alguas pedradas as janelas e abrindo a Madre Abbadesa a sua achou ser o alcaide mor desta sidade, que Rogava as Senhoras do governo quizesem valerlhe Refugiando-o neste convento para escapado da justisa, de que ja se vinha Retirando de sua caza, e da coal ja se não podia escapar Fora do Convento por estarem os muros dele sercados de gente, e elle por se Retirar dela se ter lansado para dentro da muralha, pela ver em seu seguimento e a vista do que asentamos, que tanto pela Reputação do convento como por valerlhe em tão grande aflição, deviamos Refugialo, e ocultalo, para o que se lhe deo emtrada em hua loge chamada a da lanha, que serve de Recolher a dita lanha e a Besta da comunidaee cuja loge tendo porta para a serca nemhua comunicação tem com o mesmo Convento por ser sobre si, e nela foi prezo pela justiça ao tempo que entrou a (segue uma palavra de que só se pode ler a primeira sylaba e a ultima, assim — Re zar) a clauzura, sem que lhe quizesem atender ao Refugio, que lhe

demos; e outro sim certificamos e atestamos juntamente com as Religiozas asinadas nesta que o dito alcaide Mor não tem comunicação nem trato algum particular com freira deste Convento por onde podesemos inferir que a sua entrada era com outra intenção mais do que Refugiarse; antes sim consta que desde o mes de julho do anno passado ainda não veio mais que hua ves a portaria vezitar as suas parentas nas boas festas dos Reis deste perzente anno. pasa o Referido na verdade, e para que asim conste pasamos a perzente asignada por nos e selada com o selo do mesmo Convento de que uzamos. Santa Clara de Bragança 9 de março de 1766. eu D. Maria clara Ignacia que esta fiz no empedimento da Madre escrivaa.

D. Maria Brizida Perpetua Abbadesa.
D. Joana de ceo Vigaria.
D. Luiza escolastica.
D. Antonia Jozefa.
D. Antonia Luiza.
D. Mari (*sic*) da Conceição.
D. Anna Evangelista.
D. Joanna Baptista.
D. Matilde fon.ca
D. Joana do dezevlo (*sic*).
D. Maria Jose Bautista.
D. Mariana getrudes.
D. Anna Maria Elisia.
D. Anna Maria de Santo Antonio.
D. Barbora Maria.
D. Anna Maria do Carmo.
D. Francisca Violante.
D. IzaBel Maria de Santo Antonio.
D. Francisca tereza.
D. Anna Luiza.
D. Maria dasumção.
D. Joana Luiza.
D. Sebastiana Leonor.
D. Maria Vitoria.
D. Angelica Caetana.
D. Sebastiana Josefa.
D. Maria joze dos prazeres.
D. Francisca Antonia.
D. Joanna Antonia.
D. Roza de Santa Maria.
D. Maria Joana de sam boaventura.
D. Anna josefa.
D. francisca joana.
D. Brites elena.
D. Antonia Tereza.
D. Maria Jasinta.
D. Maria matilde.
D. Tereza Clara.
D. Francisca Clara.
D. Joana de Christo.
D. Maria Sebastiana.
D. Maria da emcarnação.
D. Maria Josefa thomazia.
D. Merenciana Perpetua.
D. Joaquina Bernarda.
D. Maria Micaela.
D. Vitoria Joaquina.
D. Thereza Maria (1).

---

(1) Copiado do documento original existente em Coimbra em poder do Ex.mo Sr. Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo, lente de Mathema-

Ainda se percebe bem o sello collocado á margem deste documento. É de forma elliptica e tem em volta a legenda:

ABATISE· ET COVENTVS SANCTE· CLARE
CIVITATIS· BARGANT +.

No centro do sello vê-se uma figura de mulher á direita entre duas torres empunhando na mão esquerda um baculo.

O alcaide mór do castello de Bragança mencionado no documento retro era José Marcellino Jorge de Figueiredo Sarmento, como dissemos no Documento n.º 124 desta obra em nota; e para esclarescimento do assumpto damos mais o seguinte attestado qse se encontra no verso de um requerimento do dito alcaide mór, na qualidade de tenente effectivo do regimento de cavallaria de Bragança, dirigido ao seu coronel para authenticar a sua fé militar.

«Manoel Pinto Bacellar Sargento Mor do Regimento de Cavallaria de Bragança, etc.

«Attesto, que em virtude do despacho supra, examinei os livros Mestres, que servem de registo a este Regimento, e nelles achei a folhas onze do primeiro, e a folhas quinze do segundo, o asento e observaçoens seguintes — José Marcelino Jorge de Figueiredo: Thenente, de quarenta e dous annos de idade, a tempo do Juramento Natural de Bragança asentou praça de Thenente em 20 de Mayo, do anno de 1762 [esta e as mais datas seguintes estão por extenso no documento]: Tomou juramento conforme o novo Regulamento de 14 de Fevereiro de 1778: Dezertou em 25 de setembro de 1768 (1): Foi restituido ao seu Posto de Thenente, que se achava vago por sua Magestade ser servida por sua Real Clemencia, perdoarlhe as culpas de que tinha sido arguido o que se executou por Avizo do Thenente Rey Governador interino das Armas desta Provincia, datado em 27 de Mayo de 1777 = Por Sua Magestade tãobem ser ser-

---

tica na Universidade da mesma cidade, notavel homem de sciencia de quem diremos no volume especial desta obra consagrado aos braganҫanos illustres, agradecendo-lhe desde já a gentileza de nos facultar o exame deste e dos mais documentos referentes ao caso. Por brevidade quando houvermos de nos referir a estes documentos diremos simplesmente — *Collecção Costa Lobo* —.

(1) Nos documentos da casa Pavão de Quintella, ou por engano ou por equivoco meu, lê-se que a deserção foi a 2 de setembro.

vida, mandar que não tivese effeito a nota de Dezertor, que se havia posto, o que se executou por Avizo do mesmo Governador interino, com data de 8 de Agosto de 1777 de cuja dezersão se tinha recolhido em 23 de Janeiro do mesmo anno para gozar do Real Indulto de Sua Magestade, concedido aos Dezertores para o qual fim asentou Praça de soldado na segunda Companhia deste Regimento de onde voltou ao seu Posto, como asima fica referido: E não continhão mais os ditos asentos, aos quaes me refiro; e por eies mandei fazer esta que asino e sello com o sinete de minhas Armas em Bragança aos 25 dias do mes de Julho de 1783. Manoel Bacelar Sargento Mor» (1).

Ao lado, sobre lacre vermelho, as armas de Manuel Pinto Bacellar.

Á mesma collecção — *Costa Lobo* — pertence um attestado de Francisco José de Sousa Machado, professo na Ordem de Christo, fidalgo da Caza de Sua Magestade, coronel do regimento de Cavallaria de Bragança, passado nesta cidade a 3 de fevereiro de 1777, onde declara que José Marcellino Jorge de Figueiredo Sarmento, tenente do seu regimento, «tendo-se retirado a Espanha, por culpas que se lhe imputarão, das quaes se lhe fes concelho de guerra, se me aprezentou dentro do termo que asigna o decretto de Sua Magestade para o perdão, e se acha restituido novamente com praça de soldado, e ficando por huma e outra circumstancia absolvido daquellas culpas».

Ainda outro attestado de D. João Pereira Forjas capitão do Regimento de cavallaria de Bragança e commandante do mesmo Regimento passado em Bragança a 15 de março de 1778, no qual declara: que José Marcellino Jorge de Figueiredo Sarmento «sendo preso no Corpo da Guarda de Chaves por culpas que lhe arguirão foy posto em concelho de guerra, nelle ficou livre de culpa, e pena por sentença defenitiva que está archivada no meu Regimento, e em consequencia do seu livramento foi mandado restituir ao mesmo posto do Tenente que antes tinha, e se acha em actual exercicio delle desde o dia 14 de Fevereiro do presente».

Outro attestado do mesmo Pereira Forjaz passado igualmente em Bragança no mesmo dia do antecedente especifica que «no concelho de guerra que se lhe fez [ao dito José M.

---

(1) Copiado do documento authentico original pertencente á collecção — *Costa Lobo* —.

Jorge de Figueiredo Sarmento] na Praça de Chaves, com o motivo da sua retirada para Espanha, e de alguns crimes de que foy arguido, ficou livre de culpa, e pena por sentença definitiva» e segue exatamente pello theor do antecedente.

Todos estes tres attestados teem assente sobre lacre vermelho o sello das armas dos que os passaram.

Faz parte tambem da mesma collecção — *Costa Lobo* — o seguinte requerimento que contem especies interessantes:

«Senhor. João Tenreiro de Figueiredo de Mello, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, Jrmão de Joze Marcellino Jorge de Figueiredo Sarmento, e filho de Lazaro Jorge de Figueiredo Sarmento, Alcaides Mores do Castelo de Bragança, Netto, Bisneto, Terceiro. e Quarto Netto, pella parte Paterna, de Alcaides Mores do mesmo Castelo, em que sempre viverão, ha mais de dois seculos, despachados todos pellos serviços que huns, e outros fizerão no mesmo Castelo, como se mostra pella carta de mercê feita ao Pay do suplicante N.º 1: Chega com o maior respeito, e amor, a Real prezença da Sagrada pessoa de Vossa Alteza Real, a expor pella boca da verdade, as razoens, e motivos porque requer a continuação da mesma Alcaidari mor, para cujo fim se acha nesta corte ha mais de dezaseis Mezes.

«No anno de 1777, quando Sua Magestade felizmente subio ao Trono, estava Jozé Marcelino Jorge de Figueiredo Sarmento, Jrmão do suplicante, esbulhado da posse e administração da sua caza, por crimes tão mal entendidos, que a mesma senhora foi servida mandar, que se lhe restituise quanto lhe pertencia, sem que houvese a menor sombra de perdão, antes sim, por huma porissima restetuição, pois que senão achava comprehendido nos referidos supostos crimes.

«No meio da descipação em que se achava a mesma caza do Jrmão do suplicante, se deu a ditta Alcaidaria mor, a D. Luis Antonio de Souza Morgado de Matheus, que sabendo logo da verdade de todo o facto livremente a sedeu, e como conhecendo de nem hum efeito a obreticia merce que se lhe havia conferido, por ver que o ditto Jozé Marcelino Jorge de Figueiredo, estava na pacifica posseção de toda a sua caza, honras, cargos, e oficios, a elle pertencentes, o que tudo pode attestar se precizo for em the jurar, João Pedro Mariz por ser a pessoa a quem o mesmo Morgado do Matheus procurou para por na prezença do Senhor Rey Dom Pedro hum requerimento em que sedia da merce da mesma Alcaidaria Mor, pedindo outra qualquer que Sua Magestade fosse servida darlhe.

«O mencionado Alcaide mor Joze Marcelino Jorge de Figueiredo, Jrmão do suplicante, entrou na administração da ditta Alcaidaria mor pellos serviços de seu Primo Sebastião de Figueiredo Sarmento, ficando os do Pay do suplicante sem se captivarem, como bem se prova do Alvara junto N.º 2.º, pertencendo nestas circumstancias ao suplicante todo o direito de requerer pellos serviços de seu Pay Lazaro Jorge de Figueiredo Sarmento.

«Morrendo o referido José Marcelino Jorge de Figueiredo sem filhos entrou o suplicante a requerer por linha recta, com todos os serviços de seu Pay, a continuação da mercê da Alcaidaria mór de Bragança, na conformidade, e do mesmo modo que requererão, e forão despachados todos os seus antepassados, em cujas circunstancias se mostra que a linha dos Alcaides mores senão quebrou: neste tempo pertende já o ditto Morgado de Matheus fazer valer a graça que se lhe havia feyto da mesma Alcaidaria mór sem se lembrar que no anno de 1777 tinha sedido mercê pella supor sem força e vigor, que pudesse ter efeito, pois que quando se lhe concedera, se verificara não estar vaga a ditta Alcaidaria mór, por quanto S. Magestade não perdoou, mas restituhio ao Irmão do suplicante todas as posseçõens que lhe pertencião.

«Sucede que alcançando o Morgado de Matheus uma Portaria de 26 de Novembro de 1793, a camara de Bragança não esteve por ella, nem comprio, por não levar carta asignada por V. Alteza, tornou a vir a referida Portaria, e foy remetida a Caza de Bragança, que tãobem lhe não derão comprimento, por não ser passada pello Menistro de Estado da repartição competente da ditta serenissima Caza.

«Agora novamente tornou a hir a Bragança a referida Portaria, para se dar posse ao Morgado de Matheus, passada pella secretaria dos negocios do Reyno em 26 de Novembro de 1793.

«Esta Portaria, ou hé a mesma a que se não deu comprimento ou não, se hé a mesma tem os defeitos pellos quaes se não comprio, e se hé outra, porque razão está datada de 26 de Novembro do anno passado: alem disto pertendendo o suplicante João Tenreiro de Figueiredo fazer a sua justificação no Tribunal da Serenissima Caza de Bragança, se lhe passarão as ordens athe o ponto de se sentenciar, sendo lançado a ditta sentença por Diogo de Castro e Lemos, sucede prodigiozamente arrancar-se a folha em que estava escripta a mencionada sentença, e em lugar de o suplicante receber a sua justificação sentenciada, aparesse o estranho despacho,

dizendo aprezentace o suplicante João Tenreiro de Figueiredo dispensa na Ley mental, quando o mesmo suplicante não pertende por transverçal, como já fica ditto. Nestes termos aparece a noticia nunca esperada de na Camara de Bragança se haver dado precipitadamente posse ao Morgado de Matheus, por aquela mesma Portaria, e obreticia Carta de mercê como consta da Certidão do Escrivão da Camara n.º 3.º.

«Por este procedimento ser famozo, e ademiravel, bastava ver que este negocio estava afecto a Vossa Alteza, e que elle dependia da sua sempre respeituoza resolução, que athe agora ainda não foi servido tomar.

«A perceguição que o suplicante tem sofrido nesta dependencia, he da mais dificultoza explicação, em cujos termos o suplicante recorre a indefectivel Justiça, e imparcial Clemencia de Vossa Alteza, para que seja servido mandar sustar toda, e qualquer deligencia que sobre esta materia se pertenda fazer, suplicando igualmente a Vossa Alteza seja servido mandar, que o Tribunal da Serenissima Caza de Bragança, consulte com efeito a Vossa Alteza o que entender, declarando ao ditto Tribunal por seu real avizo, que o suplicante não tem a menor precizão de dispença na Lei mental por requerer por linha recta, como consta do mesmo Alvará junto n.º 2.º protestando o suplicante, com a mais ingenua, e sincera verdade, a sua interior satisfação, a toda e qualquer rezolução que Vossa Alteza for servido mandar tomar sobre este assumpto: protestando finalmente que a razão porque o suplicante forma esta nova suplica he pella certeza que tem, de que as verdades expendidas não chegarão a prezença de Vossa Alteza Real nestes termos P. a Vossa Alteza Real seja servido deferir-lhe na forma que suplica. E. R. M.ce. João Tenreiro de Figueiredo de Mello».

Este requerimento nada produziu e D. Luiz Antonio de Souza e depois seu filho, como apontamos no vol. I destas *Memorias Archeologico-Historicas,* pag. 328, continuaram na Alcaidaria mór do castello de Bragança. Junto a elle anda uma minuta de articulados de João Tenreiro de Figueiredo de Mello para fazer valer os seus direitos á Alcaidaria mór do castello de Bragança contra a nomeação de Morgado de Matheus onde diz: que seu irmão, José Marcellino Jorge de Figueiredo Sarmento, morreu em 1793: que depois do seu regresso de Hespanha, foi reintegrado na dita Alcaidaria e a teve até á sua morte.

Consta em Bragança: que o Alcaide mór José Marcellino

Jorge de Figueiredo Sarmento cultivava relações menos licitas com D. Izabel Maria da Veiga Cabral, freira professa de Santa Clara: que o documento retro foi apenas a cohonestação de um passo mais a descuberto dessas relações e que dellas veio um unico filho que houve nome Marcos Antonio.

Á mesma collecção — *Costa Lobo* — pertence um caderno de papel almasso de 45 folios que começa por um requerimento deste tal Marcos Antonio, filho de João Manuel (1) e de Anna Maria, solteira, naturaes de Valverde, concelho de Alfandega da Fé; neto paterno de Domingos Martins, natural de Grijó de Parada e de Anna Luiz, natural de Valverde e materno de João Rodrigues Romão, de Valverde (2) e de Anna Gomes, natural da Burga, pedindo ao bispo de Bragança que mandasse proceder á sua habilitação *de genere* pois tencionava seguir o estado ecclesiastico. O despacho deste requerimento tem a data de 29 de maio de 1788. Para preparos, como hòje se diz, depositou o requerente 6$400 reis na Camara Ecclesiastica, segundo vem apontado no verso do requerimento pelo escrivão da mesma Pe. Xisto Xavier Rodrigues.

Contem ainda o mesmo caderno outro processo de justificação em que o dito Marcos Antonio é dado como compatriota do bispado de Bragança (o concelho de Alfandega da Fé ainda então pertencia á diocese de Braga) por haver onze annos que nelle reside.

Este ultimo processo encerra o depoimento do dito Marcos Antonio que declara ter então (abril de 1788), treze annos de idade e haver sempre residido em Bragança desde a idade de anno e meio.

Termina o processo com a sentença do Provisor do bispado Dr. Manuel Velho Quintella, conego na Sé de Bragança, que declara por compatriota da diocese a Marcos Antonio e outro sim, que não tem pae certo.

Contem pois este caderno dois processos: 1.º o de compatriota do bispado de Bragança; 2.º o de habilitação *de genere* feito em Valverde, concelho de Alfandega da Fé, a 6 de dezembro de 1788, em que as testemunhas inquiridas

---

(1) Depois, na justificação, vem com o nome de João Manuel Luiz Cardanha.

(2) Depois, na mesma justificação, veiu mostrar-se que este João Rodrigues Romão era natural da Eucizia, concelho de Alfandega da Fé.

declaram que o habilitando Marcos Antonio é tido e havido por filho e neto dos paes e avós indicados.

Junto ao processo encontra-se um recibo feito e assignado por Izabel Maria da Veiga, freira de Santa Clara de Bragança, em que declara: «Recebi Por Mão Do M.to R.do S.nor Pe. Sisto Xavier Rodrigues seis Mil e coatro sentos que estavam em depozito Na camara de sua Ex.cia R.ma; para jfeito das Abelitasoens de Marcos Antonio Luiz Cardanha. S.ta Clara de Bragança 18 de ABril de 1794. Izabel Maria da Veiga».

É de saber que Marcos Antonio apparece tambem algumas vezes a assignar-se em documentos appensos aos processos rètro com o nome de Marcos Antonio Luiz Cardanha.

Segundo a versão citada a filiação dada a Marcos Antonio nestes processos foi forjada para encubrir o escandalo e desde a idade de anno e meio, em que veio para Bragança, até á de oito, foi creado, por especial concessão, no convento de Santa Clara de Bragança.

Marcos Antonio não seguiu a carreira ecclesiastica e cazou com D. Rita Maria Thereza de Oliveira da Costa Lobo de quem teve, alem de outros filhos que não deixaram descendencia, a Francisco Miranda Catalão pae do actual lente de Mathematica da Universidade de Coimbra Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo, lustre da terra bragançana, nascido em Curopos, concelho de Vinhaes, a 18 de fevereiro de 1864.

O titulo — Catalão — não era propriamente appellido; com elle designava o povo a familia da mulher de Marcos Antonio, por terem os irmãos desta entrado com distincção na guerra do Rousilhão.

Francisco Miranda Catalão tambem em alguns documentos publicos se assignava Francisco Miranda Cabral Oliveira Catalão, deduzindo evidentemente o appellido — Cabral — da avó paterna D. Izabel Maria da Veiga Cabral (na clausura D. Izabel Maria Gerarda da Assumpção) nascida em Chaves a 4 de julho de 1736, filha do general Francisco Xavier da Veiga Cabral, governador da praça de Chaves, da illustre familia — Veiga Cabral — de Bragança, que conta entre seus membros um dos mais celebres bispos desta diocese, um vice-rei da India e os antigos viscondes de Mirandella e de D. Rosa Joanna de Moraes Pimentel, que, com quatro irmãs mais novas: D. Rosa Maria, na clausura D. Rosa Maria da Annunciada, nascida em Chaves a 9 de agosto de 1737; D. Francisca Maria Xavier da Conceição, nascida em Chaves a 4 de outubro de 1738; D. Luiza Maria, na clausura D. Luiza Maria Clara, nascida em Chaves a 15 de março de 1740 e

D. Maria Joanna, na clausura D. Maria Joaquina de S. José — professaram a 14 de fevereiro de 1759 no convento de Santa Clara de Bragança, como tudo consta do respectivo processo que se guarda no Archivo do Paço Episcopal em Bragança, organizado a 6 de fevereiro de 1759 por Sebastião da Veiga Cabral, abbade de Carrazedo, fidalgo capellão da Casa de Sua Magestade, de commissão do bispo de Miranda D. Frei Aleixo de Miranda Henriques.

Os *freiraticos* deixaram de si viva recordação no ultimo periodo decadente da vida monastica, principalmente no tempo em que el-rei D. João V era o principal dentre elles, a despeito da lei vigente que os condemnava á morte (1).

Na *Memoria Genealogica,* ou *Apparato para o tractado das genealogías da provincia de Traz os Montes,* de Manuel de Queiroga Correia Carneiro de Fontoura, reitor de Lamas de Orelhão, que se conserva manuscripta na Bibliotheca Municipal do Porto, folio 133, se diz que Pedro Ferreira Sarmento de Sá, moço fidalgo da Casa Real, cavalleiro da Ordem de Christo, nono senhor do morgadio de Tiozello (Tuizello), «entrou em hum baú no convento de Santa Clara de Vinhais e teve de hũa freira hũa filha cbamada D. Maria Antonia que cazou com Francisco Xavier da Veiga fidalgo da Casa Real filho do general e nao teve successão e acabou esta casa».

Na familia tinha pais a freira de Bragança caso identico ao que lhe passou.

Como nota de familia seja-nos permittido additar que junto a estes documentos se encontra uma certidão passada por João Fernandes do Pacio, então (1792) parocho de Grijó de Parada e anteriormente de Aguas Vivas, irmão de nossa bis-avó materna, nascido em Baçal a 4 de março de 1738 e aqui fallecido a 7 de março de 1794.

---

(1) *Ordenações,* liv. V, tit. XV.

População, industrias e vida social no districto de Bragança em 1796

	Homens	Mulheres	Barbeiros	Ecclesiasticos seculares	Regulares	Freiras	Seculares	Recolhidas	Pessoas literarias	Sem occupação	Negociantes	Cirurgiões	Boticarios	Cabaleireiros	Lavradores	Jornaleiros	Trocedores de seda	Fabricantes de seda	Fabricantes de lã	Fabricantes de ferro	Fabricantes de courama	Alfaiates	Sapateiros	Carpinteiros	Pedreiros	Ferreiros	Ferradores	Surralheiros	Espingardeiros	Latoeiros	Cadeireiros	Tinturreiros	Moleiros	Selleiros	Ceriéiros	Cordoeiros	Pintores	Caiadores	Penteiros	Enchambolad.	Padeiros	Favaceiros	Ourives	Chapeleiros	Louceiros	Tanoeiros	Cardadores	Almocreves	Mineiros	Barqueiros arrhaes	Marinheiros	Soqueiros	Coronheiros	Pastores	Creados	Creadas
Abreiro	308	340	–	8	–	–	–	–	1	12	1	–	1	–	108	73	–	–	–	–	–	8	3	4	–	1	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Alfandega da Fé	2275	2412	6	56	–	–	–	–	3	64	25	2	3	–	396	366	–	–	217	–	–	30	33	15	8	11	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6	8	8
Algoso	1660	1601	5	42	4	–	–	–	5	33	13	–	–	–	490	159	–	–	38	–	–	10	41	14	5	19	–	–	–	–	–	–	11	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	77	–	–	–	–	–	–	36	146	68
Asinhoso	117	126	–	4	–	–	–	–	1	7	4	2	–	–	32	13	–	–	–	–	–	2	5	3	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	63	61	70
Bemposta	818	707	1	6	–	–	–	–	–	7	–	3	–	–	252	64	–	–	–	–	–	2	14	11	9	8	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	6
Bragança	15293	14678	65	387	26	132	43	–	21	1094	22	11	7	2	2983	1635	11	407	–	–	–	195	215	137	77	65	8	2	–	–	–	–	24	30	2	2	–	–	–	–	43	25	2	16	–	–	13	–	–	–	–	–	31	12
C. de Anciães	2921	3251	9	44	–	–	–	–	10	188	11	3	1	–	731	738	–	–	–	–	–	45	32	10	14	4	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	33	–	–	13	–	–	–	–	–	869	953
Chacim	439	410	2	10	20	–	–	–	4	5	–	–	1	–	39	35	–	54	–	–	–	9	11	7	2	5	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	14	–	–	–	–	–	169	157	92
Cortiços	299	241	1	5	–	–	–	–	–	3	–	1	–	–	46	19	–	–	–	–	–	1	7	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	6	37	18
C. Vicente	1513	1534	–	47	–	–	–	–	4	41	–	6	–	–	232	209	–	–	–	–	–	25	24	17	4	13	1	–	–	–	–	–	27	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	27	9
Ervedosa	217	227	2	5	–	–	–	–	–	5	–	1	–	–	96	14	–	–	–	–	–	3	6	5	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	34	5	–	–	–	–	–	21	77	23
Failde e Carocedo	97	86	1	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19	11	–	–	–	–	–	2	2	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12	8
Frechas	224	203	2	3	–	–	–	–	1	3	2	1	–	–	26	24	–	–	–	–	–	3	5	5	–	1	–	–	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5	7	7
Freixiel	408	470	–	4	–	–	–	–	37	2	–	–	–	–	129	92	–	–	–	–	–	7	8	10	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12	10	9
Freixo	1602	1665	2	17	20	–	–	–	4	29	4	3	2	–	258	221	–	–	–	–	–	26	29	8	–	13	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19	21
Frieira	46	48	–	1	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	20	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	11	–	–	–	16	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	48	42
Lamas de Orelhão	1387	1441	3	44	–	–	–	–	2	114	–	2	–	–	242	238	–	–	–	–	–	20	19	27	9	2	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	2	2	3
Miranda	3606	3653	–	72	14	–	–	–	8	146	11	8	2	–	1194	218	–	–	80	–	–	68	64	42	8	31	8	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	28	75	79
Mirandella	3075	3006	10	54	16	–	–	–	12	124	29	8	4	–	424	383	–	–	–	–	–	46	35	17	2	9	7	–	–	–	–	–	12	2	6	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	90	138	123
Mogadouro	2761	2880	8	51	12	–	–	–	3	41	–	7	1	–	621	367	–	–	–	–	11	40	77	45	10	18	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	152	133	123
Moncorvo	3228	3302	20	59	19	–	–	15	8	72	12	20	3	–	775	485	–	–	–	–	–	40	55	24	24	20	9	–	–	–	–	–	43	–	–	8	1	–	–	–	–	–	–	–	20	–	–	–	33	–	–	–	–	78	121	99
Monforte	3504	3687	17	62	–	–	–	–	6	185	4	12	3	–	1447	264	–	–	–	–	–	81	35	49	2	20	3	–	–	–	–	–	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	24	–	48	80	74
Móz	651	674	4	10	–	–	–	–	2	3	3	–	–	–	107	57	–	–	2	–	–	5	7	3	1	2	1	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	96	73
Nozellos	298	271	2	7	–	–	–	–	3	11	–	1	–	–	75	42	–	–	–	–	–	7	4	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7	8	–	–	–	–	56	7	5
Oiteiro	1818	1813	4	31	–	–	–	–	3	74	–	3	2	–	470	101	–	–	–	–	240	25	30	6	7	14	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	17	35	38
Paçó	496	531	3	6	–	–	–	–	2	30	–	2	–	–	75	45	–	–	–	–	–	9	2	1	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32	33	34
Pena Roia	850	931	–	17	–	–	–	–	1	15	–	–	–	–	259	96	–	–	–	–	–	15	19	16	5	12	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	24	38
Pinhovello	35	36	–	1	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	4	3	–	–	–	–	–	1	1	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37	42	37
Rebordãos	300	255	1	3	–	–	–	–	–	10	–	–	–	–	110	18	–	–	1	–	–	4	1	4	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	3	2
Rebordainhos	137	139	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	34	8	–	–	–	–	–	1	2	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19	9
Sezulfe	94	7	2	1	16	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	25	–	–	–	–	–	2	2	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	5	6
D. Chama	1391	1289	4	17	–	–	–	–	3	41	6	4	2	–	290	140	–	–	–	–	–	24	20	7	14	4	5	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	16	4
Valdasnas	170	192	–	1	–	–	–	–	–	6	–	–	–	–	25	6	–	–	–	–	–	1	2	1	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7	–	–	–	–	–	56	47
Val de Nogueira	74	73	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	34	20	–	–	–	–	–	1	3	2	1	1	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	2
Val de Prados	127	121	–	2	–	–	–	–	1	3	–	–	–	–	27	11	–	–	–	–	–	5	5	3	–	2	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	4	3
Villas Boas	483	451	1	8	–	–	–	–	–	13	–	1	1	–	92	144	–	–	–	–	–	7	5	4	–	3	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	4	4
Villa Franca	83	70	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	14	4	–	–	–	–	–	1	–	1	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	37	16
Villar Seco de Lomba	1013	1113	–	26	–	–	–	–	3	31	–	5	–	–	335	209	–	–	–	–	–	16	16	28	10	2	–	–	–	–	–	–	8	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	3	2
Villarinho da Castanheira	1760	1566	3	19	8	–	–	–	8	66	17	5	1	–	213	509	–	–	–	–	–	29	21	24	14	6	3	–	–	–	–	–	2	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	44	60	53
Vimioso	925	994	3	9	–	–	–	–	1	31	5	–	–	–	173	22	–	–	–	–	–	16	25	6	3	10	1	–	–	–	–	–	6	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	50	35
Vinhaes	2787	3086	3	69	23	31	9	–	5	148	12	5	3	–	594	373	–	34	4	–	–	38	29	33	14	13	6	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	126	–	–	–	–	–	–	22	20
																																																													60	85	116 (1)

(1) Copiádo do manuscripto existente na Bibliotheca do Porto, intitulado — *Descripção da Provincia de Tras os Montes, suas comarcas, e População*, — feita no anno de 1796, por Columbano Pinto Ribeiro de Castro.

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 3, pag. 176)

Com reis assim (1), não podiam os vassalos hombrear, como não raro sucedia para àlêm dos Pirineus (2). A grande independência individual, geralmente disfrutada pelos temíveis barões dos países galo-germanos, não era apanágio vulgar da classe nobre entre nós. E, quando esta se travava de razões com os seus príncipes, obedecia mais a disputa, a cubiças comesinhas e grosseiras, do que a quaisquer aspirações políticas ou intentos de emancipação. A estrutura singular da sociedade peninsular, com relação à dos outros países genuinamente feudais, deveria impôr um carácter também especial à Cavalaria portuguesa. E teve-o.

Era uma das condições mais caracteristicas do feudo, a obrigação do serviço militar do feudatário para com o suzerano. Guizot considera êste género de serviço como sendo a origem e a base própria do vínculo feudal. Em nossa terra, durante o primeiro periodo da sua História, dava-se exactamente o contrário no regimen da propriedade aristocrática,

---

(1) «O direito em Leão e Castella, seguindo as tradicções da realeza no imperio visigothico, reconheceu sempre a superioridade do poder do rei sobre o de todos os senhorios. No conjuncto das disposições do concilio, ou antes côrtes mixtas, de Leão de 1020 (as primeiras leis geraes, depois da reconquista que chegaram até nós) transparece com evidencia a autoridade suprema do monarcha.... O direito que temos achado estabelecido em Leão e Castella, e segundo o qual a realeza exercia a suprema magistratura em relação directa a todos os senhorios, era o mesmo que prevalecia em a nova monarchia portugueza». (H. da Gama Barros, *loc. cit.*, de fl. 156 a 159).

(2) Ver em Capefigue, *loc cit.*, tom. II, no cap. XVII, a fl. 38 e seguintes.

porque a *coutavam* (1) e *honravam;* e *couto* e *honra* significa a isenção do serviço militar (*hoste* (2) e *fossado*) (3), bem como dos tributos em dinheiro e géneros *(fôro),* e das penas pecuniárias *(peita).* Assim, os donos dos domínios nobres em vez de obrigados, ficavam isentos do tributo de sangue.

Infere-se pelo que deixo apontado que os bens da corôa, embora largamente distribuidos pela nobreza e pelo clero, não se destinavam a subsidiar a fôrça pública do reino; e, como se tornava indispensável have-la, instituiram-se esti-

---

(1) Diz uma antiga carta de D. Dinis: «Coutar uma terra é escusar os seus moradores de *hoste* e de *fossado*, de *fôro*, e de *toda a peita*». (Liv. 3.º da Chancelaria de D. Dinis, fl. 72 — nas *Memorias da Academia*, tom. VI, parte II, fl. 120). — Escreve A. Herculano: «Esta definição de *Couto* é extensiva á *Honra*, que A. C. do Amaral provou ser a mesma cousa que o couto, quanto á identidade dos privilegios. Dizemos quanto á identidade dos privilegios, porque a nossa opinião é que as suas origens eram diversas e que alem d'isso a denominação d'*Honra* era mais vaga, estendendo-se ás propriedades dos cavalleiros villões, do que se encontra provas a cada passo nos foraes.... Pelo que toca á differença de origem, se não nos enganamos, o Couto procedia de um acto especial do rei, que privilegiava um territorio ou herdamento, e a Honra adquiria esta qualidade mais pelo simples facto de pertencer a um nobre do que por mercê do rei». (*Apontamentos para a historia dos bens da corôa e dos foraes*, no *Panorama* de 1843, fl. 372). — Nas *Memorias da Litteratura Portugueza da Real Academia das Sciencias*, no tom. I, a fl. 98 e no tom. II, a fl. 171 trata-se da diferença que havia entre as *behetrias, honras e coutos.* — Estes *Coutos* ou *Honras* costumavam ser designados ou por marcos ou balizas, ou pela Carta que os concedia, ou por pendão real que nesse lugar se alevantava. (Coelho da Rocha, *loc. cit.*, fl. 72, § 82). Sôbre *Coutos* e *Honras*, veja-se: *Ordenações Affonsinas*, liv. II, tit. 65; *Monarchia Lusitana*, part. V, liv. XVI, cap. LXIX. — Fr. J. de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario*, palavras: *Couto III* e *Honras I.* — A. C. do Amaral, Memoria 5.ª *Para a legislação de Portugal*, no tom. VI, da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias.* — Coelho da Rocha, *loc. cit.*, fl. 71.

(2) Ir *em hoste* significava a obrigação militar dos nobres que venciam sôldo. (A. Herculano, *loc. cit.*, no *Panorama* de 1843, fl. 397).

(3) Ver no *Elucidario* de Viterbo, a palavra *Fossado*. Consultar A. Herculano no *Panorama, loc. cit.*, a fl. 397 e na *Historia de Portugal*, vol. III, fl. 321. — Àlêm da *hoste* e do *fossado* havia outros deveres militares: o *apelido* era o chamamento geral para a defêsa do concelho ou da povoação ameaçada; a *azaria* (lê-se no *Elucidario*: « ... nas terras limitrophes ou fronteiras dos Mouros, não era facil nem seguro sahir aos montes, soutos e devezas, que distavam das praças, a cortar lenhas, e madeiras para os usos dos moradores; andando continuadamente aquelles barbaros correndo o campo, e procurando cativar os que achavam menos prevenidos, e armados. Para evitar, pois, este perigo não sahiam os Christãos a fazer os ditos córtes, e matadas, senão escultados com boa guarda militar, a qual muitas vezes era precisada a chocar com

pêndios (1) especiais, para remunerar os serviços militares dos fidalgos e dos seus homens de armas, e criou-se uma milícia gratuita, protegida por variados privilégios, saída das gentes dos concelhos. Os chamados cavaleiros vilãos (2) (*Cabalary* ou *Milites villani*) figuravam na primeira ordem desta milícia. Eram lavradores, de vulgar estirpe, pequenos proprietários rurais, «que por ter posses de sustentar cavalo, se faziam caualeiros, & não querião seruir como peões na guerra, com isto se izentavam de algumas imposições a que eram sujeitos os que não tinham cavalo» (3). A importância das imunidades e prerogativas conferidas a esta classe, entre as quais figura a isenção de *jugada* ou *ração*, indica o alto valor atribuido aos seus préstimos guerreiros (4). Competia

---

os inimigos, emquanto aquelles trabalhavam com os machados, cortando, compondo e apromptando as cargas, e carros, que deviam ser conduzidos á praça. E como os machados se chamavam n'aquelle tempo *aʒas*, ou *aʒʒas* (como hoje pronunciam os Italianos) de que ainda ficou aos Hespanhoes o nome de *hacha*, e aos francezes o de *hache;* por isto a este serviço, que com machados se fazia, se chamou *aʒaria*); a *atalaya* consistia na obrigação de vigiar o campo, fortalezas, praças e presidios. (Ver as *Ordenações Affonsinas*, parte II, tit. 26, liv. X; e no *Elucidario* a palavra *Atalaya II*, que nos ficou do arabe, derivado do verbo *Tálea* que na oitava conjugação significa *vigiar, olhar ao longe, descobrir com a vista*); a *guardia* seria a obrigação de vigiar tambem o inimigo correndo roldas (rondas) ou patrulhas». (A. Herculano, no *Panorama, loc. cit.*, fl. 397).

(1) Escreve o Conselheiro Gama Barros: «Eram evidentemente: as tenencias, que vimos serem amoviveis; os prestamos, isto é (em um dos sentidos da palavra), o usofructo temporario ou vitalicio de redditos ou de terra em retribuição de cargo ou serviço publico; as prestações certas em dinheiro ou generos; as consignações de determinados rendimentos fiscaes, aquillo que as *Partidas* chamam «tierra» e «honor». (*Loc. cit.*, tom. I, fl. 194).

(2) Viterbo, *Elucidario*, palavra *Cavaleiro*. — A. Herculano, *Historia de Portugal*, tom. III, fl. 320, e no citado artigo do *Panorama* de 1843, a fl. 396 e 397. — H. da Gama Barros, *loc. cit.*, tom. I, fl. 495.

(3) *Quinta Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XVI, cap. XXIX.

(4) Os Cavaleiros vilãos tinham o fôro judicial dos infanções, e o título de *Honras* para as suas propriedades; estavam isentos do tributo de *jugada* e do dever de hospedar os cavaleiros nobres, oficiais do rei e outros personagens que passassem pelo concelho; recebiam parte das multas criminais nos casos em que os culpados fossem mancebos, ou malados das suas aldeias, e não podia seguir o processo contra êstes depois da citação, emquanto o Cavaleiro vilão, estando ausente, não voltasse ao concelho; dispunham da liberdade de servirem como homens de armas os senhores e os nobres, sem perderem por isso os seus privilégios municipais; nos concelhos onde os montados não eram livres, pertenciam-lhes, por via de regra, os direitos deles e também os isenta-

aos cavaleiros vilãos, o serviço militar que se chamava de *fossado,* áspero e perigoso, consistindo nas terríveis correrias e cavalgatas que talavam os campos inimigos e destruiam tudo, quando não pilhavam os rebanhos e as colheitas.

Entrincheiravam-se depois em valos, alevantados com a terra das *fossas* que abriam, e quedavam-se assim, na defensiva, guardando a retirada dos companheiros, ocupados a recolher os despojos dos sarracenos. O *fossado,* começava geralmente na primavera e concluia, o mais tardar, no fim do verão. Era um dever anual, e quando não se cumprisse, importava a multa, chamada *fossadeira* (1). Embora nos antigos monumentos se encontre alguma vez o vocábulo *miles,* que significa o cavaleiro nobre, a designar o cavaleiro vilão, não se confunda esta classe com o instituto da Cavalaria (2). A milícia dos concelhos, na qual se encorporavam também os peões, era a tropa daqueles tempos, organizada e mandada pelo poder central. Não recebiam os *Milites villani* as armas, com espécie alguma de cerimónias, e estavam longe de se propôr ao cultivo dos magnos ideais, por cuja efectuação puniam os afiliados na Santa Ordem; representavam porêm, um elemento apreciável de equilíbrio político, neutralizando de algum modo, em benefício da realeza, o poder da aristocracia.

Mas, o sôldo dado aos cavaleiros nobres *(miles)* que haviam a obrigação directa e pessoal do serviço militar (3), e não a dimanada sòmente da posse da terra, como acontecia nos estados lidimamente feudais, impunha-lhes, como é fácil de ajuizar, mais apertada subordinação aos seus soberanos.

---

vam de alguns direitos de portagens. Lê-se nos foraes de alguns concelhos que quando o Cavaleiro perdia a sua montada em batalha ou em qualquer recontro, recebia outra do rei. Também quando se inutilizavam por doença ou velhice, mantinham os cavaleiros vilãos as suas prerogativas de classe e transmitiam-nas às suas viuvas que as conservavam emquanto não mudassem de estado. (Sôbre êste curioso assunto veja-se: A. Herculano, na *Historia de Portugal,* tom. IV, fl. 313 e no citado artigo do *Panorama* de 1843, a fl. 397; *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Leges et Consvetvdines,* em muitos dos forais ali insertos, e na *Collecção de Livros Ineditos da Historia de Portugal,* tom. IV, n.º 3. *Foros Antigos*).

(1) Ver no *Elucidario* a palavra *Fossadeira.* II. — A. Herculano, *Historia de Portugal,* tom. III, fl. 324. — H. da Gama Barros, *loc. cit.,* tom. I, fl. 501.

(2) *Sexta Parte da Monarchia Lusitana,* liv. XVIII, cap. XX.

(3) *Siete Partidas,* Partida II, tit. 19. *Qual deue ser el pueblo, en guardar al Rey de sus enemigos.*

Eram êstes os dispensadores supremos e sem apêlo, não só de tais estipêndios, mas ainda dos prémios que galardoavam os altos feitos (1). E o ofício pago, regulamenta-se. Foi o que sucedeu com a Cavalaria em Portugal e Espanha. E estatui-se até ao exagêro, como se comprova no exame das *Siete Partidas,* aonde a minúcia desce ao detalhe das comidas, das bebidas, das leituras que conviriam melhor aos cavaleiros (2). Também neste código espanhol, como nas leis portuguesas, se concedem importantes privilégios aos *miles.* Nas solenidades religiosas tomavam o primeiro lugar a seguir aos prelados, sacerdotes, reis e principais senhores «a que elles ouiessen de obedescer, e de seruir» (3). Na mesma altura recebiam ou ofereciam a Paz, na missa. À mesa dos cavaleiros apenas se sentavam seus iguais, «o ome que lo meresciesse por sú honrra, o por su bondad»; e só os de semelhante categoria poderiam altercar ou disputar com êles. Eram as suas moradas invioláveis e «ninguno non gelas deve quebrantar, si non por mandado del Rey, o por mandado de Justicia, por cosa que ellos oviessen merescido». Quando possuissem bens móveis ou de raiz, penhoráveis, não lhes arrestavam os cavalos nem as armas; e, ainda na hipótese contrária, nunca aos credores seria tolerado, apoderarem-se do cavalo de serviço, ou desmontar os *miles* «de las outras bestias en que caualgassen». Não se consentia a ninguem que fizesse penhora em casa de cavaleiro, quando êle ou sua mulher estivessem presentes. Outrosim disfrutavam os afiliados na Santa Ordem do favor, então, concedido apenas nas outras classes, aos menores de vinte e cinco anos, de apresentarem provas que fizessem valer seus direitos, ainda depois de pronunciada a sentença (4); e, mais se lhes facultou várias facilidades na forma de testar, quando se encontrassem em serviço de guerra ou em perigo de vida, por motivo de algum feito de armas (5).

Em matéria crime também se outorgavam importantes

---

(1) *Siete Partidas*. Partida II, tit. 27. *De los gualardones e como se deuem de fazer*. Lê-se na Ley 6, dêste título: «Noble razon han los gualardones q̃ pueden ser fechos en los omes, quãdo fazẽ servicios señalados a sus señores en guerra, assi como diximos. Mas no lo puede fazer otro si nõ Emperador, o Rey...».

(2) *Idem*. Partida II, tit. XXI, ley XIX e XX.

(3) *Idem*. Partida II, tit. XXI, ley XIII.

(4) *Idem*. Partida II, tit. XXX, ley XXIIII.

(5) *Idem*. Idem e Partida VI, tit. 1, ley IV.

isenções aos cavaleiros. Não eram metidos a tormentos (1), salvo nos delitos de lesa-magestade, falsidade, cárcere privado ou feitiçaria. Não deviam ser presos senão por feitos a que correspondesse a pena de morte; e ainda mesmo neste caso, a captura só se efectuaria por mandado especial do rei (2). Quando tinham de aplicar-lhes a pena de morte, não os aviltavam, levando-os de rastos, dependurando-os na fôrca, ou espostejando-os; decapitavam-nos simplesmente ou deixavam-nos morrer à fome, «quando quizissen mostrar, contra el gran crueza, por algund mal que oviesse fecho (3). Já nos capítulos IV e VII desta obra, apontei as principais disposições que se lêem no *Codigo Affonsino* (4), para regulamentar a Cavalaria em Portugal; e adverti que exceptuando as *Siete Partidas,* não conhecia tômo, em qualquer dos países feudais da Europa Central, onde se encontrassem coligidas as regras da Santa Ordem (5).

---

(1) *Siete Partidas,* Partida II, tit. XXI, ley XXIIII, e *Ordenações Affonsinas,* liv. 5.º, tit. 87.

(2) *Ordenações Affonsinas,* liv. 5.º, tit. 94.

(3) *Siete Partidas*. Partida II, tit. XXI, ley XXIIII.

(4) Cap. IV, fls. 67, 68, 71, 72, 75 (nota 3), 79, 89; cap. V, fls. 93, 94, 95, 98 (nota), 100 (nota), 109; cap. VII, fl. 143 (nota 3), 146.

(5) Cap. IV, fl. 70. — Nos países feudais, do outro lado dos Pirineus, embora se não pormenorizasse com tanta minúcia as honras e isenções conferidas aos *miles,* outorgavam-se-lhes tambêm altas distinções. Lê-se na *Ordem de Chevalerie:*

«Car je vous dì en verité
Que li chevalier a pooir
De toutes ses armes avoir
Et en sainte eglise aporter,
Quant il vient le messe escouter,
Que nus mauvés ne contredie
Se serviche le fill Marie».

E não só tinham o direito de entrar armados na Igreja, mas ainda, sempre que ouviam missa, quando se levantavam à estação do Evangelho, «ils mettoient l'èpée à la main & la tenoient la pointe en haut pour marquer la disposition continuelle où ils étoient de défendre la Foi». (La Curne de Sainte Palaye, *loc. cit.*, tom. I, fl. 77). — Escreve o Padre Menestrier: «Les chevaliers jouissoient de plusieurs avantages extérieurs qui rehaussoient l'eclat de cette profession par des prérogatives honorables, & qui donnoient à ceux qui l'exerçoient une prééminence marquée sur tous les Ecuyers, & sur tout le reste de la Noblesse. Ces distinctions consistoient dans l'armure, dans l'habillement, dans les titres &c.... On les distingoit dans le discours & dans les actes par les titres de *Dom, Sire, Messire, Monseigneur:* ou donnoit à leurs femmes les titres de *Dame, de Madame* &c. (*loc. cit.*, Leçon XLVII). — Lê-se em Sainte Palaye: «... un homme (o cavaleiro) dont tous les pas étoient dirigés par l'amour du bien public, & qui ne marchoit que pour affranchir les autres, devoit être affranchi de toute contrainte & de toute es-

Esta preocupação de impôr leis positivas à Cavalaria, de minuciar em diplomas todos os seus deveres e imunidades, ritos, privilégios e castigos, denuncia bem a índole dominadora dos soberanos da Península, o seu intento sempre crescente de intervir em tudo e de tudo subordinar directamente ao seu mando. Semelhante regimen trouxe como conseqüência inevitável, enfraquecer a iniciativa individual do nosso *miles* e os que se afoitassem a rasgos de maior independência não concitavam o favor régio. Exemplo frisante está na história do grande Cid; nunca as suas insubmissas cavalarias desvaneceram o tambêm célebre e aliás generoso rei Afonso VI. A contra-prova verifica-se na superior importância que as ordens militares obtiveram, nos primeiros séculos da nossa nacionalidade, sôbre a Cavalaria. Para o árduo labor da reconquista inculcava-se melhor a fôrça organizada com severa disciplina, do que a audácia pessoal, tanta vez caprichosa e insubmissa. Havia mais a contar com o monge militar, aperfeiçoado pela regra, trazido para a luta pela ambição sublime de ganhar o ceo, macerando o corpo para aperfeiçoar a alma, do que com êsses cavaleiros das côrtes feudais, nomeados nos romances pela fúria porque renhiam com os seus pares, ou pela ardideza porque afrontavam a morte na aventura galante. Esta guerra longa, quási sem intervalos, em que se debateu a monarquia portuguesa, com maior intensidade até à conquista total do Algarve, no reinado de D. Afonso III, imprimiu certa unidade à acção da nossa Cavalaria e impoz-lhe naturalmente costumes frugais senão rudes. Assim, os primeiros portugueses cuidavam de preparar os seus filhos para o áspero ofício da guerra, acostumando-os desde a infância na parcimónia, tanto no trage como nos manjares. O exemplo vinha de alto, porque era dado pelos nossos reis (1). «De modo que — adverte Seve-

---

pèce de servitude; rien ne devoit retarder sa marche: le chevalier, conformément à l'ancien privilége des soldats romains, étoit exempt de payer les droits de vente des denrées & des autres marchandises achetées pour son usage particulier, & même de toute espèce de péage. Son armure & son equipage le faisoient reconnoître de loin: à son approche, toutes les barrières s'ouvroient pour lui laisser un libre passage. Par la même raison, si le sort des armes le faisoit tomber au pouvoir d'un ennemi, sa dignité seule l'affranchissoit des fers que l'on eût donnés à des prisoniers d'un ordre différent: sa parole étoit le lien le plus capable de le retenir». (*Loc. cit.*, tom. I, fl. 300).

(1) «E posto q̃ os Reys de Portugal taixarão sempre com grande parcimonia os gastos ordinarios da sua casa, reseruando as demasias para

rim de Faria (1) — na virtude da temperança se poderia comparar esta nossa Republica, até ao tempo de nossos Avós, com a tão celebrada dos Lacedemonios».

Os costumes simples e severos haviam uma larga tradição na Península. Sempre engolfados em guerra árdua, disputando o território palmo a palmo, ora avançando, ora retrocedendo, perdendo hoje as aldeias e castelos ontem tomados, para os recuperar no outro dia, espraiando-se em devastadoras correrias pelos campos agarenos, e defrontando-se tambêm com as cavalgadas dos árabes que por seu turno invadiam as terras dos nazarenos, calcando searas, roubando colheitas, abatendo os pomares, praticando o incêndio e o roubo — em semelhante vida de perigos, de incertezas, de tribulações, de imprevisto e de instabilidade, os nossos antepassados não encontravam naturalmente condições propícias, para contrair hábitos de luxo e de confôrto. Já um cronista (2) musulmano oferece o seguinte lindo retrato dos valorosos companheiros de Pelayo: «Vivem como feras; nunca lavam o corpo, nem os fatos que nunca mudam, conservando-os até que de velhos caem a pedaços».

Num dos romances (3) do Cid vem um traço característico da sobriedade castelhana. O sultão da Pérsia desejou a amizade de Rui Dias, e enviou-lhe embaixadores para o saudar e mimosear com riquíssimos presentes. Recebeu o *Campeador,* então já encanecido e debilitado, os embaixadores com a sua costumada franqueza, e conta o romance: «e elle lhe mostrou em seguida seus thesouros, sua esposa e suas filhas. Ellas não estavam, é verdade, cobertas de perolas, ellas estavam sem enfeites e sem pedrarias, mas a bondade, a inocencia de seu coração, lia-se sobre cada rosto. Os dois enviados admiraram a beleza das suas filhas, e ainda mais se admiraram da simplicidade de seus costumes, da modestia de sua casa».

Alexandre Herculano no impressionante episódio que tão bem soube pintar, da morte do *Lidador* (4), acentua que as

---

as necessidades publicas da guerra, aonde nunca ha esceso que se possa censurar com nota da superfluidade...». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. IX, cap. V).

(1) *Noticias de Portugal*, Discurso II, § I.

(2) Citado por Oliveira Martins, na *Historia da Civilisação Iberica*, liv. III, cap. II. *Os elementos naturaes.*

(3) *Romance 62.*

(4) *Lendas e Narrativas*, tom. II, fl. 75.

armaduras lisas e polidas dos árabes «contrastavam com a rudeza das dos christãos, apenas defendidos por pesados cascos de ferro, e por grossas cotas de malha do mesmo metal: mas as lanças d'estes eram mais robustas, e as suas espadas mais volumosas do que as cimitarras mouriscas».

A pragmática de D. Afonso III (1258) (1) a fl. 198 do *Portvgaliæ Monvmenta Historica, Leges et consvetvdines,* é assás rigorosa. Nem a si próprio, o monarca *Bolonhez,* permitia tafularias, quer no vestuário, quer na mesa, quer na organização dos serviços domésticos, ou do trem de caça ou de cavalaria. Que El-Rei «vesta seu corpo como se quizer vestir mas nom ponha adubo nem pannos nem traga cordas longas» (2). Na cozinha real, nos chamados dias de carne, «nom adubem senom de duas carnes» (3); nos dias de magro, para o jantar, «dê tres pescadas ou dê dous e hum pescado seja de duas guisa» (4). Na sua estrebaria «El Rey aia seis bestas para seu corpo» (5), e na reposte seis azemolas, na cozinha tres, e para a copa uma, para carregar com os fintos outra, e ainda uma outra para a capela (6). Para a caça tinha um monteiro, quatro homens monteiros e quatro falcoeiros (7).

Concede a pragmática de D. Afonso IV (1340) (8), mais um prato de carne ao jantar; regulamenta o vestuário e limita as comitivas dos prelados e dos ricos homens. Apenas o rei e seus filhos podiam ostentar vestidos de panos de ouro ou de solia, tabardo, redondel e garvaia de escarlata vermelha. Permitia aos cavaleiros que adquirissem anualmente dois pares de panos, compreendendo cada par: manto, pelote e sáia, ou tabardo, capeirão, pelote e sáia. Só os que disfrutassem certos rendimentos próprios ou havidos da corôa, tinham direito a forrar de penas de veiros os seus tabardos e mantos e a ajaezar com sélas doiradas ou prateadas, ou com seda ou cordões, os seus cavalos. Também as comitivas eram reguladas pelos haveres dos que as traziam à côrte. A lei de 1261 (9) dava a comitiva de dez cavaleiros ao rico

---

(1) *Portugaliæ Monvmenta Historica, Leges et consvetvdines,* fl. 198*
(2) Degredo decimo terceiro.
(3) Degredo decimo quarto.
(4) Degredo decimo quinto.
(5) Degredo primeiro.
(6) Degredo segundo.
(7) Degredo terceiro.
(8) H. da Gama Barros, *loc. cit.*, tom. I, fl. 533.
(9) *Portvgaliæ Monvmenta Historica, Leges et Consvetvdines,* fl. 202.

homem, cujas rendas perfizessem dez mil maravedis. Por um documento atribuído a Afonso III, pelo editor do *Portvgaliæ Monvmenta* (1), presume-se que a comitiva do cavaleiro seria apenas de dois escudeiros. D. Afonso IV ainda cometeu a crueldade tão anti-estética, de proíbir aos *miles* e a suas mulheres o uso de cinta de ouro ou esmaltada.

Esta singeleza de costumes em Portugal, mantida porventura até à entrada do século XV, destaca, com maior relêvo, quando a confrontamos com o luxo que desde o século XIII, se estadiava nas côrtes feudais da Europa Central (2). Já nos meados do século XI os grandes feudatários afrontavam os monarcas com as suas côrtes verdadeiramente régias (3). Nada lhes faltava. Era enorme o número de oficiais e cortezãos que rodeavam estes senhores e formavam os seus cortejos (4). O duque de Lencastre, pai da nossa raínha D. Filipa, quando veiu a Espanha, com a duqueza sua espoza e com suas filhas, em 1386, alêm dos muitos nobres que constituíam a sua côrte, fez-se acompanhar por mil criados (5). As altas personagens eclesiásticas não lhes ficavam atraz. Em França, os abades do célebre mosteiro de S. Diniz (6) saíam sempre escoltados por luzida companhia de dignitários eclesiásticos e seculares.

A caça desde o tempo de Carlos Magno praticava-se na côrte dos reis francos com grande esplendor (7) e com igual

---

(1) *Portvgaliæ Monvmenta Historica, Leges et Consvetvdines*, fl. 290.

(4) Violet le Duc, *Vie privée de la noblesse fèodale: Cours, fêtes, banquets*, no *Dictionnaire du Mobilier*, tom. I. — P. Lacroix, *Mœurs, usages et coutumes au Moyen Age et a la Renaissance.* — Baudrillart, *Histoire du Luxe.* — Leon Gautier, *Le Chevalerie*, etc.

(3) Veja-se nesta obra o cap. III, fl. 57.

(4) Guizot, *Histoire de la Civilisation en France*, tom. III, sixième léçon.

(5) «Et étaient bien largement mille lances, chevaliers et ecuyers, de bonnes gens, et doux mille archers et mille gros varlets.» (*Les Chroniques* de Sive Jean Froissart, liv. III, cap. XXXII).

(6) «Lorsque l'abbé de Saint Denis allait en campagne, il etoit accompagné d'un chambellan et d'un marichal, etc.» (D. Flabien, *Histoire de l'abbaye de Saint Denis*, liv. V, fl. 279, nota *a*).

(7) «La Chasse dès le tems de Charlemagne etoit, comme on l'a déjà remarqué, devenue un objet de splendeur & de magnificence à la Cour de nos Rois. Les successeurs ne firent qu'y ajouter. On trouve les noms d'un grand nombre d'Officiers de Vénerie & de Faulcounerie dans le *Recueil des Rois de France*, & dans les *Tablettes en cire, Manuscrits de Florence, contenant l'estat de la Maison du Roi sous Philippe-le-Bel & autres.* On voit sous le Regne du même Roi, un Guillaume Malgenete,

senão superior magnificência nas côrtes da Itália, da Alemanha (1) e de Inglaterra. Um arcebispo de York trazia no seu trem de caça duzentos homens (2). Em nossa terra foi El-Rei D. Fernando, o primeiro que deu mais brilhante aparato a êste género de divertimento (3).

Pensa o erúdito Gama Barros (4) que os velhos reis de Portugal tinham apenas duas refeições: jantar e ceia; pois os soberanos francezes do mesmo tempo tomavam nada me-

---

Veneur du Roi, représenté dans *les Monuments de la Monarchie Française*, par le P. de Montfaucon, tom. II, pag. 215. Ce qui preuve l'ancienneté des Offices de Vénerie. À la fin du livre de Brussel, de *Usage des Fiefs*, se trouve une langue liste d'articles concernant les dépenses pour les Chasses de nos Rois.» (La Curne de Sainte Palaye, *loc. cit.*, tom. III, fl. 211, nota 14).

(1) «As caçadas dos grandes senhores faziam-se com uma pompa deslumbrante. Um duque tinha seis pagens para os seus galgos, seis para os lebreus, seis governadores dos criados de sabujos, seis moços para lebreus, doze para os galgos, seis para os sabujos, seis cães rasteiros, seis para os cães inglezes.» (C. Cantu, *loc. cit.*, vol. V, liv. decimo, cap. XII).

(2) Whitaker, *Hist. of Craven.*

(3) Escreve Fernão Lopes: «A hordenança como el partia o ano em taaes desemfadamentos, contado todo pello meudo seria longo douvir; ca el mandava chamar todos seus monteiros, no tempo para ello perteençemte, e nom se partiam de sua casa ataa que os falcoões sahiam da muda, e emtom desembargados hiamsse pera hu viviam, e vijnham os falcoeiros, e outros que de fazer aves tijnham cuidado. Elle trazia quaremta e cimquo falcoeiros de besta, afora outros de pee e moços de caça, e dizia que nom avia de follguar ataa que poboasse em Santarem huuma rua, em que ouvesse çem falcoeiros. Quamdo mandava fora da terra por aves, nom lhe tragiam menos de çimquoemta antre açores e falcoões nevris e girofalcos, todos primas. Com elle andavom mouros que aprazavom garças e outras aves, e estes nadavom os peegos e apahues, se os falcoões cahiam em elles. Quando el Rei hia aa caça, todallas maneiras daves e caães, que se cuidar podem pera tal desemfadamento, todas hiam em sa companha; em guisa que nenhuuma ave gramde nem pequena se levamtar podia, posto que fosse grou e abetarda, ataa o pardal e pequena follosa, que ante que suas ligeiras penas a podessem poer em salvo, primeiro era presa do seu comtrairo: nem as simpreses poombas, que a nem huum fazem empeeçimento, em semelhante caso nom eram isemtas de seus inmijgos. Pera coelhos, raposas e lebres e outras semelhantes salvajeens monteses levava el Rei tantos caães de seguir suas peegadas e cheiro, que nenhuuma arte nem multidoem de covas lhe prestar podia que logo nom fossem tomadas. E porem nunca el Rei hia vez alguuma aa caça que sempre em ella nom houvesse gramde sabor e desenfadamento.» (*Chronica d'El Rei D. Fernando*, na *Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza*, tom. IV, fl. 124 e 125).

(4) *Loc. cit.*, tom. I, fl. 533, nota 3.

nos do que cinco por dia: almoço muito cedo, às 10 horas jantar, a meio da tarde merenda, à noite a ceia e a deshoras a consuada (1). E não observavam a pragmática do nosso D. Afonso II. Os repastos eram longos e a sua lista ou ementa extensa e complicada (2). Os grandes banquetes duravam quatro e cinco horas e às vezes até oito horas. Serviam-se neles, com um ceremonial pomposo, dez, quinze e não raro dezoito iguarias, a que chamavam os francezes «*mets pleniers* (3), verdadeiros pratos de resistência, pois só constavam de carne ou de peixe. Os legumes, frutas, dôces (4), não entravam nesta conta. As carnes triviais que mais se consomem no nosso tempo, vaca, carneiro, vitéla, etc., não eram apreciadas pelos gastrónomos da Idade Média; davam preferência a toda a variedade de caça, especialisando a caça grossa, o veado, o javali, o urso. O pavão e o cisne também contavam grandes amadores (5). Um contemporâneo ilustre do sóbrio e bem governado D. Afonso IV, Carlos V de França, para mimosear seu tio, o imperador Carlos IV (6) que veiu visitá-lo, ofereceu-lhe um banquete de quatro serviços de quarenta pares de iguarias.

Em 1150 os cónegos de Santo Ambrósio de Milão, receberam, em certo dia, do seu abade um jantar de três pra-

---

(1) C. Cantu, *loc. cit.*, vol. VI, liv. undecimo, cap. X.

(2) P. Lacroix, *Mœurs, usages et coutumes au Moyen Age et a la Renaissance, Nourriture et cusine.* — Viollet-le-Duc, *Vie privée de la Noblesse Fèodal,* no *Dictionnaire du Mobilier,* tom. I, fl. 366 e segg. — L. Gautier, *loc. cit*, de fl. 631 a 650.

(3) Leon Gautier (*loc. cit.*, a fl. 631) traz a descrição dêstes pratos. Em Cantu (*loc. cit.*, vol. VI, liv. undecimo, cap. X), vem a lista das esquisitas iguarias que se serviram do banquete dado em Milão por Galeas Visconti.

(4) Legrand d'Aussy, *Histoire de la vie privée des français,* tom. III. — F. Seré, *Moyen Age et Rennaissence, Nourriture et cuisine.*

(5) «Paons et cygnes rôtis! C'est le mets favori du chevalier.» (Leon Gautier, *loc. cit.*).

(6) «Il voulut, sur la fin de ses jours, revoir la cour de France; il y avoit été élevé sous le règne de Charles-le-Bel, et s'étoit trouvé à la bataille de Crécy. Il étoit attaché au roi Jean son beau frère, et à Charles V san neveu. Il écrivit en 1377 à ce prince que, «se sentant déjà vieux et cassé par les douleurs de la goutte, il souhaitoit de le voir encore une fois avant mourir.» Le roi fit tout préparer pour sa reception. On lui fit des entrées magnifiques dans toutes les villes...». O desventurado gotoso morreu meses depois do jantar (29 de novembro de 1378), e por milagre não se extinguiu durante o jantar, porque a dóse dos quatro serviços de quarenta e quatro pares de iguarias bastava para despachar uma hoste de gotosos.

tos (1). Parece, ao primeiro reparo, tratar-se de uma colação modesta, muito digna de ser ordenada pelo austero (2) D. Afonso IV. Puro engano, porque o chamado primeiro prato constava de frangões frios, de carneiro guizado em vinho e de carne de porco também fria; o segundo de frangões recheados, de vitéla piverada (3), com uma torta; o terceiro de frangões assados, lombo de vaca panado e leitões recheados (4). Se nesta boa terra portuguêsa se tivessem orientado, na interpretação da célebre pragmática de 1340, pelo critério dos capitulares milanêses, concerteza, o sizudo chantre (5) da Sé de Evora, não teria ousado comparar a sobriedade dos nossos avós com a dos decantados lacedemónios.

Com respeito a vestimentas, os nossos cavaleiros estavam também longe de hombrear, em riqueza e bom gôsto, com os seus confrades de alêm Pirineus (6). Embora nas *Siete Partidas* se inculcasse aos *miles* o uso dos panos de côres vistosas (7), e o visinho Afonso XI presenteasse com «los pannos de oro et de seda a los que avian de ser caballeros» (8), fugiriam talvez os portugueses de semelhantes flamâncias, como se depreende do autorizado testemunho de D. Leonor Teles (9), cuja competência para julgar do assunto não deve ser discutida. Extranhava a alucinadora rainha que os seus naturais se apresentassem vestidos sempre de armas,

---

(1) G. Giulini, *Memorie spettanti alla storia e al governo di Milano n'secoli bassi,* tom. V, fl. 473.

(2) «... tachavam-no porem de seer escasso, e apertamento de grandeza...». (Fernão Lopes, *Chronica d'El-Rei D. Pedro I,* nos *Ineditos,* tom. IV, fl. 8).

(3) Guizada com sal, pimenta, azeite, vinagre e alhos. (Duarte Nunes de Leão, *Origem da Lingua Portugueza,* fl. 58).

(4) G. Giulini, *loc. cit.*

(5) Severim de Faria, *loc. cit.*

(6) Quicherat, *Histoire du Costume en France.* — Horace de Viel Castel, *Moyen Âge et Rennaissance, Modes et Costumes,* tom. III. — Demay, *Costume de guerre et d'apparat.* — Viollet-le-Due, *Dictionnaire du Mobiler.* — Frederico Hottenroth, *Historia General del Arte,* tomo séptimo, *Pueblos latinos,* etc.

(7) «Paños de colores establecieron los antiguuos que traxessen vestidos los caualleros nobles mientra que fuessen mancebos, assi como bermejos e jaldes, e verdes, o cardenos, porque les diessen alegria». (Partida II, tit. 21, ley 18).

(8) Frederico Cerda y Reco, *Coronica de D. Alfonso el Onceno,* cap. IV.

(9) Fernão Lopes, *Chronica d'El-Rei D. João I,* parte I, cap. 10.

ao passo que os ingleses, considerados então como a flôr (1) da Cavalaria do mundo, só para a guerra se armavam, e fóra dela, em vez das armaduras, exibiam roupagens finissimas. Este contraste assinalou-se no memorável encontro do duque de Lencaster, com seu futuro genro, o rei de *Boa Memória,* na Ponte do Mouro (1 de novembro de 1386) (2). Vinha o duque (3) acompanhado por cincoenta barões e cavaleiros (4), entre os quais figurava seu genro João de Holanda (5), condestável da hoste (6) e irmão do rei de Inglaterra (7). Traziam cotas e braçais de luzentissimo aço «com jorneas bordadas e outros farpadas, assaz de vistosos e bem corregidos» (8). Seguia toda esta brilhante nobreza um troço

---

(1) «Ingreses som frol da Caualaria do mundo». (Fernão Lopes, *loc. cit.*, parte II, cap. 43).

(2) Fernão Lopes, *loc. cit.*, parte II, cap. 92. Ver também sôbre êste assunto *Les Chroniques* de Sire Jean Froissart, livre III; e *D. João I* e a *Aliança Ingleza,* pelo Conde de Vila Franca.

(3) Chamava-se João de *Gaunt,* por ter nascido em Gant, em 1340. (Olivier Goldsmith, *Historia de Inglaterra,* tom. I, cap. XV). Observa o Conde de Vila Franca que costumavam então em Inglaterra e outros reinos dar aos príncipes, depois do nome próprio, o da terra onde nasciam e se batizavam. (*Loc. cit.*, a fl. 29, nota 1). Era filho de Eduardo III, de Inglaterra e irmão do célebre *Principe negro,* assim cognominado por usar de armadura negra «para realçando sobre esta a alvura da pelle se tornar mais gentil», segundo informa Strickland, *Lives of the Queens of England,* tom. I, n.º 12, fl. 590, citado pelo Conde de Vila Franca. Casou João de *Guant* com sua prima Branca de Lancaster, da qual houve entre outros filhos, Filipa que ao depois veiu a casar com o nosso D João I. Por morte do pai o 1.º duque de Lencaster, e de sua irmã mais velha Matilde, que desposara Guilherme, conde de Zelândia, filho do imperador Luís de Baviera, Branca foi a herdeira da opulentissima casa de Lencastre. Pouco tempo gozou da felicidade conjugal e das enormes riquezas que lhe couberam, porque morreu na flôr da idade. João de *Guant* passou a segundas núpcias com D. Constança, filha de D. Pedro o *Cruel,* e após a morte trágica dêste, preputada por seu próprio irmão Henrique, o bastardo de Tarstamara, que juntamente com a vida lhe tirou a corôa, veiu à Galiza, à frente de luzida hoste, para fazer valer os direitos de sua mulher ao trono de Castela. Fernão Lopes pinta assim, o retrato do duque de Lencaster: «Era homem de bemfeitos membros, comprido e direito, e não de tantas carnes como requeria a grandeza do corpo.. . de boa palavra, nom muito trigosa, misurado e de boa condicção». (*Loc. cit.*, parte II, cap. 89).

(4) Froissart, *loc. cit.*, livre III, cap. XLI.

(5) Estava casado com a filha do duque, chamada Isabel. (Froissart, *loc. cit.*, livre III, cap. XXXII).

(6) Idem.

(7) Ricardo II, filho do *Principe negro.*

(8) Fernão Lopes, *loc. cit.*, parte II, cap. 92.

de trezentos homens de armas e mais seiscentos archeiros (1) montados todos em explêndidos cavalos ingleses (2). D. João I «hia armado de todas as armas, que lhe nom minguava senom o bacimte» (3) e cobria-lhe os hombros um laudel de «pano de sirgo branco» (4), com um «signal darmas de San Jorge (5) largo, hum deante e outro detraz» (6). Os seus cavaleiros vestiam loudeis do mesmo molde, porêm de fustão branco (7), sôbre as cotas de ferro, pintadas (8) algumas; e «muitos dos que eram da *mercê* (9) *dos fidalgos* envergavam como simples, mas honesta vestidura, as antigas lorigas de couro atanado, ou pratas (10) enferrujadas pelo lidar de guerra» (11).

Apura-se neste breve relato que a Cavalaria portuguêsa não se avantajou em fausto, nem em galanteria, nem em espontaneidade, à Cavalaria dos diversos estados feudais. A sua fisionomia severa, seus costumes singelos, quiça rudes, a parcimonia de seu viver, encontravam melhor semelhança no confronto com o carácter das instituições congeneres de Leão e Castela. Tanto nestes visinhos reinos como em o nosso, durante o longo ciclo de formação, o espírito religioso da cruzada, aligado ao veementissimo anelo de independência nacional, sôbreleva o sentimento romântico que já desde o século XII vinha minando a alma da Santa Ordem, nas

---

(1) Froissart, *loc. cit.*, livre III, cap. XLI.
(2) Froissart, *loc. cit.*, livre III, cap. XXXII.
(3) Fernão Lopes, *loc. cit.*, parte II, cap. 92.
(4) Idem.
(5) Escreve Froissart: «... et fut ce jour le roi de Portugal vêtu de blanche écarlatte à une vermeille croix de Saint Georges.... et toutes ses gens etait vêtus de blanc et de rouge». (*Loc. cit.*, livre III, cap. XLI).
(6) Lê-se nas *Ordenações Affonsinas:* «Cada hum... que da nossa parte fôr tragua huum signal darmas de San Jorge largo, hun deante e outro detraz». (Livro I, tit. 51, § 54)
(7) Fernão Lopes, *loc. cit.*, parte II, cap. 92.
(8) Informa o Conde de Vila Franca: «Era então mui commum pintarem o ferro das cotas. Assim se encontram no valiosissimo codigo da Torre do Tombo «Horas de el-rei D. Duarte» (estampas do tempo)». (Veja-se àcêrca dêste uso Lacroix, *Armurerie*, pág. 90). (*Loc. cit.*, fl. 126, nota 3).
(9) Os que recebiam soldada dos fidalgos.
(10) Chamavam-se então *pratas* a certa armadura de ferro para cobrir o tronco do corpo. Era como cota mui unida até à cintura, e daí para baixo circundavam-na, como defêsa à feição romana, lâminas aço mui unidas e estreitas, donde lhes veiu o nome. (Conde de Vila Franca, *loc. cit.*, fl. 120, nota 6).
(11) *Idem*, fl. 126.

côrtes da grande feudalidade, e muito especialmente no Sul da França, na decantada Provença, pátria dos primeiros trovadores e da *gaia sciência,* primeiro teatro dos tribunais de amor e dos deslumbrantes jogos florais. Mas, uma virtude houve a nossa Cavalaria, e em grau elevado, porventura sublime, podendo medi-la, de cervis erguida, com a de quaesquer estranhos — a bravura indómita.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Ministerio das Finanças — Estatistica Financeira — Consumo e Rial de Agua. — Lisboa e Porto — Ano de 1915. Lisboa, Imp. Nacional, 1916.

Nobiliario da Ilha Terceira — MCMIX — Vol. II, por Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares. Braga, Typ. a Vapor de Augusto Costa & Matos.

Aplicação da Maquina Diesel á Propulsão Maritima. — Separata dos «Annaes do Club Militar Naval», por Cesar Ferreira. Lisboa, Tip. J. F. Pinheiro, rua Jardim do Regedor, 1916.

Oração proferida na sessão solene de abertura da Escola de Guerra no ano lectivo de 1915-1916, por Cabral de Moraes. Lisboa, Tip. Universal, rua do «Diario de Noticias».

Observações sobre a capacidade de transporte e velocidade dos navios de passageiros — Estudo do engenheiro Ettore Mengoli, por Cesar Ferreira. Lisboa, Tip. J. F. Pinheiro, rua Jardim do Regedor, 1916.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

Volume 64.º
N.º 5

1917
Maio

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

O Marquês de Pombal em Coímbra, por FORTUNATO DE ALMEIDA 227
Propriedades dos Polígonos semi-regulares, por RODOLFO GUIMARÃES 232
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 240
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por SOUSA VITERBO 251
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 263

O MARQUÊS DE POMBAL EM COÍMBRA

Em 1772 veiu a Coímbra o marquês de Pombal, investido no cargo de visitador e reformador da Universidade, para dar à execução os novos Estatutos, os mais difusos e escabrosos de todas as universidades do mundo. Neles se impunham taxativamente ao professor, não só as matérias que havia de ensinar aos discípulos, como também as opiniões que devia defender e até as definições a formular.

Êste facto não se explica apenas pela prolixidade e exuberância enfatuada que caraterizam a literatura pombalina, desde a *Dedução cronológica* e o *Compêndio histórico*, até aos editais da Real Mesa Censória. Em muitos casos a definição era o indispensável ponto de partida dum sistema de corolários que serviam a determinado intento. A definição de *Igreja,* por exemplo, aparece nos Estatutos sob uma fórmula vaga, dentro da qual se podem acomodar todos os conceitos, que, segundo as circunstâncias, convenha adoptar por verdadeiros.

Não pelo receio de resistências ou atritos, mas por ostentação de vaidades irreprimíveis, o marquês veiu revestido das mais largas atribuições. Não sòmente lhe foram conferidos todos os poderes que tinham os outros visitadores e reformadores, cómo também *o poder e a autoridade que os monarcas costumavam reservar para eles.* Assim o declara a Carta régia de 28 de agosto de 1772, que o próprio marquês redigiu e El-Rei ingenuamente assinou.

Na relação que abaixo publicamos, verá o leitor como o ministro de D. José quís saborear em Coímbra as pompas da realeza. Não lhe faltaram honrarias nem adulações. Pelas ruas da cidade, apinhadas de forasteiros, damas timoratas, com o espírito pôsto no patíbulo de Belêm e nas fôrcas do Porto, enternecidamente cobriam de flôres o portador da majestade régia. Do paço episcopal, onde o devia saltear a visão do bispo martirizado na masmorra, foi para a Universidade em luzido préstito de mestres, bedéis e frades.

Na sala dos capêlos, como se fôsse o próprio monarca, ocupou o trono dado à realeza, sob um magnífico docel; e, para nada faltar àquela embriaguez de deslumbramentos, deliciou-se em conferir a dignidade doutoral a candidatos cuja investidura fôra reservada a êste efeito.

A marquêsa, depois de se refazer da viagem com pastéis de Santa Clara e outras guloseimas conventuais, acompanhou comovidamente o espôso na marcha triunfal.

Da viagem do marquês de Pombal, não existe impressa, de nosso conhecimento, nenhuma relação completa e circunstanciada. Às notícias e fragmentos publicados acrescentaremos agora informações curiosas que encontrámos numa miscelânea de manuscriptos da Bibliotéca do Pôrto (1).

FORTUNATO DE ALMEIDA

«COPIA DE HUMA MEMORIA QUE VEYO DE COIMBRA
A RESPEITO DA CHEGADA DO MARQUEZ DE POMBAL ÁQUELLA CIDADE

«A entrada do Sñr. Marquez nesta Cidade foi muito plauzivel, e Magestosa, quanto foi possivel; mas o dia de hoje 26 de setembro foi certamente o mayor, que tem visto, e verá a Universidade.

«Foi hoje o dito Sñr. á mesma Universidade fazendo a figura do Rey, como seu lugar Tenente com todos os poderes absolutos, e illimitados; o Reitor, os Lentes, Collegiaes de todos os Collegios, Frades, Opositores, Estudantes, e Justiças com as suas insignias, o forão esperar em acto de Prestito, e procição ao Paço Episcopal em que elle rezide.

«Dali sahio a pé vestido á Cortezan, com cazaca e capa de veludo, chapeo de plumas brancas na cabeça, e desta sorte hia no fim, coroando a Procissão; e poucos passos adiante o Reitor da Universidade.

«As ruas estavam alcatifadas de flores, e as janellas todas ornadas de Damasco, e sedas ricas.

«Nesta figura plauzivel, do maior aparato, e Magestade, que se tem visto entrou na sala Real da Universidade, a qual estava ricamente coberta de veludo carmezim partido com galões de ouro, guarnecido de franjas, e borlas do mesmo.

«No mais alto da mesma salla estava hum Trono Real, com Docel, Espaldar, e Cadeira tudo do mesmo veludo, e ouro; e nella se sentou o mesmo S.r Marquez; ficando-lhe a seu lado direito outro espaldar diverso, e sem docel, nem cadeira distincta, onde se sentou o Reitor da Universidade; depois o Conde de S. Payo; seguia-se o Vice Reitor; de-

---

(1) Sob os n.os 93, 94 e 95, em um dos volumes de miscelâneas agrupadas sob o n.º 1245 dos mss. da Bibliotéca do Pôrto. Desdobrámos quási todas as abreviaturas para se tornar a leitura mais fácil.

pois os Lentes, e opositores, nos Doutoraes immediatos de huma, e outra parte conforme a sua antiguidade; e todo o resto da salla que fica inferior aos Doutoraes estava repartido em duas partes das quais a superior era para Ministros, Dignidades, e pessoas distinctas; e o restante para todo o mais corpo da Universidade.

«Em lugar das charamellas que antigamente se praticavão nas funções da Universidade, tocavão na mesma função nos intrevalos devidos os clarinetes que vierão dessa cidade (1); e aqui se lhe(s) mandarão fazer vestidos de lemiste de capa, e volta para servir na mesma função.

«Assim que o S.r Marquez tomou o seu asento debaixo do Docel, mandou logo pelo Secretario da Universidade ler o Decreto em que Sua Magestade dava ao dito S.r Marquez todos os seus poderes illimitados, e absolutos sem rezerva alguma para passar a Universidade a ser Refundador de huma nova Universidade e fazer nella tudo o que houvesse por bem representando em tudo, e por tudo a mesma pessoa do soberano, sendo seu lugar Tenente; e ordenando que na pessoa do dito S.r se representasse a Magestade, como se o mesmo soberano presente estivesse.

«Depois de lido o dito Decreto, lhe pediu venia o Reitor, e lhe fez hum eloquente elogio, no qual saudava a Universidade dando-lhe os Parabens pela fortuna que conseguia, e declarando que entre as infinitas acções grandes do Rey, hera esta de mandar o Sñr. Marquez em seu nome a beneficiar a Universidade a mais formoza e digna da Magestade.

«Continuou referindo todas as acções grandes com que o S.r Marquez tinha merecido aquella graça Regia, as discretas providencias que escogitou para resgatar a Universidade, os beneficios que lhe fez, e ao Reyno especialmente desde o Terremotu a esta parte, e concluio rogando pela vida do mesmo S.r

«Acabado isto continuou a mesma procissão para a capella Real da Universidade a cuja porta foi recebido debaixo do Palio, cantandoselhe na entrada — Laudate Deum omnes gentes — e depois que o dito S.r fez oração — o Te Deum laudamus — tudo com optimas solfas, e o maior estrondo, e alegria que se podia excogitar.

«Depois continuou a mesma procissão a restituir o mesmo Sñr. ao Palacio Episcopal; e de lá voltou acompanhando o Reitor ao Paço da Universidade etc.».

«A RESPEITO DA CHEGADA DO MARQUEZ DE POMBAL A COIMBRA

«Mandarão os Ministros por insinuação que tiverão da secretaria compor todas, ou a maior parte das ruas da Cidade de tejollo, e rebaixallas naquellas partes aonde necessitavão, e por fim arealas, e mandarão deitar pregão para que todos os moradores cayassem as frontarias das suas Casas, o que tudo se tem executado com a melhor perfeição, não só nesta Cidade, mas tambem por todos os caminhos do destrito de Coimbra por onde o mesmo Sñr. havia de passar. Domingo 20. de setembro chegou o general de Almeida com 250. soldados Infantes, e 100. de Cavallo. Tersa feira 22. do dito Mez, dia em que entrou o S.r Mar-

(1) Isto é, de Lisboa. — F. A.

*

quez se mandarão barrer todas as ruas, e areallas novamente, e que todos deitassem cobertores as janellas para que recebessem a entrada do S.r Marquez, o qual se estava esperando. Não so as companhias de Auxiliares, com o seu Mestre de campo, e mais officiaes na frente, estavão em a Ponte; mas tambem á Snr.ª da Esperança estava toda a ordenança formada, com o seu Capitam mor, e mais officiaes na frente; e com os floretes dezembainhados. Pellas 4. oras da tarde chegou a Snr.ª Marqueza a Senhora da Esperança em huma sege a quatro, e vinha com ella juntamente seu Genro o Conde de S. Payo: apearão-se, e forão para as Hospedarias de Santa Clara, as quais estauão todas armadas de Damasco, e nellas tinhão huma precioza merenda: foi a pe das ditas hospedarias té a Igreja do dito convento fazer oração a Raynha Santa, e depois veio a grade da Igreja que a estavão esperando as Religiozas: falou a todas com muito agrado, e lhe(s) disse que se não podia deter, que hia esperar o S.r Marquez, e que hiria hum dia com mais vagar ver a todas ao seu convento: tocarão muito os Orgãos, repiques de sinos, e toda a Igreja estava illuminada, e com boas armações em todos os altares: veio outra vez para as hospedarias: chegou o Sñr. Marquez, que se não apeou, e na sua companhia vinha toda a nobreza desta terra que o tinha hido comprimentar té Condeixa, a Camera toda, todos os Ministros, Cabido, e Universidade que erão entre todos setenta e tantas Carroagens, que pellas não haver ja em Coimbra té servirão as de aluguer: veyo todo este acompanhamento direito ao Paço do Bispo, aonde o dito Sñr. está aquartelado; e vinha em huma sege a quatro, sozinho, e entre elle, e o acompanhamento vinha a sua guarda de soldados, que são 50. soldados dos de Cavallo: assim como partirão para a Cidade lhe derão toda a Ordenança, e Auxiliares suas salvas de tres descargas: ao mesmo tempo se começarão a repicar todos os sinos da Cidade, que vão continuando, e as noites luminarias em toda a Cidade; e em algumas partes com varias vistas curiozas, principalmente na Igreja de S. João do Bispo, obzequio que mandarão fazer os Brazileiros; e defronte está huma grande Muzica que veio do Porto para este destino, juntamente com a desta terra: tem-se feito imẽsidade de obras no Paço; e na Universidade estão séte cazas armadas, e no Paço cada huma da sua casta. Hoje 23. do dito mez de setembro foi a Snr.ª Marqueza a sé que a receberão os Conigos com muitos repiques, e toque de Orgãos.»

«ISTO HE TIRADO DE HUMA CARTA, QUE VEYO DE COIMBRA A RESPEITO DA CHEGADA DO MARQUEZ DE POMBAL

«Coimbra 23. de setembro de 1772. O S.r Marquez depois que ontem assistio ao recebimento em Condeixa deu a sua entrada nesta Cidade o dia de ontem 3.ª feira com grande acompanhamento assim da Universidade, Cabido, Inquizição, e Cavalleiros da terra, e Menistros, e officiaes com a soldadesca da sua guarda, e de Almeida: houve repiques em todas as Communidades assim de frades como de clerigos; e toda a Cidade iluminada, e a Universidade que hão de ser estes 3. dias, que so a Universidade passa de 70. alqueires de azeite nos tres dias; e os brazileiros lhe fizerão sua sonata com instrumentos que mandarão vir d'essa terra; o que hão de continuar as mais noites.

«Amanhã 5.ª feira se hão de lançar todas as Becas em hum e outro collegio pela manhã, que se ha de acabar bem tarde. Da familia do Marquez não veio senão a Marqueza com as suas criadas etc.»

«DE OUTRA CARTA COIMBRA 30. DE SETEMBRO DE 1772

«No dia 20. chegou o S.r Marquez a Condeixa: o dia 21. assistio ao cazamento da filha do Ramalho, que se recebeo por procuraçam com o Irmão do Reitor da Universidade.

«No dia 22. entre as 5. e as 6. oras da tarde entrou nesta Cidade com a maior pompa, que aqui se tem visto: vinha na carroagem, que lhe deu Sua Magestade, dizem que he a melhor que tinha ElRey; e tambem lhe deu 12. parelhas de machos. Precedia a guarda do dito S.r Marquez; e logo 70. carroagens pouco mais ou menos. A Sr.a Marqueza chegou primeiro a Santa Clara; e dali vio toda a comitiva, e depois veio tambem seguindo o S.r Marquez, vinha na carroagem com o Conde de S. Payo, e chegou ao Paço Episcopal, e o S.r Marquez sahio a recebella á escada. As ruas estavão adornadas com cobertores; e algumas pessoas lançavão flores nas ruas, e á Sr.a Marqueza quando passava.

«Acompanhava ao S.r Marquez a cavallaria de Almeida: as Ordenanças forão esperar a Santa Clara; e os Auxiliares estiverão em allas na ponte, e derão suas descargas, o que tambem fez a Ordenança; e houverão 3. dias de repiques, e luminarias.

«No dia 26. tomarão as Bécas nos Collegios de S. Pedro, e S. Paulo 10. em cada Collegio.

«No dia 26. as 4. oras da tarde juntarão-se na Universidade todos os Doutores, e sahirão por sua ordem as faculdades, e forão buscar o Sñr. Marquez ao Paço, de donde vierão com summo apparato, como se pode ver no outro papel, outra vez para a Universidade pela mesma ordem; e o S.r Marquez hia atras entre a cavallaria, e com elle o Reitor, e Vice Reitor, o Conde de S. Payo etc.: hia vestido de capa e volta com chapeo de plumas brancas: a Snr.a Marqueza, e a mulher do Almada, e a Embaixatriz tinham ido directe pera a Universidade. Entrarão na salla, sentou-se em huma cadeira Regia, leose a carta de Sua Magestade em que o fazia seu lugar Tenente, com poder absoluto para dispor o que lhe parecesse. O Reitor orou narrando as proezas do S.r Marquez; e feito isto forão para a Capella, e cantou-se o Te Deum em acção de graças. Finalmente tornarão a levallo para o Paço, e a noite houverão luminarias, e repiques.

«Na tarde do dia 27. foi com a Snr.a Marqueza a Santa Clara, a casa do Embaixador, e a Santa Cruz etc., e na manhaã deram-se os Decretos aos novos Lentes de Theologia, Canones, Leys etc.

«No dia 28. de tarde assestio o S.r Marquez as Vesporas de S. Miguel na Capella da Universidade; e depois foi buscar a Sr.a Marqueza, e fez algumas vezitas, e entre ellas aos Carmelitas descalsos.

«No dia 29. assistio a função de S. Miguel na Capella da Universidade e de tarde foi o corpo da Universidade buscallo, e veio para a salla, donde se leo a carta de Sua Magestade, em que mandava abulir os Estatutos velhos, e guardar os novos: feito isto forão todos para a Capella donde se cantou o Te Deum; e a noite luminarias.

«Nesta Cidade está gente de todo o Reyno. Dizem que Sua Magestade deu ao S.r Marquez 400$ reis por dia para ajuda dos gastos.

«Já cá estão os Estatutos, porem ainda se sabe pouco o que elles contem; porque há muitos que os querem ler, e ainda há poucos, e custão 6400 r.s».

PROPRIEDADES DOS POLÍGONOS SEMI-REGULARES

Francisco Simões Margiochi parece ter sido o primeiro que deu uma noção precisa de *polígono semi-regular*. De facto, a pag. 65 (§ 197) das suas *Instituições mathematicas*, 2.ª parte, «Elementos de geometria» (Lisboa, Imprensa Nacional, 1869), notável obra (1) que êle não chegou a ver publicada, pois só o foi após o seu falecimento, devido aos cuidados de Daniel da Silva, que a reviu, lê-se: «*Polígonos semi-regulares* são aqueles que teem todos os lados iguais, e centro sómente de lados, ou aqueles que teem todos os ângulos iguais, e centro sómente de vértices», o que equivale a dizer (como é corrente hoje) polígonos equiângulos de lados alternativamente iguais *(1.ª espécie)*, ou polígonos equilateros de ângulos alternativamente iguais *(2.ª espécie)*.

No § 198 (pag. 65–67) indica Margiochi a maneira de construir os polígonos semi-regulares de uma e outra especie.

Nada mais diz, não nos indicando sequer quaesquer propriedades de tais polígonos.

Já não foi, contudo, máu, para o tempo, assentar-se em uma definição dêsses polígonos (2), quando até então, segundo

---

(1) Esta obra, que se esgotou, é hoje muito rara, não se encontrando mesmo nas principais bibliotecas do país. Ainda assim existem nas seguintes: da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Sciências da Universidade do Porto, do Colégio Militar, do Observatório Astronómico de Lisboa (Tapada), da Associação dos engenheiros civis portugueses, da Inspeção geral das fortificações e obras militares, Biblíotecas públicas municipal do Porto e municipal de Elvas.

(2) Esta definição tem analogia com a de poliedros semi-regulares, os quais são antiquissimos, embora não conhecidos por esta denominação, mas pela de «poliedros de Archimedes», visto ter sido o imortal geómetra de Siraeusa quem os descobriu. Pappus descreveu-os como tendo as suas faces regulares, mas não todas idênticas, e os seus ângulos sólidos iguais ou simétricos.

Foram depois estudados por diversos matemáticos, entre outros, pelo

A. TRANSON (*Nouvelles Annales de Mathématiques,* 2.ª série, tom. II, 1863, pag. 137), E. PELLET (idem, idem, tom. IV, 1867, pag. 466–467) e H. PIGEON (*Journal de l'Ecole Polytechnique,* 41ᵉ cahier, tom. XXIV, 1865, pag. 165–200, se denominava «polígono semi-regular inscrito em uma elipse a projecção dum polígono regular inscrito no círculo de que esta elipse é a projecção ortogonal», definição essa que não era, de resto, bem escolhida.

Alguns anos após o aparecimento da bela obra de MARGIOCHI, foi publicada em Viena, pelo Dr. THEODORO WITTSTEIN, uma Trigonometria plana, que é hoje bastante rara (1), na qual o último capítulo (abrangendo quatro paragrafos), é consagrado à definição, tal como a concebeu o nosso sábio compatriota, e propriedades dos polígonos semi-regulares.

O Dr. VIRGINIO RETALI, professor do Liceu Beccaria, de Milão, enviou-nos, a nosso pedido, em 1905, cópia, em francês, do referido capítulo (pag. 130–134), transcrito duma versão italiana do livro de WITTSTEIN (2).

Dada a raridade da obra, julgamos conveniente dar na integra, a cópia aludida, na própria língua em que nos fizeram favor de mandar.

§ 91

Définition. — Pour *polygone semirégulier* on doit entendre un polygone dans le quel sont égaux tous les angles et les côtés alternativement égaux, ou bien tous les côtés sont égaux et les angles alternativement égaux.

Les polygones semiréguliers forment le prémier pas pro-

---

célebre astrónomo KEPLER, e muito minuciosamente por MEIER KIRCH, mas limitando-se todos eles ao caso daqueles corpos serem *convexos,* quando podem também ser *estrelados.*

Um estudo muito completo, sôbre uns e outros, foi feito recentemente por J. M. BARTRINA Y CAPELLA (*Memorias de la Real Academia de Ciencias y Artes de Barcelona,* 3.ª época, tom. XIII, n.º 6, 1916, 80 páginas).

(1) Não nos consta que exista em nenhuma biblioteca portuguesa, salvo no Colégio Militar (*Annuario do Real Collegio Militar,* Lisboa, 1907, pag. 217), sendo adquírida no ano lectivo de 1905–1906. É edição de 1880.

(2) *Trattato de matematica elementare del* Dr. TEODORO WITTSTEIN, professore. — *Trigonometria piana. — Traduzione italiana sulla quarta edizione tedesca da* STEFANO SCARIAZZA, direttore della I. R. scuola real inferiore in Zara. Vienna, 1879, ALFREDO HÖLDER. I. R. Libreria di Corte e dell'Università, Rothenthurmstrasse, 15.

gressif après les polygones réguliers avec les quels ils ont des proprietées en commun.

Un polygone semirégulier, en suite à sa définition peut avoir seulement un nombre pair de côtés, par conséquent quatre ou moins.

Un polygone semirégulier de la première espèce, dans le quel tous les angles sont égaux et les côtés altérnativement égaux, a la proprieté que l'on peut lui circonscrire un cercle. Le centre de ce cercle est le point commun aux perpendiculaires menées sur les milieux des côtes. Parmi les quadrilatères appartient à cette espèce le rectangle.

Un polygone semirégulier de la deuxième espèce, dans le quel tous les côtés sont égaux et les angles altérnativement égaux, a la proprieté, que l'on peut lui inscrire un cercle. Le centre de ce cercle est le point où concourent les bissectices de tous les angles. Parmi les quadrilatères, appartient à cette espèce le losange.

§ 92

Problème.—Etant donné un polygone de $2n$ côtés, dont les angles sont égaux et les côtés altérnativement égaux, calculer le rayon r du cercle circonscrit, et la surface S du polygone.

Solution. — Soit ABCDEF (fig. 1) le polygone donné de $2n$ côtés avec le cercle circonscrit dont M est le centre.

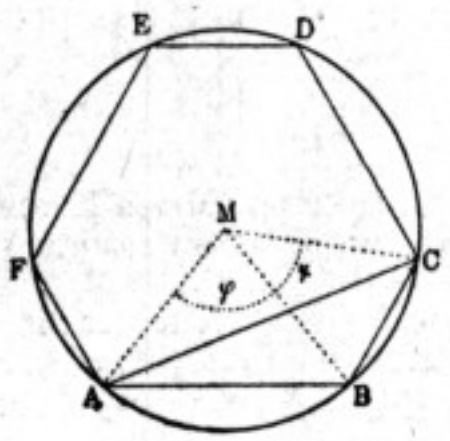


Fig. 1

Les côtés alternativement égaux soient AB=CD=etc=a, et BC=DE=etc=b, et l'angle égal ABC=BCD etc.=$\pi-\frac{\pi}{n}$. La corde AC est évidemment le côté du polygone régulier de n côtés inscrit dans le même cercle, et la longueur de ce côté est [Voir § 67, (1)].

$$AC=\sqrt{a^2+b^2+2ab\cos\frac{\pi}{n}}.$$

Il s'ensuit (§ 53) pour le rayon MA=r du cercle

$$r=\frac{AC}{2\,\mathrm{sen}\,\frac{\pi}{n}}$$

c'est-à-dire

$$r = \frac{1}{2 \operatorname{sen} \frac{\pi}{n}} \sqrt{a^2 + b^2 + 2ab \cos \frac{\pi}{n}}. \qquad \text{(I)}$$

Nous avons en outre (§ 55, 1) pour la surface du polygone régulier de n côtés, dont le côté est AC, la valeur

$$\frac{1}{4} n \cdot \overline{AC}^2 \cot \frac{\pi}{n}$$

c'est-à-dire

$$\frac{1}{4} n \left(a^2 + b^2 + 2ab \cos \frac{\pi}{n} \right) \cot \frac{\pi}{n}$$

et en ajoutant n fois la surface du triangle ABC, c'est-à-dire, pour le § 74, $\frac{n}{2} ab \operatorname{sen} \frac{\pi}{n}$, nous avons la surface du polygone donné

$$S = n \left(\frac{a^2 + b^2}{4} \cot \frac{\pi}{n} + \frac{ab}{2 \operatorname{sen} \frac{\pi}{n}} \right). \qquad \text{(II}$$

§ 93

Problème. — Etant donné un polygone de $2n$ côtés, dont les côtés sont égaux et les angles altérnativement égaux, calculer le rayon du cercle inscrit, et la surface du polygone.

Solution. — Soient, ABCDEF (fig. 2) le polygone donné de $2n$ côtés, et M le centre du cercle inscrit. Les angles alternativement égaux soient $FAB = BCD = \text{etc} = \alpha$ et $ABC = CDE = \text{etc} = \beta$, qui vérifient évidemment la condition $\alpha + \beta = 2\pi - \frac{2\pi}{n}$, et le côté égal soit $AB = BC = \text{etc} = a$.

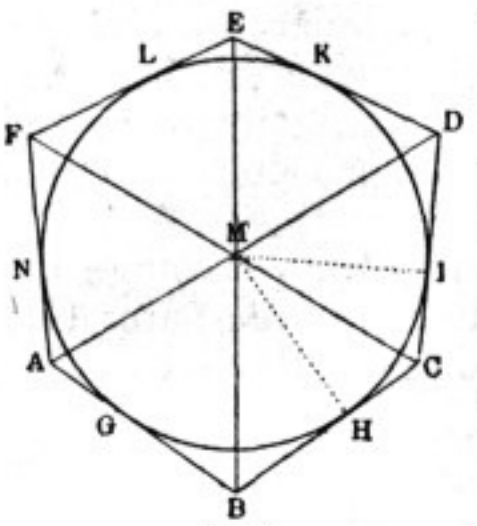


Fig. 2

Comme les droites AM, BM sont bisséctrices des angles α et β, la surface du triangle ABM a la valeur (V. § 77).

$$\frac{a^2 \operatorname{sen} \frac{\alpha}{2} \operatorname{sen} \frac{\beta}{2}}{2 \operatorname{sen} \frac{\pi}{n}}.$$

On en déduit pour la perpendiculaire **GM**, qui est égale au rayon r du cercle inscrit, l'expression

$$r = \frac{a \operatorname{sen} \frac{\alpha}{2} \operatorname{sen} \frac{\beta}{2}}{\operatorname{sen} \frac{\pi}{n}}.$$

En outre, prenant l'aire du même triangle $2n$ fois, nous obtenons pour l'aire du polygone donné

$$\mathrm{I} = \frac{na^2}{\operatorname{sen} \frac{\pi}{n}} \cdot \operatorname{sen} \frac{\alpha}{2} \operatorname{sen} \frac{\beta}{2}.$$

§ 94

Corollaire. —Si l'on divise la circonference d'un cercle en $2n$ parties alternativement égales:

1.° Les cordes qui unissent les points (consécutifs) de division donnent un polygone semirégulier de $2n$ côtés de la première espèce.

2.° Les tangentes en les points de division forment un polygone semirégulier de $2n$ côtés de la deuxième espèce.

Pour élucidation peuvent servir les fig. 1 et 2. En la fig. 1 **A, B, C, D, E, F** sont les points de division de la circonférence réunis par les cordes AB, BC, etc., qui forment le polygone ABCDEF. Dans la fig. 2 GHIKLN sont les points de division de la circonférence pour lesquels on a mené les tangentes au cercle AB, BC, etc., qui donnent le polygone ABCDEF. Si maintenant l'on suppose dans la fig. 1 alternativement égaux les arcs AB, BC, etc., et dans la fig. 2 les arcs GH, HI, etc., on obtient an prémier cas un polygone semirégulier dont les angles sont égaux et les côtés alternativement égaux, et an deuxième cas un polygone semirégulier dont les côtés sont égaux et les angles alternativement égaux.

Appelant r le rayon du cercle donné et φ, ϕ les angles au centre des arcs AB et BC dans la fig. 1, ou des arcs GH, HI dans la fig. 2 qui satisfont à la condition

$$\varphi + \phi = \frac{\pi}{n}$$

on obtient l'aire du polygone inscrit dans le cercle donné, fig. 1, exprimée par

$$S = \frac{nr^2}{2}(\operatorname{sen}\varphi + \operatorname{sen}\phi)$$

ou bien (V. § 38, 1)

$$S = nr^2 \operatorname{sen}\frac{\pi}{n}\cos\frac{\varphi-\phi}{2}$$

et l'aire du polygone circonscrit au cercle donné, fig. 2, exprimée par

$$I = nr^2\left(\operatorname{tg}\frac{\varphi}{2} + \operatorname{tg}\frac{\phi}{2}\right)$$

ou bien (V. § 38, 5)

$$I = nr^2 \frac{\operatorname{sen}\frac{\pi}{n}}{\cos\frac{\varphi}{2}\cos\frac{\phi}{2}}.$$

Le rapport de cette dernière à la première est

$$1 : \cos\frac{\varphi}{2}\cos\frac{\phi}{2}\cos\frac{\varphi-\phi}{2}.$$

*

Conjuntamente com a tradução que aqui fica transcrita, comunicou-nos o Dr. RETALI, pela mesma ocasião (carta de 18 de agosto de 1905) algumas observações, relativas aos polígonos semi-regulares, a maior parte das quais publicamos na *Gazeta Matemática* (Bucuresti, tom. XI, 1905–1906, pág. 63–64), parecendo-nos também conveniente, visto ser muito pouco conhecida entre nós essa revista, publicar na integra, as ditas observações do professor RETALI, as quais seguem:

Polygones semiréguliers de 1ere espèce, lorsque ils sont equiangles et ont les côtés alternativement égaux.
Polygones semiréguliers de 2me espèce, lorsque ils ont les côtés égaux et les angles alternativement égaux.

Aux polygones de 1ere espèce l'on peut circonscrire un cercle.

Aux polygones de 2me espèce l'on peut inscrire un cercle.

Les pôles des côtés d'un polygone de 1ere espèce, par rapport au cercle circonscrit, sont les sommets d'un polygone de 2me espèce (circonscrit au même cercle).

Les polaires des sommets d'un polygone de 2me éspèce, par rapport au cercle inscrit, sont les côtés d'un polygone de 1ère espèce (inscrit au même cercle).

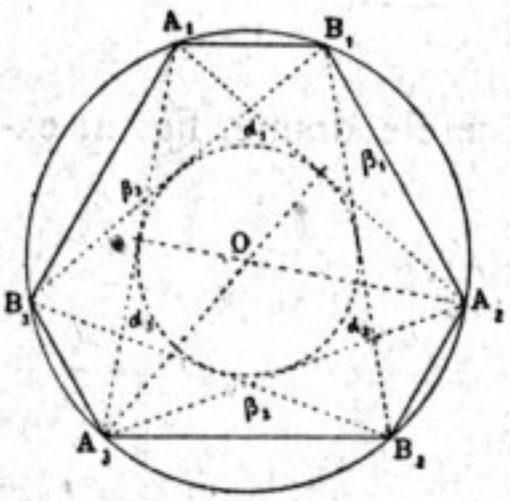


Fig. 3

Ou bien: Les projections (orthogonales) du centre du cercle inscrit, sur les côtés d'un polygone de 1ère espèce, sont les sommets d'un polygone de 2me éspèce.

Les perpendiculaires par les sommets d'un polygone de 2me espèce sur les droites issues du centre du cercle inscrit, forment un polygone de 1ere espèce.

On obtient de la sorte deux séries de polygones de 1e et 2me espèce.

Plus importante est je crois l'observation suivante:

Si les sommets $A_1\,A_2 \ldots A_n$ (fig. 3) d'un polygone régulier, après une rotation $\omega \gtrless \frac{\pi}{n}$ autour du centre O (du cercle circonscrit) viennent en $B_1\,B_2 \ldots B_n$, les points $A_1\,B_1\,A_2\,B_2 \ldots A_n\,B_n$ sont les sommets d'un polygone P_{2n} de 1e espèce; les interséctions de $A_2\,A_{2+1}$ avec $B_{2-1}\,B_2$, $B_2\,B_{2+1}$ sont les sommets d'un polygone de 2me espèce p_{2n}. Le polygone podaire de p_{2n} rapport à O est un polygone de 1e espèce P'_{2n} omothétique à P_{2n}; le polygone antipodaire de P_{2n} rapport à O est un polygone de 2e espèce p'_{2n} omothétique à p_{2n}, etc. Le rapport d'omothétie (inverse) est $-\cos\frac{\pi}{n}$.

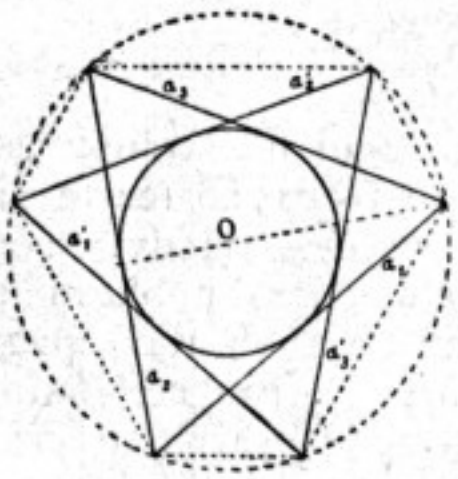


Fig. 4

Corrèlativement: Si les côtés a_1, $a_2 \ldots a_n$ d'un polygone regulier (fig. 4) après une rotation $\omega \lessgtr \frac{\pi}{n}$, autour du centre O, viennent en $a'_1\,a'_2\,a'_3 \ldots a'_n$; les droites $a_1\,a'_1$, $a_2\,a'_2$, ... $a_n\,a'_n$ forment (en cet ordre) les côtés d'un polygone $p_2{}^n$ de

deuxième espèce: Les points $(a_1\, a_2)$, $(a'_1\, a'_2)$, $(a_2\, a_3)$, $(a'_2\, a'_3)$... sont, en cet ordre, les sommets d'un polygone de première espèce, etc.

Ces observations qui sont presque évidentes me semblent fondamentales dans la théorie des polygones semi-réguliers. En Wittenstein (l. cit.) il y a seulement à ce que j'en rappelle, la détermination des surfaces des polygones P_{2n}, p_{2n}, question très-elementaire et très-facile. Il me semble que l'on pourrait généraliser le concept de polygone semirégulier en faisant subir au polygone régulier, plusieurs rotations autour du centre, au lieu d'une seule.

*

Eis o que de publicado sôbre polígonos semi-regulares, tais como devem ser considerados, conseguimos reunir de mais característico e das mais altas autoridades que fazem lei no assunto.

Devemos ainda observar que modernamente o notável professor da Faculdade de Sciências da Universidade Central de Madrid, D. Eduardo Torroja y Caballé, no seu *Tratado de geometria de la posición y sus aplicaciones à la geometria de la medida.* (Madrid, Estabelecimiento tipográfico de G. Juste, 1889, pag. 474-475) e Max Brückner no seu *Vielecke und Vielflache. Theorie und Geschichte.* (Leipzig, B. G. Teubner, 1900, pag. 16), definiram igualmente os polígonos semiregulares como fica dito. Está, pois, hoje consagrada essa definição.

Lisboa, abril de 1917.

Rodolfo Guimarães.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 4, pag. 194)

Don Juan não falta à hora marcada; a infeliz Margarida acedeu ao pedido do garboso moço, pelo qual sente uma atração irresistivel. E ao ouvir as descrições eloquentes que êste lhe faz do belo mundo que ela, simples donzela de 17 anos,

Pobre tórtola enjaulada
Dentro la jaula nacida,

desconhece, sente desejos de fugir do triste convento para apreciar os encantos da natureza. A sua candura é comparável à de Gretchen que tambêm não resiste à linguagem apaixonada de Fausto. Uma e outra são vítimas da sua inexperiência; desconhecedoras do mundo, confiam logo nas palavras falsas dos amantes que facilmente conseguira seduzi-las com protestos de amor eterno. A lembrança de D. Juan não se apaga mais da memória de Margarida; julga ouvir as palavras amáveis que a princípio tomou por lisonja, mas que por fim a sensibilizam. Desde êsse dia fatal, perdeu para sempre a tranquilidade. A fé religiosa abandonou-a; o amor com todo o seu cortejo de sobresaltos e dúvidas, quási lhe perturba a razão. É o caso de Gretchen: tambêm ela a princípio respondia com modéstia às solicitações impertinentes de Fausto:

Bin weder Fräulein, weder schön
Kann ungeleitet nach Hause gehen.

Ao ver-se ao espelho ataviada com as joias que encontra no guarda vestidos, diz já envaidecida:

. . . . . .
Wenn nur die Ohrringe meine wären!
Man sieht doch gleich ganz anders drein.

Was hilft euch Schönheit, junges Blut?
Das ist wohl alles schön und gut,
Allein man lässt's auch alles sein;
Man lobt euch halb mit Erbarmen.
Nach Golde drängt,
Am Golde hängt
Doch alles. Ach, wir Armen!

Também a monja do poema de Zorrila se mira ao espelho e repete com prazer os elogios que Don Juan lhe dirigira:

.....
«Blancos mis brazos redondos,
Mis mutilados cabellos
Son de azabache... y en ellos
Puesta aunque mal esta flor!...
¡Cuán bien me vá!... ¡Oh, soy hermosa!
Y encerrada me consumo,
Y se pierden como el humo
Mis dias de más valor».

Margarida, dominada por pensamentos tentadores, esquece os seus deveres religiosos, acredita nas falsas promessas do pérfido amante, acedendo por fim à proposta de fugir com êle.

¿Qué puede hacer Margarita
Si lo ignora aunque lo siente?
Como víctima inocente
Ir, dejar-se arrebalar,
Hacer dentro de su pecho
Sus creencias mil pedazos,
Y de Don Juan en los brazos
Caer, al pié del altar.

Ao abandonar o convento, sente-se intimamente comovida, relembrando saudosa o tempo passado, pois

.....
Y por mas que sea odiosa
La mansion donde se pasa
La vida, siempre á la casa
Se apega nuestra aficion.

Assim como Gretchen prostrada perante a Virgem, na catedral, procura conforto para as suas máguas íntimas, também Margarida quiz ainda fazer a Nossa Senhora as suas últimas despedidas:

«Ya ves que al fin es preciso
Que deje yo tu convento,
Mas ya sabes que lo siento,
Oh Virgen mia, por ti.

Y puesto que de el sacarte
No puedo en mi compañia
No me abandones, Maria
Y no te olvides de mi».
.....

Depois de beijar os pés sagrados da imagem, transpôs a galeria, passou pelo jardim e partiu. Zorrila consegue pintar admiravelmente o estado de espírito de uma criatura inexperiente que no meio das suas faltas merece mais a nossa compaixão que censura. Entretanto, em Valadolid encontra-se Don Juan que já então vivia na companhia de Margarida, com o seu antigo companheiro, Don Gonzalo, a quem convida para assistir às festas de Madrid.

Y al punto sin más azares
Aprontaron el transporte,
Y echáran hácia la córte
De Olmedo por los pinares.

Não durou muito a harmonia entre os dois amigos. Don Gonzalo que devia ser grato à generosidade de Don Juan que lhe dera tudo quanto possuía, permitindo-lhe até o uso do seu nome, mostra-se retraído, pouco franco, oculta os seus negócios e por fim desperta-lhe ciume pelas confidências com Margarida. A desgraçada leva uma vida de miséria; vê-se traída nos seus afectos, caluniada injustamente, desmoralizada por contínuas orgias. Pensa com viva saudade nos belos tempos do convento:

¡Ay! ¿quien pudiera tornarme
A mi sencillez inculta
Y á mi innocencia del claustro?
¿Quien amansará la furia
De este amor y esta consciencia
Que para herirme se juntan?

Don Juan na ância de experimentar novos gozos, deixa Margarida só em casa. Começa a fazer a côrte a uma bailarina, que apesar de pequena estatura,

Es acabada de formas,
Muy delicada y esbelta.
Tiene los cabellos negros,
La tez purissima y fresca,
Que puesta a distintas luces
Puede ser blanca ó morena.

Esta pouca atenção lhe presta pois faz pagar caro os seus afectos e o pobre Don Juan pouco leva consigo. A ideia de a possuir arrasta-o a uma casa tavolagem. Joga tudo quanto possue; a sorte foi lhe propícia, saindo sorridente com a bolsa recheada de ouro. Dirige-se para o teatro, onde ceia com a formosa bailarina e Don Gonzalo. Já toldados pelo vinho e em virtude de umas referências dêste a Margarida, envolvem-se em desordem. Don Juan mata o amigo que mais tarde se descobre ser irmão de Margarida; regressa a casa com a espada manchada de sangue. A fiel companheira tudo perdôa, e para o salvar está pronta a fugir com êle. Assim sucede e ao cabo de dois dias chegam a uma pousada onde descançam. Na manhã seguinte, *a posadera* vai despertar Margarida que alquebrada pela fadiga adormecera até ao meio dia, comunicando-lhe que Don Juan ao romper de alva deixara a aldeia. No meio da sua aflição, valeu-lhe um cavaleiro que por ali passou com a esposa e que generosamente lhe ofereceu companhia até Dueñas. Parte para Palência, terra natal de Don Juan, na esperança de encontrar o volúvel amante. Desencadeia-se enorme tempestade; Margarida acolhe-se ao templo do convento, onde fôra monja. Prosta-se perante o altar e chora amargamente as suas faltas. Entretanto vê uma religiosa aproximar-se com passo tranquilo e grave. Temendo ser reconhecida, envolve-se no seu manto e ao ver passar a freira, cuja fisionomia lhe é extranha, pensa para consigo:

«Será novicia
Habrá al convento llegado
Desde que yo le he dejado;
No puede otra cosa ser».

Margarida sente-se atraída para a monja; não pode resistir à tentação de a seguir e com grande surprêsa sua sabe que se chama tambêm Margarida e que desempenha no convento as mesmas funções que ela. Fôra a Virgem a quem Margarida se encomendara ao sair do convento que a suprira no ofício durante a sua ausência.

Entónces envolviéndola en su manto
Su cabeza cubriendo con su toca,
El dulce acento de su dulce boca
Dijo á la absorta Margarita asi:
«Te Acogiste Al Huir Bajo Mi Amparo
Y No Te Abandoné: Ve Todavia
Ante Mi Altar Ardiendo Tu Bujia:
Yo ocupé Tu Lugar, Piensa Tu En Mi».

Desde êsse dia, Margarida leva no convento a vida virtuosa de outros tempos. Como todo o interesse se concentra na tocante figura de Margarida, Zorrilla escreveu uma segunda parte da lenda, para acabar de delinear o carácter de Don Juan que marcha para Itália, à procura de novas aventuras (1). Em «El Capitan Montoya» limita-se a descrever os amores do capitão com uma monja, terminando com uma aventura análoga à do «Estudante de Salamanca» de Espronceda: o capitão ao passar pela capela de convento, onde está a sua amada, encontra-se com o próprio enterro. Em Picatoste (Vid. *ob. cit.*, pag. 181) lemos a nota seguinte: «Esta tradição é tão antiga que foi posta em verso pelo cego Cristóvão Bravo, natural de Cordova e publicada em Toledo em 1572. Começa assim:

Un caso de admiración
Y provechosa doctrina
Os contaré muy aina
Con la gracia y bendición
De la majestad divina.

Enamorado o cavaleiro de uma monja foi de noite raptá-la ao convento; achou a porta aberta; entrou na igreja onde se celebravam uns solenes funerais, perguntando quem era o defunto, disseram-lhe o próprio nome. O cavaleiro foi morto por dois mastins pretos que o perseguiram à saída da igreja.

Onde Zorrilla trata com mais desenvolvimento a lenda do Don Juan é no drama do mesmo título, que o público consagrou como o drama religioso, próprio do Dia de Finados. O protagonista da peça é um cínico impetuoso e lascivo que percorre a Europa fazendo gala da sua vida degradante; companheiro de Don Luiz Mejia, antigo bandoleiro que se orgulha dos seus crimes e se revolta contra todos os princípios de virtude e honradez. Zorrila acumulou tantas aventuras que a acção torna-se enfadonha e a personagem principal perde a grandeza trágica; é ridícula e irreal. Em uma mesma noite, e quási à mesma hora, rapta duas mulheres: uma que se vai casar no dia seguinte, e outra que está encerrada num convento; causa a morte de seu pai e de

---

(1) Dei maior desenvolvimento aos trabalhos de Espronceda e Zorrila, porque dêles não se ocupa Schröder.

D. Inez; mata o comendador e Lebrija! É um monstro de tal modo odiento que se torna inverosimil, lembrando-nos mais um Arlequim das peças italianas que um herói trágico. Utiliza os serviços de uma velha repugnante, para seduzir uma pobre rapariga; rapta à fôrça D. Anna e por fim ainda nos deixa dúvidas sôbre a sua ousadia, pois carece sempre de sicários para a execução dos seus malefícios. O carácter de Don Juan é incompreensivel, inconstante, variável; o próprio desenlace da obra parece-me forçado. Don Juan arrepende-se e salva-se, mas esta conversão súbita não pode deixar de nos chocar, pois até aos últimos momentos não pratica o mínimo acto que mostre arrependimento sincero dos seus crimes. Durante toda a vida, foi

Peor mil veces que el fuego
Un aborto del abismo.
Un mozo sangriento y cruel,
Que con tierra y cielo en guerra
Dicen que nada en la tierra
Fué respetado por él.
Quimerista, seductor
Y jugador con ventura,
No hubo para él segura
Vida, ni hacienda, ni honor.

Ainda pouco antes de morrer, desafia as estátuas das suas vítimas, que o pai, D. Diego, mandára erigir piedosamente no antigo palácio de Don Juan, agora convertido em panteão da família. Não aceita os conselhos de Don Gonzalo, que o adverte dos perigos da vida futura e o intima mesmo a arrepender-se. E só se resolve a crer na existência de Deus quando a estátua o convida a segui-la, a caminho do inferno:

Ahora, Don Juan,
Pues desperdicias tambien
El momento que te dan,
Commigo al infierno ven.

(Acto III, Sc. II).

Mas ainda mesmo nessa ocasião, deixa transparecer as suas dúvidas:

¡Aparta, piedra fingida!
Suelta, suéltame esa mano
Que aun queda el último grano
En el reló de mi vida.

*

Suéltala, que si es verdad
Que un punto de contrición
Da á un alma la salvación
De toda una eternidad,
Yo santo Dios, creo en ti:
Si es mi maldad inaudita
Tu piedad es infinita...!
¡Señor, ten piedad de mi!

(Acto III, Sc. II).

Don Juan alcança a bemaventurança eterna, graças à intercessão de dona Ignez que generosamente oferece a sua alma pela salvação do pérfido amante.

O herói de Zorrila é romântico e moderno; tem um carácter mais satânico que o Don Juan clássico. Por isso mesmo o perdão de Deus é incompreensivel, o que o próprio autor reconhece pela hôca de D. Inez.

.....
.....
Misterio es que en comprension
No cabe de criatura:
Y solo en vida mas pura
Los justos comprenderán
Que el amor salvó a Don Juan
Al pié de la sepultura.

(Acto III, Sc. III).

A generosidade de D. Inez está longe de se justificar como a de Margarida, na tragédia de Goethe. Don Juan é uma personagem puramente diabólica; pertence ao número daqueles que perdidos no meio das trevas e do êrro não têem rehabilitação possível. Fausto não entra nesta família de condenados. No meio dos seus êrros é sempre Deus que êle procura, isto é, o bem soberano, a sciência absoluta, a felicidade infinita.

*

O grande poeta Campoamor pinta Don Juan nos últimos momentos da vida, corroído pela doença, débil e enfermo, ocupado em «mirarse la lengua ante un espeja», vítima dos seus excessos; numa palavra, em estado tão miserável que chega a sentir repugnância às mulheres e só num momento de bom humor recorda o passado e escreve às apaixonadas de outros tempos. Uma espanhola prodigaliza-lhe os

seus carinhos, mas êle foge desvairado, refugiando-se numa cova agreste. Aí o procura, causando-lhe a morte com seus beijos e afagos. Chega o momento terrível, em que vai ser julgado por Deus. Apresentam-se cinco amantes para salvá-lo: uma alemã de peregrina beleza e grandes virtudes; uma inglêsa que tinha a opinião de que no mundo valem mais uns sapatos que o amor; uma francêsa garrida e volúvel; uma italiana que presta à religião um culto artistico, e à arte um culto religioso; e, finalmente, a espanhola, andaluza e sevilhana. Nenhuma das estrangeiras é capaz de dar cousa que valha a salvação de Don Juan. Só a espanhola, cuja abnegação não tem limites, se arroja com corpo e alma no prato da balança eterna, sendo precipitada imediatamente no abismo, enquanto Don Juan entra triunfante no ceo. Campoamor quiz mostrar a origem espanhola da lenda e exaltar as virtudes das suas compatriotas.

*

D. António Furtado, na lenda fantástica — Monólogo de ultra-tumba — faz de Don Juan um ímpio e um ateu, que passa a vida em orgias, negando sempre a existência futura. O ódio que lhe inspiram os homens crentes e honrados, leva-o a assassinar três em breve espaço de tempo. Uma noite, enquanto descança, aparecem-lhe as três vítimas que o arrastam pelos espaços infinitos, a caminho do inferno. Don Juan, sem saber se está vivo ou morto, faz a narrativa escrita desta viagem, mas no dia seguinte de manhã encontram-no morto no leito. O autor propõe-se refutar o materialismo, o que faz sôbretudo na scena com um químico, a quem Don Juan leva um cadáver para que êle lhe explique o que é a vida.

*

A lenda de Don Juan, como já disse, serviu de têma a inúmeras obras de todos os países. Citarei entre outras: «Il Convitato di Pietra de Cicognini; Il Convitato di Pietra de Gilberto, que se perdeu, mas é referida por Allaci na sua «Dramaturgia»; Le festin de pierre ou le fils criminel de Villiers, representado em 1652 e imitado em 1658 por Dorimon; Le festin de Pierre ou l'athée fondroyé de Rossimond; Le Don Juan de Molière; Don Giovanni Tenorio

ossia il dissoluto punito, de Goldoni; Don Juan de Marana ou la chute d'un ange, etc.» (1).

Na Alemanha foi conhecida a história de Don Juan, hoje muito popular neste país, pela tradução italiana, por imitações do Burlador de Sevilha e pela tradução em prosa da obra de Molière, de Gleditsch, publicada em Leipzig em 1898. O Don Juan tornou-se personagem obrigada dos teatros infantis e teatros mecânicos, ou de figuras de movimento. Entre as inúmeras peças que versam o mesmo têma merecem referência o Don Juan de Lenau; o Don Juan de Braun von Braunthal; o Don Juan de Wiese; Don Juan's letztes Abenteuer de Friedmann; Don Juan's Ende de Paul Heyse; o Don Juan de Giessen. O argumento dêste último drama é o seguinte: Don Juan persegue quantas mulheres encontra, até que se enamora de uma jóven aldeã que é o diabo em pessoa sob o disfarce da mais sedutora beleza, e que o incita a novas aventuras amorosas, proporcionando-lhe a ocasião de seduzir D. Ana, filha do comendador ou governador de um castélo. Dom Juan entra por uma janela no castélo, onde se encontra com o pai, matando-o. Perseguido pela justiça e fugindo de uma horrorosa tempestade, refugia-se em um convento onde depára com o túmulo do comendador. Não respeita a santidade do lugar e diz para o morto que poderia bem dar-lhe de cear. O comendador desce do monumento sepulcral; prepara uma ceia servida por diabos, arrasta-o aos infernos, onde se encontra com a suposta amante.

*

Entre as versões italianas da lenda de D. Juan há uma — L'Ateista fulminato — que parece ser a reprodução de outra mais antiga, talvez daquela a que se refere Coleridge na sua *Biographia literaria,* vol. II, Ch. XXIII, pag. 261: «The old spanish play entitled Atheista Fulminato formerly and perhaps still acted in the churches and monasteries of Spain and which under various names (Don Juan, The Libertine, &c.) has had its day of favour in every country throughout Europe». Também o escritor inglês do século XVIII, Shadwell, no prefácio do «Libertine» escreve: «I have been told

---

(1) Vid. Theodoro Schröder, *ob. cit.,* pag. 95 e seg.

by a worthy gentleman that many Years agone (when first a Play was made upon this Story in Italy) he has seen acted there by the Name of «Atheista Fulminato», in Churches on Sundays as a Part of Devotion».

O assunto da peça, cujo autor se desconhece, é o seguinte:

ACTO I

Scena I. — O rei da Sardenha reuniu no palácio de Cagliari a côrte e os conselheiros. Dá expressão à sua dôr pela doença da esposa que lhe dissipa toda a esperança de vir a ter um herdeiro. Os conselheiros esforçam-se por consolá-lo. A seguir o duque Mário apresenta as suas queixas contra o conde Aurélio que lhe raptara a irmã de um convento e que causa nos arredores da cidade malefícios de toda a ordem. O rei dá ao duque plenos poderes para prender Aurélio. Na mesma ocasião aparecem vários camponeses, entre os quais Bertolino, o criado do conde, com novas queixas.

Scena II. — Esta scena transporta-nos a uma floresta circunvisinha. Aurélio e a sus quadrilha estabeleceram-se próximo de um templo fechado, onde se encontra a estátua dos pais de Mário. O conde e Leonor juram fidelidade mútua, o que não impede de conservar em seu poder Ângela que se dirigia com seu pai, Cassandro, a caminho da cidade. O pai foi posto em liberdade, sob a ameaça de pagar 10:000 escudos, se alguma vez exigisse a entrega da filha. Nada demove Aurélio desta resolução, nem mesmo os pedidos de Leonor. Bertolino volta da cidade e descobre-lhe os perigos que o ameaçam. O próprio duque foi em sua perseguição, mas Aurélio troça do que ouve e confia Ângela à guarda da sua gente. Só Bertolino e Leonor ficam em casa. De repente abre-se o templo e as estátuas mostram-se à vista. Aurélio furioso arremete contra elas que fazem ouvir a sua voz: «Non disturbare la quiete a i morti». Não se intimida o arrogante conde, replicando: «E se disturbo che sará?». As estátuas por seu turno respondem: «Chi di coltel ferisce, di coltel perisce». O conde, perseguido pelos inimigos, tem de fugir, mas promete voltar mais tarde. O templo fecha de novo.

Scena III. — Entretanto na cidade Mário dera ordem às suas fôrças, para que perseguissem Aurélio sem demora.

Está até meio resolvido a sacrificar a irmã que se deixára seduzir sem resistência. Bufeto intercede por ella. Magnífico aparece e anuncia ao duque que o rei o espera, para lhe dar novas instruções. Segue-se uma scena cómica entre Bufeto e Oliveta. Bufeto pede-lhe que o acompanhe na expedição contra Aurélio. Oliveta cede.

Scena IV. — Ângela aceita os protestos de amor do conde e corresponde-lhe, mas ambos ocultam a sua paixão a Leonor. Esta, porêm, surpreendendo-os, quer-se vingar e procura matar o pérfido amante. Aurélio dá a Leonor um violento pontapé que a prosta por terra. Neste lamentável estado encontra um ermitão que a conforta e lhe lembra a protecção do ceo, oferecendo-lhe abrigo na sua céla.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

BORDADORES

(Cont. do n.º 4, pag. 198)

BRUXELES (DANIEL DE) — OFICIAL DE REPOSTEIROS

«Dom Johão &. A todolos corregedores, ouuidores, juizes, justiças, officiaes e pesoas de meus Reinos e señoryos, a que esta minha carta de perdão for mostrada e o conhecimento della com direito pertẽcer, saude, façouos saber que Manuel Pinto, çapateiro, morador nesta villa de Santarem, me enuiou dizer per sua pitição que hum Daniel de Bruxeles, framenguo, official de reposteiros, estante na dita villa ouuera rezões e palauras de reixa noua com certos mancebos, de que se viera a trauar arroido, arrancando das espadas, do qual arroido elle Daniel de Bruxeles saira ferido pollo nariz de hũa pequena ferida, o que acontecera em hum dos dias do mes de nouembro deste presente anno de mil b^{c} cinquoenta e hum, de noite, na dita villa, onde chamauão a calçada de guayão; e por o dito Daniel saber que elle sopricante não tinha culpa lhe perdoara toda aução que contra elle sopricante podia ter como constaua do perdão, do qual caso e arroido o dito Daniel não quisera denunciar nem querelar, soomente por parte da justiça se tirara deuassa por ser de noite, e por que o dito Daniel hera são e sem desformidade nem sinal da dita ferida per ser muito pequena, me pedia lhe fizesse esmola e merce perdoasse a culpa que no dito caso podia ter, no que receberya merce. E eu vendo o que me elle sopricante asy dizer e pedir enuiou, e querendolhe fazer graça e merce, se asy he como elle diz e ahy mais não ha, visto hum parece com hum meu passo, tenho por bem e me apraz de lhe perdoar e releuar a culpa que

tem no caso contheudo em sua pitição pello modo que o em ella declara, visto o perdão da parte que apresenta, que parecia ser feito e asinado por Jorge Cotrym, tabalião pubrico das notas per mim na dita villa de Santarem aos vinte dias do mes de nouembro de mil b^{c} cinquoenta e hum anos, e paguara mil rs pera Piedade. E por quanto os loguo pagou ao bispo de Sanctomé, do meu conselho e meu esmoler, recebedor que he do dito dinheiro, segundo fui certo por hum seu asinado, e por outro de Pero Glz, escriuão do dito carreguo, que os sobre elle carregou em recepta, por tanto vos mando que daquy em diante o não prendaes nem mandeis prender nem lhe façaes nem consintaes fazer mal algum, nem outro algum desaguisado, quanto he por rezão do contheudo na dita pitição e em esta minha carta declarado, por quanto minha merce e vontade he de lhe asy perdoar pella guisa que dito he. Compryo asy. Dada na villa dAlmeirym aos treze dias do mes de janeiro de mil b^{c} cinquoenta e dous annos e feita na mesma villa aos cinquo dias do mes de feuereiro do dito ano. ElRey o mandou pello doutor Johão Monteiro, chanceler da ordem do mestrado de nosso Senhor Ihũ X$\overline{\text{po}}$, e Gaspar de Carualho, ambos do seu conselho e seus desembarguadores do paço e pitições. Antonio Aranha a fez. Ano do nascimento de nosso Senhor Ihũ X$\overline{\text{po}}$ de mil b^{c}lj anos. Luis Felgueira a fez escreuer» (1).

CERIEIROS

O progresso, na sua evolução consecutiva, é a ruína de muitas indústrias, que, ou são completamente transformadas, ou desaparecem por inúteis. As descobertas scientificas, a par dos novos costumes e das ideias preponderantes em cada época, contribuem para essa metamorfose contínua. É o *ceci tuera cela* de Vítor Hugo. A luz extraída da hulha, o petróleo, a electricidade, vieram destronar a luz emanada da véla de cera, a aristocrata dos salões, a santificada dos templos. Dentro em pouco — quem sabe! — até dentro da igreja não terá senão um valor meramente arqueológico.

Não admira portanto que a indústria da cera tenha per-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Legitimações*, liv. 20, fl. 26.

dido a grande importância de outr'ora e que esteja ameaçada ainda de maior cataclismo. E não era só uma indústria utilitária, era tambêm uma indústria ornamental, com um carácter acentuadamente artístico. No século XVII, sôbretudo, os cerieiros lisbonenses revelavam grande perícia, de que aparecem honrosos testemunhos nas descrições das festas contemporâneas.

Quando Filipe III visitou Lisboa em 1619, a cidade fez-lhe uma das mais triunfais recepções de que há memória. O comércio, a nobreza, os oficiais mecânicos, todos competiram à porfia no aparato e na riqueza das invenções. Foram muitos os arcos que se levantaram no trânsito do cortejo real, e um dos mais notáveis pela sua originalidade e artifício, foi o dos cerieiros. Coube-lhes a Porta do ferro, que êles enfeitaram primorosamente com revestimento de cera lavrada, simulando flôres e frutos. Servia de remate a esta obra, graciosamente primaveril, a estátua da deusa Flora, da mesma matéria, simulando derramar flôres que tirava de um cesto, que segurava numa das mãos. Aos pés uma oitava alusiva ao acto e de lisonjaria para o monarca espanhol.

À volta do arco e do muro havia uma parreira com os cachos pendentes, e tão natural, que iludia a vista dos curiosos, assim como na antiguidade helénica as uvas pintadas por Zeuxis tinham enganado os pássaros.

O leitor que quizer mais ao vivo saciar a sua curiosidade, pode ver o prospecto do arco dos cerieiros, que se encontra na obra de João Baptista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade,* impressa em Madrid em 1622, e ornada de boas e numerosas gravuras.

Nas solenidades religiosas ostentavam tambêm os cerieiros os seus primores. Quando os jesuitas festejaram em 1622 a canonisação de Santo Inácio de Loiola e S. Francisco Xavier, a igreja de S. Roque cobriu-se toda de galas e de enfeites. As grades, que dividem o cruzeiro da capela e as que fecham as capellas, foram ornadas com grandes e formosas jarras prateadas, donde saíam ramos de cera com rosas brancas e flores matisadas. Nos arcos de todas as capelas se lançaram volantes de prata, de que saíam penduradas umas tarjas de meio relêvo e de mui vário brutesco lavrado em cera com seus perfins de ouro ou prata, conforme a obra pedia.

Os carmelitanos não ficavam atraz dos jesuitas. As festas que o real convento do Carmo de Lisboa fez em setembro de 1629 para celebrar a canonisação de Santo André Cur-

cino, não deixaram nada a desejar, pois foram esplendorosas. Igreja e claustro tudo se paramentou ricamente. Nove janelas do edifício tinham as hombreiras, vergas e cimalhas guarnecidas de lavores de relêvo feitos de cera branca assentada sôbre azul. No centro do claustro levantava-se uma grande maquina ou monumento, como hoje diriamos, com quatro colunas de 27 palmos, tudo fabricado de cera.

Outros exemplos poderia apresentar, que bem mostram o grau de perfectibilidade a que tinha chegado a indústria da cera entre nós. Hoje resta apenas a tradição nas páginas de alguns cronistas, e fôra difícil, senão supérfluo, resuscitar uma arte, que perdeu naturalmente o seu lugar no movimento vertiginoso do progresso (1).

ALVARES (ARMÃO)

«Dom Afomso &. A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos queremdo fazer graça e merçee a Armam Aluarez çereeiro morador em a nossa cidade de Lixboa filho dArmam Aluarez alemom marçeiro morador que foy em a dita çidade Temos por bem e priuilegiamollo e queremos que daqui en diamte nom pague em nenhũas peitas fymtas talhas pididos seruintias nem em prestidos que per os comçelhos ssam oú forem lamçados per quallquer guissa que sejam nem vaa com pressos nem com dinheiros nem seja titor nem curador de nenhũas pesoas nem seja costrangido pera outros nenhũus encareguos nem seruidões nossos nem dos ditos conçelhos nem aja nenhũus oficios nossos nem dos ditos concelhos comtra sua vomtade nem vaa seruir a gerra per mar nem per terra a nenhũas partees que sejam nem tenha cauallo nem armas nem besta posto que pera ello aja contia nem seja posto por beesteiro do comto. Item lhe damos licença e lugar que elle possa trazer armas per todo nosso rregno e senhorio quaees e quamtas elle quisseer pera defemssam de sseu corpo asy de noute como de dia sem enbarguo da nossa defessa e hordenaçam sobre ello feita em contrairo. Outro si queremos que nom poussem com elle em ssuas cassas de morada adegas nem cauallariças nem lhe filhem sseu pam vinho rroupa palha lenha galinhas nem gaados nem bestas de seella nem dalbarda nem outra coussa

---

(1) Vide o meu livro *Artes e Artistas em Portugal.*

algũa do sseu contra ssua vomtade. E porem mandamos a todolos nossos corregedores Juizes e Justiças E ao nosso poussentador moor e coudell mor e a outros quaaesquer oficiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer per quallquer guissa que seja que ajam o dito Armam Aluarez çereeiro por escussado e rreleuado das sobreditas coussas e o nom costrangam pera nenhũas dellas e lhe conpram e guardem e façam bem conprir e guardar em todo esta nossa carta asy e polla guissa que em ella he contheudo e lhe nom vam nem conssentam hijr contra ella em parte nem em todo em maneira algũa porque asy he nossa merçee sob pena dos nossos encoutos de seis mil soldos que mandamos que pague pera nós quallquer que lhe contra for cada vez que lhe contra ello forem e mandamos ao nosso almoxarife que os arrecade daquellas pessoas que lhe assy comtra ello forem e ao escripuam de sseu ofiçio que os ponha sobre elle em rreçepta em sseu liuro pera delles auermos rrecadaçom sob pena de os pagarem anbos de ssua cassa. Dada em Lisboa xx dias dabril. Lopo Fernandez a fez. Anno de mil e iiij^{c}lxiij» (1).

GONÇALVES (ANDRÉ)

«Dom João &. A quantos esta minha carta de quitação virem faço saber que eu mandey tomar comta a André Guomçaluez cirieiro de minha casa, de toda a cera que recebeo e ẽtreguou laurada na minha guarda reposta do tempo de cimquo annos e dez meses que começarão ao deradeiro dia do mes daguosto de mill b^{c}xxxb e acabarão ao primeiro dia de julho de b^{c}Rj e pella recadação de sua comta se mostra receber duas mil oytocemtas vinte arobas vinte e noue arates e meyo de cera –s– ij mil iiij^{c} Rbiij arobas biij arates e meo de Fernão Roīz de Palma, recebedor de hũu por cemto e obras pias, e cento lxxiiij arobas xxj arates de Amtonio de Sampayo que teue carguo de guarda reposta dos aforamentos das tochas, bramdõoes, vellas de capella, e cento lxxxbiij arobas xxxj arates de mestre Nicolao, meu guarda reposta dos ditos aforamentos, e as noue arobas hũu aratel que o dito André Glz recebeo de sy mesmo pelas ficar deuemdo na comta que deu amtes desta que lhe forão careguadas em recepta, e recebeo mais trimta arobas dezoito

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, fl. 66.

arates de pauyada do dito Amtonio de São Payo, a quall cera ẽtreguou toda laurada na dita guarda reposta em tochas, bramdões e vellas, segundo se mais conpridamente contem na dita recadação que foy vista per Guaspar Guodinho, prouedor das comtas. E portanto dou ao dito Amdré Guomçaluez por quite e liure... A.º de Miramda comtador a fez em Samtarem aos x dias do mes de nouembro anno do nascimento de nosso Senhor Jhũu $X_{\overline{po}}$ de jb^{c}Rbj annos» (1).

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que eu ey por bem e me praz fazer merce a André Glz, meu cerieiro, do oficio de cerieiro do princepe dom Johão, meu sobre todos muito amado e prezado filho. E tanto que o principe tomar sua casa mandarei fazer ao dito André Glz carta em forma do dito oficio por este aluara que lhe mandey dar pera sua guarda e minha lembrança. Dioguo Anriquez o fez em Almeirym a bj dias de dezembro de bj^{c}Rbiij» (2).

«Dom Johão &. A quantos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer graça e merce a André Glz, meu cirieiro, auemdo respeito ao seruiço que me tem feito e espero que ao diante faça, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de mym de tença cadanno, em sua vida, do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de quynhentos e cinquoenta em diante, dous moyos de triguo. E mando ao barão dAluito... Ayres Fernandez a fez em Lixboa a xbj dias de junho de mil b^{c}l^{ta} anos» (3).

MENDES (DIOGO)

«Dom Joham &. A quamtos esta minha carta virem faço saber que eu ey por bem que daquy em diamte se dem pousadas no lugar homde a côrte estiuer a Dieguo Memdez, cyryeiro da Ifamte dona Maria, minha muito amada e prezada irmãa, as quaes lhe seram dadas pellos apousemtadores pello preço que por elles forem avaliadas, que elle dito Dieguo Memdez sera obriguado pagar a sua custa, e temdo elle

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 29, fl. 28 v.
(2) Idem — Idem, *Doações*, liv. 55, fl. 120 v.
(3) Idem — Idem, *Doações*, liv. 66, fl. 77.

allgũas casas em que pouse alugadas nam lhe seram tomadas dapousemtadoria pera pesoa allgũa. Noteficoo asy... Domyguos de Paiua a fez em Lixboa a tres de mayo de mill qynhemtos oytemta e hũu, e as casas que elle tiver alugadas, em que pousar lhe não serão tomadas não semdo mayores que as que elle ha mester pera seu gasalhado e oficio» (1).

CONFEITEIROS, COZINHEIROS E PASTELEIROS

FRANCO (MANUEL RODRIGUES) — CONFEITEIRO

Natural de Lisboa. El-Rei o tomou por seu confeiteiro na vaga que deixou Francisco Rodrigues Franco, seu pai, falecido. Alvará de 1 de fevereiro de 1657 (2).

NUNES (HENRIQUE) — CONFEITEIRO

Filho de Nuno Henriques, confeiteiro, muito rico.
Vide *Denúncias da Inquisição,* no *Archivo Historico Portuguez,* vol. VI, pag. 160.

RODRIGUES (FRANCISCO) — CONFEITEIRO

Filho de Manuel Rodrigues, natural de Vila do Conde. Limpo de raça e irmão da Misericordia. Tomado por confeiteiro da Casa Real, por falecimento de Manuel Antunes. Alvará de 10 de outubro de 1648 (3).

ALVARES (AFONSO) — COZINHEIRO MÓR

«Nós elRey mandamos a vós noso recebedor da marçaria desta cidade e ao escpriuam de noso oficio que do rendimento della deste anno presente de mill b^{c} e ii des a Afomso Aluarez, noso cozinheiro moor seis mill seiscemtos e dezaseis reis que lhe mãdamos dar e hadaver per esta guisa –s– $\overline{iii}$b^{c}lxxxix

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 34, fl. 16.
(2) Idem — *Matriculas,* liv. 5, fl. 843.
(3) Idem — *Idem,* liv. 5, fl. 830.

de sua vestiaria do anno passado de bᶜ e hũ e j̃ClR rs que erã deuidos a J.º Vaaz cozinheiro pequeno e os mil biiᶜxxbiij a Nuno Fernandez porteiro da coz.ª de suas vestiarias do dito anno que elle por elles hade receber de que tinha tres desembargos pera o thesoureiro e por que por elle nom ouue pagamento forã rotos perante nós ao asinar deste e vos faz lhe deles bõo pagamento e por este com seu conhecimento vos serã leuados em despesa. Feyto em Lixboa aos bj dias dabrill. Beito Fernandez o fez de mill bᶜ e ii. Rey....» (1).

Segue o recibo.

«Dom Manuell &. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que avemdo nos respeyto aos seruiços que temos recebydos e ao diamte esperamos receber da.º alũz noso cozinheiro mor e queremdo lhe fazer graça e merçe temos por bem e nos praz que elle tenha e aja de nos de temça cada ano, de janeiro que ora pasou de jbᶜxbiij (1518) em diamte hũu moyo de triguo e esto em quamto for nosa merce, e porem mãodamos aos veadores da nosa fazemda que lhos façã asemtar em os nosos liuros dela e cada ano dar lhe carta pera lugar homde lhe seja bem paguo e esto alem doutro moyo que já tem. Dada em Lixboa a xxix dias do mes de julho. Jorge Fernandez a fez de jbᶜxbiij anos» (2).

«Manuell Velho, mãdouos que des a A.º aluẽz, meu cozinheiro, capuz, pelote, calças de pano de duzẽtos e cymqoẽta rs o covado e gybam de chamalote e hum barete redomdo, de que lhe faço merce, tudo feyto e tirado da custura, que he como ho ouue Amtonio Fernandez e por este com seu conhecimento e asẽto do sprivão de voso careguo do que nyso despẽderdes mãdo que vos seja leuado em conta. Domingos de Payua o fez em Euora a xbij de março de mill e bᶜxxxiiij. Rey....

«Foy av.ᵈᵒ (avaliado) este vestido em quatro mill quatro cemtos rs, os quaes a.º aluẽz, contheudo neste mandado recebeo de Manuel Velho thesoureiro em mercadoria avaliada e asynou aqui comigo em Euora a xbij de abryll de bᶜxxxiiij. A.º aluẽz P.º» (3).

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, parte 2.ª, maço 6, doc. 6.
(2) Idem — Chancelaria de D. Manuel, liv. 39, fl. 103.
(3) Idem — *Corpo Cronológico*, parte 1.ª, maço 52, doc. 88.

ANES (MARTIM) — COZINHEIRO MÓR

«Dom Manuel etc. mamdamos a vós Recebedor da siza dos pescados e madeira desta nosa cidade de Lixboa e ao scripuam de seu oficio que do Rendimento della desta presente de b^{c}xiiij des a molher e herdeiros de Martim Eanes cozinheiro mor que foy do Ifante Dom Fernando meu senhor e padre que deus tem dez mill e quinhemtos e quorenta e seis reaes que lhe mandamos dar e lhe sam devydos dos xxxj mil b^{c} reaes que lhe forom desembargados de seu cazamento e seruiço dos quaes x mil b^{c} Rix reais tinha hũu noso desembargo aderençado pera FeernandAfonso recebedor que foy dos nossos Retornos ho ano de lRix e por que por elle nom ouue foy Roto perante nós etc. Dada em Lixboa a xxij dias de mayo. El Rei ho mandou pello Baram dAlvito etc. vedor de sua fazenda. Jurdam do Souto a fez ano de b^{c}xiiij^{o}» (1).

BORGONHA (JOÃO DE) — COZINHEIRO MÓR

«Dom Manuell &. A quamtos esta carta virem fazemos saber que Joham de Borgonha, cozinheiro moor que foy delRey meu senhor, cuja alma Deus aja, nos apresentou ora hum aluara do dito senhor que lhe deu em Aluor ao tenpo de seu falecimento, em que lhe prazia que o dito Joham de Bregonha ouuese em sua casa e pera seu apousemtamento toda sua moradia, ceuada e ordenado que auia em sua corte, e posto que per dereito nom tenhamos obrigaçam algũua a comprir o dito aluara, avendo respeito aos seruiços, que elle ao dito senhor tem feito e nos delle ao diante esperamos receber, queremdo lhe fazer graça e merce, temos por bem e queremos que elle tenha e aja de nos des primeiro dia de janeiro deste anno presemte de mill e iiii^{c} e lRbj em diamte, emquanto nosa merce for, de tença em cada hũu anno vinte e tres mill setenta e quatro rs que he outro tanto quanto avia em casa do dito senhor por esta maneira –s– x̄ii^{c} rs que monta na sua moradia a rezam de biij^{c}l reaes por mes, e īij rs que monta no mãtimẽto pera sua molher a rezam de ij^{c}l reaes por

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, parte 2.ª, maço 47, doc. 133.

mes e iii rs per a dita rezam pera hum moço e iiii^{c}lxx rs que monta na sua ceuada a rezam de tres quartas por dia paga a xii rs allqueire e iiib^{c}lxxx rs de sua vestiaria e tença pellos foros de seu oficio. E porem mandamos aos veedores de nosa fazenda que lhos mamdem asentar nos nosos liuros della e dar deles carta de desembarguo em cada hum ano pera lugar omde deles aja mui boo pagamento e por sua goarda e nosa lẽbrança lhe mãdamos dar esta nosa carta de padram por nós asinada e aselada de noso selo pemdemte. Dada em Mõte moor o nouo a xbiij dias de janeiro. P.º Lomelim a fez ano de mill iiii^{c}lrbj» (1).

BREE (JANY) — COZINHEIRO

«Contadores de minha casa, mandouos que leueis em conta e despesa por este somente sem mais outra certidão nem conhecimento a Alluaro Lopez, meu tesoureiro, os doze mil rs contiudos nesta portarya atras escrita de dom Nunaluarez Pereira, meu muito prezado sobrinho e veedor de minha fazenda que por ella pagou a Jany bree, cozinheiro, como consta do seu conhecimento acima escrito. Antonio daguiar o fez em Allmeirym a xiii dias de mayo de mil b^{c}lj. Pero Fernandez o fez escreuer. — Raynha».

Pela parte superior o conhecimento do recibo (de 12 de julho de 1550) assinado *miun HB blee*.

Atraz a portaria, deste teor:

«Manda a Rainha nossa senhora que des a Jany bre cozinheiro framenguo que seruia sualteza trynta cruzados -s- dez pera hum vestido que avia daver seruindo hum ano do qual não seruio mais que oito meses, que ha por bem que aja por ẽteiro, posto que não tinha conprido o dito ano, e os vimte cruzados que lhe são deuidos de cinquo meses que seruio que lhe não são pagos, a rezão de quatro cruzados por mes que adaver per bem do contrato que com ele fez em Frandes Belchior Bareto de parte de Aluaro Pirez de Tauora que anda per ẽbaixador na corte do ẽperador, por que dos tres meses foy paguo per doze cruzados que recebeo adiantados em Frandes, antes de partir pera este Reino, do dito Belchior Bareto, que por bem do dito contrato lhe hão de

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Manuel, liv. 32, fl. 63.

ser descontados per onde he paguo per ẽteiro dos ditos oito meses que seruyo e vestido sem lhe ser deuido de parte de sualteza cousa allgũa; os quaes xxx cruzados sualteza manda que lhe entregue loguo perque se ẽbarca pera Frandes esta tarde, pelo que não ouue lugar pera se lhe fazer mandado: do qual Jany bree cobrares conhecimento feito ao pe deste meu escryto feyto per voso escryuão de como os de vos recebeo pera nas costas dele se fazer mãdado pera vos serem leuados em conta. Em Lixboa a xii dias de julho de 1550. Dom n.º aluẽz p.ª» (1).

FERNANDES (ISABEL) — COZINHEIRA

«Dom J.º &. A quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito ao seruiço que Isabell Fernãdez, cozinheyra que foy da excelente senhora minha tia, que samta gloria aja, lhe fez, queremdo lhe fazer graça e merce, tenho por bem e lhe faço merce de cimquo mill rs de temça cadano em sua vida em satisfaçã de seu seruiço e casamento que não ha daver. Porem mando aos veadores de minha fazenda que lhe façam asẽtar os ditos cinquo mil rs nos meus liuros dela e dar em cada hũu anno carta deles de janeiro que pasou deste anno presemte de bᶜxxx em diamte pera lugar homde lhe sejam bem pagos e ela foy riscada dos liuros da dita senhora e posta verba nelles de como ouve esta temça de mim pella dita maneira segundo se vio per certidã de Rui Figeyra, que foy veador de sua casa e fazenda, a qual foy rota ao asynar desta. M.ell da Costa a fez em Aluito a nove doutubro do anno de noso Senhor Jhũu $X_{\overline{po}}$ de mill e bᶜxxx» (2).

GONÇALVES (MARTIM) — COZINHEIRO

«Dom A.º &. Item carta de Joham Mîz, filho de Martim Glz nosso cozinheiro em que o dom por requeredor das sisas dos vinhos em Santarem asy como o era Fernã Lopez, que o dito oficio tinha e o nom pode seruir por ser uelho: em

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, parte 1.ª, maço 86, doc. 6.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 19, fl. 4 v.

Coimbra bj dias dagosto per Luis dAz.º. A.º Vaz a fez ano do Senhor de mil e iiijᶜRb» (1).

LIRA (MARCOS DE) — COZINHEIRO

«Dom Johã &. Faço saber a quãtos esta minha carta virem que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a Marcos de Lira, que foy cozinheiro mor da Ifamta dona Guyomar, minha irmãa, que sãta gloria aja, que elle não seja daquy em diamte obrigado nem costrãgydo a seruir de juiz, vereador, procurador, allmotace nem outro allgũu oficio nem careguo do cõselho do lugar omde for morador, posto que pera iso seja elegydo. Notefico o asy aas justiças, oficiaes e pesoas a que esta carta for mostrada e o conhecimento dela pertemcer, e mãdo que lha cumprã, guardem e fação inteiramente comprir e guardar como se nella cõtem sem lhe niso ser posta duuida nem ẽbarguo allgũu per que asy he minha merce. Balltesar da Costa a fez em Lixboa a iiij dias de junho ano do nacimento de noso Senhor Jhu $X_{\overline{po}}$ de $\overline{j}b^{c}l^{ta}$, e este me praz asy sem ẽbarguo da ordenação que o contrario dispoem» (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 97 v.
(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Privilégios*, liv. 4, fl. 278 v.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 4, pag. 209)

DOCUMENTO N.º 223

Preço dos generos alimenticios abaixo indicados em diversos annos em alguns concelhos do districto de Bragança

É de notar que no mesmo dia e até na mesma feira os generos teem diversos preços segundo a qualidade, quantidade e procura e muito mais durante um anno, chegando ás vezes a attingir mais um terço do valor porque no principio se vendiam, em razão das fracas promessas da colheita futura ou de uma geada que levou tudo, como a de 1 de junho de 1855 ou a que cahiu na noite de 1 para 2 de maio de 1859 registada na tradição popular por — *Anno da queima* — em que o centeio então a 300 réis passou logo a 1$200 réis, não fallando nas guerras.

Geadas grandes que queimaram as vinhas no concelho de Bragança e muito damnificaram os outros fructos cahiram nas noites de 14 de maio de 1898, 29 de maio de 1899, 10 de maio de 1902 e 28 de maio de 1914. Por isso não ha que estranhar se aparecerem outros documentos com preços diversos, pois essa diversidade muito a encontramos ao organizar a presente lista.

Sobre os elementos que deviam influir no preço dos generos ver estas *Memorias Archeologico-Historicas,* tomo 1.º, pag. 48 em nota, 285. Tomo 2.º, pag. 214, 215, 217, 236. Tomo 3.º, pag. 138, 188, 200, 253. Tomo 4.º, pag. 200, 201 e 478.

É tambem de advertir que o alqueire de que trata o documento regula por 14 litros e o almude por 24.

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1549 (1)	37	26	–	–	–	–	–
1565 (2)	60	40	–	30	–	–	–
1567	45	25	–	–	–	–	–
1570	60	30	–	30	–	–	–
1571	50	30	–	28	–	–	–
1572	40	25	–	20	–	–	–
1574	80	60	–	30	–	–	–
1577 (3)	56	40	–	30	–	–	–
1579	80	50	–	36	–	–	–
1580	54	36	–	30	–	–	–
1581	100	75	–	50	–	–	–
1582	100	75	–	50	–	–	–
1583	80	50	–	30	–	–	–
1584	80	50	–	30	–	–	–
1585	70	40	–	35	–	–	–
1586	75	50	–	44	–	–	–
1587	80	60	–	45	–	–	–
1588	80	60	–	50	–	–	–
1589	80	50	–	40	–	–	–
1590	60	40	–	30	–	–	–
1591	100	65	–	50	–	–	–
1593	70	45	–	40	–	–	–
1594	100	70	–	50	–	–	–
1595	100	80	–	60	–	–	–
1596	130	110	–	65	–	–	–
1597	150	120	–	80	–	–	–
1598	280	240	–	200	–	–	–
1600	60	40	–	40	–	–	–
1601	70	50	–	50	–	–	–

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1547 a 1598, fol. 17. Este preço é referido ao mez de novembro. Pelos annos de 1494 regulava o alqueire de trigo por 14 réis; mas nesse anno, devido á escacez das colheitas, chegou a 30 réis.

(2) Desde este anno inclusive até ao de 1630, quando se não indica o contrario, os preços são tirados do «*Livro das Fianças:*» folio manuscripto, papel almasso, capas de pergaminho, de 196 folios, existente no Archivo do Paço Episcopal de Bragança que diz no termo de abertura: «Liuro em que cada anno se escreuerão os termos do preço a que ualer o pão pelo mes de septembro: e asi as fianças que os capitulares e capellães são obrigados a dar | o qual liuro começa neste mes de septembro de 1564». Como se indica o preço refere-se ao mes de setembro e regulava-se pelas feiras de Miranda do Douro, Outeiro e Bragança.

(3) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1547 a 1606, fol. 44. Desde este anno até ao de 1582 inclusive os preços são tirados deste codice e referem-se ao mes de setembro.

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera avrada la1ratel
1602 (1)	110	90	–	–	–	–	–
1603	100	60	–	50	–	–	–
1605	105	70	–	70	–	–	–
1606	140	110	–	85	–	–	–
1697	130	100	–	80	–	–	–
1608 (2)	200	180	–	–	–	–	–
1610	50	40	–	40	–	–	–
1611 (3)	70	60	–	60	–	–	–
1613	80	60	–	–	–	–	–
1614	90	70	–	60	–	–	–
1615	150	130	–	100	–	–	–
1616	100	80	–	50	–	–	–
1617	70	60	–	50	–	–	–
1618	75	60	–	50	–	–	–
1619	100	80	–	60	–	–	–
1620	100	80	–	60	–	–	–
1621	130	100	–	80	–	–	–
1622	130	100	–	80	–	–	–
1623	65	45	–	45	–	–	–
1624	55	40	–	40	–	–	–
1626	60	48	–	48	–	–	–
1627	90	70	–	70	–	–	–
1628	100	75	–	60	–	–	–
1629	110	80	–	60	–	–	–
1630	180	140	–	90	–	–	–
1637 (4)	100	80	–	70	–	–	–
1642 (5)	50	50	70	30	130	17	120

(1) Não houve cevada este anno.

(2) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1606 a 1625, fol. 20.

(3) Idem, fl. 51 v. Neste mesmo lugar se diz que nesse anno o arratel de carneiro custava 14 réis e o de vacca 8 réis.

(4) *Livro da Fabrica de 1637*, do Cabido de Miranda do Douro existente no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, folio manuscripto, papel almasso, capas de pergaminho de 119 folios. Neste anno a esmola de uma missa rezada era de 20 réis e custava 90 réis a libra de fiado para pavios das velas de cera.

(5) *Livro da Fabrica da Sé de Miranda do Douro do anno de 1642.* Neste anno custava 850 réis a arroba de lã, 180 uma cabeça de gado ovino, 80 um sacco de carvão, 360 um par de sapatos, 25 um alqueire de cal, 180 uma arroba de uvas, 50 o aluguel de uma jumenta por dia, 50 o arratel de fiado fino, 2 1/2 réis uma telha, 120 um arratel de cera, outro tanto o jornal de um operario, bem como o de um alfaiate, carpinteiro, pedreiro, etc., 60 réis a folha de lata, 30 réis o arratel de ferro, 160 dito de incenso e 240 por arroba o transporte de um volume do Porto a Miranda do Douro pelos almocreves. Mantiveram-se estes preços

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1643	–	–	–	–	–	15	–
1644	180	–	–	–	–	21	120
1651	100	80	–	–	–	19	–
1653	–	–	–	–	–	–	180
1654	100	80	140	–	–	25	190
1655	–	–	–	–	–	31	215
1656	100	80	–	–	–	25	190
1659	–	120	–	–	–	17	150
1681	–	240	–	–	–	–	–
1682	–	120	–	–	–	–	–
1687	–	140	–	–	180	–	–
1695 (1)	140	–	–	–	–	–	–
1696	–	100	–	–	–	–	–
1697	–	120	–	–	250	–	–
1701 (2)	160	120	–	–	220	–	–
1702	240	200	–	–	–	–	–
1703	360	300	–	–	–	–	–
1704	240	200	–	–	–	–	–
1705	200	170	–	–	–	–	–
1706	180	150	–	–	130	–	–
1707	300	240	–	–	–	–	–
1708	300	220	–	–	–	–	–
1709	600	480	–	–	–	–	–
1710	600	480	640	400	320	–	–
1711	550	400	600	360	240	–	–
1712	300	240	320	200	360	–	–
1713	400	320	440	300	200	–	–
1714	220	160	240	120	400	–	–

pelo menos até 1659 com pequena divergencia como se vê pelos livros da *Fabrica* da Sé de Miranda do Douro.

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1686 a 1735, fol. 64 v. Os anteriores e posteriores desde 1681 a 1697 inclusive são tirados do *Livro de Contas de Nossa Senhora do Rozario*, existente na igreja de Montesinho, freguezia de França, concelho de Bragança.

(2) Desde este anno até 1812 inclusive a nota dos preços é tirada de um livro in-8.º manuscrito, que tem o actual parocho de Villar Secco, concelho do Vimioso, Reverendo Antonio Augusto Martins, a quem aqui consignamos o nosso reconhecimento por nos facilitar o extracto do mesmo, o qual pertenceu a um seu ascendente, proprietario em Miranda do Douro, arrematante dos dizimos e rendas ecclesiasticas nesta cidade. Merece muita confiança esta nota, por ser escrita por quem lidava com esta especialidade para direcção da sua vida de arrematante de rendas de cabidos e commendas. A julgar da letra este codice foi escrito por dois ou mais individuos que provavelmente tiveram successivamente o cargo de rendeiros.

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1715 (1)	140	100	160	80	260	35	–
1716 (2)	140	100	160	80	340	45	–
1717	160	120	200	106	380	–	–
1718	120	60	160	60	420	–	–
1719	120	70	160	60	240	–	–
1720	140	80	160	60	280	–	–
1721	100	130	200	100	320	–	–
1722	240	200	260	160	420	–	–
1723	210	170	240	140	380	–	–
1724	140	90	160	80	400	–	–
1725	150	100	160	80	200	–	–
1726	150	120	160	100	300	–	–
1727	180	140	200	120	300	–	–
1728	300	260	320	200	320	–	–
1729	180	140	200	120	360	–	–
1730	200	150	240	120	400	–	–
1731	160	120	200	100	280	–	–
1732	220	200	240	160	300	–	–
1733	310	270	320	200	400	–	–
1734 (3)	200	140	240	120	320	60	–
1735 (4)	120	80	160	80	360	–	240
1736 (5)	170	120	160	100	160	–	250
1737	170	140	180	120	240	–	–
1738	180	150	200	120	240	–	–
1739	230	200	250	160	400	–	–
1740	290	260	320	200	480	–	–
1741	300	280	340	240	360	–	–

(1) Neste anno, como se vê pelo livro «*Fabrica 1715*» do Cabido de Miranda do Douro, manuscrito, papel almasso, de 100 folios, existente no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, custava 60 réis um cantaro de barro, 50 réis uma carga de lenha, 240 uma de carvão e 180 réis um arratel de linho fiado.

(2) Neste anno, como se vê pelo mesmo livro «*Fabrica 1715*» custava 400 réis o arratel de incenso e 180 a geira de um carpinteiro a seco.

(3) Neste anno, custava 55 réis um alqueire de cal, como se vê pelo livro «*Fabrica 1734*» do Cabido de Miranda do Douro, existente no Archivo do Paço Episcopal de Bragança.

(4) Neste anno, como se vê pelo livro «*Fabrica 1735*» do Cabido de Miranda do Douro que se guarda no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, custava 5:400 réis uma arroba de incenso e era de 200 réis a jorna a seco de um telhador.

(5) Neste anno, como se vê pelo livro «*Fabrica 1736*» do Cabido de Miranda do Douro, existente no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, custava 4 réis uma telha e o salario de um artista, carpinteiro ou telhador a seco, 200 réis.

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1742	200	130	240	120	320	–	–
1743	120	100	160	100	300	–	–
1744	140	120	160	100	400	–	–
1745	180	160	220	120	400	–	–
1746	180	160	240	120	400	–	–
1747	280	260	320	240	320	–	–
1748	220	200	260	160	300	–	–
1749	220	180	260	160	240	–	–
1750	200	170	240	120	320	–	–
1751	300	240	320	200	300	–	–
1752	300	240	320	200	400	–	–
1753	210	160	240	140	400	–	–
1754	160	140	200	120	300	–	–
1755	150	125	160	120	400	–	–
1756	120	80	160	80	400	–	–
1757	180	140	220	120	240	–	–
1758	120	80	160	80	240	–	–
1759	180	140	220	120	160	–	–
1760	300	260	340	200	360	–	–
1761	200	180	240	160	240	–	–
1762	280	240	320	200	400	–	–
1763	400	400	420	360	480	–	–
1764	540	500	560	400	480	–	–
1765	300	240	320	220	300	–	–
1766	300	240	320	220	160	–	–
1767	300	240	320	200	240	–	–
1768	300	240	320	200	400	–	–
1769	420	400	440	360	400	–	–
1770	240	160	260	140	240	–	–
1771	240	160	260	120	160	–	–
1772	240	200	260	180	200	–	–
1773	280	240	300	200	160	–	–
1774	280	240	320	200	80	–	–
1775	320	300	340	280	240	–	–
1776	320	300	340	280	300	–	–
1777	320	300	340	280	320	–	–
1778	320	300	340	240	360	–	–
1779	380	340	400	300	300	–	–
1780	360	340	400	300	400	–	–
1781	240	160	260	120	700	–	–
1782	200	140	240	120	400	–	–
1783	200	160	240	160	400	–	–
1784	250	210	280	160	500	–	–
1785	260	220	320	200	300	–	–
1786	360	300	400	240	300	–	–
1787	400	360	440	300	400	–	–
1788	360	340	400	240	500	–	–

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1789-1790 (1) .	–	–	–	–	820	–	–
1790-1791 (2) .	–	–	–	–	–	–	–
1791-1792	–	–	–	–	525	–	–
1792-1793	–	–	–	–	700	–	–
1793-1694	–	–	–	–	–	–	450
1794-1795	–	–	–	–	–	120	550
1800	1800	1750	1800	1400	1700	–	–
1803	580	550	–	–	–	–	530
1804	1800	1700	1800	1400	1760	–	–
1805	880	840	960	500	400	–	–
1806	600	550	600	400	500	–	–
1807	480	440	550	360	800	–	600
1808	400	320	440	240	960	–	570
1809	300	240	360	180	1750	–	550
1810 (3)	640	600	700	480	2400	–	600
1811	960	800	1120	600	2400	–	500
1812	2600	2400	2800	1800	2400	–	–
1812-1813 (4) .	–	2120	–	–	2000	200	–
1813-1814	–	850	–	–	1080	–	660
1814-1815	–	460	–	–	1000	210	600
1815-1816 (5) .	–	550	–	–	1000	200	–
1816-1817 (6) .	–	600	–	–	900	200	–

(1) As notas respeitantes a este anno e seguintes até 1794-1795 inclusive são tiradas dos livros de contas de irmandades e confrarias existentes nos archivos das parochias de Montesinho (França) e Avelleda, concelho de Bragança. Como essas contas se tiravam de Junho a Junho do anno seguinte damos o anno economico da forma que ellas o apresentam.

(2) Neste anno a arroba de ferro vendia-se a 120 réis. Pelos annos de 1798 vendia-se a 75 réis o alqueire de cal em Miranda do Douro.

(3) Em 1810-1811 custava 2:500 réis um chibo bom e 100 réis um vidro para a lampada da igreja.

(4) Neste anno e seguintes a lista do preço dos generos é tirada dos livros de contas das confrarias de Baçal e Avelleda, concelho de Bragança existentes nos archivos das respectivas freguezias. Neste anno de 1812-1813 custava 5:100 réis uma arroba de bacalhau e nos dois seguintes respectivamente 260 e 240 réis o arratel de sabão que depois desceu a 200 réis e assim se conservou até á lei de 25 de abril de 1857, que extinguiu o monopolio do sabão desde 1 de julho do anno seguinte por diante desenvolvendo assim no reino a industria das saboarias. Devido ao monopolio muito do sabão que se gastava vinha da Hespanha, onde era mais barato, por contrabando. Desde a extincção do monopolio até hoje tem regulado a 80 réis por kilo.

(5) Neste anno custava 400 réis o cento de sardinhas. O mesmo preço tinha em 1807-1808.

(6) Neste anno custava 3:200 a arroba de bacalhau, 600 réis o cento de sardinhas e 1:200 réis o alqueire de grãos de bico.

Annos	Trigo alqueire	Centeio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1817-1818	–	480	–	–	1000	250	480
1818-1819 ...	300	400	–	–	1240	240	–
1819-1820	–	260	–	–	700	180	480
1820-1821	–	240	–	–	360	150	–
1821-1822	–	260	–	–	480	–	–
1822-1823	–	280	–	–	–	–	–
1823-1824	–	300	–	–	500	–	–
1824-1825	–	360	–	–	–	140	540
1825-1826 . ..	–	230	–	–	550	–	–
1826-1827	–	200	–	–	520	–	550
1827-1828	280	170	–	–	600	–	–
1828-1829	–	200	–	–	400	100	–
1829-1830 ...	–	180	–	–	480	110	–
1830-1831	–	150	–	–	740	100	–
1831-1832	–	260	–	–	240	100	–
1832-1833	–	180	–	–	120	80	–
1833-1834	–	200	–	–	–	90	–
1834-1835	–	140	–	–	–	100	–
1835-1836	–	220	–	–	–	110	420
1836-1837	–	400	–	–	–	180	400
1837-1838	–	340	–	–	–	120	400
1838-1839 .. .	–	200	–	–	–	100	–
1839-1840 (1) .	–	400	–	–	–	–	–
1840-1841	–	260	–	–	–	–	–
1841-1842	–	420	–	–	–	125	400
1842-1843	–	–	–	–	–	100	400
1843-1844	–	240	–	–	300	–	420
1844-1845	–	180	–	–	800	100	400
1845-1846	–	200	–	–	390	–	–
1846-1847	–	400	–	–	380	–	–
1847-1848	–	200	–	–	300	–	400
1848-1849	–	150	–	–	290	120	400
1849-1850	–	160	–	–	440	100	380
1850-1851	–	260	–	–	510	–	400
1851-1852	–	150	–	–	–	–	440
1852-1853 ...	–	200	–	–	400	–	–
1853-1854 .. .	–	340	–	–	870	140	460
1854-1855 ...	–	380	–	–	800	140	–
1855-1856	–	380	–	–	720	105	–
1856-1857	–	880	–	–	730	–	550
1857-1858	–	300	–	–	1050	–	550
1858-1859	–	300	–	–	970	–	520

(1) Em 1839 custava 50 réis um caderno de papel almasso por pautar, 120 réis um vidro para a lampada da igreja e era de 310 réis a esmola de um padre por assistir a uma missa cantada.

Annos	Trigo alqueire	Ceuteio alqueire	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1859-1860	–	300	–	–	1200	–	–
1860-1861 . ..	–	320	–	–	1200	–	520
1861-1862	–	400	–	–	1500	–	-
1862-1863	–	400	–	–	1000	–	–
1863-1864	–	400	–	–	–	–	–
1864-1865 ...	–	300	–	–	500	–	–
1865-1866 ...	–	320	–	–	–	–	–
1866-1867	–	500	–	–	–	–	–
1867-1868 (1) .	–	600	–	–	–	–	–
1872-1873	–	380	–	–	–	–	–
1877-1878	–	600	–	–	–	–	–
1880-1881	–	320	–	–	500	–	–
1882 (2)	–	400	–	–	–	–	–
1883	–	400	–	–	500	–	–
1884	–	–	–	–	500	–	–
1885	–	–	–	–	500	–	–
1887	–	300	480	–	–	–	–
1888	–	360	–	–	600	–	–
1889	–	360	–	–	–	–	–
1890	–	260	–	–	–	–	–
1891	–	400	–	–	480	–	–
1892	–	400	–	–	–	–	–
1895	–	460	850	–	1800	100	–
1896	–	470	–	480	–	100	–
1897	520	540	–	–	–	130	–
1898	–	–	630	-	–	120	–
1899	–	360	–	–	–	130	–
1901	–	420	-	–	–	–	–
1903	–	500	–	–	–	–	–
1904	580	360	650	–	–	–	–
1907	–	380	–	–	–	–	–
1908	660	–	–	–	–	–	–
1909	–	360	–	–	–	–	–
1910	560	450	–	–	–	–	–
1911	560	480	–	–	–	–	–
1912	-	600	–	–	–	–	–
1913	–	650	–	–	–	–	–
1914	–	700	–	–	–	–	–

(1) Por estes annos a esmola de uma missa rezada regulava por 200 réis.

(2) Desde 1882 inclusive a 1911 as notas referentes a centeio, trigo e serodio foram em grande parte colhidas dos livros de apontamentos do Sr. Carlos Alberto de Lima Furtado, negociante de Bragança, a quem significamos o nosso reconhecimento pela boa vontade com que nos attendeu.

Annos	Trigo alqueire	Centeio aiquelre	Serodio alqueire	Cevada alqueire	Vinho almude	Azeite quartilho	Cera lavrada arratel
1915	850	750	900	–	1300	–	–
1916	900	800	1100	–	1800	–	–
1917	1200	1000	1500	–	1800	220	–

Pelos annos de 1515 a tabella que regulava o preço dos generos no almoxarifado da Torre de Moncorvo que então abrangia a maior parte das villas, cabeças de concelho do Sul do districto de Bragança era a seguinte:

Alqueire de trigo 20 réis.
Alqueire de centeio 15 réis.
Alqueire de milho 12 réis.
Alqueire de cevada 12 réis.
Alqueire de castanhas 5 réis.
Almude de vinho 20 réis.
Por um pato 20 réis.
Por um cabrito ou cordeiro 20 réis.
Por uma pedra de linho canamo 50 réis.
Por uma canada de mel 20 réis.
Por um frango 7 1/2 réis.
Por um leitão 40 réis (1).

Menor era ainda em annos anteriores o preço dos generos, pois da escriptura que o condestavel D. Nuno Alvares Pereira fez com os officiaes que trabalhassem no convento do Carmo, pelos annos de 1389 consta que aos mestres se devia dar por dia 30 réis, aos officiaes 13 e aos serventuarios da obra 10 réis «que era muito abondo para comprar dois alqueires de trigo, que naquelle tempo estava a 5 réis o alqueire» (2).

Segundo o regimento de 1480 dado por D. Affonso V, deviam os sapateiros dar «o par de sapatos brancos esflorados, e raspados de pedra pomez, por 24 réis... e ça-

(1) Viterbo, *Elucidario*, artigo — Decimas.
(2) Idem, artigo — Abondo.

patos brancos de frol com sola, e vira, ou sem vira, por 22 réis» (1).

Os seguintes factos assás documentam o que levamos dito no referente á escacez das colheitas em alguns annos.

«Aos 27 dias do mes de septembro de 1597 annos, estando todos os senhores capitulares iuntos em Cabido... por elles foi assentado e acordado, que porquanto os freguezes e moradores dos lugares de Carção, e algusello, estauão pobres e faltos de pão, elles senhores do cabido por lhe fazer boa obra, consentião, e erão contentes que os recebedores Cristouão dalmança, chantre, e o licenceado Antonio da costa... podessem dar, e dessem emprestado o pão das prebendas que lhe arrendarão, aos freguezes dos ditos lugares pera semearem E pera comerem, attento ao anno estar *muito esteril e falto de pão*. E comprindo elles com esta obra, disserão que erão contentes, e lhes aprazia de lhe alargarem a paga das ditas prebendas pera o anno que uem, até a feira do azinhoso do dito anno de nouenta e oito, e que pagassem tudo na dita feira do azinhoso» (2).

Na sessão de 26 de novembro de 1597 resolveram proceder da mesma forma com os moradores de Rio-Frio de Outeiro «uista a esterilidade do anno» (3).

Em junho de 1596 uma trovoada de pedrisco destruiu os pães e vinhas em Outeiro, Paradinha e circumvizinhanças, no concelho de Bragança (4).

Trovoada identica derrotou a 13 de setembro de 1740 os vinhedos de Paradinha, Paçó e Outeiro e a 7 de julho de 1748 fez outra o mesmo aos de Santulhão (5).

Na sessão de 11 de setembro de 1630 acordou o Cabido de Miranda do Douro por voto de todos os capitulares que «uista a esterilidade do anno e não terem os lauradores dos lugares aonde esta meza tem suas rendas pão pera poderem fazer sementeira que cada prebenda desse no lugar aonde este anno tem colhido cem alqueires de pão, meio trigo e

---

(1) Viterbo, *Elucidario*, artigo — Desfrolado. Para o preço dos generos no reino, ver Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, tomo 3.º, parte 1.ª, pag. 224, e Costa Lobo, *Historia da Sociedade em Portugal*, pag. 543.

(2) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1547 a 1598, fol. 184.

(3) Idem, fol. 185.

(4) Idem, fol. 181.

(5) Idem, de 1686 a 1735, fol. 71 v. e 88 v.

meio centeio e na mesma conformidade as meias prebendas dessem cinquoenta, e as capellanias vinte e sinquo... que se pedisse ao Senhor Bispo obriguasse com censuras a se fazer este emprestimo... o capitular, ou ministro que recusar fazer o que está ordenado por este assento, seja multado em hum mez de perda irremessivel» (1). (Esta perda era a de um mez de ordenado dos seus vencimentos).

Na sessão capitular de 3 de maio de 1598 dizem os conegos da Sé de Miranda do Douro que neste anno a geada queimou todas as vinhas do bispado (2).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Acordãos* do Cabido de Miranda do Douro de 1621 a 1688, fol. 37.
(2) Idem, de 1547 a 1598, fol. 3.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

O varre-canêlhas — Novela Transmontana, por Joaquim Leitão. Edição do autor. Porto, Typ. «Costa Carregal», travessa de Passos Manuel, 1914.

Ensaios de Historia e Critica, por A. G. de Araujo Jorge. Rio de Janeiro Imp. Nacional, 1915.

Ministerio das Finanças — Estatistica Financeira — Rial de Agua — Ano economico de 1914-1915. Lisboa, Imp. Nacional, 1916.

Governo Geral do Estado da India — Censo da População do Estado da India em 31 de dezembro de 1910 — Vol. 1 — *Relatorios, Quadros sinopticos, especiaes e graficos e uma carta do territorio de Gôa.* Nova Gôa, Imp. Nacional, 1916.

Higiene Ocular — Apontamentos para uma conferencia realizada na Imprensa Nacional em 19 de abril de 1914, por Costa Santos. Lisboa, Imp. «Libanio da Silva», travessa do Fala-só.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º
N.º 6

1917
Junho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, realizado em Sevilha de 6 a 11 de maio de 1917 275
Discurso inaugural do Congresso pelo Presidente Dom Eduardo Dato Iradier 278
Discurso pronunciado pelo Reitor da Universidade do Porto Dr. Gomes Teixeira, *na sessão inaugural* 289
Palavras de El-Rei D. Afonso XIII 290
Discurso pronunciado pelo Presidente do Instituto de Coimbra Dr. Costa Lobo, *na sessão de encerramento.* 291
Discurso pronunciado pelo Reitor da Universidade do Porto Dr. Gomes Teixeira, *na sessão de encerramento.* 294
Antropologia da Beira Alta, por Antonio Augusto Mendes Correia 298
Esbôço dum vocabulário ariano, por Carlos de Passos. 308
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 329
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 335

CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO ESPANHOLA PARA O PROGRESSO DAS SCIÊNCIAS

REALIZADO EM SEVILHA DE 6 A 11 DE MAIO DE 1917

De 6 a 11 do passado mês de maio, realizou-se na formosa cidade de Sevilha o 6.º Congresso, promovido pela Sociedade Espanhola para o Progresso das Sciências, que põe nestes actos o seu principal objectivo. Os congressos anteriores realizaram-se em Saragoça, 1908, Valencia, 1909, Granada, 1911, Madrid, 1913, e Valadolid, 1915. Em todos a sciência espanhola manifestou incessantes e notáveis progressos, tomando desde logo particular importância as exposições das aplicações técnicas.

O Congresso de Sevilha sustentou as tradições já assentes em bases brilhantes pelos anteriores, apesar de ser ainda tão recente a Sociedade espanhola. Para nós teve particular importância pela concorrência de elementos portugueses que, fazendo parte da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências, ali fôram representar esta nascente sociedade, logo convidada pela Associação espanhola.

Em todas as 11 secções que funcionaram neste congresso, foi apresentado grande número de interessantes trabalhos, e a exposição foi notabilissima, destacando, como nos anteriores, os mecanismos expostos pelo sábio professor Torres Quevedo e pelo depósito de guerra. Os trabalhos portugueses fôram recebidos com provas da maior consideração, e os seus autores convidados repetidas vezes a presidir às secções.

A sessão inaugural e a de encerramento merecem especial menção. Na primeira, presidida por El-Rei D. Afonso XIII, foi pronunciado pelo sábio presidente da Associação, Sr. D. Eduardo Dato, o admirável discurso inaugural adiante publicado. Fruto de um profundo estudo e de uma perpicaz observação, é da maior actualidade e digno de ser detida-

mente meditado; é, sem dúvida, de um homem superior na sciência e na politica.

Na mesma sessão pronunciou o sábio Prof. Dr. Gomes Teixeira, que é prestigioso presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências, o elevado discurso, que tambêm publicamos, ao qual El-Rei de Espanha se dignou logo responder com as palavras que em seguida vão publicadas, e que foram acompanhadas de especiais testemunhos de consideração para Portugal e para Sua Ex.ª

Na sessão de encerramento houve o notável discurso do sábio Reitor da Universidade de Madrid, D. José Carracido, em grande parte dedicado a Portugal, com frases da maior amabilidade e consideração, tendo havido primeiro os discursos do Alcaide de Sevilha, do Reitor da Universidade, do Dr. Costa Lobo, Presidente do Instituto de Coimbra, e o do illustre Presidente da nossa missão, convidando a Associação espanhola para o Congresso projectado pela Associação portuguesa para 1919. Adiante são publicados os dois últimos.

Na mesma sessão, e em resposta ao convite atraz referido, foi comunicada à Assembleia a deliberação da Associação Espanhola de o aceitar e, inclusivamente, transferir o Congresso que marcou para Bilbau, no caso das condições mundiais permitirem a realização em Portugal do Congresso anunciado para 1919.

Foram imponentes as festas dedicadas aos congressistas, tendo sempre lugares de destaque os portugueses, aos quais especialmente ofereceu o ilustre Presidente do Congresso um lauto banquete.

Na impossibilidade de dar conta de toda a colaboração portuguesa neste Congresso, eis a nota de algumas comunicações que foram apresentadas:

Do Prof. Gonçalo Sampaio — *Liquenes espanhois do herbario Willkomm,* em que são inumeradas 87 espécies de *Liquenes de Espanha,* colhidos por Willkomm, sendo 17 novas para êste país e duas novas para a sciência.

O mesmo chamou a atenção da secção para a conveniência de no próximo Congresso se versar o problema da nomenclatura botânica e zoológica, que é da maior importância e da maior actualidade. Pondo o problema nas suas linhas fundamentais, demonstrou a necessidade de se estabelecer o direito de prioridade para os nomes genéricos a partir só desde a data da sua binomização. Seria esse o único meio de obstar à derrocada da nomenclatura tradicional e de tornar

dispensaveis os centenares de casos de excepção, que tornam a nomenclatura absolutamente irregular, e pouco remedeiam.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Do Prof. Augusto Nobre — sôbre duas espécies de *Chlorites* da ilha de Timor, e uma notícia sôbre a Estação de zoologia marítima da Faculdade de Sciências da Universidade do Porto que mostra as vantagens dêstes laboratórios de estudo, e em que descreve as instalações e o material que ela possue actualmente.

Do Dr. Joaquim Fontes — Estado actual do estudo do Paleolítico português — no qual faz a história dos descobrimentos àcerca do Paleolítico de Portugal, dos trabalhos já publicados em Portugal sôbre tal período da civilização da nossa terra. Refere-se em especial aos achados dos arredores de Lisboa, e faz a sua comparação com exemplares descobertos em Espanha pelo Prof. H. Pacheco e D. Juan Cabré. Mostra exemplares da sua collecção que se aproximam de objectos coligidos em estações típicas estrangeiras.

Do assistente Dr. Mendes Correia, professor de Antropologia na Universidade do Porto — Um subsídio para a Antropologia portuguesa — Resume as conclusões das suas últimas investigações antropológicas. Estudando os crânios prehistóricos da colecção de Serviço Geológico, estabelece que o *dolicorde* de Mugem não se confunde com os tipos de Neanderthal, de Cro-Magnon, Chancelade e Beaumes-Chaudes, tendo, porêm, algumas afinidades com o *H. aurignacensis* ou tipo proto-etiópico. Na população portuguesa de hoje, esse tipo não está largamente representado, devendo concluir-se que êle evolutiu muito ou foi inteiramente absorvido por outros tipos superiores. Estuda especialmente a antropologia da Beira Alta, onde a população deve, pelas condições geográficas, ser das que se conservaram muis puras através das idades; e, por fim, adoptando a cronologia azilis-tardenoisiana dos kjoekhenmoeddings de Mugem, fórmula hipóteses sobre a origem e cultura dos braquicéfalos preneolíticoa.

Do Prof. Costa Lobo — sôbre uma nova explicação das manchas solares assente sôbre um minucioso estudo dos elementos do problema — densidade e rotação do sol; aparência e evolução das manchas; região das manchas; exten-

são e persistência; aspecto do sol e das manchas; relacionação com os fenómenos solares e metereológicos e com um antigo período de 12 anos dos Chaldeos; cadeias de meteoritos capturados pelos cometas.

O Sr. D. Eduardo Dato dignou-se presidir à conferência realizada pelo Dr. Costa Lobo, a qual teve por têma o Tempo, e que foi uma rápida exposição do trabalho que vai ser publicado, composto dos seguintes capítulos: Definição do tempo; intervalos de tempos; determinação e registo do tempo; períodos astronómicos, fiilosóficos e civís; taboas efemérides e calendários adoptados; propostas apresentadas para a reforma de calendários; uma nova proposta de reforma do calendário.

DISCURSO INAUGURAL DO CONGRESSO PELO PRESIDENTE D. EDUARDO DATO IRADIER

SENHORES:

Reùne-se pela sexta vez a Associação para o Progresso das Sciências com o patriótico fim de nos dar exemplo que nos fortaleça para o cumprimento dos deveres imperiosos que o adiantamento nacional impõe. Nem actividade, nem inciativa, falta às suas investigações, e com sagaz perspicácia os nossos pensadores descobrem em cada ramo scientífieo toda a intensidade de vida que encerra. Encontramo-nos num momento de efervescência e dúvida.

Dá-se como certo que muitas leis consideradas imutáveis serão demolidas, e que muitas organizações devidas ao acaso serão adoptadas. No meio de tantas transformações alguma cousa há de constante e perdurável, o empenho de todos os póvos por sustentar-se expandir-se, e com êsse fim prestarem não só atenção, mas cuidadosa solicitude a tudo quanto significa estudo, análise e alta cultura scientífica, capaz de arrancar à natureza os seus segredos e dotar os homens com elementos de acção poderosos e enérgicos. A sciência parte hoje da matéria, da molécula, e do átomo; apoia-se na electricidade com a descoberta do campo eléctrico do electrão; fixa a concepção do éter e dá às radiações hertzeanas e luminosas bases que permitem fundar a radioactividade

e explicar a origem e fim da matéria, baseando-se na evolução da energia. Daqui eleva-se para a análise da composição da matéria e da sua morfologia, define as funções da vida para concluir pelas de relação, que nos conduzem às dos centros conscientes, origem do eu individual, que se nos apresenta dotado com as suas componentes essenciais: a liberdade e a moral. É, pois, vastissimo o campo reservado à sciência: dentro dos seus limites existe o *cósmos* e o *espírito,* isto é, quanto se encontra em volta de nós, e a maneira de proceder à sua utilisação, conduzindo-nos conforme as normas de adaptação, de convivência e de esfôrço (1), que saciem a nossa ância de saber no meio de tão desencontradas afirmações (2).

*

Sendo êste o trabalho scientífico moderno, basta o seu enunciado para ser apreciada a importância dêstes congressos, destinados a reùnir quantos em Espanha trabalham, analisam e perseveram na descoberta da Verdade, que nos dará a posse da Beleza, harmonia rítmica do Universo, e nos fará amar o Bem, estímulo atraente da finalidade social.

A nossa tarefa deve compreender tantos ramos, quantas as aplicações que é possível fazer dos conhecimentos humanos, de modo que nenhum progresso ou conquista escape às deliberações da Assembleia.

Por esta fórma o avanço da intelectualidade pátria será contínuo, homogénio e gradual. Os técnicos nele encontrarão o ensino prático adaptável à física, à química, à mecânica, enfim, a toda a base do desinvolvimento da nossa riqueza nacional; os pensadores colherão ensinamento para a formação da alma colectiva, que se nutre da literatura, da filosofia e do raciocínio; os economistas formularão as teorias fundamentais financeiras e mercantís; os sociólogos esclarecerão os princípios da estabilidade e incremento da família espa-

---

(1) Veja-se H. Guillemlnot, *Les nouveaux horizons de la Science,* 1913-1916. Paris, G. Stenheil.

(2) Félix de Dantec, *Savoir.* Paris, Flammarion, 1917: «A oposição entre os métodos objectivo e subjectivo, o exame das verdades físicas e a contradição que se pretende achar com as crenças espiritualistas, conduzem o autor a corolários muito opostos aos da tranquilidade moral que o mundo deseja».

nhola; o politico, enfim, aproveitará a essência e o perfume de todas estas doutrinas para estabelecer uma orientação e engrenagem capaz de utilizar todo o rendimento que a sciência permita alcançar em todas as esferas da vida do país.

Emprêsa sagrada a nossa. Com verdadeiro fervor me acérco da ara em que vamos prestar-lhe holocausto. E, profundamente excitado, se encontra o nosso espírito ao observar os preságios de radicais transformações em todos os ramos que têm por condutor e timoneiro a razão. A prestar ouvidos a tão variados vaticínios, nada ficaria de pé.

A nós, porêm, cumpre-nos revestirmo-nos da necessária serenidade para submeter a sério exame as alterações que as perturbações produzidas pela guerra tenham de determinar nas bases sôbre que vagarosamente tem caminhado o homem.

São fundamentais as que respeitam à ordem social: e se, como Presidente desta Associação devo investigar as modalidades e motivos das comoções sofridas pelos elementos dos grandes princípios directores dos póvos (sem os quais não haveria, nem espaço, nem vagar para qualquer outro trabalho scientífico), como governante a minha curiosidade leva-me a ocupar-me especialmente da futura orientação da arte da política, que deverá inspirar-se no conceito que fôr estabelecido sôbre as atribuições e faculdades do Estado, e também sôbre a sua personalidade ante o indivíduo considerado como molécula social.

Sintetisando, direi, que é preciso saber de que maneira marchamos para o socialismo, como consequência próxima e definitiva da guerra.

*

Precisamente, nos últimos tempos não estavam em grande favor as teorias colectivistas. Os seus apologistas, convertidos em politicos, encontravam-se numa tremenda e irredutível discórdia. A crise do socialismo era assunto obrigado nos livros e discursos, e era considerada inevitável a rutura entre as diversas escólas socialistas (1). O chamado sindica-

---

(1) Veja-se Bechaux, *Les Écoles Socialistes: Marxisme, Reformisme, Syndicalisme*, Rousseau, 1912.
Garriguet, *L'Évolution actuelle du Socialisme en France*, Bloud, 1912.

lismo desinvolvia-se em combatividade e rebeldia, e tinha-se adjectivado com a divisa de revolucionário (1).

Em frente de um combatente saído da própria família, o socialismo scientífico e o reformista não viam maneira de libertar-se dos seus ataques e do receio dos seus adversários. Ainda existiam combatentes luminosos como Vandervelde que procurava assentar a emancipação da classe trabalhadora na cooperação, fundamento pouco diferente do corporativo intransigente dos revolucionários (2): o abismo, comtudo, subsistia, e os prosélitos de uns e outros sistemas acusavam-se mutuamente de incapazes. Depois de dois anos de guerra a falta de soluções tornou-se patente nos socialistas, e póde dizer-se que êles foram as primeiras vítimas da contenda, demonstrando-se o fracasso das suas doutrinas, pela maneira como acataram, como patriotas, em todas as nações, uma guerra que o seu crédo político condenava (3).

Como consequência, demonstrada a oposição evidente entre os princípios gerais da Internacional trabalhadora com o sentimento do dever patriótico em determinadas circunstâncias, de novo se fala de crise socialista nas revistas e periódicos estrangeiros, por não ter aquela evitado a guerra actual, mostrando-se um instrumento de discórdia, de dissolução e de guerra civil, em vez de ser uma garantia de paz. Enfim: «Perece na crise moral que esta guerra determina em todas as nações, não devendo surpreender outra vez a consciência dos homens de boa vontade, por mais que se disfarce e mude de fórmulas e etiquetas» (4).

É um facto que o socialismo, como partido, acaba de caír ferido de morte aos pés do monumento levantado por todos os govêrnos à organização nacional das fôrças colectivas, seu constante têma.

---

(1) J. A. Estey, *Revolutionary Syndicalisme* London, King, 1913.
Paul Louis, *Le Syndicalisme Europeen*. Paris, Alcan, 1915. Exame instructivo, mas escrito por parte interessada.

(2) Vandervelde, *La cooperation neutre et la cooperation socialiste*. Paris, Alcan, 1913.

(3) A. W. Humphrey, *International socialisme and the war*. Londres, King, 1913.

(4) Le Temps, *La crise socialiste*, 5 de março de 1917. O último livro de Emile Vandervelde, *La Belgique envahie et le Socialisme international* (Paris, Berger, 1917, pag. 155 a 222), dá conta das profundas divisões entre os socialistas. Veja-se na *The Contemporany Review* (março de 1917) o artigo de Thomaz F. A. Smith, *German Social-Democrats and the war*.

Poderá dizer-se que se prepara, ou melhor, que se infiltra, um socialismo sem doutrinas, aproveitando a frase pronunciada àcêrca de 10 anos, por Metin, ao descrever-nos a primeira legislação social da Austrália.

*

Dois aspéctos oferece esta intervenção oficial na vida produtora. Um, o da protecção da classe trabalhadora. Outro, o da implantação social e pública de serviços e funções relacionados com a Economia. Ambos tendem ao estabelecimento de regras que regulem o trabalho.

O primeiro resulta de preocupações relativas aos problemas obreiros depois da guerra (1). A abundância ou escassez de braços, os salários, as gréves, a produção, a participação do trabalhador na indústria, são elementos que é preciso estudar para se chegar à solução do conjunto. Os braços não faltarão, segundo a opinião de autorizados autores. A oferta satisfará os pedidos, porque embora tenham sido perdidas muitas vidas, o incremento anual era, e continuará a ser grande, e a população feminina, que admiravelmente substituiu os homens, continuará em grande parte nas suas novas profissões. Como consequência, quer-se que se mantenham os salários *ante-bellum,* sendo criados tribunais que os marquem arbitrâriamente, tomando em consideração a alta dos prêços dos géneros consumidos pelo trabalhador.

Não deve preocupar menos a movimentação dêste, sendo certo que as indústrias mudarão substancialmente, pela extinção de umas, aparecimento de outras, e modificação de muitas. «O Govêrno, diz-se, deve prever antecipadamente a flutuação provável da mão de obra, depois da guerra, nas principais indústrias do país» (2).

Porêm, acrescenta-se, seria preferível montar as oficinas

---

(1) A. C. Pigon, *Labour problems after the war,* na *Contemporany Review*. Setembro, 1916.

(2) As condições do trabalho depois da guerra é um problema de interesse geral. Como empregar os que regressem da guerra? Como utilisar as novas indústrias? Interessante o estudo *L'Avenir industriel de l'Angleterre,* no *Le Correspondant,* de 10 de março de 1917. Muito para meditar em *La guerre et la vie de demain* (Paris, Alcan, 1917) a conferência de M. Arthur Foniaine «Sôbre a produção e a colocação», pag. 91 a 120.

de colocação para servirem de ponto de convergência de trabalhadores e patrões.

Também se fala dos que não se coloquem durante os primeiros mêses de grande movimentação, por serem pessoas asseguradas pelo estado.

No meio de tantas dificuldades seria natural a adopção da lei do Canadá de 1917, relativa à prevenção das gréves, que seriam submetidas a um tribunal de conciliação. Indo mais longe, a França, por decreto de janeiro último, estabeleceu a arbitragem obrigatória e a requisição do pessoal «para assegurar a continuidade indispensável dos produtos para a guerra».

Consideramos contraproducentes estas tentativas, porque a experiência mostra que toda a pressão exerçida para impedir uma gréve conduz a ela directamente. É por isso seguro que fracassarão todas as fórmulas que ultrapassem os limites da insinuação, do oferecimento do recurso à prudência das partes em confiito, conforme o regulamento redigido pelo nosso benemérito Instituto de reformas sociais para aplicação do Real decreto de agosto de 1916, preparado para evitar as gréves ferro-viárias.

A não ser militarisado o pessoal (facto inadmissível nas indústrias civis e particulares que não se ocupam de serviços gerais), não há defeza contra o grevista: e como a psicologia do mundo trabalhador e capitalista, será depois da guerra o mesmo que era antes, não concebo reformas positivas, nem progressos por meios coercitivos. Sigamos pelo caminho da participação do trabalhador nas emprêsas; estudemos os diversos meios de interessar o trabalho no negócio, fundindo-o com o capital, como recentes projectos propõe, e assim faremos mais, muito mais, para a rehabilitação do trabalhador e do seu reconhecimento como factor social do que com processos duros e falazes, e medidas coercitivas, prejudiciaes para todos.

*

A indústria moderna modificou radicalmente as relações entre empregados e patrões. Tudo nela é massa, série, concentração, tanto em relação aos trabalhadores como aos produtos fabricados (1). «A evolução social está subordinada à

---

(1) Daniel Bellet, *L'Evolution de l'Industrie*. Paris, Flammarion, 1914.

evolução industrial», e admitida esta permissa, a primeira conclusão será reconhecer que à sociedade interessa prevenir e normalizar a marcha dêsse factor moderno que tanto influe nos seus destinos. A indústria pede o favor público para alargar-se, e o protecionismo serve-a. Mas se uma conseqüência desta guerra há de ser, segundo parece, um recrudecimento da defeza aduaneira de cada país, são lógicos os que afirmam que do *justo* protecionismo se passará aos *justos* preços e aos *justos* salários.

Tranquilisam-nos acrescentando que isto não é novo, porquanto há mais de mil anos que assim procediam os antigos monarcas, consistindo a novidade sòmente na palavra *socialismo.*

Porêm, decerto podemos contar com que em todos os países depois da guerra haverá imensas experiências socialistas, boas ou más, frutuosas ou funestas, conforme a prudência e inteligência das pessôas que as dirijam (1).

Afirma-se que em França o primeiro resultado será a desaparição do partido socialista, «desejoso de libertar-se duma designação anódina que já o não distingue». O outro resultado seria «dar ao socialismo um carácter oficial e conservador que tornaria odiosos a uma nação, naturalmente leviana e discola, os abusos e excessos da socialização».

Um terceiro seria «quando se exteriorisassem o desgôsto e o aborrecimento, aparecer um partido revolucionário terrível e avançado que teria por programa os velhos princípios individualistas de 1789, de novo batisados e repintados pelos artistas políticos». Observemos que ainda não acabou a guerra, nem começaram êstes ensaios socialistas, e já se traça a sua génese e a sua vida, até à revolução final que os entregará à História. Parece-nos excessiva velocidade, porque embora a nossa época seja neurasténica, contudo o ritmo social segue compassado, tranquilo e lento.

*

O que é incontestável, é que a guerra tornou evidente o estado de desintegração social em que viviamos. As nações

---

(1) Visconde G. de Avenel, *Les revolutions économiques de la guerre chez les belligérantes, Revue des Deux Mondes,* 15 de fevereiro e março de 1917.

ricas e poderosas faltavam elementos indispensáveis para o seu sustento. Na agricultura eram vassalas do estrangeiro; na indústria tinham produções múltiplas e variadas, porêm sem nexo, independentes e amorfas. A navegação não estava relacionada com os centros produtores dos principais artigos: os caminhos de ferro, em conseqüência da sua instalação isolada e fragmentada, careciam de ligações com as regiões que deviam pôr em comunicação e careciam de material. Enquanto às minas, viviam como feudos autónomos, sem condições para atender às exigências da defeza nem às indústrias matrizes. Imperava a mais completa desarticulação social, quando hoje se reconhece que cada nação é um conjunto homogéneo que deve dispôr dos elementos primordiais, e coordenar todos os seus esfôrços, actividades e produções para provêr, mediante o exacto e perfeito conhecimento das suas necessidades, à sua satisfação colectiva, por meio duma boa organização de todos os agentes positivos do trabalho e riqueza do país para um fim comum.

Em geral os elementos da acção nacional estavam distribuidos ao acaso. Cada um regulava-se e trabalhava por sua conta e risco. Hoje vê-se que é indispensável que aqueles elementos se entrelacem e unam formando uma cadeia com suficiente coesão molecular para aumentar e mover a rodagem que deve impulsionar toda a economia nacional. Potência e resistência são as duas ordens de fôrças geradoras do movimento, em cuja combinação assenta tanto a mecânica física como a social.

*

Pois bem a humanidade sempre disposta para os exagêros, facilmente se desloca dum extremo para outro. E para muitos será esta guerra o fim do individualismo, pensando-se até em pedir a nacionalização da terra, da banca, do carvão e dos caminhos de ferro.

A nacionalização da terra impedirá, diz-se, que cada um produza segundo as suas conveniências, sem atenção pelo que convêm ao Estado. Acrescenta-se que é preciso que o Poder público seja o guia em benefício da massa geral cujos elementos teem os seus direitos sociais. Chega-se a afirmar que a produção do leite e ovos, do toucinho e carne, das frutas, vegetais e grandes cereais, deve ser subordinada às disposições e vigilância do Estado. Enfim — Que seja êle o único proprietário! Suspeito que seria uma orientação errada, e é certo

que há anos se evoluciona noutro sentido, — o de tornar proprietários o maior número possível de agricultores. Há tempos que se diz que entre a terra própria e a arrendada há a mesma diferença que entre a mulher legítima e a concubina. Tudo o que tenda a privar o homem do seu domínio sôbre o que constitue a acumulação do seu esfôrço em capital, ou trabalho, produzirá amargos frutos. Oxalá seja fomentada a produção agrícola, porêm, sem ser esgotada a primeira fonte de que há de alimentar-se — o espírito e sentimento de propriedade. Quanto há a estabelecer sôbre educação técnica e social das classes agrícolas! A isso se chegará directamente pela necessidade de attender à própria existência.

O mesmo acontecerá com a indústria e comércio, que num grande agrupamento profissional encontrarão o método da sua constituição para serem capacidades sociais de notável importância nacional.

Procedendo-se dêste modo não será preciso recorrer aos bancos com organização oficial. Similhante fórmula nunca passaria de refúgio de firmas avariadas ou de clientelas políticas. O depósito é o fornecedor do crédito, primeiro fundamento do banco: aquêle só vai aonde encontra segurança e garantia por uma gerência adequada e remuneradora. Pretender sujeitar a normas oficiais a corrente do dinheiro é como impôr a confiança por um Real decreto, quando ela é puramente psíquica, individual e íntima.

Não difere dêste critério o que tem de aplicar-se aos caminhos de ferro e minas. É certo que «não há um único ponto da vida e segurança do Estado que não dependa das múltiplas aplicações do carvão (1); porêm a forma de adaptar a extracção do mineral às necessidades públicas não deve degenerar em exploração directa pelo Estado».

Acentua-se o papel reservado à hulha e ao ferro, a ponto dos seus jasigos intercalados entre a França e Alemanha terem-se tornado em campos de batalha. Está indicada uma política mineira *post-bellum,* com profundas modificações nas leis. Mas persisto em crer que se respeitarão as propriedades particulares, embora sejam estabelecidos regulamentos para atender às funções colectivas.

Quanto aos caminhos de ferro, nunca aconselharei o seu resgate. Salvo algumas linhas, que por motivos estratégicos

---

(1) Jeorge Radford, *State Services*. London, Smith, 1916.

convenha construir e explorar, sem interesse industrial, as demais devem ser aproveitadas comercialmente. E a exploração assim encarada não marcha sem espírito de lucro, que não existe no Estado pela sua própria estrutura e finalidade.

*

Apesar das opiniões que tenho expendido, é justo declarar que da atual guerra emerge para o Estado uma organização mais completa do que a atual. Confessa-o francamente a Inglaterra em vista da imperiosa necessidade de implantar métodos scientificos nos assuntos públicos, e de estabelecer a conexão que hoje falta entre os interesses particulares e o bem estar geral. A extrema fragmentação dos serviços particulares de comunicações, a falta de muitas indústrias que não recompensavam o capital (por exemplo as químicas), mas que são o nervo da guerra; a dependência de outras (as metalúrgicas) para com o mercado alemão ou sindicatos alemães que transformavam os produtos das colónias inglesas, provocaram já ali colossais instalações fabrís, que fazem pensar que «será tão impossível restabelecer o industrialismo britânico nas suas antigas bases como restaurar o Império cartaginês». Uma nova ideia germina nos cérebros saxões: a da nação ser um grande sistema económico trabalhando harmónica e conjuntamente. Supõe-se já que ao fim da guerra haverá uma administração pública (1) para regular a produção e distribuição dos artigos mais importantes, e que as instalações fabrís criadas para a guerra serão convertidas em fábricas de automoveis, wagons, enfim de objectos dos mais variados usos.

Recapitulando, diremos que se avesinham épocas em que a navegação, os caminhos de ferro, a produção de carvão e minerais, as indústrias metalúrgicas, grande parte das agrícolas se encontrarão num regime de interdependência traçado pelos representantes da nação, pelos Govêrnos, pelos parlamentos. Não haverá um regime de propriedade colectiva, que acabaria com o incentivo indispensável para uma boa exploração. A propriedade continuará privada, mas mudará um pouco de carácter porque a direcção geral passará

---

(1) H. G. Wells, *How far will Europe go toward socialism? What is coming?* Londres, Cassell, 1916.

para grémios ou corporações afim de se atender a um plano geral de fomento produtor. É o que se presente neste momento, mas não deve esquecer-se que haverá sempre fôrças construtivas e destruidoras, conjuntivas e dijuntivas. As primeiras são o direito e a ordem que conduzem à saúde e à robustez. Sem a sua coexistência não haverá desenvolvimento social possível, e êste regula-se pela formula da liberdade, que atraía em vez de repelir, que agrupe em vez de dissociar (1). Elas conduzirão à associação como corôa do organismo social.

*

É assim que concebemos o caminho que os espíritos directores hão de adoptar. Compete aos governantes compreendê-las para marcar o rumo dos seus povos, e conseguir que não se distanceiem dos que seguem vertiginosamente na sua marcha.

É necessário atender às considerações económicas e políticas. Se queremos ser ricos é primeiro preciso preparar-nos para sermos capazes de nos regermos como nação. «O novo estatuto do cidadão há de resultar de duas ideias fundamentais: «dos deveres do indivíduo para com a comunidade, e da sua liberdade no quadro das leis estabelecidas pela comunidade». A liberdade deve ser correlativa da responsabilidade individual. O cidadão tem direito à liberdade, não para seguir a sua vontade pessoal, mas sim para usar da sua liberdade em serviço da comunidade. «O homem tem direito à liberdade na sociedade, porque não seria justo dar a sua contribuição para a vida social se fôsse o servidor da vontade de outro, e não pudesse depositar no fundo comum o fruto da sua própria actividade e do seu raciocínio individual» (2).

Aumentar o impulso social presupõe a existência de uma consciência, de uma vontade, de uma acção combinada da parte de todos os elementos integrantes. No dia em que Espanha possua cidadãos com essas qualidades, estamos salvos. E pensando que nisso assenta o *fundamento de toda a orientação social positiva,* confiemos na nossa reconstituição. Passarão os actuais momentos de febre; cessará a luta entre

---

(1) J. Novicow, *Mecanisme et Limites de l'Associacion Humaine.* Paris, Giard, 1912.

(2) Mr. Wickhan Steed: *Revue de Paris,* Fevereiro de 1917.

as nações; os povos porão nos afectos de uma sincera reconciliação novos marcos de um maior império, que produzirá a sua grandeza moral: — o domínio do homem sôbre as paixões que o rodeiam. E se as heroicas são nobres, também enaltecem sempre as que tranquilisam a consciência, e atráem aos que ostentam iguais titulos para conviver num mundo de que os destinos futuros dependerão dos ideais que venham a gravar-se na consciência dos póvos, ao iniciar-se a era que vai abrir-se na História, ao terminar esta horrível e comovedora guerra universal. Façamos votos ferverosos para que os ideais chamados a formar a alma nacional sejam nobres e grandes, e desviem para sempre as nações das lutas sangrentas, conduzindo as relações internacionais por caminhos de mútuo amor e de recíproco respeito do direito.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO DR. GOMES TEIXEIRA, NA SESSÃO INAUGURAL

SENHOR:

Permita-me Vossa Magestade que tenha a honra de o saudar, em nome dos portugueses que vieram a êste Congresso, e de exprimir o nosso afecto respeitoso ao monarca inteligente e ilustrado, cujo espírito bondoso, na enorme catástrofe que atualmente assola o mundo, tem pairado, como um mensageiro divino, sôbre os povos em luta, levando a alegria a muitos lares, a esperança a outros, salvando vidas, dissipando incertezas, enxugando lágrimas e mitigando dôres, Deus conserve a vida de Vossa Magestade por muitos anos e proteja o nobre povo a cujos destinos preside.

Agora permita-me Vossa Magestade que me dirija à Associação espanhola para o Progresso das Sciências, para lhe dizer que a Associação portuguesa, recentemente fundada, recebeu com vivo prazer e profunda gratidão a honra que lhe fez a Associação espanhola, convidando-a a representar-se por alguns dos seus membros no Congresso que vai realizar-se nesta cidade. Devido a êste convite, aqui estamos, cheios de satisfação por nos vermos rodeados pelos sábios da Espanha, um grupo de portugueses, membros da Asso-

ciação, que vem de nascer. São poucos os que viemos, porque o momento actual não é apropriado às lides scientíficas; os que não vieram acompanham-nos em espírito, cheios de pezar por não poderem vir.

Em nome de todos êles, tenho a satisfação de agradecer à Associação espanhola a honra que nos deu, convidando-nos para assistir a êste Congresso, e de exprimir o nosso respeito e simpatia por esta florescente instituição, em que figuram homens de grande talento e de vasto saber. É ainda curto, mas é já brilhante o seu passado. Tem feito serviços à sciência e tem dado lustre á Espanha. Felicito-a calorosamente por êste motivo, e faço votos para que a Associação portuguesa siga tão belo exemplo, e para que a ligação entre as duas Associações, que hoje se inaugura, concorra para o estreitamento das relações scientíficas entre os nossos países, reatando-se assim os laços íntimos que uniram as sciências dos dois póvos no último quartel do século xv e na primeira metade do século xvi, e que depois afrouxaram e quási desapareceram.

Eu tenho fé, muita fé, em que êste estreitamento de relações há de realizar-se e há de contribuir para o progresso scientífico da nossa península.

PALAVRAS DE EL-REI D. AFONSO XIII

Tengo la alta distinción de saludar en la ilustre persona del Señor Rector de la Universidad de Oporto, a la amada Nación hermana que comparte con nosotros el solar de la raza iberica. Y puedo manifestarle sinceramente que todos los españoles con su rey quieren con profundo amor a Portugal. Afirmo que una de las más grandes satisfaciones de mi vida la recibi al confiarme Portugal la salvaguarda de sus intereses en los países enemigos: por esta dignación estoy agradecidisimo al país vecino asegurando que por todos los médios procurare hacerme digno del honor recibido.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA DR. COSTA LOBO, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

MINHAS SENHORAS:
MEUS SENHORES:

Há circunstâncias em que é impossível ser exagerado. — É o caso em que me encontro.

E em verdade eu precisaria de toda a eloquência de que em Espanha tão largamente se dispõe, para exprimir tudo o que sinto de gratidão e admiração por êste generoso e nobre povo, para dar curso aos sentimentos que neste momento trasbordam do meu espírito, que gosa da maior satisfação que pode ter o homem — a convicção de ter conseguido a sincera amizade de outros homens.

Vai falar o meu constante amigo e sábio mestre Dr. Gomes Teixeira, a quem enternecidamente amamos, em nome de todos nós os portugueses, com a elevação e sinceridade que distingue todos os seus actos. E, comtudo, eu só deixaria de tomar a palavra neste solene acto se absolutamente me fôsse vedado.

Mas quanto me encontro já surpreendido com o que acabo de exprimir. Agora, mais do que nunca preciso de toda a vossa bondade para desculpa das minhas precipitadas palavras.

Pois, a vossa ilustração, a vossa nobreza, o vosso carácter, a vossa amizade, mais do que tudo isso o vosso carinho, não estão a lembrar-me que em vós encontro constante incentivo para todos os meus desejos? E quanto são sentidas estas palavras pode devidamente ser avaliado pelo que rapidamente vou contar e alguma cousa tem de interessante.

Dentro de poucos dias, pouco mais de um mês, terão decorrido 6 anos depois de que, vindo directamente de Coimbra, cheguei a esta formosissima e hospitaleira cidade, toda impregnada de encantos e perfumada pelo aroma de rosas sem conto, umas que rapidamente desfolham, em quanto outras se conservam perduravelmente, e são o perfume que na vida impregna o homem de fé e fôrça para os mais nobres e arriscados cometimentos.

E fiquei, só e desconhecido, absorvido na contemplação da grandiosidade dos seus monumentos, da arte divina dos

seus artistas, do trabalho incessante dos seus habitantes, da delicadeza manifesta dos seus costumes.

E nas naves sumptuosas da sua Catedral, junto das rendilhadas colunas que para o ceo elevam o nosso espírito, também a minha alma se elevou para os mais puros e acrisolados pensamentos, surpreendido comigo mesmo, dominado pela mais profunda admiração de tudo quanto me rodeava compreendia e... presintia. Logo me transportei aos discretos salões do alcazar aos seus sorridentes e geométricos jardins, orlados pela verdejante e aromatica murta, e, só e desconhecido, inclinei-me para a terra, e encontrando-me já no restrito campo da realidade, nos estreitos limites dos acontecimentos humanos, absorvi-me no maior recolhimento a pensar na rapidez e na lentidão dos factos mais assombrosos — rápidos como relampagos na eternidade, lentos como os desgôstos nos sofrimentos humanos. — E que sofrimentos ali tinham perpassado: — dores dos povos primitivos, dores dos romanos, dores dos gôdos, dores dos árabes que aqui tiveram os seus últimos momentos de agonia; e, talvês ainda agora, dores dos pais, das mães, das esposas e dos filhos daqueles que daqui partem para verter o seu sangue altivo em defeza e para glória da sua pátria.

Um país que possue vivas tão emocionantes recordações, um país que tão violentamente nos faz vibrar a alma nos mais variados sentidos, nunca pode ser esquecido, — fica gravado para sempre no nosso coração.

Impelido pelo desejo de saber, e conhecer intimamente êsta nação, passava eu aqui de caminho para Granada, como o peregrino que procura os lugares sagrados para levar as ofertas da sua alma, para buscar a verdade e a satisfação que sempre nos proporciona um meio notável.

Ia celebrar-se ali o 3.º congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, — manifestação enérgica e intensa de um povo que pode e quer. E eu era ali um desconhecido, e o único estrangeiro.

Mas logo patenteei ser portugues e vir cheio de fé e confiança conquistar a vossa amisade; scientificamente, oferecer pouco, mas oferecer o que podia e que, comtudo, era então tudo o que mais interessava a minha razão; em sentimento oferecer o meu sincero afecto.

E então, rapidamente, como por encanto, encontrei-me aquecido por ardentes raios de carinhosa estima; e não tive uma família, porque tive muitas, que em seu seio enternecidamente me afagaram.

E eu que tinha esperança, eu que tinha fé, eu que tinha confiança, adquiri a certeza de que veria convertida em realidade o desejo de ver renascer — o mais puro afecto, a mais intensa solidariedade entre êstes dois irmãos, criados aos peitos da mesma mãe, por vezes esquecidos dos laços que os uniam. E que, pensava eu, então e agora, sómente a sciência, que os antigos representavam por uma formosa mulher envolvida em denso véo a ocultar-lhe os encantos, e que eu considero como sendo a verdade que todos nos devemos empenhar por conquistar, poderia restituir aos dois povos a consciência do que são, do que foram, do que devem ser.

E já cercado de carinhos, rapidamente o tempo me transportou a Madrid, onde mais uma vez tive ocasião de apreciar as extraordinárias e admiráveis qualidades dêste povo de heróis nas lutas guerreiras, capaz de alcançar as mais celebradas vitórias no campo scientífico.

Dentro em pouco encontrei-me em Valadolid, onde, ainda único do meu país, me achei obsequiado com inolvidaveis atenções de todos os que me rodeavam. À frente encontrava-se já o meu querido amigo, ilustre sábio D. José Carracido, que neste momento nos preside, desde muito nosso consocio no Instituto de Coimbra, sempre grande nos conceitos, sempre grande nas aspirações, e que, por isso, desde muito se tinha tornado um ferveroso e dedicado amigo de Portugal.

Mas, como o ciclo ainda não tinha fechado, — aqui, nesta deslumbrante terra, que quanto mais conheço mais respeito e admiro, e onde há 6 anos me encontrei só e desconhecido, concentrado na contemplação do passado e do presente, e meditando sôbre o porvir, sempre cheio de esperança e de fé, encontro-me agora em terra amiga, no seio duma imensa família, que de todos os lados me anima com as suas carinhosas manifestações, em presença do seu Rei, que nos seduziu e encantou com os extremos da sua bondade e com a demonstração evidente do seu constante cuidado pelo seu povo, com o qual constitue um forte e sólido organismo que tanto desejo ver engrandecido em prosperidades e venturas, e que se dignou dirigir-nos palavras, repassadas de sinceridade e afecto, que nunca esquecerão.

Felizmente que desta vez, já me não encontro só. Muitos são os meus companheiros, homens dos mais ilustres e prestigiosos do meu país, que tiveram a fortuna de as ouvir.

Posso assegurar que aquelas notáveis e históricas palavras, a que corresponderam para comnosco actos da mais distinta amabilidade, da mais expressiva amisade de um homem que

ocupa um lugar primacial, e que nos deixa cheios de saudade e admiração, o ilustre sábio e político, Sr. D. Eduardo Dato, ficaram indelevelmente gravadas no nosso espírito. Eu fiquei certo de que estavam enfim realizados os meus constantes votos.

Assim deve ser. Garante-mo a minha fé, garante-mo a vossa inteligência, mais ainda a nobreza do vosso carácter.

Assim deve ser para que se realize a finalidade dos dois póvos da nossa península, que ao mundo teem dado as mais extraordinárias provas de um alto valor, — que sempre foram grandes quando bem independentes, e por isso bem fortes, se uniram lealmente.

Assim deve ser porque, sem dúvida, o destino ainda lhes reserva elevadas missões.

Agradeço comovido a vossa delicada e bondosa atenção, e, seguro de que os meus sentimentos são os sentimentos de todos os meus companheiros, em voz bem alta, para que seja ouvida em toda a Espanha, para que seja ouvida em todo o Portugal, termino com vivas — à Espanha — ao seu Rei — a D. Eduardo Dato e D. José Carracido — aos nossos ilustres e queridos amigos sábios espanhoes.

*

(A assistência, selecta e numerosissima, correspondeu com entusiásticos vivas a Portugal).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO DR. GOMES TEIXEIRA, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Os portugueses que assistiram a êste Congresso ouviram com profunda comoção e vivo reconhecimento as palavras carinhosas com que Sua Magestade o Rei de Espanha se dignou saudar a nossa pátria na sua sessão de abertura. Estas palavras de um grande amigo de Portugal ficaram profundamente gravadas nos nossos corações, como o hão de ficar nos corações de todos os portugueses que delas tiverem conhecimento.

Também estamos profundamente reconhecidos ao eminente

estadista Sr. D. Eduardo Dato, pelas palavras afectuosas que consagrou ao nosso país no seu importantissimo discurso, e ao ilustre Reitor da Universidade de Sevilha, pelos cumprimentos que nos dirigiu na sua formosa alocução. A todos apresentamos os nossos sinceros agradecimentos.

Aqui consigno, tambêm, o nosso reconhecimento à Universidade de Madrid, pela honra que fez às Universidades portuguesas, enviando-lhes as suas saudações pelo seu sábio Reitor. Peço ao Sr. D. José Carracido que seja interprete perante o Claustro da sua Universidade da nossa elevada consideração e respeito pela alta corporação a que tão dignamente preside.

Ao partir para Portugal, vamos cheios de saudades pelos dias felizes que passámos na formosa cidade do Guadalquivir, e cheios de gratidão pelo carinho com que fomos tratados pelos homens de sciência de Espanha que aqui se reuniram, e pelos habitantes desta cidade com quem tivemos a satisfação de conviver.

Ao dizer-lhes adeus, a todos apertamos cordealmente as mãos.

E agora, cumprindo o acto de maior satisfação da minha vida, tenho a honra de convidar a Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, em nome da Associação portuguesa, a celebrar com esta um Congresso comum, em 1919, na séde de uma das tres Universidades portuguesas. Só depois de se completar a organização da nossa sociedade nascente, se póde fixar definitivamente a cidade em que êste congresso se há de realizar. Posso, porêm, afirmar que, qualquer que seja a cidade preferida, Coimbra, Lisboa ou Porto, serão recebidos com íntima satisfação os sábios de Espanha, que queiram honrar a nossa pátria com a sua visita.

Eu tenho muita fé na eficácia dos congressos scientíficos. Não está a sua principal vantagem nas memórias e notas que neles se apresentam, visto que êstes trabalhos não ficariam desconhecidos, dispondo os seus autores, para os publicar, das colecções académicas e revistas scientíficas que existem em todos os países. Está, sim, nas relações que nestes congressos se estabelecem entre os homens que se ocupam dos mesmos assuntos, nas ideias que se trocam, nas amizades que contráem, na colaboração que neles principia; está tambêm na sua influência para a divulgação em cada país dos trabalhos feitos nos outros, animando assim os autores, pelo aumento do círculo dos apreciadores das suas descobertas e dos leitores das suas obras; está, enfim, nos programas e

combinações que nestes congressos se estabelecem para o estudo de questões em que é necessária, ou pelo menos conveniente, a colaboração de sábios que vivem em lugares distantes ou mesmo em países diferentes.

Os congressos são o meio mais eficaz para evitar o isolamento do sábio, tão desagradável para êle, como contrário à tendência comunicativa do espírito humano, e também, quando é internacional, para combater o isolamento prejudicial da sciência de um país no meio da sciência dos outros.

Os congressos hispano-portugueses oferecem, além destas vantagens, outras especiais, por se tratar de dois povos geograficamente unidos do modo o mais estreito, cujas histórias se ligam intimamente e cujos interesses económicos se conjugam. Para o estudo da fauna e da flora, da geologia e da paleontologia, dos minerais, das raças, dos costumes, da história, da vida social, etc., da nossa península, não bastam os trabalhos isolados feitos nos dois países que a formam; é ainda necessária a ligação dêstes trabalhos, e para isso é indispensável a colaboração ou entendimento dos sábios dos dois países que se ocupam de cada uma daquelas especialidades.

No último quartel do século xv e na primeira metade do século xvi foram estreitas as relações scientíficas e literárias entre Espanha e Portugal. Foi também neste período que espanhoes e portugueses mais fraternizaram e as civilizações dos dois povos mais influiram uma sôbre a outra. Nesse tempo, numerosos médicos e padres de cada um dos dois países exerceram as suas profissões em terras do outro. Portugueses ilustres ensinaram nas Universidades castelhanas e sábios espanhois prelecionaram das catedras da Universidade portuguêsa.

Nas bancadas das escolas dos dois países assentaram-se misturados estudantes de Espanha com estudantes de Portugal.

Autores espanhois escreveram livros em língua portuguêsa, e numerosos escritores portugueses foram buscar à língua de Castela, então muito conhecida na Europa, o proveito duma maior divulgação dos seus trabalhos. Mencionarei Pedro Nunes, o príncipe dos geometras portugueses, que escreveu nesta língua a sua afamada Álgebra.

Para uso da navegação fizeram-se traduções em português de trabalhos de cosmografos espanhois, e, reciprocamente, publicaram-se em Espanha obras inspiradas por trabalhos de sábios portugueses.

De Castela, onde primeiro na Europa renasceu a Astronomia, recebemos Abraão Zacuto, astrónomo distinto, autor do célebre *Almanak dos tempos,* empregado pelos nossos navegadores, e o físico Mestre João, que acompanhou Pedro Alvares Cabral na viagem que o levou à descoberta do Brazil, sendo nela encarregado das observações astronómicas; e, em compensação, de Portugal, onde primeiro se desenvolveram os estudos náuticos, foram para Espanha os dois irmãos Faleiros, ambos insignes na arte de marear, e Fernão de Magalhães, que com Sebastião del Cano, fez em náu castelhana a famosa viagem que lhes imortalizou os nomes.

Coincidiu êste período de máxima intensidade das relações scientíficas e literárias entre Espanha e Portugal com o período brilhante da história dos dois povos, em que espanhois e portugueses, navegando por mares desconhecidos, descobriram novas terras onde deixaram as suas civilizações e as suas línguas.

Depois, os laços que ligavam as sciências dos dois países afrouxaram e quási desapareceram. Estão plenamente reatados. O restabelecimento da intensidade de relações entre os homens cultos da Espanha e Portugal foi inaugurado solenemente por Sua Majestade o Senhor D. Afonso XIII, quando, na sessão de abertura dêste Congresso, pronunciou, entre aplausos calorosos, estas memoráveis palavras: os espanhois, com o seu rei, querem com profundo amor a Portugal.

ANTROPOLOGIA DA BEIRA ALTA

O estudo antropológico da população da Beira Alta tem sido feito por vários investigadores, com um interesse muito especial em relação ao das restantes províncias portuguesas. Nós mesmos já démos algumas modestas contribuições para tal estudo (1), e, trazendo à publicidade esta nota, visamos, sôbretudo, a estabelecer uma noção de conjunto sôbre os materiais dispersos que teem sido colhidos naquela província.

Novos subsídios craniológicos que obtivémos na colecção Ferraz de Macedo da Faculdade de Sciências de Lisboa (2), podemos agora juntar aos elementos anteriormente publicados, como são os estudos de Sant'Ana Marques e nossos no vivo, e os estudos realizados no crânio em Coimbra e Porto nas colecções das respectivas Faculdades.

Condensemos, pois, sucintamente todos êsses dados a fim de se fazer uma ideia da composição antropológica da população beirôa.

A) No vivo

Caracteres descritivos. — Apenas sôbre a pigmentação há alguma coisa. Em 263 soldados de infantaria e artilharia, naturais sôbretudo do centro e do sul da província, estudámos a côr da pele, dos olhos e dos cabelos, concluindo que o excesso do tipo moreno sôbre o loiro é de 60 %, percentagem fornecida pela semi-sôma das côres dos olhos e dos cabelos.

Essas constatações conduzem-nos a crer que a população da Beira é muito morena e que o tipo nórdico ou nela se

---

(1) *Contribuição para o estudo antropológico da população da Beira Alta.* In *Anais da Academia Politécnica do Porto.* Coimbra, 1915.

Sôbre o índice nasal na Beira Alta e um crânio desarmónico beirão. In *Anais da Academia Politécnica do Porto.* Coimbra, 1917.

(2) Ao Sr. Prof. Baltazar Ozorio, daquela Faculdade, exprimimos o nosso agradecimento por nos ter permitido o estudo da importante colecção.

não localizou dum modo notável, ou foi transformado pela acção dos elementos morenos.

Estatura. — É, em média, de 1^{m},674 (100 obs. de Sant'Ana Marques), número superior aos das outras províncias e à média geral portuguêsa (1^{m},645). Predominam na série as estaturas acima da meã (45,76 %), sendo em menor número as altas (11,86 %) e as baixas (10,16 %). Há bastantes inferiores à meã (32,20 %) (1).

Índice cefálico. — A média é de 75,2 (100 obs. de Sant'Ana Marques) ou de 75,4 (107 obs. nossas). Corresponde a uma grande dolicocefalia, apenas atingida pela de Vila Rial (75,2, seg. Sant'Ana Marques), e que excede a média geral do país (76,3). Encontrámos na nossa série alguns mesaticéfalos (8,4 %), mas nenhum braquicéfalo.

Vê-se que o elemento braquicéfalo que se tem registado em populações primitivas e actuais doutras províncias portuguesas, não está sensivelmente representado na Beira Alta.

Índice nasal. — Enquanto o sr. Sant'Ana Marques em 100 obs. determinava a média de 64,6, que indicava uma das províncias mais leptorrínicas do país (a média portuguêsa = 65,1) nós em 107 casos chegámos à média de 68,6, quási mesorrínica, e superior mesmo às médias trasmontanas (Vila Rial = 66,7; Bragança = 67,3) que eram consideradas as mais altas do país. Na nossa série beirôa predominam os leptorrínicos (62), havendo apenas 5 platirrínicos.

Reunindo as observações do sr. Sant'Ana Marques e as nossas, obtem-se uma média aproximada de 66,7, igual à de Vila Rial.

Cumprirá tomar-se em linha de conta o que sôbre o índice nasal nos dizem os estudos craniológicos na província.

Índices faciais. — O índice facial superior (sôbre distância ofrio-alveolar) em 107 obs. nossas deu a média de 62,3, inferior à média de Ferraz de Macedo em 25 portugueses, 71,5. O valor dêste índice é, porêm, restrito para que só por êle assentemos em que na Beira há uma tendência cameprosopa.

A correlação do índice facial superior com o índice cefálico na nossa série beirôa é inversa e muito pequena, mesmo

---

(1) Sant'Ana Marques, *Estudo da anthropometria portugueza,* 1898.

quási nula (coeficiente de Bravais = — 0,115 ± 0,064). Não há associação constante de faces curtas e largas com a maior dolicocefalia, mas é pequenissima, quási nula, a tendência para a associação de dolicocefalia e índices faciais elevados e vice-versa, como deve ser em crânios harmónicos. No entanto há cêrca de 10 % dos casos com flagrante desarmonia.

Os índices crânio-faciais médios por nós determinados (n.º 1 = 71,0; n.º 2 = 94,3; crânio-zigomático = 80,9) acusam uma face mais larga do que a de portugueses doutras séries, com que fizemos o confronto. A correlação do índice cefálico com o índice crânio-zigomático (coeficiente de Bravais = 0,434 ± 0,053) é directa e já bastante afastada de 0, o que permite supôr que a maior dolicocefalia está associada na maioria dos casos a faces estreitas,

B) No esquelêto

Índice cefálico. — Reunindo os valores determinados por Ferraz de Macedo em 15 crânios beirões ♂, da sua colecção, e os nossos em 9 ♂ da Faculdade do Porto, obtivemos a média de 72,53 para os 24 crânios, entre os quais não há braquicéfalos e apenas se encontram 1 mesaticéfalo e 3 subdolicocéfalos, sendo os 20 restantes, dolicocéfalos.

Esta dolicocefalia beirôa é superior à média geral portuguêsa (74,46 em 494 crânios, segundo F. de Macedo) mas eguala a média de 12 crânios ♂ de Traz-os-Montes (72,5), dos quais 9 da colecção Ferraz de Macedo, que êste antropólogo mediu, e 3 da colecção portuense que nós medimos. Nesta pequena série trasmontana, sem dúvida insuficiente para formular conclusões definitivas, tambêm não havia um só braquicéfalo, notando-se apenas 1 mesaticéfalo e 2 subdolicocéfalos, ao lado dos 9 restantes, todos dolicocéfalos.

Estas constatações crâniométricas conformam-se com o que se verificou no vivo.

Índices verticais. — As médias portuguesas (494 obs., F. de Macedo) são de 72,50 e 97,36, respectivamente para os índices vértico-longo e vértico-transverso. Na Beira Alta as médias (15 obs. de F. de Macedo e 9 nossas) são de 70,63 e 97,48, enquanto em Traz-os-Montes (12 obs. já referidas) são de 70,2 e 97,6, isto é, pouco diferentes das médias beirôas. Na série de 24 crânios da Beira havia 7 de tendência hipsistenocéfala,

na de 12 de Traz-os-Montes 5, isto é, um número correspondente a uma percentagem um pouco maior.

Índice nasal. — Ao passo que a média portuguêsa é de 44,39 (F. de Macedo, 494 obs.) a da Beira Alta (F. de Macedo e Mendes Corrêa, 24 obs.) é de 45,34, isto é, ligeiramente maior, o que está de acôrdo com as nossas observações no vivo. Em Traz-os-Montes a média é de 44,7 (F. de Macedo e Mendes Corrêa, 12 obs.), também ligeiramente superior à média portuguêsa, embora inferior à média beirôa.

Nem na série beirôa, nem na trasmontana havia platirrínicos, mas havia 7 mesorrínicos na primeira e 3 na segunda. A percentagem dêstes é mais elevada na primeira.

Cumpre notar que o sr. Costa Ferreira encontrou para Trás-os-Montes sôbre um número de crânios que não indica, embora o considere talvês insuficiente (1), a média de 53,7, nitidamente platirrínica. É notável entretanto a diferença que êsse resultado faz das constatações no vivo, o que nos permite talvês adotar provisoriamente a média de 45,34 a que chegámos sôbre os dados de Macedo e os nossos.

Índice facial. — Para êste índice pudémos felizmente elevar a 42 o número de crânios beirões ♂, e a 18 o de trasmontanos ♂, graças aos números fornecidos pelo sr. Barros e Cunha para 18 e 6 crânios, respectivamente da Beira Alta e de Traz-os-Montes (2). Ficarão assim reunidas as séries de Macedo (3), daquele antropólogo coimbrão e a nossa, de per si pouco numerosas, mas que, englobadas, são mais significativas.

A média do índice facial superior (de Kollmann) é de 54,98 na Beira Alta, de 54,9 na série trasmontana e de 54,3 na série portuguêsa masculina do sr. B. e Cunha. A Beira aproxima-se, por êsse índice, de Traz-os-Montes, e a média geral portuguêsa não difere das das duas províncias numa quantidade muito frizante.

O número de cameprosópos (ind. < 50) na série beirôa é

---

(1) Costa Ferreira, *A Galiza e as províncias portuguesas do Minho e de Trás-os-Montes*. In *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. II, 1913. Coimbra.

(2) Barros e Cunha, *Contribuições para o Estudo da Anthropologia portugueza*, II. Coimbra, 1914.

(3) Macedo não calculou êste índice, mas o de Broca. Fômos nós que o determinámos na sua colecção.

de 5 sôbre 37 leptoprosópos, na série trasmontana é apenas de 2 para 18 crânios. Qualquer tipo cameprosópo não é, pois, dominante em qualquer das províncias.

O sr. Costa Ferreira explicou certos caractéres da população trasmontana pela existência dum tipo *trasmontano,* dolicocéfalo e cameprosópo, isto é, desarmónico (1). Como já escrevemos noutro trabalho (2) há um tipo desarmónico na Beira Alta mas não é dominante. É possível que êsse tipo esteja também representado em Traz os-Montes, embora, pelo que vimos, dum modo secundário.

Índice orbitário. —Também para êste índice podemos reunir aos dados de Macedo na série de Lisboa e aos nossos na do Porto, os do sr. Vasco de Oliveira em 17 crânios ♂ da Beira Alta, existentes na colecção de Coimbra.

A média da Beira Alta atinge 85,26 (41 obs.), ao passo que a portuguêsa em geral é 82,6 (494 obs. de F. de Macedo). Em 12 crânios ♂ de Traz-os-Montes, a média surge de 85,4, quási igual à da Beira. Predominam nas séries beirôa e trasmontana as orbitas microsemas (10 e 6 casos respectivamente), vindo depois as mesosemas (9 e 3) e enfim as megasemas (5 e 3). Não nos parece, pois, que sôbre êstes documentos se possa distinguir o tipo *trasmontano* de orbitas baixas dum tipo *beirão* de orbitas altas. Numa e noutra província predomina o tipo microsema, como em geral em todo o país, embora nambas também existam crânios mega e mesosemas.

Índice do buraco ocipital. — As médias são, respectivamente, de 85,22, 84,3 e 85,9 para Beira Alta (24 obs.), Traz-os-Montes (12 obs.) e Portugal em geral (494 obs.). É uma mesosemia que na série portuguesa geral confina com a megasemia.

Índice alveolar. —Também para êste índice podemos juntar aos dados das séries F. de Macedo (3) e do Porto, os que o sr. B. e Cunha obteve em 5 crânios ♂ de Vila Rial e 16 crânios ♂ de Vizeu (4).

---

(1) Costa Ferreira, *Sur deux dolichocéphales portugais,* 1907.
(2) *Sôbre o índice nasal na Beira Alta,* etc. Op. cit.
(3) Na série F. de Macedo o índice alveolar foi também por nós determinado.
(4) Felismino Ribeiro Gomes, *Contribuições para o estudo da Anthropologia Portuguesa,* I. Coimbra, 1914.

O índice alveolar médio em Portugal é de 94,97 (276 obs. ♂, B. e Cunha), na Beira Alta também de 94,97 (39 obs. ♂) e em Traz-os-Montes ascende a 95,77 (17 obs. ♂). Nem o pequeno número de observações nem a pequenês da diferença (inferior a uma unidade), autorizam a estabelecer em Trás-os-Montes especiais influências prognatas. Na série beirôa não há nenhum prognata (ind. > 103) e apenas há 4 crânios de índice superior a 100. Na de Trás-os-Montes há um prognata e 4 de índice > 100. São percentagens muito pequenas.

Capacidade craniana. — Segundo F. de Macedo (1) é de 1596^{cc},62 (16 obs.) na Beira Alta, de 1507^{cc},27 (34 obs.) em Traz-os-Montes, e de 1572^{cc},72 em Portugal em geral.

As diferenças de capacidade entre as duas províncias limítrofes de Traz-os-Montes e da Beira, são correlativas com as de estatura.

Caractéres descritivos. — O crânio do tipo que o sr. Costa Ferreira designou por *beirão,* é caraterizado relativamente ao tipo *nórdico* (2) por menor desenvolvimento frontal e maior occipitalização, um *méplat* obélico, mento saliente, espaço sub-nasal mais baixo; e relativamente ao tipo *desarmónico* que descreveu como *trasmontano* (3), por maior leveza, abertura nasal triangular de bordos rectilíneos, curva frontal menos inclinada, quebra de continuidade do perfil parietal para o perfil occipital, occipital saliente, prognatismo infra-nasal mais acentuado, mandíbula proeminente e agressiva, apofises mastoides longas, rectilíneas e aplicando-se sôbre o plano de apoio (destacando-se a mandíbula).

O crânio *desarmónico* beirão, por nós descrito, é, a seu turno, dotado de occiput não muito saliente, inflexão brusca no obelion, perfil quási rectilíneo do obelion ao inion, apofises mastoides fortes, fossas caninas escavadas, malares fortes, mento saliente, ramo alto e largo (4).

Notaremos que o crânio trasmontano (n.º 2498 do Cemitério Oriental de Lisboa) que na colecção F. de Macedo apresenta índices cefálico e facial em desarmonia (isto é, o

---

(1) Costa Ferreira, *Crânios portugueses,* III, *Capacidade.* Coimbra, 1906.
(2) Costa Ferreira, *Sur un crâne du type nordique,* 1908.
(3) Idem, *Sur deux dolichocéphales,* op. cit.
(4) *Sôbre o índice nasal na Beira Alta,* etc., op. cit.

1.° < 75, o 2.° < 50) é plagioprósopo e plagiocéfalo, possuindo um aspécto anormal. Na mesma série havia um crânio beirão de cameprosopia associada a índice cefálico de 77,3, e um trasmontano de índice facial baixo associado a índice cefálico 79,6. Não eram, pois, desarmónicos, pelos seus índices.

Ao simples exame, porêm, alguns crânios tanto da Beira Alta como de Traz-os-Montes, dão a impressão de desarmonia crânio-facial, sem que os índices faciais acusem a cameprosopia indicada à vista.

Pelas indicações dos índices nas séries beirôas só podem destacar-se como dolicocéfalos desarmónicos: 1 crânio em 9 da colecção do Porto, 1 em 18 da colecção de Coimbra, e porventura 1 em 15 da colecção de F. de Macedo. Mas pelo simples exame separam-se mais alguns.

C) Quadro recapitulativo das principais medidas

(Observações de F. de Macedo, Sant'Ana Marques, B. e Cunha, V. de Oliveira e do autor)

	Beira Alta	Portugal em geral	Traz-os-Montes
I. *No vivo:*			
N.° de observações	100–207	25–1444	200
Estatura	1m,674	1m,645	1m,633
Índice cefálico	75,3	76,3	75,7
» nasal	66,7	61,5	66,9
» facial superior	62,3	71,5	–
» crânio-facial n.° 2	94,3	90,2	–
» crânio-zigomático	80,9	78,3	–
II. *No crânio:*			
N.° de observações	16–42	262–494	12–34
Capacidade craniana	1596cc	1573cc	1507cc
Índice cefálico	72,53	74,46	72,5
» nasal	45,34	44,39	44,7
» facial superior	54,98	54,3	54,9
» orbitário	85,26	82,6	85,4
» vértico-longo	70,63	72,5	70,2
» vértico-transverso	97,48	97,36	97,6
» do buraco occipital	85,22	85,94	84,3
» alveolar	94,97	94,97	95,8

*

Sôbre os dados que englobámos nos parágrafos anteriores e muitos dos quais já se desenvolveram em trabalhos citados, é lícito admitir que o tipo médio beirão é *de estatura superior à meã, moreno, bastante dolicocéfalo, pouco leptorrínico, leptoprósopo, de órbitas microsemas quási mesosemas, ortognata, megalocéfalo*. O trasmontano afasta-se dêle na sua baixa estatura, menor capacidade craniana e talvez um pouco no seu menor ortognatismo.

Julgamos possível descriminar na massa da população beirôa vários elementos antropológicos.

O tipo médio do beirão foi já aproximado da raça *litoral* ou *atlanto-mediterrânea,* que Deniker descreve entretanto como moderadamente dolicocéfala ou mesmo mesaticéfala. Poder-se-ia tambem pensar num ramo *berbere* de alta estatura, mas entre êsse ramo e a raça litoral as afinidades devem ser estreitas.

Temos, porêm, considerado o tipo beirão, não bem como um elemento antropológico distinto, mas como o produto de mestiçagem. Resultará talvez da influência de elementos de alta estatura sôbre o ibero-insular pequeno ou sobre os antepassados dêste último tipo antropológico. Mais a um elemento desarmónico, que isolámos na Beira, do que ao elemento nórdico, nós atribuiamos até agora essa influência. Mas a verdade é que o tipo médio beirão é caraterizadamente harmónico, o que nos fórça a restringir um tanto um tal parecer. E assim, invocando noções mendelianas que consideram dominante o «moreno» sôbre o recessivo «loiro» em cruzamentos dos dois tipos, é admissivel a hipótese de que resulte duma remota acção do *H. europaeus* L. a elevação de estatura e capacidade do beirão, tendo-se na pigmentação desvanecido os vestígios dessa influência. Os dados craniológicos do sr. Costa Ferreira, que descreve o crânio beirão como muito diferente do do tipo nórdico, parecem não se harmonizar com esta hipótese; mas por que motivo não se teriam também modificado no cruzamento os caractéres cranianos do *H. europaeus*?

Giuffrida-Ruggeri escreve: «na secção Atlanto-Mediterrânea deve ter entrado em forte proporção o tipo nórdico, de tegumentos claros e alta estatura, e em muito menor proporção o tipo etiópico, de pele muito escura, de capêlos ne-

gros e crespos, e estatura inferior á media» (1). Não nos abalançamos, porêm, a ir tão longe na pesquiza das origens.

O tipo *ibero-insular,* baixo, moreno, dolicocéfalo, de face alongada, surge em grande pureza, com bastante frequência, no seio da população beirôa. Admitindo a sua interferência na formação do tipo médio beirão, é o dominante. Mas, mesmo excluindo essa hipótese, a sua abundância é grande. Basta saber que atinge 42 % a percentagem das estaturas abaixo da meã. E não se deve recusar em absoluto que êle se tenha cruzado com os elementos de alta estatura.

A estatura e a capacidade em Traz-os-Montes indiciam claramente que ali ainda será mais frequente o tipo ibero-insular.

O tipo *nórdico, H. europaeus* L., alto, loiro, dolicocéfalo e harmónico é, puro, excepcional na Beira Alta; cruzado, é mais frequente. Atestam essa frequência as percentagens do tipo loiro (8,9 %) e dos intermédios. Entretanto estas percentagens não são muito importantes relativamente às de outras províncias portuguesas, perante as quais a da Beira figura como muito morena. Foi esse facto que, a princípio, nos levou a contestar a hipótese de que a alta estatura e a maior capacidade dos beirões resultassem duma localização nórdica. Julgamos hoje, porêm, não errar, atribuindo a elevação de estatura e capacidade do beirão, não só ao tipo desarmónico, mas tambêm — e principalmente — a uma *remota* influência nórdica, que não deixou traços na pigmentação, como foi dito.

O tipo desarmónico, alto e moreno, que descrevemos num trabalho anterior (2), pode enfim isolar-se tambêm no seio do pôvo beirão, embora não seja dominante.

A sua estatura e a desarmonia crânio-facial conduziam a admitir a hipótese de se tratar do Cro-Magnon, mas a falta de dados concludentes forçou-nos a não ir alêm da asserção de que na Beira Alta há um tipo, não dominante, «com caractéres cro-magnonoides» (3). Ultimamente (4) o estudo no crânio indicou-nos não ser talvez do Cro-Magnon que se trata, mas de outro tipo morfológico. Do *H. Grimaldii* o

---

(1) *Quattro crani preistorici dell'Italia meridionale,* Extr. do *Arch. per l'Antrop. e l'Etnol.,* vol. XLV. Firenze, 1916, pag. 20.
(2) *Sôbre o índice nasal,* etc., op. cit.
(3) *Contribuição para o estudo antropológico da Beira Alta,* op. cit.
(4) *Sôbre o índice nasal,* etc., op. cit.

aproximam muitos caractéres, mas o negroidismo daquela raça quaternária estaria muitissimo atenuado no aludido desarmónico.

Resumindo, diremos que, apezar de correntemente se afirmar que em Portugal, e sôbretudo nas montanhas do Alto Minho, Traz-os-Montes e Beira Alta, se albergam populações de grande homogeneidade antropológica, se verifica pelo exposto que a população beirôa apresenta vários tipos, nenhum dos quais, porêm, braquicéfalo ou de tendência braquicéfala. Esses tipos são, como vimos, um alto, moreno e harmónico, provavelmente mestiço do ibero insular e de elementos de alta estatura; o ibero-insular, baixo, tambêm moreno e harmónico; o nórdico, alto e loiro; e o desarmónico, moreno. Os dois primeiros são os que, pelos caractéres estudados, predominam dum modo flagrante.

ANTONIO AUGUSTO MENDES CORREIA.

ESBÔÇO DUM VOCABULÁRIO ARIANO

(VEDAS, MAHABARATTA E RAMAYANA)

Qualquer das maravilhosas civilisações orientais tem inexhauriveis filões de belleza a apreciar, multiplos aspectos da sua vida a reviver completamente. São campos vastos onde as mais variadas actividades de estudiosos e de sabios sempre encontram proveitoso e fecundo ensejo de utilisação, quer empregando-se praticamente, quer aproveitando os fructos os trabalhos praticos.

Desde as formidaveis theogonias pagãs (excepção do deismo hebraico) ao feroz despotismo dos reis, desde a vida privada — contemplativa e plena de gósos — ás turbulencias constantes e féras das guerras e invasões, que enormidade de caminho a percorrer! A par da grandiosidade e esplendor dos monumentos, palacios e templos, do fausto, magnificencia e requintados deleites da vida dos reis e magnates, a misera passividade de vil servidão do povo, uma vida de incessante e árduo trabalho que rapido o definha; a par de horas gloriosas de conquistadores o longo jugo de opressão dos vencidos!

Começando pelo passivo immobilismo da China amplissima ao modesto canto do rapace e mercantil phenicio, vai toda uma brilhante e lárga jornada, ora arrebatando-nos da grandiosa Babylonia a vida de opulencias e prazeres refinados, ora a extraordinaria creação dos poemas epicos dos aryas, ora assombrando-nos a colossal architetura funeraria de Memphis e a religiosa de Karnak e Louqsor, ora a arraigada fé hebraica subsistíndo atravez de terriveis vicissitudes.

*

As mesmas phases, as mesmas contingencias, affectam a vida das civilisações como productos naturais da vida das

sociedades humanas: no dynamismo social teem cabimento as leis da biologia.

Attingidos pelos póvos do Oriente pagão, brilhantissimos apogeus de inexcediveis, esplendorosas civilisações, entrou a decadencia de os corromper e subjugar até os abater totalmente. Mas ainda essa decadencia foi magnifica, ainda nella se viram reverberos dos tempos aureos.

Gente do mysterio, póvos do maravilhoso, pelos seculos fóra haveriam de deixar basta e preciosa cópia de testemunhos da sua notavel e larga cultura, de riquissimas demonstrações da alta e inexcedivel civilisação a que arribaram na arte, na industria, na literatura.

Seculos se dobavam na roca do tempo dobando tambem a lembrança da vida oriental. O somno que as empolgára tornava-se secular, afundava-as dia a dia, anno a anno, num mais profundo esquecimento. Todavia ellas tinham sido bem grandes...

Alvorecia o seculo de XIX. No vasto campo da sua acção vinha o redimir da longa e injusta deslembrança das primitivas civilisações, do seu quasi absoluto desconhecimento.

Uma epocha de verdadeiro interesse pelo velho passado, de intensivo e exhaustivo estudo de todos os aspectos da vida oriental ia iniciar-se fazendo até aos nossos dias uma quasi completa revivescencia dos aureos tempos aryas e semitas. Contrariedades de toda a ordem haveria a superar: a má vontade dos indigenas das regiões a explorar, a má vontade dos povos contra todalas novidades e iniciativas audazes, as difficuldades de congregar elementos materiais necessarios, a ausencia de dados para estabelecer uma orientação, as inclemencias naturais, etc. Porém, todas, mais ou menos rapidamente, melhor ou peor, foram subjugadas, mercê da tenacidade que as grandes dedicações doam áquelles que sincera e intencionalmente se votam a uma causa.

Pleiades illustres de sabios, estudiosos, historiadores, philologos, lançaram mãos á obra de illuminar de toda a maneira e sob todos os seus aspectos a extincta e esquecida vida oriental: Egypto, Assyria, Chaldea, India, Persia, Phenicia, China e Hebreus aos poucos reappareceram aos olhos espantados da Europa culta. O exemplo dos primeiros devotos — Champollion, Anquetil, Duperron, Botta — recrutou facil e prestamente multiplas e valiosas adhesões.

A breve trecho se intensificou o incremento da nova sciencia, não só em quantidade e qualidade de obreiros, como na extensão do raio de acção. Este incremento notabilisou-se

*

accentuadamente pelo seu caracter deveras progressivo. Porquê? Porque nestes estudos se poz de banda o reverenciar cuidadosamente opiniões formuladas, quando novas descobertas de documentos, quando analyses realisadas mais rigorosamente lhes patenteavam a insufficiencia (mórmente nos assyriologos). Todas as conclusões e affirmações mereciam acatamento, mas jámais mereciam honras de dogmas. Todavia o abandono de proposições estabelecidas obedecia a rigorosa boa-fé e honestidade, fazia-se como rigor de methodo scientifico. Deste methodo e doutros egualmente rigorosos procedeu o triumpho do orientalismo.

Muitos destes beneficiadores da cultura humana são talvez quasi ignorados em Portugal. É este, pois, um bom e util ensejo de citar alguns numa rapida resenha dos que se votaram ao estudo das diversas civilisações orientais.

Foi *Champollion,* póde dizer-se, o iniciador desse estudo por, decifrando a escriptura monumental do *Egypto,* ter revelado *algo de nuevo* da historia da civilisação.

Em *Mariette* encontrou-se um notavel successor. Apaixonado pelo Egypto para lá foi numa missão (1850) e á custa de penosos trabalhos e obstaculos conseguiu descobrir, num periodo de 30 annos, o Serapeum (tumulo dos bois Api), palacios, templos, sphinges, tumulos, etc. Este achado de tantas riquezas archeologicas da vida egypcia levou-o á fundação do esplendido museu de Boulac (Cairo), onde hoje funcciona a Eschola Francêsa de Archeologia.

Foi bem o revelador do passado egypcio. A sua morte, em 1881, teve uma homenagem condigna á obra executada em vida: foi enterrado á maneira de Pharaó num sarcophago de granito, á entrada do museu, guardado por quatro sphinges.

Continuam-lhes a obra *Maspero,* o organisador da vida e da historia do Egypto, e *Rougé* que tem explicado os textos dos documentos egypcios, entre os quais sobresahe o da grande stella egypcia.

Não devemos esquecer *Lenormant,* apesar de ter sido mais antiquario que orientalista, em virtude dos seus estudos ácerca do Egypto.

Em 1811–1818 os inglêses *Rich* e *Porter* visitavam as ruinas de Babylonia. A civilisação da *Assyria* e da *Chaldea* é uma das que mais ha despertado maior interesse.

A *Botta* se deve o inicio das excavações (1842), das quais algumas foram notabilissimas (entre ellas o palacio de Sargon). *Sarzec* descobre alguns monumentos da civilisação dos primeiros imperios chaldaicos; *Loftus,* no baixo Euphrates

(Warka), desenterra sarcophagos chaldeus, tijolos e outra ceramica tudo cheio de inscripções, e em Suza encontrou as ruinas dum palacio achmenida semelhante aos de Persepolis; *Layard* é o explorador de Nimroud, do palacio Koyoundjik (Ninive) que lhe forneceram materiais de toda a sorte (baixos relevos, inscripções, armas, vasos de bronze, utensilios de metal, de marfim, de vidro, de pedra, de barro, etc.); *Rawlinson,* o grande assyriologo, dá a conhecer valiosos elementos da vida de Babylonia. *Fresnel* e *Oppert* foram os chefes da expedição de 1852, á Mesopotamia, e que teve Babylonia como base exploratoria.

Mas ainda no campo historico e epigraphico se multiplicam sabios e estudiosos.

Das inscripções são notaveis a de *Behistoun* que *Rawlinson, Luzzato* e *Saulcy* traduziram, a de *Borsippa* ou de *Nabuchodonosor* traduzida por *Talbot, Rawlinson* e *Oppert* (a traducção deste foi de todas as traducções epigraphicas a primeira que appareceu completa e analysada), a de *Khorsabad* traduzida e commentada por *Ménant* e *Oppert,* a dos *Sargonidas* que *Oppert* publicou, o *obelisco de Nimroud,* a *pedra de Michaud,* etc. Destes tratadistas epigraphicos é Oppert o mais illustre; no 2.º volume da sua obra, *Expedição scientifica da Mesopotamia,* expõe os principios de leitura da escripta cuneiforme, de tal modo claro que é um verdadeiro tratado systhematico da materia. Foi a primeira vez que esse assumpto tão obscuro e complicado se apresentou ordenado e explicito.

Na organisação da historia assyrio-chaldea teem-se distinguido *Boethiquer, Bosanquet* que escreveu a «Chronologia biblica e babylonica», *Brandis, Oppert*, author da «Historia dos Sargonidas» e da «Historia da Assyria e da Chaldea», *Rawlinson, Tyrwhitt,* etc

Anquetil Duperron, no seculo XVIII, apaixonado pela civilisação da *Persia,* entra de soldado na Companhia das Indias, por pobreza, a fim de poder estudar o brilhante espirito da ultima manifestação do genio oriental.

Effectivamente ligou-se com os parses, cuja lingua, o zend, aprendeu. Procurou depois os Mss. dos seus livros que estudou e publicou.

Morgan é um grande investigador das ruinas persas, mórmente de Susa. Mas o logar de honra cabe ao casal *Dieulafoy* que nestes ultimos 25 annos tem desenterrado numerosos e notaveis monumentos da vida persa, sobretudo em Susa, onde Dario e Xerxes levantaram muitos palacios.

Lassen e *Saulcy* estudaram e commentaram as inscripções de *Persepolis; Benfey, Spiegel, Luzzato* e *Rawlinson* trataram a grande inscripção trilingue de *Behistoun* ou de *Dario,* a qual é um dos monumentos mais importantes legados pela antiguidade oriental. Nella estabelece Dario a genealogia dos achmenidas, enumera as suas provincias, conquistas e inimigos.

A linguistica persa tem tido desvelados cultores: *Geitlin, Bleeck, Chodzko, Rosen, Tassy,* etc. Estes tres ultimos versaram ainda o estudo do theatro, da poesia popular, philosophica e religiosa, e da litteratura da Persia.

Á vida da *Phenicia* entregaram-se: ao estudo da lingua, *Judas, Renan* e *Lévy* (que redigiu um diccionario phenicio) ao estudo epigraphico, *Bargés, Renan, Bourgade, Davis.* Deve notar-se que as inscripções phenicias são muito raras, pelo que cada uma de novo apparecida desperta grande interesse e torna-se preciosa. Uma das existentes é um quadrante solar, o mais antigo que se conhece, tendo *Woepcke* conseguido determinar-lhe o methodo de construcção.

Magnificos são os monumentos da *India* cujas inscripções encontraram brilhantes decifradores e commentadores em *Prinsep, Norris* que traduziu a grande inscripção bhudista de *Kapu di Giri, Wilson, Bird,* etc.

Benfey, cuja *India antiga* é uma excellente obra, *Wilson,* cuja *Ariana antiqua* muito esclareceu a obscura historia dos reis da Bactriana e dos indo-scythas, *Lassen, Prinsep, Weber* e outros, muito hão aclarado a historia dos indús.

A linguistica tem tido tambem celebres tratadistas: *Bardelli, Regnier* (o analysador grammatical dos Vedas), *Bopp, Hoepfer, Burnouf, Stenzler, Benfey,* não só teem publicado trabalhos grammaticais, como chrestomachias e diccionarios, além de traducções parciais e commentadas da obra literaria indú.

Entre nós *Vasconcellos Abreu* foi brilhante cultor do orientalismo.

Deve Portugal consagrar-lhe a memoria pelo quanto lhe deve de honroso nos congressos internacionais de orientalistas, onde elle a par dos maiores vultos francêses, inglêses e allemães sempre se destacou notavelmente collocando a sua patria ao lado das maiores civilisações europeias. Embora unico orientalista português foi o com grande relevo e brilho. Depois de ter sido discipulo em Munich de Martinho Haug (Cadeira de litteratura e lingua sanskrita, classica e vedica) e de ter estudado em Paris com Maspero, Oppert, Mortillet,

Brocca e Topinard, regeu no Curso Superior de Lettras de Lisboa a cadeira de litteratura e lingua sanskrita, classica e védica.

Na Universidade de Christiania apresentou a explicação da inscripção sanskrita da quinta da Penha Verde (Cintra), que lhe valeu diversas honras.

Ao estudo e analyse da civilisação da *China* entregaram-se *Bazin* que gastou a vida no estudo da legislação e litteratura dos chinêses, *Meadows, Plath* a quem mereceram interesse especial os primeiros tempos da vida chinêsa, *Edkins, Schott* e *Julien* que trataram da grammatica, os epigraphistas *Wylie* e *Panthier, Zwet Koff* que versou a vida privada, etc.

Mas a actividade dos orientalistas ampliou-se ainda á árdua tarefa de traduzir para as linguas vivas as extraordinarias creações do seu genio litterario e religioso. Alguns realisaram-na parcialmente, outros, completamente. Eis alguns destes trabalhos: *Anquetil Duperron* verteu em latim duma traducção persa do seculo XVII o *Oupanichad* (parte theologica da litteratura vedica) que foi a primeira versão europeia de Vedas; *Langlois* e *Müller* traduziram o *Rig Veda;* o *Yadjour Veda,* o *Atharva Veda* e o *Sama Veda* tiveram os seus traductores em *Weber, Koth* e *Whitney,* e *Benfey; Biot* verteu o *Tcheo-li* (Livro dos ritos da dymnastia Tcheou); o *Ramayana* foi trasladado por *Parisot* e *Gorresio; Spiegel* tornou accessivel o *Zend Avesta;* os episodios indús *Bhagavad gita* e *Bhagavata Purana* (Hist. poetica de Khrisna) encontraram em *Burnouf* o seu traductor; por *Mohl* podemos ter o prazer da leitura do *Shanameh;* a *Goldstücker* e *Foucaux* devem-se traducções parciais do *Mahabaratta,* etc.

Todavia a exploração das civilisações orientais não se ha limitado aos esforços individuais e estes não teriam sido tão intensos e proficuos se não foram encorajados e coadjuvados por um outro esforço — o collectivo. Effectivamente os estudiosos e sabios da França, Inglaterra e Allemanha reconhecendo o quanto se tornaria nocivo para tantos trabalhos feitos isoladamente esse mesmo isolamento crearam Sociedades, Associações com orgãos seus de publicidade — Jornais — determinadas a centralisar, congregar e auxiliar os esforços realisados e a realisar.

Na verdade o poder que dá o principio da associação, era imprescindivel nos estudos orientais pelo seu extraordinario valor, pela sua capital importancia: pois que o campo da intelligencia humana se ampliaria largamente: pois que a historia das religiões, das leis, das instituições politicas e so-

ciais, das lettras, artes e sciencias augmentaria consideravelmente.

A base destes estudos estava na publicação dos textos e de traducções. Mas ella realisava-se fragmentariamente e muito lentamente. Por isso era mistér intensificá-la e unificá-la. Tal acção só as sociedades a realisariam.

Em 1822 fundava-se a Sociedade Asiatica de Paris, em 1842, a Sociedade para a publicação dos textos orientais (Londres), em 1841, a Sociedade Oriental de Paris (para publicar os monumentos d'arte dos povos orientais). Em epochas diversas appareceram a Sociedade Asiatica de Londres, a Sociedade Asiatica Allemã, a Sociedade Siro-egypcia e a Sociedade de Geographia em Londres, a Sociedade Asiatica de Bombaim, a Sociedade de Calcuttá, a Sociedade Oriental Allemã, a Sociedade Archeologica de Delhi, a Associação Litteraria do Egypto, etc., etc.

Entre nós houve tambem uma que foi a Associação promotora dos estudos orientais e glóticos, de iniciativa de Vasconcellos Abreu, Possidonio da Silva e Marquez d'Avila e Bolama (1873). Como é natural em Portugal, a sua duração foi ephemera.

Da expansão destas iniciativas procede em grande cópia o extenso engrandecimento dos estudos orientais da actualidade. Não só estas sociedades encorajaram, como patrocinaram a publicação de textos, traducções, diccionarios, e grammaticas das linguas asiaticas, trabalhos estes que, na mór parte, se não fariam, falhando tal concurso.

As obras orientais que podem apparecer sem grandes sacrificios são poucas; ora as sociedades arcando ás vezes com parte das despezas, doutras abrindo subscripções internacionais ou nacionais hão promovido a sua publicação. Tendo-se de imprimir certos textos não havia na Europa caracteres proprios: georgianos, mandchus, pehlewis. Pois a Sociedade Asiatica de Paris fê-los fundir.

Além disso, de esforço persistente e tenaz, empenham-se na obtenção de Mss., procuram-nos atravez de quaisquer obstaculos, como a dita sociedade, a quem se deve a cópia de bastantes Mss. brahmanicos, que fez copiar nos mosteiros de Nepal 64 vols. bhudistas.

A par desta acção ha a considerar a dos seus jornais pela sua grande influencia e importancia. Nelles se inserem as memorias dos orientalistas; por elles se propagam as novas descobertas das linguas e da historia dos povos do Oriente; são elles que incitam e animam os trabalhos de excavações,

traducções, cujos resultados depois publicam; por elles se procura a discussão de ideias expendidas. Fornecem ensejo para os respectivos especialistas tratarem assumptos proprios; registam factos e observações que não se adequam a livro; estabelecem relações e communicações com os sabios e estudiosos deste ramo scientifico; reunem os pequenos trabalhos que doutro modo se dispersariam; satisfazem dia a dia os curiosos destes estudos; põem a par do desenvolvimento de todos os ramos deste ramo scientifico os individuos que apenas a um se dedicam, etc.

São, pois, duma vasta, e por consequencia fecunda, acção que os torna absolutamente indispensaveis.

Ainda além destes jornais orgãos das sociedades devem citar-se os jornais não adstrictos a sociedades, mas que se tornaram notaveis pelos valiosos materiais fornecidos ácerca de diversas regiões asiaticas: a *Revista de Calcuttá,* o *Chinese Repository* (Cantão) e o *Journal of the Indian Archipelago* (Singapura).

Pois não obstante esta grandiosa obra já realisada, individual e collectivamente, ainda ha muito que profundar, ainda muitas lacunas teem de ser preenchidas, muitas opiniões e conclusões serão modificadas. Todavia o conhecimento actual das extinctas civilisações orientais é já bastante e notavel para se ter uma visão regular da extraordinaria e brilhantissima civilisação do Oriente primitivo.

*

Assenta a litteratura indú em tres obras capitais que são tres creações de genio: *Vedas, Mahabaratta* e *Ramayana.*

Os aryas, como todos os orientais (excepção dos hebreus), gente do maravilhoso e do heroico, constituiam a sua litteratura symbolisando em formas poeticas as façanhas mais notaveis dos seus, personalisando em mythos grandiosos as luctas das suas conquistas, representando aspirações de grandeza e valor e aspectos materiais da vida em feições ideais. Phantasistas em extremo e sedentos de mysterio crearam multidões de seres divinos, superiores em força e belleza aos mortais e que eram como que as almas dos astros, do mar, da terra....

Despidos das suas explendidas e sumptuosas roupagens os Vedas traduzem o estado primitivo patriarchal com o ingenuo culto da natureza; a conquista da planicie do Ganges é reproduzida no Mahabaratta — a encyclopedia poetica dos brahma-

nes e a expansão aryana no Dekan é descripta no Ramayana — biblia de bondade, gigantesca flôr da India (expressões de Michelet).

Dalguma leitura destas obras em excerptos e transcripções apontei, sem qualquer intenção, nomes e expressões com os respectivos significados. Tendo já uma vintena de paginas ocorreu-me a sua publicação. Fim, não tem, visto que é apenas um trabalho simplesmente esboçado, ainda que possa servir, ás vezes, numa leitura, esclarecer uma citação.

Mas, naturalmente, surgiu-me a ideia de ser descabida tal publicação havendo trabalhos dessa natureza e então tratados com outra proficiencia. Rebusquei conscienciosamente o que pude e como pude sem encontrar similares. Assim é que me abalanço a publicar o meu esboço.

Encontrei-os, sim, mas noutros campos, doutra ordem. Citarei: *Mènant* — Nomes proprios assyrios, Vocabulario dos termos empregados na grande inscripção de Khorsabad (nucleos de diccionarios assyrios); *Saulcy* — Vocabulario dos termos da inscripção de Behistoun; *Biot* — Diccionario dos nomes antigos e modernos das cidades e districtos da China; *Lévy* — Diccionario phenicio dos termos conhecidos até 1864; *Gonçalves* — Vocabulario chinez (Macau); *Rawlinson* — Lista dos eponymos assyrios e Vocabulario persepolitano; *Sprenger* — Diccionario dos termos technicos arabes; *Meynard* — Diccionario geographico da Persia tirado do Yakout; *Mosblech* — Vocabulario oceanico das Marquezas e Sandwich; *Mullet* — Nomes arabes dos cereais (no Jornal asiatico); *Wilson* — Glossario dos termos administrativos da India (obra indispensavel para o estudo da historia oriental por conter termos technicos de administração, sciencia e arte de todas as linguas da India, com etymologia e orthographia original e pronuncia).

Abidharma. Uma das tres partes do budhismo, ou seja a metaphysica.

Açoka. Rei de Magadha que fez reunir o 3.º concilio budhista. Era neto do *sudra* Chandragoupta. Estabeleceu o budhismo como religião do estado, ao qual se convertera por um *bhixiou*, que de balde fizéra torturar.

Adytias. As oito differentes fórmas do sol.

Agni. Deus do fogo, luz do ceu ethereo, fogo do sacrificio,

mensageiro dos deuses, intermediario da divindade e dos homens. É o deus, depois de Indra, mais venerado. (Semelhança com o ignis latino).

Amrita. Immortal. A ambrosia da immortalidade.

Anagami. O 3.º grau do budhismo para os devotos, pelo qual, depois de attingido, só podiam renascer uma vez.

Ananta ou **Sescha**. A serpente monstruosa em que se senta Vichnou.

Angiras. Um dos *richis* ou santos de Manou.

Apsaras. Nymphas das aguas e bayadeiras da côrte de Indra.

Archat. O ultimo grau dos devotos de Budha que, attingido, dá a pureza suprema e a perfeição absoluta. Cessa-lhes tambem a obrigação do renascimento.

Aryas. Os indús divorciados de Zoroastro que a si proprios assim se chamaram ao estabelecerem-se no Pendjab = Excellentes. Obedeciam a diversos reis (1).

Asouras. Titans indús.

Aswamedha. Sacrificio sangrento do cavallo. Acarretava immensas despezas e era, sobretudo, complicado, pelo que raro se fazia.

Atharva Veda. Um dos Vedas.

Atma. O espirito puro dos brahmanes.

Avataras. As descidas de Vichnou á terra.

Bharata. O mais celebre dos reis da dynastia lunar e que passa por ser o primeiro rei que submetteu toda a terra.

Bhavani ou **Dourga**. Divindade malefica, mulher de Çiva.

Bhellas. Povo primitivo da India estabelecido nas encostas occidentais.

Bhixiou. Mendigo; designação dos discipulos de Boudha.

Boudha. O fundador do budhismo. Filho de Cuddhodama, da familia reinante dos *Çakya*. Era o seu nome *Çakya-Mouni* (Çakya o anachoreta) depois substituido por Boudha (intelligente, illuminado). Aos 16 annos casou com 3 mulheres; aos 29 abandonou a côrte e entregou-se á vida errante, á procura da verdade. Daqui nasceu o seu systema religioso que havia de alterar profundamente as ideias e a ordem social religiosa. Morreu em Kucinagara.

Boudhi. A intelligencia contida na 1.ª parte da alma.

---

(1) Pois constituiam numerosas tribus levando vida pastoral. Nelles se formaram os Vedas.

Brahma. Deus espiritual, author do mundo, creado pelos sacerdotes indús que o collocaram superiormente aos deuses do firmamento visivel como ser immaterial; abstracção da meditação e da oração. Todos os seres emanam de si e a elle voltam depois de purificados das manchas do mundo.

Brahma Mimansa. A doutrina da fé do brahmanismo. O mesmo que *Ottara*.

Brahmanah. Oração. Desta palavra se formou Brahmaspati, o senhor da oração que se tornou em Brahma.

Brahmanes. Sacerdotes indús. São sagrados e inviolaveis constituindo a 1.ª casta pura sahida theologicamente da bôcca de Brahma. Estão isentos de toda a culpa e de qualquer castigo; todavia as offensas que lhes sejam feitas são punidas cruelmente e nunca se apagam quer na terra quer na eternidade. São os guardas da religião e cabe-lhes a leitura e interpretação dos Vedas, a direcção dos sacrificios, orações e purificações, a cultura das sciencias e das artes, o conselho dos reis.

Brahmanas. A 2.ª parte dos Vedas ou seja a collecção dos preceitos religiosos, maximas, argumentos morais e theologicos, detalhes das cerimonias, origem e significação dos ritos. Abunda em lendas divinas e humanas e corresponde ao Talmud dos hebreus.

Brighou. Um dos richis ou santos de Manou.

Cama. Deus do amor.

Chandragoupta. O *çoudra* author da insurrecção levantada depois da morte de Alexandre, o que o tornou senhor do Industão fundando a dynastia dos Maurya.

Chrichna. Personagem dos mais importantes da mythologia indú e uma das encarnações de Vichnou. Nasceu de Devaki, mulher de Vasudéva. Especie de Hercules.

Codigo de Manou. Collecção de leis remontando ao VII seculo annos de Christo elaboradas pelos sacerdotes indús para assegurar a ordem que a nova organisação social impunha (Castas e transmigração). Assim puderam instituir definitivamente o systema religioso politico que ainda hoje, atravez de tudo, subsiste (1).

Çoudras ou **sudras**. Formam a 4.ª casta constituida pelos indigenas das terras invadidas pelos aryas que se submettiam

---

(1) Esta explicação não pode ser assegurada como definida. É méra hypothese a supprir a falta de dados concludentes.

aos novos senhores. Theologicamente sahiram do pé de Brahma. Estão excluidos da communidade religiosa e da regeneração pela transmigração. Actualmente é a classe que trata da industria e da agricultura.

Çramana. Domador dos sentidos; designação dos discipulos de Boudha.

Çravakas. Os discipulos de Boudha que chegaram directamente á salvação ouvindo o ensino do Mestre.

Çrotoapana. Os discipulos de Boudha encarreirando no Nirvana pelo que só podiam renascer como homens ou como deuses.

Cwidjas. A designação dos *endras* em opposição á dos *dwidjas* (duas vezes regenerados).

Daçaratha. Rei de Koçala (dymnastia solar) e pai do virtuoso Rama.

Daevas. Demonios (em zemd).

Dakcha. Um dos santos de Manou.

Danavas. Maus genios, inimigos dos deuses.

Daytias. Maus genios, inimigos dos deuses.

Devadassi. Dançarina sagrada; antecessora da bayadeira mas de posição mais elevada. Encontra-se esculpida em varias poses graciosas nos altos relevos e frisos do magestoso templo de Angkôr-Thôm (Cambodge).

Devas. Deuses (em sanskrito).

Dharma. A lei de Boudha.

Dharma Mimansa. A doutrina das obras do brahmarismo.

Dhrouva. Santo eminente sentado no cume da religião do ceu donde regula a marcha dos astros e planetas.

Djalandhara. Logar de Cachemira onde reuniu o 4.º concilio bredhista.

Djampoudvipa. A terra eriçada de montes ou a India, como a chamou Valmiky.

Dourga ou **Bhavani**. Divindade malefica, mulher de Çiva.

Dvaparayouga. a 3.ª edade do mundo ou a da duvida, de perfeição inferior ás duas anteriores. Sua duração 864:000 annos.

Dwaspati. Um dos nomes de Indra. Senhor do ceu.

Dwidjas. Como se designam as tres primeiras classes indús. Significa duas vezes regenerados.

Dwipas. As sete regiões abrangidas pela terra disposta á volta do Mérou, segundo a concepção indú do mundo.

Gandharvas. Musicos celestes.

Garouda. A aguia de plumas de ouro cavalgada por Vichnou.

Gondhas. Povo primitivo da India estabelecido no centro de Vindhya.

Gopa. Chefe de tribu e protector das vacas. Sahia das familias nobres, bem como dellas sahiam os sacerdotes que offereciam o sacrificio pela tribu inteira e compunham os cantos sagrados com que se honravam os deuses. Muitas vezes se chamavam a si mesmos — padres e nobres: devas e amritas (deuses e immortais).

Gotama. Personagem lendario dado como author da Nyaya.

Gounas. As 3 qualidades essenciais que differenciam os seres aminados: a bondade (sattva), a paixão (radjas) e a obscuridade (tamas).

Ila. Filha do manou Vaivaswatha casada com Boudha, filho da lua.

Indra. Rei dos deuses, senhor do ceu ethereo; o que lança o raio e divide as nuvens. (Semelhante a Zeus e a Jupiter no sentido e nos attributos).

Indus. Rio que sahindo da parte superior do Hymalaia contorna o alto do Pendjab descendo depois quasi perpendicularmente aos montes Soliman-koh e desaguando no mar Arabico depois de receber os rios que fertilisam o Pendjab.

Indús. O povo que estabelecido a principio unitariamente na Bactriana se subdividiu depois formando os aryas e os indús de Zoroastro (donde sahiram os persas e os medas). Estes foram os authores da litteratura sanskrita.

Itihasas. As fabulas ou historias cantadas pelos poetas. Deram origem á formação dos *pouranas*.

Iswakou. Fundador da raça solar. Nasceu do umbigo do manou Vaiwaswatha. Teve 100 filhos; 50 governaram o norte e 48 o sul.

Kaçyapa. O principal discipulo de Boudha.

Kaliyouga. A 4.ª edade ou a do peccado cuja duração é de 432.000 annos findos os quais o mundo subverte-se para de novo ser creado e recomeçar o mesmo circulo. Della já decorreram 5000 annos. Segundo os brahmanes o 1.º anno deste periodo remonta ao anno 3100 annos de Christo, mas outros calculos apenas o fazem remontar ao XIV seculo annos de Christo.

Kalpa (brahmane). O dia de Brahma ou seja o conjuncto de mil dos periodos das 4 edades do mundo.

Kalpa (bhudista). Corresponde ao anterior. Apresenta, ainda, quatro aspectos: o da destruição, o do vacuo, o do resurgimento e o da estabilidade. Durante estes dois a vida humana prolonga-se por 80.000 annos. É nelles que surgem os budhas prégadores da boa doutrina e salvadores dos homens pelo Nirvana. Çakya-Mouni foi precedido por 3 budhas.

Kakridajami. O 2.º grau do budhismo para os devotos o qual attingido lhes garante o renascimento só como deuses.

Kamaloca. (Logar do desejo). Onde Budha penetrou na sua 1.ª noite de contemplação. Corresponde ao Hades grego e ao Purgatorio christão.

Kanada. Presumido author da *Veiseshika*.

Kandas. Povo primitivo da India estabelecido nas encostas orientais.

Kapyla. Personagem lendario presumido author da *Sânkhya*.

Karnatas. Povo de lingua turaniana estabelecido no occidente e dominado pela invasão aryana.

Kauravas. Os antagonistas dos *Pandavas*.

Kchatryas ou **Shatrias**. A 2.ª casta brahmanica que constituia a nobreza militar e da qual sahiam os reis. Cabia-lhes a defeza das terras e do povo. Muito bem pagos pelos reis e senhores de grandes bens levavam vida alegre entre exercicios guerreiros, caça e canções militares. Theologicamente eram sahidos dos braços de Brahma.

Khrisna. O verdadeiro deus do amor.

Kolas. Povo primitivo da India estabelecido nas encostas occidentais.

Kouvera. Deus das riquezas.

Kritayouga ou **Satyayouga**. A 1.ª edade do mundo ou a da perfeição que durou 1.728:000 annos solares.

Kucinagara. O logar onde a verdade appareceu a Budha e onde elle morreu.

Lakchmi ou **Sri**. Deusa da abundancia e mulher de Vichnou.

Lokapalas. Os deuses guardadores do mundo. Certas passagens mencionam só 8, outras, 33.

Mahabaratta. Poema epico (o maior de todos) recheado de incidentes, lendas mythologicas, dissertações theologicas e philosophicas pelo que pode considerar-se a collecção quasi completa das crenças e tradicções da India. Remonta aos tempos, approximadamente, dos factos contheudos. Todavia soffreu varias modificações em diversas epochas. Mas a sua

forma actual é do seculo IV antes de Christo. Só ha fragmentos traduzidos. Passa por ser author *Vyaça* (compilador), que diz ter sido testemunha occular das proezas que canta.

Assim, com tais alterações, tornou-se de grandiosa epopeia em massa informe não só pela extensão desmesurada como pelos episodios e doutrinas religiosas intercaladas diversamente e sem correlação alguma com o assumpto do poema. Este consiste na narração das luctas das duas raças parentas de herois — *Kauravas* (ou *Kourous*) e *Pandavas*. No episodio final figuram todos os povos da India, a qual apparece então dividida num certo numero de estados independentes.

Mahar'chis. O mesmo que *richis;* os grandes santos que compuzeram o *Rig Veda.*

Mahat. A intelligencia contida na 1.ª parte da alma.

Malabares. Povo de lingua turaniana estabelecido ao occidente da India e dominado pela invasão arya.

Mandara. O monte collocado no meio do Oceano sobre as costas da rainha das tartarugas pelos deuses alliados dos *Asouras* e *Danavas.*

Manou. O 1.º homem que dá o nome ás *manwantaras* e superior aos outros homens por receber de Brahma o poder de criar os seres que compõem o mundo. Cada *manou* tem em cada *manwantara* nome proprio. O 1.º *manou* chamou-se *Swayambhouva* e o que preside ao periodo actual chama-se *Vaiwaswatha,* filho do Sol. Indra e os outros deuses foram por elle creados, bem como *devas, asouras, rackasas, nagas, sarpas,* etc.

Marouts. Os 7 ventos que formam o cortejo de *Roudra.*

Maurya. A dynastia fundada por Chandragoupta.

Manwantharas. As 14 divisões do dia de Brahma. Cada um tem 308.448:000 annos humanos e separam-se por diluvios e dissoluções parciais. Cada uma tem o seu *manou.* Actualmente está-se na septima.

Maya. O principio feminino dos Vedas.

Mérou. O monte collocado ao centro da terra (segundo a concepção indú do mundo). Tem de diametro no cume 32:000 *yojanas* (83:200 leguas) e na base 16:000 *yojanas* (41:600 leguas).

Mithra. Um dos nomes do sol.

Nagas. Raça de dragões.

Narakas. Os 28 infernos collocados entre as aguas e a terra aonde os homens maus soffrem grandes tormentos.

Nirvana. O anniquilamento pela contemplação, pelo ascetismo. A essencia e a conclusão do systhema budhico.

Nyâya. Doutrina philosophica tirada da *Sankhya* e attribuida a Gotama. É um systhema de logica e dialectica.

Oupanichad. A 3.ª parte dos Vedas ou seja a collecção de tratados philosophicos e theologicos.

Paharias. Povo primitivo da India estabelecido nas encostas orientais.

Pandavas. Os cinco herois do Mahabaratta: o justo *Joudisthira,* o sombrio *Bhisma,* o invencivel *Ardjouna, Nakulas* e *Sahadéva.*

Papista krashnê. Espiritos maus e negros.

Parasou Rama. Um dos grandes *richis* e protector da raça de Brighou. Era tambem chefe duma grande familia sacerdotal e sustentou luctas temerosas com os *Kshatrias* do rei *Kartaveya.*

Parixit. Rei, filho de *Joudisthira,* o qual, segundo os brahmanes, começou a *Kaliyouga* (4.ª edade).

Patalas. As sete residencias, 10.000 *Yojanas* (25.000 leguas) abaixo da terra, dos genios vencidos pelos deuses, danavas, daytias e serpentes.

Patalipoutra. Logar do 3.º concilio budhista.

Patandjali. Author do *Yoga.*

Pavana ou **Vayou**. Deus do vento.

Pendjab. A região septentrional da India, assim chamada por ser banhada por cinco rios.

Pitris. Manes dos antepassados, seres divinos dos hymnos dos Vedas.

Pouchan. Um dos nomes do sol.

Pouranas (De purana = velho). Collecção de poemas epicos, mythologicos e historicos derivados das historias e fabulas *(Itihasas)* cantadas pelos poetas e mais tarde recolhidas graphicamente. Cada *pourana* ou poema deve conter a cosmogonia, a historia das destruições e renovações do mundo, a genealogia dos deuses e patriarchas e as dymnastias dos reis. São 18 — só existem duas traduzidas — datando do seculo x de Christo. Os seus deuses são mais numerosos do que os dos Vedas.

Pourou. Filho de *Yajati* e neto de *Pourouravas.* Com seu pai fundou a dymnastia lunar.

Pouroucha. O ser supremo contido no ovo brilhante do qual nasceu sob a fórma de Brahma (Codigo Manou).

Pourouravas. Rei famoso, filho de Ila, o qual estabeleceu os tres fogos do sacrificio. Algumas tradicções attribuem-lhe a formação das castas.

Pradjapatis. Como se chamam os *richi*s quando são em numero dez.

Prateya Boudhas. Os discipulos que attingem a verdade e o nirvana por si proprios, sem ensino prévio.

Purohita. Conselheiro espiritual dos reis.

Purva. A doutrina das acções do brahmanismo.

Rakchasas. Gigantes da India.

Radjagriha. Capital do reino de Magadha onde reuniu o 1.º concilio budhista.

Radjas. Uma das tres qualidades differenciadoras dos seres aminados — a paixão. Caracterisa-se pela violencia dos desejos.

Rama. Filho do rei Daçaratha e da sua 1.ª mulher, a qual havia bebido meia taça de *amrita* que Vichnou lhe apresentou como enviado por Brahma em attenção aos rogos do rei para ter filhos. Indo a combater os gigantes apaixonou-se por *Sita,* filha do rei *Janaka,* a qual obteve depois de estender um arco collossal — condição do casamento. É o modelo da virtude com que a moral indú se symbolisa. A piedade, o sentimento do dever e a resignação na desgraça encontram em Rama o seu mais alto representante.

Ramayana. Poema epico menos vasto e complexo que o Mahabaratta. O seu heroi principal é Rama passando Valmiki por seu author. Tem uma parte de tradicções heroicas decerto posteriores a Rama e outra de ideais morais — a fidelidade, a obediencia, o amor filial, etc. A parte heroica tem como motivos historicos as expedições do povo arya para o sul da peninsula.

Richis. Os santos que cada *manou* cria no começo de cada periodo. Em parte são mythologicos e em parte historicos. Alguns se apontam como authores dos Vedas; decerto representam familias sacerdotais. Um delles, *Dakcha,* teve 50 filhas cujos nomes, na maioria, são puramente allegoricos e symbolicos das virtudes e qualidades morais.

Rig Veda. O 1.º monumento da familia aryana e o mais antigo dos Vedas que tornou possivel o conhecimento da civilisação e da historia primitiva dos indús. Deve notar-se a grande analogia dos seus deuses com os da Grecia, assim como é notavel a identidade dos dogmas da transmigração e das castas com o principio da hereditariedade das profissões do Egypto antigo.

É por euphonia que se diz *Rig* em vez de *Rigi* ou *Richi*. Computa-se a sua antiguidade em 3:000 annos a. C., mas Müller redu-la a 1:200.

Roudra. Deus das tempestades (mais tarde confundido com Siva), cujo cortejo se compunha dos 7 ventos *(marouts)*.

Sama Veda. Um dos Vedas.

Samgha. A egreja budhista, a assembleia dos bhixiou.

Samonadacas. Os parentes mais affastados duma familia.

Sanhita. A parte dos Vedas mais antiga que contém orações e hymnos aos deuses.

Sânkhya. Systhema philosophico brahmanico originado do *Vedanta* e fundado por *Kapila*.

Sanskrito. Lingua dos livros sagrados da India e da qual derivam hoje todos os dialectos fallados no Industão.

Sapindas. Os seis parentes mais proximos duma familia.

Sarawasti. Deusa da palavra e a mais celebre das deusas. Em geral as deusas eram personificações femininas dos attributos dos deuses. Tinham papel secundario. Este nome era tambem o duma ribeira sagrada no deserto a Oriente do Indus. Mais tarde foi feita mulher de Brahma.

Sarpas. Raça de serpentes.

Sastras. Os livros religiosos dos aryas.

Sattva. Uma das tres qualidades differenciadoras dos seres animados — a bondade. Caracterisa-se pela sciencia.

Satya Youga ou **Kritayouga**. A 1.ª edade do mundo ou da perfeição.

Savitri. Um dos nomes do sol. Hymno do sol das orações dos brahmanes.

Sescha ou **Anantha**. A grande serpente de Vichnou.

Siva. Um dos deuses da trindade indú, o da destruição.

Sol. È, como no Egypto, um deus particular. Segundo as situações em que se colloca, levante, occaso, etc., assim tem diversos nomes sob os quais é adorado.

Soma. O sacrificio mais usual dos indús que consiste em pisar uma planta (a asclepias acida) cujo liquido, depois de fermentado produz um licôr. Na religião de Zoroastro tinha grande importancia esta planta.

È tambem o nome do deus da lua.

Souargas. As regiões a seguir á do ceo povoadas por santos e pelos que, por uma vida pura, se isentaram da transmigração.

Soura ou **Varuni**. Deusa do Vinho.

Sourya. Um dos nomes do sol.

*

Soutras. Uma das tres partes do budhismo formada por aphorismos e sentenças. Os 1.os discipulos de Boudha.

Sraddha. Repasto mensal em honra dos manes dos antepassados.

Sthaviras. Os *Bkixiou* mais velhos que presidiam ás assembleias religiosas budhistas.

Srî ou **Lakchmi**. Deusa da abundancia, mulher de Vichnou.

Swâyambhouva. O nome do 1.º manou da 1.ª manwantara.

Tamas. Uma das tres qualidades que differenciam os seres animados — a obscuridade. Caracterisa-se pela ignorancia.

Tamouls. Povo de lingua turaniana habitando a Oriente da India e dominado pela invasão arya.

Tchandalas ou **parias.** A casta impura e mais baixa de todas.

Tchandra ou **Soma.** Deus da lua.

Telingas. Povo da lingua turaniana estabelecido a Oriente da India e submettido pelos aryas.

Toulouvas. Idem, idem.

Tretayouga. A 2.ª edade do mundo menos perfeita que a anterior cuja duração foi de 1296000 annos.

Trimourty. A trindade divina indú: Brahnia, Vichnou e Siva.

Uttara. A doutrina da fé do brahmanismo.

Valmiki. Presumido author do Ramayana. O Homero indú.

Vaiwaswatha. O nome do *manou* da actual *manswanthara* e com o qual começa a historia da India. Delle fazem os poemas descender directamente as duas dymnastias — solar e lunar — que reinaram nos dois imperios constituidos entre o Indús e o Ganges.

Varcha. As assembleias dos *bhixiou* na estação fluvial.

Varnas. Côres; castas.

Varounas. A immensidade da natureza, a força vivificante de todos os seres, o ceo e o oceano, o deus do espaço. Por vezes é confundido com o sol.

Varuni ou **Soura.** Deusa do vinho.

Vasichta. Santo ermita possuidor da vacca fecunda (a terra) e productora de todos os bens e por causa da qual o rei Viçvamitra se levantou contra elle.

Vasous. Deuses protectores.

Vayou ou **Pavana**. Deus do vento.

Vayshias. Os membros das familias nobres que, por ellas se tornarem numerosas, se entregaram á agricultura e á industria. Constituem a 3.ª casta brahmanica. Theologicamente sahiram dos pés de *Brahma*.

Vedanta. Fim dos *Vedas*. Nome com que uns designam a doutrina das acções e outros a da fé.

Vedas. Os principais livros religiosos indús e intitulados: *Rig Veda, Yadjour Veda, Sama Veda* e *Atharva Veda*. Compõe-se cada livro de 3 partes — uma de orações, invocações e hymnos aos deuses: a *Sanhita;* outra de preceitos religiosos, maximas e argumentos morais e theologicos: a dos *Brahmanas;* e a terceira, de tratados philologicos e theologicos: a *Oupanichad*. Por vezes conteem commumente algumas destas partes.

A *Sanhita* do *Rig Veda* contem grande parte dos hymnos das outras *sanhitas*. São as *sanhitas* as partes mais antigas.

Os hymnos dos Vedas teem como caracteristica essencial a tendencia da personificação revestindo duma fórma sensivel, de alma e de vontade, os phenomenos da natureza, os actos dos homens e as ideias abstractas. Cantando um deus attribuem-lhe todas as virtudes, poder e boas qualidades, o que determina o caracter incerto de cada divindade, a confusão que ellas apresentam entre si e a diversidade de hypotheses dos sabios para explicarem estas crenças.

Veiseshika. Doutrina philosophica filiada na Sânkhya e estabelecida por Kanada. É a explicação physica do universo baseada na theoria atomica.

Vichnou. Um dos deuses da trindade indú, o da conservação.

Viçvamitra. Rei que depois de tentar roubar a vacca de Vasichta alcançou a santidade por vida austera. Mas abusando do poder que a santidade lhe conferia querendo elevar ao ceo o rei Triçanka levantou contra si Zudra e os deuses. Deu origem a familias de reis e de brahmanes.

Visiaya. Uma das 3 partes do budhismo ou a disciplina.

Vrita. Titan indú.

Vyaça. Presumido author do Mahabaratta e compilador dos Vedas.

Vyaras. Os conventos budhistas que resultaram das *varchas*.

Yadjonr Veda. Um dos livros dos Vedas.

Yama. Deus dos mortos e chefe dos manes dos antepassados.

Yambou Dwipa. A 1.ª região da terra na concepção indú da terra.

Yoga. Systhema philosophico fundado por *Patandjali* e baseado na *Sânkhya.*

Yougas. As edades do mundo desde a sua creação segundo a chronologia indú.

Yojana. Medida linear equivalente a 13:000 metros.

Zend. Lingua dos escriptos de Zoroastro.

Zoroastro. Reformador da religião indú aquando da unidade dos indús no sólo primitivo.

Junho de 1916.

CARLOS DE PASSOS.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 5, pag. 262)

MARTINS (AFONSO) — COZINHEIRO

«Dom Afomso &. Outra carta tall como a suso scripta de perdom por o Ihũu x.º de A.º Mīz, cozinheiro da rainha, minha madre, em que lhe perdoã a pena corporal por se ir a Castela com a dita Rainha etc. Carta em forma. Dada em Santarem xxix dias de março. ElRei ho mandou per os sobreditos. Felipe A.º a fez anno do Senhor Jhũ x.º de mil iiij^{c}Rb» (1).

RODRIGUES (JOÃO) — COZINHEIRO

«Dom Manuell &. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merce a Joham Rodriguez, noso cozinheyro, temos por bem e nos praz que ele seja pervyligeado, escusado e guardado, que nom pague em nenhũuas peitas, fintas, talhas, pedidos, seruiços emprestidos que per nos ou pelo concelho homde for morador sam ou forem lançados nem va com presos nem com dynheiros nem seja titor nem curador de nenhũa pesoa saluo se as titorias forem lidymas nem seja posto por besteyro do comto se o athe ora nom he nem sirua em outros nenhũus emcaregos nem seruidões do comcelho nem aja oficio delle comtra sua vomtade. Outro sy queremos que nom seja acomtiado em armas nem cavallo nem pareça em alardo com outra nenhũua contia posto que pera ello tenha fazemda simgella ou dobrada. Outro sy queremos que nom pousem com ele em suas casas de morada, adegas nem cavalariças nem lhe tomem seu pã,

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 88 v·

vynho, roupa, lenha, palha, cevada, galinhas, gado, bestas de sela nem dalbarda posto que as tragua nem outra nenhũua cousa do seu comtra sua vomtade. Porem mandamos aos juizes e oficiaees da vila ou lugar homde ele for morador e a quaes quer outras nosas justiças e pesoas, a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento dela pertemcer que ajam daquy em dyamte o dito João Rodrigues por preuilegiado escusado e guardado de todas as sobre ditas cousas e o nam costramgam nem mamdem costramger pera nenhũua delas e lhe cumpram e guardem e façã inteiramente cõpryr e guardar esta nosa carta como nela he comtheudo sem lhe irem nem comsymtirem hyr comtra ella em parte nem em todo em nenhũua maneira que seja por que asy he nosa merce sob pena de quall quer que lhe comtra ella for emcorrer em pena de seis mill rs pera a nosa camara. Dada em Lixboa a xxx dias dagosto. Gonçalo Mẽdez a fez, de mill e quynhemtos e tres annos» (1).

RODRIGUES (SIMÃO) — COSINHEIRO

«Dom Johã &. faço saber aos que esta minha carta virem que por o oficio de meu cozinheiro moor ora estar vaguo per falecimento de Felipe Afonso, que o per minha prouisã tinha; Confiando eu de Simão Roĩz que foy meu cozinheiro e ora he asador de minha cozinha que no dito oficio me seruira bem e fielmente, ey por bem e me pras de lhe fazer delle merce, asy e da maneira que o elle deue ser e como o foy o dito Felipe Afonso, com o qual oficio teraa e avera mil rs. de moradia cada mes e tres quartas de ceuada por dia pagua a rezã de vimte rs. o alqueire e duzentos e cinquoenta rs. cada mes pera sua molher e outros duzentos e cinquoenta rs. cada mes pera hum moço, que he outro tanto como teue o dito Felipe Afonso, segundo mostrou per certidã da matricolla dos moradores de minha casa, e asy avera mais tres mil e quinhẽtos e oitenta e noue rs. de vesteria cadanno, como teue o dito Felipe Afonso, segundo mostrou per certidã do prouedor moor dos contos do Reino e casa. Noteficoo asy a Thome de Sousa, do meu conselho, veedor de minha casa e lhe mando que meta em posse do dito oficio de cozinheiro moor ao dito Symão Roĩz e lho deixe seruir e delle

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Manuel, liv. 38, fl. 118 v.

vsar, e que o faça assentar no L.º da dita matricolla no titulo dos cozinheiros com a dita moradia ceuada e vesteria e todo o mais acima contheudo, riscando-se primeiro o asẽto dasador que tem no dito L.º e pondose em ambos os ditos asentos as verbas declaradas no Regimento que sobre isso tenho feito e o escriuã da matricolla passara certidã nas costas desta de como fica asentado no dito L.º no titulo dos cozinheiros na forma que se no dito Regimento conthem e no L.º das vesterias fica posta verba como nã ha de aver mais os dous mil trezentos setenta rs. que tinha de vestearia de asador, segundo se vio por certidã do dito prouedor moor dos contos e avera mais o dito Symão Roĩz com o dito oficio os proes e percalços a elle ordenados segundo sã declarados em hum meu aluara que lhe diso mandey passar, e por firmeza dello lhe mandey dar esta carta per mym asynada e asellada do meu sello pendente, e elle jurara na Chancelaria aos Sanctos Avangelhos que o syrua bem e verdadeiramente guardando em todo a mym meu seruiço. Diogo Lopez a fez em Lixboa a xb dias do mes de feuereiro de b^{c} cinquoenta e quatro» (1).

SOUSA (RUI DE) — COZINHEIRO MÓR

«Dom Manuell &. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que avemdo nos respeito ao seruiço que Rui de Sousa, cozinheiro moor da rainha minha senhora irmãa, a ella tem feito e esperamos que ao diamte fara, e queremdolhe fazer graça e mercee temos por bem e nos praz que elle tenha e aja de nos de tença em cada hũu anno em quanto nosa mercee for, do primeiro dia de janeiro que ora pasou da era presente de iiii^{c}lrbiij (1498) em diamte dous mill reaes bramcos, que he outro tanto quanto elle ate ora teue e ouue per carta delRey dom Joham meu senhor que Deus aja. E porem mãdamos aos veedores de nosa fazenda que lhes façã asemtar em os nosos liuros della e dar delles carta em cada hũu anno pera lugar homde delles aja muy bõo pagamento. E por sua guarda e nosa lembramça lhe mãdamos dar esta per nos asinada e asellada do noso sello pemdemte. Dada em Lixboa a xxix dias doutubro. Gaspar Rodriguez a fez — anno de noso senhor Ihũ X.º de mill iiii^{c}lRbiij anos» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, liv. 50, fl. 187 v.
(2) Idem — Chancelaria de D. Manuel, liv. 32, fl. 57.

TOMÁS (JOÃO) — COZINHEIRO

«Trelado da carta geeral dos xij mil reaes que João Tomas que foy cozinheiro da Rainha Nosa Senhora tem em cada hum ano de S. A.

«Dona Caterina etc. a quoantos esta minha carta virem faço saber que avendo eu Respeito ao serviço que Joam Thomaz meu cozinheiro me tem feito em sastifaçam dele e por lhe fazer merce hey por bem e me praz que elle tenha e haja de mim em cada hum ano em sua vida doze mil reaes de tença os quais por agora lhe serão pagos em minhas moradias per esta carta geeral e os começara a vencer da feitura dela em diante com tal declaraçam que não adaver mais a moradia que ate agora teve de meu cozinheiro e mando a Dom Fernando meu prezado primo e mordomo moor de minha casa que sendo primeiro riscado de meus liuros e postas verbas necesarias pera que não aja mais daver a dita moradia lhe faça neles asentar os ditos doze myll reais de tença e fazer deles bõo pagamento aos quartees do ano segundo ordenança de minha casa e por firmeza delo lhe mandey dar esta carta asynada per mim e aseellada de meu selo e pasada per minha chançelaria. Dada em a vila de Santarem ao primeiro dia doytubro. Pero Fernandez a fez ano do nacimento de noso senhor Jhesu Christo de mil b^{c}R e seis.

«O dito Joam tomas ouue estes doze mil reais em minhas moradias da feitura desta carta ate fim do ano pasado de b^{c}l e dous e agora hey por bem por meu seruiço que os não aja mais pela dita moradia e que de Janeiro deste Anno presente de b^{c}l e tres em diante lhe sejam asentados em minha fazenda pagos polo meu thizoureiro aos quartes pela dita carta geeral que sera treladada nos liuros de sua despesa e este primeiro ano lhe nom sera paguo nem leuado em conta ao dito thesoureiro sem primeiro mostrar certidão do espriuão de minha cozinha de como no Registo da dita carta e asentos da dita tença ficam postas ueruas que os ditos doze mil reais som pera dar aa dita minha fazenda e os não a mais dauer pella dita verba do dito dia de janeiro deste ano em diante. Feyto em Lixboa a xbij de Janeiro de mil b^{c}l e tres. Rainha. Aleixo de Moraes» (1).

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico*, parte 3.ª, maço 16, doc. 33.

FÉLIX ABATE — LICORISTA

«*Felis Abate* e Companhia estabelecêrão ultimamente com Privilegio Real no sitio do *Chiado,* junto aos *Conteiros,* N.º 60, huma Fabrica de todas as qualidades de licores, xaropes e elixires, ao uso d'*Italia* e de *França,* e alli os vendem, tanto em barris, como engarrafados, por preços muito cómmodos, ja estabelecidos».

Gazeta de Lisboa, 1807. Suplemento ao n.º 23, de 12 de junho.

BOIÇA (COSMO DE) — PASTELEIRO

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que avemdo respeito aos seruiços de Cosmo Boyça, pasteleiro, ey por bem e me praaz de lhe fazer merce pera a pesoa que casar com hũua de suas filhas quall elle nomear de hũu lugar de morador da cidade de são Jorge da Mina por tempo de dous annos e com o ordenado contheudo no Regimento depois de compridas as prouisões que dos ditos lugares de morador tiuer pasadas a outras pesoas feytas amtes do primeiro de setembro do anno pasado de quinhentos e cimquoemta e hũu, em que lhe fiz a dita merce, e amtes que a dita pesoa case com hũa de suas filhas se apresemtaraa ao comde da Castanheira.... Adrião Lucio o fez em Lixboa a xxj de junho de mill b^{c}lij. Amdre Soarez o fez escreuer, e este se registara na casa da Mina dentro de quatro meses» (1).

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que havemdo respeito ao muito tempo de Cosmo de Boyça, ja falecido, que foy pasteleyro dos senhores Reis pasados dom João, dom Sebastião e dom Hemrique, meus antecesores, que samta gloria aja, seruio os ditos senhores Reis, e a Lianor Roīz de Boiça, sua molher, ficar muito pobre, e o que constou per hũa portaria de dom Dyoguo Lopez de Lyma e doutra de Francisco Bareto de Lima, que forão veedores da casa do dito senhor Rey dom Sebastiam, per que mãdaua que lhe fallacem nella pera a apousemtar, ey por bem e me

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 61, fl. 79 v.

praz de fazer merce á dita Lyanor Roĩz de oyto mill rs. de temça em cada hum ano em sua vida paguo no thesoureiro do dinheiro ao hum por cento e obras pias, pello que mãdo a João Roĩz de Pallma, thesoureiro do dito dinheiro do hum por cemto e a quem ao diamte o dito carguo seruir lhe dee he pague os ditos bīij rs.... Manoel Franco o fez em Lixboa a iij de feuereiro de jb^{c}lxxxiij. E eu Ruy Diaz de Meneses o fiz escreuer» (1).

GONÇALVES (JORGE) — PASTELEIRO

Morador em Lisboa, natural de Gouvães, concelho de Vila Pouca de Aguiar, filho de Antonio Pires. Tomado por oficial de pasteleiro, que vagou por falecimento de Manuel da Silva. Alvará de 25 de janeiro de 1655 (2).

GUILHERME — PASTELEIRO

No dia 24 de julho de 1556 compareceu no tribunal do Santo Oficio, Cristóvão Bastos, francês, natural de Tolosa, clérigo de missa, morador à Cruz do Cataquefará, que denunciou um francês. A testemunha tambem disse desconfiar do francês mestre Guilherme, pasteleiro (3).

MARQUES (LUIS) — PASTELEIRO

Natural de Lisboa, filho de Pero Marquez. El-Rei o tomou por seu oficial de pasteleiro, vago por falecimento de Jorge Gonçalves. Alvará de 18 de julho de 1661 (4).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 9, fl. 28.
(2) Idem — *Matriculas*, liv. 5, fl. 838 v.
(3) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 141.
(4) Torre do Tombo — *Matriculas*, liv. 5, fl. 855.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 5, pag. 240)

ACTO II

Scena I. — Pouco depois Aurélio e Bertolino passam pela céla do ermitão. O conde envia à côrte o criado, disfarçado de camponez, para averiguar a fôrça de que Mário dispõe contra êle. Espera surpreender o inimigo numa embuscada. Bertolino lembra o que sucedeu com as estátuas, pedindo ao amo que se arrependa do seu procedimento. Aurélio quer tambêm disfarçar-se, para assim mais facilmente escapar. Para esse fim batem à porta do ermitão que cheio de medo se põe de joelhos, implorando perdão aos recenvindos, pois receava que viessem castigá-lo pela protecção dispensada a Leonor. O conde explica o fim da visita e pede ao ermitão as suas vestes para com ellas se disfarçar. Este lamenta a sua desgraça e volta para o retiro.

A Scena II passa-se na cidade. Bufeto e Oliveta aparecem equipados para a guerra; após êle vem Magnífico com Mario e o seu séquito. Magnífico recomenda ao duque prudência, porque pode ser vítima de alguma embuscada. Mário mostra-se tranquilo, esperando em breve derrotar Aurélio.

Scena III. — Leonor vagueia na floresta, chorando seus pecados, e por fim cái estenuada sem sentidos. É socorrida pelo ermitão que a torna a levar consigo. Pouco depois passa por ali Bertolino, vestido de camponês e a seguir Aurélio, disfarçado de ermitão que se insinúa no espírito de Mário, comprometendo-se a fazer-lhe caír nas mãos o seu mortal inimigo.

Scena IV. — O rei e o Magnífico estão conferenciando numa sala do palácio real de Cagliari. O soberano receia que a falta de um herdeiro coloque no trôno Aurélio que é de nobre estirpe, tanto mais que a conduta de Leonor deixou Mário numa situação lamentável. A conversa é interrompida pela chegada de Bertolino. O falso camponês apresenta novas queixas contra Aurélio; o Magnifico na sua boa fé atende-o, comunicando-lhe que o duque já partira em perseguição de Aurélio.

Scena V. — A acção passa-se em frente do templo. Aurélio consegue separar Mário da sua gente. Só Bufeto fica com êle. Junto da porta do templo, Aurélio desarma o inimigo e Bertolino o criado. Dão-se a conhecer. Ao seu apêlo, os soldados do conde acorrem. Mário é prêso; Aurélio manda que dois soldados o escutem. De súbito, abre-se o templo e veem-se de joelhos as duas estátuas que advertem Aurélio:

Tempra il furore, o Conte
Pria che' le sol tramonte.

No meio da confusão que estas palavras produzem, Mário consegue pôr-se em fuga. Aurélio quer correr em sua perseguição, mas não pode. Ouve-se mais uma vez a voz das estátuas:

Pentiti, che non sei solo signore
Chi mal uiue, mal muore.

ACTO III

Scena I. — Aurélio volta com os soldados e furioso exproba-os pelo receio das estátuas de pedra. Bertolino aconselha-o a não desafiar a cólera divina. Aurélio lamenta a fuga do duque. Chega um soldado que conta pormenores do facto. Muitos deles foram mortos; só conseguiram aprisionar um que por fim se descobre ser Oliveta disfarçada. Aurélio dá-lhe a liberdade, mas fórça-a a assistir à execução de Bufeto. A seguir, aparece Ângela disfarçada de ladrão e saúda Aurélio. Os dois abraçam-se, o que provoca observações cómicas da parte de Bertolino. Preparada a refeição, sentam-se todos à mesa alegremente. Entretanto aproxima-se o ermitão, pedindo esmola. Aurélio zomba do piedoso ho-

mem e manda um soldado passar-lhe busca à casa. Êste volta pouco depois com Leonor que vem em trajos de penitente. O conde insulta a infeliz senhora que morre instantaneamente. O ermitão toma a defesa de Leonor. Aurélio levanta-se furioso e manda remover o cadáver para o templo. Logo que chegam lá, o templo abre-se. As estátuas empunham uma espada; a seus pés jaz o cadáver de Leonor. Então manda o criado perguntar-lhes o que significa tal atitude e se estão dispostas a combater com ele. O criado hesita, mas por fim interroga-as. Elas acenam, mas nada dizem. O conde insiste e pergunta-lhes quando aceitam o desafio. As estátuas repondem: Hoggi, conte, prima che'l sol tramonte. Aurélio retira-se com o criado; o templo fecha.

Scena II. — Entretanto o rei e o magnífico estão em conferência sôbre a expedição de Mário, contra a quadrilha de Aurélio. A caminho do palácio encontram-se o ermitão e Cassandro. Referem ao magnífico que Leonor morrera e fôra sepultada no templo. Cassandro lamenta a morte da irmã. Neste momento aparece Oliveta que narra o sucedido com o conde e a morte horrível de Bufeto. Mário aparece sem gorra, sem armas e manto, em virtude da sua fuga apressada.

Scena III. — Aurélio volta com Bertolino ao templo, como ficára resolvido. Êste abre-se de novo. As estátuas mandam-no aproximar-se. Aurélio como bom cavaleiro exige um aperto de mão antes do comêço do duelo. A estátua dá-lhe a mão, ao mesmo tempo que repete a advertência: «Pentiti Conte, pria che'l sol tramonte». Apesar disso, o conde não se intimida. Então a estátua adverte-o ainda três vezes, e por fim exclama: «Vedi, che l'sol tramonte.» Aurélio desafia a cólera divina, dizendo: «Ainda que o sol desapareça, deixo por isso de ser conde?» As estátuas imploram aos ceos o castigo do pecador. O ceo abre-se; a terra treme; ouve-se o ribombar do trovão, e por fim um raio fulmina-o. O templo fecha-se. Bertolino foge com Ângela.

A Scena IV passa-se no palácio real. Perante o rei, o duque, Mário e o magnífico, comparecem o ermitão e o guarda do templo da floresta. Falam do conde. Cassandro mais uma vez apresenta queixas contra Aurélio pelo rapto da irmã. A seguir Ângela aparece a Bertolino. Conta o sucedido.

Scena V. — Aurélio é martirizado no inferno pelos demónios. No ceo estão as duas estátuas com Leonor vestida de branco. A peça termina com um canto dos anjos e dos demónios sôbre as alegrias dos ceos e martírios dos infernos; sôbre a recompensa dos justos e castigo dos pecadores (1).

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

(1) Vid. sôbre o assunto Schröder, *obr. cit.*, pág. 79–90.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Labor Intelectual — Tomo I, por Nombela y Campos. Madrid, Casa Editorial de «La Ultima Moda», Valazquez.

Labor Intelectual — Tomo II, por Nombela y Campos. Madrid, Casa Editorial de «La Ultima Moda», Velazquez.

O ano ophtalmologico de 1913 — Extrait-Separata da *Medicina Contemporanea*, 1914, por Costa Santos, medico dos hospitaes e Assistente da Consulta de Ophtalmologia do Hospital de S. José. Lisboa, Tip. de Adolfo Mendonça, rua do Corpo Santo, 1914.

Os Poemas da Derrota (Julio da Costa Pinto), por Joaquim Leitão. Lisboa, A. D. MCCXVI, Socied. Tip. Editora, rua da Alegria.

Da Retroflexão Uterina — Hysteropexia e Laparotomia. — Escola Medico-Citurgica de Lisboa — julho de 1892, por Tomaz de Melo Breiner. Lisboa, Tip. da Companhia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 1892.

Uma Estatistica Ophtalmologica — Baseada no Registo de 60:000 doentes da Consulta de Ophtalmologia do Hospital de S. José, por Sebastião Costa Santos. Lisboa, Imp. Libanio da Silva, Livraria Ferreira L.da, Editora, 1913.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º
N.º 7

1917
Julho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 339
Do critério de nacionalidade das literaturas, por Fidelino de Figueiredo 341
A guerra justa segundo Alvaro Pais, por Manuel Paulo Merêa 351
Uma circunstância modificadora das proposições da curva ultra-semicircular em arquitectura, por Edmundo Arménio Correia Lopes 354
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena 358
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 368
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 380

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 24 DE JUNHO DE 1917

Aos vinte e quatro de junho de mil novecentos e dezesete, reuniu a Assembleia geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO, estando presente o primeiro secretário Prof. CARNEIRO PACHECO.

O Sr. Presidente comunicou à Assembleia, e esta acolheu-o com simpatia, o convite que o ilustre Reitor da Universidade Central de Madrid dirige ao Instituto de Coimbra para que visite aquele alto estabelecimento scientífico de Espanha. Resolveu a Assembleia confiar à Direcção a apreciação da melhor oportunidade e modo de corresponder a tão grata gentileza.

Em seguida, referiu-se o Ex.mo Presidente às penhorantes demonstrações de aprêço, que já não eram novas, no recente Congresso de Sevilha tributadas ao Instituto.

O primeiro secretário CARNEIRO PACHECO apresentou, justificando-a num intuito de actualisação, a proposta de que no livro das actas das sessões da Assembleia geral se inserisse a relação completa das diferentes classes de sócios do Instituto. Esta proposta foi aprovada por unanimidade, e bem assim o aditamento proposto pelo sócio COELHO SOBRAL, no sentido de que se criasse um livro destinado ao registo dos factos mais notáveis da vida scientífica dos sócios do Instituto.

Fizeram-se as seguintes comunicações:

CORRÊA LOPES — *Uma circunstância modificadora das proporções da curva ultra semicircular em arquitectura.*

EDGARD PRESTAGE — *Correspondência do Conde de Castelo Melhor com o P.e Manoel Fernandes e outros* (1668 a 1678).

FIDELINO DE FIGUEIREDO — *Critério da nacionalidade na literatura.*

MAGALHÃES COLLAÇO — *Notícias sôbre Almeida Garrett.*

Marquês de Lavradio — *A revolução de 1820* (excerpto das *Memórias do Conde de Lavradio,* cuja publicação o Instituto vai fazer).

Paulo Merêa — *A guerra justa segundo Alvaro Pais.*

Sanchez Navarro — *El terremoto y los edificios. El sismografo.*

Por fim, procedeu-se à eleição de novos sócios, com o seguinte resultado:

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

D. Eduardo Dato Iradier.
Matheus de Albuquerque.
D. José de Rugula y de Ochotorena del Escobal y Laborda.

CORRESPONDENTES NACIONAIS

António Simões Baião.
Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares.
José Francisco da Silva.
Marquês do Funchal.
Marquês de Lavradio.
Vieira Guimarães.

EFECTIVOS

Aarão Soeiro de Lacerda.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Carneiro Pacheco, primeiro secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(a.) Costa Lobo.
(a.) Carneiro Pacheco.

DO CRITÉRIO DE NACIONALIDADE DAS LITERATURAS

Quando preparavamos a nossa *História da Literatura Clássica,* hesitámos sôbre a inclusão ou exclusão do escritor português em língua espanhola, Jorge de Montemór, autor da, em seu tempo, muito famosa *Diana.* Geralmente compreendido nos quadros históricos da literatura espanhola, êste escritor, português de nascimento, relacionado com os poetas portugueses do seu tempo e também autor de algumas peças poéticas em língua portuguesa, deveria ser lembrado no nosso conspecto da literatura portuguesa quinhentista. Mas deveria ser encorporado na história literária de Portugal, como o fizeram todos os autores portugueses que sôbre essa matéria tem escrito?

Esta perplexidade fez-nos pôr um problema, que não vimos ainda apresentar em toda a sua amplitude, muito embora se repitam frequentemente casos semelhantes de conflitos de jurisdições histórico-literárias. É esse problema a fixação de um critério de nacionalidade dentro da história literária, problema que não póde ser solucionado só com o ponto de vista jurídico, nem com as tendências do patriotismo avaro. Por meio da adopção de algum critério se solucionariam esses encontros de jurisdições, momentos em que o historiador das literaturas sente faltar-lhe a legitimidade, como se diz em direito, para alegar razões, para cumprir a sua tarefa.

É êste problema suscitado por uma grande variedade de casos, bem facilmente exemplificaveis, os quais se compreendem nas duas principais situações seguintes:

1.ª Ser em diversos países politicamente autónomos, e seguindo já evoluções históricas muito diversas, a língua literária um mesmo idioma comum, como por exemplo em Portugal e no Brasil, em Espanha e nas repúblicas hispano-americanas, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte, na França, na Bélgica e Suissa, na Alemanha e na Áustria.

*

2.º Haver escritores que alcancem glória literária por meio do cultivo de uma língua literária, que não é a sua, por exemplo o Condestável de Portugal, Jorge de Montemór, Faria e Sousa, D. Francisco Manuel de Mello, etc.

Êstes dois casos extremos determinam duas variantes teóricas correspondentes: para o primeiro caso o problema é uma questão de limites das literaturas nacionais; para o segundo, uma questão de nacionalidade literária dêste ou daquele autor.

*

Como no primeiro caso há sempre uma literatura mãe, e uma ou mais literaturas derivadas, reflexos dessa acção hegemónica, a questão reduz-se quási sempre a estabelecer o termo da acção hegemónica dessa literatura mãe. Assim, para o exemplo de Portugal e Brasil, o historiador literário diligenciará fixar o momento em que terminou a evolução histórica da literatura portuguesa do Brasil e começou uma literatura que, apesar de concebida em língua portuguesa, diligenciou já não ser portuguesa, mas brasileira. É evidente que neste caso, perante o facto imperioso da comunidade da língua, o crítico procurará encontrar a diversidade no conteúdo que nessa mesma língua se engasta. É indiscutível que a língua é por si todo um mundo de nacionalidade: contêm uma história nacional, uma psicologia nacional, uma estética nacional, é uma resultante do passado e um reflexo do presente, de todo esse complexo mundo se deriva e todo assim se oferece como meio de expressão aos artistas literários. Falada em Portugal e no Brasil, escrita por Camilo e Eça de Queiroz, por Machado de Assis e Coelho Neto, a velha língua portuguesa é sempre aquela língua que usaram os nossos reis, os nossos guerreiros da Africa, Índia e América, que cultivaram os nosso poetas, é sempre efeito lógico e determinado da transformação do baixo latim, com osmose de elementos estranhos, da evolução de oito séculos de história e literatura, do reflexo do teor de vida nacional; quanto é legitimamente português nela vernaculamente se poderá dizer, desde o objecto comum, de uso doméstico, ao mais delicado cambiante de sentimento. As principais facetas do génio português, a paisagem portuguesa, quanto sente, pensa, faz e vê a generalidade dos que falam a língua portuguesa, tudo se póde sem esfôrço, sem necessidade de criar neologismos ou afoitar novas construções de sintaxe, dizer em nossa língua com clareza e precisão. Porêm, aqueles modos

de ser do sentimento ou do pensamento e aquele teor de vida, que são muito opóstos às características da nacionalidade, só com diligências dificultosas, por meio de hibridos neologismos ou apressados estrangeirismos inexpressivos e inestéticos se póde dizer.

O industrialismo, o comercialismo, os progressos scientíficos, o pensamento filosófico, e no mundo do sentimento certos requintes modernos ou a violenta emoção e o impulsivo arrebatamento, peculiares a certos temperamentos estrangeiros, não encontram em lidimo português azada expressão. Todos se lembrarão de exemplos bem comuns que seria inoportuno e monótono enumerar.

Perguntaremos agora: sôbre esta base comum podem-se construir literaturas diversas e até opostas nas suas tendências? E são compativeis essas tendências para a diversificação literária, e o desejo e a necessidade de, para conservar a pureza e a integridade dessa língua comum, a cada passo regressar à boa lição dos clássicos dessa língua comum, isto é, aos bons modêlos da literatura mãe? Responderemos pela afirmativa às duas perguntas. A boa tradição da pureza de uma língua e dos seus progressos de expressão são plenamente conciliaveis. E dêste asserto é cabal demonstração a história de todas as literaturas, com as suas diversidades de estilo de cada escritor, dentro do quadro geral da lógica, da índole própria, dos bons modêlos da língua. A liberdade de inovar, em matéria de estilo, é bem limitada; todos os caminhos são francos, mas dentro da prevista extensão de determinado campo com as balisas bem á vista.

Ora, querendo-se criar por meio da língua portuguesa ou da língua espanhola uma literatura que não seja portuguesa nem espanhola, a primeira condição essencial é a existência dum espírito novo que dê a essa velha língua um conteúdo de ideais e aspirações, de fórmas de sentimento e pensamento que já não sejam os do povo português ou os do povo espanhol.

Este facto, pelo menos a aspiração a êste facto, só se torna palpável quando dentro da mesma língua cabem várias unidades políticas; então, quando a autonomia política quebra algumas frações, surge o antagonismo patriótico contra a metrópole, e esse anceio de nacionalismo com as variantes que o teor de vida social possa imprimir constituem as primordiais diferenças. Então, quanto se póde concluir da evolução das várias literaturas em tais casos, vão essas litera-

turas infantes buscar às fontes filosóficas e estéticas que dominam em seu tempo a directa inspiração, e não já à acção reflexa da metrópole da sua língua; então seus críticos, percorrendo a parte colonial da literatura mãe, irão perscrutar todos os indícios de diferenciação artística, de autonomia, organizando com retalhos, pequenos pormenores, não uma lista de precursores, mas toda uma evolução literária.

Assim procederam os países americanos que, logo no dia seguinte à sua independência política, proclamaram a sua independência literaria, e que à fôrça de paciência, de interpretação e de avaro aproveitamento de obras e nomes de somenos, geralmente deixados de lado pela literatura mãe, puderam organizar uma secular literatura sua. Foi assim que apareceram as literaturas americana, brasileira, argentina, chilena, etc.

Ora neste primeiro caso, a que nos temos referido, o problema parece ser bem simples: constitue matéria para encorporar na história literária duma língua toda a productividade literária dessa língua, quando lhe corresponde a unidade política. Assim as literaturas da América espanhola de direito pertencem à história literária espanhola, emquanto a proclamação das repúblicas hispano-americanas não vem quebrar a unidade política paralela a essa unidade linguística; pertencem de direito à história literária portuguesa todos os literatos brasileiros, emquanto a proclamação do Império não vem refletir sôbre a literatura colonial da América portuguesa tendências novas.

Desde então os literatos brasileiros não querem mais ser portugueses, como os argentinos e os chilenos não querem já ser espanhois, como os americanos não querem já ser ingleses — mas na maioria dos casos só conseguem essa aspiração nacionalista no campo político. De facto, se para conseguir a autonomia duma pátria, bastam os recursos económicos, a preparação dos espíritos para esse ancioso ideal e um conjunto de circunstâncias facilmente verificaveis, para conseguir uma literatura brasileira, chilena ou venezuelana, é necessario criar uma tradição brasileira, chilena ou venezuelana, um espírito brasileiro, chileno ou venezuelano, uma cultura inetelectual brasileira, chilena ou venezuelana, com seu conteúdo tão próprio e característico que seja êle a causa duma diferenciação literária. Esta obra é que demanda tempo, secular até, recursos de criação que nem todos os póvos têm, e por isso os póvos americanos literariamente deixaram de se filiar na evolução literária portuguesa, argentina ou inglesa,

mas ainda não conseguiram criar uma evolução literária sua, e assim a oposição entre as suas artes literárias e a da mãe pátria é menos um contraste de tradições e características do que uma atitude negativista, de protesto e rebelião.

Se compararmos o que no Brasil se chama a história da literatura brasileira com a história da literatura portuguesa, encontraremos tantos e tão evidentes pontos de comunhão que difícil nos será extremar diferenças. Para aqui nos permitimos transcrever algumas linhas nossas, noutra parte escritas a propósito dum excelente livro brasileiro:

«Depois no século XIX, esse nacionalismo, a moda do indianismo e o exagêro do lirismo português, no Brasil tornado mais sensual, e uns modismos defeituosos da linguagem dão a muitos espíritos patrióticos a convicção querida de que à sua literatura chegára o momento da completa diferenciação e que a expressão *literatura brasileira* já não é uma expressão de escola oficial, mas que se funda em sólidas razões de ordem crítica. Em nosso pensar, entre a literatura portuguesa e a literatura brasileira há menos distinção que entre as diversas manifestações literárias dum grande país, de província a província, onde as variantes do falar local e do viver social imprimem cunho próprio. A descrição apologética do viver dos aborigenes, impropriamente chamados índios, foi uma efémera moda, consequência já do gôsto do exotismo, já do nacionalismo, e o próprio José Veríssimo lhe chama despropósito. O próprio nacionalismo, quando realizou as suas reivindicações, abrandou, pois todas as paixões por si mesmas se cansam, e se hoje se revela é principalmente em respeito dos problemas políticos da América do Sul, e só o nacionalismo em relação à metrópole nos importava neste assunto.

«O exagêro sensual do lirismo poderá representar um estadio diferente da cultura moral, mas não é característica mais vigorosa que a diferença que no nosso próprio lirismo notamos dêste àquele poeta. Os modismos linguísticos são mínimos nos bons autores, pois êstes se esforçam sempre por regressar à boa lição dos clássicos. Sôbre estas diferenças, a comunidade de história, de raça, de influência francêsa, a vizinhança de povos espanhoes e a comunidade de língua principalmente imprimem características muito semelhantes às que distinguem a nossa literatura: o mesmo predomínio do lirismo, o mesmo gôsto épico e oratório, a mesma falta de teatro e de crítica, de espírito filosófico — o que tudo se verifica mesmo no século XIX que o severo e judicioso José

Veríssimo apresenta como estranho de menor influência lusa e que o é de facto» (1).

Neste caso, o historiador literário, ainda que opondo um razoavel scepticismo aos pruridos de diferenciação das literaturas, não se poderá permitir a discrecionária liberdade de desatender a atitude negativa dos escritores com respeito à literatura mãe; então conformar-se há com o aspecto político e jurídico do problema, pois não seria legítimo arrolar autores e obras sob uma designação, que era diametralmente oposta ao designio mais procurado deles. Não se deverá, porêm, esquecer que a nacionalidade literária terá de derivar da criação duma nova tradição, cujo conteúdo seja suficientemente distintivo. Êste deve ser o ideal intrinseco dessas noveis literaturas. Mas é êle realizavel? A rápida transmissão das ideas, dum a outro extremo do mundo, e a estreita solidariedade de interesses que a todos os povos liga, cria uma única atmosfera de ideas. Num ou noutro ramo do pensamento, têm certos países da Europa a hegemonia incontestada. O alto lugar da França na literatura, na crítica e na filosofia, da Alemanha na filosofia, na filologia, na geografia e na história, da Itália na criminologia e na estética e na filosofia, o brilho do moderno teatro escandinavo, do moderno romance russo, do moderno teatro hespanhol, dão a êstes países em cada distrito da arte e do saber um papel preponderante. Ora procurando o escól intelectual de cada novo país, que pretende crear-se uma literatura, alimentar-se das principais correntes de pensamento, fatalmente irá inspirar-se e alimentar-se das que em toda a parte reinam como principais.

E todos os que não puderem crear correntes próprias irão aos pensadores de França, Itália e Alemanha, aos mestres espirituais a que todos recorremos, não só brasileiros, argentinos, norte-americanos, chilenos ou peruvianos, mas também velhos portugueses, espanhois e ingleses. Depois a necessidade de retemperar a nacionalidade tradicional e a língua sempre obrigarão esses povos a de quando em quando tomarem um banho lustral na leitura, meditação e imitação dos bons modêlos da velha língua de seus colonizadores. Por outro lado, a vida interna dos países vai-se uniformizando e tornando um episódio da política internacional; o que acontece

---

(1) *Revista de Historia,* vol. V, Lisboa, 1916, notícia sôbre o livro *Historia da Literatura Brasileira,* de José Veríssimo.

à vida interior da consciência, que perante a complicação da moderna vida social, exigente e absorvente, vai perdendo a sua unidade, vai-se dispersando e tornando-se em vez dum mundo autónomo e superior ao mundo externo, um simples espelho de emoções de causa exterior — sucede também à vida nacional de cada povo, à mercê das esmagadoras tendências para o imperialismo, imperialismo militar, por mar, como o da Inglaterra, imperialismo comercial e terrestre como o da Alemanha, ou industrial e capitalista. A uma luta de imperialismos assistimos neste momento: da Inglaterra, que não quer ceder seu lugar, e da Alemanha que quer consolidar o seu.

Todos temos bem presente como os países pequenos têm sido um joguete das grandes potências empenhadas na guerra, que não aceitando a neutralidade dêsses pequenos povos introduzem a desordem em casa dos mais obstinados nessa neutralidade a que um publicista inglês chamou o *daltonismo da neutralidade*. Quais as infinitas repercussões da guerra também as presenceámos.

Ora, em tais circunstâncias, será legítimo esperar que sôbre uma tal base comum se construam novas literaturas, que, não podendo ser *nacionais* pelas línguas e não o sendo ainda suficientemente pela autonomia política dos estados, o sejam pelo mundo de ideas, sentimentos e temas novos que agitam? Há, é certo, no teor de vida das Américas aspectos típicos que poderão dar matéria literária, como o mercantilismo absorvente e suas consequências morais, intelectuais e sociais, como a emigração, como a paizagem. Mas tais aspectos ou conduzirão a uma apologia do espiritualismo, do idealismo, da religiosidade, do tradicionalismo — tendências puramente europeias — ou serão só vistos no seu lado de exotismo curioso, como se faz nos cinematografos. Eram formas novas de correntes europeias, bem sabemos, onde essas formas cansam e caducam e o fundo é verdadeiramente o da velha Europa. Pode-se é certo tentar extrair da observação dêsses típicos aspectos alguma conclusão própria, americana, mas os exemplos conhecidos nos dizem o que são essas tentativas. O pragmatismo, filosofia muito reclamada, filosofia de homens de negócios, engenheiros, capitalistas e especuladores, é um simples ponto de vista com que se pretende justificar uma prática já reinante. Como o erro e o crime, conscios da própria sem-razão, prestam a sua homenagem à verdade e à virtude — homenagem de que as próprias perseguições são a forma suprema e mais honrosa — assim a matéria, em seu egoismo, consciente da sua subalternidade perante valores

menos contingentes que os por ela criados, ao espírito presta a sua homenagem, justificando-se aos olhos dêle. Era o que nobre artista, que foi Eça de Queiroz, dizia pelas palavras seguintes: «É que sempre a Materia, mesmo sem o comprehender, sem d'elle tirar a sua felicidade, adorará o Espirito, e sempre a si propria, atravez dos gozos que de si recebe, se tratará com brutalidade e desdem!».

Certo é que os pragmatistas no seu conceito de utilidade condescendem em compreender tambêm valores intelectuais, pois nas ideas reconhecem um pouco a sua tendência prática, mas é principalmente uma filosofia da acção esse seu sistema, verdadeiramente só um ponto de vista, com que os americanos se querem defender do scepticismo e dos vícios do intelectualismo.

Temos pois, que na primeira forma do problema — literaturas diversas na mesma língua — terá o crítico de se conformar com o seu aspecto jurídico, apenas pondo reservas e restrições de alguma vez se criarem tradições intelectuais, artísticas e históricas tão intensamente originais e *nacionais* que apaguem a comunidade assimiladora que a língua estabelece.

*

Quanto à segunda forma do problema — escritores que alcançaram celebridade literária numa língua que não era a sua — é a solução que lhe démos uma espécie de corolário das opiniões gerais que acima expuzémos a propósito da influência da comunidade da língua. Se acima declarámos que consideravamos a língua o principal factor de nacionalidade literária, com tal declaração nos havemos de conformar agora. E se o público espanhol e a crítica espanhola consideram clássicos da sua língua alguns portugueses que em sua língua escreveram, como Jorge de Montemór e D. Francisco Manuel de Melo, é porque nas suas obras encontra expressas as suas tendências e espírito nacional, é porque nelas não vê o constrangimento dum estrangeiro que nunca houvesse penetrado a índole da sua língua — o que tudo implica por parte dêsses autores uma como que renúncia à sua nacionalidade portuguêsa. Cremos, porêm, que o problema não poderá ser resolvido com tal simpleza. Ao menos para sancionar tal resolução com alguns princípios gerais e para estabelecer um critério futuro para exemplos análogos, teremos de considerar outras gradações no problema.

Primeiramente deverá ir-se procurar qual foi a formação

espiritual dêsse autor que escrevendo em língua estranha se notabilizou, quais as correntes intelectuais e influências literárias, qual a matéria política, moral ou social que à sua observação se ofereceu, quais os elementos componentes da sua constituição. Depois de descriminada a sua formação espiritual, haverá que apurar o cunho de nacionalismo que, na obra em língua estranha escrita, imprimiu êsse autor, no presente caso de Montemór, que cunhos de lusismo se notam nas suas obras em castelhano. Assim feito, teremos de considerar no que fez o tempo, bom julgador, à obra dêsse escritor, qual foi o público que utilizou a sua obra, em que evolução literária se foi encorporar.

Ora, sujeitando Montemór e a sua *Diana* a êste severo e exigente questionário — qual a sua formação espiritual? quais os vestígios de lusismo? que destino deu o tempo à obra e seu autor? — apuraremos resultados que só vem confirmar a conclusão da exposição anterior, que a respeito da primeira hipótese expendemos: a *Diana,* pôsto que escrita por um português, é uma obra castelhana, que à literatura castelhana pertence. Jorge de Montemór formou-se dentro duma atmosféra literária inteiramente estranha, a da admiração e imitação dos italianos e espanhois. Se o precedente da *Menina e Moça,* de Bernardim Ribeiro, sôbre êle influiu, como se crê, esta influência nenhum carácter português imprime à sua obra, porque Bernardim Ribeiro é justamente um dos primeiros representantes do italianismo e a sua *Menina e Moça* é um reflexo do êxito da *Arcadia* de Sannazaro. O gôsto do pastoralismo foi muito propagandeado em Portugal, pelo mesmo Ribeiro, Sá de Miranda, Cristóvam Falcão e António Ferreira, mas esse gôsto era também devido à influência da directa imitação dos italianos ou da imitação dêles pelos espanhois, Boscan e Garciloso de la Vega, uns e outros nomeados e festejados como modêlos nas obras dos nossos primitivos clássicos. Em Espanha viveu grande parte da sua vida, ali foi funcionário palaciano e dali veiu no séquito da infanta D. Joana, noiva de D. João III, como se castelhano fôsse, como a infanta. Não há na sua obra vestígios evidentes do seu lusismo, pelo menos com a eloquência dos que se tráem no *Palmeirim de Inglaterra,* de Francisco de Morais, e que fôram uns argumentos mais a favor da nacionalidade desta obra, principalmente a simpatia pelas coisas portuguesas. Na evolução literária castelhana se encorporou a *Diana* e sempre dentro das fronteiras da língua castelhana ou em França exercendo sua influência por continuadores e imitadores como Alonso Pérez, Gaspar

Gil Polo, Jerónimo de Texeda, António de Frasso, Pedro de Pineda, Luis Galvez de Montalvo, Henriquez de Zuñiga, Gonzalo de Saavedra, Frei Bartolomé Ponce e Honoré d'Urfé, etc. É até muito para notar que essa obra não houvesse exercido em Portugal qualquer influência visivel, nem fôsse nunca impressa em Portugal. Fernão Alvares do Oriente, autor da *Lusitania Transformada,* de novo imita Sannazaro directamente, não aproveitando o procedente da *Diana.*

Seguindo a moda do século XVI, do uso da língua castelhana, — moda que inquietava João de Barros e António Ferreira — Jorge de Montemór foi mais feliz nesse exercício que outros nossos compatriotas porque com ela se verificou um conjunto de circunstâncias favoraveis; viver num ambiente espanhol e ter criado o romance pastoral moderno.

Tais são as razões por que, mais preocupados de verdade que de obcecado louvor pátrio, nós não incluimos no quadro literário do quinhentismo português a famosa *Diana,* de Montemór.

Lisboa, 15 de maio de 1917.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

A *GUERRA JUSTA* SEGUNDO ÁLVARO PAIS

A grande conflagração a que estamos assistindo tem provocado, entre inúmeras publicações, da mais variada índole, uma série de artigos em que se faz reviver a doutrina de antigos jurisconsultos, filósofos e teólogos àcêrca do direito da guerra. Especialmente os ensinamentos tradicionais da Igreja sôbre êste momentoso e palpitante assunto teem sido recordados e apreciados por notáveis competências. Dêsses trabalhos resalta por forma evidente que aos representantes do pensamento católico se deve numa grande medida a distinção, de tão elevado alcance ético, entre a guerra *justa* e a guerra *injusta,* distinção hoje imprudentemente desprezada de muitos jurisconsultos com visivel detrimento dos grandes princípios da moralidade e da justiça...

Pareceu-nos interessante, e não inteiramente inútil, seguir o exemplo dos referidos escritores, expondo a doutrina que sôbre a magna questão da justiça da guerra professava um insigne português do século XIV, o franciscano Álvaro Pais, no seu célebre livro *De Planctu Ecclesiae* (1). Tal é a razão e o significado das singelas linhas que passamos a traçar.

Representante ilustre da corrente escolástica, defensor ortodoxo da tradição que teve por luminares máximos a S. Agostinho e S. Tomás, não é de estranhar que a doutrina do

---

(1) Servimo-nos da edição de Veneza, 1560, de que há dois exemplares na biblioteca do extinto Colégio de S. Pedro (vide, a propósito, *Revista de Bibliotecas e Archivos,* I, pág. 87).

Sôbre a obra de Álvaro Pais os trabalhos mais completos de que temos conhecimento são os seguintes: Birck, *Marsiglio von Padua und Alvaro Pelayo über Papst und Kaiser, Kirche und Staat.* Mülheim, 1868; Riezler, *Die litterarischen Widersächer der Päpste zur Zeit Ludvigs der Bayern.* Leipzig, 1874; Scaduto, *Stato e Chiesa negli scritti politici del medio evo,* Florença, 1882; cf. ainda Gierke, *Das deutsche Genossenschaftrecht* (trad. parcial de Maitland sob o título *Political Theories of the Middle Age.* Cambridge, 1913).

nosso compatriota sôbre a guerra se cinja de perto à dêsses dois génios do pensamento medieval. Efectivamente, já na distincção escrupulosamente feita entre a guerra injusta e a guerra justa — entre aquele que faz a guerra tendo por si a justiça e o que a faz tendo a justiça contra si —, já nos requisitos enunciados como essenciais para que uma guerra possa ser considerada justa, Álvaro Pais integra-se francamente na tradição escolástica, defendendo as ideias que, iniludivelmente expressas por S. Agostinho, foram mais tarde precisadas pelo Doutor Angelico e constituem a base sôbre que os grandes escolásticos do século XVI — Vitória e Suarez — haviam de, volvidos dois séculos, construir a sua obra imperecivel (1).

Cinco condições são necessárias, diz-nos Álvaro Pais (2), para que uma guerra se possa considerar justa: *a) persona; b) res; c) causa; d) animus; e) auctoritas.* Estas cinco condições são as anteriormente expostas na *Suma* de S. Raimundo de Peñaforte.

Quanto ao primeiro ponto, a grande questão é a de saber se os clérigos podem combater. Seguindo uma distinção já anteriormente feita por Carlos Magno, Graciano e S. Tomás, Álvaro Pais ensina que os clerigos podem exortar os seculares a fazer uma guerra justa, e assistir à peleja para os animar e para lhes prestar os socorros espirituais; não podem, porêm, salvo o caso de extrema necessidade, pegar em armas para se bater.

Os dois seguintes requisitos quási se confundem — e fundidos aparecem de facto na doutrina de S. Tomás. Para que a guerra seja justa é necessário *(res)* que seja provocada por uma injustiça, que represente um castigo merecido: tal é o caso da guerra feita para defender a pátria, para rehaver o que nos foi injustamente arrebatado, etc.; mas já outro tanto

---

(1) Sôbre as doutrinas dêstes grandes pensadores acêrca da guerra podem ver-se os seguintes trabalhos: Nys — *Les origines du droit international*; do mesmo — *Le droit de la guerre et les précurseurs de Grotius*; do mesmo — *Le droit des gens et les anciens jurisconsultes espagnols*, 1914 (não conseguimos obter); *Les fondateurs du droit international*, no art. *L'Eglise et la guerre*; Vanderpol — *La guerre devant le christianisme*; Holtzendorf-Rivier — *Introd. au droit des gens*; Ompteda — *Litteratur des Volkenrechts*; Hinojosa — *Influencia que tuvieion sobre el derecho público de su patria los teólogos y filósofos españoles*; Chenon — *S. Thomas d'Aquin et la guerre.*

(2) Fol. 89, col. 2.ª, da citada edição de Veneza.

se não dá se se trata duma guerra que consista na rapina, ou mesmo na conquista.

Quanto à *causa,* a guerra será justa se tiver a sua justificação na necessidade, se fôr um meio — máu em si, mas indispensável — para conseguir a paz, que é a condição desejável e a única conforme com a justiça absoluta.

Não basta, porêm, a *causa* justa; é necessário que o *animus,* a intenção, não seja condenável — como tambêm já ensinava o autor da *Suma,* fundando-se em Graciano. A guerra, justa em si, pode tornar-se injusta, se o príncipe que a move se deixa arrastar pela ambição, pelo ódio, pelo espírito de vingança; será, pelo contrário, plenamente justa, se fôr feita *propter caritatem,* ou *ad correctionem.*

Resta falar no quinto requisito — a *auctoritas,* palavra pela qual o autor quer significar que a guerra só é justa quando declarada pela autoridade pública competente: o príncipe, ou a Igreja, no caso de se combater *pro fide.* Daqui deriva acrescentar Álváro Pais que é injusta a guerra movida por quaesquer pessôas não investidas de poder público — coisa freqùente no seu tempo, mas que êle expressamente condena.

Dêste modo de ver resulta logicamente a *classificação* das guerras adoptada por Álvaro Pais (1), e que é a do célebre canonista Henrique de Suse, cardial-bispo de Ostia (Hostiensis):

1.º *Bellum romanum* — entre fieis e infieis. Esta guerra, chamada romana porque Roma é a mãe da nossa fé, é indiscutivelmente justa. As restantes são entre fieis e fieis.

2.º *Bellum judiciale* — ordenada pelo juiz legítimo. É tambêm justa.

3.º *Bellum presumptuosum* — luta contra a autoridade. Esta guerra é injusta.

4.º *Bellum licitum* — guerra conforme à justiça e autorizada pelo príncipe.

5.º *Bellum temerarium* — o contrário da anterior.

6.º *Bellum voluntarium* — guerra feita por simples arbítrio (injusta).

7.º *Bellum necessarium* — imposta pelas necessidades da defêsa (justa).

Tal, em resumo, a doutrina perfilhada por Álvaro Pais.

MANUEL PAULO MERÊA.

---

(1) Fol. 90, col. 1.ª

UMA CIRCUNSTANCIA MODIFICADORA DAS PROPOSIÇÕES DA CURVA ULTRA-SEMICIRCULAR EM ARQUITECTURA

Parece que pouca impressão causaram em Portugal as fecundas conclusões de Gomez-Moreno, sôbre o complexo e interessantissimo problema da curva ultra-semicircular na arquitectura hispano-árabe. E assim é que, muito mais exuberante que em França, o problema do chamado *arco de ferradura* tem, da parte da erudição portuguesa, uma posição que inveja o desleixo das questões de Fontgombaud e Germigny-les-Près. Por isso ninguem ainda viu que numa vasta região de espaço e tempo, desde o século VII ao XIII, desde o curso médio do Alva ao curso médio do Tâmega e do Ave, para não invadirmos fronteiras, senão disseramos ao curso superior do Douro e do Lima, se conserva, sem intercadências de novos módulos, uma proporção tradicional da curva goda, excluindo do território português a única probabilidade de uma escola de construção mosárabe. Se exceptuarmos os arcos de Balsemão, ainda aqueles que com mais certeza podemos supôr igualmente proporcionados com os ds S. Juan de Baños ou Santa Comba de Bande, todos os nossos arcos ultra-semicirculares dos monumentos autênticos e artísticos da alta Meia-Idade cristã, são a realidade a todos palpável do que afirmo. Mas a regra não passa sem uma importantissima excepção, que, como vamos ver, não consegue ainda alterar o conceito teórico da proporção.

Um único exemplar conheço em Portugal de arco mais alteado ainda que o correspondente ao lado do triângulo inscrito por vão. São os dois arcos gémios, de concepção, que formam o ajimez da frontaria de Lourosa, em que ao vão médio de $0^{m},2265$ devia corresponder a flecha comum de $0^{m},242$. Sem reconhecer o mesmo na parede em que se inscreve o

monólito de que os dois arcos consistem (1), tenho a sua elaboração por contemporânia da dos arcos torais, cujo alteamento nunca excede, ao menos consideravelmente, um terço do raio. Os restantes arcos da igreja, completos e incompletos, é ocioso mencioná-los. Não os medi.

O sr. D. José Pessanha, como me foi dito, mediu todos os vãos, mas creio ver os intuitos dessa medição nas suas conclusões já publicadas na *Terra Portuguesa,* n.os 9 e 10–11. Mas, como explicar os arcos do ajimez? O sr. Gomez-Moreno, na sua *Excursion a través del arco de herradura,* que já noutra parte citei com o mesmo propósito (2) assinalou nos arcos ultra-semicirculares da ponte de Pinos, na veiga de Granada, obra talvez romano-cristã, uma diferença de altiamento, correspondente na razão inversa à medida do vão. Será êste caso o de Lourosa? Para que se possa concluir de tão afastado exemplo para a nossa pobre e evocadora igreja beiran, vejamos que o facto se repete.

A aurora da arte românica não baniu da nossa arte, nem da castelhana, nem da provençal (3), porventura de nenhuma arte onde ela tinha existido ou poderia vir a existir até ao século XIII (4), a curva ultra-semicircular. A dentro do século X, viram-se construir, por exemplo, os arcos da igreja

---

(1) Sustentei esta opinião num artigo intitulado *O Claustro da Oliveira,* com data de fins de outubro e publicado, segundo me disseram nos *Ecos de Guimarães* nos princípios de novembro. Ia ainda mais longe: reconhecia o ajimez coetâno da actual frontaria (século XII, como julgo) opinião que abnndonei. Foi-me sugerida antes de ler o artigo do Sr. Joaquim de Vasconcelos na *Arte* de 1912, pela só observação do monumento. Em Lourosa deve saber-se a história dela. De resto não fiz mais que encontrar-me com outros observadores neste ponto controverso em que o Sr. Joaquim de Vasconcelos e o Sr. D. José Pessanha que hoje discordam, tiveram primeiras impressões unânimes. Fique, portanto, assente que não foi por espírito de inovação que discordei do Sr. Vasconcelos e nem o faço com tal cegueira que não reconheça a possibilidade de um erro que, a ser oficialmente adoptado, teria a sua repercussão fatalmente desastrosa na reconstituição do edifício ainda impossível tão de pronto para que algumas reparações se não tornem urgentes.

(2) Num artigo com data de 2 de abril do ano corrente escrito para os *Ecos de Guimarães* e intitulado *Arcos de ferradura.*

(3) É uma simples referência territorial. De Portugal à Provença reconheço uma mesma arte em diferentes épocas de desenvolvimento quási sempre simultânio.

(4) Citei alguns exemplos no artigo de 2 de abril citado por sua vez na nota 2. Esses exemplos vem todos na *Excursion* (*Cultura Española,* agosto de 1906) do Sr. Moreno, ou na *Historia de l'arquitectura cristiana* do Sr. Lamperez y Romea.

portuguesa da Travanca, contemporânia do declinar do pre-românico das Asturias; no século XII, criavam-se ou resurgiam-se os arcos da Casa do Capítulo da colegiada de Guimarães e, provavelmente no seguinte século, a poucas léguas, se faziam os da parte interna da ábide da igreja de Fonte-Arcada, junto à Povoa de Lanhoso. Detenhamos nestes dois monumentos o rápido traçado dêste bosquejo.

O claustro da Oliveira, a que já consagrei mais largas referências, possui o precioso monumento românico que se conhece pela entrada da Casa do Capítulo. Consta de uma porta e uma janela geminada à direita de quem entra. Os três arcos são de uma ultra semicircularidade bem definida. Preside a tudo um perfeito lavor românico; mas as meias colunas que suportam o arco da portada, lembram, com Santa Maria de Melque (1), a preexistência de um pre-românico mudejar (2) naquela construção. Vivo contraste aliás: os arcos da igreja toledana mantem a sua forma invariável do primeiro mudejar, sem alfizes (3). Os arcos da janela da Oliveira medem $0^m,535$ de vão; a flecha da direita $0^m,460$ e a do esquerdo $0^m,443$. O altiamento está na proporção de um terço do raio. Para a porta, que mede no seu arco um vão de $1^m,660$ por uma flecha de $1^m,040$, o excesso sôbre o raio desce, no entretanto, a um quinto. Compare-se êste facto com o da ponte de Pinos (4) e reflita-se com Viollet-le-duc sôbre o acaso arquiológico. A disposição das pedras dos arcos de Lourosa e de Guimarães não é radial, mas pela convergência das linhas das juntas duas a duas a pontos sucessivos da flecha no sentido directo em Guimarães, em Lourosa descendo no prolongamento da flecha para as pedras mais próximas do fecho, que uns e outros arcos tem. Ainda êste processo é no presbitério beirão tão irregular que estive quási por não considerá-lo. Na plácida região de Ribadave, prenúncia de terras de Basto, numa pequena eminência à margem da estrada levanta-se a singela igreja românica de Fonte-Arcada, com seu portal primitivo de arquivoltas la-

---

(1) Um monumento desconhecido — Santa Maria de Melque, in *La Cultura Española*, 1907, n.º VII.

(2) Tenho minhas razões para preferir esta denominação à de mosárabe.

(3) O citado artigo do Sr. Conde de Cedillo na *Cultura Española*, 1907, n.º VII, a pág. 830 o diz.

(4) Ver o artigo do Sr. Moreno, *Excursion...* (*La Cultura Española*, agosto de 1906) a pág. 800.

vradas ao sabor popular, uma porta ao lado da Epístola, de igual feição, e ábside primitivas. Pela parte interior da ábside, encostam-se seis arcos ultra-semicirculares, sem correspondência e num andar inferior às janelas de volta perfeita. Creio que todos são monólitos, mas não pude certificar-me. Ao menor vão, de $0^m,390$, correspondem a flecha de $0^m,310$ e, portanto, o altiamento de um terço sôbre o raio. Para o maior vão, $0^m,470$, está a flecha de $0^m,330$, cujo excesso do raio quási desce a um quarto, como noutro que tem de vão $0^m,445$ pela flecha de $0^m,310$, ao passo a proporção de um terço se restabelece com o vão de $0^m,430$, etc. Eu julgo isto bastante a, senão arrastar todas as convicções, ao menos impelir os mais incrédulos no sentido de novas observações, onde elas possam aumentar o número dos casos da natureza dos que vão acima. Eu não quero ver nesta anomalia a afirmação de uma lei consciente, se não de uma tendência que não vale explicar, mas muito importa reconhecer para que nestas investigações acabe de uma vez o comodismo de admitir acasos, que nenhuma outra sciência reconhece. Se assim não fosse, a arquiologia cristã não passava, ante os brilhantes exemplos da paletnologia e da arquiologia clássica, de uma quási ocupação de meras vaidades. Quanto a mim, a demonstração bastaria, por um alto dever de consciência, desde que fosse tão sólida como é. É um princípio de que parto nos estudos dêste género que irei seguindo.

Coimbra, 6 de maio de 1917.

EDMUNDO ARMÉNIO CORREIA LOPES.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 4, pag. 226)

CAPÍTULO XI

A Lealdade. — Egas Moniz. Fernão Rodrigues Pacheco. Martim de Freitas. Dona Deu-la-Deu. O alcaide de Faria

Alcançou a bravura indómita da Cavalaria portuguesa, fama (1) tão merecida que ainda mesmo os estrangeiros (2) e adversários (3), não se esquivaram a reconhecer e a celebrar o seu alto valor. As suas proezas reais, autênticas, documen-

---

(1) António de Sousa de Macedo, *Excellencias de Hespanha,* cap. XIV. — Francisco Soares Toscano, *Parallelos dos Varões Illustres de Portugal.* — João Salgado de Araujo, *Marte portugues contra emulaciones castellanas e justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla,* etc.

(2) Magino, *In nov. Geograph. § Portugal.* — J. Franchi Conestagio, *União de Portugal a Castella,* liv. I. — Estevão Garibay, *Cumpendio Historial de las Chronicas y Universal Historia de todos los Reynos de España,* tom. IV, liv. 35. — Sandoval, *Historia do Imperador Carlos V,* parte II, liv. 22. — *Les Chroniques* de Sire Jean Froissart, liv. III, etc.

(3) Nos *Prados d'ouro e minas de pedras preciosas,* escreve o árabe Almaçudi: «Entre as nações guerreiras da Peninsula, a dos Gallegos é a mais bellicosa». Outro escritor árabe, Abulfeda, afirma que «os gallegos são homens destemidos e fortes; na guerra nunca voltam as costas ao inimigo e preferem morrer a fugir». O erúdito arabista David Lopes, avisa de que o termo *gallego,* significa nos escritores árabes, não só o habitante da Galiza, mas em geral os cristãos do norte e do ocidente da Península, e por consequência os portugueses, os lioneses e os castelhanos. Os textos citados são traduzidos pelo ilustre escritor. (Ver: *Os Arabes,* nas *Obras de Alexandre Herculano,* no *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa,* vol. III (1909-1910), a fls. 354 e 355.

tadas, podem comparar-se, sem hipérbole, às mais fantasiosas invenções dos romances da Idade-Média. Já advertia o grande épico (1), em estrofe magistral (2), que para louvar os nossos, não era mistér atribuir-lhes façanhas fingidas, como nas Musas extranhas, porque as verdadeiras dêles excediam «as sonhadas, fabulosas».

A primeira, e quási inverosimil pelas circunstâncias em que se determinou, consta do próprio facto de separação de Portugal, da Espanha. Nesse momento histórico, bafejavam os melhores favores da sorte, com prodigalidade invulgar, o filho de D. Urraca. A morte ceifara-lhe o padrasto, Afonso (3), o *Lidador* (4), de Aragão, seu adversário cruel e poderoso; o rei de Navarra, D. Garcia, e o conde de Barcelona, Raimundo Béranger IV, reconhecem-lhe a supremacia. O prestígio do moço soberano alcançou a outra banda dos Pirineus, e o conde de Tolosa, com outros senhores principais daquelas províncias, ufanaram-se de se numerar entre os seus vassalos (5).

Também lhe rende preito o moiro Zafadola, rei de

---

(1) Luiz de Camões, *Os Lusiadas,* canto I, XI.

(2)

«Ouvi: que não vereis com vãs façánhas,
Phantasticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas,
Que excedem as sonhadas, fabulosas;
Que excedem Rodamonte, e o vão Rugeiro,
E Orlando, inda que fora verdadeiro.»

(3) Resa o *Chronicon Burgense* (apud *España Sagrada,* tom. XXIII): «Era MCLXXII (an. 1134) Obiit Alfonsus Rex Aragoniæ».— *Chronica Adefonsi Imperatoris*, liber primus, § 20 (apud *España Sagrada*, tom. XXI). Lê-se nas *Memorias de Toledo:* «Fue la batalla de Fraga, que fizo el Rey de Aragon con Abengana, die de Santa Justa y Rufina; e fue vencido el Rey de Aragon, e perdiosse alli». Era 1172 (an. 1134).

(4) Escreve Don Fr. Prudencio Sandoval: «Fue valeroso Principe el Rey don Alonso de Aragon, y tan guerrero que le llamaron el Batallador. Llamose Emperador de las Españas despues q̃ casó con su prima; y aunque se le quitó el Reyno de Castilla, no dexó el titulo del Imperio. Las historias estan llenas de sus haçañas». (*Historia de los Reys de Castilla y de Leon,* etc., cap. XXVII). — Ver em Paquis, *loc. cit.,* tom. I, liv. XI, o cap. III, *Alphonse-le-Batailleur et son epoque.*

(5) «... y todas vnanimes, y conformes se dieron por sus vassallos, y le juraron la sujecion, y obediencia. Y que armó Caualleros a muchos hijos de Duques, y Condes de Francia, y outras partes, y les dio ricos dones, y ellos hizieron sus vassallos. (Fr. Prudencio Sandoval, *Chronica del Inclito Emperador de España Don Alonso VII,* cap. XXIX).

Rota (1). Como consagração natural de tamanho poderio (2), as côrtes de Leão, em 1135 (3), aclamaram solenemente (4) imperador, Afonso VII. É precisamente nesta hora em que os príncipes de maior valia da Península, se acurvam diante do trôno aurifulgente do monarca leonês, que o nosso Afonso Henriques (5) se afoita, não só a esgueirar-se da sua

---

(1) Rota ou Rueda. Ver: *Chronica Adefonsi Imperatoris,* liber primus, § 11.

(2) «... que se estendieron los terminos del, desde el gran mar Oceano, que baña las tierras estremas, donde está el Apostol Santiago, hasta el rio Rodano, que corre por Francia; que por estes terminos lo dize. (D. Prudencio Sandoval, *Chronica del Inclito Emperador, loc. cit.,* cap. XXIX).

(3) «Post hæc Rex in Era MCLXXIII. Constituit dien celebrandi Concilium apud Legionem Civitatem Regiam IIII. Novas Junii in die Sancti Spiritus cum Archiepiscopis, & Episcopis, Abbatibus, Comitibus, Principibus & Ducibus qui in illo Regno erant. Ad statutum diem venit Rex, & cum eo uxor sua Regina Domna *Berengaria*, & soror sua Infantisa Domna Santia, & cum eis Rex Garsias Pampilonensium, & sicut Rex præcepit onnes conjuncti sunt in legionem. Venit autem & maxima turba Monachorum & Clericorum, nec non & plebs innumerabilis ad videndum, sive ad audiendum, vel ad loquendum verbum divinum». (*Chronica Adefonsi Imperatoris,* liber primus, § 27 e 28, apud *España Sagrada,* tom. XXI).

(4) D. Prudencio Sandoval dá notícia da grandiosa ceremónia da coroação de Afonso VII: «Llegada la hora, estando la Iglesia ricamente adereçada, y el Arçobispo de Toledo don Ramon vestido de Pontifical, para dezir la Missa mayor, y el Rei don Alonso cubierto con una riquissima capa de oro, como la que vsan los Sacerdotes, salio del Coro, lleuandole de la mano derecha el Rey don Garcia de Nauarra, y de la izquierda don Arias Obispo de Leon, vestido de Pontifical. Y yuan assi mesmo delante del Rey los Obispos, y Abades, reuestidos de Pontifical, y fueron en procession hasta las gradas del Altar mayor, cantando: *Te Deum laudamus;* donde esperaua el Arçobispo de Toledo. Y llegando el Rey, el Arçobispo le vngio con el olio santo, y puso vna corona preciosa sobre su cabeça, y en la mano vn cetro; y con las ceremonias, y oraciones, que en semejantes actos se acostumbran. Luego començó la boz del pueblo, diziendo: *Viua el Emperador de las Españas;* que la Iglesia se hundia con la grita que dauan. Hecho esto, començaron la Missa estando el nueuo Emperador colocado en su trono, y a su lado el Rey de Nauarra, y Obispo de Leon. Dicha la Missa con gran solemnidad, el Emperador fue a su Palacio, y hizo banquete a todos los Grandes, y Perlados; y comio cõ el Rey de Nauarra. Mandó dar a los Obispos, y Abades muchas pieças de oro, y plata, y ricos panos de seda para sus Iglesias, y que se vistiessen quantos pobres auia, en la Ciudad, y les diessen toda la semana de comer. Hizieron los Caualleros muchos regozijos, y juegos de placer». (*Chronica del Inclito Emperador, loc. cit.,* cap. XXX).

(5) A. Herculano, *loc. cit.,* tom. I, fl. 307 e seg.

obediência, mas ainda a invadir-lhe os estados, em arremetidas varias, e não raro com êxito, de uma admirável audácia, proclamando a autonomia do pequeno condado que herdára nos confins do ocidente da Espanha, tendo por limites o misterioso Oceano, cujos segredos o génio português veiu a desvendar com tamanha glória, e as terras da moirama, providencialmente destinadas para dentro em pouco oferecerem o espectáculo da brilhantissima Cruzada, na qual tanto se ilustraram os nossos avós, legando-nos exemplos de valor sôbrehumano, e avisando-nos pelas lições de seus feitos, de quanto podem realizar as almas generosas que sacrificam o ruim egoismo, na ara dos ideais sublimes.

De extremado valor e de arguto engenho deveria ser temperada a alma do primeiro soberano (1) de Portugal, para desgarrar o seu minúsculo património dos tentáculos do famoso império, regido pelo seu primo co-irmão. Afonso Henriques herdou dos avoengos espanhoes o ânimo de rara e brilhante combatividade, e o rasgo ardido e sempre prestes a investir contra os maiores perigos, na temerária despreocupação que proporciona um prazer alucinador, para o espírito dos batalhadores famosos. Era assim conformada a alma da Cavalaria: gozava no risco. Mas, para que semelhante deleite não arrastasse para os mais ridículos desastres, carecia de ser aproveitado com bom senso.

Ora êste inestimável predicado houve-o o filho do Conde D. Henrique, dos seus antepassados francos, bem como a argúcia, o tino político, o talento de ordenar, o anceio irreprimível da independência e do mando. E sabia escolher os homens e aproveitar as suas aptidões. Os seus companheiros de armas, durante o longo govêrno de cincoenta e sete anos, formam uma pleiada de heróis de subido e complexo merecimento. Devo referir-me a vários, no decurso desta obra, e lembro, desde já, o bom D. Egas Moniz, por o considerar como o mais completo cavaleiro que se nos depara, no ema-

---

(1) Diz dêle Lucas de Tuy: «Strenuus fuit armis et bellicosus» (na *Hispaniæ Illustratæ*, vol. IV, fl. 106); e D. Fr. Prudencio de Sandoval, chama-lhe: «Principe tan valeroso y de gran coraçon como lo huuo en su tiempo». (*Historia de los Reyes de Castilla y de Leon*, fl. 141); e a *Chronica Gottorvm* (apud Apendice da *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*): «Fuit namque vir armis strenuus, lingua eruditus, prudentissimus in operibus suis, clarus ingenio, corpore decorus, pulcher aspectu, & visu desiderabilis, totus in fide Christi Catholicus», etc.

ranhado drama da fundação da nossa pátria. Descendia de uma família de guerreiros ilustres, oriundos da Gasconha (1). O seu terceiro avô, Moninho Viegas, acompanhado por um irmão, chamado Sizenando e que ao depois foi bispo do Porto (2), e por dois filhos, alêm de «muitos e bons caualleiros e muitos e boos escudeiros filhos d'algo», vieram em tempo de el-rei D. Ramiro III de Aragão, segundo se presume, aportar à foz do Douro, para batalhar contra os moiros, conseguindo por vitórias insignes rechassá-los de territórios importantes que ocupavam em ambas as margens do rio. Por isto se nomearam êstes Viegas, de Riba de Douro (3). Um dos filhos de Moninho, Garcia Moniz, o gasto, foi morto em recontro com os agarenos, o outro chamado Egas, casou com D. Toda Ermigues Alboazar, descendente do já citado rei D. Ramiro, e dêles nasceu Ermigio Viegas, o qual teve por filho a Moninho Ermigues, pai de D. Egas Moniz.

Quando o Conde D. Henrique, em 1102 (4), dominou a rebelião do rei moiro, de Lamego (5), seu tributário, já Egas

---

(1) *Livro das Linhagens,* tit. XXXVI, apud *Portugaliæ Monvmenta Historica. Scriptores,* vol. I, fol. 316.

(2) «De su Pontificado han quedado pocas memorias. Acuña dice que aunque su primer cuidado era restabelecer los templos vivos del Señor, trabajava en levantar la Sede, sin que el cayado de Pastor le impidise la Lanza de Caballero, por hacerse á Dios iguales serviços en destruir los Moros, que en la educacion de los Christianos. Todos sus progressos provinieron del Patrocinio de la Virgen Madre de Dios, a cuyo honor consagraban todas sus conquistas, llamando *tierra de S. Maria* á quanto conquistaban, que fue lo de Feyra, y Guimaraens, que hasta hoy conserva el nombre: y la misma Ciudad tomó por Armas á la Madre de Dios con su hijo en los brazos, dos torres á los lados, y la lettra de *Civitas Virginis*». (*Traslado LV de la Iglesia Portucalense,* cap. V, apud *España Sagrada,* tom. XXI).

(3) *Livro das Linhagens, toc. cit.*

(4) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. VIII, cap. XX.

(5) Fernando o *Magno* depois de um apertado cêrco que poz a Lamego, obrigou o rei moiro Zadan-Iben a constituir-se seu tributario. A Zadan sucedeu Echa Martim que durante o reinado de Afonso VI foi pontual na satisfação do tributo, porêm, apenas o conde D. Henrique tomou conta do condado Portucalense, Echa não só se recusou ao pagamento, mas ainda se permitiu a petulância de invadir e saquear os dominios do conde. Êste, acompanhado de Egas Moniz e das suas gentes, travou combate com os agarenos, em uns vales junto de Arouca, e deixou-os bem castigados. D. Egas prendeu Echa e sua mulher Axa-Anzures; porêm, como os dois cativos tivessem abraçado o cristianismo, D. Henrique armou Echa cavaleiro e concedeu-lhe o senhorio de Lamego e seu termo. (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. VIII,

Moniz era rico homem (1); e pelos feitos insignes que praticára neste grave conflito, mereceu ser armado cavaleiro (2) pelo borgonhez, que o houve sempre em grande privança. Confiou-lhe mais tarde a educação de seu filho, que veiu a ser o primeiro rei de Portugal, e não se sabe de aio capaz de maior desvêlo e de mais enternecida solicitude pelo seu criado (3). O conde D. Pedro chama a D. Egas «o honrrado e bem auenturado (4)», e ninguem duvidou ainda da justeza do conceito. As suas vírtudes insignes tão extensa fama alcançaram, que a crença popular lhe atribuiu merecimentos para ser honrado com a aparição da Mãe de Deus.

D. Afonso Henriques, moçinho muito gentil (5), segundo o aviso dos velhos cronistas, aos cinco anos de idade ainda padecia de um grave defeito nas pernas «que da nascença trouxe encolheitas» (6). Pode julgar-se da desolação dos pais e dos vassalos, no receio cruel de que o presuntivo herdeiro do condado, alêm da deformidade, não pudesse habilitar-se para as lides da guerra. Como se sabe, as prendas e manhas desta arte, a destreza e as grandes fôrças físicas, consideravam-se naquelas belicosas eras, qualidades indispensáveis para os que tinham de reger os destinos dos póvos. A família inteira apegou-se com Deus. Os tempos eram de Fé viva.

---

cap. XX). O filho único do convertido, chamado João Martins, ordenou-se e veiu a ser deão da Sé de Lamego. (Ver *Elucidario*, palavra: *Abbade Conego*).

(1) «Nomeia-se na escritura de Arouca, Egas Moniz por Rico homem, & pois he a primeira vez que encontramos com essa dignidade... (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. VIII, cap. XXI).

(2) *Liuro antigo das doações do mosteiro de Salzeda*, citado por Fr. Antonio Brandão, na *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. VIII, cap. XX.

(3) Até os fins do século XV, o moço que recebeu criação e educação de alguem se dizia *seu criado*. (Ver *Elucidario* e *Diccionario da Lingua Portugueza*, pelo padre D. Rafael Bluteau).

(4) *Livro das Linhagens*, tit. XXXVI.

(5) « .. filho mui fermozo». (Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, na *Collecção de Ineditos da Historia Portugueza*, tom. V, fl. 14. — Diz Fr. Antonio Brandão: «... com ser de presença agradavel, & proporcionado em todas as partes do corpo, trazia hum grande defeito nas pernas, que vinham pegadas em parte hũa na outra». (*Loc. cit.*, liv. IX, cap. VIII). — Escreve Duarte Galvão: «Veijo ha Rainha ha parir hũ filho grande e fermoso, que nom podia mais ser huma creatura». (*Coronica Delrey D. Affonso Henriques*, cap. III).

(6) Duarte Nunes de Leão, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal* (edição de 1774), tom. I, fl. 35.

Mas, o aio a todos sôbreleva no fervor das preces, na generosidade das esmolas, nas penitências e na prática das boas obras, para obter o empenho da Virgem Santissima a favor do aleijadinho. E teve-o.

Conforme reza a tradição, Nossa Senhora apareceu (1) em sonhos a D. Egas, e ordenou-lhe que procurasse no logar de Cárquere (2), próximo de Lamego, uma ermida ali soterrada, onde encontraria uma imagem (3) sua, sôbre o único altar. Nesse altar deveria depôr o infante, e vigilar com êle uma noite, na certeza de que se cumprisse o que lhe ditava, o doente alcançaria a saude. Tudo cumpriu Egas, e Afonso sarou (4).

Tenho anotado e continuarei anotando, no decorrer desta obra, as mais curiosas e enternecedoras lendas e tradições

---

(1) Ver em Acenheiro, *loc. cit.*, fl. 36. — Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. III. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, liv. IX, cap. VIII.

(2) Fica no concelho de Rezende, a 18 kilómetros de Lamego.

(3) Adverte Pinho Leal, que a imagem da Senhora de Cárquere é tão antiga, que é tradição que no tempo do último rei godo, D. Rodrigo, quando os moiros tomaram Portugal, fol enterrada dentro em um cofre, em um cabeço que está próximo à igreja. (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, fl. 116).

(4) Escreve Fr. Antonio Brandão: «Deste milagre temos noticia (alem do dito de nossas Chronicas, & da tradição recebida) em hũa commemoração antiga do mosteiro de Alcobaça, ordenada pellos Padres daquelle convento em louuor do glorioso Rey Dom Afonso Henriques, o qual não só deixou entre os seus a fama de valeroso, mas a estimação de santo». O texto desta comemoração encontra-se na *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XI, cap. XXXIX. — O conde D. Henrique, em acção de graças pela cura milagrosa de seu filho mandou erigir a igreja e convento de Cárquere que destinou para os cruzios. — D. Afonso Henriques, segundo informa Fr. Antonio Brandão, passou a sua puerícia por êstes logares de Cresconhe, Resende e mosteiro de Cárquere, «tratando o seu aio Egas Moniz de o instruir em todos os bons exercicios pertencentes àquela idade, em quãto o Ceo o hia habilitando com raros dotes, & fauores particulares, para dar a execução as grandes cousas que despois fez em serviço deDeos, & dilatação da Fé, como a gloriosa Virgem pronosticára». Êste pronóstico, segundo informam os nossos velhos chronistas, consistiu em revelar Nossa Senhora a D. Egas, quando lhe prometeu a cura do infante, que Afonso Henriques estava destinado por Seu Divino Filho a «destroir muitos imiguos da Fée». — Duarte Nunes de Leão (*loc. cit.*, fl. 36) celébra tambêm com desassombro os processos educativos de D. Egas: «Tendo pois o Infante D. Afonso tal mestre dos costumes & da vida, no esforço, na prudencia & na religião, saio tal discipulo, que não soomente igoalou ao Emperador seu avô & ao Conde seu pai, mas os excedeo com muita vantagem».

que esmaltam a tela da nossa História, como as iluminuras polychromas que a arte medieval com tanta delicadeza soube conceber, enfeitavam as laudas dos missais, dos livros de horas, dos *chronicons* e dos romances, espiritualizando e até esclarecendo, os textos daqueles tomos, com os seus motivos ingénuos. Porque as lendas, embora dôa aos espíritos fortes, constituem elemento de valor apreciável no exame da psicologia das personagens que neles se desenham, e das sociedades que as criaram e acreditaram. Inspiram-se geralmente em algum facto real que comoveu, numa vibração mais intensa, a alma popular; e ainda mesmo, quando dimanam de fantasia pura, reflete-se sempre em tais concepções, sentimentos e crenças compatíveis com a consciência colectiva do meio e da hora histórica em que se produziram. Subsídios de semelhante categoria não podem ser refusados pelos que se propõem a analisar com critério largo e independente a vida dos póvos; e a sciência do historiador está, na forma de extraír dêsses amalgamas de inventos e realidades, onde, tanta vez, quando não sempre, se denuncia numa pitoresca exuberância, a índole, o sentir e a capacidade da raça, alguma verdade que valha para melhor tracejar um caracter interessante, ou para expôr, numa luz mais clara, certa época memorável.

Mas, a fama, ainda agora não esvaida, do nosso D. Egas Moniz, não proveio sòmente do alardo das suas esplendidas virtudes cristãs e dos seus incontestáveis merecimentos guerreiros. Na piedade e na bravura encontrou muitos que o igualaram e alguns que o excederam. A figura nobre do venerando aio de Afonso Henriques ergue-se sôbre um pedestal de singular relêvo, no pórtico augusto da História Pátria, porque representa o primeiro paladino do *ponto de honra,* que houve em Portugal.

Esta virtude é uma criação da Cavalaria. Estatuiu-lhe os preceitos severíssimos nos seus códigos, e vulgarisou os seus mais belos exemplos pelas crónicas e romances, com nobre sentido de ensino e de incitamento. A palavra de honra de um Cavaleiro era sagrada, valia o mais solene e tremendo juramento. Ai! do misero que se arriscasse a iludir o pacto ajustado, ou a esquecer a promessa feita, porque as maiores dificuldades que se alevantassem para a satisfação de tais deveres, considerados impreteriveis, não serviriam de motivo para desobrigar dêles. Levou a Santa Ordem até ao exagêro esta doutrina, nos arrebatamentos românticos próprios da sua índole; todavia, instituindo e valorisando o compromisso de honra, prestou um alto serviço à sociedade moderna.

O drama comevedor de Egas Moniz, no qual scintilam as mais belas virtudes cavaleirosas do insigne protagonista, como a lealdade, a dedicação, a coragem, o patriotismo, o espírito de sacrifício, representa o grave conflito sentimental produzido pela impossibilidade de manter um compromisso de honra. Quando o rebeldíssimo filho de D. Tareja, constrangido pelo insoportável sitio pôsto Guimarães, pelo seu primo co-irmão, se resignou a prometer-lhe vassalagem (1127) (1), ficou D. Egas, poderoso fidalgo, e já então com grande fama de homem leal, por fiador dêsse convénio. Os acontecimentos favoráveis do ano seguinte (2) emanciparam o moço e ambicioso infante do jugo materno e das interferências humilhantes do pseudo padrasto galego, e sentindo-se dono de Portugal, triumfante, alegre, confiando muito em si e na sua boa estrela, depressa olvidou o forçado preito a que se obrigara sob a responsabilidade (3) do aio. Ora êste venerando cavaleiro é que não se esqueceu do compromisso assumido, e não podendo solvê-lo, deliberou purificar-se do involuntário

---

(1) Alexandre Herculano, *loc. cit.*, tom. I, fl. 287.

(2) «No anno seguinte de 1128, a revolta por um momento interrompida rebentou com maior furia e o infante, rodeado em Braga pela sua nobreza, proclamava a intenção de tomar as redeas do governo, e marchava sobre Guimarães, onde estava D. Thereza com o odiado conde de Trava. Cavalgavam ao lado do infante os principaes fidalgos portuguezes, Sueiro Mendes, o arcebispo de Braga, Ermigio Moniz, Sancho Nunes, Garcia Soares; ao lado de D. Thereza poucos barões portuguezes se tinham conservado, e uma grande parte da hoste fidalga que se agrupava em torno do conde de Trava, sahindo de Guimarães ao encontro de D. Affonso, compunha-se de fidalgos galegos. Os dois exercitos toparam um com o outro nos campos de S. Mamede, e a victoria infunou as pregas dos balsões de Affonso Henriques». (*Historia de Portugal* escrita segundo o plano de F. Diniz. Vol. I, cap. III). Uma velha tradição acusava D. Afonso Henriques de ter encerrado sua mãe no Castelo de Lanhoso. Não sucedeu assim. D. Tereza e o conde de Trava foram expulsos simplesmente do território português, como se comprova por um texto do sumário da fundação do Real Convento de Santa Cruz de Coimbra, trasladado para o *Apendice da Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* escritura XV. O texto é do teor seguinte: «... Regina vna cum suo Comite á Regno expulsis eius filius auorum seu attauorum propago dignissima, vno die bellando, quod forte videbitur mirum, susciperet principatum».

(3) Lê-se no *Livro Velho das Linhagens:* «D. Egas Moniz de Riba do Douro criou elrey D. Affonso de Portugal, o primeiro que hi houue, e fege erguer o emperador que jazia sobre Guimarães com companha a guisa de lealdade, e fez senhor do reino o criado apesar de su madre». (Apud. *Historia Geneologica da Casa Real. Provas,* tom. I, fl. 171).

perjúrio, oferecendo como holocausto nada menos do que a própria vida e a vida dos entes que lhe eram mais queridos (1).

O alcance de uma doutrina moral que arrasta a tais extremos, dificilmente será compreendido pelos chamados *hábeis* dos tempos hodiernos, cuja orientação política é, por via de regra, muito mais prática e muito menos honrada.

Convêm, todavia, registar, para que se não resvale para a injustiça, que as teorias sublimes donde surtiram êste e tantos outros feitos magníficos, não conquistaram melhor aplauso de todos os nossos escritores dos últimos anos do século XVI. Nesta idade, da Santa Ordem restava apenas uma sombra pálida e incerta, vagueando a medo, no ambiente hóstil onde se criou, desenvolveu e triumfou *D. Quichote*. O sombrio desastre de Alcacer-Kibir afinca uma pazada rude, trágica, esmagadora, nos idealismos cavalharescos da nossa gente. Debaixo de tais impressões escreveu o licenciado em direito civil, Duarte Nunes de Leão, desembargador da Casa da Suplicação, a *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal,* dada à luz em 1600, isto é, quatro anos antes do aparecimento da primeira parte do romance imortal de Cervantes; não admira pois que o sisudo desembargador, contemporaneo (2) do *manco de Lepanto,* reprovasse com severidade o rasgo sublime do mentor de Afonso Henriques.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

---

(1) Vê-se êste episódio com curiosos pormenores em: Duarte Galvão, *Coronica Delrey D. Affonso Anriques*, cap. X. — Acenheiro, *loc. cit.*, cap. II. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, Liv. IX, cap. XIX, etc.

(2) Cervantes nasceu em 1547 e faleceu em 1616. Não se sabe o ano do nascimento de Duarte Nunes de Leão, natural de Evora; mas, parece que morreu de idade muito provecta, em 1608.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 6, pag. 338)

A lenda de Don Juan está também representada em Portugal. Conheço dela duas versões, ambas colhidas pelo professor Dr. Teófilo Braga, as quais pelo seu interesse passo a transcrever.

A ESTÁTUA QUE COME

«Havia numa igreja uma estátua de marmore que estava com a bôca aberta. Uns homens começaram a falar ao pé dela e disse um: — Está ha bastantes anos com a bôca aberta, sem ninguem lhe dar de comer. — Pois se ela quizer de comer que venha a minha casa. Ora o que disse isto era muito pobre; à noite, quando chegou a casa, bateram-lhe à porta e era a estátua que dizia que estava ali para cear com êle. O homem atrapalhou-se alguma cousa e respondeu-lhe a verdade, que não tinha que cear, porque era muito pobre. — Pois vai pedir por êsse mundo, até teres que me dar de comer. Dizendo isto, a estátua foi-se embora, e o pobre homem não poude mais ficar socegado e foi pedir por êsse mundo. Passado muito tempo, estava rico e veiu outra vez à sua terra, procurou a sua casa e viu outras no seu lugar, e todos lhe diziam que já se não lembravam de se terem feito obras naquele local. Foi à igreja e viu ainda lá a estátua que tinha convidado, e quando se foi chegando para ela, viu-lhe ainda a bôca aberta e pensou consigo: — Eu convidei-a há tanto tempo, que ela já não me conhece. E aproximando-se mais, ouviu a estátua dizer: — Bem te conheço; e agora que estás rico é que virás cear comigo. E caiu-lhe em cima e matou-o» (1). — *(Sardoal).*

---

(1) Dos *Contos tradicionaes do povo portuguez*, vol. I, pág. 213. Lisboa, 1914 (2.ª edição ampliada).

CONTO DA MIRRA

«Um rapaz muito folgazão quiz dar uma grande festa no dia dos seus anos; foi por casa de todos os seus amigos a convidá-los para irem jantar e cear com êle. Quando voltava para casa, encontrou ainda um amigo em frente do cemitério e depois de o convidar também ficou a conversar muito satisfeito.

«Estando nisto, deu com os olhos em uma mirra (esqueleto) ainda revestida de alguma carne que estava pegada a uma parede e disse-lhe mofando: — Se quizeres vir também ao banquete dos meus anos... A mirra respondeu: Lá irei. O rapaz ficou espantado e perguntou ao amigo se tinha ouvido alguma voz. Como êste lhe dissesse que nada tinha ouvido, êle pela sua parte não se atreveu a revelar o caso. Foi-se dali cheio de susto e ao passar por casa do prior, fez confissão do acontecido. — O que foste fazer homem!

«Não sabes que com os mortos não se brinca? — E agora? — Agora não tens remédio senão sujeitar-te ao que suceder. Manda pôr na mesa mais um talher, ainda que não seja senão como satisfação do convite. A noite correu no meio de dansas, até que os convidados foram para a mesa. Ao soar a primeira badalada da meia noite, bateram à porta. O rapaz todo a tremer foi ver quem era e recuou abrindo-a. A mirra entrou vagorosamente, dirigiu-se para a mesa e sentou-se no lugar que estava desocupado. Comeu, comeu e depois levantou-se e disse para o mancebo: — Pois bem; já que fizeste o favor de me convidar para o teu banquete de anos, também te peço que amanhã a esta mesma hora vás cear comigo. Ditas estas palavras, foi-se embora. O rapaz ficou ainda mais aterrado do que antes; não poude dormir até que no outro dia foi ter com o prior para lhe contar o caso. Não tens outro remédio, senão ires; saes-te mal e muito se faltares. O que te posso fazer é emprestar-te a capa com que digo missa para te defenderes com ela. O rapaz sujeitou-se. Lá por alta noite foi para o adro, a tremer como varas verdes; e ao dar da meia noite em ponto, o rapaz bateu-lhe à porta e a mirra apareceu e levou-o consigo para dentro. Vês estas covas aqui? Vejo.

« — Pois uma é a minha e a outra seria para ti; mas o que te vale é vires vestido como Cristo. Agora o que te digo é que nunca mais brinques com os que estão mortos. O rapaz sem saber como, achou-se fóra da igreja, como se voltasse

a si de um pesadêlo; teve uma grande doença e em todos os dias da sua vida nunca mais se esqueceu da lição».

*

«Êste conto diz o Sr. Dr. Teófilo Braga, pertence à tradição popular do Algarve e foi-nos comunicado pelo nosso bom amigo Reis Damaso como outros muitos que nos revelam a riqueza imensa da novelística naquela província. No comêço da nossa formatura, ouvimo-lo tambêm a um estudante de Guimarães, donde inferimos a sua extensa vulgarização. Na lenda de D. João, deve ter-se em vista que ela se divide em duas partes, a vida do sedutor (temo-la no romance insulano de Joaninho o banido) (1) e o convite do morto;

---

(1) Nos Contos populares do Arquipélago Açoriano, n.º 13, pág. 232, do Sr. Dr. Teófilo Braga encontramos o romance de Joaninho o banido, versão muito curiosa da lenda de Don Juan, sôbretudo pelo castigo aplicado ao terrível sedutor: o exílio que no antigo direito germânico representava um dos maiores castigos, pois inhibia qualquer pessôa de abrigar em sua casa ou prestar o mínimo auxílio ao delinquente que perdendo todos os direitos podia ser morto por quem quer fôsse. É o chamado *aquae et iguis interdictio* que podia ir até à *capitis diminutio maxima.*

O romance é o seguinte:

JOÃOSINHO O BANIDO

(Versão da ilha de S. Jorge-Açores)

Caminhou Flores e Ventos
Uma noite de Natal.
Deshonrou sete donzellas,
Todas de sangue real;
Arrazou sete cidades
Que o pae tinha para lhe dar;
Matou sete padres de missa
Revestidos no altar!
Jogou cem dobrões de ouro
Marcados e por marcar.
Sua mãe quando tal viu,
Logo ao rei foi fallar:

«Não o mateis, senhor rei
Que é o nosso filho carnal
Desterrae-o para longe,
Longe do vosso reinado;
Que não tenha pão, nem vinho,
Nem comida o seu cavallo.
— Se eu não lhe der castigo
Ou outro qualquer extranho
Já não sou Imperador,
Sou Imperador de engano.

êste conto completa-nos essa tradição sôbre que se criaram as mais belas obras da literatura e da arte». (Vid. *Anuario para o estudo das tradições populares portuguesas*. Dirigido por J. Leite de Vasconcelos, 1.º ano, 1883).

Na Antologia de Poetas Líricos castellanos, publicada por Menendes y Pelayo. Madrid, 1913, (tom X, pág. 209), encontramos as seguintes versões populares da lenda que reproduzo aqui, para fazer sobresair a sua semelhança com a versão portuguêsa, a que acabo de me referir:

Pa misa diba un galán — caminito de la Iglesia,
no diba por oir misa — ni pa estar atento á ella,
que diba por ver las damas — las que van guapas y frescas.
En el medio del camino — encontró una calavera,
mirárala muy mirada — y un gran puntapié le diera;
arregañaba los dientes, como si ella se riera.
Calavera, yo te brindo — esta noche á la mi fiesta.
— No hagas burla el caballero; — my palabra doy por prenda. —
El galán todo aturdido — para casa se volviera.
Todo el dia el anduvo triste — hasta que la noche llega:
de que la noche llegó — mandó disponer la cena.
Aún no comiera un bocado — cuando pican á la puerta.
Manda un paje de los suyos — que saliese á ver quien era.
— Dile, criado, á tu amo, — que si del dicho se acuerda.
— Dile, que si, mi criado, — que entre pa cá norabuena. —
Pusiérale silla de oro, — su cuerpo sentara n'ella;
pone de muchas comidas — y de ninguna comiera.
— No vengo, por verte á ti, — ni por comer de tu cena;
vengo á que vayas commigo — á media noche á la Iglesia. —
A las doce de la noche — cantan los gallos afuera,
á las doce de la noche — van camino de la Iglesia.
En la Iglesia hay en el medio — una sepultura abierta.
— Entra, entra, el caballero, — entra sin recelo n'ella;
dormirás aqui conmigo, — comerás de la mi cena.

Andando de terra em terra
Começou de perguntar:
A senhora vende pão
P'rá ajuda do meu jantar?
Eu, não senhor cavalleiro,
Não o ha neste logar.
— Senhora, vende cevada,
Para dar ao meu cavallo?
Eu não, senhor cavalleiro
Não a ha neste cerrado.
— A senhora me desculpe,
Que eu sou um pobre vassallo.
«Deus o encaminhe senhor,
Não tenho que desculpar».

Sete annos andou em sella
Outros sete andou a pé;
Foi acabar santamente
No adro da Nazareth.

—Yo aqui no me meteré, — no me ha dado Dios licencia.
— Sino fuera porque hay Dios — Y al nombre de Dios apelas
y por esse relicario que sobre tu pecho cuelga,
aqui habias de entrar vivo — quisieras ó no quisiéras.
Vuélvete para tu casa, — villano y de mala tierra,
y otra vez que encuentres otra, — hácele la reverencia,
y rézale un pater noster, — y échala por ha huesera;
asi querrás que á ti t'hagan — cuando vayas desta tierra.

(Recitado por Josefa Fernandes, vecina de Curuêna, Riello. Leon).

EL JOVEN Y LA CALAVERA

(Recitador Hamberto Pacheco de quince años; lo aprendió en Santiago, donde reside).

Un joven y varias niñas iban una tarde por un camino, en el cual había esparcidos muchos huesos y calaveras. Volvian de una fiesta y venian jucados. El joven quiso hacerse de gracioso y dió un puntapié á una calavera, diciéndole por burla que esa noche la esperaria en su casa á cenar.

Al oír esto, las niñas largaron grandes carcajadas. Cenaban en la noche alegremente, recordando lo que habia sucedido, cuando sintieron llamar á la puerta. El joven corrió á abrir y se encontró con la calavera que tenia invitada á cenar. Sin decir palabra, la calavera se entró al comedor. Todos que daron espantados, pero ella les pidió que siguiesen comiendo.

Cuando concluyó la cena, le dijo la calavera al joven que ya estaba cumplido el convite y que ahora ella lo invitaba para la siguiente noche, á cenar en un sitio proximo á aquél en que le habia dado el puntapié. Y, sin esperar respuesta, la calavera se retiró. Al otro dia, el joven se dirigió á la Parroquia á referir al cura lo que le habia pasado. El cura le aconsejó que aceptara el convite, y le dió como reliquia, para que la llevara consigo, una guagua. Llegó la noche y el joven se encaminó al lugar de la cita que era una iglesia abandonada.

La calavera lo recibió con gestos de alegria y lo invitó á cenar en una mesa en que las viandas eran culebras, sapos ranas y otras sabandijas.

El joven, al ver esto tuvo tanto miedo que se quedó sin habla; y como lá calavera le queria obligar á que comiese, se acordó, en medio de sus apuros, de la reliquia que llevaba bajo la capa, y le dió un pellizco á la guagua, la cual se puso á llorar. Entonces la calavera le dijo que agradeciese á

esa criatura inocente el volver salvo á su casa y que nunca más se burlara de los muertos.

Tambêm na Biblioteca de Escritores de Chile, vol. VII, *Romances populares y vulgares,* recogidos de la tradicion oral chilena por Don Julio Vicuña Cifuentes. Imprenta Barcelona. Moneda esquina San Antonio de Santiago de Chile. Ano 1912, pág. 113–116, encontramos uma versão popular da lenda de Don Juan Tenorio, que se pode considerar simples reprodução da versão recolhida por Menendez e Pelayo.

EL GALÁN Y LA CALAVERA

(Recogido por Don Agustin Cannobio, á quien se lo dictó José Valerio Vallejo, de cincuenta y cinco años en Santa Maria, provincia de Aconcagua, donde reside).

A misa es que iba un galán
por ca calle de la iglesia:
es que no iba por oir misa
ni pa estar atento á ella,
es que iba por ver las damas.
[..... .....]
En el medio del camino
se halló una calavera,
la miró muy mirá
y un puntapié le dió.
Entonces, como riéndo-se,
apretaba ella los dientes.
— Calavera, yo te envito
esta noche, pa mi fiesta.
— No hagai burla, caballero,
mi palabra te doy en prenda. —
El galán, toitito acholao
pa su casa se golvió;
toitito el santo dia
bien retriste es que anduvo.
Aun no se comía un boca'o,
cuando á la puerta picaron;
manda un paje de los suyos
que saliese á ver quién era.
— 'icele, cria'o, á tu amo
que si del dicho se acuerda.
— 'icele que sí, mi cria'o. —
Le pusïeron silla de oro,
le puso muchas comi'as
Y de ninguna comío.
— No vengo por verte á vos,
ni por comer tu comí'a,
vengo á que vengas conmigo
á media noche á la iglesia. —

A las doce de la noche,
cuando cantaban los gallos,
las echaran pa la iglesia.
En la iglesia hallaron en el medio
una sepultura abierta.
— Entre, pué, caballero,
conmigo habí' de comer.
— Yo aqui no m'heide meter,
Dios licencia no me ha da'o.
— Si no fuera porque hay Dios
Y por el' capulario que llevái'
aquí habías de entrar vivo,
quisierai que no quisierai'.
Andavete para tu casa,
Y pa otra vez que halli'otra,
hácele una reverencia,
rézale un Pairenuestro
Y échala pa la guesera.

*

Álvaro de Carvalhal, num dos seus Contos, estuda uma personagem que tem afinidades com D. Juan e com Fausto. Sôbre esse conto escreveu o sr. Fidelino de Figueiredo, a quem agradeço estas indicações, um artigo publicado nos *Serões,* n.º 72, Junho. Lisboa, 1911, de que transcrevo parte. — Álvaro de Carvalhal (um escritor esquecido).

«J. Moreno é, quer pelas analogias entre a sua acção e os escassos dados biográficos conhecidos do autor, quer pelo testemunho de Simões Dias, o caso pessoal de Álvaro de Carvalhal. De Coimbra sáe de viagem para Espanha o mancebo J. Moreno, ávido de se resarcir das fadigas, soltando a alma em aventuras. Ainda então — no tempo de Carvalhal — os portugueses viajavam pouco e raramente alêm de Espanha. Atravessa a península, deixando um rasto de recordações sentimentais, e dispunha-se a entrar pela Galiza, quando prêso dos encantos de Petra, em Lugo, se demorou tão esquecidamente que a eleição que em Portugal lhe preparavam, foi comprometida pela sua ausência. Chamado pelo pai, ainda, graças à cedência da candidatura dêste, conseguiu entrar em S. Bento. Desde então a sua vida foi uma sequência de triunfos na política, no mundanismo e nos amores fáceis. Em breve esqueceu Petra. Assim viveu embalado de glórias, — que Álvaro de Carvalhal não diz quais sejam, tão grandes que as não atingimos — até ao dia em que, instando um médico, lhe anuncia que sofre de um aneurisma. Cáe num desalento desesperado que a morte do pai vem ainda aumentar.

É então que lhe relembra Petra, como um bálsamo. Parte para Lugo, casam... e morre nos braços dela, na noite de núpcias.

«Também neste conto não faltam elementos de mórbida fantasia do autor que todavia êle quer fazer entrar no âmbito do verosimil, pela coincidência entre um sonho e alguns factos reais. Vejamos. Quando se retira para o seu solar, J. Moreno passa os dias e as noites numa grande agitação. Uma noite, dormindo sonha que o pai — já morto — vem, tiritando, gazalhar-se ao lume do fogão, enroscando-se, mirrado aos pés dêle; acordado reconhece que o corpo adormecido do cozinheiro que ficando de véla ao amo, cedêra por fim ao sôno. Outra noite, sonhára que ia escrevendo com a ponta de uma lâmina metálica sulcos sôbre as cinzas do fogão, sulcos que depois se coloriam de uma fosforescência pálida. Afiguraram-se-lhe carácteres cabalísticos, uma tentação do demónio. «O espírito prometia ao enfermo um cautério redentor, à custa de ominosa convenção». Invoca uma mão supremamente poderosa que o salve. Aparece-lhe Satanaz, faz-se o pacto; J. Moreno toca um pergaminho, imediatamente aí aparece o seu nome a fogo; depois Satanaz com a unha molhada em sangue da ferida que com ela abre na testa de J. Moreno, lança no pergaminho as clausulas do contrato. Acordando, J. Moreno corre ao espelho; tinha a testa ferida... mas o ferimento fizera-o num dos ornatos a relêvo da cadeira, em que adormecêra» (1).

*

Também o poeta português Guerra Junqueiro compoz o bem conhecido poema — «A morte de Don Juan» — que, embora se separe profundamente da lenda, aspira a ser uma obra filosófica, política e moral. A descrição das aventuras amorosas de Don Juan e de Império dá motivo ao autor para pintar com côres bastante fortes os vícios e as misérias sociais da nossa época, que arrastam o herói a uma morte que nada tem de sublime e poética. Don Juan morre de frio e fome na rua, pedindo esmola e lançando imprecações cheias de scepticismo e sarcasmo que em geral tanto prejudicam

---

(1) Vid. *Contos*, precedidos de um estudo bibliográfico, por Simões Dias. Porto, 1876, Livraria Central.

toda a obra de Junqueiro. O genial poeta Gomes Leal fez uma crítica sensata ao poema, apontando-lhe os principais defeitos, aliás também postos em evidência por alguns críticos estrangeiros. Pelo seu interesse, transcrevo dela os principais passos: «Em primeiro lugar, a «Morte de D. João» não é «um bom poema» — tem para isso, quanto a nós, graves atentados contra a razão, a lógica, a análise e o simples bom senso — é apenas um formoso livro de versos. Depois D. João não foi suficientemente compreendido; não é um tipo moderno, nem antigo, nem um tipo de tempo algum, e nesta obra, que parece que foi escrita como uma reacção contra «o romantismo», D. João é o mais romântico, o mais inverosimil, o mais impossível de todos os heróis, — e nós trataremos de o provar. Em terceiro lugar, finalmente, «A morte de D. João» não só não é um poema «moderno», como não prova nada daquilo que parece que tinha por missão pôr em evidência. Com efeito D. João é um miserável, diz-nos Guerra Junqueiro; e deve portanto ser castigado pela justiça humana, pois que apelar para a justiça Divina, como fizeram os poetas antigos, é quási confessar a impotência da justiça dos homens, para punir os crimes, o que é uma imoralidade. E depois disto, Guerra Junqueiro, em vez de o fazer apodrecer numa prisão, como era lógico, ou morrer devorado pelas febres de um presídio — mata-o de fome».

. . . . . .
. . . . . .

«Ora logo na primeira parre, permita-me Guerra Junqueiro, as inverosemelhanças e as inconsequêucias pululam. Impéria, que é uma célebre cortezã, conhecida de todos que tem o seu retrato, como ela diz, em todas as «vitrines», entre Lacenaire e Rigolboche, é amada por D. João que começa por poeta, como nos diz G. J., mas de uma tal ingenuidade que ignora absolutamente a vida escandalosa da sua amante, com a circunstância agravante de a espiar a todos os momentos, como o autor nos diz:

O pobre do meu cantor
Passava as noites e os dias
Debaixo das gelosias
Daquella sinistra flor.

«Ora o que se torna muito mais incompreensivel, talvez,

é que G. J. nos afirma na sua nota que não quiz fazer de D. João um idiota! D. João, portanto, como era de supôr, atenta a sua alta confiança, em que a sua amante era impecável, fica muito surprêso, quando Impéria lhe demonstra claramente quem é, e cáe numa grande e terrível indignação. Entra depois numa catedral. Nessa catedral, onde estão ao mesmo tempo enterrados os cadáveres de Falstaff, o célebre ébrio inglês, e o de Fausto, o filósofo alemão! D. João destapa os caixões, o que se não faz sem sacrilégio e com tanta facilidade nas igrejas, — hoje que nem mesmo se enterram os mortos, e, depois de conversar com o diabo que encontra num confessionário, — e cujos versos são quanto a nós os mais somenos do livro — quando vai a saír, um cão esfaimado vem ter com êle. D. João mata-o, dirige a propósito da morte do cão, uns tercetos cheios de indignação contra os homens e a sociedade, e por estas ou por outras causas, enfim, fica «scéptico». A concepção desta parte do livro é quási puerilmente inverosimil e toda inspirada ainda nos velhos e batidos moldes românticos. Na terceira parte encontramos D. João dando serenatas tal e qual como o Tenório da Renascença; mas com tão pouca decidida vocação para aventuras que comete o grave êrro de dizer às damas:

Fugi das janellas
Que eu sou D. João

o que não faz um seductor vulgar; primeiro porque é mostrar a fatuidade de que é irresistível; segundo porque é preveni-las do perigo; terceira, enfim, porque é incrível e as obriga a retirar das janelas, o que não deve ser positivamente o seu desejo. Encontramos D. João, depois, em uma orgia cercado de cortezãs, que são os vultos que unicamente quási encontramos no poema, o que o torna talvez pouco simpático, e no meio desta orgia temos a surprêsa de saber que D. João que nós julgavamos feliz nos amores, em consequência dos seus atractivos, dos seus encantos, das suas atracções pessoais — o que era mais racional e humano! — deve todo esse prestígio e essa fascinação ao roubo da guitarra de D. João Tenório, que tem a propriedade de atraír os corações, — o que entra já no domínio da fantasmagoria! Mas o que há de mais anacrónico ainda é que D. João, que é o tipo propriamente moderno, ou pretende sê-lo, mata D. João Tenório da Renascença com um revolver de seis tiros. Êste anacronismo, pois, põe-nos na colisão de crer-

mos, ou que D. João evocou o espectro do grande D. Juan com o intuito de o tornar a matar com o revolver de seis tiros, ou que D. João viveu ao mesmo tempo na renascença e agora no século XIX, e que portanto tem uns poucos de mil anos, como se jactava de ter o conde de S. Germain. D. João depois sáe da orgia e quebra a guitarrilha. Era lógico e parecia curial depois disto que D. João não seduzisse mais ninguem, cessado o mágico encanto. Tal não sucede. D. João, caido em decadência, dormindo à porta de uma taberna, miserável, escalavrado, encontra Impéria que sente de novo a irresistível atracção, poderosa e violenta, para aquele que já não possuía a mágica guitarra, e na ocasião em que esta se lhe tornava mais indispensável. Encontramo-lo depois numa rua como Impéria, feito saltimbanco e cantando ao povo as virtudes dos seus elixires, a beleza das suas dentaduras, e dirigindo aos espectadores, epigramas, facécias, insultos — o que não é talvez curial nem verdadeiro. Guerra Junqueiro que leva as suas tendências para o «realismo», até quási à descrição desarmada e dura de mais, devia tê-lo feito antes, para ser natural e lógico, — cheio de todas as grandes baixezas e humilhações da miséria e da depravação do carácter. A muitos dos anacronismos e inverosemelhanças de que D. João está cheio, poder-se há objectar que D. João é um símbolo. Mas D. João, por ser um símbolo, não fica dispensado de ser lógico, natural, verdadeiro e humano — porque de outra forma não sabemos então de que é que êle é o símbolo! O espírito do leitor deve estar possuído da verdade da existência de D. João; pois que de outra sorte a sátira não colhe e o castigo é inútil. Mau grado êstes defeitos e outros que deparámos na «Morte de D. João» e sôbre os quais não queremos insistir; mau grado o exagêro de um realismo por vezes hiperbólico, mais próprio de um poema satírico; mau grado o desenlace com que nós não concordamos; e mau grado, enfim, a compreensão do tipo de D. João moderno, que nos parece por vezes ultra-romântico e mal sentido, o livro de Guerra Junqueiro fica no entanto um esplêndido livro de versos dos mais notáveis que ultimamente se teem publicado em Portugal, e a mais brilhante estreia que modernamente se tem feito». (Vid. «A morte de D. João» — Folhetim do «Diario de Notícias» de 5 de Julho de 1874, por Gomes Leal).

Artur Farinelli classifica o poema de Junqueiro de obra inferior, com o que concordo em absoluto, pois o tipo de D. Juan é inconsequente, inverosimil e ridículo, e a lingua-

gem é campanuda e monótona, não permitindo uma leitura seguida. Eis a apreciação textual do crítico italiano: «Il Guerra Junqueiro publicó a Lisbona, nel' 76, un poema — A morte de Dom João, — che ebbe, in breve tempo l'onore di tre edizioni e che, si altre cento ne avesse, non si salverebbe dalla condanna di ogni critico coscienzioso. Dopo tante e si maravigliose fini di Don Giovanni, perchè non presentarcelo saltimbanco, vagabondo, sprezzato e lacero, costretto a mendicare il pane altrui. D. Giovanni, o Don Bartolo, il nome non conta, l'eroe é irriconoscibile, caduto dall'alto a si basso state non può ispirarci che un sentimento di grande pietà, un desiderio grande di vederlo assolto da queste ripugnanti miserie e di saperlo presto ben morto e ben sepolto. Dove egli emigri dopo morto poco c'importa, purchè al poeta che se la pretende a filosofo, non salti il ticetrio di volecercelo risuscitare per fargli commettere nuove più stravaganti pazzie». (Vid. Arturo Farinelli. «Don Giovanni». Note Critiche — Ermannn Loescher, 1896. Torino, Roma, pag. 147).

Pictet deixa transparecer a mesma opinião desfavorável nas poucas palavras com que aprecia o poema de Junqueiro: «Mucho podriamos decir si hubiésemos de juzgar este poema, cuyo autor aspira nada ménos que á marcar un rumbo á la literatura moderna y del porvenir; pero este juicio seria ajeno á nuestro propósito, porque Junqueiro ha tomado sólo el nombre de don Juan para bautizar á un perdido de nuestros dias, cuyos actos nada tienen que ver con la creacion immortal de Tirso de Molina». (Vid. Pictet, *ob. cit.*, pag. 191).

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 6, pag. 334)

SILVA (MANUEL DA) — PASTELEIRO

Natural de Lisboa, filho de Jerónimo da Silva. El-Rei o tomou por seu pasteleiro, por falecimento de Bertolameu dos Reis, seu sogro. Alvará de 20 de julho de 1650 (1).

CORDOEIROS

ANES (JOÃO)

Licença para andar em besta muar de sella e freio a João Anes, cordoeiro do infante D. Pedro. Carta de 18 de agosto de 1440 (2).

BENITEZ (PERO)

Carta de privilegio a Pero Benitez, castellão, cordoeiro, morador em a villa de Santarem, *por seer estrangeiro e sua vontade he de viuer em estes nossos regnos.* Dada em Santarem 22 de fevereiro de 1449 (3).

DIAS (JERÓNIMO)

Mestre dos cordoeiros em Cochim em 1509. Vid. Cartas de D. Afonso de Albuquerque, vol. II, pag. 438.

---

(1) Torre do Tombo — *Matriculas,* liv. 5, fl. 832.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 153 v.
(3) Idem — Idem, liv. 11, fl. 7.

SEQUEIRA (GASPAR DE)

«Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito ao que Gaspar de Siqueira, cordoeiro, diz na petição atras escrita na outra mea folha desta, e o que nella alega e a enformação que delle se teue no conselho de minha fazenda, e auer muitos anos que serue o dito officio nos meus almazens, ey por bem e me praz de fazer merce ao dito Gaspar de Siqueira do dito officio de cordoeiro dos ditos almazens, e isto com declaração que não auerá com elle ordenado algum a custa de minha fazenda nem o poderá requerer, somente os proes e percalços que lhe direitamente pertencerem, e que tirandolhe eu o dito officio ou extinguindoo por qual quer via que seja lhe não ficará por isso obrigada [minha fazenda] a satisfação alguma. Pello que mando.... Francisco dAbreu o fez em Lisboa a x de nouembro de seis centos e oito. Janaluarez Soarez o fez escreuer» (1).

CORRIEIROS

ANES (GONÇALO)

Carta de privilegio a Gonçalo Anes, corrieiro, morador em Lisboa, a pedido de Fernam Martins de Sousa, fidalgo da Casa real. Dada em Lisboa a 3 de junho de 1466 (2).

COIMBRA (JOÃO DE)

Corrieiro do duque de Bragança: confirmação d'uma carta de privilegio que lhe foi dada por D. Manuel a 2 de maio de 1503. Confirmada por D. João III a 19 de maio de 1524 (3).

DIAS (JOÃO)

«Dom João etc. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merce a Ioham Dīz

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 18, fl. 330.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 22.
(3) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 4, fl. 37.

corieiro, que foi delRey, meu senhor e padre, que sancta groriaa ajaa, avemos por bem e nos praz que ele guoze daqui em diamte de todolos priuilegios graças e framquezas lyberdades que ele tynha em vida delRey meu senhor cujho ofyciall hera e como tem e de que guozam todolos nosos offyciais maquaniquos, que andam nos nosos lyuros... Dada na nosa cydade de Lixboa a seis dias dabrill. Bastyam da Costa o fez de mill quinhemtos e xxij annos» (1).

FERNANDES (DOMINGOS) — CINTEIRO E CORRIEIRO

Natural de Carnide, filho de Domingos Fernandes. Tomado por official de cinteiro e corrieiro de obra meuda, que vagou por fallecimento de João Gomes. Alvará de 13 de novembro de 1642 (2).

FRAGOSO (FRANCISCO JORGE)

Filho de Manoel Fragoso, natural do lugar de Alapraia, termo da villa de Cascais. Tomado por corrieiro de S. M. Alvará de 16 de março de 1642 (3).

FRANCISCO (MANUEL)

Morador em Lisboa e natural do logar de Nossa Senhora da Luz, filho de Antonio João. Tomado por official de sileiro e corrieiro de obra meuda da Casa Real, que vagou por fallecimento de Domingos Fernandes. Alvará de 24 de outubro de 1654 (4).

GOES (GABRIEL DE)

«iib^{c}xxx rs. que pagou a Graviell de Goes, noso corryeiro, que lhe eram devidos dobras» (5).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 1, fl. 22.
(2) Idem — *Matriculas,* liv. 6, fl. 153 v.
(3) Idem — *Matriculas,* liv. 6, fl. 152.
(4) Idem — *Matriculas,* liv. 5, fl. 837.
(5) Idem — *Ordem de S. Tiago,* liv. 9, fl. 100 v.

LOPES (FERNÃO)

«Eu elRey faço saber a vos Lourenço de Sousa, meu aposemtador mor soperior de minhas apousemtadorias, que eu ey por bem e me praz que daquy em diamte façaes dar casas dapousemtadoria a Fernão Lopez, coryeiro do primcipe meu sobre todos meu muito amado e prezado filho nos lugares omde eu esteuer e asy nesta cidade de Lixboa, as quaes casas elle pagara a sua propria custa, e este me praz que valha e tenha força e viguor como se fose carta feita em meu nome asynada e pasada per minha chancelaria sem embarguo da ordenação do 2.º liuro t.º XX que o contrairo despõe. Beltesar Fernandez o fez em Lixboa a iiij de julho de jb^{c}Rix. João de Castilho o fez escreuer» (1).

MARTINS (J.º)

«Carta de privilegio a J.º Mīz, morador em esta cidade de Lisboa, a quem nos filhamos ora por nosso correeiro». Dada em Lisboa 13 de setembro de 1456 (2).

RODRIGUES (MATIAS)

Natural de Lisboa, filho de Francisco Rodrigues, tomado por corrieiro da Casa Real por falecimento de Francisco Jorge, com 380 réis de moradia por mez. Alvará de 20 de maio de 1675 (3).

VAZ (JOÃO)

Morador em Lisboa, vassalo de el-rei. Carta de apousentamento, dada em Aveiro a 11 de janeiro de 1466 (4).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 70, fl. 165.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 27 v.
(3) Idem — *Matrículas*, liv. 3, fl. 416 v.
(4) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 3.

INDÚSTRIA DOS COUROS

GUADAMECILEIROS, PELITEIROS E SELEIROS

A *Estatística de Lisboa,* manuscrito que já citei, fornece igualmente alguns dados sôbre o assunto de que me vou ocupar agora. Diz num ponto:

«Entrã tambẽ dous mill panos de guadamicis ẽ cada hũ ano q̃ valẽ por muitos preços, a saber, deles a II mill e bc e deles a III mill e IIII mill e porque etrã allguas guardaportas ponho todos hũs per outros a II mill e bc rs. (2:500) cada pano, que valẽ XII mill cruzados.

«Entrã da mesma maneira IIII mill duzias de cabritas, que vẽdẽ a IIII rs. a duzia, as quaes ssam douradas e valẽ IIII mill cruzados.

«Tem X temdas de guadamicileiros; em cada tẽda tres, quatro pesoas som por todos 30».

O *Sumario,* de Cristovão Rodrigues de Oliveira, concorda com a *Estatística,* dizendo que em Lisboa havia 31 guadamecileiros. No arquivo municipal, existem referências a indústrias desta espécie. Em 7 de maio de 1611, o porteiro do concelho, em alta voz, na Ribeira, apregoou as taxas, isto é, o preço dos géneros determinado pela câmara. Com relação ao título dos guadamecileiros ordenava-se o seguinte:

«Não valerá mais uma pelle dourada de guadamicins, medida pelo padrão da cidade, sendo de Cordova, ou a melhor da terra, que 120 reis, e sendo vermelha ou branca 80 reis.

«Uma pelle pintada inteira, com figura ou historia; não valerá mais que 150 reis».

No enxoval da infanta D. Brites, que casou com o infante D. Fernando, pai de D. Manuel, mencionam-se *Huas cortinas de guodomicis dourados e prateados.*

Os *guadamicileiros* formavam ofício e tinham regimento (1).

DESCRIÇÃO DE GUADAMECINS

«De guadamecys tres estrados, –s– ij que tem cada hũu vimte oito peles vermelhas e omze douradas ẽ çanefas e debrus e quatro medalhas.

---

(1) Vide o meu livro *Artes e Artistas em Portugal.*

«E outro que tem XXX peles vermelhas e X douradas ẽ çanefas e debrus e duas medalhas.

«De guadamecis duas peças, –s– I pera diamteira de cama que tem oyto peles vermelhas e cimquo douradas e o outro pera os pees da cama que tem quatro peles vermelhas e cimquo douradas cõ os debrus e duas medalhas.

«De bamcaees de guadamecys hũa peça pera guarda roupa que tem cimquo peles vermelhas e seis douradas ẽ çanefas e debrus e quatro medalhas.

«De coxis de guadamecis dez p. vermelhos com suas çanefas douradas.

«De guadamecis azues tres p. –s– I que tem cimquoẽta peles, e outro que tem XXX peles, e outro que tem XX peles, que tudo ẽtregou a Baltesar Cornejo, guarda reposte pelo esprivam de seu carguo per mandado em xxiiij de julho de b^{c}Riiij e seu conhecimento em forma em xiiij dagosto do dito ano» (1).

«E treze guadamecis — peles douradas vermelhas.

«E cimco guadamecis velhos de peles prateadas e verdes que todos tem cento e hua peles (fl. 26 v.).

«E trimta e seis panos de guadamecis — peles douradas vermelhas.

«E vimte e quatro guarda portas da feição dos panos.

«E todos os ditos panos e guarda portas cada hum tem quatro medalhas» (fl. 27).

Seguem-se bancaes, coxins, estrados (2).

AFONSO (RODRIGO) — GUADAMECILEIRO

«Dom Johã &. A quãtos esta minha carta virem faço saber que a mim praz, por fazer merce a R.º A.º meu gademiliceiro, darlhe licença que posa amdar em mulla e faca de sela e freyo, posto que não seja de marca nem tenha caualo, sem embargo de minha ordenação e defesa em contrairo, e por tãto mãdo a todolos corregedores, juizes e justiças, oficiaes e pesoas, a que esta minha carta for mostrada que deixem amdar o dito R.º A.º nas ditas mullas e facas, como dito he, por que asy he minha merce. Dada em Evora a xxj

---

(1) Torre do Tombo — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 217.

(2) Idem — *Livro dado à Cartuxa de Evora*, fl. 77.

dagosto. Amrique da Mota a fez ano de noso Senhor Jhuu X.º de mill b^{c}xxxj anos» (1).

«$\overline{xb}$ rs que pagou a R.º A.º guadamicileiro por quatro estrados de guadamecis e xii coxis que deu e fez e ẽtregou na guarda reposta a rezã de C rs a pelle dourada e a C.^{to} rs a medalha e a l.^{ta} rs a pelle vermelha e a iiij^{c} rs o coxim, os quaaes godomecis sãm os syguytes e abaixo decrarados cada estrado e por per sy –s– hũu estrado que tem xxb pelles vermelhas e xiij pelles e mea douradas e cenefas e dubrus e iiij medalhas. ℄ dous estrados que cada hũu delles tem xxj pelles vermelhas e xi pelles douradas com ceenefas e dubruns e ambos biij medalhas. ℄ o outro estrado tem xbij pelles vermelhas e x douradas com ceneefas e dubrũs e iiij medalhas. ℄ xii coxis vermelhos com cenefas douradas, os quaes estrados e coxis recebeo Belthesar Cornejo e forã elles carregados em recepta per Fernã Carvalho esprivã de sua recepta e despesa como parece per seu mandado ẽ forma feito per elle e asynado per ambos em que o asy decrara em biij dagosto de b^{c}xxxbiij e ho mandado da Rainha em iij dias do dito mees e ano».

«$\overline{j}$ rs que deu em xxbiij dagosto (1544) do dito anno a R.º Afonso, guadamicileiro, per hum fromtall que fez, que se deu abaixo per portaria de P.º dAlcaçoua» (2).

(Continúa).

Sousa Viterbo.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, liv. 50, fl. 105 v.
(2) Idem — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 98 e 206 v.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Perigos da Syphilis — Conselhos populares, por Thomaz de Mello Breyner. Lisboa, Tip. «Adolfo de Mendonça», rua do Corpo Santo, 1905.

Les Surhomeres au Carcan ou *La seconde oluit de Walpurgis — Poema en trois Veilles,* por Joseph Benoliel. Lisbonne, Tip. do Anuario Comercial, Praça dos Restauradores, 1916.

A cegueira em Portugal, por Sebastião Costa Santos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1915.

Alguns casos de cancro duro extra-genital. — Separata da *Medicina Contemporanea* (n.º 14, de 6 de Abril de 1913), por Mello Breyner e Alvaro Lapa. Lisboa, Tip. «Adolpho Mendonça», rua do Corpo Santo, 1913.

Tradições populares de Santo Tirso (2.ª serie). — Separata da *Revista Luzitana,* Vol. XIV, por A. C. Pires de Lima. Porto, Tip. «Sequeira», rua José Falcão, 1917.

Instrumentos paleoliticos dos arredores de Lisboa. — Separata da *Gente Luza* (n.º 3, 2.ª serie), por A. A. Mendes Correia. Porto, Tip. «Porto Medico», Magalhães & Mendes, L.da, Praça da Batalha.

Estudos de Jurisprudencia — Volume I — *Direito e processo civil,* por José de M. Tovar Faro Noronha, Juiz de Direito aposentado. Coimbra, Typ. França Amado, rua Ferreira Borges.

Anuario da Faculdade de Medicina do Porto, coordenado sob a direcção do prof. Teixeira Bastos — Ano lectivo de 1915-1916. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portugueza», rua Candido dos Reis, 1917.

Nota sobre alguns indices sagrados de portugueses. — Separata do *Portugal Moderno* (3.ª serie, ano 11.º, n.º 2), por A. A. Mendes Correia, Assistente da Faculdade de Sciencias do Porto, servindo de professor de Antropologia. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portugueza», rua Candido dos Reis, 1917.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º
N.º 8

1917
Agosto

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Correspondência do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por EDGAR PRESTAGE 387
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por SOUSA VITERBO 405
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 410
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 415
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA 423

CORRESPONDÊNCIA DO CONDE DE CASTELMELHOR COM O P.E MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

É significativo do pouco interesse que teem merecido em Portugal os estudos historicos o não possuirmos biographia completa do homem que durante cinco annos numa grave crise nacional governou o paiz com poder quasi absoluto e competencia rara. Era de esperar que houvesse obra documentada e illustrada, além dum estudo resumido para os lyceus, no genero das do *Statesmens Series;* mas ha só os trabalhos de Fernando Palha e D. Francisco de Sousa e Holstein, que embora valiosos, se limitam, como se vê dos titulos respectivos: *O Conde de Castelmelhor no exilio* (1) e *O Conde de Castelmelhor em Londres* (2), a tratar dos annos do desterro.

A vida de Luis de Vasconcellos e Sousa divide-se em quatro periodos. O primeiro (1636–1662) é o de sua mocidade, do qual apenas se sabe, que num encontro que houve entre alguns jovens fidalgos no Jogo da Pella em que teve parte Castelmelhor, foi morto o Conde de Vimioso (3), aparentado com a Casa Real, o que obrigou Castelmelhor a expatriar-se, e que andou viajando cinco ou seis annos pela Italia. Perdoado por D. João IV antes de este morrer, militava com distincção nas fronteiras, quando foi chamado pela Rainha Regente D. Luisa para servir de camarista de D. Affonso VI,

---

(1) Lisboa, 1883.

(2) O Sr. D. Francisco de Sousa fez a sua estreia como historiador neste estudo (publicado na *Revista de Historia,* n.º 19), em que mostrou possuir criterio seguro e boa copia de informações. A vulgarisação do bello retrato do Conde aos 27 annos representa um verdadeiro serviço á iconographia nacional. É pena que a photographia não deixe perceber os dizeres do quadro, que são estes: ao lado, *Ætatis sve 27;* em baixo, *Comes Aloisius Vasconcellos Soza Regis Alphonsi 6.i P.us Administer.*

(3) Segundo alguns, pelo proprio Castelmelhor.

o que lhe deu ensejo, por occasião da prisão de Antonio Conti, de combinar o golpe de estado pelo qual o Rei se emancipou da tutella da mãe e o Conde subio ao poder.

O segundo periodo (1662–1667) é a de sua administração, com o titulo de Escrivão da puridade. Para a historia deste tempo abundam os materiaes, quer impressos, quer manuscriptos; só precisam classificados e estudados, o que ninguem tentou fazer até hoje (1).

O terceiro periodo (1667–1685) é o dos dezoito annos de exilio.

O ultimo periodo (1685–1720) decorre desde a sua volta a Portugal até á sua morte. Sabe-se que devido á intercessão

---

(1) Não se pode escrever com segurança sobre este tempo sem ter á vista a correspondencia dos representantes franceses em Lisboa com o seu governo e com Turenne, a que faz referencias o *Quadro Elementar*, IV, parte 2.ª, embora as *Memorias* de Frémont d'Ablancourt estejam cheias de noticias curiosas como a seguinte: «L'entretien ordinaire du Comte de Schomberg, de Colbert du Terron et de Frémont étoit du mauvais état des affaires de Portugal, des grandes aprêts de l'Espagne, du peu d'experience du Comte de Castel Melior, de la dureté du Secretaire d'Etat, du peu de ressource du Païs et surtout de la lenteur qu'on aportoit à faire les choses necessaires, ce qui fit resoudre le Comte d'en parler à cœur ouvert au Favori».

«Le Comte de Castel Melior dès le commencement de sa faveur avoit paru assés degouté du ministere, trouvant que le travail excedoit ses forces et eut bien voulu se delivrer de la fatigue d'un emploi qui lui donnoit bien plus de peine que de plaisir; le Comte de Schomberg, qui sçavoit combien ces changemens sont préjudiciables au bien des affaires, encouragea de sorte le Comte de Castel Melior qu'il le fit resoudre dans ces commencements à garder son poste, mais le voyant retomber une seconde fois dans ces irresolutions, il lui representa que le gouvernement d'un Etat ne consiste qu'au dehors et au dedans, que pour le dehors qui regardaient la guerre il s'en chargeoit, et pour le dedans, qu'il lui conseiloit de se servir de Frémont qui étoit de bonne volonté, qu'il jouiroit de toute la gloire de son travail, sans être exposé aux demandes importunes que font les Portugais lors qu'ils se croyent necessaires, ou qu'il se flatent de avoir rendu quelque service».

«Le Comte de Castel Melior gouta ces propositions et accepta le parti, le Comte de Schomberg s'embarqua pour l'Alentege... *pour Frémont il alloit reglément deux fois le jour au Palais, ou le favori, qui étoit fort assidu, ne lui cachoit rien et lui demandôit son avis sur tout ce qu'il avoit à faire*». Pag. 135.

O titulo desta obra é: *Memoires de Monsieur D'Ablancourt, Envoyé de Sa Majesté Très-Chrétienne Louis XIV en Portugal, contenant l'histoire de Portugal depuis le Traité des Pyrenées de 1659, jusqu'à 1668*, etc. A Paris, chez les Heritiers de la veuve de Marbre Cramoisi, rue S.t Jacques, 1701. — Alem da edição de que cito, ha outra do mesmo anno, mas de maior formato, com rosto impresso a tinta vermelha e preta.

dos Reis de Inglaterra, o Conde, em 1685, dois annos depois da morte de D. Affonso VI e da Rainha D. Maria Francisca, alcançou licença de D. Pedro II para regressar, sendo-lhe designada a villa de Pombal para a sua residencia e que pouco mais tarde lhe foi permittido viver em Lisboa. Foi readmittido no Conselho de Estado por D. João V, ficando afinal reconhecida a sua probidade e serviços á patria, pois de sua capacidade ninguem jámais duvidara (1); antes foi homenagem ao seu talento o afastamento dos negocios publicos que os inimigos lhe impuzeram durante tantos annos. Dotado de robustez physica, chegou á velhice, morrendo cego aos 84 annos.

Os documentos que são assumpto deste estudo referem-se ao terceiro periodo e preenchem uma lacuna na narrativa de Fernando Palha, de quem, creio eu, eram desconhecidos. Este escriptor tratou da estada do Conde nas côrtes de Turim e Londres, fundamentando-se principalmente nas cartas que foram dirigidas a Castelmelhor por estrangeiros eminentes e na *Historia de Inglaterra* de Macaulay, sendo portanto biographica a obra; ao passo que o meu estudo, além de versar igual assumpto, descreve com as proprias palavras do Conde a vida que elle levava, desde que sahiu do Paço, e as peripecias da sua viagem pela Hespanha, França e Italia, até chegar a Turim, e é autobiographico.

Os referidos documentos consistem numa série de cartas originaes e ineditas do Conde, que (ao que me consta) nem teem sido citadas em obra impressa e foram dirigidas: 3 ao seu irmão Simão, 3 ao Principe D. Pedro, 1 á Rainha D. Maria Francisca, 1 a Henrique Henriques de Miranda, 1 ao Marquez de Fronteira, 1 á Marqueza de Castelmelhor mãe, e 78 ao Padre Manuel Fernandes. Com a descripção do codice, ponho no fim a resenha destas ultimas cartas que, quer pelo numero, quer pelo conteúdo, são as mais importantes da collecção.

---

(1) O Conde da Ericeira seu inimigo fez-lhe tardia mas inteira justiça no *Portugal Restaurado* (ou quem, segundo Colbatch, retocou o volume 2.º que foi publicado depois da morte do auctor), dizendo: «Em dezoito annos que esteve ausente da sua patria, náó fez acção que não fosse encaminhada aos interesses e gloria do reino»; e em seguida copía os testemunhos no mesmo sentido de principes estrangeiros. Quando cito Colbatch, refiro-me á obra fidedigna deste capellão da feitoria inglesa em Lisboa que sahiu anonyma: *An Account of the Court of Portugal under... Dom Pedro II* (Londres, 1700). Uma versão francesa foi publicada em 1702.

*

Devo acrescentar que só o fecho e assignatura são da mão do Conde (1), sendo o corpo de letra do secretario; quanto ao estylo, é duma simplicidade absoluta, que se coaduna com o character leal e franco do auctor.

Antes de entrar no fundo no meu assumpto, será conveniente lembrar aos leitores alguns factos por via de introducção.

No principio, a administração do Conde de Castelmelhor foi bem acceite, mas em pouco tempo um partido forte, constituido entre a nobreza (2) invejosa da sua influencia sem limites no animo real, começava a machinar a sua queda; em termos modernos, a opposição trabalhava para derrubar o governo, não olhando aos meios que empregava. O chefe nominal deste partido foi o Principe D. Pedro (3). A este facilmente convenceram os amigos de que D. Affonso VI era incapaz de governar e que portanto a elle Principe pertencia de direito a administração do reino, para o que só havia um obstaculo: o Escrivão da puridade.

A Rainha, logo que chegou, tentou obter influencia predominante nos negocios de estado, com o fim de patrocinar os interesses franceses (4), mas encontrava diante de si o Conde

---

(1) Excepção feita da carta á Marqueza de Castelmelhor, que é toda autographa.

(2) Affirma o auctor das *Monstruosidades* que a nobreza não podia soffrer que vassallo governasse o reino (pag. 10); eis aqui o segredo da campanha que os fidalgos fizeram contra Castelmelhor. D'uma maneira geral, as principaes fontes impressas para o estudo da sua administração podem ser classificadas assim: contrarias a elle, o auctor da *Catastrophe* e Frémont d'Ablancourt, enviado de Luiz XIV; favoraveis, o auctor da *Anti-Catastrophe* e Colbatch; ao passo que o auctor das *Monstruosidades*, embora diga mal dos actos do Conde quando ministro, expõe a sem-razão dos que o perseguiam depois de desterrado.

(3) Fallando das culpas de D. Affonso VI e de D. Pedro, diz o auctor da *Anti-Catastrophe*: «nem El-Rei nem o Infante tinha acção que não fosse dirigida por seus validos» (pag. 375). Cf. *Monstruosidades*, pag. 62.

Assim como o Rei, D. Pedro gostava sómente de touros e cães, desprezando as letras, de modo que quando tomou o governo foi preciso ensinar lhe a fazer a sua firma. O Conde da Ericeira declarou que bastava para justificar a deposição de D. Affonso VI a sua ignorancia das artes de ler e escrever. É digno de nota que este historiador não se servia do mesmo criterio no caso do Infante, com quem se ligou para derrubar o seu soberano.

(4) O casamento de D. Affonso VI foi, como são em regra os enlaces regios, casamento politico, destinado no animo de Luiz XIV a aproveitar a França, ao passo que para Portugal resultava em socorros de militares e dinheiro. O testemunho de Ablancourt é valioso e insus-

com quem não tardou em abrir conflicto, pondo-se do lado da opposição, embora viesse disposta a collaborar com elle (1).

Era uso em Portugal as Rainhas tomarem parte nos negocios publicos; mas esta, não se contentando com assistir ás sessões do Conselho de Estado, chegou traiçoeiramente a communicar as deliberações a um soberano estrangeiro, Luis XIV, por intermedio do seu secretario Verjus e de S.t Romain, que trabalhava para que ella tivesse o papel principal no governo. Em D. Maria Francisca dominavam paixões fortes: a ambição do poder; o despeito de mulher sensual, mas intelligente e fina, que embora soubesse de antemão das extravagancias do marido, não pensava que fossem tão duras de soffrer (2); e o amor que lhe inspirava o cunhado. Animados por ella e contando com o apoio de França (3), os partidarios do Principe engrossavam as fileiras e forças

---

peito: «Ce mariage avoit beaucoup trainé, parce que le Comte de Castel Melior voyoit bien que sa faveur en pouvait souffrir quelque atteinte, si bien qu'il faisoit naitre de temps en temps des difficultez; mais comme *la France vouloit-ce mariage,* on les avoit toutes levées». (*Mémoires,* pag. 272. Cf. *Quadro Elementar,* IV, 2.ª parte, pag. CCXX, etc.).

(1) «Le Comte de Castel Melior s'étoit flaté qu'il lui seroit aisé de se rendre maître de l'esprit de la Reine et de la gouverner comme il faisoit le Roi, fondé sur son credit qui étoit bien établi, sur la bonne opinion qu'il avoit de son scavoir faire et particulièrement sur les avis qui lui venoient de toutes parts que *la Reine avoit dessein de bien vivre avec lui*». *Memoires,* pag. 284.

(2) Não ha bons motivos para crer que D. Affonso VI fosse inhabil para o matrimonio, como a Rainha allegou um anno depois de casada. Por mais de uma vez ella esteve persuadida que se achava de esperanças, como informa S.t Romain (*Quadro Elementar,* tom. IV, parte 2.ª, pag. 227); e é significativo, que quando foi do divorcio, ella se negasse á inspecção que era de lei nestes casos. Os testemunhos da Causa de Nullidade não merecem confiança, por serem de pessoas infames e coactas. O papel em que o Rei se confessava impotente foi obtido por fraude. (Carta de Sir Robert Southwell a Lord Arlington de 2 de dezembro de 1667. Record office, *State Papers Foreign, Portugal,* vol. 8). O capitão João Stephens diz que pessoas das suas relações conheciam filhos illegitimos do Rei. (*The History of Portugal... by Faria y Sousa... translated and continued,* etc. Londres, 1698, pag. 570). É incrivel que o Conde de Castelmelhor, que devia saber, tivesse assegurado ao Marquez de Sande, negociador do casamento, a virilidade de D. Affonso se não fosse verdade. A mentira num caso destes seria loucura e recahiria sobre o auctor. (Vide tambem na *Deducção Chronologica,* parte I, divisão XI, as minutas do Padre Nuno da Cunha).

(3) D. Pedro assegurou-se do auxilio de Luiz XIV por intermedio de D. Rodrigo de Menezes, que se entendia com S.t Romain, embaixador francez em Lisboa.

de dia em dia, graças a uma propaganda intensa (1) entre a fidalguia e o povo, dirigida por D. Rodrigo de Menezes (2), auxiliado pelo Duque de Cadaval, que Castelmelhor tinha desterrado, pelo Conde de Ericeira, que aspirava a ser valido, e pelos Conde da Torre, de S. João e de Villar Maior; de maneira que quando D. Pedro obrigou ao Rei a escolher entre elle e Castelmelhor, D. Affonso não teve remedio senão ceder.

Era tarde para reagir. Recorrer ás armas, teria sido inutil, porque Schomberg, ganho pela Rainha, tinha disposto as tropas de maneira que o Rei não pudesse servir-se dellas (3). Mas sacrificando o ministro, D. Affonso não se salvou a si mesmo, pois dentro de dois mezes foi obrigado a renunciar a corôa. Uma armada francesa, mandada de proposito, assegurou o exito da revolução!

Em 7 de setembro de 1667 o Conde de Castelmelhor saiu do Paço (4) para o Convento dos Capuchos de Torres Vedras, seguindo depois para a sua villa de Pombal, a instancias de D. Pedro. Levava comsigo um salvo conducto em que o Principe lhe garantia a segurança pessoal, mas apesar disso, logo que este assumio o cargo de governador do reino em novembro, mandou o seu criado Francisco de Albuquerque de Castro com uma companhia de cavallos a prender o Conde. Porém Albuquerque não gostou da missão e marchou devagar, dando tempo a que os parentes de Castelmelhor o avisassem (5) e este fugiu para o Mosteiro do Bussaco. Em janeiro, instruido do seu paradeiro, o governo despachou 200 soldados para o ir buscar. Os frades esconderam-no na matta, que as tropas deliberavam queimar, como unico meio

---

(1) «Ghacun travailloit a ce que pourroit servir a prouver l'impuissance du Roi, à authoriser l'Infant, à le rendre agréable au peuple, afin de lui mettre en main le timon de l'Etat et achever par ce moyen le projet de la Reine mere». (Ablancourt, *Mémoires*, pag. 326). As intrigas contra o Rei e contra Castelmelhor foram tambem fomentadas por estrangeiros. (*Quadro Elementar*, tom. IV, parte 2.ª, pag. CCXXV).

(2) Presidente do Paço e irmão da Marquez de Marialva. Foi com elle que Castello Melhor teve a pendencia no Jogo da Pella, quando morreu o Conde de Vimioso.

(3) Ablancourt, *Mémoires*, pag. 343.

(4) Na vespera o embaixador inglez, Sir Robert Southwell, conferenciou com o Conde, que manifestou o desejo de refugiar-se em Inglaterra.

(5) *Anti-Catastrophe*, pag. 678. Numa carta a Lord Arlington, Sir Robert Southwell disse que se o Conde fosse apanhado, indubitavelmente soffreria a ultima pena no patibulo. Carta de 28 de Novembro, Record office, *State Papers Foreign, Portugal*, vol. 8.

de encontrar o fugitivo, visto que a cerca tinha nada menos que uma legua de circuito. Porém os religiosos fizeram todas as diligencias para impedirem resolução tão barbara, até se exporem a morrer queimados dentro della; e afinal suspendeu-se a resolução e com mais gente se cercou o Mosteiro com todo o aperto. Mas a esperteza dos padres foi superior á dos militares; esconderam o ministro debaixo do altar-mór da igreja e assim escapou á prisão e talvez á morte (1). Livre deste perigo e não podendo ficar no Bussaco, o Conde andava pelo mato sósinho, sem criado algum, passando as semanas da quaresma de 1668 numa casa pobre, entre grandes privações, até conseguir sair do reino.

A Companhia de Jesus não devia favores politicos a D. Affonso VI e ao seu Escrivão da puridade. Um dos primeiros actos do seu governo tinha sido o afastamento da Côrte de alguns antigos servidores da Rainha D. Luisa, entre os quaes o filho mais eminente da Companhia, Antonio Vieira, inculpado de ter redigido a mensagem a D. Affonso em que se lhe censurava a vida dissoluta; e a Inquisição, velho rival dos Jesuitas, aproveitou a occasião para processar o amigo dos christãos novos e interprete extravagante da Sagrada Escriptura. Quer fosse por desforra, quer por motivos respeitaveis, parece que alguns Jesuitas tomaram parte activa na conspiração contra o Rei; e quando se efeituou a união entre os partidos de D. Maria Francisca e de D. Pedro, as negociações foram levadas a cabo pelo Padre de Ville, confessor da Rainha, e pelo confessor do Principe (2). Creio que Ablancourt quiz indicar com este titulo Manuel Fernandes, embora este só posteriormente tivesse a nomeação, que foi sem duvida, além de homenagem ao seu caracter e talento, premio dos seus serviços politicos. Se tenho razão nisto, deve ter custado bastante a Castelmelhor, um vencido da vida, iniciar e manter a correspondencia epistolar que se segue com um antigo adversario, mas não houve remedio, porque precisava servir-se do grande valimento do confessor junto a D. Pedro. Escrevia de quinze em quinze dias, embora se tivesse salvo só uma parte desta correspondencia, e parece que o Jesuita respondia com certa regularidade. Por intermedio destas cartas é possivel reconstituir a vida que o Conde levava nos principios do seu exilio.

---

(1) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, pag. 27, 29 e 31.
(2) Ablancourt, *Mémoires*, pag. 322.

A primeira carta de Castelmelhor é datada de 23 de março de 1668; o lugar é indecifrivel, mas creio que fosse escripta já de Hespanha. Nella dizia o Conde que estava escrevendo ao Principe a pedir licença para voltar á sua casa e rogava ao Padre Reitor que patrocinasse o requerimento. Este ia ser o seu thema constante durante dez annos, em epistolas que são um appello *ad misericordiam*. O omnipotente ministro achava-se transformado num humilde pretendente, e não admira, pois que naquelle tempo o subdito dependia em tudo do favor regio (1). O que admira é a esperança que mostrava possuir de que os seus inimigos se aplacassem, tornando possivel o seu regresso.

Sabendo perfeitamente o caracter vingativo de alguns dos seus emulos, ou andava enganado pelos amigos, ou confiava demais na justiça que lhe assistia, sem pensar bem nas circunstancias do seu caso. Por alguns annos a sua presença em Portugal seria evidentemente perigosa para o novo regimen, e animaria os desaffectos e os que sonhavão com uma restauração, entre os quaes se encontrava o seu amigo, o antigo secretario de estado, o Dr. Antonio de Sousa de Macedo. Tambem para a sua vida, se voltasse, o perigo não seria pequeno, num tempo em que os assassinatos eram vulgares; mas, homem de compleição forte e animo valente, parece que seria contente de correr o risco, se pudesse reunir-se á sua familia a quem queria muito.

Em abril já se achava em Sevilha, e accusando a recepção duma carta do Padre Fernandes, talvez em resposta á anterior de 28 de março, agradeceu os serviços que o Jesuita lhe prestára, pedio a sua protecção e expoz a sua situação triste em palavras commovedoras: «Nenhuma couza desejei tanto como a graça de S. A. (2)... tudo o que quizera que fizesse, faria. Em sahindo do Paço vim para Torres Vedras, ali esteve, dali não sahi; dali me mandou S. A. que fosse para Pombal, tambem dali não sahi; soube que se me mandava buscar; metime em hum convento (3) e dalli me fui para huma caza tam humilde que tinha custado a seu dono dez

---

(1) Castelmelhor podia, é certo, ter-se refugiado na Côrte de Madrid, como fizeram outros portuguezes descontentes, por exemplo, o Duque de Aveiro, e teria recebido do inimigo da sua patria todas as compensações. Não quiz, por lealdade.

(2) Sua Alteza o Principe D. Pedro.

(3) Bussaco.

tostões, recolhendo-me e não vendo sol nem lua em mais de sete semanas que nella assisti, andando muitas legoas a pee e descalço para buscar remedio a me sahir do Reino.... Acho-me com mulher e quatro filhos na desconsolação que V. S. poderá conciderar».

Ficou reduzido a tal extremo o dono duma das casas mais ricas de Portugal! As circunstancias de sua queda do poder e as privações dos ultimos mezes tinham, ao que parece, tirado ao Conde toda a ambição politica e só desejava o descanço do seu lar. Do Regente, que, segundo corria, o quizera assassinar um anno antes, como D. João I assassinára o Conde Andeiro, chegou a escrever: «ninguem mais o ama que eu;» exaggero que devia ter feito sorrir o confessor; e estava tão abatido, que esquecendo-se de que tivera nas mãos o destino duma nação, declarou agora de si mesmo: «nem fui nunca mais que huma formiga» (1).

No mesmo dia dirigiu-se ao seu bom irmão e leal amigo Simão de Vasconcellos, manifestando o mesmo empenho em voltar á sua casa a fim de tratar da educação dos filhos. Confiava em que na sua ausencia Simão fizesse o necessario, sendo o mais importante negocio o pagamento das suas dividas. «A minha casa tudo dera para se compôr, senão componde vos lá o que puderes, que nada tenho tam atravessado como ter dividas». Aqui fallava um homem honrado. Elle punha-se inteiramente á disposição do Principe, pedindo saber como pudesse alcançar o seu favor e lembrava que talvez o Conde da Torre (2) quizesse ajudar a sua «quietação». Depois contava ao irmão a odyssea que passára até sahir de Portugal e defendia-se dos inimigos, que não contentes de o ter derrubado, presistiam em espalhar que estava conspirando. Tiveram medo do seu prestigio, mas tambem o tiveram D. Pedro e a Rainha, portanto escusavam de inventar historias. A sorte do Conde estava decidida. Elle havia de ficar longe do paiz, emquanto vivesse D. Affonso VI.

A carta continua assim: «O tempo deve ter mostrado hum pouco quaes foram os meus intentos; ainda espero que o mostre mais, sem embargo das muitas e variadas cousas

---

(1) Codice 4174 da Bibliotheca Nacional de Lisboa, fl. 141 v.º, carta de 25 de Abril.

(2) Parece que se enganou. O Conde da Torre, além de ser cunhado do fallecido Conde de Vimioso, era, segundo escriptores contemporaneos, um dos maiores inimigos de Castelmelhor.

que lá se tem dito; graças a Deos, no tempo em que eu estava metido em huma cabana, sem ver sol e algumas noites mal a lua, indo a pee huma legoa e voltando, chegando á casa molhado e deitando-me em hum enxergão cuberto com huma manta de burel, passando o dia de entrudo ao gentar *(sic)* com hum pouco de tousinho frito, e a noite com huns ovos duros, e muitos dias de quaresma com humas couves cosidas na agoa com huma pequena de boroa, com os intentos de passar, sem me lembrar mais que pedir a Deos me livrasse daquella miseria, procurando embarcar-me em huma casca de nós, como sabeis, se convertia tudo isto em (1), em facções e em maquinas, e finalmente em sequitos que dizião que eu tinha. Nada disto me espanta; paresse que Deos tirou da minha memoria assi a lembrança do que fui, como o desejo de tudo que não seja o estar com minha mulher e filhos» (2).

No dia seguinte o Conde tornou a escrever ao Padre Fernandes, ministrando pormenores curiosos sobre a sua vida em Sevilha: «Estava em huma estalagem donde entrarão sete soldados e querendo sem nenhum proposito entender comigo, soltarão humas palavras a que foi necessario responder mais asperamente do que elles querião, persuadindosse que o numero obraria mais, puxando pelas espadas, do que tinhão obrado; puxarão por ellas, forão tam mal afortunadas que sahirão tres feridos, hum delles gravemente. Não me fez abalo isto, senão que hum cirurgião que me tinha servido de barbeiro, que os curou, me veyo dizer que me retirasse a huma igreja. Como o remedio para que a justiça me deixasse seria o dizer quem era, me pareceo ser o mais acertado caminho sahir do termo da jurisdição desta cidade. Ainda puderão ter peor fortuna se hum creado meu soubera mais depressa que a pendencia era comigo. Assi o dispoz Deos, sahindo nós ambos, sem cousa de cuidado mais que eu huma arranhadura em huma mão».

Evidentemente Castelmelhor sabia bem o jogo da espada, como já tinha mostrado quando foi da morte do Conde de Vimioso. Confesso que sempre que leio este episodio do combate desegual numa pobre taberna, me enthusiasmo, e quizera ser artista para o desenhar. O seculo XVII produzia homens assim completos, de que é outro exemplar D. Fran-

---

(1) Palavra illegivel.
(2) Codice 4174, fl. 143 v.º

cisco Manuel. Neste seculo de especialisação não se pode imaginar um estadista vestindo sobrecasaca e chapeo alto (1), o traje mais feio de todos os tempos, a investir com feliz resultado contra sete homens armados.

Ao descrever este encontro, Castelmelhor tinha o proposito de dar conta dos seus passos para rebater as informações que o davam como occupado em intrigas politicas. Acrescentava que só tinha conversado com duas pessoas em Sevilha, um frade de Santo Agostinho e um moço cujo nome desconhecia, além de tres soldados portugueses do terço de Cascaes, «que com o cabedal de pedirem huma esmola, sahirão desse Reyno, dizendo que vinham ver terras». De Castelhanos tinha fallado com o cura da sua freguezia, com um official de alfaiate e com outro de ferrador e um albardeiro: «esta era a gente mais limpa com que eu fallava, porque os mais eram arrieiros». Gastava o tempo indo a ver as igrejas, e certo dia, a passar por uma ponte, foi reconhecido por um portuguez, barqueiro de Setubal: «procuro não falar com ninguem que tenha nome, porque de o fazer se podem seguir praticas que eu ando sempre fugindo». É claro que estas informações, embora dadas ao Confessor, eram destinadas a serem transmittidas a D. Pedro, e no fim da carta o Conde se compromettia a fazer o possivel para agradar a este na justificação dos seus actos (2).

No entretanto a situação em Lisboa não era desanuviada: um partido forte ajudado pelos Castelhanos trabalhava para reestabelecer no throno D. Affonso VI, e embora este continuasse preso, o governo sentia-se em perigo e pensava em transferil-o para fora da capital. Ultimamente sahira um decreto mandando que elle fosse para Peniche e nomearam-lhe officiais e criados, mas afinal se assentou que não convinha a resolução; augmentaram-se os inconvenientes com a tardança, porque a nobreza descontente e o povo compadecido formavam sequito ao Rei, que se fazia temer do do Principe. O povo pedia a D. Pedro a liberdade de D. Affonso, e os Reis de Inglaterra lhe escreveram no mesmo sentido (3), mas não

---

(1) Se o duello francez não morreu de ridiculo com a descripção feita por Mark Twaine, é porque o humorista americano é pouco lido na França.

(2) Codice 4174, fl. 145.

(3) Não foi bem recebida pelos Reis de Inglaterra a noticia da deposição de D. Affonso VI e D. Francisco de Mello, primeiro embaixador depois da prisão d'el-rei, tinha muita dfficuldade em ser reconhecido.

foram attendidos. Accrescenta, no seu estylo involvido, o auctor das *Monstruosidades,* donde extrahi a sobredicta noticia: «reforçou o medo huma carta que neste tempo escreveo de Sevilha o Conde de Castello Melhor a S. A. que com apparencias de submissão se fazia temer, livre com a opinião de poderoso e com a certeza de apaixonado e offendido» (1).

Medo de que e para que? O exilado não era capaz de alliar-se com os Castelhanos contra a sua patria e a existencia apagada que levava, por sua propria escolha, só devia inspirar pena. O caso foi que as suas declarações no principio não foram geralmente acreditadas na côrte de Lisboa. É infelizmente natural dar ouvidos ao peior ácerca do proximo: a resignação e prudencia de Castelmelhor não seriam imitadas em egual caso por muitos dos seus emulos, portanto a estes pareciam incriveis e fingidas.

Pondo em pratica a resolução que tomára de mudar de residencia, o Conde passou a Osuna, donde em 30 de Abril escreveo ao Padre Fernandes, allegando, em desculpa do incommodo que causava, a sua confiança no Confessor e «o aperto em que me vejo, fora da terra em que nasci, a que na occazião que pude fiz aquelles serviços que em my couberão, com minha caza no estado que a V. P. será prezente; os cabedaes, tambem os que facilmente virão a noticia de V. P. pelas dividas que sobre elles se achão, metido por estalagens, comido de piolhos, que como já escrevi a V. P. só em ver o dia me livrey na sahida desse Reino; os mais incommodos persistem e persistirão emquanto S. A. me não der licença para me retirar a minha caza; nem bastão estas miserias, que puderão mover a compaixão ainda a gentes com menos piedade do que he a Portugueza, para que deixe de ouvir que se intenta que S. A. me mande tomar contas de tantos milhões quantos a imaginação tem formado rendérão esses Reynos no tempo que exercitey o officio de escrivão da puridade. Se se me pedir conta do dinheiro, facil he a reposta, porque se me não entregarão, nem o despendi, como o pode ninguem dar do que não veyo a seu poder, tanto para o receber como para o despender, se se me pedir de o mandar despender, tambem não he difficil a reposta, porque não se achara que por ordem minha se fizesse despeza nenhuma. Os thesoureiros dão as contas, e repare V. P. que se não ha de achar de

---

(1) *Op. cit.*, pag. 48.

dinheiro applicado á guerra se tirasse couza que para ella não fosse, e quanto mais miudas forem as contas, mandando-se vir as das veedorias das Provincias, mais clareza se achará e mais satisfação as terão as pessoas que as procurão, que entendo o farão com muito zello, porem como não he a todos prezente o que gasta um exercito, não he muito que duvidem nas quantidades».

Depois, alludindo á sua situação em Osuna, continúa: «não me atrevo a andar pelas ruas, porque não reparem, e em caza de não sahir tambem reparão, assi hiremos passando athe que Deos se lembre de my. Faça me V. P. mercê dizer huma missa a nossa Senhora e mandar tres noviços que me fassão huma novena á mesma Senhora» (1).

O auctor das *Monstruosidades* conta a origem da ideia de pedir contas ao Conde, e como não era seu partidario, o testemunho merece credito: «Neste tempo vierão novas de Madrid em como o Conde de Castelmelhor estava naquella Corte, bem visto da Rainha e não pouco assistido dos ministros, conservando todos em sua vida a esperança de verem este reino entre si dividido e assollado, para lograrem rendido o que não poderão conquistar opposto. Com estas novas começou o vulgo a publicar quimeras, ou bebidas, ou imaginadas, promettendose na volta do Conde voltar ao governo, que se lhe agradou pela novidade, já o enfastia pela desattenção, considerando mudança só nas pessoas e não nas disposições, inclinando ao cahido e opposto aos levantados, olhando a estes como a superiores e aquelle como a dependente; e publicou-se que o Conde havia entrado em Lisboa e falára em segredo com o Principe. Não examino a verdade (sendo mentira), mas sei que levantou lavaredas o fogo da inveja, tratando de apagalo com a tempestade da perseguição».

Revelação interessante! Acrescenta o auctor mais noticias que por virem muito a proposito passo a copiar:

«Propoz-se em Conselho de Estado que se citasse o Conde por carta de editos, para que dentro de trinta dias viesse a dar contas de como e em que havia dispendido o dinheiro que lhe achavão carregado, sob pena de que se puxaria por sua fazenda, tomando-se-lhe contas a revelia. Mandou a Mesa do Paço que se desse esta ordem a execução á da

---

(1) Codice 4174, fl. 147.

Fazenda, pois não pertencia ao seu tribunal, como elles querião, com que se empatou o negocio; e teve lugar Simão de Vasconcellos de se offerecer a dar as ditas contas, para o que pedio licença para vir á Côrte duma quinta onde estava fora della, dizendo que nenhuma cousa desejava mais o Conde que dar contas para mostrar o como padecia innocente; e seria facil, porque os gastos secretos podião ser sem conta e não tem conta» (1). Esta maliciosa observação é no genero daquellas em que o auctor do referido livro se deleita.

Por este tempo o Padre Manoel Fernandes foi chamado para Confessor do Principe, e logo que o soube, o Conde de Castelmelhor, em 10 de Maio, mandou-lhe os parabens, asegurando para si proprio grandes fortunas da eleição. Aproveitava a occasião para desmentir o boato de que tinha estado perto de Lisboa, quando realmente se achava numa «cabana, despido e descalço, comendo humas couves e huma pequena de borôa». Já tinha informado ao Principe e ao Reitor das suas jornadas, da viagem a Sevilha e do motivo da sua partida.

«Passo huma triste vida, porque o meu trato he unicamente com aquellas pessoas que he precizo, sem haver nenhuma entre ellas que vive senão do que ganha; daqui poderá V. M.^{cê} enferir de que esphera serão». Pedia ao Confessor que representasse ao Principe os seus trabalhos e o desamparo em que se achava sua mulher (1) e quatro filhos e que fizesse o mesmo presente á Rainha, para que ella com a sua protecção conseguisse para elle o descanço de que carecia. «Aqui me vim a este lugar, porem elle he tal com tam má comodidade que pouco nelle assistirey. Sempre darey noticia a V. R.^{ma} donde for, e emquanto S. A. o não permittir, sempre sera muy longe dessa terra» (2).

---

(1) *Op. cit.*, pag. 49.

(2) Segundo indica Fernando Palha, a Condessa (D. Guiomar de Castro e Tavora, filha herdeira de Bernardim de Tavora e viuva de D. Jorge de Ataide, 3.º Conde de Castro Daire) pagava mal a devoção do marido. Ablancourt allude aos boatos a respeito della: «il y en a qui croyent qu'il (o Conde) va souvent incognito en Portugal, ce que l'on justifie par les couches de sa femme qui ne sort point du pais». (*Mémoires*, pag. 346). Ainda existe em Cintra a tradição (sem base, é claro) de que o Conde fazia signaes ao Rei, preso no Paço velho, duma casa da Quinta Saldanha, nas encostas do Castello dos Mouros.

(2) Codice 4174, fl. 148.

Na carta de 17 do mez a Padre Fernandes tornou a queixar-se dos seus padecimentos: «metido em huma estalagem adonde se não sahir, reparão, dizendo que não he o motivo de ver o que nos trouxe aly; se sahir, occazionais vos a preguntas e a respostas que já por fora não se pode imaginar o quanto ferve o sangue para não deixar de responder em ordem ao amor da patria; finalmente pouco meyo se acha nisto. Não me descubro, porque nem o meu traje, nem as minhas possibilidades para estar conforme ao sangue de quem procedo o sofre; nem outras razões premittem que o fassa, sendo o prencipal não querer falar com ninguem que tenha nome». Parecia-lhe que já era tempo do Principe se lembrar delle; não só a piedade, mas a justiça o requeria, depois de tantas cousas se terem dito contra elle e se terem provado falsas (1).

No mesmo dia dirigia-se directamente a D. Pedro. Podia ter esperado que o Principe já tivesse reconhecido a falsidade das accusações, mandando-o retirar para a sua casa, o unico premio e a unica justiça que desejava. Rogava a D. Pedro que visse que os seus padecimentos não foram devidos a crimes por elle commettidos, e que o deixasse voltar, a fim de educar os filhos (2).

No dia 23 o Conde escreveu duas cartas ao Padre Fernandes. Na primeira pedia desculpa de fallar sempre em tristezas, allegando que padecia mais que dizia; como não tinha outro remedio, desejava ser ouvido com paciencia. Continuava tão solitario como dantes e com o mesmo cuidado de se esconder. Na segunda, tornava a negar que tivesse ido a Madrid; pelo contrario, estava longe dali; não conversava com ninguem, senão com gente humilde, «e mais nota dou em estar metido em huma caza, do que se com grandes faustos me virão».

No intervallo, entre estas e a carta que se segue, o Conde mudou a residencia para Granada, donde escreveo ao Confessor em 1 de Julho. Não tinha novidades a dar, senão que padecêra e padecia grandes trabalhos: «não tenho dezervido nem deservirey nunca a S. A. para que me não dê licença de me retirar á minha caza». Mais uma vez pedia a intercessão do Jesuita neste sentido junto ao Principe.

No dia 25 enviou a seguinte carta em que respondia ás

---

(1) Codice 4174, fl. 149.
(2) Idem, fl. 131.

calumnias que lhe tinham levantado, carta cheia de dignidade e que respira honradez e patriotismo. Reparem os leitores no fecho.

R.^{mo} P.^{e} Confessor.—Varias vezes tenho escrito a V. R.^{ma} e ainda que de nenhuma tenho reposta, porque a unica que tive de V. R.^{ma} o não era, não deixo de conciderar o muito que devo a V. R.^{ma} porque sei que as obras são muito em meu favor; sabe Deos que os mereci eu sempre a V. R.^{ma} e tambem concidero que as occupações que V. R.^{ma} tem, lhe poderão impedir fazer me mercê de responder me; gaste V. R.^{ma} o tempo nellas e permitta Deos que tudo suceda mais conforme a seu Santo Serviço, que conheço serão a gosto de V. R.^{ma}

Pouco falta para cumprir hum anno do mais cruel trabalho que passou ninguem, tanto ha que padeço, esquecendo me tudo o que toca allivio, como varias vezes tenho dito a V. R.^{ma} e algumas representado a S. A. pedindo lhe que, com a clareza da verdade, com segurança, me deixasse viver em minha caza com minha molher e filhos, vendo a no estado em que a deixo pelo que não fiz, e Deus que sabe esta verdade a declarará.

Quando as cousas parece estavão em termos de eu alcançar esta fortuna, me chegão novas que me manda S. A. dar conta do dinheiro que mandei despender por minha ordem.

Primeiro. O officio de escrivão da puridade, segundo hum regimento que tinha, que eu não fiz, nem fui voto na sua aprovação, como o foi todo o conselho d'estado, podia mandar despender isto ou aquilo em nome del Rey, porem isto que podia ser não foi, porque eu não mandei despender cousa nenhuma; todas as despezas que se fizerão forão por decretos assinados pela mão real, que nem caixilhos (1) entrou nisto.

2.º Como se pode crer que me mande S. A. dar conta do que não recebi, nem se despendeo por ordem minha; os Thezoureiros, se não despendérão conforme os regimentos, as leys do Reino provem neste cazo; conforme a ellas se podem pedir suas contas; se S. Magestade tem poder para dar por decretos tensas, villas e titulos, gozando esta fortuna todas as casas de Portugal, como se dá o caso que não fosse este poder para mandar dar quinhentos cruzados a

---

(1) = olhos. É giria.

Diogo Luiz, ou a Luiz Lobo, de ajuda de custo, sem se explicar aly que foi para este cazo, pois em verdade que se eu estivera em parte donde pudera mostrar a clareza de outras despezas mais occultas, livro tenho eu do primeiro dia que estes gastos começarão a correr por mym athe o ultimo, que eu espero na mizericordia de Deos mostrar ainda a V. R.ma

Se qualquer Governador das armas, ou qualquer Menistro, por baixo que seja em missão, tem gastos secretos, só os de El Rey havião de ser publicos; hum decreto de sua mão real basta para levar em conta os que as tomão estas despezas, e hum decreto da sua mão real não basta para levarem em conta sua despeza mesmo! de mais que, examinadas bem estas despezas, se ha de achar que do dinheiro com que contribuhião os povos para a sua deffensa, senão devertio hum real em couza que não fosse de guerra, e que estoutros gastos particulares são muito differentes na oppinião de que he o que exhiste.

Mayor pena me cauza o ter entendido que estas couzas padeço por se ter escrito a S. A. os grandes males que eu tenho procurado a esse Reyno neste, não se dando credito nem ás minhas cartas nem a meu Irmão; já tenho escrito a V. R.ma que não trato de nada mais que do meu descanço em minha casa, e que este o não trato senão por via de V. R.ma, e que por V. R.ma não me podia tratar com desagrado de S. A.; vim a Castella muito contra minha vontade, não escolhi outro Reyno, porque me pareceo que esta distancia bastaria para que informado S. A. da minha inocencia me mandaria retirar a minha casa, de mais que donde podia ir era a Inglaterra, ou a França, e como destes dous Principes tinha cartas em que me honravão com o nome de Primo (1), não me pareceo buscalos com necessidade, começando a pedir lhes huma esmola: encubrir me nos seus Reynos já se vê que não era corresponder á honra que tinha recebido.

Aqui não havia estas razões; os poucos cabedaes com que sahi bastava para paçar alguns dias sem dependencia de cousa nenhuma; com o valor de tres mil e quinhentos cruzados sahi de Portugal em joyas e dinheiro (2), deixando as

---

(1) Vid. Fernando Palha, *op. cit.*, pag. 14.

(2) Segundo o auctor das *Monstruosidades*, o Conde levou comsigo 23:000 cruzados, quando sahiu de Lisboa, tirados do dinheiro destinado á guerra.

dividas que lá se saberá e tendo servido ao Reyno como V. R.ma sabe; tudo reffiro para que seja prezente a V. R.ma e para que me fassa merce de o representar a S. A. sendo o dito S.or servido dar meyo para que recolha o premio de meus trabalhos, vivendo em minha casa.

Pello que toca ás contas, tendo meu irmão liberdade para assistir ás minhas cousas e mandando S. A. remeter este negocio a tribunal de letras, espero delle tirar a honra que meresse a minha inocencia, uzandosse comigo os termos das leys, e seguresse V. R.ma que me não hey de valer da authoridade e fee que se podia dar a hum escrivão da puridade para as dar.

A Madrid não tive tenção de ir, nem fui, nem hey de ir, e logo que por my se fassa diligencia, que com razão não pode ser por forsa, senão por geito, deixara todas as conveniencias que tivesse e me sahira destes Reynos, porque tenho posto em meu proposito escuzar todas as praticas que toquem a interesse do Reyno, lembrando me de executar nesta occazião melhor a ordem que meu Pay, que Deos tem, me deu em outra, em que me deffendia, sob pena de sua bençáo, que aão descursasse nellas, nem o meu estado he para apetecido, nem as minhas noticias o devem ser aos Principes desta Monarchia, principalmente quando com melhor geito e mais frescas as podem ter de outras pessôas, que lhe devem conservar amor, o que eu inda não tenho nem terey nunca em prejuizo da terra em que naci, a troco de padecer o que padeço. Acuda V. R.ma a que parem os testemunhos que se me levantão e seguresse V. R.ma que do que aqui lhe digo não hei de faltar hum ponto. Socego e mais socego me lembra e nenhuma outra couza; ao serviço de V. R.ma, tal qual sou e serey sempre muito obediente (1).

De muito longe de Madrid a 25 de Julho de 1668. — De V. R.ma grande servidor — *Conde de Castelmelhor*.

(Continúa).

EDGAR PRESTAGE.

---

(1) Codice 4174, fl. 153.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 7, pag. 386)

GONÇALVES (AMADOR) — GUADAMECILEIRO

Vide nos Relojoeiros Dias (João) (1).

JORGE (DUARTE) — GUADAMECILEIRO

Natural de Fação, freguezia de Nossa Senhora da Purificação de Monte Lavar. El-rei o tomou por seu guadamecileiro, lugar que vagou por deixação que dêle fez Francisco Nunes. Alvará de 1 de junho de 1652 (2).

LAINEZ (ANTÓNIO) — GUADAMECILEIRO

«Dom Joam &. A todollos corregedores, ouuidores, juizes e justiças de meus Reynos senhorios, a que o conhecimento desto com direito pertencer, e esta minha carta de perdam for mostrada, saude, faço uos saber que Antonio Lainez, godomecileiro, morador em esta minha cidade de Lixboa me enviou dizer per sua pitiçã que ele sop.te fora preso e acusado pella justiça por se dizer que ferira em esta corte a hum Manoel Fernandez, per bem do qual caso, sendo pela dita justiça acusado fora em seu feito tamto procesado que fora cõdenado per sentença de minha rolação que com huũ pregão naudiencia fose degradado por huũ ano pera huũ dos meus lugares dalem em Africa e mais que pagase dous mill rs pera as despesas da Rolação e que outrosy no

---

(1) *Denunciações da Inquisição*, de 1560, fl. 84.
(2) Torre do Tombo — *Matrículas*, liv. 5, fl. 834 v.

*

dito sop.te fora feita a dita execução de degredo com pregão na audiencia por huũ ano pera cada huũ dos lugares dalem e bem asy pagara os ditos dous mill rs em que fora cõdenado pera as despesas da Rolação segundo tudo isto ver poderia pella sentença de seu liuramento, que logo perante mim apresentar enviou asynada pello licenceado Sabastião Aluez, do meu desembargo e corregedor em minha corte e casa da sopricação dos feitos crimes com alçada, e pasada polla chancelaria, segundo que todo esto milhor e mais compridamente se continha na dita sentença, e por quanto ele sop.te por ser homem pobre receberia muita perda em ir seruir o dito ano de seu degredo em que foy cõdenado pera cada huũ dos lugares dalem, me pedia por merce que o releuase e ouuese por releuado da seruimtia delle e eu vemdo o que me elle sop.te asy dizer e pedir emviou, se asy he como ele diz e recomta e hy mais nom ha, vista a sentença de seu liuramento e a execução nele feita, e asy como pagou os dous mill rs em que foi condenado pera as despesas da Rolação, e asy huũ prazme com huũ meu pase, e querendolhe fazer graça e merce tenho por bem e me praz de o releuar da seruimtia do ano de seu degredo em que foy cõdenado pera cada huũ dos meus lugares dalem, cõtamto que ele paguase quatro mill rs pera a piadade.... Dada em esta minha cidade de Lixboa aos xxbij dias do mes de junho — elRey o mandou pellos doutores Gaspar de Carualho e Xuão Esteuez de Espargosa, fidalgo de sua casa, ambos do seu conselho etc. Antonio Pirez espriuão a fez e foy destreboyda a Gaspar Glz, cujo oficio serue. Ano do nacymento de noso Senhor Ihũ X.º de ĵbcxxxix annos» (1).

RODRIGUES (ANTÓNIO) — GUADAMECILEIRO

Sua viuva, Maria de Castro, moradora na freguezia de Sant'Ana, que fôra ama de D. Joana, mulher de D. Fernando de Faro, veiu perante o tribunal do Santo Ofício, a 19 de janeiro de 1587, acusar-se por ter casado segunda vez, estando vivo o primeiro marido que fôra para as Antilhas e que ela supunha morto (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Legitimações e Perdões*, liv. 10, fl. 209 v.

(2) *Archivo Histórico Portuguez*, vol. VII, pág. 240.

RODRIGUES (BALTESAR) — GUADAMECILEIRO

A pág. 44 das *Inscripções de Gôa,* de Rivara, lê-se o seguinte: «Esta sepultura é de Baltesar Roiz Guodomicileiro e de sua molher Maria Peixota que Deus aja e de seus erdeiros. Faleceu aos 21 dias de setembro na era de 1557 anos».

ANES (GIL) — PELITEIRO

«Carta de privilegio a Gil Eanes, francês, morador em a nossa mui nobre leal cidade de Lisboa, peliteiro do infante D. Fernando. Dante em a cidade de Evora, 20 dias de abril de 1452» (1).

Segue-se outra em resumo de Armam Banoua, peliteiro, morador em Lisboa. Evora, 28 de março de 1452.

FERNANDES (JORGE) — PELITEIRO

«j̄ijᶜ reis a Jorge Fernandes peleteiro do Cardial por duas escuras em xb de junho de 1538» (2).

FUENTE (PEDRO DE LA) — PELITEIRO

Francês. No dia 25 de maio de 1557 compareceu no tribunal do Santo Ofício a denunciar João Normão, natural da Normândia, por êle não se confessar, tendo-o a testemunha como luterano (3).

GONÇALVES (A.º) — PELITEIRO

«j̄ rs que deu A.º Glz piliteiro delRei en xx de novembro de 1538» (4).

GONÇALVES (JOÃO) — PELITEIRO

«j̄ijᶜ rs a Joam Gllz, piliteiro, de compra de huũa peliqua que lhe a dita srã mãdou ha de buiça per mandado ẽ x de

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 74.
(2) Idem — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina,* fl. 106 v.
(3) *Archivo Historico Portuguez,* vol. VII, pág. 11.
(4) Torre do Tombo — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina,* fl. 106 v., n.º 161 da *Casa da Coroa.*

março de bᶜRii e seu conhecimento em xb do dito mes e era» (1).

«j̄ bᶜ rs a J.º Gllz piliteiro por forrar estas roupas segimtes –s– bijᶜ rs de hũa escuba de cetim preto posta ẽ martas, e os biijᶜ rs de forrar outra roupa de cetim preto ẽ arminhos per mandado a comtadores a xxbij de maio de bᶜRj e seu conhecimento aos dous de junho da dita era» (2).

«ij̄ixᶜ rs a J.º Gllz piliteiro de feitios de seu oficio que ẽtregou na camara das sortes e preços seguintes –s– bᶜ rs de forrar hũas mangas de cetim preto de huũ roupão de martas com seus perfys de gatos. bjᶜ de forro de hũa escura de cetim preto forrado darminhos. biijᶜ rs de forro de hũa saya de cetim preto mamgas e diamteiras e roda com dez golpes ẽ as mamgas com seus perfys pera o Ifante. j̄ rs de correger huũ forro darminhos ẽ hũa saya da Rainha que estaua molhada e dalimpala, as quaes cousas e preços forão mostradas a dita srã̃ e ouue por bem que se lhe pagasem per mandado em x de março de bᶜRij e seu conhecimento em xb do dito mees e anno» (3).

HENRIQUE (MESTRE) — PELITEIRO

Era francês, morador no Porto. Carta de privilégio em 27 de agosto de 1451 (4).

JANIM (MESTRE) — PELITEIRO

Morava na cidade do Porto, e em carta, dada em Lisboa a 28 dias de agosto de 1451, foi-lhe feito um aforamento de casas nas Quengostas (5).

JOÃO (PITE)

No dia 10 (ou 9) de junho de 1542 compareceu no tribunal do Santo Oficio Pite João, francês, natural de Lião, peliteiro, e disse que em Saragoça um francês, João, em conversa com êle lhe dissera que na Alemanha derrubaram as igrejas

---

(1) Torre do Tombo — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 166.
(2) Idem — Idem, fl. 150.
(3) Idem — Idem, fl. 158 v.
(4) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 37, fl. 127.
(5) Idem — Idem, liv. 11, fl. 124.

e tiraram as rendas aos arcebispos e bispos, no que fizeram bem; convidou-o a vir para Portugal e nessa ocasião não quiz a testemunha vir. Aqui em Lisboa tornaram a encontrar-se, e então o tal João francês, que trabalhava em casa do peliteiro da Rainha, o convidou a ir para a Alemanha, porque lá poderia trabalhar nos dias santos, e como a testemunha trouxesse umas contas êle disse-lhe que as mandasse para o diabo (1).

JOSQUIM — PELITEIRO

Era francês e morava em Lisboa. Carta para andar em mula, dada em Evora a 12 de novembro de 1449 (2).

Segue-se outra carta de privilégio, dada a 15 de janeiro de 1450 (3).

Vide a doação que lhe fez Xofrem, charamela de D. Afonso V (4).

RAS (NICOLAS) — PELITEIRO

Carta de privilégio a Nicolas de Ras, francês, peliteiro, morador em a nossa cidade de Lisboa. Derradeiro de março de 1453 (5).

GONÇALVES (AFONSO) — SELEIRO

Afonso Gonçalves, castelão, morador em Olivença, mestre de fazer selas ginetes. Carta de privilégio emquanto viver na dita vila e usar do seu ofício. 17 de dezembro de 1445 (6).

SIMÕES (MANUEL) — SELEIRO

Natural de Lisboa, filho de Miguel Simões. Tomado por seleiro da casa real, na vaga que deixou, falecendo, seu pai. Alvará de 11 de junho de 1657 (7).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 109.
(2) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 25
(3) Idem — Idem, liv. 11, fl. 70.
(4) Idem — Idem, liv. 1, fl. 101.
(5) Idem — Idem, liv. 3, fl. 5.
(6) Idem — Idem, liv. 5, fl. 16.
(7) Idem — *Matriculas*, liv. 5, fl. 843 v.

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 5, pag. 274)

ADDIÇÕES E CORRECÇÕES

Tomo I, pag. 112, segunda linha. — Deve emendar-se para F(ilho) de R(odrigo) de Morais.

Tomo I, pag. 117. — O marquez de Caylos poz sitio a Bragança a 4 de agosto de 1710, com dois mil cavallos e cinco mil infantes e o levantou a 14 do mesmo mez (1).

Nos livros do registo parochial desta freguezia de Baçal ha especies interessantes relativas ao caso. Assim no assentto de baptismo de Antonio Martins, filho de Francisco Martins e de Maria Pires, nossos quartos avos paternos, nascido a 11 de junho de 1711, se diz que a mãe fugiu com o filho no mesmo dia que o deu á luz «por causa do lugar combatido do inimigo» para o lugar de Sacoias, onde o fez baptisar e dalli para S. Pedro dos Sarracenos a mais de duas leguas de distancia.

No de Maria filha de Antonio Pires e de Izabel Martins, nascida a 15 de agosto de 1710, declara o parocho «que foi bautizada en casa por nececidade pello capellão do general do marquez de Vai *(sic)* por naquelle tempo estarem com o exercito em este lugar e eu os mais fregueses termos fugido para a cidade de Bragança».

No de Anna, filha de João Pires e de Domingos Esteves, nascida a 15 de fevereiro de 1710, se diz: que «foi batizada em casa por mi por causa de aver rebate na noute que naseo por ser tempo de geras» *(sic)* (guerras?).

---

(1) Borges, *Descripção Topographica,* etc. Noticia 2.ª

Daqui se vê que as perturbações da guerra continuavam em Baçal apesar de os castelhanos haverem levantado o sitio.

Tomo I, pag. 123 e 124. — A invasão de Miranda do Douro teve lugar por Constantim e Iffanes. Trinta mil hespanhoes sob o commando do general O'Reilly (coronel da guarda real) avançaram sobre Miranda atravessando a fronteira em 5 de maio de 1762. Devia ter sido a 5 ou 6 de maio de 1762 que teve lugar a violação de todas as mulheres de Malhadas, á excepção de uma que ficou escondida debaixo de um carro n'um curral.

Ainda hoje as mulheres de Malhadas consideram como apodo afrontoso a frase — *todas, todicas...* (que se completa) *unas paridas, outras prinhadas,* ou ainda: *todas, todicas las ibam pinchando por detras de las paredes, solo eu levei sete d'un generalico que facia ran tan plan* (era um corneta) alusiva ao caso e correm á pedrada e com espetos o que ousa pronuncial-a.

Em quanto a maior parte do exercito cercava Miranda, destacava-se uma columna importante que occupou o Vimioso em 6 de maio. Dias depois entraram os hespanhoes em Outeiro e, senhores do castello, que tinha uma fraca guarnição, obrigaram os habitantes da villa e das povoações visinhas a ir trabalhar nos fornilhos e minas, que cheias de polvora fizeram ir pelos ares o castello.

Na noite de 14 para 15 de maio de 1762 uma columna hespanhola, tendo por guia um seu compatriota (gallego) que residira ou conhecia bem Bragança, torneando a cidadella pelo terreno proximo da ponte do Jorge, conseguiu chegar ao largo de S. Vicente sem ser presentida, ao mesmo tempo que outras forças avançavam do Alto de Gimonde pela Seara até aos altos proximos de S. Sebastião, arrabaldes da cidade. No dia 15, em presença de forças consideraveis do exercito hespanhol capitulou Bragança. Os hespanhoes tentaram ainda derrubar as muralhas da cidadella pelo lado nascente e sul por meio de fornilhos e minas de polvora; mas desistiram pela necessidade de marchar sobre Chaves e Moncorvo que se renderam: a primeira a 15 e a ultima a 19 de maio. A falta de recursos locaes obrigou o exercito a dividir-se em columnas que se distribuiram pelas povoações existentes em sua linha de marcha. A columna forte de Moncorvo tentou atravessar o Douro e passar para a Beira afim de dar a mão ao marquez de Sarria que ia cer-

car Almeida, porem forças portuguesas postadas proximo de Fozcoa impediram-lhe a passgem para Villa Nova de Fozcoa.

A columna que de Chaves pretendeu passar para o Minho encontrou resistencia nas alturas de Montalegre, em vista do que as forças hespanholas, abandonando as praças de Traz os Montes, á excepção de Chaves, reentraram em Hespanha, indo reforçar o exercito do marquez de Sarria que cercava Almeida.

Tomo I, pag. 160. — A frase: Outeiro, no concelho de Bragança, deve emendar-se para: Outeiro, em Hespanha, fronteiro ao concelho de Bragança, que foi onde se deu a acção.

Tomo I, pag. 172. — No exemplar que possuimos das *Epistolas Selectas* de S. Jeronymo ha, nas folhas em branco das capas a seguinte noticia:

«No dia vinte e sete de Fevereiro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jhesus Christo succedeu a Revolução contra a Nova Constituição do Reino de Portugal nesta cidade de Bragança pella huma hora da Noite amanhecendo para quinta Feira depois de Domingo dos Passos de N. S. C. Bragança 27 de Fevereiro de 1823. Francisco Xavier Vicente Pires do lugar de Baçal termo da cidade de Bragança estudante».

Este Francisco Xavier Vicente Pires era irmão de nossa avó materna Maria Thereza Vicente; nasceu em Baçal a 18 de julho de 1805 e falleceu em S. Pedro dos Serracenos, onde era parocho, concelho de Bragança, a 19 de abril de 1834, ambos subrinhos paternos do Pe. Francisco Xavier Martins nascido em Baçal a 13 de agosto de 1764 e aqui fallecido a 19 de agosto de 1847 e maternos do capitalista Antonio Jose Pires Grandaes, um dos fundadores do Banco de Portugal, nascido em Baçal a 12 de agosto de 1785 e fallecido em Lisboa, rua dos Navegantes, n.º 14, a 18 de julho de 1860.

Tomo I, pag. 200. — Como documentação do regimen de espionagem aí referido damos mais os seguintes transcriptos da «*Policia Secreta de Lisboa — 1826*» de que nos mandou copia o distincto investigador, conselheiro Alfredo Menéres.

«*Agosto 7.* — Saiba como se chama o Inglez, visinho do Pastor, a quem huma mulher de capote ia levar dinheiro da parte da Rainha, para ser entregue em Bragança ás beatas: veja se apura alguma circunstancia que possa ilucidar este

negocio; especialmente ácerca do dinheiro que se diz espalhado pelos soldados do 24, que estão em Bragança, aos quaes se tem dado baixa. Convem saber se isto é obra dos Inglezes, como se assevera, ou manobra do partido sanguinario; enfim trará este negocio a toda a luz, com segredo e cautella. Advirto-lhe que defronte do Pastor, em hum primeiro andar, rezide hum negociente Inglez chamado Duart, o qual, segundo diz hum homem seu caixeiro, não tem correspondencia para Bragança, mas, podendo ser que o dito caixeiro falte á verdade, inda que goza de boa opinião, faça sempre a este respeito alguma indagação.

«*Agosto 24.* — Indague em Belem a rezidencia de huma Domingas, que foi regente do recolhimento das beatas em Bragança no tempo do Bispo Veiga Cabral, de quem era favorita, e de quem teve hum filho; e se puder obter com exatidão, o que tem havido sobre dinheiros dados em Bragança ás beatas e aos soldados do 24 que tem tido baixa; e alguma outra circumstancia, ainda não sabida, estimal-o-hei muito. Escuzo porem indicar-lhe os meios de que deve uzar, cazo descubra esta mulher, porque deixo isso á sua discrição».

O intendente de policia contra os *Absolutistas* e *Carlotistas* era Simão Ferraz, depois conde de Renduffe. A insinuação referente a um filho do bispo D. Antonio da Veiga Cabral não passa de calumnia infame espalhada a meia voz por seus inimigos.

Tomo I, pag. 213. — «No dia 27 de abril de 1846, entrou na povoação da Cisterna, concelho de Santalha [hoje de Vinhaes] uma guerrilha de trinta homens, pela maior parte hespanhoes e alguns criminosos portuguezes que se achavam refugiados em Hespanha e como o commandante não quizesse annuir á intimação que lhe foi feita pelo juiz eleito para depor as armas, os habitantes da povoação, com os de Villarinho o constrangeram a voltar para Hespanha, aonde depois de algum fogo com os carabineiros reaes, foi obrigado a render-se» (1).

Tomo I, pag. 237. — Macedo de Cavalleiros tem agora mais outra feira nos dias 18 de cada mez. Bragança tem

---

(1) *Diario do Governo* de 12 de maio de 1846.

mais outra feira nos dias 12 de cada mez creada por proposta do vereador da camara municipal Manuel Domingos Affonso Tiza, parocho de Avelleda de cuja freguezia, povoação de Varge, é natural. Foi a 12 de fevereiro de 1916 que se realizou a primeira. Tambem em novembro de 1916 foi, pela Camara Municipal de Bragança creado um mercado nos dias 4 de cada mez na povoação de Roças.

Tomo I, pag. 289. — A peste em Carção começou em novembro de 1855 e terminou em maio de 1856, segundo se vê pelo livro dos obitos da freguezia.

Tomo I, pag. 334. — Manuel Leite Pereira, brigadeiro, era governador da praça de Bragança em 1809 (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Acoordãos* do Cabido de Bragança de 1804 a 1829, fol. 10 a 24.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 7, pag. 379)

O «Don Juan» de Byron nada tem com a lenda. O autor deu ao herói um coração juvenil e qualidades atraentes. Ousado e generoso, inspira a simpatia geral. Filho de um ébrio e de uma mulher culta, rodeado de confessores terríveis e de preceptores ridículos, cresce no receio do inferno, até ao momento em que uma jovem devota, casada com um velho, lhe dá a primeira e involuntária lição de amor. Esta ligação termina pelo escândalo e emquanto Júlia entra no convento, Juan prepara-se para percorrer o mundo, acompanhado de três criados, um preceptor e um cão. Um naufrágio desembaraça-o de tão grande companhia e atira-o nú, esgotado, moribundo para uma ilha do Arquipélago. É aí encontrado na companhia de Haydée. O regresso de Lambro, o pirata, pai da donzela, interrompe êstes amores e separa os amantes. É vendido como escravo a uma sultana. Conduzido ao harem, sob o disfarce feminino, passa aventuras pouco edificantes que lhe aumentam a experiência. Auxiliado por um inglês, foje do serralho e junta-se ao exército russo, no momento em que êle vai atacar Ismaïl. Distingue-se tanto na acção que Souvarow, entusiasmado com a sua coragem, encarrega-o de ir levar a notícia da feliz vitória a Catarina II, da Rússia, que lhe faz um brilhante acolhimento. Daí dirige se a Londres, onde a hospitalidade das belezas britânicas satisfaz os seus desejos, se é que os não ultrapassa.

Sôbre o valor da obra, citarei o juizo do grande Goethe, que sempre foi bem parco em homenagens: «Ein grenzenlos-geniales Werk, menschenfeindlich bis zur herbsten Grausamkeit, menschenfreundlich in die Tiefen süssester Neigung sich versenkend. Dem wunderlichen, wilden schonungslosen Inhalt ist auch Behandlung der Verse ganz gemäss: Der Dichter

schont die Sprache so wenig als die Menschen» (1). (Eduard Engel «Geschichte der englischen Literatur», pag. 324).

Pelo exposto se vê que Byron aproveitou da lenda apenas o título; segundo Medwin, a scena do naufrágio, como outras, fôram inspiradas de *La Diavolessa,* de Gian Battista Casti; no terceiro e quinto actos utilizou, na opinião de Shelley, *Anastasius* de Th. Hope e as *Memorias* de um moderno grego, cuja composição fôra a princípio atribuída ao próprio Byron. Para a descrição do cêrco de Ismaïl aproveitou, como êle próprio confessa no prefácio aos cantos VI–VIII, a obra do marquês de Castelnau «Essai sur l'histoire ancienne de la nouvelle Russie». A fonte principal de toda a obra deve procurar-se porêm na vida do poeta; da sedução de Juan por Júlia poderia ter-se lembrado por quaisquer factos análogos sucedidos com êle em Cadiz; em «Dona Ignez» julga-se que o poeta representou sua esposa; o naufrágio também lhe podia ter sido sugerido pelas narrativas do seu avô almirante, ou pela leitura de outros livros de viagens e aventuras marítimas. O mercado de escravos de Constantinopla conhecia-o êle *de visu,* e talvez mesmo a vida do harem; na sátira do meio londrino, a sociedade da época devia perceber alusões directas a personagens e situações reais. Daí as críticas severas, crueis e injustas que lhe foram dirigidas por alguns compatriotas, representantes daquela moral burguêsa, *filistina,* como dizem os alemães, que não perdôa a quem conhece as suas misérias, ocultas sob a capa de santidade, e muito menos a quem as põe a nú sem dó nem piedade. Entre elas citaremos as de Lord Jeffrey, no «Edinburgh Review», que acusa Byron de querer «destroy all belief in the reality of virtue and to make all enthusiasm and constancy of affection ridiculous»; a de R. Caleb Colton, que nos seus «Remarks on the Tendencies of Don Juan», resume a sua apreciação sôbre a obra, nestas palavras de Scaliger sôbre o poema do cardeal Bembo: «Hoc poema vocare possis aut obscoenissimam elegantiam, aut elegantis-

---

(1) No trabalho de Walcott, *English Minsters,* London, 1878, vol. II, 8.º, tom. II, pág. 168, vem referida a seguinte lenda que é sem dúvida uma versão inglêsa, conquanto bastante livre, da lenda de Dom Juan: «O ecónomo do convento jurou num acesso de colera que daria as suas provisões a comer aos mortos. Uma noite, ao passar junto da sala do capítulo, a porta abriu-se, ao mesmo tempo que ouvia uma voz chamá-lo; em cada assento estava um morto, e os cadáveres reunidos em conselho decidiram que o ecónomo morresse nesse ano».

simam obscenitatem»; a de John Styles, que num sermão publicado com o título «Lord Byron's works viewed in connexion with the Christianity and obligations of social life», lhe chama *libidinous satyr;* a de George Croly, que sob o pseudónimo de Cato, no «Letter of Cato to Lord Byron», o classifica de *living literary monster,* etc., etc. Os grandes críticos e poetas, como Leigh, Hunt, Moore, Walter, Scott, Hazlitt, apreciaram o justo valor do notável poema (1).

---

(1) O poeta espanhol, Espronceda, inspirando-se de Byron, escreveu «El Diablo Mundo», um poema notável pela linguagem impetuosa, pelo arrojo dos conceitos, pelo tom sentimental e que de quando em quando nos lembra o drama de Goethe.

Con lances raros y revuelto asunto
De nuestro mundo y sociedade emblema,
Que hemos de recorrer punto por punto.
.....
Fiel traslado....., cierto transuto
De la vida del hombre y la quimera
Tras de que va la humanidad intera.

O canto primeiro, sôbretudo, tem semelhanças evidentes com o primeiro monólogo de Fausto. Assim como o doutor alemão reconhece a inanidade dos conhecimentos aprendidos dos livros e abandona a sciência livresca para se lançar na vida à procura da verdade — ideal generoso e desinteressado a que sacrifica a bemaventurança futura — também no poema espanhol figura um velho sábio, desiludido dos ensinamentos da sciência, das glórias e pompas do mundo, pois «todo es mentira y vanidad, locura» que aspira à juventude perene, à imortalidade. Enquanto entregue a êstes devaneios, aparece-lhe uma visão na figura pálida e amorosa de uma mulher, que estreitando-o de encontro ao seio lhe dá a mocidade, prognosticando-lhe ao mesmo tempo que há de amaldiçoar ter tido tão loucas aspirações. A obra é um quadro magistral das misérias humanas, onde são tratados os temas mais variados:

Batallas, tempestades, amorios
Por mar y tierra, lances descripciones
De campos y ciudades, desafios
Y el desastre y furor de las pasiones;
Goces, dichas, acertos, desvarios,
Con algunas morales reflexiones
Acerca de la vida y de la muerte,
.....
En varias formas, con diverso estilo
En diferentes términos, calzando
Ora el coturno trágico de Esquilo
Ora la trompa épica sonando:
Ora cantando plácido y tranquilo,
Ora en trivial lenguaje, ora burlando,
Conforme esté mi humor, porque á él me ajusto
Y allá van versos donde va mi gusto.

Há um passo no fim do poema impressionante pelo contraste de situações completamente opostas. Uma pobre velha chora a morte da

A pretensa imoralidade do poema não tinha razão de ser; Byron quiz pintar um homem vítima do estado social e dos costumes, e talvez o juizo mais exacto sôbre a obra se encontre nas palavras que o poeta dirigiu de Ravenna ao editor Murray em 16 de Fevereiro de 1821: «Quero fazer um Don Juan que seja um cavaleiro servil em Itália, uma causa de divórcio em Inglaterra; uma figura sentimental como Werther na Alemanha, de modo que ponha a ridículo todos os costumes sociais. Não sei todavia se o castigarei com o inferno ou com um matrimónio infeliz, porque ignoro o que é peor».

Byron com a composição do *Don Juan* mostrou mais uma vez a independência do seu génio, a sua altiva personalidade que não imita servilmente qualquer autor ou se subordina sem condições a qualquer lenda e tradição. É tambem o caso do poema dramático *Manfred* que, comquanto inspirado do Fausto, está longe de ser uma simples adaptação da tragédia alemã, à qual sem dúvida se assemelha pela profundeza da concepção, elevação da linguagem, objectividade das descrições, etc. Mas Manfred, ao contrário de Fausto, não se deixa dominar pelos poderes infernais, não entrega a alma ao demónio; resiste com a coragem estoica a todos os espíritos sombrios.

---

filha; está de vela ao cadáver, mas em sua casa na mesma ocasião mancebos pervertidos e mulheres de má nota entregam-se a orgias de toda a ordem. Adan — assim se chama o herói — fica estupefacto, ao ver tal espectáculo, mas a infeliz criatura explica que vive dos fregueses e por isso apesar das suas sentidas máguas não pode pôr cobro a scenas que parecem um insulto à sua dôr. Inquerindo do motivo de seus prantos, Adan sabe da morte de Lucia e desperta por momentos na desolada mãe a esperança de que haverá meio de trazê-la à vida. A velha tudo sacrificaria pela existência da filha querida; seria capaz de por ela cometer os maiores crimes, arrostar os maiores perigos. Desorientada mistura em suas preces, imprecações medonhas, implora o auxílio do diabo. Que adonde falta Dios el diablo alcanza.

Não é bem claro o pensamento do autor nos versos finais, mas a sua verdadeira interpretação parece-me ser esta: a desgraçada está disposta a renunciar à salvação pela existência da filha,

Pedazo de las entrañas mismas de su madre.

Se o acto do Fausto lendário — a entrega da alma em troco da verdade — mostra grandeza de ânimo quási incompreensivel, pois os fins que tem em vista são essensialmente desinteressados e impessoais, o procedimento da velha será menos alevantado, mas é mais humano e por isso mais tocante.

Em carta dirigida ao seu editor, em Junho de 1820, escrevia Byron: «Enclosed is something which will interest you; to wit, the opinion of the greatest man in Germany — perhaps in Europe — upon one of the great men of your advertisements (all «famons hands», as Jacob Tonson, used to say of his ragamuffins) — in short, a critique of Goethe's upon *Manfred*. There is the original, an English translation, and an Italian one: keep them all in your archives; for the opinions of such a man as Goethe, wether favourable or not, are always interesting — and this is more so as favourable. His *Faust* I never read, for I don't know german; but Mathew Monk Lewis in 1816 at Coligny translated most of it to me *viva voce* and I was naturally much struck with it; but it was the Steinbach and the Jungfrau and something else, much more than Faustus, that made me write Manfred. The first scene, however, and that of Faustus are very similar». A crítica que acompanhava a carta era um extrato da seguinte apreciação sôbre a obra publicada por Goethe na «Kunst und Althertum»: «A tragédia de Byron, Manfred, foi para mim um fenómeno admirável que me impressionou profundamente. Êste poeta, extraordinariamente intelectual, utilizou o meu Fausto para dali extrair o alimento mais forte e adequado à sua natureza hipocondríaca. Aproveitou os motivos para os seus fins especiais, de modo que nenhum dêles ficou o mesmo, e é sob êste ponto de vista sôbretudo, que lhe admiro o génio. O todo está tão completamente refundido que seria problema interessante para o crítico indicar, não só as alterações que o poeta introduziu, mas os pontos de semelhança ou dessemelhança com o original. Não nego comtudo que o tom pessimista da obra, onde dá expressão a um desespêro exuberante e sem limites, por fim nos oprima. Byron causa-nos sempre admiração e estima, e ao mesmo tempo desgôsto. Esta tragédia revela-nos a quinta essência do mais admirável talento que apareceu para tormento dêle próprio. A poesia e a vida do grande génio dificilmente permitem uma apreciação justa e equitativa. Confessou muitas vezes o que o atormentava, pintou-o com frequência, mas poucos sentiram compaixão pelo sofrimento intolerável que o perseguia sem descanço. Há duas mulheres, cujos espíritos não o deixam um momento, e que na peça desempenham papeis importantes: uma sob o nome de *Astarte,* a outra sem forma ou presença actual, uma simples voz. Da triste ocurrencia, sucedida com a primeira, conta-se o seguinte: «ainda muito novo manteve relações bastante

íntimas com uma dama florentina. O esposo para vingar a honra ofendida, matou-a, mas o assassino na mesma noite apareceu morto na rua; não se descobriu quem foi o criminoso». Lord Byron saiu sem demora de Florença.

«Êste incidente romântico é muito verosimil, pelas inúmeras alusões que lhe faz no poema. Assim, por exemplo, dominado por pensamentos sinistros, aplica a si a história do rei de Sparta. Pausanias, general lacedemónio, cobre-se de glória com a importante vitória de Platea, mas em breve desmerece da confiança dos compatriotas pela sua arrogância, teimosia e intrigas secretas com os inimigos do seu país. Pesa sôbre êle o crime de sangue inocente: quando comandava a armada dos aliados gregos no Mar Negro, perdeu-se de amores por uma donzela bisantina. A grande custo os pais, depois de grande insistência, cederam a mão da filha ao famoso guerreiro, devendo ser-lhe entregue de noite. A donzela, por vergonha e recato, pedia à criada que apagasse a luz, mas para desgraça sua, enquanto procura caminho no quarto às escuras, desperta Pausanias que, julgando-se atacado por algum inimigo, desembainha o gládio com que atravessa o peito da infeliz noiva. O fantasma da vítima persegue-o por toda a parte; é em vão que implora o auxílio dos deuses e dos sacerdotes.

«Deveria ter o coração dilacerado, o poeta que apropria esta scena da antiguidade e que sucumbe sob a sua trágica imagem. O monólogo «We are the fools of time and terror», acto II, scena II, em que transparece o aborrecimento da vida, é bem significativo a êste respeito. Recomendamo-lo como exercício a todos os amigos de declamação».

A apreciação do autor do Fausto oferece-nos um exemplo curioso das ideias que corriam por toda a Europa sôbre Byron, como homem misterioso e sinistro. A suposição de Goethe é infundada por completo. Quando Byron escreveu a obra, não tinha visitado ainda Florença. Tambem em relação à segunda figura de mulher «Te Voice» do poema está Goethe em êrro.

Pelo seu interesse, passo a resumir o assunto do poema. Consta de tres actos, e é das poucas produções em que o poeta trabalhou várias vezes; a recomposição do terceiro acto, sôbretudo, deu-lhe bastante trabalho. Abre como o Fausto de Goethe, com a invocação dos espíritos, aos quais implora auxílio contra os pensamentos que o não deixam socegar. Entre cânticos românticos aparecem; uma única solicitação lhes dirige Manfred «Forgetfulness». A seu pe-

dido surge um fantasma na figura atraente de uma bela mulher (confr. Gretchen-Helena), mas quando vai saudá-la, ela desvanece-se. Manfred cái sem sentidos. Ouve-se ao longe uma voz que lhe anuncia o triste destino em terríveis imprecações:

> .....
> ....
> By the perfection of thine art
> Which passed for human thine own heart;
> By thy delight in other's pain,
> And by thy brotherhood of Cain,
> I call upon thee! and compel
> Thyself to be thy proper Hell.
> And on thy head I pour the vial
> Which doth devote thee to this trial;
> Nor to slumber, nor to die,
> Shall be in thy destiny.
> Though thy death shall still seem near
> To thy wish, but as a fear;
> Lo! the spell now works around'thee;
> And the clankless chain hath bound thee;
> O! er thy heart and brain together
> Hath the word been pass'd — now wither!

A seguir, vêmo-lo de novo num dos picos mais escarpados da Jungfrau procurando a morte; é salvo por um caçador de camurças. No segundo acto encontra-se ainda na cabana do caçador, meditando sôbre o seu crime incestuoso:

> I say't is blood — my blood! the pure warm stream
> Which ran in the veins of my fathers, and in ours
> When we were in our youth, and had one heart,
> And loved each other, as we should not love,
> And this was shed: but still it rises up,
> Colouring the clouds, that shut me out from heaven,
> Where thou art not — and I shall never be.

O motivo é o mesmo do Giaour:

> My injuries come down on those who loved me —
> On those whom I best loved: I never quelled
> An enemy, save in my just defence —
> But my embrace was fatal.

Pela segunda vez encontramos Manfred, atormentado pelo remorso, ao pé de uma catarata num vale dos Alpes, invocando a fada alpina, a quem conta desenvolvidamente a história da sua vida e da sua amada, de cuja morte foi a causa.

*

A fada promete aliviá-lo do seu martírio, se lhe jurar obediência, mas Manfredo — e é esse também o feitio de Don Juan — como de costume, dá provas do seu carácter violento, génio altivo e independente, preferindo a ruína à sujeição:

> I will not swear — Obey! and whom? the spirits
> Whose presence I command, and be the slave
> Of those who served me — Never!

No monólogo seguinte dá largas à sua paixão e compara o seu destino ao do lacedemónio Pausanias e da infeliz donzela Cleonica. Esta scena é uma das mais poéticas; ha qualquer cousa de mágico na tranquilidade dêste lugar delicioso; temos a impressão de que estamos realmente na sua presença. No lirismo de Byron palpita um mundo de sentimentos indefinidos, de aspirações não satisfeitas, de poderosas energias, de devaneios, de emoções sem limites. A natureza é descrita em quadros admiráveis; o universo ao vulgo deixa-o insensível; ao poeta fá-lo estremecer nas mais íntimas fibras.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 7, pag. 367)

O cronista oficial da Renascença, varão de toga negra e prosaico, lido no artificial e palavroso Lívio, e fatigado, talvez, de revistar e aplicar leis positivas, carecia de intuição para julgar das exuberâncias generosas e sentimentais da alma medieval. Assim, Duarte Nunes, numa grande simpleza, descrê do feito de Egas por o julgar indigno (1) do carácter dos figurantes, e explica a sua entrada em nossas histórias pelo indesculpável descuido que atribue ao rico-homem de Riba de Douro, o papel realmente desempenhado pelo conde Pero Ansures, também aio, porêm aio de D. Urraca, num episódio similar, sucedido antes, em Castela, ao tempo das graves dissensões travadas entre a citada raínha e seu marido Afonso, o *Batalhador*, rei de Aragão e de Navarra.

O caso mui verídico (2) de Pero Ansures, longe de escu-

---

(1) Escreve Duarte Nunes de Leão: «A historia de Egas Moniz, & sua molher & seus filhos irem despidos ante el Rei de Castella cõ baraços ao pescoço, ainda q̃ não fora o presuppposto falso de el Rei de Castella vir a Portugal, per si era incriuel & rediculosa, & infame para hũ homẽ tam valeroso & sua molher, q̃ foi hũa grande matrona, & seus filhos naquelle tempo de grande idade, de cujo conselho & esforço el Rei Dõ Affonso Henriques se seruio em todos os negocios que emprendeo, os quaes cõ aquelles braços mais mouerião a el-Rei de Castella & aos seus a riso q̃ a misericordia. Nem a misericordia, se para isso ião, era honrosa para quem se offerecera padecer por honra & fama». (*Loc. cit.*, fl. 78).

(2) «A Rainha Dona Vrraca de Castella, irmaã da nossa Rainha Dona Tareja, sendo viuua do Conde Dõ Raymõ de Borgonha, foi mui infamada, ainda em vida de seu pai, com hum Conde Dõ Gomez de Campo de Espina, q̃ della houue hũ filho encuberto, q̃ por esse respeito se chamou furtado: do qual dizem descendem os Furtados de Castella. Casando

recer a autenticidade do episódio de que me ocupo, porventura um dos melhores pergaminhos da Cavalaria portuguêsa, documenta como a sociedade da Idade Média apreciava, a despeito de seus desmandos e brutalidades, os actos reveladores duma elevada índole moral. O exemplo famoso de D. Egas, não só enfeita como uma vinheta toda entertecida de rosas brancas, a primeira página da crónica das lutas que protraímos em prol da nossa autonomia, mas, também deu frutos ópimos. Veiu a contar numerosos devotos em Portugal, o culto do carácter; e se não fôra assim, a obra da independência seria irrealisável, porque o triumfo das grandes aspirações colectivas, vinga apenas à custa dos mais graves sacrifícios individuais. Só progridem as sociedades aonde a generosidade prevalece sôbre o egoismo, o interesse comum se altea sôbre as ambições pessoais, e em cuja consciência se arreiga o amor pela observância do dever. Ora o dever torna-se sempre difícil de cumprir, quando implica preciosos holocaustos; na grandeza, porêm, do sacrifício melhor se aquilata a tempera do espírito que se lhe sobordina, e todo o valor das concepções religiosas e morais que o determinam.

Nas doutrinas sublimes do cristianismo souberam os nossos avoengos entrelaçar as mais puras idealisações cavalheirescas. A crença em Deus, na sua Justiça, na sua Misericórdia, rasgavam-lhes horizontes por onde as suas almas hauriam o sentimento mais complexo e justo da responsabilidade, e ganhavam a esperança e a confiança que alevanta o ânimo e desfaz

---

despois disto com Dõ Affonso o Batalhador, Rei de Aragão & de Navarra, & não mudando os costumes, mas cõmettendo mais erros & dissoluções, seu marido a teue retraida em hũ Castello, donde ella por conselho do Conde Pero Ansurez seu aio, se acolheo a seus reinos de Castella, q̃ herdara de seu pai. E fazendo ella cortes, por conselho outro si do mesmo seu aio Pero Ansurez, pedio aos fidalgos q̃ tinhão as fortalezas da mão del Rei seu marido, q̃ lhas entregassem a ella, por ter feito diuorcio cõ elle. Pero Ansurez lhas entregou em nome de todos, & para se liuar da culpa da homenagem q̃ quebrara a el Rei, se fora a Aragão vestido de escarlata, & posto em hũ cauallo branco sem barrete na cabeça & com hũ baraço na mão como quem ia a padecer, entrou na côrte & se foi a el Rei, & perante os grandes do reino lhe disse, q̃ as terras q̃ S. A. lhe dera em guarda, elle as entregara aa Rainha sua natural senhora, cujas erão: & q̃ as mãos & a cabeça com q̃ por ellas lhe fizera homenagem trazia alli, para q̃ o castigasse com aquelle baraço, ou como lhe parecesse. El Rei com nojo o quisera matar, mas tornando a si, com acordo dos de seu conselho, q̃ hi estauão, lhe perdoou, hauendo q̃ o fizera como bom caualleiro & vassallo leal». (Duarte Nunes de Leão, *Chronica del Rei Dom Affonso Henriquez*).

os pavores da morte, porque o trânsito para aqueles que oferecem a vida nos combates em serviço de Deus e da Pátria, ou de causa justa e generosa, longe de representar miserável tributo, significa prémio, ventura, glorificação. Por seu turno aprimorava a Santa Ordem e enaltecia todos os grandes predicados, como a intrepidez levada à temeridade, o rasgo nobre, a lealdade, a fidelidade, a devoção pela pátria, pelo chefe, pelo amigo, sem os quais a vida social jámais se teria libertado da barbaria.

Foi sob o influxo de semelhantes preceitos que os nossos maiores, à custa de sacrifícios memoráveis, ajuntaram todo o enorme cabedal da bemdita herança que ainda nos foi dado disfrutar: uma pátria independente e livre, um soberbo império de alêm-mar, um nome glorioso e respeitado na História.

Outra tradição curiosa e enternecedoura resa sôbre os feitos de insignissima fidelidade atribuidos aos dois últimos servidores de D. Sancho II. Como é notório, depois de depôsto (1) êste soberano desventurado, pelo pontífice Inocêncio IV, no concílio de Lião (1245) (2), foi investido nas altas funções de regente e governador do reino, seu irmão D. Afonso (3), casado com a Condessa de Bolonha, Matilde (4). Cuidou o regente, logo que assumiu as redias do govêrno, de ordenar aos alcaides-móres a promta entrega dos castelos. A exigência ofereceu dificuldades. Repugnava a muitos sujeitarem-se a diversa jurisdição, sem o consentimento de Sancho, a quem estavam obrigados por homenagem.

E, aos que assim não praticavam o próprio conde D. Pe-

---

(1) Fr. Antonio Brandão, *Monarchia Lusitana*, tom. IV, liv. XIV, cap. XXV.

(2) A bula da deposição de el-rei D. Sancho II, vem inserta no Apêndice do tom. IV da *Monarchia Lusitana*, escritura XXV.

(3) *Idem*, cap. XXVI a XXX.

(4) D. Afonso «casou pela primeira vez, no anno de 1235 com Mathilde, Senhora do Condado de Bolonha em França: era a Condessa Mathilde já viuva de Filippe de França, que faleceo no anno de 1233, filho de Filippe Augusto, Rey de França, e de sua terceira mulher a Rainha Ignez.... Era a Condessa Mathilde filha unica, e herdeira de Reynaldo, Conde de Dammartim, e de Ida de Bolonha. Deste matrimonio com o Infante D. Affonso de Portugal não teve filhos a Condessa Mathilde, como uniformemente dizem quasi todos os Historiadores, não só Portuguezes, mas Extrangeiros de boa nota». (*Historia Geneologica da Casa Real Portugueza*, tom. I, fl. 165).

dro, neto do regente, poz nota de traidores (1), porque «ERÃO NAQUELLE TEMPO MUITO ESTRANHADAS SEMELHANTES VILESAS DE ENTREGAR CASTELO, COMO HE BEM QUE O SEJAM SEMPRE» (2). Mas, D. Afonso, ao depois, o terceiro do nome, insistia com promessas, com razões e ameaças, e por fim, aos que não logrou persuadir, submeteu pela violência.

Resistiram porêm dois alcaides, com inquebrantável tenacidade, aguentando-se na defensiva, sempre superiores aos maiores perigos e arrostando com firmissimo ânimo as mais amargas dificuldades, até à morte do infeliz exilado. Foram êles, o de Celorico, Fernão Rodrigues Pacheco (3) e o de Coimbra, D. Martim de Freitas (4). A lenda da truta (5), sôbremaneira gracil, lança uma nota alegre e espirituosa na

---

(1) «... e este Sueiro Bezerra ouue filhos bem máaus como elle e de tam máaos feitos, e fooram treedores tambem o padre com os filhos, cá derom peça de castellos na Beyra que tiinham delrrey dom Samcho a que aviam feita menagem por elles, e deramnos ao conde dom Affomsso de Bollonha quando viinha por gouernador do rregno per mamdado do papa». (*Livro das Linhagens*, tit. XLVI).

(2) Fr. Francisco Brandão, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XVIII, cap. XXXXIII.

(3) Descendia de Fernão Geremias, fidalgo principal do tempo do Conde D. Henrique (*Livro das Linhagens*, tit. L) e foi «tresavô de João Fernandes Pacheco senhor de Belmonte o que passando a Castella em tempo del Rey D. João I, deu principio á grande casa dos Duques de Escalona, Marquezes de Vilhena». (Fr. Antonio Brandão, *Monarchia Lusitana*, tom. IV, liv. XIV, cap. XXX).

(4) Descendia de Dom Diego Gomçalluez que «foi o que morreo na lide d'Ourique ante elrrey dom Affomsso o primeiro rrey de Portugall», conforme resa o *Livro das Linhagens*, tit. XLIIII.

(5) Refere Rui de Pina que «Dom Fernam Rodrigues Pacheco se alevantou huũ dia muito cedo, e andando polo muro cuydando na preça em que estava, e sobresso posto em desvayrados pẽsamentos seem determinadamente saber o que fazia, lembrando-se de Deos, lhe pedia muito de coraçam, que por sua misericordia por alguũa maneyra lhe socorresse, por taal, que nom cahisse em tamanha mingua de sua honra, como seria dar aquelle Castello se nom ha ElRey que lho dera e porque lhe tinha feyto menagem, e que durando nesta maginação, e oraçam, que vio vir contra ha ribeira do Mondego, que hee ahy junto, huũa Aguia, que trazia nas unhas huũa grande truyta, e que voando por cima do Castello lhe cahio dentro, ainda muy fresca, com que alguũ tanto logo se alegrou, e que ha mesma truyta, e cõ desse melhor paão, que no Castello se pode aver e aparelhar, mandou todo em presente aho Conde no arrayal, que tinha cercado, e lhe mandou dizer: Que beem ho poderia teer cercado quanto fosse sua mercee, mas que se por fome ho esperava tomar, que visse se hos homens, que daquella vianda erão beem bastecidos, se teriam rezão de entregar-lhe contra suas honras o Castello». (*Coronica del Rey D. Sancho II*, cap. X).

crónica sombria do cêrco de Celorico (1); o assedio de Coimbra (2), ao contrário, só findou depois duma dessas scenas, de tamanha magestade dramática (3), no seu nobre e elevado sentimentalismo, que ainda hoje se evoca comovidamente. Informado D. Martim da morte (4) do seu soberano, requereu tréguas e licença a D. Afonso para correr a Toledo, afim de verificar com seus próprios olhos a verdade da funebre notícia. Apenas chegou à velha cidade imperial, fez abrir a sepultura onde repousava o régio cadáver, poz-lhe debaixo do braço as chaves do castelo que recebera de D. Sancho II, e ajoelhando diante do morto, referiu numa prática (5) breve e sentidissima, toda a constância da sua fidelidade. Só depois dêste acto patético, revelador de uma delicadeza de alma admirável, se houve o nobre alcaide por desobrigado da menagem prestada. De tudo levantou auto e retomando as chaves, veiu a Coimbra para as entregar ao novo rei de facto e agora tambêm de direito.

Era o Conde de Bolonha cavaleiro, e soube medir devida-

---

(1) Ver em Rui de Pina, *loc. cit.*, cap. X. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, tom. I, fl. 219. — *Monarchia Lusitana*, tom. IV, liv. XIV, cap. XXX. — Mariana, *Historia General de España*, lib. III, cap. II. — Luis Duarte Vilela da Silva, *Compendio historico da vila de Celorico da Beira*, fl. 24.

(2) Rui de Pina, *loc. cit.*, cap. XII. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, tom. I, fl. 221. — *Monarchia Lusitana*, tom. IV, liv. XIV, cap. XXX, etc.

(3) Neste assunto se inspirou o drama *Martim de Freitas*, do ilustre escritor e estadista Mendes Leal, o qual foi representado com grande êxito no teatro de D. Maria II, em 1859.

(4) «Quarta Nonas Januarij (dia 2) obijt Dominus Sancius Illustrissimus Rex Portugalliæ Secundus Era M.CC.LXXXVI. (an. 1248) & jacet em Toledo». Encontra-se êste texto em uma memória do *Livro dos Obitos de Santa Cruz de Coimbra*, citado no tom. IV da *Monarchia Lusitana* (liv. XIV, cap. XXXII). O dia não está certo, porquanto o testamento de D. Sancho, feito em Toledo, tem a data de 3 de janeiro, de 1248. É porêm seguro que o falecimento do infeliz monarca teve lugar no mês e ano acima indicados.

(5) Fr. Antonio Brandão atribue a D. Martim de Freitas as seguintes palavras: «Emquanto entendi Rey, & Senhor meu que ereis vivo, sofri por vossa causa os ultimos trabalhos, & ora dissimulando, ora confortando a fraqueza, que sentia em meus companheyros, os fiz hir continuando honradamente: tudo o que se podia esperar de hum animo leal, & constante obrigado com juramento de fidelidade, me parece que tenho á risca cumprido. Agora pois sois morto, & não posso já entregarvos a Cidade, ao menos vos quero fazer entrega das chaves della, para que desobrigandome em vossas mãos as possa entregar a vosso irmão o Conde, como renunciação vossa, & não como triumpho de suas armas». (*Monarchia Lusitana*, tom. IV, cap. XXX).

mente toda a magnitude (1) do rasgo cavaleiroso do honrado paladino de seu irmão; e, por prémio quiz restitui-lo à tenência da cidade, desobrigando-o e aos seus sucessores de fazerem mais homenagens «por este ou outro qualquer castello que lhe encomendassem». Martim de Freitas não só se escusou da mercê, como proíbiu, sob pena de maldição, aos seus descendentes até ao quarto gráu, de aceitarem alcaidarias.

Esta história da tão requintada lealdade do alcaide do Castelo de Coimbra; aparece pela primeira vez em uma crónica de Rui de Pina (2); e por êste escritor não ser contemporânio do acontecimento que memora, têem conjecturado alguns — cujos processos críticos, estreitos e intransigentes, não merecem melhores louvores do que a nímia credulidade de outros — tratar-se simplesmente de lenda. Não vou no encalço de tais rigoristas. O caso de D. Martim está bem na sua época, sobremaneira cavaleirosa, na qual o pondonor se considerava como virtude correntia nos que cingiam uma espada, e a religião do juramento contava adeptos numerosos, ardentes, mais para recear pelo exagêro de suas práticas, do que pela míngua de fervor; e está bem na nossa terra, porque conforme resam conspicuos autores, «a constancia e a fidelidade» eram naqueles tempos, «naturaes da gente portugueza» (3). E depois, a crónica de D. Sancho II, redigida por Pina, tem de facto grande valor: é, nem mais nem menos, do que cópia ou resumo da crónica de D. Sancho II, de Fernão Lopes (4).

---

(1) Refere Acenheiro, que certo fidalgo advertira Martim de Freitas, quando êste entregava as chaves do Castelo de Coimbra a D. Afonso III, que pedisse perdão a el-rei do «nojo» que lhe fizera, «e Elrey dixe que fizera a ley de bom e leal Cavaleiro, que nom tinha que lhe pedir perdom, mas que lhe dava o Castello para elle, Filhos, e Netos, e todos os que delle descendecem». (*Coronica dos Reis de Portugal,* apud *Collecção de Ineditos da Historia Portugueza,* tom. V, fl. 72).

(2) *Coronica delRey D. Sancho,* cap. XII.

(3) «Os Autores que referem este caso confessão ser o mais raro que n'esta materia aconteceo no mundo, & acrescentão ser a fidelidade, & constancia naturaes de gente Portugueza: & assim como de cousa tão certa me não deterey em provar largamente nossa fidelidade». (Fr. Antonio Brandão, *Monarchia Lusitana,* tom. IV, liv. XIV, cap. XXX). — Duarte Nunes de Leão, observa: «Destas historias se vee a lealdade da nação Portugueza para seus Reis». (*Loc. cit.*, tom. I, fl. 225).

(4) Ver sôbre êste assunto: Damião de Goes, *Quarta Parte da Choronica do Felecissimo Rey D. Emanuel,* cap. XXXVIII. — *Discurso Pre-*

Quer, todavia, um texto do *Nobiliário* contrariar a probabilidade do episódio expôsto: «*E esta* (Coimbra) *nom ficou senom porque nom foy hi o conde ca se hi vieera assy a filhava como as outras*» (1). Parece-me disparatado o informe. Não julgo verosimil que o ambicioso regente, empenhadissimo em dilatar e robustecer o seu mando, se descuidasse da metropole do reino, mira principal das suas atenções, quando lhe bastaria, conforme insinua o linhagista, acercar-se para a submeter. De resto o *Nobilário* (2) não é impecável, embora se deva estimar como um dos mais curiosos e importantes monumentos, para o estudo da vida mediável entre nós.

Também o cêrco de Celorico tem sido julgado por alguns, à conta de romance. Porquê? Não sei. A êle se refere Rui de Pina, e concerteza o descobriu na já aludida *Chronica de D. Sancho II,* de Fernão Lopes. Neste tomo, ao depois perdido, memorava-se o episódio em questão, como se deduz do clarissimo texto seguinte da *Chronica del Rei D. Fernando* (3), composta pelo mesmo autor: «... e de Dom Rui Perez de Ferreira, que era bisneto de Dom Geremias, e de Dona Tarejia Perez de Cambar, nasceo o muj boom cavalleiro Fernam Rodrigues Pacheco, que teve o castelo de Cellorico, quando o conde de Bolonha veo por regedor deste reino, *segundo contamos em seu logar...*». D. José Barbosa considerava apocrifa (4) uma carta de D. Sancho, expedida de Toledo, em 2 de setembro, da era de 1282, na qual agradece com vários privilégios aos moradores de Celorico, a

---

liminar e introducção ás Chronicas de Fernão Lopes, no tom. IV da *Collecção de Livros Ineditos da Historia Portugueza. — Diccionario da Lingua Portugueza,* publicado pela Academia Real das Sciencias em 1793, tom. I e único, no *Catalogo dos auctores;* ver Fernão Lopes e Rui de Pina, etc.

(1) *Livro das Linhagens,* tit. VII.

(2) «O Livro das Linhagens não é mais do Conde D. Pedro que de dez ou vinte sujeitos diversos, de cujos nomes se duvida, e que em varias epocas o emendaram, accrescentaram, ou diminuiram, substituindo muitas vezes verdades a erros, erros a verdades, ou erros a erros, mas nisso mesmo deixavam vestigios das idéas da sua epoca, tornando este livro um monumento, debaixo de certas relações, cada vez mais importante». (A. Herculano, *Memoria sobre a origem provavel dos Livros das Linhagens. Memoria da Academia* (2.ª classe), tom. I, parte I, fl. 35).

(3) Na *Collecção de Livros Ineditos da Historia Portugueza,* tom. IV, fl. 293.

(4) *Catalogo chronologico, historico, geneologico e critico das Rainhas de Portugal e seus Filhos,* fl. 170.

fidelidade e denodo porque se portaram, durante o sítio pôsto por seu irmão. O erudito clérigo, porêm, não só se mostra convencido de que realmente sucederam com todo o prestígio épico (1) os cêrcos de Celorico e de Coimbra, mas, ainda cuidou de lhes regular a cronologia. O falso diploma supra citado, que D. Rodrigo da Cunha estampa na *Segunda Parte da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga* (2) e lhe fôra comunicado, segundo êle informa, da Torre do Tombo, onde D. João II o mandou arquivar, é mais um indício de quanto se achava divulgada a tradição da fidelidade dos servidores do rei depôsto.

Constam as armas de Celorico da Beira (3) de um escudo bipartido, vendo-se da direita (4) cinco estrelas, encimadas por um crescente; e da esquerda uma torre, sôbre a qual paira uma águia, segurando um peixe nas garras. Alude-se evidentemente à graciosa anedota da truta que os cercadores da vila mandaram ao conde de Bolonha, para o convencerem da fartura de viveres de que dispunham, e assim o induzirem a levantar o assedio. Fr. António Brandão (5) assevera que as armas de Celorico «parecem mais antiguas que o tempo del Rey D. João». Por aqui se aquilata a honrada velhice do incidente da truta, cuja possibilidade não oferece dificuldades irreductiveis. Antes pelo contrário. E não me apodem os críticos conspicuos de apadrinhador de patranhas. Êrro e gravíssimo, é julgar os homens e os acontecimentos dos tempos mediévicos, conforme os costumes e as teorias da

---

(1) «Ambos estes cercos forão defendidos com todo o primor militar, e de huma, e de outra parte se praticavão todas aquellas bizarrias, que se esperavão dos grandes Capitaens, que sitiavam e que eram sitiados». (*Idem*, fl. 176).

(2) Cap. XXIX, n.º 7.

(3) P. Antonio Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza*, tom. II, tratado VIII, cap. VIII. — Luis Duarte Vilela da Silva, *loc. cit.*, fl. 46.

(4) Esta parte do escudo tambem tem uma história curiosa. Celebra uma vitória ganha pelos portugueses contra castelhanos e lioneses (talvez em 1187) devido ao patrocínio de Nossa Senhora dos Açores. (Carvalho da Costa, *loc. cit.*). — «Tradição ha que a Lua que naquella occasião era nova, & as estrellas derão mayor resplandor de costumado, o que os Portuguezes atribuião a milagre da Virgem Sagrada de Açores: & ou fosse que a Senhora os favoreceo, ou q̃ na verdade quando começarão a batalha não era tão tarde como imaginavão, tiverão tempo bastante para alcançar perfeytissima vitoria». (*Monarchia Lusitana*, tom. IV, liv. XII, cap. V).

(5) *Ibidem.*

nossa idade. O desdem sistemático pelas tradições (1), quando não venham ao encontro de verdades adquiridas, ou destõem dos sentimentos característicos das épocas a que se reportam, é máu processo para escrever boa História. Quem tenha temperado um pouco a paciência no exame das velhas crónicas e vetustos monumentos da Península, referentes ao ciclo medieval, não estranhará a arteirice adoptada pelos heroicos defensores de Celorico, para ludibriarem Afonso III. Arteirices ou manhas de guerra de semelhante jaez, agora apodadas de ingénuas senão de inverisimeis, faziam parte e mui importante, do que chamarei estratégia da Idade Média. Não faltam exemplos. Basta citar o de Dona Deu-la-Deu Martins (2), a aguerrida consorte do governador de Monsão. A nobre (3) dama governava o castelo na ausência do marido, quando os galegos vieram cerca-lo. Passa-se isto na época em que o nosso rei D. Fernando, andava em guerras com o seu visinho, Henrique II. Depois de porfiada pugna, terrifica e sangrenta, quando a fome, com todo o seu cortejo de horrores, ia avassalando os sitiados e os assaltantes, Dona Deu-la-Deu no intento de iludir o inimigo, por ostentação de alegria e de abundância, para que êle desesperasse de a render pelo terror e pela fome, vestiu as suas melhores galas, adornou-se com as suas joias mais rutilas, e com aspecto

---

(1) Pondera Fr. António Brandão: «Já tenho advertido, que as historias antigas não deuem ser reprouadas com facilidade, pois a tradição he de muita força, & só se deuem emendar, quando ouuer escrituras, & doações autenticas que as contradigão. Mas querer annular o que ellas dizẽ sem fundamento de escrituras, por parecer proprio, & discurso particular (como fazem alguns) nem merece louuor, nem deixa de ser atreuimento». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. IX, cap. XIX).

(2) *Anno Historico* (a 7 de outubro). — P. Antonio Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza*, tom. I, tratado III, cap III. — João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, tom. II, parte IV, cap. IV. — No *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, encontram-se interessantes pormenores sôbre este episódio (tom. V, fl. 424); bem como no primoroso livro de Antonio Pereira da Cunha, ditado por um sincero sentimento patriótico — *Brios Heroicos de Portuguezes*, tom. I, fls. 15 a 22.

(3) Segundo Pinho Leal, os descendentes de Dona Deu-la-Deu são os Palhares. O primeiro dêste apelido, conhecido na História, é Pedre Anes de Palhares, que viveu nos reinados de D. Afonso II e D. Sancho II. Anteriormente ao feito de Monsão, os Palhares traziam por armas, sôbre um escudo de purpura, uma mão empunhando uma espada de prata, com guarnição de oiro, com a ponta para cima, e seis besantes de oiro; depois, os besantes foram substituidos por seis pais, tambem de oiro, postos em duas palas, e circundou-se o escudo com o cordão de S. Francisco.

presenteiro, apresentou-se sôbre a muralha e atirou com os últimos pães que tinha aos invasores, gritando-lhes, que se estavam faltos de mantimentos, falassem, porque tão bem provida estava a vila que repartiria com êles. Vingou o ardil. O adiantado de Galiza D. Pedro Sarmento levanta o cêrco, retirando com os seus galegos, todos muito crédulos na existência de inexgotáveis celeiros dentro de Monsão. As armas desta terra recordam o feito da ilustre senhora, representando em campo branco, uma mulher, cuja parte superior do corpo sái do alto de uma torre, tendo um pão em cada mão, e em volta a legenda: DEUS A DEU — DEUS O HA DADO. Tambâm figura na bandeira da municipalidade o retrato da heroina.

Na evocação dos grandes feitos de lealdade que enaltecem a memória dos primeiros portugueses, seria lapso imperdoavel deixar na sombra o sacrifício sublime do escudeiro Nuno Gonçalves (1), alcaide do castelo de Faria (2). É também um episódio (3), e dos mais pungentes, das guerras de el-rei D. Fernando, com Castela.

Pedro Sarmento, o mesmo que se deixou burlar pelos tépidos e fôfos pães de Dona Deu-la-Deu, entrara com gente sua por Entre-Douro e Minho, e veiu devastando e saqueando até Barcelos, onde lhe saíu ao encontro D. Henrique Manuel (4), conde de Ceia, com as tropas que poude ajuntar.

---

(1) Fernão Lopes, *Chronica d'el-Rey D. Fernando*, cap. LXXIX, apud *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, tom. IV.

(2) José de Azevedo e Menezes, *Ninharias*, fl. 58. Neste valiosissimo trabalho do erúdito escritor e nosso respeitavel e querido amigo, encontra-se, alêm da narrativa do feito e de um estudo grave e circunstanciado sôbre a genealogia dos Farias, a descrição do castelo e planta do que ainda resta dêle.

(3) Êste trágico e sublime episódio motivou uma das mais belas narrativas de Alexandre Herculano: *O Castello de Faria* (*Chronica do seculo XIV*), primeiramente publicado no *Panorama* de 1838, e depois incluida nas *Lendas e Narrativas*, fl. 208. O mesmo assunto foi aproveitado pelo fecundo dramaturgo general Joaquim da Costa Cascaes para um drama — *O Castello de Faria* — representado no teatro da Rua dos Condes, em 4 de fevereiro, de 1843, no benefício do célebre actor Epifânio, obtendo grande êxito; e para uma téla notável — *Defesa do Castello de Faria* — do ilustre professor, Ernesto Condeixa, da Academia das Belas Artes de Lisboa.

(4) Era tio de el-rei D. Fernando, por ser meio irmão de sua mãe a rainha D. Constança (Fernão Lopes, *loc. cit.*, cap. LXXVIII), e filho de D. João Manoel, senhor de Vilhena, neto do infante D. Manoel de Castela, senhor de Escalona, Vilhena, Penhafiel e Alarcon, Adiantado-mór do reino de Murcia, Mordomo-mór de el-rei D. Fernando IV, o qual in-

Correu em seu auxílio o alcaide de Faria, deixando o encargo do castelo a seu filho Gonçalo Nunes. Desta feita foram os nossos vencidos, e entre os prisioneiros dos castelhanos contava-se Nuno Gonçalves. Futurou êle a probabilidade dos vencedores explorarem com os naturalissimos sentimentos afectivos de seu filho, arrastando-o a entregar-lhes o castelo, como preço da vida e da liberdade do pai. E para que não sucedesse assim, induziu Sarmento a permitir que o aproximassem dos muros da fortaleza, para aconselhar Gonçalo á rendição. Mui ledo aquiesceu o adiantado, com a sua imperturbável singeleza, e o valoroso Nuno, mártir da Pátria e do compromisso de honra, apenas poude praticar com o filho que ao seu chamamento acudiu pressuroso às ameias, disselhe as seguintes palavras solenes, carinhosamente entesouradas por Fernão Lopes, na sua *Chronica,* e que através dos séculos têem arrancado um arrepio de vexame e de remorso da espinhela dos vários bandalhos que compram a vida, a comodidade e a opulência, as honrarias e as preeminências, pelo preço vil da traição ou da covardia: «Filho, bem sabes como esse castello me foi dado per elRei Dom Fernando meu senhor, que o tevesse por elle, e lhe fiz por el menagem; e por minha desaventura eu sahi delle, cuidamdo de o servir, e som ora preso em poder de seus emmijgos, os quaaes me trazem aquj pera te mandar que lho entregues: e por que esto he cousa que eu fazer nom devo, guardando minha lealdade, porem te mando sopena de minha beemçom, que o nom faças, nem ho dees a nenhuuma pessoa, se nom a elRei meu senhor que mo deu, ca por te perçeber disto, me fize aqui trazer; e por tormentos nem morte que me vejas dar, nom ho entregues a outrem, se nom a el Rei meu senhor, ou a quem to el mandar entregar per seu çerto recado» (1).

Semelhante rasgo de pura cavalaria, e com certeza dos mais belos (2) a admirar em nossa História, custou a vida

---

fante era filho de el-rei D. Fernando III de Castela, e da rainha D. Brites de Suevia. (*Historia Genealogica da Casa Real Portugueza,* tom. XII, parte I, fl. 599). D. Henrique Manoel foi conde de Ceia e de Cintra em Portugal, e senhor de Monte-Alegre e Menezes em Castela. (D. Luis Salazar de Castro, *Historia da Casa da Sylva,* liv. V, cap. I).

(1) Fernão Lopes, *loc. cit.*, fl. 290.

(2) «É vulgar entre os homens expôr a vida no campo da batalha, em que o ardor da peleja, a ambição de gloria, o triumpho da causa que interessa o combatente fazem esquecer o perigo, ou incutem animo ao

ao fidelissimo alcaide, trucidado à vista do filho estremecido, o qual impotente para lhe valer, houve grande ânimo para o vingar e lhe cumprir a vontade, opondo tão rija resistência aos invasores que tiveram de desistir do cêrco, deixando o campo atulhado de mortos. E assim, aquele heroico vencido, porque soube vencer-se, imolando-se pela fé jurada, veiu ainda a triunfar depois da morte. O filho, o moço e valentissimo Gonçalo Nunes (1), quando a guerra findou, engeita a recompensa devida à sua lealdade e bravura, arruma a espada e abraça-se à cruz, consagrando o resto da sua vida a Deus, no estado sacerdotal (2).

Os famosos feitos de civismo, lembrados neste capítulo, como testemunho da infiltração das idealisações cavalheirescas na alma portuguesa, denunciam o privilegiado caracter dos seus protognistas. Tenho-os na conta de santos da religião do patriotismo e da honra. Merecem o nosso culto pelas glórias que nos legaram e pelos grandes exemplos que nos deram.

Convêm todavia refletir, quanto seria duvidoso a radiação dêstes esplêndidos predicados, se lhes fôra adverso o ambiente moral da pátria em que se produziram.

Ora na juventude da pátria portuguêsa, forte, sadia e generosa, o dever não era apenas, o que se exige aos outros, porque na consciência colectiva em vez do egoismo estéril e dessorador predominava a Fé. Não creio inútil reparar em qualquer tempo, para as grandes virtudes que deram tamanho lustre à nossa raça.

(Continúa). D.ª Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

---

soldado para o affrontar; mas caminhar serenamente para uma morte certa e violenta, como fez Nuno Gonçalves; resistir á sensibilidade do amor mais terno, o amor de pai e de marido, pondo em risco a vida dos amados filhos Gonçalo e Alvaro e de Constança Affonso, a esposa estremecida de segundas nupcias; perder n'um momento tudo o que o prendia ao lar da familia, para unicamente manter a honra militar e a fé jurada; é um acto de tão sublimado heroismo que só o attinge um espirito transcendentalisado pela fé, alheio ao involucro da materia, e tendo já a visão luminosa do Summo Bem! (José de Azevedo e Menezes, *loc. cit.*, fl. 67).

(1) Ver o cap. VI das *Ninharias*, a fl. 174.

(2) »... e o filho de Nuno Gonçallves manteve o castello como lhe seu padre mandou, e depois lhe deu elRei huum muj homrrado beneficio, por quanto lhe prougue escolher vida de clerigo». (Fernão Lopes, *loc. cit.*, fl. 290). — Foi abade da Igreja Parochial de Santa Eulalia de Rio Côvo. (Fr. Manoel dos Santos, *Monarchia Lusitana*, parte VIII, cap. XXIV).

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Elementos para o estudo do custo da vida em Portugal, nos anos de 1914-1916 — Movimento dos preços de alguns produtos alimentares de primeira necessidade, publicados pela Direcção Geral de Estatistica — Ministerio das Finanças — Repartição da Estatistica Agricola. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

Subsidios para o estudo das Relações Exteriores de Portugal em seguida á restauração (1640-1649), vol. I, por Carlos Roma du Bocage. Publicado pela Academia de Sciências de Lisboa. Coimbra, Imp. da Universidade, 1915.

Sobre a abertura nazal no cranio dos Mamiferos, por A. Augusto Mendes Correia, publicados sob a direcção de F. Gomes Teixeira. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Varazim de Jusaão nas formulas municipaes de Herculano — Subsidios para htsioria local, por Manuel Silva. Porto, Tip. da Empreza Literaria e Tipographica, 1915.

Petição de aggravo, anotada, elucidada e commentada, por Manuel de Oliveira Chaves e Castro. Coimbra, Imp. da Universidade, 19 7.

Descrição da fortaleza de Mazagão (1615-1619), por D. Jorge de Mascarenhas. Publiicado pela Academia das Sciências de Lisboa. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Colecção de manuscritos inéditos agora dados á estampa — IV. *Anacrisis-Bistorial episcopologico* — II parte, Volume III, por Manuel Pereira de Novaes. Porto, Tip. «Progresso», 1917.

Catálogo do Museu de Anatomia Normal, coordenado sob a direcção do professor da Faculdade de Medicina do Porto, J. A. Pires de Lima, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portugueza Ilustrada», M.C.MXVII.

Pathologia tropical — Higiene, pelo Dr. Alfredo A. da Mata. Brazil, Tip. de «O Tempo», Amazona, Manaus, 1916.

Observações Meteorologicas, Magneticas e Sismicas, feitas no Observatorio Meteorologico de Coimbra no ano de 1915 — Volume LIV. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Terapeutica — Patologia tropical, pelo Dr. Alfredo A. da Mata. Brazil, Tip. de «O Tempo», Amazona, Manaus, 1916.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º
N.º 9

1917
Setembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

El terremoto y los edificios. El sismógrafo, por MANUEL MARIA SANCHEZ NAVARRO S. J..... 435
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA 453
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 463
Correspondencia do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por EDGAR PRESTAGE..... 471
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 485
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por SOUSA VITERBO..... 494

EL TERREMOTO Y LOS EDIFICIOS. EL SISMÓGRAFO (1)

* EL TERREMOTO

SEÑORES:

La Sismologia, o sea la ciencia que se ocupa del estudio de los terremotos (σείσμος), nacida ayer como tal, es ante todo una ciencia físico-matemática natural. Es último porque lo que se mueve es el suelo que pisamos, cuya disposición y estructura estudia el geólogo, a la vez que el geógrafo le asigna su situación correspondiente en la superficie del planeta, que actualmente nos sirve de lugar de prueba y destierro; es ciencia físico-matemática, porque ese suelo, al agitarse, lo hace según peso y medida, y de acuerdo con leyes físicas, expresables como tales por fórmulas, quizás hoy cuantitativas no mas, esto es, solo capaces de darnos una idea aproximada del fenómeno que pretendan representar, y cuya aplicación sea pasablemente exacta, dentro de limites prefijados. Por último, pudiéramos llamar la Sismologia ciencia histórica, en cuanto estudia también bajo el dicho aspecto, esto es, bajo el de su localización en el tiempo,

---

(1) Este trabajo es la conferencia intitulada: *Ensayo de Sismologia* con la que el Colegio del Inmaculado Coraçón de Maria de Sevilha, a cargo de P. P. de la Compañia de Jesús obsequió a los Congresistas de la VI Assemblea de la Asociación Española para el Progreso de las Ciencias el 6 de Mayo último (1917). Hemos introduzido ligeras variantes y dejado en carácter de conferencia de vulgarización, hasta con las indicaciones de proyectar la diapositiva (*), o quitarla (**) y el número de ésta.

Agradecemos vivamente a nuestro tan digno como simpático Presidente el Ex.mo Sr. Professor Francisco Miranda da Costa Lobo su bondad en habernos pedido este ensayo para publicarlo en esta importante Revista.

a los terremotos, y humanitaria, en cuanto una de sus principales aplicaciones, o mejor dicho la principal, es la qne intenta aplicar los conocimientos adquiridos por médio de la experiencia y del calculo, al arte de construir, evitando las pérdidas de vidas y haciendas.

El terremoto, como lo indica su etimologia latina *(terræ motus),* no es mas que un movimiento del suelo; sin embargo usase la dicha frase con sentido mas restringido, reservándolo a los movimientos de origen natural, esto es no provocados por el hombre, y de corta duración. Exclúyense, por tanto, esos movimientos de balanceo, *regresiones* o *transgresiones,* como los llaman los geólogos, gracias a los cuales las aguas del mar cubren las costas o se alejan de las mismas como nos muestran en la Península respectivamente el notable hundimiento de la costa Catalaña por suporción central, que ha permitido avanzar hasta 5o metros tierra adentro las aguas del Mediterráneo, desde la reciente construcción del ferro-carril costero, y las *argollas* que sirvieron para amarrar las naves de Carlos V, cuando en visita a Santoña, fijas a murallones separados hoy del mar por mas de un kilómetro entre playa y tierras de cultivo. Digamos de paso que esos movimientos, llamados epirogenéticos, (ἠπείρος = continente, γενάω = engendrar, esto es: formadores de continentes), alcanzan a veces proporciones gigantescas, como los que han elevado los depositos terciarios marinos hasta 1.000 metros en Baza y Fonelas (Provincia de Granada), mientras sus homólogos de Francia se conservan a poca altura, a lo que deben en gran parte aquel privilegiado país su fértil suelo, y nuestra España el rudo clima de la Meseta con sus sequias y violentas variaciones térmicas a la elevación extremada de su suelo (65o metros por término médio).

Outros movimientos del suelo, dependientes los unos de rochas de viento, que al agitar los árboles lo hagan también con el terreno subyacente, como muestra esta proyección * (1), cópia fiel del gráfico obtenido con uno de nuestros instrumentos en un dia de vendabal **, o como los de ésta otra, * (2), llamados *barosismos,* por hallarse intimamente ligados con los fuertes gradientes barométricos (diferencias de presión muy acentuadas en sitios relativamente cercanos), tampoco son terremotos verdaderos. Esses barosismos que veis agitan el suelo rítmicamente horas y horas, con suave e imperceptible balanceo. Cada linea corresponde a una hora y el espacio compreendido entre dos pnntos a lo trazado durante un minuto. Cuéntanse unas diez ondas sinu-

soidales, lo que dá 6 segundos de período al tal movimiento y nótase además que los máximos y mínimos de las amplitudes de las dichas ondas revelan las presencia de dos movimientos del suelo de amplitudes y príodos diferentes cuya concurrencia produce esas resonancias e interferencias y cuya exata determinación, al exigir el análises harmónico, nos llevaria demasiado lejos **.

El carácter del movimiento sísmico varía con el alejamiento del fóco o sitio de origen del terremoto, su modalidad y aun su misma intensidad. De no ser muy débil ni tampoco muy cercano, sientese primero un rápido estremecimiento como de arriba abajo, o viceversa, después vaivenes, análogos a los producidos por un vehículo, y últimamente otros, cada vez menos sensibles, como de apagamiento, durando todo el fenómeno pocos segundos y sólo por excepción algún minuto o mas, de cinco a diez a lo sumo, y de ordinario de tres a trinta segundos.

Como el dicho movimiento es aproximadamente rítmico, se le aprecia en función de la máxima aceleración que imprime a las partículas del suelo, de su duracion, área de sacudimiento, etc.

La máxima aceleración la dá la fórmula: $\alpha = \frac{4\pi^2 A}{T^2}$, o aproximadamente: $\alpha = \frac{4OA}{T^2}$, fórmula en la cual α puede adquirir todos los valores posibles entre O y 700 centímetros por segundo o sean 700 gals (nombre este último que es el plural de Gal, contracción de Galileo, el celebérrimo astrónomo florentino), A alcanzar los 20 o 25 ceniímetros, con ocasión de los mas violentos terremotos, y T oscilar entre algunas décimas y coatro o pocos mas segundos (por supuesto en los sismos sensibles en el lugar de observación).

En general, con los períodos ordinarios de médio a dos segundos una amplitude de un centímetro corresponde a un terremoto muy fuerte, de los que suelen ocasionar daños de alguna cuantia por caida y rotura de objetos frágiles, ligeras averias en los edificios y casi siempre pánico. Con un centímetro sería ya destructor y con cinco difícil sería no produjese una catástrofe de tener lugar en sitio medianamente poblado y donde las construcciones fuesen de la ordinarias de manipostería. En canbio, otros movimientos, quizás de mayor violencia, como los que de vez en cuando experimentamos con el traqueteo de un vehículo cualquiera, y sobre todo en el tren, suelen resultar inofensivas y apenas nos causan impresión notable, residiendo la causa de esta inocuidad en la

*

solidez del tal vehículo, construido expresamente para resistirlas durante mucho tiempo y sin sufrir desperfectos mas que a la larga. Si el terremoto espanta es porque de ser lo suficientemente violento puede ser datroso y aun homicida.

Veamos ahora algunos de los efectos de los terremotos sobre el suelo mismo, para tratar de deducir en lo posible las causas de los mismos, aun que después hayamos de volver sobre el asunto.

Aqui tenemos * (3), el suelo requebrajado en enormes trozos, debido a una violenta compresión lateral, como lo muestra esta vista tomada en el Valle de San Pedro el Alto, a raiz del terrible terremoto de Acambay (México) del 12 de Noviembre de 1912... **. * (4). Esta otra permite apreciar una extensa faja de terreno derrumbada, con añosas árboles, en la márgen derecha del Lerma, cuando el mismo sismo... **. (5 *) El des nivel del camiño cortado en esta otra es de 20 metros y la longitud de la falla cuya formación produja tan gigantesco escalón de 160 kilómetros, (casi como de Lisboa a Coimbra), habiéndose producido este imponente fenómeno en el Valle de Neo, cuando el terremoto del 28 de Octubre de 1891, también llamado de Mino Owari, del nombre de los antiguos reinos, hoy provincias del Japón Central, que desvastara mas principalmente... **. Cuando éste terrible sismo, (6 *), desprendiéronse considerables masas de tierra de las cimas de los montes, algunas cubiertas de árboles y hasta con casas, gentes y ganados, y deslizándose por sus faldas, fueron a parar al fondo de los valles... **. En éstes (7 *) abrianse grandes rajas, anchurosas y profundas, verdaderos abismos, en los cuales desaparecián casas enteras con sus mismos habitantes, cual si la tierra quisiera tragárselos vivos, como en otros tiempos acarciera a Datán, Abirón y sus complices... **.

(5 *) Desvianse lateralmente trozos considerables de terreno, como claramente lo muestra esta cerca rota, cuando el célebre terremoto de San Francisco de California del 18 de Abril de 1906, y con sus trozos entrados unos en los hurros existentes entre los otros, en vez de continuarse, como estaban... **. (9 *) Hórmanse escalories como estas, producidos por el mismo terremoto, incomparablemente mas pequeños, pero mas demostrativos que el de la falla del de Mino Owari que antes vimos **... Es frecuente se destruyan las puentes, (10 *), por unirse entre si las orillas, resultando éstos como si dos manos colosales los hubiesen estrujado, algo parecido, y permitasenos la frase, a si los

hubieran querido cerrar como un acordeón, y buena prueba de ello es éste del rio Nagara o Nagara-gawa, en japonés tal cual quedó después del terremoto de Mino Owari **... También se observan otros fenómenos muy notables a raiz de los sismos mas violentos, lales como los cambios en la composición de las aguas y en su caudal, espcciones de agua y de arena, (11 *), como esta que veis, y que transformó en estenso erial lo que antes fuera fértil campiña cuando el terremoto de la isla Hormosa del 21 de Abril de 1906, fenómeno este último de génesis bien sencilla: una capa de arena comprendida entre otras, de tierra recia la situada por encima y de roca, la subyacente, al ser comprimida entre las dos por los bruscos movimientos del suelo, sale al exterior al través de las rajas que se producen en las capa de tierra que la recubre **.

Decía el poeta Félix «*qui potest rerum cognoscere causas*», aunque entre esa bienaventuranza y las realmente tales, según las enseñanzas del Divino Maestro medie un abismo, el inmenso e insondable que separa las obras de la Naturaleza de las de la Gracia, entre las primeras nada cabe de mas propio al hombre, ni de mas digno, que esa sed de saber con que nacemos, vivimos e morimos, sed que debidamente encauzada no sólo engendra sabios, sino que también puede cooperar valiosamente a la consecución de nuestro último fin sobre la Tierra.

Dejando a un lado los origines fabulosos, como los temblores producidos en las heladas regiones de la Escandinavia por los crueles lobos que siguen a Odin, dios de la Guerra, y qne se sacuden de vez en cuando para arrojar de si los parásitos que los atormentan; los estremecimientos convulsivos de Loke, el dios del Ilrande y del Engaño, cuando su infeliz esposa tiene que vaciar la copa, porque rebosa en ella el veneno que de contínuo destila sobre el rostro de aquel desdichado una inmunda serpiente; ... y aun también el aire comprimido en cavernas subterraneas, de los filósofos antiguos, ciertas corrientes eléctricas, muy en voga a fines del siglo XVIII y no ha mucho remozadas con el pomposo título de corrientes telúricas, usurpado a las que en realidad se producem incapaces de desenrollar el sismo mas insignificante, diremos dos palabras sobre el origen de los terremotos, prescindiendo de hipótesis, encuanto sea posible.

Durante buena parte del siglo XIX dióse a los volcanos la primacia como factor sismogénico, y ciertamente muchas erupciones volcánicas se presentan acompañadas y mejor pre-

cedidas de temblores tan numerosos que puede llegar a millares y tan violentos como para sembrar la ruina y la muerte, y buen ejemplo de ello (12 *) lo dió el volcán Sahura, de la isla del mismo nombre, situada en el centro de la bahia de Kagoshima, ciudad famosa por haber desembarcado en ella el Apostel de las Indias San Francisco Javier, S. J., y no ha mucho también por haber zarpado de su puerto el Almirante Togo con su escuadra para aniquilar la rusa en las aguas de Tushima... Cuando se inició la erupción, que reproducimos de una postal japonesa, el suelo de la isla, inmenso conglomerado de lavas y tobas procedentes de varias erupciones, (entre las históricas las de los príodos 1468 a 1476... y 1779-1780), y e en parte cubierto por espléndida vegetación y sembrado de aldeas, con población bastante densa, se rajó a lo largo de una línea de cerca de 10 kilómetros, apareciendo en esa quebraja nueve cráteres vomitando enormes masas de cenizas, piedras, y aun bloques enormes incandescentes, y precisamente, al ocasionar la dicha fractura fué cuando se produjo el mas fuerte de los terremotos, suficientemente intenso para sacudir el suelo de Granada, distante 11.000 kilómetros mas de dos horas de un modo bien sensible a nuestros sismógrafos españoles, y para ocasionar en Kagoshima, no muy lejana, como veis, algunos daños materiales, y una treintena des víctimas... **. Pero eso, como lo acaecido en Linera al año siguiente de 1915 el 8 de Mayo, donde con otro terremoto, debido este a la erupción del Etna, hubo que deplorar 160 y otros casos análogos, constituyen mas bien una erupción, pués los numerosos temblores que acompañan con hasta frecuencia los paroxismos volcánicos, casi siempre son débiles y de área de sacudimiento sensible muy restringida, de acuerdo con su génesis: salida al exterior de materiales en parte viscosos y por tanto muy poco fluidos, y que producen frecuentes obstrucciones en las *chimeneas* preexistentes y han de abrirse paso el exterior, forzando ellos y la enorme presión de los gases que los aconpañan, los materiales que los recubren, hasta poder expansionarse.

Muy débilis fueron los terremotos sentidos con ocasión de la erupción del Vesubio de Abril de 1906, algunos de cuyos efectos (13 *) muestran, yá esta calle de Ottajano, recubierta de fiuísimas cenizas ** (14) yá estas casas de Boscotrecase, casi enterradas entre los *lapilli* o piedra pomez, como lo habian sido 1827 años antes los de su vecina Pompeya... **. Mas aun, al estallido del Monte Pelado (15 *), cuando este

ametralló, válganos la frase, a la infeliz ciudad de San Pedro de la Martinica, con muerte de sus 25.000 habitantes, no sintieron ningún estremecimiento sísmico los supervinientes de la tal catástrofe, esto es los habitantes de sus alrededores, y eso que la erupción cuenta entre las mas violentas conocidas, y que seis meses después, cuando obtuvo el Profesor Lanoix este clixé, hallándose muy mitigada, alzábanse orgullhosas las volutas de huno ceniciento a mas de 4.000 metros de altura, mientras que las lavas descendián baveando por el cono de escórias que habián formado, hasta penetrar, aun muy calientes en el vecino mar, levantándose inmensas nubes de vapor a su contacto **.

Los mas de los terremotos tienen otras causas, que trataremos de exponer quizás, de un modo hasta familiar.

Prescindiendo de lo que haya en las profundidades inacesibles de nuestro planeta, del que, si lo comparásemos con una naranja gigantesca, apenas podríamos asegurar que conocíamos la película roja que la recubre mas externamente, y alguno que otro dato obtenido por médios indirectos, en esa misma certeza mas superficial, esto es en el suelo que pisamos salta a la vista lo hetereogéneo de los materiales que la integran. Sus matices varian, desde el blanco puro de algunos mármoles y mas o menos amarillinto de otras calizas, al pardo escuro y aun negro de otras, pasando por innumerables matices y mayor variedad, si se quiere, encontramos entre lo deleznable de algunas rocas, como las cretas, pulverizables a veces entre los dedos, y la dureza extraordinaria de otras, como la vulgar piedra de chispa, o pedernal, los porfiros y las sienitas, y todavia hallariamos mas diferencias si atendiesemos a sus conductibilidades caloríficas, calor específico, composición química, etc., etc. Resulta, pués, tan gráfica como exacta la feliz frase con la que el eminente geólogo belga Profesor Alberto de Lapparent definia la corteza de la Tierra, llamándola *pieza de marquetería,* aludiendo a esos muebles plaqueados de maderas diversas y llenos de incrustaciones de otras, y aun talvez de marfil, nácar y aun metálicas, cuya construcción tradicional aun persevera en Granada.

Si somitiesemos a los ardores del sol, después de haberla tenido en un lugar muy húmedo, a una de las tales obras de arte, por cierto muy dignas de mejor tratamiento, nos expondríamos a que se desencajasen algunas piezas y se desnivelasen otras, oyéndose talvez, erugidos bien significativos... Pués bien, esos crugidos reproducen, en pequeño, los ruidos,

a veces atronadores, que de ordinario acompañan a los terremotos; esos desnivelamientos y desencajamientos con miniatura de los que proyectamos sobre la pantalla y alguno de los cuales volveremos a proyectar, desnivelamientos y desencajamientos de los bloques de la marquetería terrestre, sometidos a cambios bruscos de temperatura, a hidrataciones y deshidrataciones y a otros procesos, tanto físicos como químicos y aun metamórficos, y sobre todo a presiones laterales, debidas yá a deslizamientos o corrimientos, yá a otras causas, entre las cuales suele invocarse como predominante el esfriamiento secular. Los partidarios de esto último afirman que al enfriarse el interior de la Tierra, su envoltura externa, esto es el suelo que pisamos, resulta de excesiva amplitud y se arrugaría simplemente, cual lo hace la piel de una fruta (aina manzana, por ejemplo), al desecarse, si fuesen lo suficientemente elásticas las rocas que la integran, produciéndose roturas, o *estrato clasis,* en el caso contrario. Muchas rocas dispuestas en capas plegadas nos dan una muestra de lo primero, abundando extraordinariamente las que se han roto, y cuyos trozos, en vez de permanecer horizontales, se han aleado o han descendido, mostrando la contracción como fenómeno casi constante... Pués bien, esas roturas, al producirse en graudes masas, han hecho vibrar sus labios y trasmitido el movimiento mas o menos lejos y con mayor o menor violencia, según el esfuerzo desarrollado y la observación, o sea el apagamiento producido por las mismas y por el medio que las rodea, muy grande, cuando se trata de un cuerpo incoherente que apaga el movimiento, cual lo hacía una capa de arena, o mejor de serrin de corcho, y tanto mas escaso, cuanto mas se aproxima a un cuerpo elástico, cual lo es el acero templado, por ejemplo. De ser el movimiento antedicho producido por masas suficientes, y en condiciones de que el trabajo desarrollado fuese considerable, tendríamos un terremoto de los mas corrientes.

Precisamente las causas que indicamos ultimamente son las que parecen integrar la formación de monte y de fosas abisales, y se comprenden sus resultados bajo el nombre de orogénicos, denominándose tectónicos (τεκτονεῖον = annazón), los terremotos originados por las dichas causas, que son los más.

No dejan de presentarse de vez en cuando terremotos por hundimientos naturales, ya que los artificiales los producen también, como acaeció en Roma el 8 de Enero de 1913 con la caida de un vetusto murallón, el que no sólo produjo daños

inmediatos, aplastando bajo sus escombros una casita, con muerte de 12 de sus moradores, sino que produjo rajas en los muros, roturas de cristales y otros desperfectos, en otras mas alejadas, siendo perceptible el estremecimiento producido en un radio de unos 350 metros, y habiendolo registrado satisfactoriamente a los 700 el sismógrafo Agamennone del Colegio Romano, a pesar de su muy moderada amplificación.

En la Naturaleza las cosas suelen acaecer en mayor escala, como en Lisboa en 1597, cuando se desplomó el montecillo sobre el cual se alzaba al Iglesia de Santa Catalina de Monte Sinai, con las 110 casas que la rodeaban y con muy numerosas víctimas y el correspondiente estremecimiento, sentido, sin embargo, en una área muy restringida.

Entre los desprendimientos de rocas mas célebres figuran los relacionados con el terremoto sentido en 1374, en el cual, según Gerónimo de Zurita «*cayeron grandes peñascos de los Pirineos en el Condado de Ribagorza, y murieron muchas gentes en las montañas y en tierra llana, y se hundieron muchas torres y casas y fué grande el daño que se recibió*»... (16 *) La proyección muestra algunos de los bloques de granito, que formando un total de cuarenta millones de metros cúbicos, se desprendieron el 2 de Setiembre de 1806 de las cimas del Roseberg y rodaron a muy considerable distancia, destruyendo quatro aldeas, con muerte de 457 personas ** ... (17 *) Otro derrumbe, mayor aun, aunque no tan luctuoso, fué el de Servoz (Saboya), de 1751, percibiéndose con bastante claridad la masa desprendida, con la superficie de fractura, fresca, todavía, a pesar de los años transcurridos... (**). Precisamente un fenómeno análogo, si bien mucho mas importante, el acaecido el 18 de Febrero de 1911 en Sarez, en las altas mesetas del Pamir, casi en los linderos del Turquestán ruso y de Cachemira, convenientemente estudiado sobre el terreno, y después la potente inventiva del Príncipe Boris Galitzin, fallecido ha poco mas de un año, cuando mas esperaba de el la Sismología, han resuelto el problema de calcular a distancia el trabajo desarrollado por un terremoto... El cálculo con los datos recogidos sobre el terreno en principio es sencillísimo y siempre continua siéndolo, si no se pretende gran exactitud. (18 *) Supongamos se trate de un derrumbe análogo al de Servoz, y que trasladamos al papel cuadriculado, adaptando la escala conveniente, una serie de cortes del terreno, como el que se vé en la pantalla, lo que permite calcular con bastante facilidad, aun por el procedi-

miento un tanto primitivo de contar los *cuadraditos,* las superficies de las secciones y deducir la sección media, y con esta, la longitud del derrumbe, la densidad de los materiales, y el descenso del centro de gravedad de la masa derrumbada tendremos el trabajo, el que, si lo queremos espresar en la unidad correspondiente del sistema C. G. S., o sea centímetro-gramo-segundo adoptada de ordinario en estos cálculos, reduciendo todas las medidas a gramos y a centímetros, e introduciendo a *g,* o sea a la aceleración de la gravedad, tendremos el valor en *ergs*.

Los 40₁000,000 de metros cúbicos del derrubio del Roseberg, también llamado de Goldau, del que proyectamos la vista de algunos bloques, admitiendo la cifra 2,7 como densidad media y la de 3oo metros como altura media del derrubio, nos daría un trabajo de $4 \times 10^7 \times 2{,}7 \times 3 \times 10^2 = 3{,}24 \times 10^{13}$ kilográmetros, o sea $3{,}17 \times 10^{21}$ ergs (Ἔργον = trabajo). Este trabajo, de tan tristes consecuencias, por cierto unas tres veces mayor al del mas fuerte de los terremotos que en 1911 tantos daños causaron en la hermosa y feraz Huerta de Murcia, debiose a fuertes lluvias, unidas a violentos cambios de temperatura, que tanto influyen en la disgregación en *bolas* del granito, y a una situación desgraciadamente favorable a la producción de la catástrofe, por hallarse las problaciones aniquiladas al pié de un acantilado casi vertical.

En España, donde tanto abunda el granito, en particular en su mitad Occidental, observanse a cada paso pruebas de la disgregación de dicha roca, en sus tan extensos como improductivos canchales.

El agua, como agente de hidratación y de disolución, y mas particularmente por aumentar el peso, a la vez que disminuye la elasticidad de algunas rocas porosas, pudiera también, en casos que bien merecen el epíteto de extraordinarios, ocasionar tal cual terremoto, de área de sacudimiento muy limitada.

Hemos visto como puede calcularse con bastante aproximación, o a lo menos con cifras *del órden,* como dirían los matemáticos, el trabajo desarrollado por un terremoto, originado por un desprendimiento de tierras y rocas, esto es, por un derrumbe¿ Será posible hacerlo trmbién en los casos incomparablemente mas frecuentes en los que sea de origen tectónico? Volveremos mas adelante sobre el asunto, para poder relacionar los procedimientos que merecen la denominación de macrosísmicos, por no atender mas que a los datos obtenidos directamente, bien por el uso directo de nuestros

sentidos, bien auxiliándonos de medios instrumentales de ordinario sencillísimos, como el relogio y la cinta métrica, tal vez mas complicados como barómetros altimétricos, niveles, teodolitos, etc., pero siempre sobre el terreno, con el procedimiento microsísmico que exige el gráfico del terremoto registrado de preferencia a varios millares de kilómetros, esto es a distancia tal que tan sólo denuncia la agitación producida en el suelo de la estación sismológica la exquisita sensibilidad del sismógrafo.

El área de sacudimiento sensible, o macrosísmica varía extraordinariamente de un terremoto a otro y no parece hallarse ligada con la intensidad máxima de los mismos mas que dentro de ciertos límites; así, por ejemplo, los sismos mas violentos suelen tener áreas macrosísmicas mayores que los medianos y éstos que los débiles, y si unos y otros tienen el mismo origen local, las superficies de sus áreas de sacudimiento es muy probable guarden proporción con sus intensidades respectivas... Já indicamos la pequeñez relativa del área de sacudimiento de los terremotos de origen volcánico indubitable, como los de la isla de Sakura y de Linera, al que añadiremos como probablemente volcánico el de Casamicciola (isla de Ischia) del 28 de Julio de 1883, apenas sentido en Nápoles, distante unos 35 kilómetros, y que causó 2323 víctimas, según datos oficiales, las mas que lo fueron del hundimiento de un Teatro, en el cual pensaron pasar agradablemente el rato y no ir a presentarse, en el estado que estuviesen sus almas, ante el Juez de Vivos y Muertos... Entre los terremotos mas notables de estos últimos tiempos, sentidos en la Península Ibérica, figuran el del Ribatejo (o Ibérico, por haberse percibido en las 3/4 partes de la Península a distancias hasta 630 kilómetros [Lorca, Oña] y aun 950 [Barcelona]), del 23 de Abril de 1909, objeto de tan notables estudios de parte de los Profesores A. Bensaude y P. Choffat y el de Adra del 16 de Junio de 1910, afortunadamente este último sin víctimas y sentido en Madrid, distante 410 kilómetros, donde por cierto dejó inscrito un magnífico sismograma en el gráfico del barógrafo de peso gran modelo Richard del Observatorio Central Meteorológico. Otro terremoto, ciertamente tan intenso como este último en su área de sacudimiento mas sensible, o pleistosista (πλείστος = el mas — σείστος = agitado), el de Lorquí del 3 de Abril de 1911, también de orígen tectónico, como todos los últimamente citados, apenas se sentió en Alicante, a unos 72 kilómetros.

Suelen trazarse mapas sísmicos (19 *) como este, que es

el del terremoto de Avezzano del 13 de Enero de 1915 debido al Profesor G. Martinelli, del Vfficio Centrale de Roma, en los cuales se trata de comprender, dentro de líneas denominadas isosistas (ἴσος = igual), los espacios de terreno en los cuales se haya sentido un terremoto con la intensidad correspondiente a un grado determinado de la escala, empleándose de ordinario la de los Profesores A. Horel, de Lausana y G. Mercalli, de Nápoles, fallecidos no ha mucho, y el último por cierto de un modo bien trágico (**). Como la exposición de una escala de intensidades absorbería mucho tiempo, y por outra parte se han publicado ya en boletines de estaciones sismológicas, como el de la de Cartuja (Granada), ya en revistas de carácter un tanto técnico como la de la *Sociedad Astronómica de España y América,* o de vulgarización científica, como *Ibérica* y aun en nuestra reciente obrita, intitulada *Terremotos, Sismógrafos y Edificios*... nos abstenemos de hacerlo aquí... Bástenos con añadir el que se fundan en elegir cierto número de hechos fáciles de observar y en agruparlos de tal manera que asciendan desde el grado I, aquí el inferior, que comprende a los terremotos tan débiles en el lugar de observación como para pasar desapercibidos por completo, si no los revelasen con sus gráficos los mas sensibles sismógrafos, hasta el X o XII, característico de las mas violentas conmociones que jamás haya experimentado el suelo.

Puede admitirse, como regla general, que donde la tierra haya temblado, tarde o temprano volverá a temblar, y es un hecho adquirido por la Ciencia de que en algunos sitios tiembla con gran frecuencia e intensidad, en otros con mediana y en muchos mas casi nunca, y siempre muy débilmente, denominándose respectivamente *sísmicos, penesísmicos y asísmicos,* de acuerdo con la clasificación del eminente sismólogo francés Conde de Montessus de Ballore, hoy primera autoridad en la materia...

No hay que olvidar, sin embargo que las excepciones no faltan, y que la *sismicidad* o *asismicidad* de un punto determinado, de una ciudad, por ejemplo, no depende tan sólo de los terremotos cuyo origen se encuentre en su mismo suelo, o muy cercano, sino que también de los de origen mas o menos lejano que se dejen sentir en la misma. Así, por ejemplo, Málaga, que resulta de las poblaciones importantes mas sísmicas de España, visitada por terremotos destructores por los años de 1494, 1504, 1531, 1581, 1680 y 1884 apenas si puede contar por autóctono esto es originado propriamente en su territorio, el de 1680, y aun tal vez el de 1494, de

origen dudoso, por falta de datos, mientras que proceden de las cercanías de Alhama de Granada los de 1581 y 1884 y de origen submarino, (porción NW del hundimiento oval lusitano-hispano-marroquí del tan distinguido Profesor de Lisboa Ex.^{mo} Sr. Francisco L. Pereira Sousa), los de los años de 1504 y 1531, así como los tan famosos de 1755, violentos estos últimos en la capital Andaluza y todos mucho mas destructores en Portugal.

(19 *bis* *) En esta proyección aparecen marcados aproximadamente los epicentros, (ἔπι = sobre — κέντρον = centro, sitio donde se siente con mayor violencia el sismo, que se suponía situado sobre la vertical del punto en el cual aquel se originara, y que en realidad es mas bien una línea muy extensa [de fractura], o un bloque quizás hasta de centenares de kilómetros cuadrados de superficie por algunos, no muchos, de espesor), de los principales terremotos sentidos en España durante los años 1909 a 1916 inclusive, segun los datos que hemos podido recoger y en su mayor parte publicados en el *Boletín de la Real Sociedad* española de Historia natural, a los que hemos agregado algunos de Portugal, tomados principalmente de las natables *Communicações do Serviço Geológico,* que por cierto honran y mucho a la Nación hermana. El número de los macrosismos españoles pasa de 600 y casi llega a 80 el de los epicentros, por cierto no muy bien definidos, las mas de las veces, por falta de datos. De éstos el mas importante ha sido el del Ribatejo (Benavente, Samora Correia, São Estevão, con mas de 30 víctimas, considerables daños materiales y algún centenar de réplicas; después vienen la Huerta de Murcia, con 152 temblores catalogados y muchos mas sentidos durante esos 7 años, de ellos 125 en 1911; Huéscar (Província de Granada) con un centenar en Noviembre y Diciembre de 1912... Algo arbitrariamente hemos dividido la porción española de la Península Ibérica en tres regiones: Meseta Ibérica (I), Fosa tectónica del Ebro (II), y Cuenca del Guadalquivir (III), adicionándole la Fosa terciaria marítima de la desembocadura del Tajo (IV) y la Fosa del Ródano (V) ya en nuestros primeros ensayos, a los que agregamos ahora el Hundimiento oval lusitano-hispano-marroquí (VI), las Regiones sísmicas Oriental (VII) y Occidental (VIII) de los Algarves, el Golfo Bejense (IX)... tomados estos últimos, de los importantes trabajos del Profesor Pereira de Sousa.

(20 *) Esta otra proyección muestra sombreados las *regiones sîsmicas* del Conde de Montessus de Ballore y marcados con-

venientemente algunos de los epicentros de los principales terremotos registrados por los sismógrafos de la Estación Sismológica de Cartuja (Granada), a cargo de P. P. de la Compañia de Jesús. Los terrèmotos se presentan, de ordinario, en las regiones donde existen grandes desniveles, y mas en particular donde los movimientos orogénicos son mas recientes, como en España, y en órden inverso, los Pirineos, la Cordillera Penibética y la Costera Catalana; en Italia los Apeninos, en Asia el Himalaya... en América los Andes... Los ipicentros principales se agrupan, bien alrededor del Pacífico, no sin elejar bastantes claros entre sí; bien en una especie de depresión que atrevesase el Mediterráneo, el Asia Menor, la Persia, la India Inglesa, apoyándose en el resalte convexo del Himalaya... hacia el E, y que por el W, extendiendose bajo las aguas del Atlántico, pasase por las Antillas y Centro América... Entre los paises donde tiembla mas figura en primer rango el Japón, siguenle después Chile, Centro América, México, el Ecuador, Colombia, el Perú... y no muy en zaga del Japón Italia, donde si los terremotos son mucho menos frecuentes que en el Imperio del Sol Naciente, an el que se cuentan por millares, todos los años, las desgracias personales son mas numerosas, como veremos en su lugar. En la Peninsula Ibérica la sismicidad general es mas bien escasa, fuera de alguno que otro territorio, lo que no quita el que de tarde en tarde se presenten aumentos notables, tal cual vez hasta adquirir el carácter de verdaderas catástrofes **.

Suele admitirse como cierto que donde tiembla mucho tiembla fuerte, dado que, a mas de los temblores aislados, débiles o cuando mas medianos, que de vez en cuando se sienten en las cercanias de las fallas y de otros accidentes geológicos que pudíeramos apellidar *sismogénicos,* al producirse alguno realmente fuerte, y mas si fuese destructor, síguenle casi siempre otros, de ordinario mas débiles, los que tal vez asciendan a centenares y aun millares, en algunas ocasiones. Según el eminente Profesor de Sismología de la Universidad de Tokio Dr. Fusakushi el número de las réplicas o temblores secundarios que hayan de sentirse en un día determinado, puede calcularse fácilmente si se cuenta con las observaciones recogidas durante unos días, por afectar la marcha del fenómeno la forma de una hipérbola equilátera, relacionada con sus asíntotas (21 *), aquí en le eje de las x los días transcurridos, a contar desde el del terremoto, o O, inclusive, y en el de las y el número de sacudidas, tanto

observadas ya, como *probables* para los días sucesivos. En los terremotos de Hokkaido (Yeso), Mino-Owari, Ansei y otros, aducidos por Omori, el acuerdo resulta sumamente satisfactorio, pero hay que confesar que falla este procedimiento con harta frecuencia, como los ha sucedido a sismólogos tan distinguidos como el Profesor Harry Fielding Reid de Baltimore, con las réplicas del sismo de San Francisco, el Dr. Alfonso Cavasino de Rocca di Papa, con las de los de Avezzano y Messyna..., y que por nuestra parte tampoco hemos sido mas afortunados en los mas de los casos. Uno de los mejores es el que muestra la proyección, y corresponde a las réplicas del terremoto de Adra del 16 de Junio de 1910, registradas por el Cartuja bifilar de 425 kilógramos. La curva la calculamos con los datos relativos al primero y segundo días en los cuales se registraron, respectivamente, 37 y 8 réplicas, y se adapta bastante bien, *cuantitativamente,* a la marcha del fenómeno, dado que el número de réplicas calculado, 67, difiere muy poco del real, aquí registrado, 69, lo que no quita se presenten divergencias muy notables, expresadas por los *saltos* de la línea quebrada que une las cifras observadas (**). Débense estas divergencias a que el terremoto no es comparable, en manera alguna, a un tremendo golpe que hiciera vibrar na Tierra cual si fuera gigantesco diapasón, en cuyo caso terminaría el fenómeno con decremento constante, como curva de apagamiento, sino un fenómeno complejo, mas parecido, de ordinario, al derrumbe de un enorme murallón, el que nunca cae de un golpe, y al que suelen seguir otros derrumbios parciales, los que, no raras veces, tienen tanta o mayor importancia que los primeros.

Las modalidades de los terremotos, dependientes de sus causas y del medio, (esto es de las condiciones especiales del suelo que agitan), son en extremo variables, si bien tienen cierto aire de familia los que proceden del mismo epicentro, circunstancia qué permite predecir con ciertas probabilidades de éxito y con cierto carácter científico lo que haya de suceder *después* de sentido un violento terremoto, y no *antes,* en un sitio determinado y de Historia sísmica conocida... Así, por ejemplo, en la Huerta de Murcia, durante nos años de 1828–1829 y desde fines de Marzo a fines de Mayo de 1911, hubo dos períodos sísmicos muy notables, el primero bastante mas destructor que el segundo, ambos caracterizados por haberse sentido varios temblores muy violentos entremezclados con otros muchos medianos y débiles, cuando lo mas corriente sea el que haya un terremoto que exceda notable-

mente en violencia a los demás, y que este se presente al principio, cuando no el primero... (22 *). El número de réplicas, y mas todavía el terremoto del 3 de Abril, destructor de Lorquí, donde el del 21 de Marzo apenas pasó de violento, infundieron tal pavor en los habitantes de la dicha villa como para hacerlos abandonar por algún tiempo sus casas, aun las poco averiadas y refugiarse, yá en los rústicos *casones* de la Huerta **, (23 *) ya en tiendas de Campaña, prestadas al efecto por las autoridades militares **.

Ahora bien, quizás se os ofrezca preguntar¿ pueden predecirse los terremotos?, o mas claro: ¿es posible anunciar cuando y donde se ha de sentir un terremoto, y aun avanzar su importancia?.... Hoy, que la radio-telegrafía permite anunciar la marcha de las tempestades con tanta anticipación, que el célebre Weather Bureau de Washington rinde a su pais, un año con otro, mas de cincuenta millones de dólares, con sus oportunos avisos, y que tantos beneficios reporta a la navegación en el Extremo Oriente las marchas de los ciclones, previstas por los Observatorios de Manila y Zi-ka-wei y en el Mar de las Antillas el de la Habana, los tres a cargo de hermanos nuestros de religión y dos de ellos, el primero y el último, dirigidos por españoles, los P. P. José Algué y Lorenzo Gangoiti S. J. que tanto honran en lejanas tierra y bajo pabellión extrangero, a su amada España, y que el mismo Servicio Meteorológico Español tanto progresa mereed a la potente iniciativa y brillantes cualidades organizadoras de su dignísimo Jefe el Tiniente Coronel de E. M. Don José Galbis, parece que la Sismología bien pudiera hallarse en el mismo caso, o al menos en camino de estarlo, y, sin embargo, nada mas lejano de la realidad...

En la previsión meteorológica hemos de habernosla con presiones barométricas, nubes, vientos y precipitaciones, fenómenos harto fáciles de observar, sometidos a leyes en gran parte conocidas, y cuya lenta marcha, no solo se sigue, sino que se previene, pudiendose trazar en el mapa con muchas horas de antelación y grandes probabilidades de acierto, en muchos casos, y aun casi seguridad, en algunos su ruta y pronosticar además sus futuros caracteres... Todo lo contrario acaece con los terremotos, cuyas ondas se trasmiten con velocidades muy superiores a las iniciales de los proyectiles mas acelerados, al través de medios muy imperfectamente conocidos, salvo alguna que otra escepción.

Fuera de las réplicas, y de las sacudidas que acompañan a las erupciones volcánicas, o de alguno que otro caso aná-

logo, y de aquellos en los que un detenido estudio con instrumentos apropriados permita conocer la conductibilidad sísmica del terreno a cada momento, las pretendidas relaciones de ciertas corrientes, que unos apellidan telúricas y otros magnéticas, y que dicen se desarrollan minutos y aun horas y días antes de que se produzcan terremotos a distancias hasta de millares de kilómetros, corren parejas con la decisiva influencia del paso de las manchas por el meridiano central del Sol, de la edad de la Luna y estado de la atmósfera, que estas y otras causas se invocan como sismogénicas, siendo su valía la misma que la de uno de esos horóscopos que el celebérrimo Kepler trazara muy a su pesar para sustentar esa vida que inmortalizara con sus famosas leyes... esto es, un poco menos que cero, puesto que sólo sirven para desacreditar a la verdadera Ciencia y aun tal vez para hacer perder un tiempo precioso y que no se merecen, en refutarlas.

Es indudable que en casos especiales un hecho insignificante actuaría como la chispa respecto al incendio de un montón de leña bien seca y aderezada para ello, y que una fuerte lluvia puede provocar un derrubio, como el de Lisboa de 1597, Goldau, 1806 Casarabonela (Málaga) en Marzo de 1916, etc., y ese derrubio ocasionar un sismo, y así análogamente, pero esa misma lluvia ha necesitado actuar sobre la roca durante siglos, y con alternativas mayores de desecación y de humectación, de calor y de frío, para producir el derrumbe de esta, y si en el último caso citado pudo evitarse una catástrofe, haciendose desalojar a tiempo numerosas casas, poço después aplastadas bajo aquella inmensa mole desprendida, fué porque se notaron, con bastante anticipación síntomas amenazadores y entre ellos derrubios muy notables... A hora bien, en los casos ordinarios, el único criterio de que puede valerse el sismólogo, su *ojo,* digámoslo así, es el sismógrafo, el cual le permite conocer el estado de resistencia del terreno en aquel momento, esto es su *histerésis sísmica* (ὑστέρησις = penuria [aquí falta de resistencia]), en el caso en que esté próxima la ruptura, y por tanto el terremoto, con relación a lo que era en los tiempos normales, lo que, por otra parte, exigiria para cada determinación el que se presentase algún fuerte terremoto, o el provocar un movimiento análogo, por medio de explosivos, procedimiento carísimo, y no siempre aplicable, y además contar con muy numerosas estaciones sismológicas dotadas de excelentes medios, indispensables para precisar cuando la disminución en la velocidad indica la probable producción de fracturas im-

portantes del suelo. El tan distinguido Profesor de Astronomía de la Universidad de Budapest Dr. Rodolfo de Kövesligéthy, inventor de este procedimiento, ha podido precedir, retrospectivamente y con bastante exactitud, un par de terremotos del Japón, único país donde pudiera tener aplicación en la actualidad, por existir algunas triangulaciones sísmicas hechas con la gran exacción que necesita... Y aquí nos permitiremos recordar que en las rocas y otros materiales, cuando se les somete a cargas vecinas a la de ruptura, disminuye la velocidad con que trasmiten los movimientos, exactamento lo mismo que ocurriría con respecto a los sonidos, pero que este retraso es muy pequeño, ocurriendo con ellas lo que con un cable de abacá, que de romperse suele hacerlo casi cual lo cortaran con un cuchillo, sin monstrar antes el estiramiento amenazador del cáñamo, tan ventajoso a la gente de mar.

Conviene no olvidar que los edificios, tanto públicos como privados, ni se improvisan ni están hechos para que se les abandone al asomo de un peligro, muy posiblemente imaginario, cual serían los mas basados en las *previsiones de terremotos,* y que, si el marino quizás no zarpe de un puerto bien abrigado bajo la amenaza cierta de un violento ciclón, en los mas de los casos arrostra la lucha con los elementos desencadenados, valiéndose de las reglas que le sugieren la marcha probable del fenómeno y su situación relativa, así como las condiciones de su nave, aliando a la prudencia ese sereno valor, heroíco hasta el sacrificio, que tanto enaltece su noble profesión, pero aunque permaneciese guarecido en el puerto, jamás abandonará su barco sin haber perdido moralmente la esperanza de salvarlo, aun a riesgo de su vida, y eso ante un peligro iminente, no ante un riesgo tan problemático, como si nos augurasen la proximidad de nuevas erupciones basálticas en Lisboa por haberse recrudecido durante una sizigia los curiosos *bufadors* de Olot, pocos dias después de un temblorcillo sentido por la línea Estoy-Villa Real de Santo Antonio-Ayamonte... Indigno sería del hombre el no conocer mas medio de alejar de sí un peligro que la huida, por cierto no pocas veces imposible, otras funesta... El terremoto aterra porque con frecuencia mata, y como mata sólo cuando coge indefenso, lo que hay que hacer es prevenirse, como veremos en la 2.ª parte de esta Conferencia.

(Continúa).

Manuel Maria Sanchez Navarro S. J.
Director de la Estación Sismológica de Cartuja (Granada).

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 8, pag. 434)

CAPÍTULO XII

Lutas civis. — Lenda da prisão de D. Tareja. — Guerras da separação. — Vocação nacional para a Cruzada. — Batalha de Ourique

As dissensões intestinas que deixaram rastos lugubres de sangue e de luto nas primeiras páginas da crónica da sociedade portuguêsa, bem como as lides, aliás ardorosissimas, travadas com os espanhois, durante cêrca de três décadas, para conseguir e firmar a separação da nossa terra dos domínios da monarquia leoneza, não ofereceram, em geral, os melhores ensejos para exibições de espírito cavalharesco. Além do mencionado rasgo de Egas Moniz, deveria relembrar-se o brilhante duelo (1) que se desenvolveu, com bravura magnífica e perfeita observância de todas as regras da Cavalaria, na Veiga do Vez (2), entre os barões e cavaleiros de

---

(1) «Per idem tempus (an. de 1140) Alfonsus Imperator Hispanie, filius Raymundi et Urrace Regine, et frater amitius Alfonsi Regis Portug., cum magnis capiis intrauit inter amnem Regionem ad loeum Valdeuez, sed occurrente Rege Portugallie cum suo exercitu et captis quibusdam Castellanis nobilissimis, in loco qui uocatur ludi Bufurdii, nempe Fernando furtado fratre imperatoris, et Consule Pontio Cabreira, et Veremundo Petri et aliis. Sed cum bellum infeliciter ab Hispanis geri cepisset, imperator fecit interuentu Archiepiscopi Brachar. a prelio abstinere, et ambo reges congressi et simul prensi discedunt in pace. (*Brevis Historia Gottorum*, apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, fl. 13). — *Chronica Latina*, de Afonso VII, cap. 33, apud *España Sagrada*, tom. XXI, fl. 350.

(2) Escreve Herculano: «A memória do facto perpetuou-se ahi no

Leão e Castela, marcando o triunfo os paladinos de D. Afonso Henriques, embora pese ao arteiro bispo (1) de Tui semelhante glória, que tentou esconder nos refegos da sua capciosa dicção. E pouco mais se póde anotar.

Os amores de D. Tareja com Fernão Peres de Trava (2), conde de Trastamara, não mereceram inspirar romance de maior interesse aos troveiros; desandaram numa mancebia (3) prosaica, alardeada com tamanha desfachatez que o prior de Vizeu, D. Teotónio (4), ao depois primeiro prelado de Santa Cruz de Coimbra e canonizado, célebre já então pelas suas virtudes, acendrado patriotismo e piedade insigne, de uma vez, do alto púlpito (5), em público e raso, dirigiu asperrima reprimenda aos dois amantes, pelo seu indecente viver. Ritiraram do templo ambos os culpados, confundidos e vermelhos de vergonha, porêm, a autoridade moral do

---

nome de *Jogo do Bufurdio* ou *Boforda*, que se pôz ao lugar do torneio, e que depois a tradição popular, engrandecendo o sucesso, segundo é costume, denominou *Veiga da Matança*, posto que a história não nos diga que morresse no combate um só dos nobres contendores». (*Historia de Portugal*, tom. I, fl. 333). — Ver no *Elucidario* as palavras: *bufordio* e *bafordar*.

(1) D. Fr. Prudencio de Sandoval, *Historia de los Reyes de Castilla y de Leon*.

(2) Era filho do cónde D. Vero Fernandez de Trava. Ver sôbre a sua geneologia o título XIII do *Livro das Linhagens*, apud *Portvgaliæ Monvmenta*, etc.

(3) Sôbre o suposto segundo casamento de D Tereza, veja-se Brandão, *Monarchia Lusitana*, tom. I, liv. IX, cap. XV. — D. José Barbosa, *Catalogo das Rainhas de Portugal*, de fl. 87 a 104; e a nota XIV, fl. 475, no vol. I da *Historia de Portugal* de Alexandre Herculano.

(4) Natural de Ganfei, lugar do Alto Minho, fronteiro a Tuy, foi uma das figuras mais notaveis, senão a mais notavel e simpática da Igreja portuguesa, ao tempo da fundação da monarquia. Monge observantissimo e guerreiro valeroso, santo que veiu a merecêr o culto dos altares e amador devotado da pátria que ajudou a formar e a dirigir, gosou de grande autoridade tanto no claustro como no século. D. Afonso Henriques tinha por êle gronde devoção: escutava-lhe o conselho e pedia-lhe a benção, de joelhos. (Ver: *Vita Sancti Theotonii*, apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, fl. 79. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXXXIII. — *España Sagrada*, tom. 23, fl. 105. — D. Nicolao de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, liv. IX, cap. I, fl. 172. — Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, no dia 3 e no dia 18 de fevereiro.

(5) «Sequidem fama referet, quadam die in ecclesia uisiensi, eo predicante, memoratam reginam, et consulem fernandum, qui eo tempore contubernalis eius, non uir legitimus erat, rubore uerecundie suffusus de ecclesia festinantes exisse». (*Vita Sancti Theotonii, loc. cit.*, fl. 81, § 5).

homem de Deus era tamanha que ninguem se aventurou a exprobar-lhe a liberdade, embora avexasse as altas personagens.

Da lamentável ligação da viuva do conde D. Henrique com o galhardissimo fidalgo galego, proveio a guerra civil, cujo desfecho teve lugar na batalha campal, ferida no Campo de S. Mamede (1), próximo a Guimarães, onde foi derrotada a hoste de D. Tereza.

Ainda agora se avalia a grande impressão produzida nos contemporaneos, por estas discórdias feias, entre pessôas de superna qualidade, pelas lendas que ganharam raiz em tais misérias. Imputou-se a D. Afonso Henriques o crime vil de haver encerrado sua mãe, carregada de cadeias, em uma masmorra medonha do Castelo de Lanhoso. Correu ainda que a rainha prisioneira, quando sentira a mordedura das algemas a atormentá-la, amaldiçoára o filho, e lhe vaticinára (2) que as pernas dele seriam quebradas, dentro em pouco, por ferros duros. Alguns anos depois (1168), o desastre de Badajoz (3) parecia confirmar o agoiro. Com o mesmo fundamento se improvisou o romance da vinda do Cardial legado do Papa, a Coimbra, para ensinar a fé e emendar Afonso Henriques de seus erros; porque na Cúria o tomavam por herege, visto o príncipe repelir os avisos do Pontífice, para que libertasse sua mãe.

Todo êste conflito repulsivo. por contrário às leis divinas e naturais, alarmou a consciência nacional, espevitou a indole novelista do nosso lindo Minho, e as lendas a que aludi, primeiramente fixadas nas *Chronicas breves de Santa Cruz*

---

(1) *Chronica Gothorum,* Era MCLXVI.—Duarte Nunes de Leão, Primeira Parte das *Chronicas, loc. cit.*, tom. I, fl. 65.—*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. IX, cap. XV.

(2) «... e ella quando se vyo presa disse assy: meu filho dom affomso, prendesteme em ferros e exerdasteme a honrra que me meu padre leixou, e quyseiades preso como eu soom, e porque metestes ferros em minhas pernas ferros quebrantem as uosas». (*Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra,* apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Scriptores,* tom. I, fl. 26.

(3) «Porem foy a desgraça que ao sair pella porta da Cidade para o Campo, deu el Rey cõ a perna em o ferrolho, que ficara mal corrido, com que recebeo notavel dano & o caualo em que hia ficou muito ferido. Chegando deste modo aos contrarios, sostentou a batalha ate que o caualo cahio, & leuandolhe a mesma perna debaixo, o deixou impossibilitado para se leuantar, & deu lugar a seus inimigos o prenderem». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. XI, cap. XIII).

de Coimbra (1), afiguram-se-me a cristalização dos boatos produzidos pela ingénua e mística invencionice popular, naquele atormentado momento histórico.

Vieram historiadores (2) do século XVI, dos mais repreendidos por abusos de fantasia, adornar com vistosas peripécias todos êstes motivos; e até o nosso Camões, como príncipe de poetas, se deixou embair por semelhantes enredos, turvando-se a ponto, de botar em seus versos imortais, uma grave censura contra o infante, porque «a mãe em ferros asperos atava» (3).

Ora o engano está em considerar autêntico o facto, sôbre o qual se desenvolveu a lenda. D. Tareja não foi enjaulada no Castelo de Lanhoso, mas simplesmente expulsa das terras de Portugal, e o seu amante teve o mesmo destino. O texto tirado por Fr. António Brandão, dum monumento coevo (4), esclarece o assunto.

Nas contendas domésticas, como esta, movidas por algum incidente imoral, com todo o acessório de intrigas, ódios inconfessáveis, ruins invejas e egoismos mesquinhas, queimam-se ou pelo menos crestam-se as azas das almas mais sedentas de idealisações generosas e puras. Embora por um sentimento nobre de independência o moço infante precipitasse a revolta contra sua mãe, é, todavia, certo que o ânimo cavaleiroso não encontrou no campo de S. Mamede, a atmosfera mais propícia para se expandir. A briga entre gente da mesma

---

(1) Apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Scriptores*, tom. I, fl. 26 e 29.

(2) Duarte Galvão, *Coronica Delrey D. Affonso Anriques*, cap. VII.— Christovão Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, cap. III, apud *Ineditos de Historia Portugueza*, tom. V.

(3)

«Mas já o Principe claro o vencimento
Do padrasto, e da iniqua mãi levava;
Já lhe obedece a terra n'hum momento,
Que primeiro contra elle pelejava:
Porém, vencido de ira o entendimento,
A mãi em ferros asperos atava;
Mas de Deos foi vingada em tempo breve;
Tanta veneração aos pais se deve!»

(*Lusiadas*, Canto III, Estância XXXIII).

(4) «Regina vna cum suo Comite à Regno expulsis eius filius... vno die bellando,... susciperet principatum». (Do *Livro dos Testamentos de Santa Cruz de Coimbra*, apud *Apendice da Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, Escritura XV).

Fé e da mesma linhagem, não póde ser nunca desafogada. Há sentimentalidades de parentesco, comunhão de interesses religiosos, recordações de amizade, de camaradagem, antiga que deitam travo no triunfo e agravam o pungir da derrota.

Por idênticas causas, nas guerras da separação com os espanhois, sente-se algo de contrafeito, de bisonho, divisa-se melhor o ciume e o desgôsto do que qualquer ódio e despreso, o clangor festivo dos instrumentos guerreiros anunciando a vitória não excita as grandes e saudáveis alegrias, celebram-se pazes com enternecimento, e não raro os vencedores se esmeram em acarinhar e até homenagear os vencidos, como aconteceu a D. Afonso Henriques quando no entardecer da sua gloriosa carreira, caiu prisioneiro de seu genro, Fernando de Castela. E tudo isto foi assim, porque afinal tratava-se de uma grande bulha entre família: os netos do mesmo avô queriam viver, cada qual per si, independentemente.

Nesta altura da Idade Média, as lutas civis e políticas entre os príncipes cristãos, ainda mesmo quando as determinassem razões plausiveis e até necessárias ao bem dos povos, estavam longe de oferecer enlevo às almas por excelência cavalheirescas. Eram agora atraídas pelos prestigiosos atractivos da Cruzada.

Na Palestina abrira-se um vasto campo para os grandes actos de Fé, purificadores, e para as mais belas proezas de Cavalaria. A conquista de Jerusalem entusiasmou a cristandade inteira; e, os seus heróis, com Godefredo de Bouillon à frente, alcançaram larga e resoante nomeada. A guerra Santa estava na moda, em pleno século XII. Nas escolas de nobreza de toda a Europa feudal, apontavam-se aos pagens e aos moços escudeiros, como modêlos para imitar, os *miles* mais glorificados na defeza do Sepulcro de Cristo. Os recemvindos da Palestina entretinhão os serões das longas noites de inverno, nos seus castelos, sentados à lareira, onde crepitavam grossos toros de carvalho, narrando com minúcia e tanta vez com arte singela, porêm, agradável, as grandes scenas de batalha que haviam presenciado, e as peripécias curiosas, quando não os transes dramáticos, das acidentadas jornadas por aqueles países longinquos e desconhecidos, onde a sua Fé, a sua paciência e o seu vigor, teriam sido rudemente experimentados. Os trovadores e os troveiros nos seus versos e inventos, não só celebravam os mais brilhantes feitos da epopeia cristã, como eram também dos melhores e mais

ardentes propagandistas da Cruzada (1). Quando a terceira destas peregrinações armadas se publicou, (1188) inculcavam-se para conduzi-la o rei de Inglaterra Henrique II, e o de França, Filipe Augusto (2). Como estivessem de relações cortadas os dois monarcas, o trovador Ponce de Capdeuil, numa piedosissima canção, de cuja paternidade qualquer prelado devoto e eloquente se poderia jactar, intimou-os a que se composessem (3). Alguns séculos depois, referindo-se D. Fr. Prudêncio de Sandoval, às divergências do imperador D. Afonso VII, com outros soberanos espanhois, ainda la-

---

(1) Cantava o trovador Emérico de Peguilain: «... Tomemos a divisa das cruzadas, vamos para além mar: temos um guia corajoso e seguro no papa Innocencio. Todos são convidados, todos são chamados; preparem-se todos e tomem cruzada em nome d'esse Deus que foi crucxificado entre dois ladrões, depois de haver sido condemnado iniquamente pelos judeus. Se a lealdade e o valor têem ainda algum merecimento, não deixaremos o Christo assim deserdado; porem nós estimamos e queremos o que é mau, e desprezamos o que nos seria util e nos produzisse o bem. Eia pois! a vida em os nossos paizes é para nós um continuo perigo; a morte na Terra Santa seria para nós a eterna felicidade. Quem hesitaria em afrontar a morte em serviço de Deus, que se dignou recebel'a para nossa redempção?...». (Apud *Historia Universal*, de Cantu, vol. VI, liv. undecimo, cap. XI. — O trovador Guilherme IX, conde de Poitiers e duque da Aquitania, que tomou parte na primeira cruzada, diz em uma canção: «Fiel á honra e á bravura, eu tomo as armas; partamos; vou para além-mar, lá onde os peregrinos imploram o perdão. Adeus esplendidos torneios, adeus magnificencia e tudo o que agrada ao coração! Já nada me detem, eu vou aos logares em que Deus promette a remissão dos peccados. Perdoae-me, companheiros a quem haja offendido; imploro o meu perdão, offereço o meu arrependimento a Jesus, senhor do raio; dirijo-lhe a minha supplica em lingua romance e em latim. Por muito tempo me distrai em mundanidades, mas a paz do Senhor se faz ouvir, e é preciso apparecer no seu tribunal. Eu succumbo sob as minhas iniquidades. Oh meus amigos! quando eu estiver em presença da morte, ajuntae-vos em torno de mim, e concedei-me as vossas saudades e consolações». Apud *Trovadores Galecio-portuguezes*, por Teófilo Braga, cap. II, fl. 48).

(2) Henri Martin, *Historia de França*, tom. I.

(3) «... Rei de França, rei da Inglaterra fazei as pazes por uma vez. O primeiro que ceder será o mais benemerito aos olhos do Eterno; a sua recompensa está segura, a corôa de gloria o espera no ceo. Assim o rei da Apulha e o imperador se unissem como amigos e irmãos, até que o santo sepulchro fosse libertado! Assim como perdoarem, serão perdoados no dia do juizo. Virgem Gloriosa, mãe de misericordia e de verdade, luz da salvação, esperança, divino farol de fé, vós em quem Deus incarnou para remir os peccados do mundo, rogae por nós, peccadores, a vosso Pae, a vosso Filho; não sois vós filha e mãe? Virgem de doçura e de gloria, protegei a nossa santa lei, e dae-nos força e poder para extreminar os turcos traidores e descrentes». (Apud Cantu, *loc. cit.*).

mentava o desperdício de fôrças e de armas dos cristãos, para dirimir rivalidades entre êles, quando melhor fôra empregá-las contra os inimigos da Fé Católica (3). E tinha carradas de razão o arguto e sábio antistete de Tuy, porque na Península, todo o desvio de actividade no gigantesco duelo debatido com os sarracenos, poderia acarretar maior perigo. O esfôrço titânico e persistente dos povos neo-góticos erguera com as suas terríveis lanças, como que uma longa muralha a abroquelar a civilisação cristã do perigo mahometano. Deve-lhe a Europa êste magno serviço, sem o qual, os seus destinos teriam sido outros e bem diversos. Na grande obra redemtora laboraram umas poucas de gerações de reis e de subditos, irmanando-se todos no fervor, entusiasmo, pertináçia e ardideza, porque porseguiam no conseguimento da aspiração comum e suprema.

Ora esta aspiração, sim, era de pura Cavalaria.

Pelas circunstâncias peculiares em que se produziu a genésis da nossa nacionalidade, o ideal da Cruzada, que eu tenho defenido com insistência, alargou-se, engrandeceu-se, complicou-se, sublimou-se, no espírito dos primeiros portugueses, porque à preocupação mística de redimir a alma pelo sacrifício do corpo, ajuntava-se o anhelo de dilatar os domínios da pátria, de constituir um ninho querido e bem independente, pela reconquista dos territórios onde outrora florescera a Cruz, como símbolo augusto da religião dos seus antepassados.

Não havia reparo para melindres no embate entre duas raças que se abominavam, separadas por incompatibilidades de toda a ordem. A luta era de extermínio, porque sob o mesmo céu aonde resplendeciam as Quinas, não deveria luzir o Crescente. E assim, renhia-se com desafogo, renhia-se com formidável ira, renhia-se com paixão candente. Ainda mesmo, em seu exagêro, tais sentimentos, limpos da sua generalidade, de frivolos apetites e de rancores personificados, reflectiam o intenso, o exaltado fervor religioso e patriótico, sem o qual não se advinharia o segredo dos mais famosos cometimentos. É porêm certo, que durante o largo período da reconquista, as lutas intestinas na bulhentissima Espanha

---

(1) «De esta manera gastauan nuestros Reyes las fuerças y armas de la Christiandad que fuera mejor emplear en los enemigos de la Fé Catholica». (D. Fr. Prudencio de Sandoval, *Historia de los Reyes de Castilla y de Leon*, fl. 167).

mediévica, desenvolveram sentimentos ruins que explodiram por vezes, conturbando o pacto social, ditado pela Fé. As ambições sôfregas do mando, as vaidades contundidas, produziram em diversos momentos, factos políticos destoantes com as crenças dos indivíduos ou das facções que os determinaram. Sabe-se de descridos que se enfileiraram debaixo do pendão da Cruz, para melhor se vingarem de seus correligionários, e porventura, mais nobres e louvaveis intuitos não moveram os princípes e senhores cristãos, quando se aliançaram com os emires árabes, para ganharem vantagem nas contendas com seus pares. Mancham misérias semelhantes a História de quási todos os tempos, e se a sua tristissima vulgarisação em nossos dias lhe poderá conferir direito para caracterizar uma época, não sucede pela mesma forma no demorado e magestoso drama da reacção cristã, na Península. Aqui, representam apenas o valor de episódios secundários, preceptiveis numa análise particularisada, mas que se esfumam e se evolam, quando contemplamos em toda a sua grandeza épica a obra salvadora de reconquista que realisaram os nossos maiores. Diga-se ainda, em abono da verdade, que os fundadores da pátria portuguêsa não podem ser acoimados por quaesquer entendimentos com os infieis, nas suas desavenças íntimas. D. Afonso Henriques concedeu o auxílio que lhe pediu o Wali de Mertola, Iben-Kasi (1), visto tratar-se de enfraquecer os poderosos e aguerridos régulos de Badajoz (2) e de Silves (3); porêm, nunca êle nem seus sucessores permitiram a interferência dos moiros, nas disputas entre nazarenos. Antes pelo contrário, mais de uma vez, e sempre com singular brilho e generosidade, cuadjuvaram com os seus mais intrépidos Cavaleiros, os soberanos espanhois, a afrontar o perigo musulmano.

Em a nossa vocação nacional estava o espírito da Cruzada. Nascidos e educados na guerra contra os infieis, foi em semelhante teor de lide, aonde se acendeu com mais ardor o entusiasmo e a valentia dos nossos *miles,* e se exibiram, com frequência admirável, seus rasgos famosissimos de audácia e de exfôrço, «mais do que permitia a força humana».

A crítica terá de considerar a Cruzada portuguêsa entre as mais brilhantes e profícuas de que resam as crónicas mun-

---

(1) Alexandre Herculano, *loc. cit.,* tom. I, fl. 358 a 360.
(2) Seddaray.
(3) Omar, Ibn, El-Mondhir.

diais, e aponta-se como a mais variada e longa, pois desde 1139 a 1578, se protelou, com breves intervalos, realisando a função histórica, conferida pela Providência a êste povo, de «dilatar a Fé e o imperio».

A batalha de Ourique abre o ciclo, no qual se condensa, por assim dizer, o que há de melhor e de mais memorável, em a nossa vida nacional.

Durante os primeiros anos do govêrno de D. Afonso Henriques, a guerra contra os moiros limitára-se a correrias ou fossados nas fronteiras. Preocupado com as dissensões internas e com as brigas contra os leonezes, o infante cuidou apenas de resguardar os seus domínios ao sul, do perigo musulmano, e não se propoz a cometimentos de maior responsabilidade.

No ano de 1135 (1), erigiu o castelo de Leiria (2), em lugar alto, excelente ponto estratégico, para reprimir os barbaros, sempre que se afoitassem em correrias pelos campos de Coimbra, e também azado sitio de partida para surprezas às praças de Santarêm, Cintra e Lisboa, consideradas como as de maior importância do ocidente do Al-Gharb. O govêrno da nova fortaleza, dotada com uma guarnição valiosa, foi entregue a Paio Guterres, cavaleiro ilustre e de grandes brios, filho de D. Guterre (3), fidalgo da Gasconha que veiu

---

(1) «Era MCLLXXIII, IIII.° Idus Decembr. Idem Rex cepit edificare Castellum Seirene loco edito et adpto ad coercendos Barbaros qui agrum Colimbr. incursabant: est in extremis limitibus scalabitani et Colimbr. agrisitum hoc oppidum aptissimo loco ad hostes prohibendos, cui prefecit strenuum Ducem Pelagium Gutterrem: ab illo tempore vis et audacia Sarracenorum cepit infirmari». (*Brevis Historia Gottorum*, apud *Scriptores*, vol. I, fasc. I, fl. 8).

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. IX, cap. XXV.

(3) «Este dom Goterre veo com o comde dom Hemrrique a Portugall seendo caualleiro boo e velho e de grande emtemdimento, e fiaua o comde delle e chamauao aos seus comsselhos, e deulhe o comde muitas herdades e possissões em terra de Guimarãaes e de Bragaa e deulhe o porto de Varzim. E com este dom Goterre uiinha huum seu filho caualleiro mançebo muy de proll e avia nome dom Paay Goterrez, e el nom avia molher ca lhe morrera em sa terra. Esse dom Paay Goterrez edificou o moesteyro de sam Symom da Jumqueyra e o moesteiro de Souto e o de Vilella, e foy casado com dona Ouseemda Ermigiz Aboazar, filha de dom Trestamiro Aboazar... e fez em ella Fernão Paaez da Cunha, e Ramiro Paaez e Pero Paaez que foy creligo e dona Justa Paaez que foi casada com dom Pero Coronell». (*Livro das Linhagens*, tit. LV, fl. 356, apud *Scriptores*, vol. I, fasc. III). — Descendem de D. Payo Goterrez, os Cunhas, que «tẽem por armas em campo de ouro, noue cunhas de azul de ferro firmadas, postas em tres pallas, & por timbre hum meyo

para Portugal com o conde D. Henrique. O castelo tornou-se uma verdadeira escola de guerra, e o irrequieto D. Paio dava exercícios práticos aos seus guerreiros, nas arremetidas constantes e cavalgadas em que se afoitavam pelos territórios agarenos. Picados por tais vexames, aproveitaram os moiros a sazão em que D. Afonso Henriques pelejava com as suas melhores tropas na Galiza, para investirem com importantes fôrças sôbre Leiria (1). Deu-se um rude embate. Os sitiados defenderam-se com bravura leónica, mas foram vencidos, depois de sofrerem graves perdas em número e em qualidade (2). Logo a seguir, veiu novo revez humilhar as hostes cristãs, em Tomar (3).

Calcule-se a dolorosa impressão produzida por êstes desastres, sucessivos e importantes, no ânimo do pequeno povo, altivo, ousado e tambêm muito débil ainda, no momento preciso em que tanto se afadigava, para conseguir a sua autonomia. Se não alcançasse desforrar-se das sovas dos sarracenos, o seu prestígio guerreiro evolar-se-ia, e sob os tentáculos do império espanhol seria asfixiada a tentativa separatista dos portugueses. O seu melhor direito, senão o seu único direito à independência, tinha de ser conquistado na guerra santa. Tanto compreendeu assim o argutissimo infante, que apenas soube do perigo que corriam as fronteiras meridionais dos seus estados, tratou logo de compôr-se com o imperador, sem esmiuçar maiores vantagens, contentando-se de ficar com toda a sua acção livre, para empreender a grande guerra contra o Islam, o inimigo terrível, por excelência. Começa então a Cruzada portuguesa.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

Grifo de ouro acunhado de azul, com azas acunhadas de ouro». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. VIII, cap. XXX). — «... Sabemos que em Castella se diriuão por varonia do Conde Martim Vasques da Cunha (o qual passou aquelle Reyno em tempo del Rey Dom João o primeiro) as grandes casas dos Marquezes de Vilhena Duques de Escalona, as dos Duques de Ossuna, & de seu irmão Lopo Vasques, a dos Condes de Buen dia & outros que delles procedem...». (*Idem*).

(1) A. Herculano, *loc. cit.*, tom. I, fl. 313.

(2) *Chronica Adefonsi Imperatoris*, § 32, apud *España Sagrada*, tom. XXI.

(3) «Era 1175, euenit infortunium super Christianos in Tomar. (*Chronica Gothorum*). Ver a nota XVII, no tom. I, da *Historia de Portugal*, de A. Herculano.

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 8, pag. 414)

Tomo I, pag. 351. — A inscripção que aí está, segundo melhor leitura do nosso amigo Dr. José Leite de Vasconcellos que a nosso pedido a visitou *in loco* a 16 de julho de 1915 deve emendar-se desta fórma: Larocv | Ama Pitil | i filia libi | animo vo | tum riitvli | pro marito. De maneira que temos o deus Larocu a quem Ama, filha de Pitili, cumpriu de boa vontade o voto que lhe havia feito por seu marido, isto é, pela saude e prosperidade de seu marido.

D. Toribio Lopez, tomo II, pag. 3. — Escrevemos, guiados pelo *Agiologio Lusitano,* que o bispo D. Toribio Lopez morrera a 9 de maio de 1553, foi porem antes porque na sessão capitular de 17 de abril desse anno já se faz referencia a estar a Sé vaga e á morte do bispo «que santa gloria aja» (1).

A morte do bispo devia ser recente porque só na sessão de 29 do mesmo mez é que o cabido elegeu o deão Gil de Prado para vigario capitular (2) e esta eleição tinha pelos canones prazo fixo para celebrar-se. D. Toribio Lopez deixou aos capellães da sé umas casas, um prado e uma curtinha para sua sustentação (3).

«De D. Toribio Lopez existem ainda tres volumes de obra completa de Missal da Estante do côro de pergaminho finissimo com linhas, notas e lettra feitas á mão e em formato grande e muito bem encadernados, obra de primor d'arte e

---

(1) *Acordãos de 1547 a 1598,* fol. 34. Adiante, ao tratar do bispo D. Antonio Pinheiro se encontra a descripção deste codice.

(2) *Idem,* fol. 36.

(3) *Idem,* fol. 42.

de subido valor e raro merecimento» (1). Guardam-se hoje estes livros, creio que faltam alguns, no Archivo do Paço Episcopal de Bragança. São um primor de arte graphica e correlativa com fortes encadernações cantonadas de metal amarello. Mão criminosa e estupida tem-lhe roubado muitas das letras iniciaes que são bellamente illuminadas.

Quando se tratava do provimento deste bispo pedia D. João III que nas rendas da diocese se imposessem tresentos mil reis de pensões: uma de dusentos mil reis para Marcos Fernandes, capellão del-rei e outra de cem mil reis para Rodrigo Sanches, thezoureiro da capella da infanta de Castella, filha do monarcha português (2).

D. Julião d'Alva, tomo II, pag. 10. — Já estava eleito bispo de Miranda a 2 de abril de 1560 pois na sessão desse dia resolveu o cabido nomear o conego Jorge Ferreira para o ir visitar assignando-lhe para isso trinta dias (3). Deixou em testamento ao Cabido de Miranda 200:000 reis que seriam empregados em fazenda para uma memoria (4).

Tambem contemplou o Collegio de São Pedro de Bragança, como se vê do seguinte. Na mercearia de Ignacio Villares, em Bragança appareceu, entre vários papeis de embrulhos, um que pelo seu aspecto antigo despertou curiosidade e nos mandaram para ler. Contem elle uma procuração feita por tabalião a 7 de junho de 1583 nas casas do Collegio de São Pedro em Bragança por Gregorio Teixeira, abbade da igreja de S. João da mesma cidade, reitor do dito Collegio e pelos collegiaes — Jacome teixeira e Antonio balleiro crerigos de hordeens de auamjelho e Simão nunes de morais cleriguo de ordens depistola e Simão de madureira e manoel roiz crerigos de ordens menores — a Simão Pereira, morador em Lisboo, solicitador do duque de Bragança, para cobrar na casa da India, duzentos trinta e tantos mil reis, que lhe pertenciam «do juro que deixou o bispo dom Jullião dallua ao dito Colejo».

Sobre o Collegio de S. Pedro de Bragança ver estas *Memorias Archeologico-Historicas,* tomo II, pag. 28, 298 e 315.

---

(1) *Manuscriptos* do conego Manuel Antonio Pires existentes no Archivo do Paço Episcopal em Bragança.
(2) *Corpo Diplomatico,* tom. V, pag. 362.
(3) *Acordãos de 1547 a 1598,* fol. 67 v.
(4) Ver estas *Memorias,* pag. 516.

Acerca do padre e doutor Gaspar Fructuoso, memorado na *Historia Insulana* do P.e Antonio Cordeiro, chamado por D. Julião d'Alva para a diocese de Miranda onde desempenhou altos cargos, dando-lhe tambem o padre Rui Vicente, reitor dos jesuitas estabelecidos em Bragança, a regencia de uma cadeira de theologia, ver *O Instituto* volume correspondente a abril de 1914, pag. 185.

D. Antonio Pinheiro, tomo II, pag. 15. — Citamos a opinião dos bio-bibliographos portuguezes que divergem no anno da morte deste notavel bispo e escritor chegando a dizer Innocencio Francisco da Silva que ainda não foi possivel descriminar a epocha da sua morte. O seguinte texto permitte fixal-a de modo positivo com differença de alguns dias. Diz elle: «Aos quinze dias do mez de nouembro de 1582 annos, se assentou em Cabido estando presente o Ill.mo S.or bispo D. Hieronymo de Menezes que na quinta feira seguinte se fizessem as honras [exequias funebres] do S.or bispo Dom Antonio Pinheiro que Deus tem» (1).

D. Jeronymo de Menezes, tomo II, pag. 25. — Já estava confirmado na Sé de Miranda a 2 de dezembro de 1579, segundo se vê pela Bulla *Pastoralis officii* de Gregorio XIII desse dia (2) que impõe nos fructos de sua mesa episcopal a pensão annual de 400:000 reis em favor do Santo Officio. Este bispo deixou em testamento á fabrica da Sé cem mil reis (3).

D. Manuel de Seabra, tomo II, pag. 26. — Morreu a 25 de outubro de 1595 (4). Já estava eleito bispo de Miranda a 9 de agosto de 1592 como se vê pela sessão capitular desse

---

(1) *Livro de acordãos e assentos antigos* do Cabido de Mirandu, desde 1547 a 1606, fol. 66. A collecção dos *Acordãos* do Cabido de Miranda existente no Archivo do Paço Episcopal em Bragança, comprehende oito volumes de folio á excepção deste agora citado que é em 8.º, manuscriptos em papel almasso, com capas de pergaminho, menos um que as tem de bezerro e abrange as actas das sessões celebradas pelos conegos da mesma Sé desde 1547 a 1863. É de notar que o primeiro desses *Acordãos* é em duplicado ou quasi, pois um abrange desde 1547 a 1608 e o outro desde 1547 a 1598 e é o de capas de bezerro.

(2) *Corpo Diplomatico*, tom X, pag. 565.

(3) *Acordãos de 1606 a 1625*, fol. 86. *Idem, de 1547 a 1606*, fol. 167 v

(4) *Idem, de 1547 a 1598*, fol. 178 v.

dia em que o cabido resolveu mandal-o visitar (segundo era costume apenas se fazia a eleição dos bispos) a Lisboa pelo conego mestre-escola Albuquerque a quem «asinarão seis tostois de partido cada dia alem de vencer sua prebenda» para despezas de viagem (1); mas ainda em 10 de julho de 1593, como se vê pela acta da sessão capitular desse dia, não viera tomar posse da diocese. *Sede vacante* diz o texto o que parece indicar que ainda não fora confirmado em Roma (2).

D. Diogo de Sousa, tomo II, pag. 27 e 66. — Já havia bispo eleito de Miranda que seria D. Diogo de Sousa a 6 de abril de 1596, pois na sesão deste dia resolveram os conegos «dar ao deão para ir a Lisboa visitar o Senhor Bispo vinte mil reis para seu gasto» (3).

D. Diogo de Sousa reuniu Synodo Diocesano na Sé de Miranda a 9 de abril de 1606 e como representantes do cabido assestiram a elle os licenceados Manuel d'Amaral, chantre; Francisco Luis, arcediago de Mirandella; Dionizio Pouzadas, mestre escola e Antonio Mendes, conego (4). É esta a primeira noticia que apparece á luz deste Synodo d'onde vem dar-se como segundo desta diocese o do bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques que agora passa a ser o terceiro.

D. Diogo de Sousa foi inquisidor de Lisboa e era filho de D. Pedro de Sousa, conego e chantre da Sé de Braga e neto paterno do arcebispo da mesma diocese D. Diogo de Sousa (5).

D. Jeronymo Teixeira Cabral, tomo II, pag. 30. — A 29 de fevereiro de 1612 ainda este bispo, apesar de transferido para a Sé de Miranda, não viera tomar posse della, porquanto na sessão desse dia se dá como vacante.

D. João da Gama, tomo II, pag. 31. — No Archivo do Paço Episcopal em Bragança ha dois alvarás originaes del-

---

(1) *Acordãos de 1547 a 1606*, fol. 122 v.
(2) *Idem*, fol. 123, 124 v. e 128.
(3) *Idem, de 1547 a 1606*, fol. 138 v.
(4) *Idem*, fol. 210 v. e 211.
(5) Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, tom. III, parte II, pag. 466.

rei D. Filipe, com a data ambos, de 30 de julho de 1614 em que D. João da Gama vem designado como bispo eleito de Miranda, cocedendo-lhe varios privilegios e ainda uma carta do mesmo rei a este bispo já então de Miranda, de 13 de maio de 1616 sobre assumptos respeitantes á Ordem de Christo.

D. Francisco Pereira, tomo II, pag. 32. — No Archivo do Paço Episcopal em Bragança ha um alvará original del-rei D. Filipe de 31 de outubro de 1618 concedendo certos privilegios a este bispo.

D. Jorge de Mello, tomo II, pag. 35. — Já estava eleito bispo de Miranda a 21 de outubro de 1626 pois, na sessão deste dia resolveu o cabido que o deão Manuel Mendez Pimentel fosse visital-o e dar-lhe as boas festas pela eleição, segundo era costume observado pelos cabidos logo que a noticia da mesma lhes era communicada officialmente (1).

Na sessão capitular de 12 de janeiro de 1636 dizem os conegos: que segundo a Bulla de erecção e creação da Sé os bispos que della fossem dariam para a fabrica da mesma o rendimento de duas prebendas cada anno e o cabido prebenda e meia: que elles sempre a davam mas os bispos, porque logo morriam ou se transferiam a outras Sés e era difficil fazer a cobrança com seus herdeiros, quasi nunca davam esse rendimento d'onde vinha a grande falta de obras na Sé Cathedral e por isso de consenso com o bispo D. Jorge de Mello accordaram «como descargo de sua consciencia e dos Senhores Prelados seos successores que os rendimentos das terças, dos lugares de talhas, lagoa de Moraes, Paradinha de Besteiros E asi as terças de Val da porca, Val de prados o grande, Baldrez, e Aziveiro, cojos rendimentos hum anno por outro importão duzentos e sesenta mil reis pouco mais ou menos, e asi que nestas terças e rendas entrassem tambem quatorze mil reis, que o dito senhor paga, e seos successores deuem pagar de foro em cada hum anno a dita fabrica des casas em que viuem por lhe estarem emprazadas» e tudo se applicasse para a fabrica da Sé (2).

---

(1) *Acordãos de 1621 a 1688*, fol. 18. Ver tambem o Documento n.º 180.

(2) *Idem*, fol. 60.

Foi transferido para Coimbra em 9 de junho de 1634 (1). No Archivo do Paço Episcopal de Bragança conservam-se nove alvarás del-rei D. Filippe, todos datados de 8 de junho de 1628 concedendo a este bispo diversos privilegios referentes á cobrança de rendas, jurisdicção episcopal e outras materias.

D. André Furtado de Mendonça, tomo II, pag. 37. — No folio 180 dos *Accordãos de 1621 a 1688* vem transcripta por extenso a procuração que este bispo passou em Coimbra a 29 de janeiro de 1673 ao seu capellão, o licenceado Francisco dos Santos para em seu nome tomar posse do bispado de Miranda, a qual lhe foi conferida a 5 de fevereiro seguinte. E no folio 185 se diz que elle mesmo veio pessoalmente tomar conta da diocese a 9 de junho de 1673. No folio 194 se diz que D. André Furtado de Mendonça morreu pelas cinco horas da tarde do dia 20 de julho de 1676.

Desde 1636 a 1673 esteve vaga a diocese de Miranda por causa das Guerras da Acclamação, e durante este tempo foram eleitos bispos della D. Pedro de Menezes, D. Leão de Noronha, D. Estevão da Cunha e D. Martim Affonso de Mello mas não obtiveram confirmação em Roma. D. Pedro de Menezes era palaciano, sumilher da cortina d'el-rei o cunhado de D. João de Sousa da Silveira que foi governador das armas da provincia de Traz os Montes desde 1643 a 1646 (2). A sua eleição para bispo de Miranda seria a 30 de agosto de 1641, a julgar por uma carta del-rei ao cabido datada desse dia em que lhe faz a communicação de o ter eleito, existente no Archivo do Paço Episcopal em Bragança. No mesmo Archivo se conservam cinco cartas del-rei ao cabido de Miranda referentes a este bispo eleito e bem assim sete deste á mesma corporação a ultima das quaes é datada de Lisboa a 6 de outubro de 1650, anno em que cessa a memoria de D. Pedro de Menezes em Miranda.

Todas estas cartas, duas exceptuadas, se referem a pedidos de dinheiro para o bispo eleito a titulo de mandar vir as suas bullas confirmatorias de Roma, bullas que aliás nunca chegaram, ou para ajuda das suas despezas particulares. A julgar por essas cartas D. Pedro de Menezes recebeu do ca-

---

(1) Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, tom. III, parte II, pag. 736.

(2) D. Luiz de Menezes, *Portugal Restaurado*, liv. VII da parte I.

bido de Miranda, por conta das rendas episcopaes, o melhor de seis contos de reis durante o periodo de nove annos que abrangem as cartas. Desde tempos muito recuados até á implantação do governo constitucional em 1834 as despezas inherentes á eleição, confirmação, sagração e impetra de bullas dos bispos eram feitas por conta dos rendimentos das mitras sendo os que sobravam destas despezas arrecadados para se entregarem ao bispo depois de tomar posse (1).

Durante as Guerras da Acclamação (1640-1668), como os bispos eleitos não eram confirmados em Roma, foram elles percebendo certos adiantamentos para sustentação da dignidade e do mais que sobrava desses rendimentos lançou o governo mão a titulo de emprestimo para occorrer ás despezas da guerra o que não foi de pequena monta pois chegaram a estar vagas por muitos annos todas as dioceses de Portugal então computadas annualmente, numeros rendondos, em 300:000 cruzados (2) que hoje (1917) valeriam vinte vezes mais.

D. Leão de Noronha. Em carta de 8 de abril de 1649, que se conserva no Archivo do Paço Episcopal em Bragança, participa el-rei ao cabido de Miranda a eleição de D. Leão de Noronha, do seu conselho e deputado da Meza da Consciencia e Ordens, para bispo dessa diocese e manda que por conta dos rendimentos da mitra lhe enviem o dinheiro para impetra de suas bullas em Roma.

De D. Estevão da Cunha, bispo eleito de Miranda conservam se no Archivo do Paço Episcopal em Bragança quinze cartas datadas de Lisboa, escriptas entre 1656 e 1662 e dirigidas ao cabido de Miranda. Na sessão de 19 de agosto de 1656 resolveu o cabido, por ter muitos negocios de sua corporação a tratar na côrte, que se dessem annualmente 200:000 reis ao bispo eleito D. Estevão da Cunha com a incumbencia de curar delles (3).

D. Martim Affonso de Mello. Na sessão de 10 de julho de 1670 resolveu o cabido que o doutor Sebastião de Almeida de Seixas, arcediago da Sé, fosse a Lisboa visitar D. Martim Affonso de Mello, bispo eleito de Miranda e lhe levasse, por ordem do principe seis mil cruzados para impetra de suas

---

(1) *Acordãos de 1686 a 1735*, fol. 32, 120 v. e 124 v. e vários que será superfluo citar.

(2) Tomo I, pag. 379 destas *Memorias Archeologico-Historicas*.

(3) *Acordãos de 1621 a 1688*, fol. 114.

bullas (1). O Dr. D. Martim Affonso de Mello, natural de Serpa, collegial de S. Paulo na Universidade de Coimbra, conego doutoral do Algarve, dezembargador dos agravos, deão da Sé de Evora, deputado do Santo Officio e da Meza da Consciencia, não foi, pelas razões já ditas, confirmado bispo de Miranda, mas sim da Guarda em 1672 em cuja diocese falleceu em 1684 (2). Ainda como bispo da Guarda continuou a uzufruir em Bragança as pingues rendas do beneficio de S. Vicente em que fôra provido, como se vê do respectivo Tombo feito em 1674 que se guarda no Archivo do Paço Episcopal desta cidade, do qual, um dos foreiros era Gregorio Rodrigues Boticario pae dos doutores Antonio Leitão Homem, lente da Universidade de Coimbra e Matheus Homem Leitão.

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Acordãos de 1621 a 1688*, fol. 165.
(2) José Osorio da Gama e Castro, *Diocese e Districto da Guarda*, pag. 447.

CORRESPONDENCIA DO CONDE DE CASTELMELHOR COM O P.E MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

(Cont. do n.º 8, pag. 404)

O Conde foi levado a redigir esta defeza pela noticia da prisão do seu irmão e de Salvador Correia e do desterro de alguns fidalgos: «a causa se publicou que forão cartas do Conde de Castelmelhor para os dois presos, nas quaes tratava da liberdade do seu Rei, supposto que os contemplativos inferirão que as cartas erão suppostas de seus inimigos, que o temião ausente e o receavão presente; e tiverão razão, vendo que logo se lhe pôs carta de editos, chamando ao Conde que dentro de brevissimo tempo apparecesse a dar contas» (1).

Talvez desejassem prendel-o, talvez só vexal-o; em todo o caso, o Conde não estava disposto a submetter-se a ser julgado pelos seus perseguidores e a experiencia tinha-lhe mostrado o pequeno valor do seguro real que o Principe lhe dera quando sahiu da Côrte.

Fez bem em esperar, porque em outubro Simão de Vasconcellos foi solto, e veiu viver para Lisboa com os mais desterrados, menos Salvador Correia e Henrique Henriques.

Sobre este successo commenta o auctor das *Monstruosidades:* «Mostrou a brevidade do perdão o leve da culpa, o que na melhor opinião foi só suspeita de que se aproveitou a calumnia» (2).

---

(1) *Monstruosidades*, pag. 50.

(2) *Ibidem*, pag. 60. — O codice 4174 traz a fl. 139 o rascunho dum papel intitulado «Informação para os embargos com que se ha de ir na citação dos editos contra o Sr. Conde de Castelmelhor», em que se mostra que os editos não tinham força juridica. Pela referencia á viagem do Conde a Genova, vê-se que a data do papel é posterior, o que induz a crer que o processo continuava a correr por bastante tempo.

Que estes acontecimentos desgostaram profundamente ao Conde, vê-se das tres cartas que passo a transcrever.

R.mo P.e Reytor (1). — Não sei o que diga a V. S. já, porque sobre não bastar a verdade para se conhecer o meu procedimento, que heide dizer; eu não tenho outras testemunhas com que o provar, assy vou padecendo. Não fui a Madrid, não hey de ir a Madrid, não falei com nenhum ministro de Castella, não hey de falar com nenhum ministro de Castella, não desservi a S. A. em nada, não o hey de desservir em nada, não tenho mais que dizer; esta he a verdade, alevantem quantos testemunhos quizerem, Deus, nosso senhor, que a sabe, acudirá por ella. Embaixador tem S. A. em Castella, mande lhe que fassa averiguação se estive eu naquella corte; não basta passar mizeravelmente arriscado, ser necessario puxar pela espada para que se vos não atrevão, dormir em huma cama de huma estalagem, comer mizeravelmente, e finalmente fugir das gentes, que he o mayor trabalho, para me deixarem, seja Deos louvado.

Sobre as contas tenho já escrito a V. R.ma, e não sei eu que haja exemplo de se mandar dar conta a quem não tem dinheiro de remisa; ellas são tam boas, que me não dão cuidado, e tam pequenas para o tempo em que Sua Magestade governou, que facilmente se conhecerá a boa que se tinha com tudo, pois não passarão em perto de seis annos de 250 ou 260.000 cruzados (?). Acuda V. R.ma pela inocencia em tempo que tantos a procurão maltratar, e com o apoyo de V. R.ma estou certo sahirá ella com aquella luz que lhe desejo e hey mister. Ao serviço de V. R.ma não faltarey. — Deos guarde a V. R.ma.

De muito longe de Madrid, a 7 de agosto de 1668. — Servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (2).

R.mo P.e Reytor (3). — Hoje faz hum anno que padeço trabalhos que por muitas vezes tenho repetido a V. R.ma e sem esta repetição podião vir a noticia de V. R.ma, pois são de qualidade que por si se inculcão; padeço pelo que não fiz, quer Deos assi, dou lhe graças; muitas vezes se vio no

---

(1) Nota á margem: *Particullar.*
(2) Codice 4174, fl. 155.
(3) Nota á margem: *Particullar: falla em se quebrar o seguro real que se lhe tinha dado e sobre a prisão do irmão.*

mundo isto, mas poucas se veria, que debaixo de hum seguro real e de huma protecção da Raynha nossa senhora, experimentasse o sogeito que estas duas cousas teve, o que eu experimento. O tempo pudera ter dado mostras do meu procedimento e o conhecer-se a falsidade com que fui acusado em todas as cousas athé o dia de hoje, que as que forem daqui por diante esteja a presunção contra os acusadores, porque não paresse justo que havendo-se-lhe colhido as suas falsidades, padeça eu pelas presunções que esses mesmos querem formar; finalmente o tempo he hum ano, que pelo rigor com que nelle tenho padecido, pudera passar por mais; o sofrimento com que hey levado estes trabalhos e a esperança firme em que Deus nosso senhor fará conhecer a Sua Alteza que o não tenho desservido em nada, tambem ajudou a levar esta cruz; sirvasse V. R.ma de que Sua Alteza seja por V. R.ma de novo informado segundo a verdade que lhe consta do meu procedimento, para que por este meio com segurança me possa recolher a minha casa, donde passe a vida com mais descanço do que tive athe agora.

Lembro lhe a V. R.ma que o alivio de meu irmão he a primeira cousa que pesso a V. R.ma; procure por amor de Deus (1) em que eu me acho, não será a esmola mal empregada; não me lembra couza nenhuma mais que a minha quietação; se sou tam desgraciado que a não consigo, não abranja esta mesma desgraça a meu irmão, que meresse a Sua Alteza muito pelos serviços que lhe fez, e eu sempre julgo que quando os Princepes se achão em melhor estado, então o satisfazem melhor. Tenho escrito varias vezes a Sua Alteza, dando lhe conta de tudo o que por my tem passado, ou o por que tenho passado; da sua clemencia espero se compadessa de my, o meyo de V. R.ma he o a que eu deverei tudo. Deus guarde a V. R.ma muitos annos —.

Granada, Primeiro de Setembro de 1668. — Servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (2).

Meu P.e Reytor (3). — Recebo a carta de V. R.ma; sempre tomára que fora prezente a V. R.ma a obrigação em que

---

(1) Aqui ha buraco no papel devido á acção da tinta, faltando duas ou tres palavras.
(2) Codice 4174, fl. 156.
(3) Nota á margem: *Particullar.*

lhe vivo, o reconhecimento sempre hade ser o mesmo; não se conseguir o lograr eu o meu descanço, não diminue a obrigação que eu tenho a V. R.ma de mo procurar, com tanta força; quererá Deos que o venha V. R.ma a conseguir, para que de maes perto possa eu significar a V. R.ma o meu affecto. O mesmo Senhor sabe que nunca desservi a Sua Alteza, e que por muitas vezes offereci as vidas de meus filhos pela sua, e que com animo me acho de offerecer a minha para seu serviço. O Mundo pasmará todo despois que se souber os paços que tenho dado em Castella, e como nunca podem ser bem notorios senão despois que sahir desta terra, já me fica perto o esperar esta pequena satisfação para o meu animo. Estive em Sevilha, e o que aly sucedeo fiz prezente a Sua Alteza e a V. R.ma. De Sevilha a Granada foi a meu caminho; brevemente direy a V. R.mo e a Sua Alteza o que fiz em Granada, e com isto iremos dar occazião a que meus inimigos busquem outro caminho de destruir me; armo me com a verdade, e pesso a Deos vida athé o tempo que se conheça.

Dou lhe a V. R.ma as graças do que obra por meu irmão, que sempre o soube merecer a V. R.ma; espero que Sua Alteza se haja compadecido de sua molher e filhos e da sua inocencia e que logre todo o descanço.

Vejo o que V. R.ma me diz nesta sua carta que entende de Sua Alteza era servido que eu fosse para Saboya. Poucos dias ha que eu escrevi a V. R.ma a razão que tinha para ter escolhido Castella para passar estes dias, emquanto Sua Alteza me não mandava recolher a minha caza. Esta mesma militava com aquelle Principe, porque tambem tive a honra de me chamar Primo, e não obstante o serviço que eu tinha feito a Sua Alteza real (1), de que o seu embaixador me disse se dava por contente, deixey de buscar aquella côrte pelo que reffiro, mas isso era antes de saber a vontade de Sua Alteza; hoje não se me segue outra cousa mais que de obedecer ao mandato do Principe, nosso senhor, que vejo na carta de V. R.ma, e assy digo que logo me ponho a caminho, em me passando humas dores de todo o corpo com que ando ha huns oito ou dez dias, repetindo me alguns delles huma

---

(1) O Duque de Saboia. Castelmelhor conhecia os Duques da Saboia, desde o tempo da sua primeira viagem á Italia, que, como já disse, fôra occasionada pela morte do Conde de Vimioso no Jogo da Pella em Lisboa.

ponta de febre, de que me mandavão sangrar, porem eu o temo tanto fazer por estas partes com a pobre comodidade a que meus pecados me tem reduzido, que vou vendo se com huma exacta dieta posso passar, nem as calmas dão lugar a caminhar ainda senão de noite, e já se vê, o comodo com que o podem fazer dous cavalleiros andantes em dous cavalinhos, sem mais recurso que a mizericordia de Deos, porque todo o homem quer passar em toda a parte por pessoa de conta, daly se lhe segue a estimação e os mais comodos; eu essa he a primeira cousa que oculto. Perdoe V. R.ma tam larga leitura e dê me em que o sirva (?) — Guarde Deus a V. R.ma muitos annos.

Granada a 18 de Setembro de 1668. — De V. R.ma grande servidor — *Conde de Castelmelhor* (1).

A assistencia do Conde no reino visinho inquietava vivamente o governo; porisso D. Pedro, como indica a ultima carta, desejando tê-lo num sitio onde pudesse ser vigiado, mandou-lhe dizer pelo Confessor que fôsse viver para Saboia, onde reinava o Duque Carlos Manoel, casado com uma irmã da Rainha D. Maria Francisca. Com obediencia cega, mais propria dum religioso que dum leigo, o Conde nem hesitou, nem recalcitrou; tratou logo de se pôr a caminho, apesar da estação ser pouco propria para viagem longa. Sobre este novo desterro o auctor das *Monstruosidades* ministra noticias que apoiam a minha ideia de que na questão das contas os inimigos do Conde só tiveram em mira incommoda-lo, e que impotentes para se apoderarem delle, empenharam-se em que ficasse longe do paiz.

Eis aqui o periodo a que me refiro: «Mandou S. A. preparar as casas do Conde de Castel Melhor para aposento do Embaixador de Castella; e ao mesmo tempo mandou vir para a Côrte a Condessa, mulher do dito Conde, que estava desterrada na villa de Pombal; ordens que deram muito que fallar e discorrer, principalmente divulgando-se que o Principe ordenava se fizesse notorio ao Conde que se podia livrar dos encargos que lhe davão e das contas que lhe pedião, passando-se de Castella a Saboia, noticias que facilmente desmaiavão aos que já consideravão valido ao mesmo que perseguião desterrado, ou porque os accusava a consciencia, ou

---

(1) Codice 4175, fl. 157.

porque os atormentava o ciume, temendo-se da negociação que o Conde podia fazer por meio do Embaixador de Castella com S. A. e que fôsse este o meio de o verem restituido a Portugal e o Principe seguro, tendo nelle hum homem de quem tinha mais razão poder se fiar o socego del-Rei que das prisões e guardas de todos os mais» (1).

O Conde solicitava todos os meios de entrar na graça de D. Pedro, e por este tempo certo Bartholomeu de Ausona, individuo que não sei identificar, escreveu de Granada a Padre Manoel Fernandes em seu elogio, assegurando que o illustre foragido andava como simples soldado nos mezes da sua permanencia naquella cidade e que nunca fallava de inimigos, sendo o auctor da carta a unica pessoa que sabia da sua identidade. «El talento os grande, e no me admira le persiga la fortuna» (2).

Além deste testemunho de que não tinha ido a Madrid, como propalára o seu inimigo Conde de Miranda, embaixador portuguez na Côrte Hespanhola (3), Castelmelhor arranjou certidões no mesmo sentido de tres religiosos bem collocados, que remetteu ao Confessor com a seguinte carta, em que dava conta das preparativas para a viagem á Italia.

Meu P.e Confessor (4). — Recebi a carta que V. R.ma me fez merce escrever de 10 de setembro; e em primeiro lugar estimo que V. R.ma passe com a saude que por todas as razões sou obrigado a desejar lhe. Sobre a minha jornada a Saboya já tinha escrito a V. R.ma como ficava para a executar; brevemente a principiaremos, porque hontem foi a primeira sangria que tomou meu companheiro; como he para prevenção, ámanhan tomará outra e com isto nos pomos a huma jornada bem difficultosa pela largueza de caminho. Em Genova escrevo que me tenhão alguma cousa com que daly possa passar; ainda não sey por onde entrarei, mas de tudo hei de ir dando conta a V. R.ma

Quanto a Sua Magestade a Raynha Nossa Senhora escre-

---

(1) *Op. cit.*, pag. 53.
(2) Codice 4174, fl. 132.
(3) O Conde de Miranda, creado posteriormente Marquez de Arronches, era homem incapaz de fallar verdade, e de mais a mais inimigo figadal do Conde. Vide o trabalho de D. Francisco de Sousa e Holstein, pag. 11.
(4) Nota á margem: *Particullar, em que faz menção de varias cartas escrittas a seu favor.*

ver á Senhora Duqueza, isso me aproveitará muito e assi pesso a V. R.ma que se empenhe em que o consigamos. Eu vou tam falto de confiança para todas as partes que cuido que todos se pezão comigo, e como lembrão mais facilmente os aggravos que cada hum imagina haver recebido do objecto que vê em tam mao estado como eu ando, de que os benefficios, e como em Portugal ouve tantos estrangeiros, em toda a parte me persuado toparei quem me não fassa muitos agazalhos, porem a minha intenção me salva, e assi como hum soldado pobre, ou hum curioso de ordinaria esphera, rico na estimação de quem se chegar a querer entender de my, iremos passando athe que Deus mova a quem me faz mal, levantando me testemunhos, que me deixem, e Sua Alteza vendo que não ha cousa contra my, me conceda o poder viver em minha casa com segurança, e afirmo lhe a V. R.ma que ha alguns dias me he a assistencia della bem necessaria e a auzencia bem penoza, porque ha huns em que lembrão mais estas cousas do que em outros, e já padeço ha mais de hum anno, pela mizericordia de Deus, sem culpa.

Desta terra mando a V. R.ma hum prezente que a ambos está muito bem, a my porque dou mottivo a V. R.ma para se poder empenhar em me fazer mercê, vendo que tenho eu falado a V. R.ma verdade, e a V. R.ma porque se empenhou em mostrar que a falei, e ahi não ha gloria maior que empenhar por quem a fala. Muito he que não tenha eu perdido esta virtude no conceito dos homens, vendo me tam cheo de vicios na sua oppinião; se forão aquelles que a my fazyão mal só, menos os podia sentir, mas como passou pelo contrario, este he o mayor sentimento que me acompanha de lhe haver prejudicado tam asperamente. Deus lhe pague, e eu ainda me não aparto do meu primeiro proposito em lhes perdoar tudo quanto me tem feito, e por pouco que seja, bastava para me deixarem já.

O prezente que mando a V. R.ma consiste em tres certidões, huma passada pelo P.e Porm.eu Argona, relligioso do habito de V. R.ma de grandes partes, a quem eu sou muy obrigado, porque entrando a ver a igreja que aqui tem, se chegou a my e começando a praticar cousas de pouca importancia, me disse que tornasse para lá, que folgava de falar com gente nova; debaixo do nome de soldado que vinha a ver esta terra, continuei a buscalo muitas vezes, porem nunca foi mais que em dia na semana; deixava tudo e vinha se a conversar comigo e eu tambem deixava tudo para conversar com elle: assi passamos, athe que a confissão me fez declarar

com elle, tambem porque, sendo elle intelegentissimo, soubesse se querião de my alguma cousa nesta cidade algum ministro, para que chegando lhe, tivesse eu tempo de me passar a outra, donde com semelhante disfarse vivesse outros tempos. Adientasse mais a minha obrigação a esse relligioso, porque sabendo o que me tinha acontecido com occazião de huma creada me haver roubado, persuadindo se que estava eu sem com que passar, e pouco faltou para isso, me offereceo o que me fosse necessario e ainda que de nada me vali, a obrigação está em pé.

A segunda certidão he do P.e Fr. Sebastião Carreto; não se dará mais credito ao que eu disser do que o que elle jurar, e assi ao que elle reffere me remeto; com bem grande ansia o busquei para que me fizesse a pezquiza que vay refferida na tal certidão, e com rezolução de logo me partir, fui á sua cella muitas vezes; se sobre o que lhe perguntava, me dicesse alguma cousa em ordem a algum ministro ter curiozidade de me querer ouvir o porte, de que he a sua pessoa he facil de saber, e assi o escrevy eu ao embaixador Conde de Miranda, cuja copia remeto a V. R.ma

A 3.ª he do P.e Fr. Manoel dos Reys, que o trienio passado foi Prior deste convento, relligioso santo. Eu folgara muito de poderem ser differentes as provas, porem paresse que não tinha mais obrigação que buscar trez homens tam grandes como estes e manifestar me com elles debaixo do sigillo; sobre isto que digo, se ouver alguma duvida, ainda fica caminho para se averiguar.

He grande cousa que escreva hum ministro (1) que hum pobre homem está em Madrid, faltando á verdade inteiramente, na forma que se mostra destas certidões. A embaixada de Castella não deve ter grandes negocios, áquillo que eu posso entender; se a falta destes faz que o Sr. Conde se empenhe a desfazer o mal que eu tenho feito a esse Reino, prometo lhe a V. R.ma que duas cousas não meresse, nem grande recompensa pelo que desfizer, nem grandes ajudas de custo para pagar tam falsas inteligencias; fassa o que lhe parecer, que tambem pudera levar huma certidão de muito antes ter dito ao P.e Carreto que isto me podia acontecer, porque conhecia a ligeireza com que o Sr. Conde cre, ou para melhor dizer, diz materias muy gra-

---

(1) O Conde de Miranda.

ves. Estou em estado que athe isto me pode fazer mal; pela copia da carta que lhe escrevi, verá V. R.ma a temperança com que o fiz e assi tenha V. R.ma isto para sy, já que me quer fazer bem, não seja occazião de mayor dano meu o que reffiro; a verdade é a que eu digo, e senão crera que inteiramente a havião de vir a conhecer os Principes Nossos Senhores, rebentára de dor. Empenhe se V. R.ma em me fazer mercê, como faz athé agora, procure me o meu descanço e segure aos Principes Nossos Senhores que não hei de perder o amor a seu serviço, nem á terra em que naci, ainda que dos naturaes della tenha recebido tantos aggravos, e pelo que eu pude alcançar das noticias destes relligiosos, seguresse V. R.ma que ha mui pouco que recear de que Castella falte ao que tem prometido, emquanto El Rey não tiver hidade de governar, que esse futuro ainda não está vaticinado, tanto pelo estado em que então se achará a monarchia, como pela rezolução e animo de El Rey. Sobre isto não ha ainda quem descurse segundo as noticias destes homens; as que lá ouvera, serão mais certas, que eu não trato de nada mais que cuidar no meu descanço e pedir a Deus que mo dé em minha casa sem mais que cuidar nella. Tenho me devertido e enfadado a V. R.ma com tam larga leitura a V. R.ma e com tam larga pratica a my. Deus dé a V. R.ma muita saude e a esses senhores grandes felicidades, para que no meyo dellas deixem que Sua Alteza uze de sua clemencia comigo.

Não me diz V. R.ma nada da soltura de meu irmão e conciderar o estado em que se acha sua molher me faz pedir a V. R.ma muy encarecidamente o represente a Sua Alteza com a memoria do desvelo com que em todo o tempo o tem servido, para que seja Sua Alteza servido mandalo para sua caza, que assy desgraça he ser prezo por hum testemunho, ou prevenção como dizem, para os males que não havião de suceder, e ser a vingança dos inimigos que o alevantarão retirarse o sojeito que padeçeo a sua casa: nenhum servio melhor a Sua Alteza do que elle e ninguem o ha de servir melhor do que nós no que nos fôr mandado. — Deus guarde a V. R.ma muitos annos.

Granada, a 5 de outubro de 1668.

As nomeações dos Bispados he lastima que não ouvesse muita quantidade de sojeitos, para que no meyo de todos se visse melhor o acerto com que forão feitas; ainda assy havera alguem descontente, mais isso não tira ao Principe nem aos Ministros que o aconselhão; fazer o que convem, he a

obrigação; do demais importa pouco; isto he para responder a tudo o que V. R.ma me diz, que já se vé o pouco interesse que eu tenho hoje com os bens da Igreja de Portugal, por meus pecados, porque elles forão os que me fizerão faltar dous Tios que tanto me honravão.

Servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Em 24 de outubro o Conde annunciou ao irmão a sua proxima partida de Granada para Italia, sendo Murcia a primitiva paragem no longo caminho que ia atravessar, e que o afastaria cada dia mais da patria onde tinha o coração. Promettia escrever sempre, e esperando saber que Simão já estivesse a descançar na sua casa, pedia que lhe remettesse dinheiro para Genova. «Dou graças a Deos de me dar saude e animo para me pôr a fazer huma jornada de tantas legoas em tempo que está somente seguro quem está em sua casa».

O Conde e o seu companheiro, a quem se refere sem o nomear, sahiram de Granada nos fins de outubro e, passando por Murcia, chegaram a Alicante nos principios de novembro. Noticiando a chegada, o Conde participou ao irmão em 11 que tencionava continuar a viagem no dia seguinte, que se achava de boa saude, mas que o estado dos cavallos não permittia que caminhassem muito. Se tivesse encontrado embarcação segura, teria ido por mar, porque nas hospedarias padecia-se bastante, e as estradas eram arriscadas. As despezas da viagem são intoleraveis, accrescentava elle.

Os viajantes seguiram por Valencia e Barcelona a Perpinham, donde Castelmelhor escreveu a Padre Fernandes em 8 de dezembro, dia da Immaculada Conceição de Nossa Senhora, congratulando-se por ter sahido dos dominios de Castella: «não obstante passar pelos quarteis de mais de 2.000 soldados e andarem estes mal pagos, foi Deos servido que seguramente chegasse a esta terra»; e com a desconfiança que a experiencia lhe tinha ensinado, observou: «Se por cá não houver algum diabinho que me persiga, chegarei a Genova». Mas apesar de levar pouca familia, tinha receio de se encontrar falto de dinheiro, o que o impedia de ir direito a Saboia. Queixava-se dos trabalhos da jornada que tinham sido «bastos», porque já andára mais de 200 legoas «trepado em hum cavallo, obedecendo ao que se me ordena»; tudo

---

(1) Codice 4174, fl. 158.

motivos para esperar que o Principe o mandasse retirar para sua casa. Andava enganado!

Tendo recebido noticias do nascimento da Infanta D. Isabel (1) que assegurava a successão do throno, o Conde, já chegado a Genova, congratulava-se com o sucesso na carta a Padre Fernandes de 22 de fevereiro, fazendo notar que era boa occasião, tanto para o Confessor representar a sua innocencia aos regios paes, como para elles lhe perdoarem. Passou a descrever a sua situação embaraçosa de pobre em terra estranha: «Aqui cheguei a buscar com que passasse a Saboya, por virem os meus cabedaes já reduzidos a tal estreiteza que não tinha para passar dez dias, tirado o que fizesse hum habito que trouxe comigo e huma cadea, que tudo não chegará a valer 130 dobles, mais 10, menos 10. Vim e não achei nada mais que o desengano de haver cinco mezes que não recebo carta de meu irmão; espero-a com assistencia para fazer a jornada, tirando de tudo grande occasião de dar graças a Deos de me ver reduzido ao estado em que me vejo, havendo não ha annos passado por hum dos homens mais ricos de dinheiro que havia nesse Reyno». Admiravel de resignação, se era sincero, e creio que o era!

Elle pedia ao Jesuita que informasse o Principe e a Rainha, confiando de que elles o mandassem «passar por Saboya, e não por estar em Saboya». É preciso convir que possuia em alto grau a virtude da esperança; os criticos menos caridosos o chamarão credulo.

Tornando aos pormenores da viagem, continuou assim: «De Valença sahi com huns mercadores da terra de Suicios; persuadirão me estes que passasse a Genebra e daly entrasse em Suicia, passasse os montes, viesse a Milão e de Milão aqui, por que sendo a minha missão de ver (a que os tinha persuadido), não podia fazer melhor que vendo estas terras. Eu não repugnei a fazer a jornada; desejando velas, vim a Lião, daly me passei a Genebra, donde achei noticia de alguma dessas terras de Suicia não estar sam e por esta razão não entrar ninguem em Italia que viesse daquellas partes sem fazer quarentena. Voltei pelo paiz de Valoes (2) e vim passar o monte Samplom e daly a Milão, de Milão aqui; andei neste caminho em tres mezes e meyo 440 legoas, com bas-

---

(1) A Rainha D. Catharina escusou-se a ser madrinha, por não approvar o casamento do irmão com a cunhada.

(2) Valais.

tantes incommodos, em razão das neves serem as mayores que ha muitos annos se virão por estas partes» (1).

Não satisfeito com as incumbencias que tinha dado ao Confessor, Castelmelhor dirigiu-se no mesmo dia ao Infante e á Rainha. Informava aquelle de que partiu de Granada em obediencia ás ordens que lhe foram transmittidas pelo Padre Fernandes, a quem explicaria o motivo urgente da paragem em Genova; e ao mesmo tempo, dando os parabens da Infanta, pedia que em lembrança do successo lhe fosse permittido o regresso á sua casa; da Rainha solicitava a sua influencia com o marido para que elle pudesse «viver num canto de Portugal e lá morrer» (2).

Tendo recebido os creditos, como é de suppôr, e combinado tudo para que pudesse fazer na Côrte Ducal a figura que convinha á sua qualidade e ao alto cargo que occupára, o Conde de Castelmelhor marchou para Turim e lá chegou nos fins de abril de 1669. Sempre cauteloso nos seus passos, com o fim unico de dar contentamento ao Principe, viajava debaixo do pseudonymo de D. Antonio de Oliveira, e em 4 de maio, dez dias depois da sua chegada, fez que pessoa conhecida a participasse a D. Pedro numa carta em latim (3). Esta seria para reforçar a carta que elle proprio dirigira ao Principe para o mesmo effeito, no dia anterior em que noticiava o bom acolhimento que encontrára nos Duques e fazia o costumado pedido (4).

Nesta altura ha um intervallo de quasi nove mezes na correspondencia, sem o codice conter carta alguma desse periodo, o que não quer dizer que nenhumas se trocassem, mas que provavelmente se extraviaram. No verão de 1669, segundo affirma o auctor das *Monstruosidades,* D. Pedro ordenou que se mandasse vir o Conde para o reino, consignando-se Pombal para sua residencia, e observa que o motivo que o desterrou foi o que o admittiu agora, sendo o intento apartá-lo do lado de D. Affonso VI, o que se conseguiu, andando elle fora do reino quando Rei estava nelle, e vindo para Portugal quando estava fóra, allusão á ausencia do triste monarcha, desterrado pelo irmão para a Ilha Terceira. Sendo verdadeira esta noticia, as cartas do anno de 1669 devião explicar porque

---

(1) Codice 4174, fl. 168 v.º. Fernando Palha enganou-se a dizer que o Conde foi á Côrte de Paris antes de ir á Italia. *Op. cit.*, pag. 17.

(2) Codice 4174, fl. 128 e 129.

(3) Codice 4174, fl. 133.

(4) Codice 4174, fl. 130.

as ordens do Principe não se cumpriram, (tudo levando a crer que o Conde nunca voltou ao reino até o fim do seu exilio), mas parece-me significativo que as cartas posteriores não trazem referencia alguma á dita ordem regia.

A correspondencia de Castelmelhor com o Confessor reatou-se em 21 de fevereiro de 1670, mas esta carta e as de 20 de março e 4 de abril são de mero cumprimento; e o mesmo se pode dizer duma que nesta ultima data dirigiu ao Marquez de Fronteira, embora valha a pena registar a declaração do auctor de que nenhuma outra cousa pretendia mais que ser conhecido por honrado. Outra epistola dirigida ao seu ex-collega no ministerio Henrique Henriques de Miranda, merece ser transcripta por inteiro, pelos sentimentos da resignação que encerra e pela amizade que o Conde mostrava continuar a nutrir para com um homem que no conceito geral era de caracter ruim, tendo servido, segundo se propalava, de ministro dos vicios de D. Affonso.

Cumpre notar nelle os termos explicitos em que o Conde confessava o seu reconhecimento para com o Padre Fernandes e o Marquez de Fronteira, pelos esforços que tinham feito para conseguir o seu regresso, esforços de que era testemunha Simão de Vasconcellos, segundo resa a carta, e dos quaes é evidente que Castelmelhor ainda esperava bom resultado. Vê-se tambem que a correspondencia entre o Conde e Henrique Henriques mantinha-se por intermedio do Confessor. Procedia este lealmente para com os dois e com Simão de Vasconcellos?

Amigo e S.^{or} meu (1). — Desculpados estamos ambos em não sabermos hum do outro, em tempo que a fazer esta delligencia seria a ruyna de ambos. Sempre vos amei muito, e Deos sabe se os vossos trabalhos me custarão menos do que os meus. Foi Deos servido assi; elle he testemunha que me não acusa a conciencia de nenhuma cousa contra pessoa vivente; elle dará o descanço quando for servido. Deixo de contarvos os trabalhos que padeci e padeço, para outro tempo, que segundo as vossas esperanças, e as minhas, fundadas nellas, pode ser algum dia. Ah quem pudera explicar o que conhece que he Deos: sou o homem mais benefficiado de sua Divina Vontade de todos quanto cobre o sol, e não basta isto para ser o que devo, que tanto preval a natureza.

---

(1) Nota á margem: *Particular.*

Alegraivos de duas cousas; a primeira da boa disposição com que Deos me tem feito passar athé agora, tendo feito tam varias personajes, despois que sahi de Lisboa, sofrendo chuvas, neves e perigos, a saude sempre em seu auge, Deos louvado; a 2.ª a paciencia e a indeferencia com que tenho vivido e vivo de tudo quanto ha no mundo; com tudo me sei acomodar em ordem a me contentar com o meu estado. Aqui me fazem muita mercê Suas Altezas e todos os cavalheiros e em toda a parte donde estive me fizerão, não sendo em nenhuma conhecido; isso são contos largos que deixo para outro tempo. Eu remeto as cartas na forma que me dizeis e escrevo ao Confessor e ao Marquez; afirmovos como homem de bem que do que devia ao Marquez de Fronteira e ao Confessor, tive muitas cartas de meu irmão em que me dizia, eu o conheço e toda a vida o confessarei, e vos lhe podeis segurar que em toda ella terei este reconhecimento, com a obrigação de não faltar a nada que seja seu serviço, pois demaes de terdes experiencia da minha palavra, a tendes tambem do meu animo. Ao serviço dos nossos Principes sabeis vós que não faltei eu emquanto estive em Portugal; despois que estou fóra de Portugal, eu o sey e todo o mundo sabe que o não fiz nem farei nunca, parece que já a experiencia pudera dar alguma prova disto; tenho 40 annos (1), vejo me metido em huma casa, desejo viver com minha molher e filhos, confesso a quem deverei este bem, como nesta carta afirmo, se Deos for servido dar forsas a estes dous amigos, como eu reconheço que tem a vontade, comseguilo hei, senão não lhes posso dever maes, pois sey que mays não puderão fazer. Dai me novas vossas, se estaes aliviado, que eu continuarey tambem a dar vos as minhas, mas emquanto não tenho reposta desta, não vos faço outra. Vos continuai pela via do Confessor, e rogo a Deos que vos dé a saude que vos desejo. Dai me novas de vossos filhos como estão.

Turim, 4 de Abril 1670. — V. Am.º m. g.to — *Conde de Castelmelhor* (2).

(Continúa). EDGAR PRESTAGE.

---

(1) Aqui o Conde equivocou-se. Conferindo a data do principio do seu valimento (1662) com as indicações do retrato e da carta de Hugues de Lionne (Vid. F. Palha, *op. cit.*, pag. 19), vê-se que deve ter nascido em 1636 e não em 1630.

(2) Codice 4174, fl. 172.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 8, pag. 422)

Nas alturas de Jungfrau marcha para o palácio de *Arimanes* onde estão Nemesis e os espíritos. A seu pedido, aparece o fantasma de Astarte, a degraçada vítima a quem diz:

..... Thou lovedst me
Too much as I loved thee: we were not made
To torture thus each other, though it were
The deadliest sin to love, as we have loved.

Ela anuncia-lhe: «To-morrow ends thy earthly ills. Farewell», mas quando Manfred lhe pede perdão, nada responde. No terceiro acto, na sala do castélo, o abade de S. Moritz tenta inutilmente convertê-lo; aos conselhos do bom sacerdote replica simplesmente:

I could not tame my nature down; for he
Must serve who fain would sway; and soothe and sue
And watch all time, and pry into all place
And be a living lie who would become
A mighty thing amongst the mean ad such
The mass are; I disdained to mingle with
A herd, though to be leader and of wolves.

O sol do último dia aproxima-se do ocaso. Manfred dirige-lhe a conhecida apóstrofe III, 2, que é um primor de verdade e de emoção. Quando os vassallos Hermann e Manuel falam a Manfred da sua antiga companheira Lady Astarte, o abade mais uma vez generosamente procura salvá-lo com os confôrtos religiosos. Antes de entrar em casa, pensa numa noite em que esteve no Coliseu, no meio das ruínas da antiga Roma. Esta scena é magestosa; dá um ar de grandeza à catástrofe que podia parecer extravagante.

*

Ao aproximar-se a morte, que espera impávido, vence os espíritos do mal, e as suas últimas palavras para o abade, são: «Old man! 'tis not so difficult to die».

Como se vê, no drama falta a acção; é uma série de monólogos sombrios e de admiráveis descrições da natureza, cuja conexão é só mantida pelo fraco fio da narrativa. Os três pensamentos dominantes da peça encontram-se no Fausto, na magestade da *natureza alpina* e na *individualidade* do poeta, durante o período de pessimismo mais agudo.

A lenda de Fausto conheceu-a em Genebra, pelo drama de Goethe, no estudo de Lewis e Shelley; as belezas dos Alpes admirou-as na sua excursão com Hobhouse ao Oberland bernês, e muitas das descrições do poema coincidem *ipsis verbis* com os factos da vida do autor. Nada se pode estabelecer com segurança, e creio bem que Byron tem sido caluniado injustamente. A preeminência da faculdade imaginativa é característica na obra de Byron, criando nela uma constante atmosfera de sonho; como no Childe Harold, o poeta aproveitando motivos pessoais, modifica-os para os seus fins especiais. Não temos elementos que nos autorizem a imputar a Byron o incestuoso crime de Manfred.

No passo III, 4 reconhece-se a influência de Milton e de Marlowe, o que é uma prova de que o poeta conhecia o drama do seu compatriota; a scena dos espíritos, sôbretudo, na III parte, deve tambêm alguns elementos ao «Prometheu libertado» de Shelley.

Há outra obra de Byron, onde a influência de Goethe se fez sentir mais de perto. Refiro-me ao poema dramático «The deformed transformed», que começado em Pisa, em 1821, só apareceu a público em Janeiro de 1824. O assunto foi extraído da novela «The Three Brothers», de Josuah Pickersgill, 1803, embora muitos passos sejam inspirados das narrativas de «Monk Lewis», do «Geisterseher», de Schiller, e sôbretudo da segunda parte do Fausto, o que é confirmado pelo testemunho do próprio autor. A história é pouco clara e caótica; por isso Shelley classificara êste fragmento como uma das produções de Byron de menor importância. A ideia da composição da peça datava de longos anos; segundo nos confessa o poeta nos seus «Memoranda» experimentava um sentimento de horror e humilhação quando a mãe que se exaltara com frequência, lhe chamava *a lame brat,* fazendo alusão ao defeito físico — deformação de um dos pés — com que a Providência parecia ter-lhe querido imprimir um estigma desprezivel. Esta circunstância ainda exacerbou mais

o seu temperamento, já violento por natureza. Os companheiros de escola ridicularizavam-no também. Êle mesmo diz a Lady Blessigton que a obra devia a origem ao facto referido. Uma referência brutal à sua deformação, aparecida num jornal, e que Byron por um excesso de sensibilidade comunicou a Mrs Shelley, com receio que ela disso tivesse conhecimento por outras pessoas, levou-o a dar fórma à sua concepção.

O herói do poema, o corcunda Arnold, ouve a toda a hora os insultos da desapiedada mãe Berta, que parece comprazer-se em o amesquinhar, mostrando abertamente o ódio que lhe vota:

.....
Call not thy brothers brethren! Call me not
Mother; for, if I brought thee forth, it was
As foolish hens at times hatch vipers, by
Sitting upon strange eggs. Out, urchin, out!

O pobre rapaz, vendo-se abandonado, vexado, amaldiçôa em imprecações medonhas a hora em que nasceu e a megera que lhe deu o ser; para pôr termo à dura existência pega numa faca, quando por acaso lhe aparece um indivíduo espadaudo de tez negra, sob cujos traços não será difícil distinguir o demónio. Depois de trocarem algumas palavras, a extranha personagem oferece-se para curá-lo do defeito que o atormenta, dando-lhe a sua figura ou qualquer outra que lhe aprouvesse. Exige em trôco a alma, e como Arnold não aceite a proposta, pede-lhe então algum sangue, ao que êle acede, ferindo-se num braço. Recolhe o sangue na mão e deita-o na fonte junto da qual se encontravam. Por efeito mágico passam sucessivamente perante ambos as figuras de Júlio César, Alcíbiades, Sócrates, António, Demétrio, Poliocertes. O demónio dar-lhe há a figura de qualquer dos fantasmas, a que êle preferir. Arnold não opta por nenhuma, nem mesmo por Demétrio, tão afamado pela sua beleza que Plutarco o celébra como úm mixto de graça e dignidade, amável e grave, de aspécto juvenil, aliado à magestade do herói e do rei. Surge por fim a figura de Aquiles; Arnold fica deslumbrado; quer despojar-se sem demora da sua forma hedionda e tomar a do nobre grego:

.....
You have opened brighter prospects to my eyes
And sweeter to my heart. As I am now
I might be fear'd, admired, respected, loved

> Of all, save those next to me, of whom I
> Would be beloved. As thou showest me,
> A choice of forms, I take the one I view.
> Haste! haste!

Assim sucede; cái sem sentidos, a sua alma entra no corpo de Aquiles, o demónio toma a figura de Arnold que de hoje em diante passa a servir incondicionalmente:

> Yes. You
> Shall change with thetis'son, and I with Bertha,
> Your mother's offspring. People have their tastes;
> You have yours — I mine.

Arnold, já agora conde, e o seu pagem que passa a chamar-se César, montam em dois soberbos cavalos negros; vão juntar-se ao exército de Carlos V, que sob o comando do condestável de Bourbon, marcha a cercar Roma. São recebidos no acampamento com manifestações de agrado, e embora a figura do corcunda não seja muito própria para inspirar confiança, o condestável diz-lhe:

> You are brave, and that's enough for me; and quick
> In speech as sharp in action — and that's more.
> I am not alone the soldier, but the soldiers'
> Comrade.

No entanto, pelo tom sarcástico das palavras de César, pela sua despreoçupação na véspera da batalha, desconfia que há nele qualquer cousa de misterioso e de suspeito.

A segunda parte abre com o côro dos espíritos que se faz ouvir durante o ataque à cidade eterna; ao pé da muralha cái Bourbon ferido mortalmente por uma bala — facto êste que tem realidade histórica — mas as suas fôrças entram na cidade, onde Arnold no meio da refrega luta braço a braço com Benevenuto Cellini. Na igreja de S. Pedro, salva das sevícias dos soldados Olímpia Colonna, por quem se apaixona imediatamente, mas esta prefere a morte à deshonra e precipita-se do altar abaixo; Arnold pede ao companheiro que a restitua à vida, e assim como no começo do drama se índica vagamente qual o prêço do contrato, também aqui por uma observação do inimigo

> But, if you rue it after, blame not me,

se presente que a bela Olímpia é a origem da catástrofe.

A terceira parte consta simplesmente do côro dos camponeses que celebram a paz e que é acompanhado por César. Assim conclue o drama que Byron prometeu completar, o que, porêm, não chegou a fazer.

Quem conheça a obra de Goethe, nota imediatamente que a scena do combate foi pedida ao drama alemão, onde Mefistófeles e Fausto conseguem vencer o Anti-César, apesar das vantagens que êste obteve de comêço. A evocação das figuras de Júlio César, Alcibíades, António, etc., lembra a de Paris e Helena perante a côrte no poema de Goethe.

APÊNDICE (1)

I

A influência de Shakespeare na literatura alemã (Sturm und Drang, época clássica e romântica)

Nenhum autor estrangeiro foi tão apreciado na Alemanha como Shakespeare. Existe hoje ali uma sociedade shakespea-

---

(1) Poderá parecer à primeira vista, sôbretudo aos leigos nestes assuntos, que o Apêndice é aqui descabido, não tendo relação imediata com o resto da obra. E no entanto foi inserido propositadamente para mostrar a grande acção que na literatura alemã exerceu Shakespeare e que se faz sentir também no Fausto. Goethe, adoptando a maneira de ver de Herder, sustentou sempre que Shakespeare, ao compôr as suas obras, não teve em vista o teatro, sendo por isso muito mais notável como poeta, do que como autor dramático. Assim ao apreciar o *Arden of Feversham*, diz: «Es ist der ganze reintreue Ernst des Auffassens und Wiedergebens, ohne Spur von Rücksicht auf den Effect, vollkommen dramatisch, ganz untheatralisch». E mais adiante acrescenta: «Shakespeare's trefflichsten Theaterstücken mangelt es hie und da an Facilität: sie sind etwas mehr als sie sein solten und eben deshalb deuteten sie auf den grossen Dichter». (Sprüche in Prosa. Ed. cit. das obras de Goethe, I.er B. S. 256). No seu estudo — *Shakespeare und kein Ende* — desinvolve o mesmo pensamento: «O nome de Shakespeare pertence à história da poesia; na história do teatro aparece apenas casualmente. As exigencias teatrais preocupam-no pouco; saltamos com ele de lugar em lugar; a nossa imaginação supre todas as faltas e incongruências. As suas obras não são para os olhos do espirito; falam-nos sobretudo aos nossos sentidos intimos; a scena é alguma cousa que o contraria». (Ed. cit. das obras de Goethe, II.er B. S. 837–891).

Na *Dichtung und Wahrheit*, falando do «Goetz von Berlichingen» que confessa ter sido influenciado por Shakespeare, diz que a sua forma

riana, tão boa ou melhor do que em Inglaterra. As festas de 1864, em honra do imortal dramaturgo, não foram menos entusiásticas do que as realizadas na pátria do poeta. Mais ainda: a Alemanha possue a afamada publicação, Shakespeare-Jahrbuch, de que foram publicados 41 volumes, sob a direcção de Frederico Bodenstedt, Carlos Elze, F. A. Leo, A. Brandl. Quem quizer conhecer com maiores minúcias a história da infiuência de Shakespeare na literatura alemã, pode ler com proveito a «Geschichte des Shakespeareschen Dramen in Deutschland» de R. Genées, e o trabalho de Albert Cohn «Shakespeare in Germany in the 16 th and 17 th century». Desde os comêços do século XVII o público alemão

---

dramática ultrapassou os limites do teatro, procurando apenas aproximar-se cada vez mais intimamente dos vivos acontecimentos (Goethe, Ed. cit., IV.er B. S. 209). É devido a esta interpretação da obra shakesperiana que Goethe apresenta nos dramas da sua mocidade uma série de quadros sem grande ligação mútua, não atendendo às exigências scénicas, preocupado apenas com a unidade de carácter. Os heróis das suas primeiras peças — Goetz, Cesar, Mahomet, Prometheu e Fausto, têem um cunho shakespeariano: são grandiosos, titânicos, personificam todos a luta da vontade com a ordem do mundo. A solução dramática, e desenlace, o seguimento da acção não é o que mais o interessa; deseja sôbretudo delinear com segurança as situações particulares, realizar o seu ideal de arte impressionista que sacrifica a beleza harmónica da forma, em favor da expressão vigorosa, da verdade interna. É o caso do Urfaust em cujos fragmentos é difícil encontrar a ideia dominante.

O Goetz é no entanto a obra de Goethe em que se faz sentir mais claramente a influência de Shakespeare: falta de observância das unidades de tempo e de acção; mudança de scenário para um monólogo de três linhas ou um diálogo de seis; unidade de acção prejudicada com a entrada de Weisling que aparece como segundo herói; representação de todos os estados, burgueses, soldados, escudeiros, camponeses; grande variedade de figuras e situações, mistura do trágico e do cómico; aparecimento na sociedade da côrte de um bôbo e cómicos, inserção de pequenas canções, linguagem empolada, descrições exageradas e grosseiras, que nos lembram Lohenstein e as Haupt-und Staatsactionen, etc.

Entusiasmado com a obra, enviou-a a Herder, mas êste respondeu-lhe: «Shakespeare estragou-nos por completo». Ao mesmo tempo apareceu a «Emilia Galotti» de Lessing, que mostra como o mestre do drama alemão se inspirara de Shakespeare. Goethe compreendeu que Emilia era um original; o seu Goetz uma imitação. Sem susceptibilidades de autor, e com grande entusiasmo, refunde o seu trabalho, conseguindo dar-lhe unidade de acção, excedendo mesmo Lessing pela espontaneidade da linguagem e pela verdade do diálogo; pela riqueza das scenas, pelo aparato romântico, etc. Com o Goetz de Goethe, começou na Alemanha a mania shakespeariana (Shakespearemanie) asperamente verberada por Grabbe. Dêste título se serviu o velho Benedix numa obra inferior contra Shakespeare.

assistiu à representação de peças inglesas em Nürnberg e outras cidades. As companhias de actores ingleses já nos fins do século XVI gozaram de protecção do duque Henrique de Braunschweig. Em 1611 subiu à scena em Halle a comédia «Der Jud von Venedig, aus dem Engländischen». Numa obra de 1620 — «Englische Comedien und Tragedien» — encontra-se o drama «Titus Andronicus», imitado da peça de Shakespeare do mesmo título. Em 1626 os cómicos ingleses representaram no paço do príncipe eleitor as seguintes tragédias: «Tragödia von Romeo un Juletta»; «Tragödia von Julio Cäsare»; «Tragödia von Hamlet einem Printzen in Dennemark»; «Tragödia von Lear Köning in Engelandt», e tambem a «Comödia von Josepho Juden von Venedigk». Em 1663 apareceu, inspirado no «Midsummernight's dream», a «Absurda Comica. Oder Herr Peter Squentz Schimpff-Spiel» de Andreas Gryphius. Em 1672 era publicada a tradução livre do «Taming of the Shrew» com o título «Kunst über alle Künste, ein bös Weib gut machen». Em 1682, o professor de Kiel, Morhof, citava Shakespeare e mais tarde o escritor de Hamburgo Richey referia-se a uma peça do mesmo autor. Iöcher no seu «Gelehrten Lexikon», diz de Shakespeare: «Shakespeare, Wilhelm, ein englischer Dramatikus, ward schlecht auferzogen und verstund kein Latein, jedoch brachte er es in der Poesie sehr hoch. Er hatte ein schertzhafftes Gemüthe, konnte aber doch sehr ernsthafft sayn und exzellierte in Tragödien» (Eduard Engel, «Geschichte der englischem Literatur». Leipzig, 1909, pag. 150–151).

O suisso Bodmer, conquanto conhecesse a literatura francesa, preferia a inglesa. Mencionou Shakespeare em 1740, ao qual chamava «Saspar», com a sua monomania de nacionalisar os nomes estrangeiros. Ao embaixador prussiano em Londres, C. W. Borck, falecido em 1747, nas funções de ministro de estado, cabe a glória da primeira tradução alemã duma obra de Shakespeare, fiel ao original. Borck traduziu em alexandrino o «Julio Cesar». Gottsched, apreciador do teatro clássico francês, atacou injustamente o novo trabalho, não perdendo a ocasião de mostrar a sua antipatia ao genial poeta ingles. A grandeza de Shakespeare em todo o seu brilho foi revelada por Lessing, que na 17.ª dos seus «Berliner Literaturbriefe» (16 de fevereiro de 1759) exalta o alto valor do inegualavel dramaturgo.

Já de há tempos se começava a opôr a Inglaterra à França. Weisse aconselha um meio termo: «dos franceses aprenda-se

a arte de composição e dos ingleses os grandes efeitos trágicos». Nos fins da sua vida aproximou-se cada vez mais da Inglaterra. «No Romeo e Julieta» julgava ter igualado, quasi excedido, Shakespeare. A sua melhor obra é o «Ricardo III», muito inferior, como Lessing mostrou, à obra prima inglêsa. Shakespeare impunha-se aos alemães por uma certa conformidade de génio; sentiam-se atraídos por uma simpatia instintiva. Admiradores entusiastas do autor do «Hamlet» foram Herder, Goethe, e sôbretudo Schiller. No tempo em que Schiller começou a escrever para a sociedade, Shakespeare, era o grande modêlo, a que todos os autores iam pedir inspiração e conselhos. É por uma tradução de Wieland, segundo nos diz o seu condiscípulo von Hoven, que Schiller conheceu o grande poeta. A primeira leitura embriagou-lhe a imaginação, e a prova disso está em que semeou de citações, extraídas do «Ricardo II», «Ricardo III», «Henrique VIII», «Rei Lear», «Macbeth» e «Hamlet», os seu trabalhos scientíficos. Se até em obras de medicina, Schiller não esquece Shakespeare, com mais forte razão se devia inspirar nelle, ao compôr os seus primeiros ensaios dramáticos. A princípio Shakespeare causava-lhe simultaneamente uma viva admiração e uma espécie de horror: «Revoltava-me, diz Schiller na sua obra — Ueber naïve und sentimentale Dichtung — esta frieza e despreocupação que lhe permitem no meio da situação mais patética gracejar, perturbando com um bobo as arrebatadoras scenas de Hamlet, do Rei Lear, da Macbeth, etc.; que ora o prendem a passos, que a minha sensibilidade desejaria percorrer e transpôr; ora o levam a passar indiferente quando o meu coração se deteria de tão bom grado! Habituado pelo conhecimento dos poetas modernos a procurar o poeta na sua obra, a encontrar o seu coração, a reflectir com êle sôbre o assunto, numa palavra, a ver o objecto no sujeito, não podia suportar que o poeta não se deixasse captar e nunca consentisse em dar-me razão (Rede stehen). Já há muito que Shakespeare era objecto da minha admiração e estudo, e apesar disso ainda não conseguira amar a sua pessoa (Sein Individuum). É porque eu não era capaz de compreender a natureza e estudá-la em si (aus erster Hand)» (1). Schiller não possuia o dom de apreciar os factos com sangue frio; tinha muita generosidade moral para praticar e admitir a

---

(1) Ed. cit. das obras de Schiller, pag. 1236.

arte só pela arte. Goethe com toda a autoridade do seu génio, disse no dia seguinte ao da morte do infeliz poeta: «A sua face inflamava-se com brilho sempre crescente, animada por esta fé que ora avança com audácia, ora se insinua com paciência, para que o bem actue, cresça e seja útil; enfim, para que um dia resplandeça tudo que é nobre». São cheias de verdade as seguintes palavras de Renan (Vid. «Lettre à un ami d'Allemagne» de 16 de abril de 1879, no volume *Discours et conférences,* pag. 49: «Tous tant que nous sommes, nous lui devons beaucoup, à cette Allemagne large, intelligente et profonde, qui nous enseignait l'idéalisme par Fichte, la foi dans l'humanité par Herder, la poésie du sens moral par Schiller, le devoir abstrait par Kant». A paixão de Schiller por Shakespeare transparece em toda a sua obra vastissima. Êle próprio sustenta que o seu Carlos Moor deve a origem a Plutarco e a Cervantes, combinados entre si, à maneira de Shakespeare num carácter novo, verdadeiro e harmonioso; Franz Moor é o seu Ricardo III e o seu Iago; confessa que os defeitos como as qualidades da peça tráem constantemente a influência do autor inglês. Ao representar o par de Fiesco e Leonor, pensava em Bruto e Portia; Don Carlos tem a alma de Hamlet. Para Schiller (Vid. a sua «Preleção sôbre o teatro considerado como instituição moral») o Julio Cesar é a obra prima da arte dramática, superior a todas as artes. Em carta de 5 de outubro de 1785, dirigida a Huber, diz o poeta: «Olho ainda com terror para a massa caótica do resto de Don Carlos. Carissimo amigo, porque tenho eu vertigens, ao elevar os olhos para Encelade Shakespeare?». A mesma comparação, atestando o mesmo juizo, reaparece numa poesia de 1797, «A Sombra de Shakespeare», sátira contra o burguesismo do teatro alemão da época.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 8, pag. 409)

DOURADORES

ALVARES (PERO)

Helena de Macedo, mulher de Pero Alvares, dourador, morador na rua Nova de El-Rei, freguezia de S. Nicolau, foi testemunha contra Gonçalo Fernandes, esparavelheiro, preso na Inquisição 1().

ANTÓNIO DE CARRANÇA

«Eu ElRey faço saber a quantos este meu aluará virem que eu ey por bem e me praz dar licença a Antonio de Carrança meu dourador que possa renunciar o dito oficio em hũa pesoa que casar com hũa de suas filhas qual elle nomear sendo a tal pesoa auta pera o seruir, a qual pesoa despois de estar concertado de casar com a filha do dito Antonio de Carrança antes que case será obriguado de se ir apresentar ao mordomo moor de minha casa pera o mandar examinar e achando que he auto pera seruir o dito oficio lhe passará disso certidão pera despois de ser com ella casado lhe ser feito seu aluará de filhamento mostrando renunciação do dito Antonio de Carrança e o aluará que tem de filhamento. Fernão da Costa o fez em Lixboa a biij dias de nouembro de mil b^{c}Rbiij» (2).

---

(1) Torre do Tombo — *Livro das Denúncias,* de 10 de maio de jb^{c}Riij, fl. 36.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, liv. 55, fl. 96.

«Dom J.º &. A todolos corregedores, ouuidores, juizes e justiças, alcaydes e meyrynhos de meus Regnos e Senhoryos e a outros quaes (falta *quer*) ofyciaes e pesoas a que o conhecimento desto com direito pertencer per qualquer guisa que seya, e esta minha carta for mostrada, saude; façouos saber que Antonio de Carrança, meu dourador me enviou dizer per sua pitiçam que elle sopricamte fora querellado pella morte de hum Gaspar Lopez cyryeiro que foy morto na minha cidade de Lixboa aos feros da Rua nova dos mercadores della do anno de myll bᶜxxxiij aos xxbij dias do mez de setembro da dita era, da qual morte e culpa que nela tyuera elle sopricante era lyure per minha sentença que ouvera na casa do cyuel da dita cidade e sayra solto e lyure e sem custas segundo todo esto ver poderya per hum pubrico estromento de fee e certidão dado per mandado e autorydade de justiça com os ditos de certas testemunhas, que perante mim apresentar enuiou, que parecia ser esprito e asinado por Lopo Fernandez, pubrico tabeliam na dita cidade de Lixboa aos xix dias do mes dabryll do anno presente de myll bᶜxxxb annos, per que se mostraua o dito sopricante ser acusado pella dita morte e ora ser lyure della segundo que todo esto milhor e mais comprydamente se contynha no dito estromento, e que sem embargo de ser lyure da dita morte elle se temya dos parentes do dito morto o averem de matar, por quanto o andauã aguardando e detreminauã de poer por obra por nom ser ousado de trazer armas pera guarda e defesa de seu corpo...». Pede para trazer armas para sua defesa por todo o reino e senhorios. Elrei lha concede por carta passada em Evora ao 1.º de junho de mil bᶜxxxb» (1).

DIAS (SIMÃO)

«ĩj rs de merce a Symão Diaz, dourador da dita Senhora per mandado em xxbiij de julho de 541 e seu conhecimento em iij dagosto da dita era» (2).

«biij rs que pagou a Simão Diaz, dourador, de merce pera ajuda de casamẽto pera hũua filha per mandado em xxbiij

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 10, fl. 89.

(2) Idem — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 157.

de março de 540 e seu conhecimento em iij dabril do dito anno» (1).

«Eu elRey faço saber a quamtos este meu alluara virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Symão Diaz, dourador da Rainha minha senhora e avó pera a pesoa que casar com hũa de suas filhas, quall elle nomear de hum luguar de morador da cidade de São Jorge da Mina, pello tempo e com ho ordenado contheudo no regimento, na vaguãte dos prouidos por prouisões feytas amtes desta, e amtes que a tall pesoa case com a dita sua filha se apresemtara primeiro ao conde do Vymioso, meu muito amado sobrinho, veedor de minha fazenda pera ver se he auto pera seruir o dito luguar de morador, e sendoo lhe fara fazer delle sua prouisão em forma tamto que fizer certo ser casado com ha filha do dito Symão Dias e pera sua guarda e minha alembrãça lhe mãdey dar este alluara, que valera como se fose carta começada em meu nome e aselada de meu sello pemdemte sem embarguo da hordenação do segundo liuro titulo XX que despoem o contrario. Aluaro Pirez o fez em Lixboa a bj dias de dezembro de bᶜlx. André Soares o fez espreuer» (2).

«Eu elRey faço saber a vos feytor e oficiaes das casas da Imdia e Mina, que eu fiz merce a Symão Diaz, dourador da rainha minha senhora e avó, pera a pesoa que casase com hũa das filhas do dito Symão Diaz que elle nomease de hũu lugar de morador da cidade de San Jorge da Myna pello tempo e com o ordenado cõtheudo no Regimẽto na vagante dos prouidos amtes de seis dias do mes de dezembro do ano de bᶜlx, em que lhe fiz a dita merce, segundo se vyo per hũu meu aluara feyto no dito dia, que foy roto ao asynar deste e por ora Gaspar Fernandez, morador nesta cidade, fazer certo ser casado com Breatiz Symoa, filha do dito Symão Diaz, segundo se tão bem vyo per hũu estormento que diso apresẽtou, que com o dito aluara foy roto, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do dito lugar de morador da dita

---

(1) Torre do Tombo — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 136 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 6, fl. 245.

cidade da Myna pello tempo e com o dito ordenado na vagante dos prouidos amtes dos ditos seis de dezembro do dito ano de quynhentos e sasemta, pello que vos mando... Amdré Vydall o fez em Lixboa a xxj doutubro de j̄b^{c}lxiij, o que asy ey por bem por o dito Symão Diaz nomear a dita sua filha pera casar com o dito Gaspar Fernandez, segundo se vyo pello dito estormento. Ruy Gomez o fez escpreuer» (1).

FARIA (MANUEL DE)

Natural de Lisboa, filho de Bento de Castro. Nomeado dourador da Casa Real por casar com Maria da Mata, que dantes se chamava Maria de Jesus, a quem fôra dada a propriedade do referido ofício, por falecimento de seu pai Gaspar da Mata. Lisboa, 1 de junho de 1649 (2).

FERNANDES (JORGE)

Vide nos Bordadores André de Castro.

LUIS FERNANDES

«Dom Joham &. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que nos tomamos ora por noso dourador a Luis Fernandez e porem o notefficamos asy e a todalas pesoas e officiaes e justyças a que esta nosa carta ffor mostrada e o conhecimento delaa pertemcer pera que o ajam daqui em dyamte por noso dourador e queremos e nos praz que ele guoze de todalas lyberdades que tem e de que guozam os nosos officiaes ou quaesquer que andam nos nosos lyuros e por esta mamdamos ao noso tysoureiro que he de nosas obras a fazer aquelas que toquarem a este officio de dourador e bem asy mamdamos ao noso apousemtador que daquy em dyamte o apousemte em nosos luguares omde esteuermos e naqueles omde ouuer hordenamça dapousemtadoryaa e o dito apousemtador lhe dara pousadas e ele as paguara a sua custa, o que hũus e outros asy compri sem duuida nem embarguo

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 13, fl. 271.
(2) Idem — *Matrículas*, liv. 5, fl. 831 v.

algũ que a elo ponhaes, por que asy he nosa mercee. Dada em Lyxboa a iiij dias de feuereyro. Bastiam da Costa a fez de mill b^{c}xxij. O qual Luis Fernandes tynha hũa carta del Rey meu Senhor que samta groryaa aja, em que o tomavaa por noso dourador, a qual foy rota ao asynar desta» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, liv. 51, fl. 99 v.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Annuaire de L'Université de Toulouse pour l'anné 1913-1914 et Livret de L'Etudiant. Toulouse, Imprimerie et Librarie «Edouard Privat», 1913.

Ministère des affaires Etrangères — Recueil de diverses communications du Ministre des affaires Etrangères aux États-généraux par rapport à la neutralité des Pays-Bas et au respect du droit des gens. Traduction du néerlandais. La Haye, Imprimerie Nationale, 1916.

Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. — Congreso de Madrid — Discurso inaugural de la Sección 7.ª, por D. José Gomez Ocaña. Madrid, Imp. Eduardo Arias.

Ramificação insólita da arteria humeral, por J. A. Pires de Lima. Porto, Tip. da «Renascença Portuguesa».

Palestras Musicaes e Pedagogicas — IV volume — A guerra e a musica, 2.ª parte, por B. V. Moreira de Sá. Porto, Tip. da Imp. Literaria e Tipografica, 1916.

Uma santa barbada — A proposito da lenda de Santa Vilgaforte, por J. A. Pires de Lima. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa Ilustrada», 1916.

No Centenario de Ceuta, por Vicente Almeida d'Eça. Lisboa, Tip. Universal, 1915.

Annuaire de L'Universitè de Toulouse pour l'anné 1914-1915 et Livret de L'Etudiant. Toulouse, Imprimerie et Librarie «Edouard Privat», 1914.

La Crisis del Derecho Internacional — Discurso leido por el ex.mo sr. D. Joaquim Fernández Prida en el acto de su receptión en la Real Academia de Ciencias Morales y Politicas el dia 23 de Mayo de 1915 y contestación del ex.mo sr. D. Juan Armada Lozada. Madrid, Imp. Clasica Española, MCMXV.

606, por Mello Breyner. Lisboa, Tip. «Adolfo de Mendonça», 1911.

Um caso do corpo extranho magnetico no cristalino extrahido sem forma cataracta, por Costa Santos. — Communicação feita á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, na sessão de 2 de Maio de 1914, com apresentação do doente. Lisboa, Tip. «Mendonça», 1914.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º
N.º 10

1917
Outubro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

«História da Literatura Clássica» — Carta de Fernandes Costa 499
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 508
El terremoto y los edificios. El sismógrafo, por MANUEL MARIA SANCHEZ NAVARRO S. J. 515
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 533
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por SOUSA VITERBO 541

«HISTÓRIA DA LITERATURA CLÁSSICA» (1502-1580) (1)

CARTA DE FERNANDES COSTA

Bemfica, 3 de outubro de 1917.

Prezadissimo Amigo e Collega, Sr. Fidelino de Figueiredo:

Levo, relativamente adeantada, a leitura do seu mais recente livro: «Historia da Litteratura Classica», em Portugal; attendendo a que, só por intervallos e não em todos os dias, me é possivel consagrar-lhe a gostosa attenção, que esse excellente trabalho merece. Li, por emquanto, a *Introducção* e os tres primeiros capitulos; mas como todo o restante é longo ainda, e eu não leio de afogadilho, porém, sim, com vagares de quem se compraz em estar recordando o que já sabia e em se instruir no que de novidade encontra, — e que não é pouco, — bem podia succeder que a demora por tal exigida me fizesse retardar o meu agradecimento, a ponto de lhe parecer esquecido ou não grato; e, por isso, venho, desde já, dar conta de mim, o que não será embargo para cumprir todo o meu dever, na devida e melhor occasião.

N'este momento, pretendo só assegurar-lhe que o seu livro está sendo objecto do meu maior interesse, e que n'elle tenho encontrado já, não só algumas horas de recreação aprazivel, como attrahentes motivos de estudo e de meditação.

Em linguagem fluente e clara, tanto nas páginas narrati-

---

(1) Àcêrca da *História da Literatura Clássica,* recentemente dada à estampa, recebeu o seu autor, nosso distinto consócio Sr. Fidelino de Figueiredo, do ilustre homem de letras Sr. General Fernandes Costa, sócio da Academia das Sciências de Lisbôa, uma extensa carta, interessante e erudita, que *O Instituto,* devidamente autorisado, tem o prazer de comunicar aos seus leitores. — *Nota da Redacção.*

vas como nas de conceitos e apreciações criticas, entendo, pelo que me succede, que todos os leitores ahi se deixarão prender com deleite, e que nenhum levantará mão d'ellas sem a consciencia nitida do quanto com a sua leitura aproveitou. Tem-se a satisfação de nos sentirmos em frente de um trabalho honesto e probo, cujas affirmações não suscitam desconfianças nem nos deixam duvidas, e em que, aquillo mesmo que se nos affigura litigioso e ainda reclamando averiguações maiores, se apresenta como caso a ser esclarecido em communidade com o auctor, e não como imposição auctoritaria d'este, provocadora de repulsas e de contestações não amistosas.

Por estas palavras lhe estou dizendo quanto o seu trabalho differe dos da mesma especie com que outro escriptor tem abarrotado as estantes de quem estes assumptos deseja tratar e conhecer; mas em que corre o perigo constante de adquirir noções inexactas, se não começar por pôr de quarentena tudo o que elle assevera, de novo submettendo tudo a cuidadosa verificação.

Não podia o sr. F. de Figueiredo tornar mais extenso o capitulo em que se occupa de Gil Vicente, sem quebrar a proporcionalidade d'elle com os que dedica a todos os outros escriptores; mas um estudo mais largo, com maior somma de excerptos, habilmente rebuscados nas paginas mais caracteristicas dos differentes *Autos,* chamando para elles, com appropriados commentarios, a curiosidade de tantissimos leitores, que não os conhecem e que não teem facilidade de lêl-os nas edições correntes, — no genero já tentado, com feliz exito, pelo nosso eminente confrade academico, sr. general Brito Rebello, — seria importante serviço, com que muito teriam a ganhar todos. Seria essa a mais intelligente vulgarisação, que se poderia e deveria fazer, d'esse nosso grande vulto litterario, não sahido, ainda, até hoje, para fora dos circulos eruditos, onde apenas raros devotos lhe prestam culto efficaz; pois muitos destes, com as suas remodelações e modernisações, mais o prejudicam do que o servem.

Uma noticia bastante extensa da obra toda do poeta, auto por auto, summariando os entrêchos d'estes, dando relêvo aos rasgos comicos e ás considerações moraes e philosophicas que n'elles abundam, encontraria, de certo, quem a lêsse com curiosidade e proveito, e concorreria para Gil Vicente ser conhecido com mais perfeita consciencia e por muito maior numero de portuguezes do que, por emquanto, o é.

*

Emquanto a Sá de Miranda, a opinião litteraria em que o tenho pauta-se muito mais pelas suas restricções do que pelos empolados elogios com que os meritos d'elle teem sido exaggerados pelos escriptores que n'uma *nota* menciona. Refiro-me, exclusivamente, á producção artistica que d'elle ficou, e, de nenhum modo, á sua personalidade moral e social, que me é sympathica. Muito dura, muito resistente era a lingua portugueza do seu tempo, ou muito duro e resistente elle mesmo, para lhe não ter podido communicar alguma da grande malleabilidade, que já, então, possuía a italiana; elle que andou quasi cinco annos a viajar por Italia, seculo e meio depois da morte de Petrarcha; e que muito mais nos devia ter trazido de lá, como importação de arte, se fosse esta a que principalmente ali o attrahira.

Um problema a que o meu bom amigo e collega não dá maior importancia no seu estudo critico, mas que me parece merecedor de alguma, é o do parentêsco de Sá de Miranda com Vittoria Colonna. Custa-me a acredital-o. Não ha arvores mais contorcidas e de mais caprichosos ramos do que as genealogicas, e n'ellas se depara com ascendencias e com approximações familiares pasmosamente inverosimeis. Parece-me esta uma das taes.

Pergunto a mim mesmo: Como é que o filho do cónego de Coimbra, Gonçalo Mendes de Sá, e de uma desconhecida mancêba d'este, poude ter tido parentêsco averiguado, reconhecido e acceito, com a filha do altivo e nobilissimo Fabricio Colonna, grande condestavel de Castella por nomeação de Fernando o Catholico, alto cargo em que succedeu a Gonçalo de Cordova, o Grão-Capitão? Por que porta entrou ou de que porta sahiu, o nosso obscuro cónego, como membro da poderosissima familia, que deu principes temporaes e principes ecclesiasticos, incluindo papas (Martinho V), á Egreja e aos Estados italianos? Sá de Miranda, primo ou o que quer que seja, da neta do conde de Celano e duque d'Amalfi, pelo pae, e, pela mãe, Anna de Montefeltro, neta de Frederico, duque d'Urbino? Ella, marqueza de Pescara, por seu marido Francisco de Avalos; que esteve a ponto de ser rainha de Napoles, a cujo thrôno não subiu, por ter demovido d'essa ambição, quando estava em via de realisal-a, aquelle de quem foi mulher amantissima? Não acceitâmos de ânimo leve estas vangloriosas attribuições; e, sobretudo, para d'ellas

*

se não derivarem pretensas consequencias de criticismo positivo!

Conjectura o meu bom amigo, — partindo d'esse parentêsco, como de um facto, — que Sá de Miranda (pag. 113 da sua obra), poude entrar «na intimidade do movimento litterario da Renascença italiana, graças ás facilidades, que Vittoria Colonna, *um dos coryphеus d'esse movimento (sic)*, de certo lhe proporcionou».

Consinta-me que eu lhe apresente, a este seu dizer, uma objecção, — não questionando já a essencial, derivada do parentêsco, contra o qual me rebello. Sá de Miranda realisou a sua viagem por Hespanha e por Italia, entre os annos de 1521 a 1526. Vittoria Colonna, que era exactamente da sua mesma edade, pois nascêra, como elle, em 1490, estava então, venturosamente casada, desde 1509; e, n'esse mesmo periodo, acompanhava o marido nas grandes preoccupações militares e politicas em que elle andava totalmente absôrto. Os cinco annos da viagem de Sá de Miranda foram, para Francisco de Avalos, de incessante campanha, ao serviço de Carlos V, de quem mostrou ser um dos melhores capitães, a ponto de este o fazer generalissimo do exercito hespanhol, em seguida á batalha de Pavia (1525), na qual ficou gravemente ferido. N'esse tempo, Vittoria Colonna não cuidava de versos, nem tinha lazêres para se occupar de cousas pacificas. O marido morreu-lhe, no fim d'esse mesmo anno (30 de novembro) em consequencia dos ferimentos recebidos em Pavia.

É então, e só então, que se inflâmma o estro poetico de Vittoria, o qual encontra incessante motivo de inspiração na saudade do morto e na negridão da sua viuvez, como, annos depois, Miguel Angelo Buonarroti, ha de encontrar a sua, no amor por elle concebido para com essa mesma jámais consolavel viuva, perante cuja austeridade e cuja virtude succumbiu todo o prestigio do seu genio.

Os versos de Vittoria Colonna, nos primeiros sete annos da sua viuvez, entre 1526 e 1532, são todos exclusivamente inspirados no culto ardentissimo pela memoria do marido. Depois d'esse periodo, até adeantados annos da existencia, voltou-se para Deus, e todos os seus versos são religiosos e, frequentemente, de entranhado mysticismo. A sua obra total, composta de 352 sonetos, uma canção, um madrigal e uma epistola, foi toda produzida nos seus vinte e um annos de viuva, e começou-a já depois de Sá de Miranda ter recolhido a Portugal, levando-a lentamente a cabo emquanto este

vivia pachorrentamente, nas suas quintas, a sua vida de familia.

Foi em 1538 que appareceu, em Parma, a primeira edição das obras de Vittoria Colonna. Estava, então, Sá de Miranda no segundo anno matrimonial com Dona Briolanja, na sua Commenda. Seguiram-se, com pequenos intervallos, mais duas edições, cujas datas n'este momento ignoro; e, em 1544, uma quarta edição, de Veneza, accrescentada com 24 sonetos espirituaes e algumas estancias religiosas, não incluidas nas anteriores.

Ao retiro de Sá de Miranda terá chegado, por ventura, qualquer exemplar de alguma d'estas quatro edições? A quinta edição, de 1558, foi publicada 11 annos depois da morte de Vittoria, e no proprio anno da morte de Sá de Miranda.

Por aqui verá o meu bom amigo que, quando Vittoria Colonna attingiu o gráo de *coryphеu* da litteratura italiana do seu tempo, e entreteve commercio poetico com o cardeal Pietro Bembo, com Francesco Molza, com Giovanni Guidiccioni, com a condessa de Amalfi, com Veronica Gâmbara, com Paolo Giovio (Paulo Jove, que escreveu a vida de Pescara), com o cardeal Pompeu Colonna, seu parente, com o cardeal Gaspare Contarini, e com outros privilegiados engenhos, e quando foi alvo da amorosa adoração forçadamente platonica que lhe tributou Miguel Angelo, vivia Sá de Miranda recolhido na sua thebaida de Entre Douro e Minho, na burgueza placidez do seu estado conjugal, criando e educando os filhos, monteando javalis e correndo lebres, descontente com os usos do mundo e com as practicas da governança, carteando-se com o seu amigo Marramaque, senhor de Basto, e com seu cunhado; recebendo e hospedando os lavradores seus visinhos; emfim, nem sequer, talvez, pensando que Vittoria Colonna existisse!

*

Na relação, que Francisco de Hollanda nos deixou da sua estada em Roma e da sua convivencia ahi com Miguel Angelo, encontram-se referencias pessoaes a Vittoria Colonna, de quem nos diz os meritos, reconhecendo-a, então, como uma das damas «mais illustres e mais celebres da Italia e da Europa, isto é do mundo». A esse tempo, o môço pintor portuguez estava na volta dos seus 21 a 24 annos e Vittoria entre os 48 e 50, proxima a recolher-se definitivamente á vida conventual, o que fez, logo pouco depois, em 1541,

macerada de penitencias e devoções. Todavia, o presumido môço, em quem era justificavel o não alludir aos dotes physicos da já edosa marqueza, não se esquece de dizer, que ella era «*casta e bella,* instruida em latinidade e espiritual, possuidora de todas as qualidades que se podem louvar n'uma mulher». E accrescenta: «Depois da morte de seu illustre marido, leva modesta e retirada vida; saciada do esplendor e da grandeza da sua primeira situação, amando, agora, só Jesus Christo e os bons estudos, fazendo muito bem a mulheres pobres e dando exemplos de verdadeira piedade catholica...».

Que impressões não receberia e não nos deixaria d'ella, se a tivesse conhecido, elle, Francisco de Hollanda, no periodo refulgente da vida em que ella se encontrava, quando Sá de Miranda, na pujança dos seus 31 a 36 annos, andou por Italia, dezesete annos antes, e ella refloria no apogeu da sua formosura, da sua posição, da sua grandeza!

Francisco de Hollanda encontrou-a por mero acaso, na egreja de S. Silvestre, em Monte-Cavallo, e foi-lhe apresentado por um personagem, que já lhe havia facultado a sua apresentação a Miguel Angelo. Assistiu, então, a um bello dialogo sobre arte, entre a marqueza e o sublime artista, e registrou-o para a posteridade, na sua relação. Como se comprehende que Sá de Miranda possa ter convivido familiarmente com a princeza, na época da vida em que d'ella irradiava o maior prestigio, sem que d'essa convivencia tivesse ficado indelevel sulco para todo o resto dos seus dias? Onde está, na sua obra, o rasto, que n'ella não podia deixar de existir, se, no espirito do poeta, houvesse perpassado alguma vez a luz inapagavel d'esse fulgido meteóro?

No emtanto, observarei ser de secundaria importancia a minha objecção, pelo que respeita ás influencias do renascimento italiano na educação mental de Sá de Miranda; porque, tendo elle visitado os maiores centros da peninsula italica e da Sicilia, quando mesmo num d'elles a observação dos homens e das cousas lhe tivesse sido facilitada pela intervenção de Vittoria, nos outros, nem ella lhe desvendou os olhos, nem o levou pela mão.

O meu fim é, tão só, indical-a ao seu exame, para que a pondere; pois a formação da individualidade litteraria de Sá de Miranda define-se perfeitamente, sem recorrer a explicações inexactas e que, bem observadas, até seriam de maior desfavor para elle. Quantas mais possibilidades se reconhecer que elle teve, alem da grandissima que foi a sua viagem,

para bem se penetrar das artisticas influencias italianas, menos se justifica o quasi insuccesso da maioria das suas obras e das suas innovações. Não percâmos de vista, que Camões não está secularmente afastado d'elle. Fôram, ainda, contemporâneos, em dilatado periodo da vida de cada um. Os primeiros 34 annos da existencia de Camões coincidiram com os ultimos 34 da existencia de Miranda. E Camões, nos sonetos e mais formas lyricas que tratou, teria sido exactamente o que foi, se tivesse nascido 38 annos mais cedo, ou se Miranda não houvesse existido. Sá de Miranda não foi, propriamente, um precursor. A sua antecedencia a Antonio Ferreira e a Luiz de Camões, ambos nascidos proximamente na mesma data, é apenas um accidente chronologico e não outra cousa.

*

Estou de pleno acôrdo com as suas apreciações quando reconhece que, tendo sido Sá de Miranda o introductor, na nossa litteratura, de alguns generos poeticos, já de longo tempo vulgarisados em Italia, não só não encontrou na linguagem de que dispunha a flexibilidade precisa para a intensa assimilação d'elles, como ainda lhe faltava o temperamento poetico daquelles que haviam criado os seus modêlos, insuflando-lhes as condições de vida que os haviam de impôr e fazer vingar. É perfeito o que diz dos sonêtos de Petrarcha; e, infelizmente para o nosso poeta, a exactidão do seu julgamento sobre o atormentado, o inacabado, o inesthetico, o defeituoso, o nimiamente vulgar dos sonêtos d'este, não pode ser atenuado por nenhum voto contradictorio de apreciador mais indulgente.

Tambem não impugno, — e creia que de bôamente o faria se pudesse, — o que pensa das *Cartas* e das *Eclogas*. Sá de Miranda era uma organisação sêcca, rigida, sem sensibilidade amorosa, sem doçura, sem *graça*. Não fôra fadado para comprehender idealismos sentimentaes; e ahi reside o verdadeiro motivo de elle não ter podido aproveitar do lyrismo italiano, senão os moldes externos, nos quaes lhe foi impossivel vasar, porque o não possuia, o que n'aquelle se contêm de fundamental, de perpetuo. Os sonêtos de Petrarcha, que o meu bom amigo define magistralmente, — os sonetos d'esse velho Mestre, com grande escola já feita e illustrada por numerosos discipulos, quando Sá de Miranda se abalançou ás suas tentativas, — não valem só pela fixidez classica da sua contextura; pela sua cadencia melodica, que

o ouvido conhece e de antemão espera; pela regularidade das suas linhas puras; pelo imprevisto gracioso do conceito; valem, essencialmente, pela subjectividade amorosa que os anima, quando, como no maior numero d'elles succede, de amor se occupam. Sá de Miranda era uma compleição adversa ao cultivo integral d'essa forma.

Como vê, meu bom amigo, não faço mais do que repetir, não por melhores palavras, o que a este proposito diz o seu magnifico estudo. E toda a insistencia no assumpto seria superflua, pois muito tenho abusado já da benevola attenção que lhe reclamei.

*

Sobre o *Amadis* e a sua primeira redacção em velho portuguez, alguma cousa tencionava dizer-lhe, quando a esta dei principio; mas desisto de o fazer pela demaziada extensão que a carta tomou, e por não poder ser resumido o que desejava lembrar-lhe. Portanto, não pode ser.

As suas refutações aos argumentos de T. B. estão bem desenvolvidas e sustentadas; mas não concordo com o tom geral da sua noticia, em que se accentua demaziado uma especie de empenho em saccudir de todo a persuasão critica, prevalecente em toda a parte, e até em Hespanha, de ser originaria da nossa litteratura, se não a criação de toda a fabula do *Amadis,* — pois essa deve ter vindo por importação anglo-normanda, — pelo menos, e já não é pouco, a primeira elaboração do afamado romance.

O meu amigo conclue accentuando a opportunidade de recordar, que a lingua franceza se apresenta a reivindicar para si a disputada authoria. E, por tal modo o diz, deixando suspensos os leitores sobre essa ultima asserção que, attenta a sua auctoridade, parece que se inclina, e nos quer inclinar, a que a tenhâmos como de peso e de probabilidade maior. Ora, a origem franceza do *Amadis,* reclamada pelo Conde de Tressan, foi rebatida pelo poeta inglez Southey, muito versado e competente em litteratura dos dois paizes peninsulares, e convictamente inclinado a favor da auctoria portugueza. Elle proprio deu uma resumida traducção do romance, prefaciada por um estudo onde as pretenções do Conde de Tressan são reduzidas ao que valem.

A critica ingleza, posterior, concordando com o afastamento das pretenções francezas, fez notar a Southey, que em todas as ideas, materiaes, desenho, caracter dos incidentes, e até em muita da sua geographia, o *Amadis* encontra

antecessores em outros romances de origem anglo-normanda, publicados durante mais de um seculo antes d'elle, e que pertence ao cyclo em voga anteriormente ao nascimento de Lobeira. Mas o que é verdade é que a mesma critica tem de asseverar que não pode atribuir o *Amadis* a ninguem, antes d'elle. Esta prova negativa não é bastante para que se possa concluir ter sido elle o auctor. N'este ponto, a ignorancia da verdadeira origem continua a subsistir. Mas eu creio não haver motivo novo, para resuscitar a theoria de Tressan, desfeita por Southey, vae para um seculo já.

Submetto a materia ao seu estudo, á sua auctoridade critica e á sua boa fé.

E aqui termino, renovando-lhe as mais calorosas felicitações pelo seu livro, ao qual desejo muitos leitores, principalmente para utilidade d'estes.

Creia-me, com sincera estima, seu

Amigo e collega m.to affç.do e obg.do

Fernandes Costa.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 9, pag. 493)

Taine mostrou em páginas admiráveis, e como tais justamente célebres, a fôrça, o poder do que êle chama o *génio simpático* de Shakespeare. Shakespeare aceita tudo da natureza que prescruta e aprecia sob todos os aspectos; o objecto do seu estudo não é o belo nem o bem, mas a vida. Todos os seres vivos o interessam de igual modo, proporcionalmente à intensidade da sua vida, quer sejam bons ou máus. Por isso, quando quer representar uma personagem, duas ou tres, procura obedecer ao princípio lógico do seu descobrimento, representar os caracteres, como os conhece, pela observação directa, pela leitura ou informações seguras.

O critico alemão Gervinus, sustentou a opinião oposta. Para Gervinus Shakespeare é moralista, exciusivamente preocupado em dar lições à sociedade. A meu ver, tal opinião é inaceitavel. Shakespeare entrega-se à arte só pela arte; tudo o mais é-lhe indiferente, e como êle nos confessa, o drama é um espelho collocado em face da natureza, e em que esta se reflete nas suas multiplas manifestações. Daí a impersonalidade do poeta e a dificuldade em descobrir as suas ideias, paixões e carácter. Em Schiller o caso é diferente. Schiller cria os seus tipos e observa-os; anima-os, inspira-os, admira-os e odeia-os; dá-lhes fôrça e energia com as suas reflexões iudividuais.

Stendhal (Vid. Racine et Shakespeare, pag. 93 e 94) contrapõe a Shakespeare, para quem o drama é uma imitação completa da natureza, os autores, cujas tragédias são poemas, como Corneille e Alfieri. Ao lado dêstes, poderiamos citar Schiller que cede como Racine ao prazer de exprimir pelos heróis das peças os seus pensamentos e maneiras de ver sôbre o assunto. Schiller junta à natureza, ao real, al-

guma cousa própria; domina-a e por isso às vezes tortura-a e falseia-a. Os seus dramas são impregnados de personalismo e por isso são documentos preciosos para o conhecimento do carácter e do génio de Schiller. Um crítico eminente, Kuno Fischer, conseguiu recolher no teatro de Schiller as confissões de Schiller — Schillers Selbstbekenntnisse.

A enunciação dêste simples facto mostra bem a diferença dos dois grandes génios. A Schiller falta o poder objectivo de Shakespeare; as personagens pensam e fallam como êle. As criações do poeta inglês pensam e falam como homens; daí a variedade dos caracteres, porque a natureza humana considerada no seu conjunto oferece mais recursos à poesia que um número restrito de acções e sentimentos particularmente próprios ao drama. Alêm disso, Schiller concebera instruir e educar a sociedade por meio do teatro, e assim afastara-se neeessariamente da imitação da natureza. Mesmo os máus recebem de Shakespeare uma existência ideal que os enobrece. E como havia de proceder de maneira diferente se, na frase feliz de Lessing, o teatro shakespeariano é o espelho da natureza. E esta compreende as scenas mais variadas, o belo e o feio; o grande e o pequeno; a tristeza e a alegria e pela aproximação dos contrastes cria as obras mais nobres e mais vis.

Eis a razão porque Shakespeare reproduz com a exactidão fiel de um copista da natureza tudo que o impressiona. A unidade de acção do seu teatro é substituida pela unidade dos seus caracteres: em toda a sua obra encontramos esta lei da responsabilidade moral a que ninguem foge e que subordina sem cessar os factos, mesmo os mais independentes na aparência, às paixões que os provocaram. Relativamente à linguagem, têem-se procurado diferenças entre o estilo de Shakespeare e o de Schiller. Ambos exprimem o seu pensamento por imagens. Shakespeare encontrou sempre prazer em combinar os termos, em suscitar por aproximações novas, ideias novas. A Schiller falta a espontaneidade que admiramos em Shakespeare: ao lado de passagens, em que expande livremente o seu temperamento poético, procura muitas vezes revestir o pensamento com artifício; dar-lhe a forma de máxima e assim fazer dêle um preceito moral, aos olhos do povo. Não sou eu que o digo mas uma grande autoridade literária Otto Ludwig. (Vid. Shakeaspearestudien. Ges. Schrift., tom. V, pag. 780).

Diligentes comentadores e editores de Schiller, e sôbretudo Düntzer e Boxberger, colheram em muitos pontos dos

dramas de Schiller, lembranças de Shakespeare que mostram a leitura recente de Shakespeare, traduzida por Wieland e comentada por Eschenburg. Schiller aprendeu do dramaturgo inglês um certo estilo poético, metafórico e por êle conheceu a natureza humana em toda a sua variedade, vivacidade, interesse e magnificência, que como estudante interno da Karlschule de Stuttgart não podia estudar directamente. Shakespeare foi para Schiller um mestre de psicologia; a leitura das suas peças substituia a contemplação da natureza. As principais personagens dos dramas do poeta alemão, são shakespearianas. O prefácio dos Raüber e o artigo anónimo que Schiller compoz sôbre a obra, depois de a ter visto representar em Mannheim, mostram-no preocupado em aprofundar a natureza humana, surpreendendo-a nas suas operações misteriosas, como Shakespeare faz no Macbeth.

A Alemanha, sacudindo o pesado jugo da literatura francesa, procurava argumentos que justificassem a sua revolta. No grande espírito inglês julgam encontrar personificadas as livres tendências da raça teutónica. Por isso a crítica alemã estuda Shekespeare com amor e paixão; não se limitam a louvá-lo; esforçam-se por atingir o sentido da sua obra complexa e vastissima, e deduzir do estudo do autor a arte poética que devia servir de guia à nova escola. Reconheceram nele a expressão mais completa do génio moderno e afinidades com o espírito antigo que os escritores de raça latina não conseguiram estabelecer. Shakespeare foi divinizado. Os críticos alemães chegaram às seguintes conclusões: «No poeta inglês tudo é belo; não é só a inspiração que o guia, mas uma razão superior. De nada lhe serviria ter sido mais culto. Sem prestar atenção especial às leis que devem presidir às obras do espírito, sentiu-as e aplicou-as com a exactidão dos mais habeis. Os seus pretendidos defeitos são apenas a consequência de um sistema dramático mais conforme às tendências da sociedade moderna, do que o dos clássicos. Êstes só querem reproduzir uma parte limitada das scenas que a natureza oferece aos homens; elevam barreiras em volta do terreno em que se encerram. Shakespeare, pelo contrário, estende as suas investigações através do mundo inteiro; aproxima e reune na sua obra imensa todos os contrastes que constituem o fundo da vida humana: o bem e o mal; o horrível e o agradável, o nobre e o feio; estuda os pequenos e os humildes, assim como os grandes; a plebe como o patriciado, e do palácio dos reis desce com curiosidade igual à

cabana do pobre. O seu teatro não é um fenómeno especial, não é um meteoro que atravessasse o céo da literatura fora de todas as leis e sem condições de reprodução. É, pelo contrário, o resumo, o alfa e o ómega da arte moderna. Quizesse Shakespeare ou não, tivesse ou não compreendido a grandeza do seu papel, o que é certo é que representa uma poética nova; quando os clássicos o atacam, têem de lutar não com um homem, como julgam, mas com uma ideia. Se a sua obra tem tal importância na história da humanidade, deve ser imitada. Imitai-o, pois. A poesia moderna deve proceder dêle como a poesia grega procede de Homero».

Lessing, como referi anteriormente, foi dos primeiros a chamar a atenção da Alemanha para o génio de Shakespeare. Na «Dramaturgia de Hambugo» comparou o seu teatro ao dos franceses; achou-o mais conforme aos princípios gerais da arte dramática e por isso aconselhava os dramaturgos a colocarem-se no mesmo terreno que êle, pois assim abrangeriam um horizonte mais vasto do que se estivessem confinados ao quadro estreito das unidades clássicas.

Fazendo o paralelo de Semiramis e de Hamlet mostrou como o maravilhoso pagão era frio em comparação com o aparecimento do espectro na scena britânica; zombou da pretenção dos trágicos franceses em se assemelharem aos gregos, chegando por fim, à conclusão de que Shakespeare sem conhecer os antigos, se aproximava mais dêles, porque pintava livremente a natureza sob todas as faces. Contribuiu assim para popularizar o autor inglês e fazer prevalecer a opinião de que das suas peças se podia tirar um sistema dramático muito superior aos dos franceses. Ao analisar o Ricardo III indicava qual devia ser o ponto de partida das ideias dramáticas. «A unidade, diz êle é necessária ao drama, como em todas as obras do espírito. Mas o que entendemos por unidade? As de lugar e de tempo, com as quais se tem feito tanto barulho, são conseqüências sem importância da única de valor, — a de acção. Ora esta tanto pode resultar do desenvolvimento de um facto único, como da pintura de um carácter único. Shakespeare escolhe êste último processo de composição e apesar da variedade de quadros que apresenta, a sua obra fica una, porque coloca no centro da acção um carácter principal, ao qual se ligam os pormenores restantes. Assim Ricardo III, à primeira vista uma peça complicada, tem a sua unidade como a *Athalie* que assenta nos

sentimentos e na conduta do herói». (Vid. Lessing, «Hamburgische Dramaturgie») (1).

No momento, em que Lessing ia fazer aparecer a Dramaturgia de Hamburgo, Gerstenberg, em nome de Shakespeare atacava no prefácio e notas da sua tradução da «Noiva» de Beaumont e Fletscher a «arca santa» das regras de Aristóteles. Para Gerstenberg, a observação das unidades na tragédia antiga, é mais um defeito de que uma qualidade; explica-se historicamente pela técnica simples e rudimentar do drama antigo e pela imobilidade tradicional do côro. «Se Aristóteles, acrescenta êle, tivesse as mãos livres, se pudesse tirar da razão humana as suas regras de teatro, sem dúvida alguma a sua poética seria tão reflectida, como a sua filosofia da alma, mas tendo de as deduzir das tradições da scena que os antepassados e os padres arvoraram em lei, era forçado a apoiar-se em modêlos existentes e a harmonizá-las na medida do possível com as regras, ditadas pela razão». (Vid. Albert Kontz, *obr. cit.*, pág. 138–140). Gerstenberg é um precursor da Sturm-und Drang periode; nos seus «Brie fe über Merkwürdigkeiten der Literatur (Heilbronn, 1888), protesta contra tudo que seja convenção e proclama que sem génio e inspiração criadora não pode haver verdadeira poesia. Mostrando que as peças de Shakespeare não são dramas no sentido próprio da palavra, mas antes pinturas da vida humana, o autor do «Ugolin» define uma nova forma dramática e dêsse modo lança as bases de uma dramaturgia nova, ao mesmo tempo que compreende Shakespeare de maneira nova e original.

Lessing nas «Cartas sôbre literatura» sustentara que Shakespeare atinge quási sempre o fim da tragédia e se aproxima muito dos gregos, porque os seus dramas tem a mesma essência e a mesma alma, ao passo que Corneille reproduz do teatro antigo só o mecanismo exterior. Gerstenberg com o todo o bom senso reconhece que entre os poetas gregos e Shakespeare há a distância que separa a antiguidade dos tempos modernos. «O fim essencial da tragédia grega, continúa o mesmo, era agitar as paixões; o objecto principal da comédia apresentar as acções humanas, sob o aspecto mais ridículo, para provocar o riso. Se assim é, as tragédias de Shakespeare não podem ser tragédias, assim como as suas

---

(1) Trad. de Suckan et Crouslê, pag. XLII e seg.

comédias deixam de ser comédias. O quê? Pretender-se há que Shakespeare não excitou as paixões, contestando-lhe assim a primeira e a mais importante qualidade dum autor dramático? E que lhe havia de ficar então? O homem, o mundo. Tudo. Não lhe nego é claro o mérito de representar as paixões; mas o seu fim é mais elevado: pinta os costumes e oferece-nos com todo o cuidado e fidelidade caracteres verdadeiros e ficticios. Pondo de parte as vossas classificações do drama. Chama às peças de Shakespeare plays com Wieland, ou com a escola de Gottsched, Haupt und Staatsactionen; com os críticos ingleses, history, tragedy, tragicomedy, comedy, como quizerdes; eu classifico-as de pinturas vivas da natureza moral, delineadas pela mão inimitável dum Rafael» (1).

Esta crítica era um acto de revolta contra Aristóteles e contra a prática geralmente seguida até então. Aristóteles dizia: «A parte mais importante da tragédia é a composição dos acontecimentos; porque a tragédia não imita homens, mas uma acção e a vida. O objecto dos poetas não é pois imitar os costumes; êstes encontram-se por acrescimo envolvidos nas acções das personagens. Gerstenberg, pelo contrário, antepõe os costumes à acção. Daí deduz conseqüências que proclama ousadamente: «Fala-se muitas vezes do gigantesco, da irregularidade, da subtileza e selvagerias que se encontram no teatro de Shakespeare. Não só Lear, Macbeth, Hamlet, Ricardo III, Romeo e Julieta, Othello, mas ainda Ricardo II, Júlio Cesar, António e Cleopatra devem ser considerados, como um todo, com o seu começo, meio e fim, relações definidas, alvo determinado, caracteres e scenas em contraste, etc.» Gerstenberg para exemplificar e divulgar os seus princípios dramáticos compoz em 1767 o Ugolin. Escolheu para assunto do drama o suplício de Ugolin, contado por Dante no 33.º canto do Inferno. Como, segundo Gerstenberg, a arte de Shakespeare consiste essencialmente em representar a imagem viva da natureza sensivel e moral, esforça-se por fazer reviver aos olhos dos espetadores os sofrimentos físicos e o desespero causado gradualmente pela fome. O espetador como o herói, debate-se no domínio do horrível e a compaixão que o poeta quer provocar em nós converte-se em verdadeira tortura, ao mesmo tempo física e moral.

---

(1) Gerstenberg, *ob. cit.*, carta 17.ª

Apesar dêsse defeito Lessing em carta de 25 de Fevereiro de 1768 dirigida ao autor reconhece que o drama denota fôrça criadora considerável e verdade profunda nas pinturas. Ainda em 13 de Março de 1801 escrevia Schiller a Goethe: «O Ugolin não é certamente uma obra de bom gôsto, mas contêm scenas belas, muito patético verdadeiro e originalidade real». Na história da literatura alemã ocupa lugar proeminente: é o primeiro modêlo dêste estilo violento que Lenz, Klinger, Wagner e Schiller adotaram e a que os corifeus da escola dramática alemã de 1770 davam com orgulho o nome de estilo shakespeariano.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

EL TERREMOTO Y LOS EDIFICIOS. EL SISMÓGRAFO (1)

LOS EDIFICIOS. EL SISMÓGRAFO

(Cont. do n.º 9, pag. 452)

SEÑORES:

Esbozado a grandes rasgos algo sobre las principales manifestaciones de un terremoto en el terreno, o geológicas, y hechas algunas someras indicaciones sobre sus causas, regiones en las cuales se presenta, fenómeno de las réplicas, etc., etc., continuaremos prescindiendo de no poco importante, para no abusar demasiado de vuestra bondade, concretándonos a dar uma idea de los perjuicios ocasionados por los terremotos en las construcciones lo que los transforma en uno de los mas terribles azotes de la Humanidad, y después a avanzar algo sobre el studio instrumental de los mismos, con el auxílio del sismógrafo.

La causa de los efectos perniciosos de los terremotos sobre los edificios depende en gran manera de la máxima aceleración del suelo, esto es, de la entensidad misma del movimiento, y también de su modalidad (dirección, duración, etc.), pero se halla todavia mas ligada con las condiciones de resistencia propias del edificio, el que pudiera resultar indestructible aun a los sismos mas violentos y luctuosos, como los ya citados de Messina, Avezzano, Mino-Owari..., como de hecho se ha observado en los mismos.

El terremoto mueve el suelo, y con él los cimientos del pilar o muro, mientras que en virtud de la inercia el resto de éste último no participa instantáneamente de ese mismo movimiento, sino que se vá trasmitiendo con tanto mayor retraso, cuanto mas diste del suelo la sección agitada. Ocurre algo análogo a lo que pasa si sujeto entre los índices y pulgares de ambas manos un trozo de clarión y avanzo una de

ellas un poco, algo mas rápidamente que la otra, con lo que se produce la ruptura, gracias a que el movimiento diferencial ejecutado, ha producido un esfuerzo de flexión superior a la escasa fuerza de cohesión que tiene un objeto tan frágil. Si el objeto hubiese tenido una estructura menos homogénea, y mas si le hubiésemos sometido a un esfuerzo de torsión (o retorcido), yá efectuando directamente el dicho movimiento, ya moviendo, en sentido oblicuo los dedos de una mano con relación a los de la otra, (24 *) el resultado hubiera sido análogo al que veis causó el terremoto de Acanibay en el Campanario de la Iglesia de Xocotitlán, desmoronado, a la letra, y con fendas a través del mortero o mezcla, indudablemente de mala calidad, que de haber sido mediana, no hubiera quedado en tan mal estado, que mejor que apuntalarlo y mal remendarlo después, para exponerse a que alguna réplica se otro sismo hasto débil le derribe hubiera sido mejor haber hecho esto último, reconstituyéndolo después del todo y con mejores materiales (**)... (25 *) A propósito de lo que desíamos de las pequeñas amplitudes relativas de los movimientos sísmicos, aun en los mas destructores, esta diapositiva es de los mas demostrativas, pués en ella resulta evidente que de haber escedido de 3 o 4 centímetros, a lo sumo, cada trozo de esta torre, (que es la de Aquilpa, tal cual la dejó el terremoto de Chilapa [México], del 15 de Abril de 1907), se hubiera caido por su lado **... (26 *) Lo mismo nos muestra esta torrecilla del Colégio Católico de Niñas de Temascalcingo, (terremoto de Acambay), y el arco de la ventana vencido indica el constituir los huecos uno de los puntos débiles de los edificios. El arco Tudor parece haber resistido bien, como suelen hacerlo de ordinario los de su clase, y otros análogos de poca cembra **.

En los tipos mas ordinarios de construcción suele pretenderse el que unos muros sirvan de apoyo o sostén a los otros, lo que, por otra parte, no es muy difícil, trabándolos bien, pero de ordinario y en los de mala construcción y con sismos destructores, por supuesto, lo menos malo que pueden hacer es exerse solos, esto es sin arrastrar a los restantes, y que algo quede pié, (27 *), como le muestra esta vista, tomada frente a uno de los ángulos de la Plaza Cavallotti, a raiz del desastre de Messina, por el célebre sismólogo japonés Profesor Omori... Los cuadros pendientes aun de los muros, las puertas cerradas, y el aspecto general de lo conservado, muestran que en aquel sitio, al menos, (y otros muchos documentos gráficos aseveran lo mismo respecto a

otros), la máxima aceleración no parece haber escedido en mucho a la experimentada en los terrenos de mediana consistencia cuando el terrible sismo de California, y sin embargo, ¡qué diferencia en el número de víctimas!... Mientras Messina perdía la mitad de sus 150.000 habitantes, la *Reina del Pacífico,* con una población casi triple, apenas hubo de deplorar la pérdida de un centenar de los suyos, y es que en la capital italiana influyó enormemente ese desfondado de pizus, que veis, ** (25 *) y esos materiales tan deleznables, como para producir montones de escombros de hasta 5 metros de altura, como el que se formó en el cruce de la Via Cavour con la de Idria **, y eso que en San Francisco todos los edificios, con mucho no estaban en las mejores condiciones de resistencia, por no faltar los construidos sobre rellenos (29 *), como el Hotel Saint-James, destruido, con muerte de 12 personas, por haber cedido sus cimientos **.

Cuando el terremoto de Mino-Owari, mas fuerte en Nagoya que lo fué en Messina el que lleva su nombre, el número de víctimas en la ciudad japonesa, algo mas populosa que la italiana, fué sólo 331, a pesar de que la mayoria de sus edificios, sobre todo los de las clases menos acomodadas distan mucho de constituir un ideal antisísmico, por la pesadez de sus techos que contrasta con la debilidad relativa de sus piés derechos, falta de tirantas y esceso de entalladuras, lo que los hacen mucho menos resistentes de lo que dá derecho a exigir la gran cantidad de madera, en general da excelente calidad, empleada en su construcción... (30 *) Ese templo budista desvencijado en Sakata, cuando el violento terremoto de 1594, es buena muestra de construcción típica japonesa, y hace resaltar muchos de sus defectos **.

En general los materiales ordinarios, esto es los muros de ladrillos o cantería son los menos recomendables, por su poca resistencia, si no son de excelente calidad y resultan empleadas con discernimiento y en buenas condiciones. De ser malos, exponen en los paises visitados de vez en cuando por sismos destructores, (31 *), a catástrofes, como la de Avezzano, infortunada ciudad de la que, en muchos sitios, como el que veis, no quedó piedra sobre piedra, y donde la mortandad alcanzó la cifra aterradora del 80 % de sus míseros moradores **.

Los mismos materiales de excelente calidad, mal asociados, dan resultados detestables, y para no citar mas que un ejemplo, proyectaremos sobre la pantalla das vistas del Ayun-

*

tamiento de San Francisco de California (32 *), la una, tomada antes del sismo, nos muestra la esbelta torre rodeada de su suberbia columnata de mármoles, que por ser de un solo trozo cada columna, había exigido ingentes gastos **; (33 *) en la otra apenas si queda mas que la armazón de acero, causa evidente de la destrucción de las columnas al chocar violentamente contra las mismas, cuaudo aquel terrible terremoto las hacía bambolearse, cual débil caña a impulsos de rugiente huracán... **.

Al hablar del tipo de construcción japonés, y al mostrar el templo budista de Sakata en el miserable estado en el que lo sismo de Shonai, dicíamos que la diapositiva correspondiente hacía resaltar muchos de sus defectos, y no todos, ni aun el principal, que es el resultar tan fácilmente inflamable como lo sería una capa de cerillas fosfóricas, en opinión del celebérrimo sismólogo ingles Profesor John Milne, quien en Tokio fué testigo de tres incendios, en cada uno de los cuales quedaron reducidas a pavesas mas de 10.000 casas, y el último le costó la pérdida de casi todo su ajuar y de toda su biblioteca, que contenía documentos de extraordinaria valía científica. Construidas con maderas bien secas, con tabiques de cartón o papel muy grueso engrasado, el que también en muchas, desempeña análogo oficio que los cristales en nuestras ventanas, y en un país donde el petróleo se dá con gran abundáncia y se emplea profusamente para el alumbrado y la preparación de los alimentos, arden con tal facilidad, en particular después de terremotos, y cuando soplan fuertes vientos, allá muy frecuentes, que el de Mino-Owari, volcando hogares y lámparas, incendió de tal manera a Gifú que ni una de sus mas de 5.000 casas se libró de ser pasto de las llamas.

El tipo antiguo de casa madrileña, con armazón de madera, por outra parte muy resistente a los terremotos, como lo ha demostrado en Lisboa, donde el Ingeniero húngaro al servicio de Portugal Coronel Cárlos Mardel lo hiciera adoptar a raiz del terrible terremoto del 1.º de Noviembre de 1755, y en algunos sitios de Calabria, tiene el grave defecto de propagar con extraordinaria facilidad los incendios y lo mismo, o mas aun acaece con edificios análogos usados en América y en Filipinas.

Los mismos edificios ordinarios padecen con harta frecuencia total ruina, a causa del incendio provocado por terremotos al volcar hornillas y lámparas de petróleo, producir escapes de gas y cortos circuitos al mismo tiempo que las

múltiples roturas de las canalizaciones de agua privan del medio mas corriente y eficaz para combatirlo. En San Francisco las $^3/_4$ partes de la ciudad fueron pasto de las llamas, que continuaron por cuatro dias su obra destructora sin que antes las pudiese extinguir, ni el esfuerzo inteligente y abnegado de muchos millares de obreros, ni aun el supremo recurso de volar con dinamita hiladas enteras de casas, para oponer al paso arrollador del incendio inmensos montones de piedras, cales y ladrillos.

(34 *) Esta proyección muestra el estado relativamente satisfactorio en que quedaron algunos edificios después del terremoto y antes del fuego **, (35 *) y esta otra nos muestra a los mismos edificios ya presa de las llamas **.

La parte mas importante de la Sismologia es ciertamente la que se ocupa del estudio de la resistencia de los matriales y de la manera de utilizarlos, asociando las cualidades en cierto modo opuestas: la seguridad, que hace al edificio o construcción, (como puente, embarcadero, cañerias, túneles...), capaz de resistir victoriosamente la acción destructora de los sismos, y la prudente economía, que permite su construcción, y de la inspección misma de los montones de escombros y de los edificios que parcial o totalmente hayan resistido tan ruda prueba como lo es un terremoto destructor, se deducen muy útiles conclusiones para lo sucesivo, tanto en lo que se refiere a las construcciones en sí mismas, como a los sitios mas o menos convenientes para edificar.

Respecto a esto último, se ha observado repetidas veces que un mismo terremoto se sentía con muy desigual intensidad en sitios poco apartados, dentro del perímetro de la misma población, y que esas variaciones de intensidad esceden tal vez a la relación de uno a dos, y aun a tres o cuatro, fenómeno evidente en Avezzano, según los preciosos estudios del Profesor Emilio Oddone, y también en San Francisco de California, y tan conocido en Tokio, la inmensa capital del Imperio del Sol Naciente, que hay en sitios céntricos de la misma espacios de terreno llano y muy fofo que hay que dedicar a jardines públicos, dado que nadie quiere edificar en ellos, tan mala es su fama sísmica, donde precise tenerla pasable, por lo menos, dado que raro es el año que no pasan de ciento los temblores sensibles. En cambio, en los cerros de arcilla muy dura, que tanto abundan en la dilatada llanura de Musashi se sienten mucho menos que en los sitios mencionados los mismos temblores, resultando el

número total de éstos tal vez reducido a la mitad. En San Francisco se perciben mas fuertes en el terreno ordinario, todavia con mayor violencia en el poco consistente, y mucho mas en los *rellenos,* siendo siempre peligrosísimas les cercanías de las fallas, y mas aun los límites entre dos terrenos, (como sería el cimentar parte de un edificio sobre roca dura y el resto sobre tierra ordinaria, por recia que fuese), y también las pendientes, sobre todo si el subsuelo es de otra naturaleza que el suelo, y este puede desprenderse en masa, arrastrando consigo lo edificado, como acaeció en Alhama de Granada, con mas de 200 víctimas, y muy cuantiosas pérdidas materiales, cuando el terremoto del 25 de Diciembre de 1884.

Sería mas propio de Arquitectos e Ingenieros que de Sismólogos si nos detuviésemos en indicar la inmensa importancia que tiene la buena calidad de los materiales, y en particular de los morteros, y en estos de la superioridad del buen cemento, aun asociado con cuatro partes de arena sobre las mezclas, lo detestables que son las cales dolomíticas (o lo que es lo mismo, que contienen magnesia), y las arenas de *detritus* (restos de rocas muy diversas disgregadas), en vez de serlo exclusivamente de granos no muy pequeños de cuarzo, la necesidad de que no se empleen con excesiva parsimonia, que la mano de obra sea buena...

Nos contentaremos con indicar que ya en 1755 el Ingeniero Mardel probaba la resistencia del tipo de edificio que hizo adoptar colocando un modelo del mismo sobre una plataforma, a la que varios soldados imprimian violentas sacudidas, simulando un terremoto, y que estas experiencias, verificadas mas de un siglo después en mayor escala por el gran Milne, y posteriormente, y también en el Japón, por su brillante discípulo el Profesor Omori, han dado resultados interesantísimos, y de inmediata aplicación práctica.

(36 *) Éste último sabio emplea, en sus muy numerosas experiencias, la *shaking table,* inventada por su Colega en la Universidad de Tokio el Ingeniero B. Mano, y sobre la robusta plataforma de la misma, a la que un motor de vapor, por medio de unas bielas, puede mover de atrás adelante, con período y amplitud variable, se colocan (sujetos o nó, según las condiciones de la experiencia), objetos diversos, a veces bastante grandes, como la pilastra de mas de dos metros de altura, que aparece en la proyección, y se les *sacude,* (de aqui el nombre inglés del aparato), hasta conseguir el medio apetecido; rotura, derribado, resbalamiento..., o al-

canzado la máxima aceleración ebtenible, por cierto muy superior a los 980 centímetros por segundo en un segundo, de la gravedad, por cierto jamás alcanzadas, a lo que parece, en los terremotos de los que se tien noticias un tanto seguras, por lo menos **. Como es fácil calcular la máxima aceleración que produjo el fenómeno, de aquí la utilidad de los datos experimentales así obtenidos sobre resistencia de materiales, manera de aprovecharlos mejor, etc., etc.

De acuerdo con estos experimentos, y de lo mucho que sufren los puentes en ocasión de los terremotos destructores, abundan en Japón los de perfil parabólico, calculado con arreglo a fórmulas de sencillísima aplicación, y que omitimos por no especializarnos demasiado, habiendose llegado a construir en Tokio una casa a *prueba de terremotos,* y que hoy sirve de estación sismológica, también con perfiles parabólicos, ensayo interesante, y tal vez único en su clase, por resultar el edificio incómodo, antiestético, y de un coste exorbitante, cuando con haberlo hecho de hormigón, armado, con algunas precauciones, y haber empleado excelentes materiales y mano de obra, se hubiese conseguido igual resistencia con menos dispendio, y sin quebrantar en lo mas mínimo las condiciones estéticas exigidas por las reglas edificias mas exigentes.

Resultado, también, de estos estudios, objeto principal de los trabajos del célebre *Comité Imperial de Investigaciones sobre los Terremotos,* cuyo Secretario es el Profesor Omori, ha sido el tratar de corregir los defectos principales de las construcciones japonesas, sin introducir, en apariencia, grandes modificaciones, por no chocar contra costumbres inveteradas, y sí pequeñas, al parecer, pezo de suma trascendencia, (37 *), ya estableciendo modelos, como este, destinado para Prefectura de Policía de una pequeña población, sin cimientos, como las genuinas construcciones japonesas, y en su lugar dados de piedra sobre los que descansan postes, y a lo mas basamenta corrida, pero con extraordinaria trabazón entre muros, techo y pisos, formando el todo una especie de cesta... **, ya descendiendo a particularidades, como uniones y entalladuras, armazones... sobre lo que la dicha Comisión o Comité ha editado y repartido, profusamente numerosos folletos y lo que mas vale, hecho construir buen número de edificios para que sirvan de modelo, en sitios de los mas sísmicos de aquellas islas tan poco estables.

Un muy distinguido sismólogo, el R. P. Don Guido Alfani S. P., Director del Observatorio Ximeniano de Florencia, y

al que la Estación Sismológica de Cartuja (Granada) tanto debe, por lo mucho que influyó en su fundación, hizo una obra muy benemérita recogiendo copia de estos modelos y publicándolos en un librito de vulgarización «*I Terremoti e li Case*», en unión de muy buenos consejos, y de un resumen de los trabajos japoneses, y varios otros italianos y algún alemán y de otras nacionalidades han tratado del asunto, y nos otros también nos creimos obligado a lo mismo, introduciendo algún capítulo en nuestra obrita.

Grave falta sería el que no recordásemos que los primeros estudios prácticos, con planos detallados y muy razonables aun, cerca de 40 años después de su publicación, se debieron al entonces Comandante de Igenieros, fallecido ha dos años siendo General de Brigada, Ex.^{mo} Sr. Don Manuel Cortés y Agulló, quíen los publicó en Manila, a raiz del terremoto destructor de 1880, habiendo aparecido en el *Boletin del Servicio Sismológico de Chile,* a cargo de su fundador, el célebre sismólogo francés Conde de Montessus de Ballore, una obra póstuma que honra la memoria de aquel venerable anciano empleando los últimos esfuerzos de sus notables facultades y de su acendrada piedad, en trazar planos y proyectos para evitar las pérdidas de vidas y haciendas a consecuencia de la falta de resistencia do los edificios ordinarios, en aquellos países en que la Tierra en nada se merece el epíteto de firme con que la suelen particularizar los marinos.

Cualquiera de los movimientos sísmicos, de los que nos ocupamos antes, y sus análogos, resulta sensible a los instrumentos a distancias mucho mas considerables que lo es directamente y tanto que aquellos registran agitaciones tan débiles como para resultar insensibles en sus mismos epicentros y muchas de las que han sido violentas y destructoras a varios millares de kilómetros. Todos os años se obtienen gráficos de terremotos que han estremecido de tal menera la corteza terrestre, como para tardar 3, 4 y aun casi 5 horas en registrarse, aunque en el epicentro la duración de los dichos sismos no haya pasado de medio minuto y aun menos.

Este trecho cnrioso, que, por una parte abre anchuroso campo a las investigaciones geofísicas del interior de la Tierra. proveyendo a la Ciencia de un medio con que auscultarla, en frase feliz del tan renombrado Profesor de Gatinga Dr. Emilio Wiechert, por otra hace fructuosa la labor de los centros destinados a recoger datos instrumentales sobre los terremotos, o estaciones sismológicas, en cualquier sitio donde se las ubique, aunque pasen los años y los años sin que ailí se sienta

ningún terremoto sensible, y si bien es cierto que son tanto mas útiles, bajo el punto de vista humanitario, cuanto mas sísmica resulte la región, por extraña anomalía suelen agruparse en torno de los grandes centros docentes y en sitios perfectamente asísmicos, y faltan con frecuencia donde pudieran servir de algo mas práctico.

El instrumento por excelencia del sismólogo es el *sismógrafo,* encargado de registrar automáticamente sobre una banda de papel una representación mas o menos fiel del movimiento del suelo en el sitio donde esté instalado, inscribiendo a la vez señales convenientes, que proporciona un cronógrafo, y que permitirán averiguar con exactitud la hora, minuto y segundo correspondiente a un punto cualquiera del gráfico o *sismograma.*

Los sismógrafos hoy en uso son péndulos, si se aplican al estudio de los movimientos horizontales del suelo, descompuestos en sus componentes ortogonales (ὀρθός = recto — γῶνος = ángulos, [en ángulo recto]), de ordinario N—S y E—W, o muelles, si han de servir para los movimientos de arriba abajo, o sea de zenit a nadir. A estos se les designa con la letra Z (de zenit), y a los otros con las iniciales correspondientes a los movimientos que registren: N—S y E—W, respectivamente.

Los péndulos usados en Sismología como sismógrafos pueden ser análogos a los que sirven de péndola a los relojes de pared y sobre mesa, guardar cierta analogía con una puerta, suspendida de sus goznes, o semejar una gigantesca peonza que descanse sobre su punta, y a la que ciertos muelles, convenientemente colocados, impidan se caiga: los sismógrafos pertenecientes al primero de los tipos aludidos se llaman péndulos verticales, horizontales los del segundo, e invertidos los últimos. Los muelles destinados al estudio de los movimientos de arriba abajo, trepidación, o subsultorios, se llaman genéricamente componentes verticales.

(38 *) Entre los péndulos verticales figura el Cartuja vertical, que funciona desde Julio de 1909 en la Estación Sismológica del mismo nombre. Una masa de 280 kgs de peso, constituida por hierro de desecho, que llena este recipiente cilíndrico, se halla suspendida de una vigueta, empotrada en el muro, gracias a unos muelles de acero (aquí trozos de hoja de sierra). Del fondo del recipiente sale una fuerte aguja de acero, la que actua sobre dos ligerísimas palancas acopladas, ambas destinadas a aumentar las desviaciones de la masa (unas 600 veces aquí, entre las dos), y una de ellas a

inscribir éstas, gracias a un ténue filamento de vidrio hilado, sobre esta banda de papel blanco, previamente recubierta con una capa de negro de humo con el auxilio de una lámpara especial de petróleo, y arrastrada por un mecanismo de relogería.

Si el suelo permanece tranquilo, el filamento, al arrancar el negro de humo, trazará un surco blanco, recto y estrecho, finísima línea recta interrumpida, a intervalos regulares por pequeños engrosamientos, o puntos, todos los minutos y por una señal mas perceptible, todas las horas, producidas por las sacudidas de un electro-imán existente en la misma plataforma en la que se apoyan los ejes de las palancas antedichas, sacudidas que aquel produce cada vez que el segundero o minutero de un buen relog de pendola, provisto de los convenientes contactos, cierra un circuito eléctrico, con lo que se tienen en la misma banda y hasta en el mismo trazado, las oportunas indicaciones horarias... Si algún movimiento agitase al suelo, este se trasmitiría al receptor, palancas y soporte de las mismas, mientras que la masa, en virtud de su considerable inercia, no participaría del movimiento, teniéndose así una representación fiel del mismo... En efecto esto pasaría si se tratase de *un péndulo simple* en la acepción estricta de la frase, pero en los péndulos materiales y existentes, las conexiones de la masa con las palancas multiplicadoras, y mas todavía con su suspensión le hace participar con harta frecuencia del dicho movimiento, haciendoles oscilar con sus propios períodos, expresables por la fórmula: $T_0 = 2\sqrt{L}$, y entremezclar esas sus oscilaciones propias con las ondas del movimiento que agite el suelo, resultando con frecuencia trazados de gran amplitud y que merecen el calificativo de *vistosos,* aunque sea muy escaso su valor científico, si no se evitan del todo, o al menos se amenguan esos movimientos parásitos pendulares, por medio de amortiguadores **.

(39 *) Esta es la disposición que empleó el Príncipe Boris Borisovich Galitzin (o mejor Golicyn), que fué mucho mas notable como eminente Profesor de Física y egregio Sismólogo, que por el brillo de su nacimiento, que le hiciera descender de los Jagellones, Grandes Duques de Lituania, para dilucidar la influencia del amortiguamiento en le registro de los movimientos sísmicos, dado que por entonces (1903), mientras se aceptaba en Alemania y Austria, lo rechazaban los sismólogos de casi todos los paises, en muchos de los cuales hoy lo admiten y aun recomiendan. Sobre esta robusta

plataforma, a la que un motor eléctrico, provisto de las convenientes conexiones y de resistencias variables, puede mover rítmicamente con periodos diversos, (o lo que es lo mismo *mecer* suavemente, y con regularidad, mas despacio o mas deprisa), colocó un péndulo horizontal, (de los que en breve nos ocuparemos), dispuesto de manera que pudiese inscribir sus gráficos sobre un cilindro receptor, actuando por un mecanismo de relogería. Del techo del aposento pendía esta varilla, rígidamente sujeta al mismo, y con su pluma para inscribir sobre el mismo cilindro que el péndulo... Al moverse la mesa, es evidente que el trazado de la pluma que lleva la varilla representará fielmente el movimiento que imprimamos a aquella, mientras que el trazado de la pluma que lleve el péndulo horizontal nos mostrará la interpretación, digámoslo así, que este dé al dicho movimiento, rítmico o nó.

(40 *) He aquí los gráficos obtenidos durante varios experimentos: en todos ellos la curva que ocupa el centro es la trazada por el estilete o pluma, dependiente de la varilla fija y la otra la *traducción* de la misma dada por el péndulo. Si se trata, como en ésta, de movimientos irregulares, resulta una verdadera caricatura, pués bien pronto aparecen esas ondulaciones lentas, que no existieron, realmente, en el movimiento de la mesa, y que no son otra cosa mas que francas oscilaciones pendulares... Si el movimiento es rítmico, como en los demás gráficos, se presentarán máximos y mínimos, que no existen, en virtud del fenómeno de las resonancias, notándose, de acuerdo con el mismo, y en casos favorables, amplitudes exageradas, y no existiendo una fiel representación del movimiento sino en casos muy especiales **.

(41 *) Todo lo contrario acaece en esta otra serie de gráficos, obtenida con el mismo péndulo horizontal debidamente amortigüado, y por lo demás en idénticas condiciones que en el caso anterior. Nótase, sin embargo, un retraso en la fase del sinusoide, fácil de calcular, y del que se tiene cuenta en las observaciones un tanto delicadas **.

De aquí se deduce la necesidad de amortigüar los sismógrafos, si se quiere den una imágen un tanto fiel del movimiento del suelo. Esto se consigue introduciendo obstáculos de resistencia variable al movimiento de sus masas, como el que producen unos pistones, análogos a los de una locomotora, al comprimir el aire contenido en los mismos, como en los Wiechert, las láminas metálicas, de efecto análogo en los Mainka, y que se encuentran sumerjidas en vasijas llenas de vaselina líquida, en los Cartuja y Vicentini, y las corrientes

de Foucault que se desarrollan al moverse láminas de cobre puro, convenientemente unidas a las masas, entre los polos opuestos de dos potentes imanes, como en los Galitzin.

Los péndulos verticales tienen períodos bastante cortos, de no suspenderlos de alturas exageradas o de recurrir a outros medios, en general menos recomendables, y como en los movimientos sísmicos procedentes de muy lejano epicentro abundan las ondas lentas, a veces hasta de un minuto y mas de período, precisó idear otros para registrar las dichas ondas en condiciones menos desfavorables, sin recurrir a dimensiones exageradas, tal vez costosísimas, cuando nó irrealizables, teniendo siempre a la vista que si llamamos A*r* al aumento real de un sismógrafo para una onda de periodo T, y A_0 el aumento del mismo deducido de la relación de sus palancas, etc. y T_0 su período propio, tendremos que mientras mayor valor adquiere la relación $\frac{T}{T_0}$, mas se aproxima A*r* a valer $\frac{A_0}{\sqrt{1-\left(\frac{T}{T_0}\right)^2}}$.

(42 *) En este péndulo, en el cual la distancia que media entre el punto de suspensión y el de apoyo es de dos metros, con sólo inclinar mas o menos su eje de giro, o sea la línea que una su punto de suspensión con el de apoyo, haciendo avanzar o retroceder este último, con una llave inglesa, se le pueden dar períodos de 6 a 25 segundos, lo que en un péndulo vertical exigiría se le suspendiese de 9 a 156 metros de altura. Este sismógrafo es el Cartuja bifilar de 425 kgs de masa inventado y construido en la Estación Sismológica a la que debe su nombre, sita en Granada y es el mas potente con que cuenta en la actualidad para la confección de su Boletín y demás investagaciones científicas. Se halla provisto de un amortiguador de aceite de vaselina y suele trabajar con aumentos de 50 a 120 veces, según el período que se le dé, actualmente de 13,5 segundos, el que corresponde a una longitud pendular de 45 1/2 metros **.

(43 *) Entre los principales modelos que tenemos en proyecto, figura una componente vertical, (para la cual teniamos encargado en el preciso momento de estallar la Guerra Mundial, que todos mas o menos podecemos, un muelle espiral de la famosa aleación N. S. P. D. del ilustre inventor del *invar* Dr. E. Guillaume, la cual es casi insensible, en lo que respecta a su elasticidad, a cambios algo fuertes de temperatura, tan prejudiciales aun a los mejores aceros ordinarios y

aun especiales), y de la que proyectamos en la pantalla un modelo pequeño, en el cual, además de su amortiguador, presenta los principales medios que se pueden utilizar para aumentar el período en estos instrumentos, como lo son la pesita adicional, el muelle espiral de la palanca multiplicadora-inscriptora y el que la masa no esté suspendida directamente del gran muelle helizoidal, sino por el intermedio de una palanca, hallándose el punto de tracción bastante por debajo del centro de gravedad de la dicha masa **.

(44 *) Esta otra proyección muestra un instrumento destinado a soportar enormes aumentos, hasta de 60.000 veces, con registro óptico, por supuesto, a pesar de la pequeñez de sus dimensiones, y de lo exiguo de su masa, de 7 ½ kgs. Con tinta sobre papel blanco aumenta hasta 300 veces, con rozamientos insignificantes, por haber logrado en el la disminución del período, con lo que se disminuye la longitud pendular, acrecentándose la fuerza de restitución de la masa. Otao Trerómetro Granero (de σρηρός = estremecimiento y del apellido del fundador del Observatorio de Cartuja [Granada], R. P. Juan de la Cruz Granero S. J., santamente fallecido en Febrero último), se halla actualmente en construcción en los tan celebrados talleres de Automática que dirige en Madrid el genial inventor español Ex.^mo Sr. D. Leonardo Torres Quevedo, siendo su principal destino el estudio de los estremecimientos producidos por los motores y los explosivos a muy larga distancia **.

(45 *) Estos gráficos, obtenidos con un aparato mucho menos sensible y de tipo muy diferente, el Tromómatro Cartuja (τρόμος = estremecimiento), con velocidades de unos 5,5 mm. por segundo de avance en la banda receptora, cuando las de los sismógrafos ordinarios avanzan uno a uno y medio centímetros por minuto, muestran los estremecimientos producidos a los 5 metros de un motor Otto de 20 caballos y 180 revoluciones por minuto, acoplado a una dinamo, y fijo en un piso de roca, recubierta por portland, y el de mas rápido ritmo el de un motor eléctrico de 8 caballos y 1480 revoluciones **.

Ahora proyectaremos sobre la pantalla algunos sismogramas de terremotos importantes, cuyas diapositivas no han sufrido el mas mínimo retoque, y se han obtenido por un sencillísimo procedimiento: el gráfico, trazado por el sismógrafo sobre el papel ennegrecido, después de fijado, para evitar su destrucción al menor roce, ha servido de clisé para obtener las diapositivas que proyectaremos las que hemos

tenido que elegir de terremotos relativamente cercanos y registrados con aumentos no muy considerables y receptores de marcha bastante lenta, para que no resulten largos en demasía, para las placas $8\,1/2 \times 10$ cms. *Ilford Lantern Plates,* que son las que utilizamos de preferencia.

(46 *) Este gráfico, que aparece sobre la pantalla con un aumento de 1200 veces, es del terremoto del 23 de Abril de 1909, sentido en casi toda la Península Ibérica, y cuyo epícentro, a orillas del Tajo y por Benavente, São Estevao y Samora Correia, dista de Granada 495 kilómetros; ... aquí aparece el comienzo o primeras ondas, punto designado con la inicial P en los Boletines Sismológicos...; este brusco salto indica el comienzo de las segundas o S, y las ondas de largo período o de la porción principal, L, se inicion en este punto..., correspondiendo los máximos M_1, M_2... a estas ondas, cuyo período de 3,2 segundos, siendo de 14 el propio pendular, nos indican lo bien amortiguado que estaba este péndulo, obra de H. H. Coadjutores de la Compañia de Jesús, y nuestro primer ensayo, hoy desmontado, por resultar mucho mas sensibles el Cartuja bifilar de 425 kgs., componente ENE y el de 305, componente NW, en contínuo funcionamiento, en unión del Cartuja vertical, péndulo no amortiguado, y cuya sensibilidad extraordinaria para los movimientos de menos de 3 segundos de período lo hacen muy apropriado para el estudio de los terremotos cercanos, y aun para los comienzos, *o*P, de muchos lejanos. Entonces los minutos, esto es las marcas horarias, se trazaban aparte, con no pequeños inconvenientes, salvados ya a mediados del mismo año de 1909... Resulta muy fácil el darse cuenta de como se determinam los periodos, se averigua el tiempo en que se registró una onda cualquiera y se mide su amplitud aparente, la que para reducirla a verdadera exige se conozcan bien las constantes del instrumento y se usen tablas apropiadas, como las Zoeppritz Geiger o las Galitzin, mucho mas completas, o se recurra al cálculo directo de los medios de corrección por medio de fórmulas muy sencillas y con la insustituible regra (o círculo) de cálculos **.

(47 *) Aquí veis el comienzo del gráfico del terremoto catastrófico de Messina del 28 de Diciembre de 1908, tan violento, que hizo salir la aguja inscriptora del cilindro receptor casi al iniciarse los segundos movimientos, a pesar de distar su epicentro 1700 kms. de Cartuja (Granada) ⁂.

(48 *) Esta otra muestra el de Avezzano del 13 de Enero de 1915, distante 1540 kms. ⁂ ... (49 *) y esta última el de

un sismo que hizo muchas víctimas en el Luristán (Persia), a algo más de 4800 kilómetros, el 23 de Enero de 1900 **.

(50 *) Los *puntos críticos* de los sismogramas, esto es P, S, L, M... con sus horas de aparición, períodos y amplitudes, en unión de otros datos, sirven para la confección del boletín, como éste de Cartuja, hecho, (como casi todos, y con ligerísimas variantes, que sólo afectan a la forma, y a aumentar el número de datos, proporcionando tal vez cálculos de epicentros y datos macrosísmicos), con arreglo a las instrucciones contenidas en la Circular que el Professor Dr. Óscar Hecker dirigió como Director de la Oficina Central de la Asociación Internacional de Sismología a todas las estaciones sismológicas del Mundo, en virtud de una de las decisiones del Congreso de Mánchester de Julio de 1911 **.

Si esceptuamos el sismo de Avezzano, proyectado en la pantalla con 2200 veces de aumento total, y procedente del Cartuja bifilar de 425 kgs., los otros tres, esto es el Ibérico, el de Messina y el Luristán proceden los tres de un mismo péndulo, un Omori modificado, de 106 kgs. de masa, cuyas constantes de aumento, período, amortiguamiento y roce, pueden retenerse iguales, e idéntico el aumento de 1200 veces con que resultaron proyectados sus gráficos sobre la pantalla.

Habreis notado quizás que S, o sean los segundos movimientos, y también L, M o los máximos... aparecen cada vez mas distanciados, esto es con mayor retraso, los unos con respecto a los otros, y lo que en el Ibérico tardó en registrarse pocos minutos, se prolonga mucho mas en el Persa, y alcanzaría casi dobles proporciones que en este último en uno Americano, mayores aun en uno del Japón, etc., etc., y es que el movimiento sísmico, esto es, el estremecimiento que constituye el terremoto, se propaga en forma de vibraciones elásticas de muy distinta naturaleza, y por muy diversas vías... Admítese hoy, como demonstrado, que las ondas sísmicas pueden dividirse en longitudinales, trasversales y superficiales, o de Lord Rayleigh, dependientes, las primeras de la tendencia que tiene todo cuerpo, al ser comprimido, a conservar su volúmen; las segundas a la propriedad de que gozan los sólidos de tratar de recobrar su forma primitida, al cesar la acción de la causa deformante, si no se excedieron los límites de la elasticidad del dicho cuerpo sólido (un elástico estirado, sin romperlo, tiende a quedarse lo mismo que antes del esfuerzo); y las últimas, predichas por aquel sabio, bastantes años antes de que el sismógrafo demostrara su existencia, por lo que justamente llevan su nombre, se deben

a estar la Tierra limitada, esto es, a no ser un sólido indefinido, por lo que las ondas, al llegar a su superficie, han de extenderse, algo así como desparramarse por la misma, válganos la analogía. Estas ondas de Lord Rayleigh, son las de la porción principal y las mas peligrosas, o mejor dicho casi las únicas nocivas de los terremotos destructores, a la vez que las de mas lenta trasmisión. Las ondas P, o longitudinales son las mas rápidas de todas, y después las S, o trasversales.

(51 *) Ahora bien, si tomamos en diversos boletines sismológicos las horas en que se registraron los comienzos respectivos de las ondas P y S de un mismo terremoto de epicentro bien conocido, restamos la primera de la segunda, y lo marcamos en una hoja de papel cuadriculado, tomando como abcisa correspondiente la distancia que medie entre el dicho epicentro y la estación sismológica, tendremos una série de puntos que nos permitirán trazar la línea que pase mejor por entre todas las observaciones reunidas, y calcular su ecuación, aquí: xkms = 9,7 (S—P) segundos, aplicable a distancias comprendidas entre 0 y 2.700 kilómetros **.

(52 *) Esta otra, muestra un caso análogo, en el que la ecuación afecta la misma forma que la calculada por Omori en su primer ensayo, y que resultaría en nuestro caso bastante mala, y no mucho mejor en el suyo, por haber querido aplicarlas a distancias en las cuales la propagación de las ondas sísmicas se verifica con arreglo a leyes harto mas complejas y exigiría dos emaciones diferentes de primer grado, también, o una de segundo, la que en todo caso, resultaría menos aproximada **.

En otros ensayos hemos encontrado que pudieram representarse todas las distancias comprendidas entre 0 y 20.000 kms. o anti-epicentro (antípoda del epicentro), o lo que es lo mismo, que pudiera calcularse la distancia epicentral de un gráfico cualquiera en función de S—P, utilizando en conjunto cuatro ecuaciones lineales, y aun hemos tratado de aplicar esto mismo, en unión de un sencillo gráfico, para sondear algo del estado del interior de la Tierra y de la repartición probable de los elementos mas importantes que lo integran, en función de sus densidades y conductibilidades sísmicas, pero el desarrollo de este tema, de interés exclusivamente teórico, exigiría demasiado tiempo.

Conocidas las distancias que median entre el epicentro presunto y tres o mas estaciones sismológicas, ya con arreglo a fórmulas o a gráficos, yá con tablas interpoladas, como las de Zoeppritz-Geiger-Zeissig, buenas, aunque suceptibles de

bastantes mejoras, y un tanto incompletas para las distancias muy considerables, resulta un sencillo problema el calcular la posición geográfica del dicho epicentro, yá por las ecuaciones del Profesor Láska, de Lemberg, o las del Dr. Geiger, de Gotinga, ya por los procedimientos de los Profesores Levitzki, de Jurjev, Zeissig, de Darmstadt o Rosenthal, de Rostoc s/D y del Dr. Klotz, de Ottana, Rudolph y Szirtes, de Estrasburgo, Walker, de Eskdalemuir..., pero nos contentaremos con indicar someramente algo sobre un procedimiento, realmente genial, ideado y llevado a la práctica, con resultados exactísimos en muchos casos, por el eminente sismólogo ruso Príncipe, o mejor Profesor Galitzin, (que así prefería en su modestia le llamasen aquel gran hombre, gloria de su Pátria), y que si bien requiere de ordinario aumentos enormes y péndulos amortiguados hasta la aperiodicidad, como sus magníficos péndulos magnetofotográficos, hemos podido utilizar con gráficos del Wiechert de Zi-ka-wei y de los Cartuja de Granada.

(53 *) Esta proyección muestra la aplicación del procedimiento de Galitzin, fundado en que se puede calcular la posición geográfica de un punto, conociendo su azimut y distancia con respecto a otro, cuyas coordenadas se conozcan.

La amplitud verdadera del primer movimiento P registrado por la componente E—W, dividida por la correspondiente a la N—S dará el valor de la tangente del azimut, y el cuadrante del mismo (o el opuesto) lo dará la dirección al E o al N, o al contrario, esto es + 0 —, de los dichos movimientos, desapareciendo la ambigüedad que quedaba con sólo conocer si el primer movimiento registrado por la componente vertical fué hacia arriba (+), o hacia abajo (—). En este último caso el azimut es el que indican directamente las componentes horizontales, y el opuesto en el otro. Con ese dato, y la distancia, calculada en función de S—P, como vimos ha poco, el problema se reduce al de la aplicación de las sencillísimas fórmulas que veis, sustituibles en su cálculo por el nomograma Rudolph-Szirtes, si bien con menos aproximación que la que dá una buena regla logarítmica.

Tenemos yá que el sismólogo, con el auxilio del sismógrafo, y valiéndose de sencillísimos cálculos, puede desde su gabinete de trabajo determinar en qué sitio de la Tierra acabe de producirse un violento terremoto, aunque el epicentro de éste resulte en los antípodas. ¿Estará también a su alcance calcular el trabajo producido por el dicho terremoto?... Teóricamente el problema nada tiene de imposible,

aunque mucho de complicado, y en principio se resolvería calculando el trabajo necesario para mover al sismógrafo de modo que este trace el gráfico que se utilice como base del dicho cálculo, habida razón de la distancia epicental, la densidad media de la corteza terrestre, la velocidad de traslación de las ondas sísmicas y últimamente la absorción experimentada por estas últimas, para deducir el trabajo desarrollado *in situ* por el terremoto. Un derrubio, el producido en 18 de Hebrero de 1911 en la montaña de Surez, y la potente inventiva del Príncipe Boris Galitzin erigieron el procedimiento que debe emplearse en dichos cálculos y ofreció a la vez un miédio de comprobar su exactitud, hasta del 50 % en los casos muy favorables y $\pm$ 100 % en los corrientes, lo que no es poco en problema tan complicado y donde no ha mucho ni siquiera podian pretender ser las cifras *del órden*.

Como indicábamos en la 1.ª parte, al hablar de la falla del terremoto de Mino Owari y de los derrubios de Servoz y de Goldau, el esfuerzo desarrollado es realmente enorme...

(54 *) Esta proyección muestra de una manera quizás demasiado gráfica, el trabajo desarrollado por el terremoto del 3 de Enero de 1911, muy comparable, por su violencia y área macrosísmica con el de Mino Owari, y que hemos calculado con las fórmulas Galitzin aplicadas al gráfico que nos dió in Granada el Cartuja bifilar de 425 kgs. En la veintena de segundos que duró desarroló el esfuerzo suficiente para levantar hasta la altura del Mubhacen (3.480 metros), un cubo de granito (D = 2,7) de 3.570 metros de lado, y por tanto de $1{,}23 \times 10^{14}$ toneladas de peso, mole inmensa que hubiera exigido para subirla a tan considerable altura cien millones de hombres trabajando durante setenta años! ¡Una hormiga capaz de elevar en un segundo a un centímetro de altura *un sólo grano de trigo* realiza un trabajo que, en relación con el de una potente máquina de vapor de 1.440 caballos, (como las de los buenos barcos de cabotaje), guarda idénticas proporciones al de esta, si lo relacionamos con el del terremoto del Turkestán aludido!... Inclinemos nuestra frente ante el acatamiento del Altísimo, que tanto favorece a tan insignificantes seres, como en realidad lo somos, cuando queremos resistirle en nuestro orgullo, y tan grandes cuando nos humillamos, hasta merecer de Su Inmensa Bondad inmarescible corona de Gloria....

Manuel Maria Sanchez Navarro S. J.
Director de la Estación Sismológica de Cartuja (Granada).

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 9, pag. 470)

D. Pedro Pueros. — Na igreja da Graça (actual séde da freguezia de Santo André e Santa Marinha, da cidade de Lisboa), ao sair da sacristia para o templo, á direita, existe na parede uma lápide de mármore medindo aproximadamente 1 metro por 80 centimetros, e tendo um escudo e uma inscrição. O escudo tem por cima, á maneira usual, um chapeu episcopal de que pendem as seis borlas, e dentro do escudo ha na metade superior tres vieiras, por baixo das quais se erguem tres leões rompantes ocupando a metade inferior. O escudo não é partido. A inscrição diz:

AQUI · IAS · DOM · PEDRO · PVEROS · BISPO
ELEITO · DE MIRANDA · AIO · E MESTRE
DO PRINCIPE · DOM · THEODOZIO · FA-
LEÇEO · A 14 · DE MARÇO · DE 1649

Deste D. Pedro Pueros diz o *Portugal Restaurado,* liv. 3.º: «Era seu mestre (de D. Theodosio) D. Pedro Pueros, irlandez de Nação, virtuoso nos costumes, pratico nas sciencias...».

A chancelaria de D. João IV apenas traz a seu respeito um alvará de moradia (liv. 17, fl. 75 v.) que começa assim: «Eu elRei faço saber aos que este aluara [virem] que avendo resp.to a ter feito m.ce a dom pedro poeros fidalgo de minha casa e meu capelão per outro aluara feito a quatro de abril de mil e seis centos e quarenta e dous, que o alqueire e meio de cevada qùe tem por dia de sua moradia o aja do

*

dito tempo em diante..... em lix.ª a vinte e quatro de agosto de mil e seis centos quarenta e quatro...» (1).

D. Frei José Lancastre, tomo II, pag. 38.—Na sessão do cabido de 9 de agosto de 1681 foi apresentada uma carta deste bispo noticiando-lhe a vacancia da Sé pela sua promoção a bispo de Leiria (2).

D. Frei Lourenço de Castro, tomo II, pag. 41.—Ainda em 14 de fevereiro de 1682 não havia tomado posse do bispado de Miranda, como se vê de uma carta sua escrita de Lisboa ao cabido nesse dia, existente no Archivo do Paço Episcopal em Bragança. Foi confirmado bispo de Miranda a 1 de dezembro de 1681 (3).

D. Frei Antonio de Santa Maria, tomo II, pag. 43.—Foi provido na diocese de Miranda em 9 de abril de 1685 (4).

D. Manuel de Moura Manuel, tomo II, pag. 44.—Em carta sua dirigida ao cabido de Miranda, datada de Lisboa a 19 de janeiro de 1689, existente no Archivo do Paço Episcopal em Bragança, participa-lhe que el-rei o elegera bispo dessa diocese. Nesta carta diz que seu sobrinho Henrique de Moura Manuel o persuadia a não acceitar sob o motivo de se não desviar para tão longe da familia, porém «a lembrança de haver sido Meu Thio o S.or Jorge de Mello Bispo desse Bispado, em cujos subditos sempre experimentou o amor de filhos e elles nelle o amor de Pay» obstava a prestar-lhe assenso. No mesmo Archivo ha a carta regia de 26 de janeiro de 1689 em que el-rei participa ao cabido de Miranda a eleição de D. Manuel de Moura Manuel para bispo dessa diocese.

No mesmo Archivo se conserva um *Relatorio* feito pelo bispo D. Manuel de Moura Manuel para a visita *ad Sacra limina* bastante interessante de que aproveitamos as seguintes noticias.

---

(1) Ao devotado e erudito amigo P.e Ernesto Augusto Pereira Sales, agradecemos as noticias referentes a este bispo eleito de Miranda.

(2) *Acordãos de 1621 a 1688*, fol. 206 v.

(3) Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, tomo 3.º, parte 2.ª, pag. 861.

(4) Ibidem.

A Sé de Miranda tem dez altares; o cabido sete dignidades a saber: deão, chantre, mestre-escola, thezoureiro mór, arcediago da Sé, arcediago de Bragança, arcediago de Mirandella, mais onze conegos prebendados, seis beneficiados a que chamam meios conegos, sem voto no cabido, oito capellães, sete moços do côro, um sacristão-mór, porteiro da maça, sineiro, etc. A mitra rende quatro mil e duzentos ducados de ouro da camera. O cabido disfruta 25 prebendas, a saber: duas o deão, e as outras dignidades e conegos cada um sua; tres dividem-se pelos meios conegos, duas pelos capellães, meia pelos moços do côro e prebenda e meia para a fabrica da Sé.

O Seminario, fundado por D. Diogo de Sousa em 1601 *(sic)* sustenta gratuitamente 12 alumnos pobres e admitte tambem outros que fazem as despezas á sua custa. Os rendimentos do Seminario resultam de pensões sobre a mitra, abbadias, reitorias, curatos, fabricas de igrejas e ascendem a quinhentos ducados de ouro de camera.

Tem o bispado 22 leguas de comprimento, 14 de largura, 324 igrejas parochiaes com 60:000 freguezes pouco mais ou menos. Comprehende uma collegiada — a de Santa Maria de Bragança — governada por um prior e tres beneficiados, que rezam em côro alguns dias da semana, 24 abbadias, 16 reitorias e 2 vigararias perpetuas. As outras parochias são annexas das abbadias, reitorias, etc., e governadas por curas de aposentação dos padroeiros. Ha mais um beneficio simples na igreja de S. Vicente em Bragança e outro na igreja parochial de Santa Catharina de Santalha.

D. João Franco de Oliveira, tomo II, pag. 55. — Tomou posse do bispado de Miranda a 18 de julho de 1701 por procuração passada ao deão doutor Francisco dos Santos Sardo (1).

D. João de Sousa Carvalho, tomo II, pag. 57. — No folio 196 v. dos *Acordãos de 1686 a 1735* á margem de uma acta capitular que trata de cousas inteiramente alheias ao caso, ha esta lembrança: «Hoie dois de Dezembro de 716 fes a sua entrada nesta Cidade o Ill.^mo^ S.^or^ D. João de Sousa Carvalho Bispo deste Bispado. O Arcediago de Mirandella».

---

(1) *Acordãos de 1686 a 1735*, fol. 126.

Como coetanea merece toda a confiança esta nota e por isso deveu ser neste dia e não a 17 de novembro como querem alguns que o bispo fez a sua entrada em Miranda.

Na acta da sessão capitular de 17 de agosto de 1737 dizem os conegos que fallecendo o bispo D. João de Sousa Carvalho na noite de 15 do corrente «era preciza obrigação nossa assistirmos-lhe com os suffragios da sua alma condignos assim por caracter e dignidade Episcopal, como as suas grandes virtudes, e benigna, e saudosa companhia que com agradavel armonia, e correspondencia conservou com este seu cabido, assim em comum, como em particular por vinte e hum annos, sem que no discurso delles faltasse á residencia de hum só dia, nem hũa hora deste seu Bispado exercitando-se em todo o referido tempo em hũa imcomparauel charidade para com todas as suas ovelhas maiormente para com os pobres em attenção de que tudo foi vottado por todos que por oito dias continuos que deuerão principiar no dia de hontem 16 deste mes e findarão em 23 do mesmo inclusiue se lhe dissessem nesta Santa Sé, e conuento de Trinitarios missas geraes por sua alma:» que se lhe fizessem seis officios e «hũa sumptuosa eça, fabricada e illuminada com toda a grandeza, que permita a terra, e que logo se escreuesse ao Pe Guardião de S. Francisco de Bragança para pregar no primeiro officio das exequias, no qual se daria cera de mão a saber, uellas de dois arrateis a todos os R.^{dos} capitulares, e meios prebendados, e de hum arratel para todos os mais ministros da mesma Sancta Sé e familia Episcopal, e clerigos, e mais pessoas nobres officiaes de guerra, e a toda a gente limpa que ao officio assistir, e ao gouernador, e ministros de El Rey, e irmão e sobrinhos de S. Ill.^{ma} [isto é do bispo defuncto] se lhes darão uellas de dois arrateis». Mais assentaram que se mandasse «fazer hũa boa pedra, e campa para a sepultura do Ill.^{mo} S.^{or} Bispo» (1).

Na sessão de 20 de agosto do mesmo anno de 1737 lê-se: «porquanto foi Deus N. S. servido levar da vida presente para sua sancta gloria (como piamente devemos presumir) em 15 do corrente pellas dez horas da noite dia da Festa de

---

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 16. Esta acta foi lavrada pelo então secretario do Cabido Francisco Xavier Aranha, conego doutoral, depois bispo de Olinda, no Brazil. O bispo defuncto tinha consigo uma irmã chamada D. Antonia Maria de Sousa.

N. Senhora da Assumpção Padroeira desta Sancta Igreja Cathedral, ao Ill.^mo^ e Rd.^mo^ S.^or^ D. João de Sousa Carvalho... ficando com sua morte tristissimo este rabanho e destituido de hum tão sancto, como vigilantissimo Pastor e o Bispado Orfão de hum Pay tão charitativo e todo este cabido lastimado na falta de hum Prelado tão benigno que por espaço de quasi uinte e um annos conservou com todos hũa doçe, e amauel companhia» (1).

Na acta capitular de 22 de agosto de 1737 lê-se: «que porquanto o Ill.^mo^ S.^or^ D. João de Sousa Carvalho, Bispo que foi deste Bispado, mandou reedificar de novo as casas e Paços Episcopaes da cidade de Bragança, e com tanta grandeza que nellas se gastarão mais de doze ou treze mil cruzados por forma que estão com boa capacidade e asseyo; e assim se devem conservar durante a Sé vacante para que os Ill.^mos^ S.^ors^ Prelados futuros os achem na forma em que novamente se acham e forão deixados pello Ill.^mo^ Bispo Defuncto» (2); por isso resolvem que se não arrendem a ninguem.

Sobre o Paço Episcopal de Bragança ver o que dizemos adiante nas Addições e Correcções aos bispos D. Frei João da Cruz e D. Frei Aleixo de Miranda Henriques.

Por morte do bispo D. João de Sousa Carvalho, como era costume, procedeu-se a inventario feito pelo corregedor e magistrados judiciaes e foram-lhe encontrados 2:544$200 que era exatamente a quantia por elle destinada em testamento para esmolas aos necessitados avultando entre ellas 200:000 reis aos pobres de Bragança, 200:000 reis ás religiosas enfermas de S. Bento de Bragança, 150:000 reis, ás religiosas de Santa Clara da mesma cidade e igual quantia ás de Vinhaes (3).

Na acta capitular de 30 de agosto de 1737 dizem os conegos: que o bipo D. João de Sousa Carvalho «sustentava por conta das rendas da mitra, e alimentava desde que naceo no convento de Vinhaes a Ex.^ma^ Sr.^a^ D. Francisca de Portugal, e a mesma sustentação e assistencia lhe continuou no convento de S. Bento de Bragança depois que para elle foy

---

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 18.
(2) *Idem*, fol. 20 v.
(3) *Idem*, fol. 22 e 22 v.

conduzida a dita Senhora athé a hora da morte de S. Ill.ma e porque se intendia que esta hera hua das obras pias a que as rendas da Mitra erão obrigadas, e muito mais por ser despeza que por conta das mesmas fazia o senhor Prelado defuncto»; por isso accordaram de lhe continuar no convento de S. Bento de Bragança a mezada de 12:000 reis que era a costumada do bispo (1).

Quem seria esta D. Francisca de Portugal que pelo appellido parece dos condes do Vimioso? Que casos a trouxeram á vida claustral? No convento de S. Bento de Bragança ainda hoje se conserva, no andar superior, uma salla rica, forrada a primor com ornatos e talha de relevo, tudo aberto em fina madeira de castanho, unica no genero em todo o edificio e a destuar das mais sallas todas de forro simples. Seria esta a cella da protegida do bispo?

D. Diogo Marques Morato, tomo II, pag. 61. — Nos documentos officiaes como elle costumava assignar era: D. Diogo Marques Mouratto. Falleceu em Miranda das oito para as nove horas da manhã do dia 29 de dezembro de 1749.

D. Frei João da Craz, tomo II, pag. 62. — Morreu em Miranda a 20 de outubro de 1756 das cinco para as seis horas da manhã (2) e «jaz sepultado na capella mór da Sé de Miranda, na sepultura que astá no meio da primeira fileira ao entrar», segundo se lê em um manuscripto existente no Paço Episcopal em Bragança escrito pela conego Manuel Antonio Pires. Este manuscripto é o rascunho do folheto publicado pelo dito conego intitulado *Opusculo de Considerações Historicas* já por nós tantas vezes citado. Neste mesmo manuscripto se lê a proposito deste bispo: «D. Fr. João da Cruz pelo rigor em censurar os vicios era mal visto de alguns e até dos conegos. Suffria ataques que o deixavam como morto e n'um destes os conegos deram-no como tal e procederam aos funeraes. O sineiro da Sé desconfiando do caso abriu caladamente a sepultura e achou o cadaver do bispo de bruços, signal evidente que fora enterrado vivo e que ainda se voltara no caixão».

A lenda deste bispo enterrado vivo ainda hoje corre; a

---

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 25 v.
(2) *Idem*, fol. 111.

primeira vez que a ouvimos foi, no tempo de estudante em Bragança, ao nosso condiscipulo Manuel Antonio Cameirão, natural de São Pedro da Silva, concelho de Miranda do Douro e actual reitor da mesma freguezia.

O conego Manuel Antonio Pires cortou no rascunho esta parte respeitante á morte violenta do bispo, bem como muitas outras que não apparecem impressas no *Opusculo de Considerações Historicas*. No particular do caso que nos occupa, qual a causa da amputação? seria para aligeirar a obra, como evidentemente se vê de varios outros pontos que supprimiu? não acharia fundamento á lenda do bispo enterrado vivo? ou é que o conego Pires, extremamente bom e piedoso (ainda o conhecemos bem, foi nosso professor e toda a gente o venerava como homem de virtude summa) não quiz divulgar a má nota do proximo, de irmãos no sacerdocio, de seus antecessores capitulares?

Lemos as sessões capitulares respeitantes ás exequias funebres do bispo: nada nos pareceu suspeito. O cabido por conta de quem corriam os funeraes, segundo praxe antiga, aprestou-lhe uma «essa magnifica» a oração funebre foi pronunciada por Frei Francisco de Santo Thomaz, do convento da mesma cidade de Miranda.

Julgamos opportuno apresentar aqui a relação dos conegos que havia em Miranda a 20 de outubro de 1756 e assignaram as actas capitulares referentes ás exequias do mesmo e eleição dos cargos inherentes á vacancia episcopal. São os seguintes conforme os *Acordãos* respectivos:

Manuel Bernardo Lopes, doutor, conego magistral.

Antonio Rodrigues de Araujo, doutor. Já era conego em 1749 e morreu a 2 de maio de 1771.

Gaspar Caetano de Sá Ferreira, mestre escola, depois chantre. Já era conego em 1740.

Simão Preto, conego doutoral, mestre escola. Este e os tres antecessores foram os eleitos pelo cabido na sessão de 11 de maio de 1761 para assestir ao Synodo Diocesano celebrado pelo bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques.

Manuel Calvo Mondragão, doutor.

Manuel de Moraes Sarmento, arcediago da Sé. Já era conego em 1740.

Francisco Pequeno Chaves, arcediago de Mirandella.

Antonio Ferreira de Sá Sarmento. Já era conego em 1740.

Manuel Caetano de Moraes, doutor.

Francisco Luiz Pereira. Já era conego em 1740.

Bento Borges. Já era conego em 1740.
Erancisco Teixeira de Araujo Roda.
Gaspar Rodrigues de Sá. Já era conego em 1724.
Antonio Affonso Cameirão, thesoureiro mór. Já era conego em 1740.
José Rodrigues da Costa, arcediago de Bragança. Já era conego em 1740.
Manuel Gonçalves Gamboa. Já era conego em 1724.

Deviam ser mais dois, mas não os achei assignados nas actas. Alem destes havia mais seis meios conegos, oito capellães, sete moços do côro um sacristão mor, um porteiro da maça, um sineiro e ainda outros serventuarios.

(Continúa).

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 9, pag. 498)

ESCULTORES EM MADEIRA

SILVA (MANUEL DA) — EMSAMBLADOR

Natural de Lisboa, filho de Amador da Silva, tomado por emsamblador da Casa Real por morte de António Vaz Castro, sem vencer moradia nem mantimento. Alvará de 25 de junho de 1670.

VAZ CASTRO (ANTÓNIO) — EMSAMBLADOR

Emsamblador da Casa Real. Sucedeu-lhe por sua morte Manuel da Silva.

VAZ (ANTÓNIO) — EMSAMBLADOR E ENTALHADOR

Natural de Lisboa, filho de António de Castro, tomado por oficial de ensamblador e entalhador, ofícios que vagaram por falecimento de seu pai. Alvará de 27 de abril de 1647 (1).

COIMBRA (FRANCISCO DE) — ENTALHADOR E ESCULTOR

Natural do lugar de Santo António do Tojal, termo de Lisboa, filho de Paulo de Coimbra. El-rei o tomou por seu oficial de escultor. Alvará de 20 de fevereiro de 1663 (2).

---

(1) Torre do Tombo — *Matriculas,* liv. 5, fl. 828.
(2) Idem — Idem, liv. 5, fl. 852.

«Dom Affonso &. Faço saber aos que esta minha carta virem que tendo respeito a ter feito merce a Francisco de Coimbra do officio de mestre escultor da minha caza, que uagou por falecimento de M.el Quaresma, e andar anexo a elle o de aualiador da escultura e emtalhamentos que se fazem nos meus nauios, hey por bem e me praz de fazer merce ao dito Francisco de Coimbra do dito officio de aualiador das obras de escultura e emtalhamentos que se fazem nos meus nauios, com declaração que auendo eu por meu seruiço de lho tirar lhe não ficará por isso minha fazenda obrigada a satisfação alguma, e seruirá na forma que seruira seu antecessor sem leuar ordenado algum de minha fazenda. Pello que mando ao Prouedor de meus Armazens lhe de a posse do dito officio etc. Dada nesta cidade de Lisboa aos uinte e tres dias do mes de Maio. Luis da Costa Correa a fes. Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e seis centos e sessenta e sinco annos. Manuel Guedes Pereira a fez escreuer. El Rej» (1).

FERNANDES (JOÃO) — ENTALHADOR

Entalhador da Lamarosa (Coimbra). Trabalhou por 1651 na Misericórdia de Aveiro.

(Comunicação do sr. Márques Gomes).

RODRIGUES (FRANCISCO) — ENTALHADOR

Da Lamarosa (Coimbra). Trabalhou na Misericórdia de Aveiro por 1651.

(Comunicação do sr. Márques Gomes).

CRUZ (TEODÓSIO DA) — ESCULTOR

Escultor e pintor de imágens. Era casado com D. Ana Josefa Caetana. Consta isto do processo do Familiar do Santo Ofício, fl. 4. — *Belchior da Costa,* 1789.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso VI, *Doações,* liv. 22, fl. 46.

FERNANDES (FRANCISCO) — ESCULTOR

«Despesas de São João Baptista de 1615 até outro tal dia de 1620.

«Dispendeo o ditto Recebedor setenta mil rs q̃ deu a Fr.co Frz maginairo, m.or em Porto alegre, por fazer os dous Retauolos, dos quais leuou outenta mil rs, e lhe estauão dados des mil rs quando fez a escritura. Guaspar Fragoso tabelião, os quais des mil rs lhe ..... de julho de seis centos e dezoito e estão carregados neste liuro a fl. cento e noue».

A fl. 109 se vê que eram os retábulos dos altares colaterais.

«Liuro da fabriqua da egreia matris da uilla de Fronteira. Comesou a seruyr aos seis dias do mes de Junho do anno de seis centos e cinquo annos».

FOÇAS (TOMAZ DE) — ESCULTOR

No dia 17 de março de 1561 compareceu no tribunal do Santo Oficio Pantaleão de la Rocha, genovez, criado do Comendador Mór, que denunciou Tomaz de Foças, genovez, que *esculpe figuras de imagẽs,* porque, encontrando-se os dois, o denunciado perguntou para que levava êle umas Horas de Nossa Senhora, acrescentando que para rezas bastava o coração, que as imagens dos santos se deviam delas tirar e se rio de diferentes orações. (Nota: *Já foi preso*) (1).

FONSECA (BELCHIOR DA) — ESCULTOR

Era natural do Porto e morava em Lisboa, à Cruz de Pau. O pai era Domingos da Fonseca, *imaginário* no Porto, onde aprendeu a sua arte. As testemunhas nenhuma luz dão sôbre o mérito de qualquer dos dois; algumas conheceram pessoalmente a Domingos e muita vez o viram estar fazendo santos.

Belchior foi familiar do Santo Ofício por carta de 21 de janeiro de 1684. Era casado com Maria Antonia (2).

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 140.
(2) Habilitação do Santo Ofício — *Belchior*, Maço 2, n.º 34.

MAGALHÃES (CARLOS DE)

Carlos de Magalhães confessa ter recebido do padre Fr. Damázio da Silva, procurador geral da Ordem de S. Bento, à conta do retábulo do mosteiro de S. Bento de Santarêm, 5 mil reis despois da escritura feita e ter recebido oitenta mil reis. Ficão oitenta e cinco mil reis. 28 de setembro de 1652.

O retábulo foi mandado fazer por Fr. Bento da Glória, abade do mosteiro de S. Bento de Santarêm para a capela do Santo Cristo do Milagre, recebendo 4 mil reis a 20 de fevereiro de 1653. 18 mil reis do resto, o total foi 115$000 reis. 20 de março de 1653 (1).

OLIVEIRA (MANUEL DE) — ESCULTOR

Trabalhou por 1653 na Misericórdia de Aveiro. Documentos do Cartório desta instituição.

(Comunicação do sr. Márques Gomes).

QUARESMA (MANUEL) — ESCULTOR

Natural de Santo Antonio do Tojal, filho de Gaspar Braz. El-rei o tomou por seu escultor. Alvará de 10 de fevereiro? de 1641 (2).

«Eu ElRey faço saber aos que este aluará virem que hauendo respeito as partes e suficiencia de Manoel Coresma, escultor, e a seruir o officio de mestre dos reparos, que vagou por falecimento de Pedro Mendes, seu tio, com satisfação, e a o dito seu tio pedir em sua vida licença para o renunciar nelle, e a boa imformação que delle deu o prouedor dos almazens. Hey por bem de lhe fazer merce da propriedade do dito officio com o qual officio hauerá o ordenado proez e precalços que teue e ouue o dito Pedro mendes e lhe serão pagos no Thezoureiro dos Almazens aos quarteis do anno com sertidão do Prouedor delles de como serue

---

(1) Torre do Tombo — Maço 564 dos Tombos dos Conventos diversos vindos dos Proprios Nacionaes. Convento de S. Bento de Santarem

(2) Idem — *Matriculas,* liv. 6, fl. 157 v.

e he contino no dito oficio e lho deixe seruir e hauer o ordenado proes e precalços Pello que mando a Vasco Fernandez Cesar fidalgo de minha casa Prouedor dos meus Almazens que lhe de a posse do ditto oficio e lho deixe seruir e hauer o ordenado proes e precalços que lhe pertencerem como ditto hé e elle jurara em minha chancelaria aos sanctos Avangelhos que bem e verdadeiramente o sirua guardando em tudo o meu seruiço, e da posse e juramento se fara asento nas costas deste, e querendo lhe eu tirar ou extenguir o ditto officio nem por isso lhe ficara minha fazenda obriguada a satisfação algũa. E este se comprira inteiramente o qual quero que valha como carta sem embargo da ordenação em contrario. Bertolameu dAraujo o fez em Lixboa a dez de feuereiro de seiscentos quarenta e hum. Afomsó de Barros Caminha o fiz escreuer. Rey» (1).

DOIS ESCULTORES NAVAIS

No ano de 1619 fabricou-se em Lisboa por ordem do marquez de Alemquer, vice-rei e capitão no reino de Portugal, um bregantim no qual exercitaram a sua perícia, como escultores, Vicente Gonçalves, visinho de Lisboa, e Adam Wedman, que parece ser alemão. Colhe-se esta notícia de dois mandados de pagamento, assinados por D. Fernando Alvia de Castro. Neles não se designa a qualidade ou natureza da obra executada.

«Vizente Gonçalez escultor vezinho de Lixboa. De los marauedis que Riciue de la hazienda de su magestad a buena quenta de la obra que hizo en el Vergantin que se fabrico en esta ciudad de lisboa por ordem del marquez de Alenquer el ano de 619 para descontar se los quando se le acaue pagar. Hace se le cargo al dicho Vizente Gonçales escultor de ducientos Reales castellanos que valen 6₰800 marauedis de la misma moeda que Recibio del pagador Juan de Corral me... por mano de Agostin Grafion a buena quenta de lo que ymportare la obra que hizo en el vergantin que por orden del marquez de Alenquer virrey y capitan en el reyno de portugal se fabrico en el ano de 1619 de cuyo Recebi-

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João IV, *Doações*, liv. 11, fl. 85 v.

mento dio conocimiento em 29 de mayo del dicho ano que... en la capitania como parece por mandado del Prouedor D. Fernando aluia de Castro de suma de 6#279 reales ¾. Fecho em lixboa a 2 de hebrero de 1621 en cuya virtud se le hace este para descontarse los quando se le acaue de pagar» (1).

«Adan Wedman Escultor residente en Lisboa. De los marauedis que por quenta de Su Magestad Reciue a buena quenta de la obra que hizo en el vergantin que se fabrico en este regno por orden del marques de Alenquer el ano de 1619 para descontarse lo de lo que huuier de auer. Por Mandado del Prouedor D. Fernando Aluia de Castro de 2 de hebrero de 1621 de suma de 6#279 reales se le cargan al dicho Adan Wedman escultor ducientos Reales castellanos que balen 6#800 marauedis de la misma moneda que Recebio del Pagador Juan del Corral me dio a buena quenta de la obra que hizo con ... en el vergantin que se fabrico en este reyno por horden del marques de Alenquer pera descontar se los de lo que huuier de auer quando se le acaue de pagar los quales Recebio de mano de ... grafion como por su carta de pago de 1.º de agosto de 1619 que ... esta en capitania en cuya virtud y del dicho Mandado se le hace este en el ynterim» (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico,* parte 2.ª, maço 340, n.º 133.

(2) Idem — Idem, doc. 132.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

A Defesa Maritima de Porto-Arthur, por Carlos Roma du Bocage. Lisboa, Tip. Universal, 1906.

Comentarios a la seccion 10.ª, titulo IV, livro 1.º del Codigo Civil de 1904 del divorcio y de la separacion del cuerpos, com apendice sobre «*las segundas y ulteriores nupcias*», y outro sobre «*las disposiciones conexas del Codigo del Procedimiento Civil vigente*», por Alejandro Merbaneja. Caracas (Vernezuela), Imp. Volivar, 1904.

VII Congresso Internacional de Dermatologia e Syphiligraphia, por Tomaz de Mello Breyner. Lisboa, Tip. Mendonça, 1912.

Iberica, revista semanal del progresso de las ciencias y de sus aplicaciones. Direccion e administracion: Observatorio del Ebro.

Os Traumatismos Oculares na consulta d'Ophtalmologia do Hospital de S. José no ano de 1912, por S. Costa Santos. Lisboa, Tip. Mendonça, 1913.

Chronicas Internacionaes, por Carlos Roma du Bucage. Lisboa, Livraria Férin, 1914.

Mulheres da Cruz Vermelha — Episodio da conflagração europeia, por Firmino de Vilhena. Aveiro, Tip do «Campeão das Provincias», 1916.

Contribucion al Estudio de la Etiologia y de la Profilaxia de las Diarreas de verano de los niños pequeños en españa, por Enrique Suñer. Valladolid, Tip. e Casa Editorial Cuesta, Macias Pécavea.

A Lenda da Guerra de Franco — Atiradores na Belgica segundo o pamphleto allemão «Ker Franktireurkhieg in Belgien-Gestaendmisse der Belgischen Presse». London, Eyre & Spottiswood, Limited, 1916.

Processos de Transgressão de Imposto de Selo. Angra do Heroismo, Comp. e Imp. na Tip. da Livraria Editora Andrade, 1917.

Os progressos da Ophtalmologia nestas duas ultimas decadas, por Costa Santos. Lisboa, Tip. Mendonça, 1913.

A Reforma do Exercito, por Carlos Roma du Bocage. Lisboa, Tip. da Academia Real das Sciencias, 1883.

Elogio de Raimundo Antonio Bulhão Pato, pronunciado em sessão solene de 7 de dezembro de 1913, por Julio Dantas. Lisboa, Imp. Nacional, 1915.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

Volume 64.º
N.º 11

1917
Novembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

«Famosa gente» — Aos nossos soldados em guerra, por Alfredo da Cunha 547

Néper e a teoria dos logaritmos, por José Augusto Cardoso 548

Correspondencia do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por Edgar Prestage 558

Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 575

Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 580

História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena 589

O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 601

«FAMOSA GENTE»

AOS NOSSOS SOLDADOS EM GUERRA

«... porque os que me ouvirem d'aqui aprendam
A fazer feitos grandes d'alta prova.»

CAMÕES — *Lusiadas.*

Famosa gente! Irmãos no mesmo ideal de Glória,
Que, ao trocardes a paz da nossa linda terra
Pela inquieta e febril embriaguez da guerra,
Levais a esp'rança e a fé! Trazei-nos a vitória!

Ajuntai mais um trecho heróico à nossa história
Que um canto de epopeia em cada fôlha encerra!
Entre os vossos avós há os Doze de Inglaterra:
Segui-lhes o alto exemplo! Honrai-lhes a memória!

E quando, com saudade, ao longe, recordardes
— Lá onde ides colher imarcessiveis palmas —
Da terra vossa mãe o pôr-do-sol, às tardes,

E o explendor das manhãs e o luar das noites calmas,
Sabei que quanto mais de nós vos afastardes
Mais junto da vossa alma hão de estar nossas almas!

Lisboa, 1917.

ALFREDO DA CUNHA.

NÉPER E A TEORIA DOS LOGARITMOS

A teoria dos logaritmos é uma das mais belas e uteis invenções do espírito humano.

LAPLACE.

Num livro de *História das Matemáticas* encontrámos a seguinte biografia do grande génio que se chamou *Jean Néper:*

Néper (Jean) ou Nepair, cujos descendentes se assinam actualmente Napier, nasceu próximo de Edimbourg na Escócia. Concluidos os seus estudos na Universidade de Saint-André, viajou pela Europa, regressando ao seu país com todos os elementos para poder brilhar, mesmo na côrte. Todavia êle não os quis aproveitar para adquirir emprêgos e honrarias; preferiu viver isolado e dedicar-se completamente ao estudo.

Começou por aplicar os recursos do seu talento às discussões teológicas; mas em breve renunciou a êstes exercícios estereis para cultivar as matemáticas. Teve a glória de inventar os *logaritmos,* invenção esta que contribuiu maravilhosamente para o progresso da Astronomia, simplificando-lhe o cálculo.

Néper é tambêm conhecido, como matemático, pelas fórmulas trigonométricas designadas com o seu nome.

O trabalho imortal de Néper é intitulado *Mirifici logarithmorum canonis descriptio,* que foi publicado pela primeira vez em Edimbourg no ano de 1614. Cinco anos depois, seu filho publicou, apenso à obra do pai, o complemento que intitulou *Mirifici logarithmorum canonis constructio.*

A edição de 1620, que encontrámos na Biblioteca da Universidade de Coimbra, traz aquelas duas notícias seguidas já duma resenha dos trabalhos de Briggs.

Néper parte das progressões e representa os seus termos (números) por segmentos rectilíneos.

Considera duas rectas: a primeira gerada pelo movimento dum ponto que descrevesse em tempos iguais *espaços em*

progressão geométrica, e a outra gerada pelo movimento dum ponto que descrevesse *espaços proporcionais ao tempo,* formando assim uma progressão aritmética correspondente à geométrica. Para simplificar supôs que as velocidades iniciais dos dois pontos eram iguais, o que o conduziu a um sistema de logaritmos, cuja base é o número irracional

$$e = \lim_{n=\infty} \left(1 + \frac{1}{n}\right)^n$$

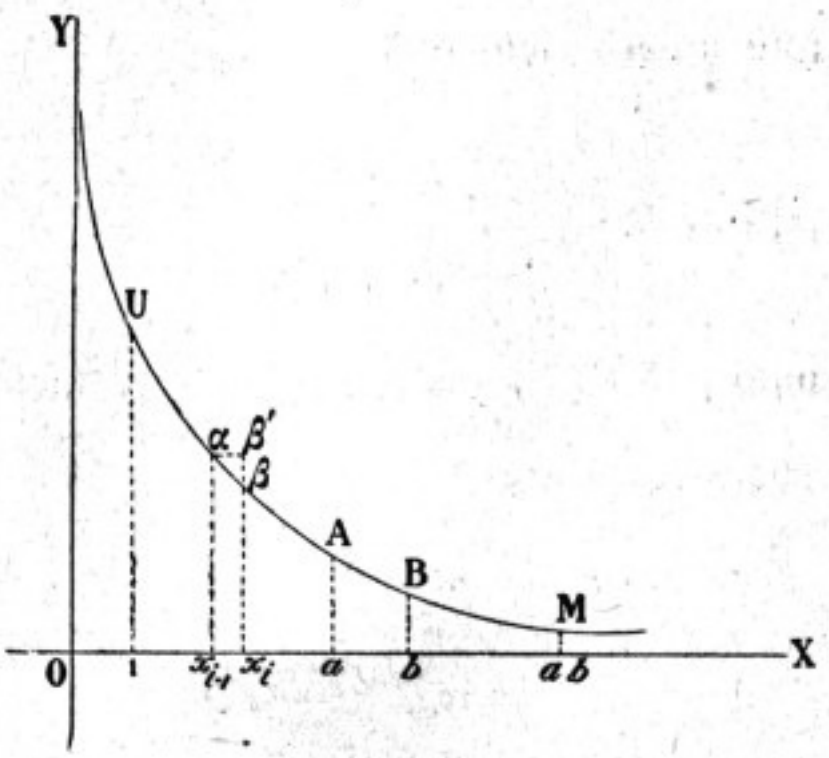
Êste sistema denominou-se de *logaritmos naturais* ou *neperianos.* Mais tarde êstes logaritmos foram chamados *hiperbólicos* em virtude duma propriedade notável que êles exprimem.

Néper não diz no seu trabalho como foi levado à descoberta dos logaritmos. É nosso intento expôr aqui um processo pelo qual se pode chegar a tal resultado.

*

Consideremos uma hipérbole equilátera referida às asimptotas e de módulo igual à unidade. A sua equação é como se sabe

(1) $$xy = 1.$$



De (1) tira-se

$$y = \frac{1}{x}.$$

*

Para o ponto (x_i, y_i) será

$$y_i = \frac{1}{x_i}.$$

Consideremos sôbre o eixo dos X pontos, cujas abcissas estejam em progressão geométrica.

Sendo x_{i-1} e x_i as abcissas de dois pontos tomadas consecutivamente, será

$$\frac{x_i}{x_{i-1}} = r$$

designando por r a razão da progressão.

Pela lei de formação dos termos temos que, se a fôr o termo de ordem n relativamente ao ponto 1, é

$$a = r^n$$

ou

$$r = a^{\frac{1}{n}}$$

Façamos

$$x_i - x_{i-1} = h_i$$

teremos

$$h_i = x_{i-1}\ (r-1).$$

Calculemos a área elementar

$$x_{i-1}\,\alpha\beta' x_i.$$

A sua expressão é

$$h_i \cdot y_{i-1}$$

representando por y_{i-1} a ordenada correspondente à abcissa x_{i-1}.

Temos sucessivamente

$$h_i \cdot y_{i-1} = h_i \cdot \frac{1}{x_{i-1}}$$

$$= x_{i-1}(r-1) \cdot \frac{1}{x_{i-1}}$$

$$= r - 1$$

$$= a^{\frac{1}{n}} - 1,$$

isto é, *para a mesma progressão geométrica as áreas elementares têem um valor constante.*

Se *a* fizer parte da progressão, teremos

$$S_a = \lim_{n=\infty} n\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right)$$

onde S_a^a representa a área 1UA*a*.

Do mesmo modo se *b* fizer parte da progressão, teremos

$$S_b = \lim_{n=\infty} m\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right)$$

designando por S_b a área 1UB*b*.

É sabido que, se *a* e *b* fizerem parte da progressão, também o número *ab* fará e será de ordem $n+m$. Logo representando por S_{ab} a área 1UM*ab*, virá.

$$S_{ab} = \lim_{n=\infty} (n+m)\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right)$$

ou

$$S_{ab} = \lim_{n=\infty} n\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right) + \lim_{n=\infty} m\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right)$$

ou ainda

$$S_{ab} = S_a + S_b. \qquad (2)$$

Fica pois demonstrado que quando *as abcissas variam em progressão geométrica, as áreas compreendidas entre a curva, o eixo dos X e as ordenadas de dois pontos consecutivos variam em progressão aritmética.*

*

O quadro seguinte baseado na relação (2) mostra que, conhecidos os números *a* e *b* e as áreas S_a e S_b, se pode achar o número *a*.*b*, procurando na coluna (1) o número correspondente ao número $S_a + S_b$ da coluna (2).

Abcissas (1)	Áreas (2)
a	S_a
b	S_b
ab	$S_a + S_b$

Esta propriedade corresponde à propriedade fundamental dos logaritmos:

O logaritmo dum produto é igual à sôma dos logaritmos dos fatores.

*

Resta demonstrar que um sistema de logaritmos nestas condições tem por base o número conhecido

$$e = \lim_{n=\infty} \left(1 + \frac{1}{n}\right)^n$$

Com efeito, sabe-se que a base dum sistema de logaritmos é o número, cujo logaritmo é a unidade.

Temos, portanto,

$$\lim_{n=\infty} n\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right) = 1.$$

Pela teoria dos infinitamente pequenos pode-se escrever

$$n\left(a^{\frac{1}{n}} - 1\right) = 1 + \varepsilon \tag{3}$$

sendo

$$\lim_{n=\infty} \varepsilon = 0.$$

De (3) tira-se sucessivamente

$$a^{\frac{1}{n}} - 1 = \frac{1+\varepsilon}{n}$$

$$a^{\frac{1}{n}} = 1 + \frac{1+\varepsilon}{n}$$

$$a = \left(1 + \frac{1+\varepsilon}{n}\right)^n.$$

Passando para os limites, temos

$$a = \lim_{n=\infty} \left(1 + \frac{1+\varepsilon}{n}\right)^n$$

$$a = e^{\lim_{n=\infty} 1+\varepsilon}$$

$$a = e.$$

c. d. d.

*

Em 1624 *Briggs* publicou as primeiras *tábuas de logaritmos* de base 10, aos quais se dá o nome de *logaritmos vulgares*.

Lagrange disse uma vez que *é sempre interessante e instrutivo conhecer o caminho, por vezes laborioso, seguido pelos inventores, porque serve de guia em análogas investigações e esclarece sempre intensamente o assunto de que se trata.*

Aproveitando o conselho do grande mestre, vamos referir-nos ao primitivo processo da construção das *tábuas logaritmicas.*

Suponhamos que pretendiamos calcular o *logaritmo de 2* com sete algarismos exactos.

Como 2 está entre 1 e 10, procura-se primeiramente pela raiz quadrada de 10 o meio geométrico entre 1 e 10 que é $a_1 = 3{,}6127766$ e o meio aritmético entre 0 e 1, que é 0,5000000, seu logaritmo; e, porque 2 fica entre 1 e a_1, calcula-se o meio geométrico entre êstes dois números, o qual

é $a_2 = 1{,}3782394$, e o meio aritmético entre o e 0,5, que é 0,2500000, seu logaritmo.

Agora, como 2 fica entre a_2 e a_1, calcula-se também a média geométrica entre êstes dois números e bem assim a média aritmética entre os respectivos logaritmos achados; e continua-se do mesmo modo a estreitar cada vez mais o intervalo numérico que separa os números em que 2 vai ficando compreendido. Assim, depois dum grande número de tais operações, obtem-se 0,3010300 para *logaritmo de 2,* a menos duma unidade da sétima ordem decimal. E o mesmo laborioso cálculo se pratica para 3 e para os outros números primos até um certo limite, pois que basta o conhecimento dos logaritmos dos números primos para pela sua sôma se obterem os dos números compostos.

*

Indicaremos agora um dos mais antigos e dos mais simples métodos para o cálculo directo dos logaritmos.

Seja, por exemplo, o número 3. Eleve-se 3 às potências 2, 4, 8, 10; 20, 40, 80, 100; 200, 400, 800, 1000 ..., conservando em cada potência sómente o número de algarismos para poder indicar de quantos algarismos consta o resultado final. Suponhamos que, depois de efectuados os cálculos acima indicados, se encontra que $3^{10.000.000}$ se compõe de 4771214 algarismos; conclúi-se imediatamente que

$$\log 3 = 0{,}4771213.$$

Com efeito, seja

$$x = \log 3.$$

Temos que

$$3 = 10^x$$

e também

$$3^{10000000} = (10^x)^{10000000}$$

$$= 10^{10000000\,x}$$

donde

$$10000000\,x = \log 3^{10000000}.$$

Ora $3^{10000000}$ é um número com 4771214 algarismos; o seu logaritmo tem, pois, por característica 4771213.

Logo

$$10000000\,x = 4771213,\ldots$$

ou

$$x = 0{,}4771213$$

com sete casas decimais exactas.

*

Sugére agora uma dificuldade:

Como é que se explica que Néper, partindo das progressões, chegasse aos logaritmos naturais e não aos vulgares, como parecia mais natural?

Eis a explicação:

Seja a progressão aritmética

$$(1) \qquad \div x_1 . x_2 \ldots x_{i-1} . x_i . x_{i+1} \ldots$$

da razão r, e seja a progressão geométrica

$$(2) \qquad \# y_1 : y_2 : \ldots : y_{i-1} : y_i : y_{i+1} : \ldots$$

de razão R.

Para (1) será

$$\Delta x_i = x_{i+1} - x_i = r$$

e para (2) será

$$\Delta y_i = y_{i+1} - y_i = y_i (R - 1)$$

isto é, na progressão aritmética os acrescimos do termo geral são *constantes;* na geométrica são proporcionais ao respectivo termo geral. Por outras palavras: o ponto logaritmo move-se de termo para termo com uma velocidade média constante, o outro com uma velocidade média proporcional ao espaço percorrido. E como na representação prática do movimento só a velocidade média de termo para termo nos interessa, por nas tabelas não figurarem as posições que separam dois termos consecutivos, o movimento em progressão geométrica ficará práticamente defenido, logo que se dê *a velocidade média inicial e o ponto de partida.*

Assim, supondo que a velocidade inicial é igual à velocidade do movimento uniforme e esta igual a 1; e supondo

ainda que o movimento da progressão geométrica fica práticamente representado, logo que se conheçam as velocidades médias correspondentes aos diversos múltiplos da fracção $\frac{1}{n}$ da unidade de tempo, teremos para progressão aritmética

$$+0 \cdot \frac{1}{n} \cdot \frac{2}{n} \ldots \frac{i-1}{n} \cdot \frac{i}{n} \cdot \frac{i+1}{n} \ldots l$$

e para progressão geométrica

$$\div 1 : 1+\frac{1}{n} : \left(1+\frac{1}{n}\right)^2 : \ldots : \left(1+\frac{1}{n}\right)^{i-1} : \left(1+\frac{1}{n}\right)^{i} : \left(1+\frac{1}{n}\right)^{i+1} : \ldots : \mathrm{L}$$

supondo que a progressão aritmética começa por zero e a geometrica começa por 1 e que o intervalo a representar vai de 1 a L.

A 2.ª progressão forma-se segundo a Lei

$$\Delta y = y(\mathrm{R}-1)$$

de harmonia com as hipóteses.

Para

$$n = \infty$$

teriamos a correspondência ponto para ponto com toda a exactidão; mas estabelecer numericamente essa correspondência é práticamente impossível e inútil. Um valor de n suficientemente grande bastará. Assim contentando-nos na representação do movimento em progressão geométrica com uma aproximação inferior a $10^{-\alpha}$, teremos

$$\Delta y = \mathrm{L}(\mathrm{R}-1) = \mathrm{L} \cdot \frac{1}{n} < \frac{1}{10^{\alpha}}$$

donde

$$n > \mathrm{L} \cdot 10^{\alpha}.$$

Nós poderemos tomar em qualquer intervalo um dos extremos por qualquer dos pontos intermediários e, dentro dessa aproximação, ficaremos conhecendo os logaritmos de todos os números do intervalo (1, L).

Quanto à base dos logaritmos assim construidos será representada por

$$\left(1+\frac{1}{n}\right)^n$$

pois que é êste o termo do movimento em progressão geométrica no fim da unidade de tempo.

Na progressão ideal

$$n=\infty$$

seria a base dada por

$$\lim_{n=\infty}\left(1+\frac{1}{n}\right)^n.$$

É esta a chamada base dos logaritmos de *Néper*, embora a base *de facto* dos logaritmos de *Néper* seja um número da forma

$$\left(1+\frac{1}{n}\right)^n.$$

José Augusto Cardoso.

CORRESPONDENCIA DO CONDE DE CASTELMELHOR COM O P.E MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

(Cont. do n.º 9, pag. 484)

Por este tempo achava-se em Roma, para dar a obediencia ao Pontifice, o Marquez das Minas, como embaixador extraordinario de Portugal, e a noticia do fausto com que desempenhava a embaixada, chegou a Turim. Escrevendo ao Confessor, o Conde de Castelmelhor fazia-se patrioticamente ecco dos applausos que rodeavam o magnifico diplomata, embora elle proprio não fosse favorecido pelo Marquez; congratulava-se com «o lustre em que está a nossa nação em Roma» e com os particulares favores dispensados por Clemente X: «certamente o Marquez das Minas fez tudo quanto convinha ao lustre da nação e muito mais que os Italianos esperavão, não o fazendo elles de pouco. Estas noticias vem escritas por pessoas desinteressadas, como de differentes nações» (1).

Nas restantes cartas do anno de 1670 o Conde exprimia o seu desejo ferveroso de voltar a Portugal, dava noticias da sua saude, que continuava a ser boa, e referia o favor que encontrava nos Duques: uma servirá de amostra das outras. Não transcrevo todas, para não cansar os leitores; mas escolho as que offerecem mais interesse entre as seguintes.

R.mo P.e Confessor (2). — A carta que V. R.ma me fez mercê escrever de 12 de agosto recebi e não pode deixar de ser com

---

(1) Codice 4174, fl. 178, e cf. *Monstruosidades*, pag. 109 e seg. Sobre esta embaixada pode ver-se a *Relação da embaixada extraordinaria da obediencia enviada do Serenissimo Principe Dom Pedro á Santidade de N. S. o Papa Clemente X dada pello... Conde de Prado Marquez das Minas*, etc. Lisboa, 1670, de que possuo um exemplar.

(2) Nota á margem: *Particular*.

grande consolação minha, vendo os favores que V. R.ma me continua de fazer. Deos vos pague a V. R.ma, que costuma sempre satisfazer a parte da impossibilidade. Aqui se passa com saude, que não he pequena mercê do mesmo S.r. Tres annos são passados em que tiverão principio os meus trabalhos; parece que não he muito para purgar alguma culpa, se a houvesse, porem não parece pouco para averiguar a verdade da culpa que não houve; he constante que no tempo que tive a meu cargo isto ou aquillo, não matei, não feri e não roubei a ninguem, nem o quiz fazer; porque ainda que eu me não lembrava de que havia de chegar a estes termos, e por esta razão podia cuidar que não era necessario para livrar delles aquellas obras positivas de não fazer aquelles damnos, e era outro o mottivo por donde os escusava, Deos, que queria favorecer-me, me inspirava faser por qualquer mottivo aquillo de que a sua mizericordia se havia de servir para me livrar de meus trabalhos. O peor de todos os homens sy sou; porem não darei grande conta a Deos de me faltar zelo no serviço da terra em que naci.

Desejo viver em minha casa, com minha molher e filhos felixmente, porque viverei com o conhecimento do que he o Mundo. Pesso de graça aos nossos Princepes o mesmo que de justiça me posso prometer da sua igualdade. Tem meus filhos necessidade da minha assistencia, tambem a tem a minha casa; os meus annos e os incomodos da vida que faço ha trez, tambem fasem que a minha pessoa a tenha. Que mal pode vir a ninguem, nem em geral, nem em particular, de que eu receba este bem. Fassa-me V. R.ma mercê de o representar aos Principes nossos S.res que eu estes são os meyos de que me valho para alcançar o que pretendo.

O que fiz em Portugal tem a prova muito de casa, o que fiz fora de Portugal tambem me parece que o tempo o tem mostrado; vim a esta corte mandado, assisto nella ha dezoito meses; pasma o Mundo de que assi seja, com razões que para isso tem; perdoe V. R.ma o desafogo de quem tem tantos enfados, que ainda com todos elles não ponho termos á misericordia de Deos, não querendo merecer a reprehenção que a Escritura dá a quem lhos poz; rogo-lhe e espero que me acuda e que dê a V. R.ma aquella vida e saude que lhe dezejo.

Turim, 15 de outubro de 1670.—Maior servidor de V. Rd.ma —*Conde de Castelmelhor* (1).

---

(1) Codice 4174, fl. 182.

No principio de 1671 o Conde voltou ao seu assumpto predilecto; «estamos em outro anno e permita Deos trazermos nelle a consolação de que me veja em minha casa»... «digo-lhe a V. R.ma sinceramente que pasmão estas gentes, vendo o que comigo se usa» (1). Porem passavam os mezes sem lhe trazer o appetecido allivio, e cansado em fim da demora, deliberava procurar protectores mais altamente collocados. Pensava primeiro em se valer da intercessão de Luis XIV, por ter sabido do embaixador francez na côrte de Saboia que o Rei de França gostosamente interviria em seu favor junto a D. Pedro. Desta idea fez sciente ao Duque, que a approvou, mas receioso de dar um passo no caminho da liberdade sem prevenir o Infante, dirigiu ao Confessor a seguinte carta em que deu conta de tudo com a maior sinceridade.

R.mo P.e Confessor. — Ainda que meu irmão me dá sempre novas da saude de V. R.ma, esta penção em que tenho posto a V. R.ma de cada quinze dias lhe dar o enfado de ler estas quatro regras, não a posso perder. Estimo que V. R.ma logre a saude que eu sou obrigado a desejar-lhe.

A dillação que experimento em conseguir dos Principes nossos S.res licença para poder viver em minha casa, me fez crer ser tempo de valerme da boa vontade que por parte de S. Mag.de Christianissima me certificou aqui o seu embaixador tinhá S. Mag.de de fazer-me mercê; isto supposto, fiz presente a S. A. Real a minha intenção, o que me movia a praticala e o que desejava conseguir. Tudo se reduz, no 1.º ponto, ás mostras que tinha do animo de S. Mag.de Xp.ma, á singular bondade com que S. A. me honrava, á innocencia com que padecia, á necessidade que tinha de me retirar á minha casa e a que a minha casa e filhos tinhão de que eu o conseguisse; no segundo, desejava alcançar dos Principes nossos S.res licença para me retirar e cuidar só no que a ella pertencia, gastando nisto o resto dos dias que tivesse de vida; e ainda que debaixo da protecção de S. A. tinha fundado mui bem as minhas esperanças, comtudo, como *multiplicare intercessores non nocet,* e eu tinha por cousa muito provavel que, entrando S. Mag.de Xp.ma neste negocio, facilmente quizessem os Principes nossos Sn.res de-

(1) Codice 4174, fl. 168.

firir me; pedia a S. A. fosse servido declarar-me se teria gosto que eu procurasse o meyo de o poder conseguir, porque não sendo assi, deixaria todos os meus interesses. Foi S. A. servido responder-me que teria muito gosto em que eu o procurasse, e que tambem, se me fosse necessaria alguma assistencia para isto, ma daria. Este he o negocio em que espero que a minha inocencia mova S. Mag.de Xp ma a dar-me a sua protecção, assi como ja tem movido Suas Altezas Reaes para intercederem com os Principes nossos S.res afim que eu o possa conseguir. Tudo isto busco e tudo vejo que me he necessario, ainda quando estou tam inocente de não ter intentado nada contra o serviço dos Principes nossos S.res e do Reyno, como todo o Mundo conhece; não deixa de me ser alivio aquella consideração, de que se para a inocencia tanto he necessario, que fora para a culpa, se a houvesse, considerando me sem ella.

Pesso o viver em minha casa, curar della unicamente, por meyo de amigos e parentes como são os Principes aparentados (1) dos nossos. Com a ajuda e favor que V. R.ma me faz, espero conseguillo; e se bem a escrevi a S. Mag.de Xp.ma neste correo e não tenho maez probabilidade para alcançar o que pretendo, e aqui supponho já que o tenho alcançado, he só com aquella rasão que os Principes grandes, o mesmo he pedir-lhes que conseguir, quando as suplicas são ajustadas á rasão; e como a minha que refiro tal me pareça, essa he a causa de suppor conseguido o que não passa de intentado.

Não quiz faltar em dar a V. R.ma logo esta noticia para que me fassa mercê apoyar a minha rasão e conciderar que toda será boa para eu a proseguir, quando os nossos Principes acharem que não he contra seu serviço, pois contra este nem se intenta, nem se intentou, nem se intentará cousa nenhuma por my. Ao serviço de V. R.ma me fico muito (2).

Deus guarde a V. R.ma como desejo.

Turim, 14 de mayo de 1671. — Maior servidor de V. Rd.ma — *Conde de Castelmelhor* (3).

Julgo que se pode considerar resposta a esta carta, a noticia que o Conde deu na de 10 de julho, que a Rainha de

---

(1) O original tem *apentados*, que deve ser erro do secretario.
(2) Palavra illegivel.
(3) Codice 4174, fl. 189.

Portugal tinha escripto á Duqueza de Saboia a dizer que «convinha que eu tivesse ainda huma pouca de paciencia; ao que respondi que a teria, e que estando justificado o não ter crime athé agora, e tendo dado aquela prova moral que eu podia de que procuraria não o ter de futuro, era desgraça minha que não podesse vencer com tam bons fundamentos o que qualquer outro com muito diferentes tivera já vencido; que sua Alteza se servisse de entender que eu teria paciencia e rogaria a Deos que ma desse» (1). Não obstante esta recusa informal, o Conde não desanimou, e em 21 de agosto participou ao Confessor: «aqui estou esperando que os Principes nossos S.res se sirvão de pôrem fim a meus trabalhos e que se defira aos rogos de Suas Altezas reaes e de S. Mag.de Christianissima, feitos a meu favor» (2). Tudo foi inutil!

Em 31 de março de 1672, referindo-se ás suas ultimas cartas e a uma viagem que fizera, disse: «por ellas verá V. R.ma o que fiz em França; em toda a parte donde estou, faço conhecer pelas minhas acções que sou vassallo fiel aos nossos Principes, e que não tenho mais queixa que da minha desgraça, pois não haverá ninguem que diga esplicasse eu a minha contra ministro nem particular nenhum desse Reino... Suas Altezas reaes continuão em faserme mercê, cada dia se doem maes da minha disgraça» (3). Da carta de 24 de junho do mesmo ano descobre-se que Castelmelhor foi a França, encarregado duma missão pelos Duques de Saboia: não se sabem as materias que tratava, mas era cargo muito honroso para homem desterrado de sua patria, sob a accusação de crimes graves. Bem se vê que os Duques não o julgavam culpado, antes sabiam perfeitamente os motivos da perseguição eontra elle.

Por todo este tempo o Conde acreditava, ou fingia acreditar, que o Padre Fernandes era «o unico meyo que Deos me deixou a que me possa arimar; bem vejo que tenho que vencer na vontade de algumas pessoas que com menos ajustada consciencia do que devem tratão de indusirem os nossos Principes

---

(1) Codice 4174, fl. 195.

(2) Codice 4174, fl. 199. Fernando Palha publicou duas cartas de Hugues de Lionne de 11 de junho e 14 de agosto em que este ministro informa que Luis XIV gostosamente intercederia junto a D. Pedro em favor do Conde; *op. cit.*, pag. 20 e 21.

(3) Codice 4174, fl. 201.

a retardarem me a licença de me retirar ..... Dis me V. R.ma que a assistencia de França não me será tam proveitosa como a assistencia de Saboya. Eu fui áquella terra com a assistencia dos Principes desta; ElRey me falou nos termos que avisei a V. R.ma. Creyo que me pudera prejudicar, se fora contra a vontade destes Principes; se não tenho fortuna que (1) de fora, tenho fortuna de ser conhecido por estas partes por hum homem que satisfaz as suas obrigações» (2).

As outras cartas do anno de 1672 contem noticias sobre a politica internacional sem interesse especial, vindo intercaladas, já se vê, referencias á sua pretensão de sempre. O anno novo, 1673, encontrou-o mais desesperançado e até melancolico; *vita brevis* é o pensamento que o opprime e já começa a fallar claro, sem rodeios, dos seus perseguidores.

R.mo P.e Confessor (3). — Em verdade que sinco annos e quasi meyo de ausencia da minha casa, com os trabalhos que todos conhecem, tanto nella como na minha pessoa, puderão mover quaesquer animos a ajudar a V. R.ma para alcançar dos Principes nossos S.res licença para me retirar; porem por esta carta de V. R.ma vejo como o negocio não está nestes termos. Não tem ninguem a vida na mão; hontem vimos morrer o Conde de Misquitella em Roma, moço, e nesse Reyno o Marquez de Tavora, que não era velho. Que será da minha casa, se esta hora me chegasse em Turim? Per que crimes dirá na presença de Deos, quem he causa de tantos males, com informar S. A. contra toda a verdade no que me toca, que o fasia; e que restituição se dará a huma casa e aos filhos mininos? Não he maes que huma a vida, e as occasiões da morte, muitas.

Lembre-se V. R.ma de o representar a S. A., pois que Deos o pôs em lugar que o pode fazer; o tempo não se restitue, e eu espero que S. A. tenha campaixão do que padeço e me dê licença para me retirar á minha casa.

Aqui não temos novas de concideração, porque se dizem com tanta variedade as de França que não ha tomar pé em nada; he certo que aquelle Rey conserva as suas conquistas no meyo de tantas e taes armadas, que não he pequena gloria

---

(1) Palavra illegivel.
(2) Codice 4174, fl. 203.
(3) Nota á margem: *Particullar*.

para elle: de todas estas cousas terá V. R.ma dessa parte maes miudas e certas noticias, eu as pesso a V. R.ma de sua saude e muitas occasiões de o servir, a quem Deus guarde como desejo.

Turim, 5 de janeiro de 1673. — Maior servidor de V. R.ma *Conde de Castelmelhor* (1).

Na carta de 3 de fevereiro o Conde tornou a alludir á opinião publica a seu respeito: «pasmão as nações vendo que eu padeço tanto trabalho, e esta terra he huma passagem perenne de todas as nações, que o vem, que o reparão, e que o dizem»; e em 2 de março pedia mais uma vez a intervenção do Confessor junto a D. Pedro em termos commevedores: «Bem tomára não enfadar a V. R.ma com as minhas cartas... porem hum desterrado ha seis annos com as culpas que V. R.ma sabe, que pode escrever que não seja de pena?»..... «por amor de Deus queira V. R.ma representar a S. A. que a morte civil de hum homem carregado de culpas inormes são dez annos de desterro, e que eu, sem nenhuma, graças a Deus, tenho padecido seis. Queira S. A. pôr termo a este trabalho por sua clemencia, permetindo que se me fassa a mym aquella justiça que se faz ao maes miseravel homem de Portugal: se tenho enemigos, ou se os tive, que eu cuido que ninguem o he meu, pois que eu o não sou de ninguem, isto não deve prejudicar o animo de S. A. Não he isto culpa contra o Reino, nem contra a sua pessoa Real; eu espero que V. R.ma intrependa este negocio com hum pouco de calor e que o alcançará».

O Padre Fernandes mettia no negocio o «calor» necessario?

É claro que Castelmelhor não confiava só na influencia e boa vontade do Confessor para conseguir a licença que tanto desejava; em Portugal possuia bons amigos, e sobretudo o irmão Simão, especie de *alter ego*, que cuidava dos negocios do Conde como se fossem seus proprios, e foi por este tempo que Simão de Vasconcellos tinha ensejo de empregar mais um esforço em favor do desterrado, fundamentado na confissão que o antigo ministro Pedro Fernandes Monteiro fizéra antes de morrer. A carta de 12 de março traz a primeira allusão a este successo, que parecia a Castelmelhor destinado a adiantar

---

(1) Codice 4174, fl. 214.

muito a resolução do seu negocio: «Sei que se deu petição em meu nome a sua Alteza em ordem a se lhe pedir que me fosse concedido ir viver com minha familia nesse Reino no lugar que fosse servido, ou que se declarasse qual *(sic)* erão as minhas culpas, porque queria dar satisfacção».

Acrescentou esperar que o Padre Fernandes tivesse prestado o seu apoio, porque o Principe e os ministros já deviam estar informados da declaração feita por Monteiro e das mais provas da sua innocencia. Segundo as *Monstruosidades,* Pedro Fernandes Monteiro era ministro que de humildes principios tinha chegado a occupar os maiores lugares e a adquirir tanta fazenda que testou 400:000 cruzados, deixando ao filho Roque Monteiro um morgado de 14:000 cruzados. Á hora da morte mandou dizer ao Principe (1) que restituisse á sua graça o Conde de Castelmelhor, confessando «que por sua malicia e inveja o calumniára *falsamente* com Sua Alteza, e lhe levantára que lhe queria dar veneno, só pelo ver destruido»; que pela hora em que elle (Monteiro) estava, affirmava que não tivera Sua Alteza nem mais zeloso nem mais fiel vassallo; e que o mesmo confessava de Lucena, ao qual pela mesma causa fizera dar a morte injustamente; e á Marqueza de Castelmelhor, mãe do Conde, mandou pedir perdão do sobredito (2). O auctor do referido livro faz a isso o seguinte commentario justissimo: «Com este desafogo morre um homem criado aos peitos da Egreja; pede perdão da culpa e não restitue os damnos que fez na honra e na fazenda alheia».

Na carta de 29 de março o Conde versou o mesmo assumpto, tomando um tom cada vez mais firme na enumeração das injustiças de que padecia, injustiças de que agora tornava responsavel o Principe, porque este as conhecia e não as remediava. Com effeito, se a confissão de Monteiro de nada valia ao Conde, é porque o desterro não era devido a culpas que o justificassem, mas sim ao medo da influencia que elle poderia tornar a adquirir na administração publica, á inveja dos seus talentos e a odios inconfessaveis. Vejamos o que Castelmelhor escrevia:

R.^{mo} P.^{e} Confessor (3). — Quererá Deus ter dado a V. R.^{ma}

---

(1) Por intermedio de Padre Manuel Fernandes: *vide* a carta de Castelmelhor que se segue.

(2) *Op. cit.*, pag. 208.

(3) Nota á margem: *Particullar: sobre as culpas que lhe punhão.*

tam boas festas de Pasqua como eu lhe sei desejar: não tem ninguem mayores dezejos de que V. R.ma as logre, como tambem não haverá ninguem que tenha mayor obrigação de os ter do que eu.

Quando tomará termo este meu negocio? Já o Mundo sabia que eu não tinha culpa, e antes de que este o soubesse, o sabia eu. Pedro Fernandes Monteiro, que Deus tem, que fasia o terceiro papel desta comedia, em que a minha conciencia era o primeiro e o mundo o segundo, declarou a V. R.ma quaes erão as minhas culpas e dizem morreo com muita lembrança do que me via padecer. Deos o tenha no ceo e lhe perdoe os seus pecados, e repare V. R.ma que eu fui aquelle que tinha trato com Castella, que aclamei ElRey de Castella em Portugal em companhia do duque de Aveiro, e finalmente que quiz dar peçonha a S. A. Se não fui o que quiz, e fiz isto, fui sim o de quem se disse. Se Deos me levara para sy, P.e R.mo, hoje, não morrera desconsolado, pois que vejo que não se contentou a divina omnipotencia com me preservar de culpas inormes, senão que quiz que declarasse o Mundo e o juiz dos taes crimes a minha inocencia; não faltarão outros maes bem afortunados, mas na honra não ha nenhum maes ditoso; não bastão seis annos de desterro, não bastão os fogos com que se purificou a minha verdade, para me conceder S. A. licença para me retirar á minha casa? A que havemos de atribuir esta minha desgraça? Em hum tempo em que a todos se faz justiça, só eu serei aquelle a quem se fassão injustiças, redusindo a culpa que tenho para padecer ao gosto deste ou daquelle. Bem vê V. R.ma que isto nem salva o poder, nem a conciencia, nem a reputação de S. A.: por amôr de Deos queira V. R.ma representar a S. A. o meu negocio, a declaração que fez Pedro Fernandes Monteiro, com o recado que por V. R.ma mandou a S. A. O que diz o mundo e que dirá, se vir que S. A. não atende á justiça de hum vassalo seu. Eu espero que a conclusão seja a que pretendo.

Com grandes esperanças vive o Mundo de huma pax geral, ainda que para a guerra conste que se fazem em França as mayores preparações. Consta tambem que os Holandeses se preparão; será curioso o tratado pelas grandes implicancias de materias que nelle se hão de incluir; em poucos tempos se verá principio do tratado, tendo já convindo as partes do logar. Eu deixo de dar a V. R.ma as novas muito por extenso, porque dessa banda se podem saber quasi no mesmo tempo, e V. R.ma terá notícia maes de dentro, que estas sem-

pre são as a que se pode dar mais credito. Dê me V. R.ma em que o sirva, que o farei com muito gosto.

Deos guarde a V. R.ma muito annos.

Turim, 29 de março 673. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Não sei quem será o Padre Jusarte, mencionado na carta de 9 de junho, «que levou a comição de S. A. para tratar do meu negocio», mas cumpre registrar a declaração patriotica lá feita pelo infeliz desterrado: «se o Reyno tivera occasião em que a minha pessoa com a minha espada, tal qual he, se empregue, seguresse V. R.ma que ninguem o ha de faser primeiro, nem com melhor vontade».

Já me referi aos esforços de Simão de Vasconcellos em beneficio de seu irmão. A carta de 28 de julho informa mais a este respeito, e nella se vê que a indignação do Conde contra D. Pedro ia crescendo, e que o pouco effeito da intercessão dos Duques de Saboia e os gastos excessivos a que era obrigado em Turim o fizeram pensar em sahir sem licença, sem esperar por mais tempo o resultado da sua petição e da confissão de Fernandes Monteiro.

R.mo P.e Confessor. — Sei que V. R.ma tem saude e espero que Deus a conserve a V. R.ma por largos annos.

Algumas instancias tem meu irmão feito e faz ao Principe nosso Sn.r, para que seja servido mandar tomar resolução em huma petição que em meu nome se lhe apresentou: não ha ley humana nem divina por donde eu não possa esperar que S. A. me mande defirir. A minha casa se aruina e tem aruinado com minha ausencia, e eu não tenho fazenda para estar em huma terra donde pago 30 por 100 de ganancias a mercadores e donde hei mister muitos contos de mil reis para poder passar; assi que será forsoso, não me difirindo S. A., ou buscar intercessão a quem S. A. difira maes que á que vim buscar por ordem sua, insinuada por V. R.ma, ou retirar-me em huma terra adonde pague pouco de interesses e me seja necessario só a 4.ª parte do que gasto para poder viver, e com isto dar tempo a que Deos por meyo deste obre. Seguro a V. R.ma que ainda farei hum esforso para supportar este golpe: não me faltará nunca a esperança de

---

(1) Codice 4174, fl. 222.

que Deos me ha de assistir: fassa me V. R.ma mercê de o lembrar a S. A. no que eu ponho a melhor e a mais certa esperança. Não dou novas do Mundo porque V. R.ma as terá mais certas; só digo que as cousas delle não vivem com poucos embaraços. Dê me V. R.ma em que o sirva a quem Deos guarde muitos annos.

Turim, 28 de julho 1673. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Comtudo o Conde ainda hesitava. É que tinha medo de prejudicar a sua situação, tomando qualquer resolução que não fosse do agrado de D. Pedro, e as noticias que recebeu no verão, fizeram-no adiar a sahida de Turim.

«As novas da soltura com que se falou nessa terra, com occasião do perdão geral, me fiserão mudar a resolução que tinha tomado de me sahir daqui, querendo dar maes esta prova aos ministros de S. A., do meu procedimento. Queira Deos que tire della maes proveito do que tirei das que athe agora tenho dado, pois que de todas ellas me acho somente com o fruto de ter destruidó a minha casa. V. R.ma me fez vir aqui, V. R.ma me fez estar, parece que he rasão que depois de tanto padecer inocente se me difira. S. A. deve ter escrupulo de que eu padeça, pois que está seguro que não tenho culpa» (2).

Até então as instancias do Confessor tinham prevalecido contra os proprios interesses e desejos de Castelmelhor, mas em outubro recebeu uma carta do Padre Fernandes que acabou por lhe abrir os olhos. Nella o jesuita voltava a lhe pregar a paciencia nas mesmas palavras que tinha empregado durante quasi cinco annos, insinuando-lhe que fizesse a vontade do Principe e ficasse onde estava. Mas porque, se se andava arruinando sem proveito nenhum? Era demais, e o Conde revoltou-se.

R.mo Padre Confessor (3). — Recebo a carta que V. R.ma me fez mercê escrever de 6 de agosto, e toda a mercê que V. R.ma me faz lhe merece o animo que tenho de seu creado.

---

(1) Codice 4174, fl. 226.

(2) Carta de 29 de setembro de 1673, codice 4174, fl. 228. O perdão geral era para os que tinham incorrido em crime de heresia, os christãos novos. *Monstruosidades*, pag. 207.

(3) Nota á margem: *Particullar*.

Vejo que V. R.ma me diz que não saya daqui; se isto fora mandado de V. R.ma a olhos cerrados obedecêra, porem estimando o conselho, fica me lugar de crer que se V. R.ma fôra inteiramente informado da ruina que ameaça a minha casa, tomára resolução de me aconselhar que buscasse remedio adonde o pudesse achar. Quasi sinco annos de assistencia nesta corte, com officios tam fortes que ella fes a meu respeito, movida da inocencia com que me vê padecer, com tam pouco effeito, me dão suficiente desengano, que não he este o meyo a que se quer difirir. De outra parte as cartas que V. R.ma me tem feito mercê escrever em todo este tempo, muitas com as mesmas palavras que esta, me assegurão da vontade de V. R.ma, porem tambem da minha pouca fortuna. Tenho me aruinado, P.e R.mo, porque V. R.ma da parte de S. A. me mandou vir a esta corte; gasto nella dez mil cruzados todos os annos; se estivera adonde eu determinava estar, gastaria trez; não tenho fazenda para continuar esta assistencia, principalmente vendo que me não aproveita. Irey a França, Inglaterra, e adonde a minha fortuna me ajudar; não se me fará a face vermelha de aparecer, nem os nossos Principes serão desservidos por my em nenhuma cousa; em toda a parte sabem o como eu servi a minha patria, e a minha vista lhes servirá de espanto, vendo que não posso nella conseguir o mais ruim lugar para com minha molher e filhos passar a minha vida. V. R.ma me fassa mercê de segurar a S. A. do que digo. Em toda a parte sou seu vassalo obediente e em nenhuma o hei de desservir (1).....

.....

Quando soube que a Infanta D. Isabel tinha sido jurada por successora da corôa, o Conde mandou os parabens ao Principe, por intermedio do Confessor, e tornou a lembrar o seu caso: «sete annos de campo largo a calumnias de enemigos, não menos de paciencia para a sofrer, e em todos a boca fechada, parece que he tempo capaz de justificar ainda os culpados, quanto maes o deve ser de estabelecer a boa opinião que as minhas acções, pela graça de Deos, merecem» (2); e posteriormente não duvidava insinuar as responsabilidades que perante o Supremo Juiz porventura pudes-

---

(1) Carta de 15 de outubro, codice 4174, fl. 229.
(2) Carta de 1 de março de 1674, fl. 236.

sem caber a D. Pedro e ao seu director espiritual, se as suas reclamações ficassem por mais tempo desattendidas: «lembre-se V. R.ma que a consciencia de S. A. pode não ficar livre de escrupulo, castigando-me com hum desterro que por grandes culpas se costuma dar, sem eu a ter, mas só muitos serviços á Coroa e a S. A., por donde se me podião dar grandes recompensas» (1).

A carta que o Conde escreveu em 8 de junho deixa transparecer mais mentiras inventadas por seus inimigos industriosos para o molestar. Elles é que não se cançavam, embora os protestos inuteis da victima possam fatigar aos leitores das suas cartas. O odio implacavel destes politicos, que teem successores ainda hoje, deu origem á phrase do attingido que faz dó, porque é de quem não encontra refugio: «Eu conheço que Deus me poz em tempo que não devo falar nem ouvir». De tudo faziam armas contra elle: *homo homini lupus.*

R.mo P.e Confessor (2). — Se o P.e Vaz, ou qualquer outra pessoa, tem poder para tentar, bem se sabe que o não tem para tirar ninguem á sua opinião. A forsa do seu engenho poderia tentar com maes aparencia, a rudesa do meu havia de resistir em caso que este fosse o seu fim, com o que bastasse para não ter culpa, nem ainda em o ouvir; isto era suppondo que elle queria tentar, e suppondo que eu o havia de ouvir; do que elle queria, melhor juiso pode V. R.ma faser do que eu, pois terá visto o principio e fim da comonicação que com elle tive; do que eu fiz, tambem ali se vê; finalmente eu já protestei per muitas vezes que só queria viver em minha casa, aonde quisessem, em hum lugar desse Reyno. Parece que era tempo de S. A. se cançar, ouvindo o que contra my se lhe tem dito com tanta falsidade; vencer todas athe agora não ha de aproveitar para que se fassa diferente conceito de quem as diz, ficando sempre vencico com a verdade, e de quem as oppunha, ficando sempre vencedor com a mesma verdade? Não bastou vir me aqui meter quem me impedia de me ir para outra parte adonde houvera maes dificuldade em se provar que falára a este ou aquelle, estivera maes perto e passara com menos despesa: o

---

(1) Codice 4174, fl. 237.
(2) Nota á margem: *Particullar.*

meu engenho não he tam curto que não antevisse que vinha para huma corte adonde não tinha nenhum apoyo, e as anticipadas voses do meu procedimento que naquelles principios se botarão, não só podião faser esta infesta, mas ainda qualquer outra muito menos parcial; teria (me representava) o que alcançasse com o meu procedimento; o que alcancei aqui lá está, o P.e Jusarte, o P.e Beja, que aqui vierão, e as cartas de S. A. e de Mádama o justificão; puz tudo debaixo dos péz, só por não dar a menor sospeita. Seguresse V. R.ma que vivo muito contente de me haver Deos inspirado este caminho. Meu irmão me escreve que S. A. tivera noticia de haver estado aqui o P.e Vaz; já digo eu o não conheço com toda a verdade, por cartas, das que tive em minha vida suas, mandei as copias a meu irmão muito antecipadamente a essa noticia, dellas se verá a minha resolução. O P.e Vaz não he morto, facilmente S. A. pode mandar informar-se ás partes donde elle me escreveo da pessoa que sabia delle, pois na mesma carta se vê o seu nome, do tempo em que ali esteve, e como meu irmão me diz que o P.e Jusarte lhe dissera que já estava em Madrid, ali se pode fazer dillegencia do tempo em que chegou, e tambem do mesmo P.e Eu conheço que Deos me poz em tempo que não devo falar, nem ouvir; se por essas partes houver alguem que me insine o meyo que eu podia ter para não ser buscado do P.e Vaz, eu lhe seguro a V. R.ma que assi como observei athe agora as primeiras duas circunstancias, observava tambem esta. Finalmente S. A. tem meyo para conhecer a minha verdade e a mentíra de meus adversarios, que parece lhes faltava ainda esta para ajuntarem ao rol que Deus terá feito das que tem dito contra my, para que se ouvisse os meus rogos, lhas perdoasse todas; a sua justiça podem temer. Fassa me V. R.ma mercê de representar isto vivamente a S. A. para que se tome comigo resolução, que a merece a minha casa, o meu sangue, os meus serviços, o meu procedimento e a minha paciencia. Dê-me V. R.ma em que o sirva, a quem Deos guarde muitos annos.

Turim, 8 de junho 1674. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Tendo decerto percebido pelas ultimas cartas do Conde

---

(1) Codice 4174, fl. 238.

que este emfim perdéra a paciencia, que, como disse D. Francisco Manuel, é cisterna e não é poço, o Confessor procurava anima-lo com boas palavras a se resignar; mas não conseguio o seu intento, porque a victima não se deixou embalar.

«Bem sei por experiencia e por noticia que não falta V. R.ma em faser me mercê, nem he o meu fim pedir a V. R.ma que ma fassa, porque o conhecimento que tenho do seu animo me assegura que emquanto eu tiver necessidade ma continuará, e assi somente quero agardecer a V. R.ma o favor que me faz. Vejo o pouco que se adianta o meu negocio, he terribel *(sic)* o estado da minha fortuna, a mentira e qualquer fingimento me faz mal, e nenhuma verdade me faz bem, finalmente a minha desesperação só me fará mal, porem terá escusa de alguma maneira com o mundo, ou a tivera vendo se o pouco que se trata de se me fazer justiça. Não tenho desesperado, nem estou n'essa resolução, porem, P.e R.mo, o juiso e a paciencia he limitado em toda a creatura racional e em my maes que em todos. S. A. me deve mandar difirir e V. R.ma deve ser servido representar-lhe que convem assi á sua conciencia. Espero por mão de V. R.ma receber este bem de poder viver em minha casa» (1) ....
.....

Castelmelhor não teve melhor sorte que Sisypho, porque andava sempre na mesma tarefa, sem adiantar nada: logo que refutava uma calumnia, surgia outra. Agora foi accusado de se ter intromettido em negocios publicos, pedindo carta ao Duque de Saboia para que se favorecesse em Roma o negocio da Inquisição, questão que agitava profundamente a opinião portuguesa neste tempo e que deu occasião a uma luta prolongada e renhida entre os christãos novos, apoiados por padres da Companhia, e o Santo Officio, que tinha ao seu lado o clero secular e o povo (2).

Era effectivamente plausivel que numa contenda destas, que interessava a nação inteira, não ficasse fora um homem da envergadura do Conde, e que se entrasse, seria em defeza do tribunal, que, com todas as suas culpas, era popular, e que se via hostilisado por algum dos cortezãos que perseguiam Castelmelhor. Se este tivesse sido menos cauteloso no seu

---

(1) Carta de 21 de julho de 1674, codice 4174, fl. 241.
(2) Vide *Monstruosidades*, passim.

proceder, a trama, cujo intuito era indispôr o governo ainda mais contra elle, teria tido probabilidades de exito.

Eis aqui a sua resposta, que é magistral.

R.mo P.e Confessor (1). — São tam novas as maneiras com que se procura dar má impressão a S. A. do que me toca que podem causar admiração ainda áquellas pessoas cuja industria em inventar meyos para perseguir não tem egual, e o chegar-me a noticia tam tarde pela distancia, faz que ás veses parecerá fóra de tempo a minha justificação. Disem me que sou acusado de que pedi carta a S. A. R. para que se favorecesse em Roma o negocio da Inquisição: aqui havia, entre muitas, duas dificuldades, a primeira que responderia eu a S. A. R. quando me perguntasse que rasão tinha eu para entrar neste negocio, sendo publico e havendo-lhe dito tantas vezes e continuando a diser-lhe que para my não ha máes que viver em minha casa, sem nenhuma noticia de negocio publico: a 2.ª que em caso que me não falasse nisto, como podia eu indusir hum Principe que mandasse falar no interesse de outro Principe, sem saber a vontade do outro Principe cujo era o interesse, e acrecentasse sendo cunhado de tal Principe, e tendo Madama real todos os 15 dias carta da Rainha nossa S.ra, que he certo lhe diria o que eu procurava, e quando menos tomaria tempo para saber se era pró ou contra o seu serviço, demaes que este Principe sofre semelhante gente nos seus estados com os seus interesses, como havia de mandar solicitar contra Portugal aquillo que mandou solicitar em favor de Piemonte. Quem deu esta noticia, conhece pouco a atenção com que os Principes obrão huns nos interesses dos outros, não he bem informado dos negocios de Roma e opunha imprudentemente a quem não só neste negocio publico de Portugal, nem em nenhum particular de Piemonte, quiz nunca falar a S. A. Todas as vezes que posso, lhe digo que me fasem injustiça em me terem fóra da minha terra, que pesso a S. A. que represente ao Principe nosso s.r qual he a minha rasão e o meu procedimento, e daqui não passarei, e em qualquer outra parte fisera da mesma maneira: este negocio não he da minha esfera, necessita de mais alto talento, ou de maes baixo, porque para o bom ou mao effeito necessaria era esta proporção.

---

(1) Nota á margem: *Particullar; sobre o Santo Officio.*

Eu tenho em Roma comonicação com Manuel de Sousa Pereira, mas essa não me dá noticia dos negocios da Inquisição, nem eu a pesso, nem ainda que a pedisse, se me dera. Basta me não ter sahido de Turim em sinco annos: se se me não difirir, já não posso com maes; ou hei de ir para terra pequena adonde gaste menos, ou para grande, adonde como hum cavalhero privado, passe tambem com menos. Fassa me V. R.ma mercê de apertar pelo meu negocio e dar me em que o sirva; a quem Deos guarde muitos annos.

Turim, 3 de agosto 1674. — Maior servidor de V. R.ma. — *Conde de Castelmelhor* (1).

(Continúa).

EDGAR PRESTAGE.

(1) Codice 4174, fl. 242.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 10, pag. 546)

BAPTISTA (JOÃO) — MARCENEIRO

Morador em Santarem. A 13 de julho de 1541 compareceu no tribunal da Inquisição e disse que, indo à quinta de António Gentil, físico, auzente em Mazagão, levar uma imagem de Cristo que êle lhe encomendára, a mulher lhe disse que a não queria lá porque lhe valia mais a sua saude e o seu dinheiro que quantos cristos havia (1).

RODRIGUES (BASTIÃO) — MARCENEIRO

«Guiomar Glz, molher de Bastião Roiz, carpinteiro de marcenaria, morador em esta cidade no poço do chão, freguezia de S. Nicolau».

«Denúncia contra Simão Lopes, ch. n. g.da dalfandega» (2).

RODRIGUES (PERO) — MARCENEIRO

Denuncias de 8 de janeiro de 1541 (3).

ANES (DIOGO) — TORNEIRO

«Carta de privilegio a Dioguo Anes, morador na cidade de Lixboa, por o d'Afonso Estaço nosso brollador que nollo

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 110. No mesmo volume aparecem várias denúncias de marceneiros franceses.

(2) Torre do Tombo — *Denuncias da Inquisição*, que principiam aos 10 de maio de mil bcRiij, fl. 11 v.

(3) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 90.

pedio, por quanto nos ha de seruir de seu oficio em o nosso almazem da dita cidade. Dada em Lixboa, 3 de maio de 1456» (1).

FERNANDES (ALVARO) — TORNEIRO

«Carta de privilegio a Aluaro Fernandez, torneiro, morador em esta cidade de Lixboa, por quanto nos ha de seruir do seu oficio em o nosso almazem da dita cidade. Dada em Lixboa, 20 de julho de 1456» (2).

NUNES (VICENTE) — TORNEIRO

Natural de Lisboa, filho de Francisco Dias. El-rei o tomou por oficial de torneiro por falecimento de Domingos Roiz. Alvará de 12 de março de 1652 (3).

COSTA (RAFAEL DA) — ESPARTEIRO

Natural de Lisboa, filho de Francisco Fernandes, tomado por esparteiro da casa real, ofício que vagou por falecimento de Manuel da Cunha. Alvará de 29 de julho de 1666 (4).

CUNHA (MANUEL DA) — ESPARTEIRO

Natural de Lisboa, filho de Antonio da Cunha. El-rei o tomou por seu esparteiro por falecimento de Antonio Ferreira. Alvará de 7 de julho de 1663 (5).

NAPOLES (SEBASTIÁO DE) — ESPELHEIRO

«biij^{e} rs. que deu ẽ xxbij de setenbro (1540) a Bastiam de Napoles, espelheiro, dalimpar hũu espelho daço» (6).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 149 v.
(2) Idem — Idem, liv. 13, fl. 9 v.
(3) Idem — *Matriculas*, liv. 5, fl. 833.
(4) Idem — Idem, liv. 5, fl. 857 v.
(5) Idem — Idem, liv. 5, fl. 853.
(6) Idem — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 139.

FERRADORES

GARCIA (NICOLAU)

«Eu elRey faço saber aos que este meu alluara virem que eu ey por bem e me praz que Nicolao Guarcia, italiano, meu moço da estribeyra, que veyo por ferrador e allueytar com os meus cauallos de Napolles, posa vsar do dito oficio de ferrador he allueitar em minha corte e na cidade de Lixboa e em todos os mais luguares de meus Reynos e senhorios sem os juizes do oficio nem outros quaees quer oficiaes e pesoas lhe porem a iso duuida nem empedymento allgũu por dizerem que não he examinado no Reyno, por quanto pella boa emformação que tenho da sua belydade e saber nas cousas no dito oficio ey por bem que posa vsar delle sem o dito exame sem embarguo de quaees quer Regimentos, prouisões ou pusturas das camaras que em comtrayro aja, e mãdo a todas minhas justyças, oficiaees he pesoas a que este alluara for mostrado he o conhecimento delle pertencer que o cumprão, guardem e fação inteyramente comprir he guardar como se nelle conthem, o qual ey por bem que valha, tenha força he viguor como se fose carta feyta em meu nome per mim hasynada e pasada por minha chancelaria sem embarguo da ordenação do 2.º liuro t.º 20 que o contrairo despoem. Gaspar de Seyxas o fez em Allmeyrim a xxbij de novembro de jb^{e}lxx. Jorge da Costa o fez scprever» (1).

MARTINS (GONÇALO)

«Carta de apousentado a G.º Mīz, ferrador que foi do infante D. Pedro, morador em a cidade de Coimbra. Dada na Lourinha, 1.º dagosto de 1449» (2).

MININO (LOURENÇO)

«Carta de privilegio de D. Duarte a L.ço Mynyno, por quanto ouuemos enformaçã que he hũu notauel alueitar e

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 27, fl. 133.

(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 124 v.

nos serue continuadamente em cousas de seu oficio. 5 de janeiro mil iiij^{c} xxxij. — Confirmada a xxiiij de julho de mil iiij xxxix» (1).

LAPIDÁRIOS

FERNANDES (DUARTE)

Lapidário, nascido em Anvers, irmão de Manuel Fernandes de Leão. Denúncias da Inquisição de 1585 (2).

SOARES (PERO)

«Dom Filipe etc. faço saber que P.º Soares, lapidayro, morador nesta cidade me enviou dizer que pre sentença do doutor Belchior Pimenta fora condenado em degredo por toda a vida pera o Brazil por lhe ser achado hum pistolete com munição, e fora embarcado pera as ditas partes, onde estevera pro espaço de seis anos, como constou das certidoens que ofereceo e pro adoecer nas ditas partes de doença gravicima fora mandado convalecer a natureza e pro que se procedera comtra elle humanamente sendo menor e sem se defender como devera, me pedia lhe cumutase o dito degredo para Africa e receberia merce. E visto seu requerimento, hey pro bem e me praz, se asim he como diz e mais não ha, de lhe cumutar o degredo prepetuo em que era condenado pera o Brazil pella culpa que declara em sua pitição em oyto anos pera os lugares de Africa, visto o que alega e o tempo em que pedia esta comutação, pelo que vos mando etc. ElRey nosso Senhor o mandou pelos doutores Luis Machado de Gouvea e Francisco Vaz Pinto etc. Migel d'Azezedo o fez em Lixboa a quatorze dabril de seis centos e dezasete. João da Costa o fez escrever» (3).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 18.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 239. Nos volumes VI e VII aparecem várias denúncias de lapidários franceses.
(3) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe II, *Legitimações e Perdões*, liv. 2, fl. 165 v.

VAZ (PERO)

Numa carta de quitação aos rendeiros das sizas da casa da suplicação, lê-se a verba seguinte:

«E oytocentos rs. a A.º Eanes, morador em Visseu, jenrro de P.º Vaaz, lapidairo, de hũu preuilegio».

«Esta carta de quitação foi dada em Lixboa a dez dias de junho de mil iiij^{c}lb anos» (1).

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merce a P.º Vaaz, lapidairo, teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy de iiij^{c}lb en diante, ẽquanto nossa mercee for, meya peça de pano de bristoll em pano aallem doutra meya peça de pano de bristoll, que de nos ha, do quall pano auera pagamento per carta que lhe en cada hũu anno sobrello sera dada em nossa fazenda. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta synada per nos e asseellada do nosso seello pendente. Dante em Euora biij dias de janeiro. P.º Afonso a fez anno de nosso Senhor Jhũ X.º de mil iiij^{c}lbj» (2).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 73 v.
(2) Idem — Idem, liv. 15, fl. 124 v.

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 10, pag. 540)

Outro sim os bispos, com pequeno auxilio do cabido sustentavam de partido dois medicos por conta dos rendimentos da mitra par curar de graça os pobres da cidade, os passageiros, os conegos e os mesmos prelados (1).

A harmonia entre os conegos nem sempre foi cordial descendo algumas vezes a injurias e a vias de facto (2): quinze annos antes houve a grande scisão entre os conegos por causa do exercicio jurisdiccional do vigario capitular Francisco Xavier Aranha que motivou o desterro de sete capitulares para vinte leguas fora do bisbado (3).

Alem disso era então avultado o numero dos familiares dos bispos — economo, esmoler, famulos, capellães, escudeiros, serventes, cosinheiros, pagens de liteira, archeiros, etc. — tudo gente que perdia a situação logo que o bispo morria.

Nestes termos, dando mesmo de barato que o corregedor e mais officiaes de justiça não attentassem n'um crime praticado ante as proprias barbas: que os olhares do povo não incidissem sobre a morte de um bispo, caso então de tanta sensação e sobre o seu cadaver fatalmente exposto por largas horas ás suas vistas: que os medicos se callassem ante a perspectiva de arriscar sua competencia profissional: que toda a communidade do convento de Miranda, o clero da

---

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 31 v. *Idem, de 1547 a 1598*, fols. 16, 18 v., 81, 146, 155, 180 *Idem de 1621 a 1688*, fols. 28, 195, 235 v.

(2) *Acordãos de 1547 a 1606*, fols. 9, 104, 219, 219 v. *Idem, de 1547 a 1598*, fols. 163 v., 173 v. *Idem, de 1606 a 1525*, fols. 24 v., 25, 27, 33, 38 v., 48 v. *Idem, de 1621 a 1688*, fols. 19, 39, 51 v., 59.

(3) Veja-se o tom. II, pag. 59, destas *Memorias Archeologico-Historicas*.

cidade e arredores, sempre convocado para assestir aos funeraes dos prelados ficasse estranho ao caso, como é crivel que desasseis conegos divididos por antigas rixas, homens no ultimo quartel da vida na maior parte, os beneficiados e capellães, se concertassem para tão escandaloso e perverso fim sem que a mutua desconfiança lhe visionasse a perspectiva do segredo trahido com suas ignominiosas consequencias? e como é ainda crivel que o caso se passasse sem que os familiares do defuncto, que com a vida lhe garantia a subsistencia, protestassem e deixassem consumar o crime?

Os dois seguintes documentos algo fazem ao que levamos dito. Dizem elles:

«Ex.mo e R.mo S.or — Mais vezes repetiramos esta nossa afectuosa deligencia, senão repararamos em roubar o tempo a V. Ex.cia que julgamos tão necessario para o bem publico, mas agora se nos faz indispençavel hir aos pés de V. Ex.cia pedir com omilde rendimento as boas noticias que muito desejamos da felicidade de V. Ex.cia a qual N. S.or prospere para nosso gosto e consolação deste Bispado pois todos incessantemente suspiramos pela desejada vinda de V. Ex.cia.

«No principio desta vacante se acentou nesta menza concervar os dous medicos, que tambem concervava, o Ex.mo S.or Prelado defunto, pelos motivos e razoins ponderas (*sic*, ponderadas?) no acordão que se acha no nosso livro cuja copia remetemos a V. Ex.cia com os mesmos partidos que nella se declarão que até agora se lhe tem satisfeito, e de que tambem damos conta nas desta mesma ao Tribunal em Lisboa para ellas destinado, de que athe ao prezente não temos rezulta alguma, pro nem contra. Como porem agora sahem estes salarios do rendimento da mitra que a V. Ex.cia pertence pomos na sua prezença esta materia para que seja cervido inçinuarnos se os devemos continuar na mesma forma athe a vinda de V. Ex.cia como tambem acistir com botica alguns pobres emfermos e necessitados como athe aqui temos praticado, porquanto desejamos obrar, assim neste como em todos os particulares, o que for do gosto, e agrado de V. Ex.cia a cujas despoziçoens fica rezervada a nossa vontade. Deus Guarda a V. Ex.cia» (1).

---

(1) *Copiador das Cartas*, fol. 12 v. Este *Copiador das Cartas*, é um

«Senhor. — O Deão, Dignidades, e conegos, cabido desta Santa Igreja cathedral de Miranda, prostrados, com a mais reverente submissao, aos Raays pés de V. Magestade noticiamos que no dia vinte do prezente mez entre as cinco e seis horas da manhãa, deu a Alma a Deos o nosso Ex.mo Prelado Dom Frey João da Cruz de hum accidente apopletico, por cujo motivo foy a sua morte quasi subita; porem não o achou tão desprevenido que não recebesse no ultimo trance o Santo Sacramento da Extrema Unção, e no dia antes o da Penitencia e Communhão circunstancias que nos fazem menos sensivel a sua falta. Com incessantes supplicas recorremos ao Ceo, e á soberana providencia de V. Magestade que nos dê hum Pastor tão zeloso, e vigilante, que em tudo procure a honra de Deos, ao qual continuamente pedimos, que pera o mesmo fim, e gloria de todo o lusitano imperio guarde, e prospere por muytos annos a Augustissima Pessoa de V. Magestade. Miranda e cabido 21 de Outubro de 1756» (1).

No Archivo do Paço Episcopal em Bragança conserva-se o titulo de compra de umas casas na rua do Espirito Santo «defronte do corpo da guarda desta cidade com seus altos e baixos e com seu quintal e arbores» feita pelo bispo de Miranda D. Frei João da Cruz ao padre João Baptista Tameirão, natural de Bragança por 740:000 reis a 13 de novembro de 1753. As casas confrontavam, de uma parte com o

---

folio manuscripto de papel almasso, capa de pergaminho, existente no Archivo do Paço Episcopal em Bragança, que tem no termo de abertura o seguinte titulo: «Este Livro hade servir para nelle se copiarem as Cartas que a Meza escrever a El-Rey, Prelados, Titulos, Generaes, Cabidos e Ministros, como dispoem o nosso Estatúto 18 que eu Francisco Xavier Aranha, conego doutoral e Secretario do Muito Illustre Cabido rubriquei e numerei de seu mandado hoje Miranda e Cabido 13 de Julho de 1736. Francisco Xavier Aranha».

Este precioso codice está incompleto, apenas abrange até ao folio 69 faltando os seguintes e tambem os anteriores desde folio 48 a 67.

A carta acima transcripta não tem data, mas pela resposta do bispo eleito (D. Diogo Marques Morato) datada do Porto a 18 de julho de 1739 que vem copiada no mesmo livro logo a seguir, calcula-se que seja alguns poucos dias anterior. Nessa resposta, o bispo eleito concorda em que se mantenham os dois partidos medicos e que se assistam os enfermos pobres com remedios gratuitos de botica.

(1) *Copiador de Cartas,* fol. 25. A descripção deste codice está já noutro documento.

bispo comprador (1), da outra com Miguel Ferreira. E o quintal dessas casas parte com Antonio de Almeida e com o doutor José Antonio de Sousa Pimentel e com a rua junto das muralhas del-rei (2). Pelo bispo, como procurador, assignou o doutor Antonio Esteves Pinheiro de Figueiredo, seu mordomo, dezembargador da Meza do despacho episcopal e visitador ordinario da diocese.

Muitas vezes ouvi dizer a minha mãe que parte das casas do Paço Episcopal de Bragança fôra comprada por um tio dos seus ascendentes, este tal doutor Antonio Esteves Pinheiro de Figueiredo, mordomo do bispo. Não posso agora identificar-lhe a linha genealogica; quer-me parecer porem que seria tio do doutor Antonio José Pinheiro de Figueiredo Sarmento (bisneto de meu sexto avô materno Pedro Esteves), natural de Rabal, concelho de Bragança, cavalleiro professo na Ordem de Christo (3) que teve carta de brazão d'armas passada a 4 de março de 1796 (4), Juiz de fora da Capitania de Benguella por despacho de 7 de maio de 1779 (5), Provedor dos defunctos e ausentes da mesma Capitania por despacho de 26 do mesmo mez e anno (6) e ainda Provedor da Fazenda Real da mesma por alvará do dia 21 desse mez e anno (7).

No intuito de corrigir o equivoco do *Archivo Heraldico-Genealogico* que dá Antonio Esteves Pinheiro como avô materno de Antonio José Pinheiro de Figueiredo Sarmento sendo que do proprio processo de habilitação para a Ordem de Christo e dos assentos do registo parochial que examinamos no Archivo da freguezia de Rabal se mostra que era Francisco Esteves, irmão de João Esteves, meu quinto avô materno e de apontar as datas genealogicas que faltam damos o seguinte esboço da sua arvore de geração.

---

(1) Era a parte reedificada pelo bispo D. João de Sousa Carvalho.
(2) Ver tomo I destas *Memorias Archeologico-Historicas*, pag. 268.
(3) Archivo da Torre do Tombo, *Habilitações da Ordem de Christo*, maço 33, n.º 13, lettra A.
(4) Sanches de Baena, *Archivo Heraldico Genealogico*, parte I, pag. 62.
(5) *Chancellaria de D. Maria I*, liv. 12, fol. 191 v. e liv. 13, fol. 311 v.
(6) *Idem*, liv. 80, fol. 208.
(7) *Idem*, liv. 13, fol. 311.

Pedro Esteves
e
Anna Affonso

João Esteves (1674–1717) — Francisca Rodrigues (–1717)

Manuel Esteves (–1775) — Maria Affonso (–1792)

José Affonso (1732–1788) — Maria Esteves (1732–1798)

Francisco Esteves, de Rabal. (1765–1844) — Maria Affonso, de Rabal. (1773–1848)

Antonio Esteves, nasceu em Rabal a 6–3–1812, morreu em Baçal a 15–12–1872. — Maria Thereza Vicente, de Baçal. (1816–1869)

Francisco João Alves, nasceu em Baçal a 28 de junho de 1834 e ahi morreu a 9 de agosto de 1893. — Francisca Rosa Esteves, nasceu em Baçal a 9 de março de 1845 e ahi morreu a 2 de março de 1912.

Francisco Manuel Alves, actual Reitor de Baçal, onde nasci a 9 de abril de 1865.

Antonio José Pinheiro de Figueiredo Sarmento, nasceu em Rabal a 26 de agosto de 1752 e ahi haviam cazado seus paes, que tinham burguezmente os nomes de Miguel Pires e Luzia Esteves, a 9 de fevereiro de 1749. Sua mãe morreu na mesma freguezia de Rabal a 5 de setembro de 1770.

Onde iria este meu ascendente collateral buscar os appellidos de Figueiredo Sarmento sabido que só o de Pinheiro existia na familia de Rabal? seria á avó muterna, conforme Sanches de Baena e as *Habilitações da Ordem de Christo* apontam? enxerta-las-ia elle um pouco heterogeneamente na arvore genealogica visto que os assentos do registo parochial de Rabal nenhuma menção de taes appendiculos fazem e seria por isso que o processo das *Habilitações,* feito á pressa em Lisboa onde o agraciado então residia occupado na leitura do Desembargo do Paço, sob pretexto de ter de ir tomar

conta do juizado de Benguella, não tem nenhuma certidão de idade e cazamento dos paes?

Se os fumos das eminencias burocraticas alçapremados pelas *massas* do tio economo do bispo D. Frei João da Cruz se lhe objectivaram na partitura heraldica as do capitalista Antonio José Pires Grandaes, um dos fundadores do Banco de Portugal (1), tio direito de minha avó materna Maria Thereza Vicente, sua universal herdeira conjuntamente com seu irmão José Antonio Vicente, jámais o estontearam a ponto de tentar transpôr a esfera de lavrador herdada de seus paes.

D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, tom. II, pag. 66. —A 7 de maio de 1764 declarou José Antonio de Sousa Pimentel, solteiro, de Bragança, que elle era terceira vida no praso de que são direito senhorio Francisco Ignacio Borges Rebello e sua mulher D. Marianna Josefa Joaquina de Athaide e Vasconcellos, morgados de Quintella de Lampaças, termo de Bragança. Esse prazo constava de uma cortinha no sitio chamado as Cortinhas contiguas á cidade de Bragança, «junto á Estacada que vae de S. Bento para o terreiro de Santa Clara que leva de semeadura quatro alqueires de trigo e parte pelo nascente com cazas delle dito José Antonio de Sousa Pimentel, pelo norte com caminho que vae entre a mesma cortinha e a Estacada e pelo poente e sul com quintal dos Passos da Excellentissima Mitra». Mais declarou que vendia essa propriedade á Mitra deste bispado «para mayor comodidade da residencia do Ex.^{mo} e Rd.^{mo} S.^{or} Bispo actual D. Fr. Aleixo de Miranda Henriques e seus successores» por 150:000 reis com obrigação apenas de pagar ao direito senhorio 1800 reis de pensão annual (2). Incluida no texto deste titulo de venda vem a auctorização dos morgados de Quintella ao José Antonio de Sousa Pimentel para vender.

Ha outro titulo passado a 9 de maio de 1764 da remissão do fôro que pagava a cortinha acima de 1800 reis remido por 80:000 reis (3).

Daqui se vê que o Paço Episcopal de Bragança é obra dos

---

(1) Portugal, *Diccionario Historico*, artigo — Pires Grandaes.

(2) O documento original desta venda conserva-se no Atchivo do Paço Episcopal em Bragança.

(3) Conserva-se no mesmo Archivo.

tres bispos, como mostram os documentos apontados e se vê da estructura do edificio: a parte central, dividida das outras por cunhaes de cantaria, ostentando na fachada as armas de D. João de Sousa Carvalho é reedificação deste; os dois edificios quasi eguaes accrescidos em uma e outra extremidade e alinhando com ella por forma a formarem a comprida fronteira que hoje tem, dando ao todo aspecto regular, foram comprados e adoptados pelos bispos D. Frei João da Cruz e D. Frei Aleixo de Miranda Henriques.

D. Frei Aleixo de Miranda Henriques tomou posse da diocese do Porto a 18 de setembro de 1770 (1) e devia ser eleito bispo de Miranda em 1757 pois que no Archivo do Paço Episcopal em Bragança se conserva uma carta sua datada de Braga a 17 de maio desse anno em que participa a sua eleição ao cabido.

D. Manuel de Vasconcellos Pereira, tom. II, pag. 71. — Tomou posse do bispado de Miranda a 17 de maio de 1771 por procuração passada em Lisboa a 13 de abril desse anno a Thomaz Gomes da Costa, abbade de Lamalonga, diocese de Bragança que nomeou governados do bispado. Para Vigario Geral nomeou o doutor Francisco Vaz de Quina, commissario do Santo Officio e reitor de Iffanes. O auto da posse deste bispo, bem como a copia do processo da Bulla — *Pastoris Aeterni* — de 10 de julho de 1770 que dividiu em dois o bispado — Bragança e Miranda — encontra-se em um livro manuscripto, folio, capas de pergaminho, de 48 folios apenas escritos os primeiros nove e os mais em branco, existente no Archivo do Paço Episcopal em Bragança intitulado — *Registo 1771-1777* —.

D. Miguel Antonio Barreto de Menezes, tom. II, pag. 72. — Estava já eleito bispo de Bragança a 16 de outubro de 1770, como se vê de uma carta sua datada de Lisboa neste dia e dirigida ao cabido de Bragança, guardada no Archivo do Paço Episcopal da mesma cidade.

No folio 7 do *Registo 1771-1777*, acima descripto diz-se que tomou posse do bispado de Miranda a 4 de outubro de 1773 por procuração passada em Bragança nesse mesmo dia ao padre mestre Frei José Telles, jubilado em Theologia,

---

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 152 v. e 189.

governador do bispado pelo mesmo bispo. E no folio 21 v. do citado *Registo* vem transcripta a Bulla do Papa Clemente XIV de quatro dos idus de julho (12 de julho) de 1773 que o confirmava em Miranda.

No folio 189 dos *Acordãos* de 1736 a 1812 tambem se diz que tomou posse do bispado de Miranda a 4 de outubro de 1773.

Ao renunciar o bispado de Miranda para juntamente com o de Bragança constituir um só reservou para si a pensão de tres mil cruzados pagos pela força das rendas das duas sés como se vê dos recibos por elle assignados declarando que a recebera existentes no Archivo do Paço Episcopal de Bragança.

D. Bernardo Pinto Ribeiro Seixas, tom. II, pag. 73. — Conserva-se no Archivo do Paço Episcopal em Bragança uma sua carta datada de Lisboa a 15 de janeiro de 1773, dirigida ao cabido dando-lhe parte que el-rei o elegeu para bispo da diocese de Bragança. Tomou posse da diocese a 10 de outubro de 1773 (1) e morreu em Bragança a 9 de setembro de 1792 pelas onze horas do dia após prolongada molestia havendo sido acommettido por um estupor em 13 de agosto anterior (2).

D. Antonio Luiz da Veiga Cabral e Camara, tom. II, pag. 75. — No mesmo dia da morte do bispo D. Bernardo Pinto Ribeiro Seixas, isto é a 9 de setembro de 1792, escreveu o eabido a D. Antonio Luiz da Veiga Cabral e Camara para que viesse tomar conta do governo do bispado, pois estava nomeado cuadjutor e futuro successor do prelado fallecido. Por carta datada da Mofreita no dia dez respondeu: o meu «desejo he não me ingerir em materias, e governo, senão quando me incumbir espiritualmente esse onus» recommendando entretanto que participem á côrte esta sua resolução e accrescentando: que ficava «prompto para se conformar em tudo com a de Sua Magestade» (3).

Mas na sessão capitular de 5 de outubro de 1792 em vir-

---

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 189.
(2) *Idem*, fol. 70, e *Copiador de Cartas* (manuscripto do mesmo Archivo), fol. 43.
(3) *Idem*, fol. 170 e verso, onde vem transcriptas a carta do cabido e a resposta do bispo.

tude de uma carta do secretario de estado dos negocios do reino José de Seabra da Silva foi incumbido do governo do bispado mesmo como bispo eleito emquanto de Roma não vinham suas bullas confirmatorias (1).

Na sessão capitular de 31 de julho de 1797 resolveu o cabido continuar a obra da Sé começada pelo bispo D. Frei Aleixo de Miranda Henriques na cêrca do Seminario de Bragança, obra collossal de que ainda vimos os alicerces e se desfizeram no accrescimo feito ao Seminario pelo bispo D. José Alves de Mariz. D. Antonio da Veiga approvou esta resolução pela Provisão de 9 de setembro de 1799 (2).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Acordãos de 1736 a 1812*, fol. 172 v.
(2) *Idem*, fol. 196, onde vem transcripta a Provisão.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 9, pag. 462)

Inaugura-a a célebre e mui discutida batalha de Ourique, ferida no dia de S. Tiago (1), padroeiro (2) de Espanha, no ano da graça de 1139 (3). Ainda não está claramente definida a situação exacta d'este Ourique. Existem vários (4) em Portugal: no Alemtejo (5), em Lisboa (6), em Formoselha (7),

---

(1) 25 de julho.

(2) Ver sôbre o assunto a curiosissima obra de D. Mauro Castellã Ferrer, intitulada *Historia del Apostol de Jesus Christo Sanctiago Zebedeo Patron y Capitan General de las Españas.*

(3) «In loco qui dicitur oric fuit prelium inter paganos et christianos *preside* rege Alfonso *Portugalie* ex una parte, et rege paganorum examare ex altera qui ibidem mortem *fugiendo* .. sitio euasit in die sancti iacobi apostoli mense iulii. Era M.ª C.ª LXXX V.ª» (*Chronicon Lamecense,* apud *Scriptores,* vol. I, fl. 20).

(4) Segundo o autor da *Evora Gloriosa,* a palavra *Ourique,* bem como *Ouriolla,* provêm das minas de oiro que havia por esses sítios. Outros presumem que *Orik* é palavra árabe, significando: infortúnio, adversidade, desgraça. David Lopes tendo estudado cuidadosamente o assunto, conclue «que os nomes de lugares tão espalhados no território peninsular, *Ourigo (Origo), Ouriz (Oriz),* provêem de um nome próprio de homem germânico *Honoricus;* e que *Ourique,* provavelmente é o nome germânico *Auricus* arabizado, e por isso imobilizado nessa fórma. Assim compreende-se facilmente a difusão do termo geográfico *Ourique.* Terá sucedido com êle o que sucedeu no norte do reino com as outras formas de acusativo e de genitivo.» (*Os arabes nas obras de Alexandre Herculano,* apud *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa,* vol. III (1909–1910), fl. 339).

(5) Ourique, vila do Alemtejo a 44 quilómetros a S. O. de Beja. Está edificada sôbre uma pequena colina, sôbre a qual se levanta um castelo famoso pelas vitórias de Viriato sôbre os romanos, 150 anos, antes de Cristo. Junto da vila se estende o Campo chamado de Ourique.

(6) Na freguezia de Santa Izabel.

(7) Na freguezia de Santo Varão, concelho de Montemór-o-Velho.

em Penela (1) e no termo do Cartaxo (2). A mais remota tradição designa, sem sombra de dúvida, o Ourique alemtejano, «a alem de crasto verde» (3); e, correu assim em julgado, até ao nosso tempo, aceitando-a na sua íntegra, investigadores como João Pedro Ribeiro (4) e Viterbo (5), e historiógrafos como Schæfer (6) e Alexandre Herculano (7).

As averiguações mais recentes de Borges de Figueiredo (8) e de David Lopes (9), vieram prejudicar aquela hipótese.

---

(1) Na freguezia de S. Miguel, na parte confinante com a Ladéra e com o Rabaçal.

(2) Existe um extenso campo com o nome de Chão de Ourique, no concelho do Cartaxo, a 15 quilómetros de Santarêm.

(3) *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, vol. I, fl. 24. — Castro Verde é próximo de Ourique.

(4)

(5) *Elucidario*, palavra *Ladera*.

(6) *Historia de Portugal*, vol. I, cap. III.

(7) «N'uma das eminencias, por meio das quaes o solo se vae fazendo mais agro e ondeado desde as planuras de Beja até se converter nas asperas serranias de Monchique, estava assentado o logar ou castello denominado pelo arabes *Orik*. Foi nestas immediações que serracenos e christãos se encontraram.» (*Historia de Portugal*, tom. I, fl. 227).

(8) *Revista Archeologica*, sob a direcção de A. C. Borges de Figueiredo, tom. III, de fl. 69 a 74.

(9) «A hypothese do Alemtejo é inacceitavel. Não se comprehende na verdade a expedição de D. Affonso Henriques tão longe do seu paiz, e quando a linha do Tejo, com Lisboa e Santarem, ainda estavam em poder dos inimigos. Estamos em 1139. A capital do condado de Portugal era Coimbra. Leiria, Ourem e Thomar eram as atalaias da sua fronteira ao sul. O nosso primeiro rei que avançava sempre tão prudentemente e de fito feito, seria capaz de, cegamente e sem objectivo apparente, se introduzir assim tão fundamente no paiz inimigo? É com certeza fazer injuria ao seu talento militar querer que fosse até Ourique, só porque velhos chronistas amantes do maravilhoso, assim o pretenderam. Ainda se comprehendia o feito se fosse contra uma cidade ou fortaleza importante dos muçulmanos, mas a batalha deu-se em um logar ermo. E que inimigo podia elle encontrar ahi? Seria gente de Silves ou de Mertola? É duro de crer, porque não seria sufficiente para vir apresentar batalha ao principe de Portugal; e de outra parte não podia vir. A Hespanha muçulmana desguarnecera-se para tomar parte na lucta que se travava em Morrocos contra os Almóhadas nascentes; e numa incursão rapida de D. Affonso Henriques os muçulmanos da Peninsula não podiam juntar-se para lhe embargar os passos. Mas D. Affonso Henriques era incapaz de commetter esta temeridade inutil. A sua longa carreira de soberano attesta-o bem. Herculano podia dizer que quem fez a expedição a favor do principe de Mertola, Ibn Caci, e a invasão do Alemtejo Oriental e da Extremadura hespanhola em 1116 tambem podia fazer a do Baixo Alemtejo em 1139. Simplesmente nós sabemos hoje que elle não as fez.» (*Loc cit.*, vol. III, fl. 341).

Além das dificuldades estratégicas, porventura invencíveis, que a longíqua jornada deveria oferecer, não se descortina um objectivo com merecimentos para a determinar. Considero também circunstância ponderável, a nenhuma referência no foral (1) da vila de Ourique, à famosa vitória, quando era correntio, em diplomas da mesma índole, aludir a factos semelhantes, como se mostra nos forais de Lisboa (2), Guimarães (3), Palmela (4), Almada (5), Elvas (6), Aronches (7) e tantos outros.

Borges de Figueiredo quer ver no acontecimento em discussão, um acto preparatório da conquista de Lisboa, e assim conjectura que se deu o combate no sítio onde hoje assenta o bairro chamado «Campo de Ourique». A tese (8)

---

(1) Foi-lhe dado por D. Diniz, em Beja, em 8 de janeiro de 1290. Encontra-se na Torre do Tombo, no maço 2.º de *Foraes antigos,* n.º 8, e no livro 1.º de *Doações do Rei D. Diniz.*

(2) «Eu dom affonso pela graça de deus Rey de portugal per trabalho do corpo e. pervigiauil sabedoria de mim e dos meus homens a Çidade de lixbôa a mouros filhey e pera seruiço de deus a entreguey...» (Do *Foral de Lisboa,* apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica, Leges et consuetvdines,* vol. I, fl. 411).

(3) Escreve Fr. Antonio Brandão: «Em o foral de Guimarães ha hũas notaueis palauras, com que o Infante (D. Affonso Henriques) agradece aos moradores daquella Vila o estremado seruiço que lhe auião feito. *Proinde quod vos fecistis honorem, & cabum super me, & fecistis mihi seruitium bonum, & fidele.* Por quanto vos me tratastes cõ respeito & bom acolhimento, & me sevistes bem, & lealmente, & declarando mais a qualidade daquelle serviço diz ser o trabalho, & pena que em sua companhia sofrerão em Guimarães *Qui mecum sustinuerunt male & pena in Vimaranes.* No que allude sem falta algũa ao trabalho do cerco que lhe pos o Rey de Castella; ou a algum aperto em que se virão os moradores daquella Villa no tẽpo das discordias passadas entre o Infante, & sua mãy, etc.... O que não tem duuida he, que os moradores de Guimarães se assinalarão muito no seruiço do Infante, por cujo respeito lhe coucede muitas preminencias & da por liures suas herdades, & os isenta de pagarem para fossos, & outras imposições.» (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. IX, cap. XXX).

(4) «Ego Rex Alfonsus filius Henrici comitis una cum filio meo Rege Sancio uolumus restaurare atque populari, Palmelam quem a sarracenis abstulimus.» (*Foral de Palmella,* apud *Portugaliæ, loc. cit.,* fl. 430).

(5) «Eu Rey de Portugal filhey por gram trabalho...» (*Idem,* fl. 475).

(6) «Ego Sancius secundus Rex portugalie filius illustri Regis, etc., volo populare Elvas quam habeo ha sarracenis...» (*Foral de Elvas, Idem,* fl. 619).

(7) «Ego Rex Alfonsus III.ᵘˢ Rex Port., etc., uolens populare Aronchy quam habeo a sarracenis...» (*Foral de Aronches, Idem,* (fl. 651).

(8) «A jornada a Ourique, nos confins do Alemtejo, inexplicavel

está desenvolvida com arte, lê-se com agrado, mas carece de fundamento: o local indicado então, e ainda muito tempo depois, fazia parte do vasto escampado que se denominava «Campolide» (1).

O abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira (2), investigador sincero e pacientissimo, inclina-se para qualquer dos Ouriques, de Formoselha ou de Penela. Não se decide, todavia, por um nem por outro, e o seu arrazoado significa mero palpite, de larga fantasia, sómente explicável pelo olvidio do claro texto da *Chronica Gothorum,* referente ao logar da batalha: «in loco qui dicitur Aulic, tunc *cor terrae sarracenorum*». Ora, tanto Formoselha como Penela, ficavam muito distantes do coração da terra dos moiros.

Em face dos elementos colhidos até agora, para esta curiosa controversia, a teoria formulada pelo professor David Lopes é, porventura, a que se baseia em melhores razões de carácter scientífico. Pensa a douto arabista que o Esmar, chefe dos musulmanos em Ourique, era o alcaide de Santarêm (3) e também o adversário terrível que em 1140 tomou Leiria e cativou o seu valoroso governador, D. Paio Guterres. Aceite ser o mesmo indivíduo que figura em todas estas acções, a hipótese de Ourique, no Alemtejo, desfaz-se naturalmente. Antes e depois do memorável recontro, é o caudilho santareno, que D. Afonso Henriques encontra pela frente, nas suas arremetidas contra os domínios mouriscos. E o vizinho

---

pelas enormissimas, quasi invenciveis difficuldades, seria absolutamente inutil, porque nada produziria.... A batalha de Ourique, aqui sob os muros de Lisboa, foi um facto importante embora nada tivesse de maravilhoso. A sua importancia consistiu em mostrar aos moiros a força e o atrevimento de D. Affonso, em lhes incutir grande temor. A jornada até Lisboa perfeitamente explicavel pela sua relativa facilidade, foi utilissima porque proporcionou ao conquistador occasião de espalhar o terror na moirama, enfraquecel'a com o fossado, dar ás tropas o prazer da pilhagem e acima de tudo fazer o reconhecimento da praça a que miravam todos os seus esforços.» (*Loc. cit.*).

(1) Julio de Castilho, *Lisboa Antiga,* 2.ª edição, vol. I, cap. VII.

(2) *Tantativa etymologico-toponymica,* publicada no *Conimbricense* do ano de 1906; ver os números dêsse periódico, 5959 e 5964.

(3) «Ora os *Chronicons* dizem-nos que o capitão dos muçulmanos em Ourique era Esmar, e foi Esmar que em 1140 tomou Leiria e captivou o seu alcaide. O *Chronicon* conimbricense chama-lhe Ismar Abuzicri; a *Chronica dos Godos* (codice Rezende) e o *Relatorio* da tomada de Santarem, dizem que o alcaide de Santarem se chamava Auzecri e Abzechri. Porque não há de ser o mesmo individuo que figura em todas estas acções?» (*Loc. cit.,* vol. III).

incómodo e feroz que da bela atalaia de Santarêm lhe espia os movimentos e procura embargar a dilatação da fronteira cristã. Foi êle quem cercou e devastou Leiria em 1137, e por certo ordenou também o morticínio dos nazarenos em Tomar. Quando o príncipe português larga da Galiza, logo depois do triunfo de Cerneja, para empreender a grande ofensiva contra os descridos, deveria visar, primeiro que nenhum outro, o seu inimigo mais próximo e mais perigoso — o governador de Santarêm. Não parece provável que o rude duelo entre dois rivais fronteiros, viesse a travar-se, tanto ao longe, no sul do Alemtejo. «O campo da batalha deve pois ter sido entre Santarem e a linha Leiria-Ourêm-Tomar, já em poder dos cristãos: era a extremadura de Portugal de então. Por outro lado — aduz ainda David Lopes — a explicação que démos do nome «Ourique» (1), vem em reforço dos factos históricas. A área dos nomes em *ique* abrange Santarêm. Póde pois ter havido nos dois actuais distritos de Santarêm e de Leiria algum lugar dêsse nome e ter sido substituido, ou mesmo existir ainda obscuramente. Inquirimos cuidadosamente e achámos. Existe um extenso campo com o nome de Chão de Ourique, no concelho do Cartaxo e freguezia do mesmo nome. É certo que não está dentro da área que acima determinamos, mas porque fica ao sul dela, a cêrca de 15 kilómetros de Santarêm, não invalida a nossa asserção». Mais adiante acrescenta: «Os documentos da época dizem «Campum Ourich», «locum Oric», etc., e não se referem a povoação importante junto da qual se travasse a batalha; e esta circunstância favorece a nossa hipótese. Demais êste «Ourique» ficava «no coração da terra dos mouros» como quer a *Chronica dos Godos...*» (2).

Documentação decisiva sôbre o assunto ainda não se encontrou, e não se encontrara, talvez; fundamenta-se, porêm, a tese do professor David Lopes em razões que sem maior dficuldade se podem aceitar como possíveis e até como prováveis. Já é muito.

Mas, se os monumentos coevos dêste grave acontecimento, não fornecem referência de maior valia sôbre o teatro da luta, alêm do vago indício, já citado, da *Chronica Gottorum,* deixam transparecer todos, no seu característico laconismo, a

---

(1) *Loc. cit.* (ano de 1910-1911) de fl. 321 a 340.
(2) *Loc. cit.*, fl. 349 e 350.

singular impressão produzida pela primeira vitória que o chefe do pequeno estado português alcançou sôbre os infieis.

O *Chronicon Conimbricense* (1) aprecia o encontro de Ourique como *lis magna,* e não se refere em termos semelhantes à tomada de Lisboa (2), nem à tomada de Santarêm (3), nem a outras operações de indiscutível importância, mas aplica-os exactamente a duas batalhas das mais grandiosas que se travaram em Espanha, entre cristãos e sarracenos: Sagralias (4) e Alarcos (5). A *Chronica Gottorum* (6) celebra o triunfo que D. Afonso Henriques alcançou do rei Esmar e de seu *inumerável* exército, e informa de que tomaram parte na lide alumas mulheres mouriscas, pelejando segundo o estilo das antígas amazonas (7). Em certo texto da *Vita Sancti*

---

(1) Resa assim: «In era M.ª C.ª LXX.ª VII.ª Mense iulii, die sancti iacobi, in loco qui dicitur Ouric, lis magna fuit inter christianos et mauros, preside rege ildefonso portugalensi, et ex parte paganorum rege esmare qui uictus fugam peciit.» (Apud *Scriptores,* vol. I, fl. 2).

(2) «In era M.ª C.ª LXXX.ª V.ª presa fuit civitas olixbona per manus ildefonsi portugalensi regis mense octoher.» (*Idem*).

(3) «In era M.ª C.ª LXXX.ª V.ª presa fuit civitas sancta herene per manus ildefonsi portugalensi regis».

(4) «In era M.ª C.ª XX.ª V.ª mense october, in loco qui dicitur sagralias lis magna fuit inter christicolas et paganos....». — No capítulo IX dêste livro já me referi a esta batalha, tambêm chamada de Zalaca, a fl. 197 e nota (6).

(5) «In Era M.ª CC.ª XXX.ª III.ª XIIII.ª Kalendas augusti, lis magna fuit inter christianos et sarracenos in loco qui dicitur alercos presente amiramolim ex parte sarracenorum, et ex parte christianorum rege domno alfonso castelle qui victus fugam peciit». — Julga Mariana que o exército do miramamolin Abenjuzeph Mazemuto constava de cem mil cavalos e de trezentos mil peões, além de vários reforços dos moiros. (*Historia General de España,* libro undécimo, cap. XVIII. — Escreve Estevan de Garibay: «. . trayendo potentissimo exercito de muy grande numero de infieles caminando contra Alarcos, etc....» (*Compendio Historial de las Chronicas y Vniversal Historia de todos os Reynos de España*).

(6) Da *Chronica Gothorum* sirvo-me do exemplar considerado como o mais puro, inserto em *Scriptores,* vol. I, fl. 5, sob o título de *Breuis Chronica Gothorum,* cópia dos que foram encontrados em Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra que acertam um com o outro. O exemplar que pertenceu a Rezende, publicado no Apêndice da *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* e tambêm em *Scriptores,* no mesmo volume e folha, foi posteriormente enfeitado e parafraseado, destoando dos que citei primeiro.

(7) «Era MCLXXVII. Julio mense die D. Jacobi Apostoli fuit victoria Alfonsi Regis de Esmar Rege Sarracenorum et innumerabili prope

Theotonii (1), «um dos monumentos com mais certeza contemporaneos ao sucesso» (2), acusa-se a derrota de cinco reis pagãos, e classifica-se, outrosim, de *inumerável,* a multidão de bárbaros que os acompanhava.

A palavra *rei,* assaz decorativa, significa (3) para o caso, simplesmente *chefe* ou *governador,* e a crítica por demais resentida pelo abuso de hipérboles, a que se entregavam os cronistas nazarenos e árabes daqueles tempos, poderá não estimar no seu valor absoluto o termo *inumerável;* todavia, do cotêjo das expressões consagradas nos invocados *Chronicons,* para anotar outros factos guerreiros, resalta numa evidência iniludível, o alto valor porque foi aferida a jornada de Ourique.

Outra nota interessante vem corroborar o meu juizo. Quando o metropolita bracarense, D. Estêvam, abriu uma inquirição (4) sôbre o debatido assunto da primazia da sua igreja sôbre a de Toledo, compareceu a depôr um homem de provectissima idade, por nome Garcia Liufreiz de Jaraz, declarando lembrar-se ser de vinte anos, *ao tempo da guerra de Ourique.* Têem aproveitado historiadores (5) nossos êste depoimento, apenas como prova do facto da batalha; para mim representa sôbretudo a importância dela. Só os acontecimentos que produziram uma impressão muito intensa e extraordinária no espírito público, servem para ponto de tal género de referências. Assim, nos tempos relativamente modernos da nossa História, apontam se três épocas que marcaram: o terremoto de 1755, a invasão francesa, a revolução liberal. Não se tornou raro entre nós, relacionar a idade dos indivíduos ou qualquer outra data de família, com o *tempo*

---

eius exercito in loco qui dicitur Aulic, tunc cor terre Sarracenorum, quo perrexit Rex Alfonsus: femine sarracene in hoc prelia Amasonico ritu ac modo pugnarunt, et recise tales deprehense.»

(1) «... in campo haulich V. reges paganorum cum innumera eorum barbara multitudine de ultra citraque mare ut eum omnino perderent coadunata, deuicit, auxilio sibi facto diuino, et beati iacobi patrocinio, cuius ea die sollempnitas fuisse peribetur.» (Apud *Scriptores,* vol. I, fl. 86).

(2) A. Herculano, *loc. cit.,* tom. I, fl. 473, notas.

(3) Os documentos cristãos chamavam rei aos emires e até aos simples governadores.

(4) Ver em Viterbo, *Elucidario,* palavra *Ladera.*

(5) *Idem.* — Escreve Herculano: «A inquirição citada por Viterbo serve apenas para corroborar o facto da batalha.» (*Loc. cit.,* tom. I, fl. 483, notas.

do terremoto, o *tempo dos franceses*, o *tempo da guêrra dos dois irmãos;* e semelhantes selecções cronológicas, determinadas pelo consenso espontânio, consagram sempre a magnitude trágica ou gloriosa dos factos a que se reportam. Uma outra circunstância, porêm, sôbreleva o significado do depoimento de Garcia Luifreiz. A inquirição corre em Braga, e qualquer das hipóteses sôbre o sítio de Ourique, dam-no muito distanciado da velha cidade minhota; mas, fica-lhe muito perto Val-de-Vez, a poucas horas apenas, onde quási pela mesma data sucedeu o recontro entre os castelhanos comandados pelo imperador, e os portugueses tendo à frente o seu soberano, recontro considerado de tamanha graveza por Herculano (1), que se abalançou a alvitrar que dimanára dele a resolução de fazer rei D. Afonso Henriques. Não ofereceria melhor probabilidade que Luifreiz de Jaraz houvesse recebido uma impressão mais viva e profunda da scena de Val-de-Vez, quási na vizinhança da sua linda terra, scena à qual, sem maior dificuldade, pudera ter assistido e até participado, do que do outro feito cometido lá muito ao longe, na «*cor terræ sarracenorum*»? E, comtudo, quando o encanecido e devoto deão D. Godinho, perante a veneranda cúria, pergunta a Luifreiz a idade, o macróbio refere-se a Ourique e não a Val-de-Vez.

Os autores árabes, já conhecidos, contemporânios ou mais próximos da época da batalha de Ourique, não a memoram em seus escritos; e guardam idêntico silêncio os dois historiógrafos espanhois de maior autoridade e menos distanciados do acontecimento de que me estou ocupando. Conforme o meu modo de julgar, as omissões de semelhante espécie, só podem valer como argumentos negativos, quando incidam sôbre factos cuja anotação seria indispensável para o desenrolar do determinado assunto que o autor nos proponha. Com respeito aos escritores árabes a sua má fé é notória. Dá-se nas crónicas mouriscas pela falha de variadas derrotas que humilharam o Islam, ao passo que os seus triunfos militares são pintados com' a mais ornamental fantasia (2). Sabe-se, alêm disto, da existência de documentos preciosos de

---

(1) Ver a nota XVIII, a fl. 489 do tom. I da *Historia de Portugal.*

(2) Fr. José de Santo Antonio Moura, *Memoria sobre as dinastias mahometanas, que tem reinado em Mauritania, com a serie dos soberanos de cada huma dellas.* (Apud, tom. X, parte I, da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* a fl. 65).

cujo conhecimento promanaria grande luz para a História da Península, e quem sabe se para a resolução de problemas até agora considerados insolúveis; guardam, porêm, os descridos com tamanha avareza esses tesouros que não será fácil prever o dia, em que a sciência alcançará utilizá-los.

Os velhos cronistas da nação vizinha e irmã, mal dissimulam o despeito ou pelo menos o desgôsto por tudo quanto se relaciona com a autonomia do território portucalense, e muito pouco se ocupam dos actos da nossa vida nacional, salvo algum dos que mais directamente possam interessar à História da sua pátria. O triunfo de Ourique sempre enlaçado com a feliz aclamação do neto rebelde de Afonso VI, não se me afigura de molde a inspirar encarecimentos a Lucas Tudenses ou a Rodrigo Toletano. Os dois prelados (1), ambos do século XIII, ambos insignes pela sciência e não menos pelas virtudes, ocupavam-se pouco dos assuntos portugueses. Estavam no seu direito. Li linha a linha o *Chronicon Mundi* (2) do bispo de Tuy, e só encontrei raras e brevissimas referências a Afonso Henriques (3). Inculca-o como pai da rainha D. Urraca que casou com o «piissimo rei Fernando», diz que êle «fez-se chamar rei de Portugal», mas não esclarece *quando* nem *como,* exalta-o como batalhador insigne, não nomeando sequer uma só das suas vitórias! Em outro parágrafo (4) informa sôbre o cêrco de Badajoz, onde D. Afonso partiu a perna e ficou prisioneiro do genro; e do socorro que êste lhe prestou, quando os infieis vieram assediar Santarêm. Nada mais se lobriga no *Chronicon Mundi,* capaz de interessar sôbre o govêrno do nosso primeiro rei. O arcebispo de Toledo, no Livro VII, *De Rebus Hispaniæ* (5), destina o cap. VI, *às batalhas insignes do rei de Portugal, Afonso* (6). Pois, a êste solene e prometedor título corres-

---

(1) Sôbre as obras dos dois prelados, consultar Nicolas Antonius, *Bibliotheca Hispana vetus et nova sive Hispan. scriptor.*, liv. VIII.

(2) Apud *Hispaniæ Illustratæ,* tomus IIII.

(3) «Hic piissimus Rex Fernandus accepit filiam Adfonsi Regis Portugaliæ nomine Vrracam, ex qua suscepit filiû nomine Adfonsum. Sede iste Rex Portugalie Adfonsus filius comitis Henrici fecit se Regem Portugaliæ vocari, & quia strenus fuit armis & bellicosus ampliavit terram suam, partem de nouo populando, partem sarracenos occidendo, & ab eis municipia capta muniêdo, & retinendo magnum sibi nomẽ acquisiuit, quia contra christianos & sarracenos fortissime de cretauit.» (fl. 106, § 50).

(4) Fl. 107, § 50.

(5) Apud *Hispaniæ Illustratæ*, tom. II.

(6) *De insignibus præliorum Regis Portugalliæ Aldephonsi.*

*

pondem, por junto, as palavras seguintes: «Cepi sanctam Ireneam, Sintriam, & Vlysbonam, Elboram, & Alanquellum». Não menciona Ourique, como não alude a outros feitos militares, de valia bem superior à tomada de Sintra e de Alemquer, como foram a conquista de Palmela, de Alcacer, e outras, cujo alcance se não põe em dúvida por não rebrilharem nas crónicas extrangeiras. Com respeito à aclamação de D. Afonso Henriques, limita-se o prelado toledense a escrever que foi êle o primeiro a tomar para si, em Portugal, o título de rei (1); e acrescenta que o Papa Eugénio III lhe concedeu muitos privilégios e indulgências por haver constituído seu reino tributário da Santa Sé. E pouco mais ensina.

Os *chronicons* do século XII, escritos em latim rude, são de exagerada parcimónia em minúcias. Apresentam os factos, caprichosamente escolhidos, mais à laia de ementa, do que coordenados em narratiua. Duarte Galvão (2), Acenheiro (3), André de Rezende (4), Bernardo de Brito (5), António Brandão (6) e outros, apozeram nessas notas, poucas e mirradas, variedade de pormenores colhidos da tradição oral e da fixada nas folhas dos livros conventuais e nos desbotados pergaminhos, aonde se susprenderam os primeiros ensaios das *Estorias* dos antigos reis, bem como de outras memórias espersas por vários arquivos, salientando-se pela sua importância as arrecadadas em Santa Cruz de Coimbra (7).

---

(1) «Hic primus in Portugalliæ sibi imposuit nomen Reges».
(2) *Coronica delrey D. Affonso Anriques*, cap. XIII e seg.
(3) *Coronica dos Reis de Portugal*, apud *Ineditos*, tom. V, fl. 21 e seg.
(4) *De Antiquitatibus Lusitaniæ*, liv. IV, *De Orichiensi Agro*.
(5) *Chronica de Cister*, liv. III, cap. I e seg.
(6) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. I e seg.
(7) «Foy seu primeiro fundador hum mancebo nobre chamado Tello, natural da mesma Cidade, o qual então era Arcediago da Sé, & vivia cõ notauel exemplo de vida. Nossas historias cõmummente dão por fundador de Santa Cruz de Coimbra o inclyto Rey Dom Affonso Henriques, mas com ser certo q̃ elle fez muito nesta casa, & a dotou das rendas q̃ possue em forma, que meritissimamente se pode nomear fundador della...» (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. IX, cap. XXII).— Lançou-se a primeira pedra do edificio, em 28 de junho de 1131; e um ano depois, no dia do Apóstolo S Matias, tomaram hábito de cónegos regulares de Santo Agostinho os doze primeiros companheiros do fundador, entre os quais se contavam homens de alto valor, como S. Teotónio, D. João Peculiar, que veiu a ser Arcebispo de Braga, Odório, bispo de Vizeu, Sisnando prelado da Igreja de Montemór, e Salvado, o autor da história antiga do livro intitulado *Testamentos*, etc. — Sôbre a interessantissima história dêste célebre mosteiro, veja-se: *Chronica da*

Como é sabido, desde 1132 (1) até 1162, governou êste venerando (2) mosteiro, o célebre prior D. Teotónio, o director espiritual, o amigo, o conselheiro de Afonso Henriques, e até o seu confidente de emprezas guerreiras (3), e tanto o príncipe como os seus melhores palatinos frequentavam o cenóbio com assiduidade. Interessadas pela crença e pelo patriotismo na epopeia da reconquista, não parecerá estranhável que os cultos cruzios (4) houvessem recolhido do convívio com tão altas personagens, informes mais completos sôbre as suas façanhas.

Quando D. Afonso Henriques regressou a Coimbra, após o triunfo de Ourique, aureleado de glória e com «grande despojo & riquezas de tantos imigos» (5), veiu recebê-lo o prior de Santa Cruz, D. Teotónio, «com grande prazer» (6). Todas estas circunstâncias outorgam uma autoridade razoavel à *Memória escrita de mão de Santa Cruz de Coimbra* (7),

---

Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho, por D. Nicolao de Santa Maria, parte II, cap. III e seg., e a *Historia Ecclesiastica de Braga*, de D. Rodrigo da Cunha, cap. XIV, etc.

(1) D. Nicolao de Santa Maria, *loc. cit.*, cap. IV.

(2) «Foi o Convento de Santa Cruz em seus principios, hum retrato do Ceo cá em a terra, aonde se criarão Varoes de taes espiritos, ou tam espirituaes, que quasi não se achava em toda aquella religiosa communidade, quem não fosse santo, & singularmente santo.» (*Idem*, cap. X).

(3) Referindo a partída de D. Afonso Henriques para e conquista de Santarêm, escreve Duarte Nunes de Leão: «E tomando mantimentos, que lhe bastassem, sem pessoa alguma saber de seu caminho, mais que os do seu conselho, & o Prior de santa Cruz, *em quem tinha muita deuoção, & lhe descobrira o segredo*, partio huma segunda feira, & foi per caminhos encubertos...» (*Loc. cit.*, tom. I, fl. 106). — Escreve Fr. Antonio Brandão: «... & como el-Rey não emprẽdia cousa notavel *sem a comunicar com o Santo*» (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. IX).

(4) «D. Affonso Henriques tanta confiança tinha em suas orações, que muitas vezes andando guerreando contra os Mouros, animaua no meyo da batalha os seus dizendo: «Animo soldados & confiança em Deos, que ainda que poucos havemos de vencer, pois estão orando & rogando por nós os Conegos de Santa Cruz ao Senhor dos exercitos.» (D. Nicolao de Santa Maria, *loc. cit.*, cap. X).

(5) Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, tom. I, fl. 97.

(6) *Idem*.

(7) Desta *Memoria*, tirou Fr. Antonio Brandão, os nomes dos principais fidalgos e cavaleiros qne acompanhavam D. Afonso Henriques nas jornadas de Ourique. E são os seguintes: Fernão Mendes de Bragança, cognominado o *Bravo*, «por sua condição e valentia», e seus irmãos Ruy e Nuno Mendes; o célebre aio e grão cavaleiro D. Egas Moniz e seus filhos Lourenço Viegas, ao qual foi confiado o comando de veteguarda,

muito aproveitada pelos escritores acima mencionados. Exageraram êles vários pormenores das suas relações, movidos pelos entusiasmos de um mal compreendido patriotismo? Com certeza. Todavia, não dará motivo para refletir a tendência teimosa, através de tão largo espaço de tempo, de muitos espíritos eminentes, dos mais belos que têem honrado a nossa raça, de engrandecer, de ataviar com grande carinho, com devoção, com enternecimento, até, o feito de Ourique?

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

Sueiro Viegas e Moço Viegas; o alferes Garcia Mendez; Lourenço Mendez e Fernão Mendes, Egas Mendes de Gundar, filhos de Mem Gundar, capitão do tempo do conde D. Henrique, e considerados entre os mais valerosos balhadores da sua época; Pero Paes que depois foi alferes; Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, genro de Egas Moniz e uma das mais belas glórias da Cavalaria portuguesa; Diogo Gonçalves, filho de Gonçalo Oueques, o fundador do mosteiro de Cete, morreu na batalha, «tendo acabado em a presença del Rey grandes façanhas»; Godinho e Egas Fafes, filho de Fafes Luz, alferes do conde D. Henrique; Martim Anaia, filho de D. Anião da Estrada, «capitão valeroso & exercitado na milicia; Gonçalo Dias, o Cide, sobrinho de Martim Anaia; D. Fuas Roupinho, alcaide de Coimbra e mais tarde de Porto de Mos, celebrisado por ter vencido contra os moiros a primeira batalha naval que travaram com os portugueses e por outras façanhas; o rico-homem Fernão Pires, que veiu a succeder a D. Egas Moniz no officio de Dapifer, que era o trinchante ou veador da casa real; e Martim Moniz, porventura o mesmo denodado cavaleiro que tanto se destinguiu na tomada de Lisboa». No *Livro das Linhagens,* encontra-se a genealogia de quási todos êstes paladinos.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 10, pag. 514)

Herder que conhecia as cartas de Gerstenberg, — «Sôbre as obras e o génio de Shakespeare», — desejou travar relações com o autor do «Ugolin» e para isso propoz-se colaborar nas «Cartas de Schleswig», assim chamadas do lugar onde eram impressas — Schleswig e Leipzig. Herder entregou-se ao estudo do teatro de Shakespeare aproximadamente na mesma data que Lenz; fez aparecer em 1773 nos «Einige Blätter von deutscher Art und Kunst» que publicou de colaboração com Goethe, a primeira dissertação sôbre o teatro de Shakespeare, na intenção de a destinar às «Cartas de Schleswig».

Insurge-se contra os críticos que, apreciando as belezas de Shakespeare, se surpreendem por êle ter violado a regra das três unidades, respondendo-lhe com um argumento que contêm a lei principal da crítica contemporânea, desenvolvida por Herder, Goethe, M.me Stäel, Schlegel, Stendhal, Taine: «O drama nasce na Grécia tal como não podia nascer no norte; foi o que não podia ser no norte». Herder, levado pela sua curiosidade scientífica, estuda o drama grêgo, mostra a origem ditirâmbica, os progressos sucessivos que de modo algum apagaram o carácter nativo; explica diversas particularidades que se tomaram por maravilhas de arte, não sendo aliás mais do que necessidades da história — a simplicidade da fábula grêga, sobriedade de costumes, gravidade contínua na expressão, a música, a scena, unidade de tempo e lugar, e tudo o mais que por um efeito natural desenvolveram a essência e o fundo da tragédia grêga. «Quereis imitar o teatro grêgo? Neste género nada melhor podeis conceber do que o que se fez em França, mas apesar do valor de

tal imitação, conclue Herder, tem de se reconhecer a ausência de espírito, vida e natureza, isto é, de tudo que produz a emoção verdadeira. Os heróis do grande Corneille são puras ficções dramáticas; fóra do teatro passariam por doidos».

Herder arvora-se em acusador público dos franceses; fala de Shakespeare com paixão e amor e mostra que o grande dramaturgo na diversidade dos caracteres que apresenta, soube criar uma unidade de outro género, mais composita e por isso mais verdadeira. O maravilhoso das suas peças, se não constitue a acção no sentido grêgo, fórma uma acção no sentido em que o termo era tomado na idade média, sinónimo de acontecimento (Begebenheit) ou de um grande facto (grosses Ereigniss). «Um mar de acontecimentos em que as vagas se sucedem, rugindo, eis o seu teatro. Os actos da natureza vão e voltam; reagem uns sobre os outros, por menos harmónicos que pareçam, gerando-se mutuamente e destruindo-se para realizarem a intenção do criador».

Ao apreciar toda a obra de Shakespeare, principalmente Lear, Othello e Macbeth, o grande crítico mostra sempre o seu entusiasmo pelo poeta inglês, que quási toca as raias da idolatria. A conclusão a que chega é de que toda a obra shakespeariana clama bem alto: «Não é um poeta, é um criador; não é um livro; é a história do mundo (1).»

Esta crítica inflamada apaixonou a mocidade alemã: uns, como Lenz, encontraram nela a confirmação das suas ideias; para outros foi uma revelação completa. Goethe prestou o seu culto ao genial autor do «Hamlet» na festa que organizou em honra de Shakespeare a 14 de outubro de 1771, e onde pronunciou um discurso cheio de entusiasmo e calor. Louvou Shakespeare com os argumentos de Herder, mas num estilo nervoso e incisivo. «O seu teatro, diz o autor do Fausto, é um tesouro de maravilhas (Raritætenkasten). Voltaire, julgando-o, revelou-se um verdadeiro Thersite e Wieland pouca honra fez à sua pessoa, não sabendo compreender-lhe a arte. Natureza! natureza! Eis onde reside o encanto misterioso, o poder mágico, de toda a obra de Shakespeare». Influenciado pelas conversas com Herder, em Strasburgo, publicou o jovem Goethe com vinte e quatro anos, o «Goetz de Berlichingen, cujo plano lembra as vastas proporções do

---

(1) Vid. Prosaaufsätze-Shakespeare. Aus «Von Deutscher Art und Kunst». Herders ausgewählte Werke. Stuttgart und Berlin. Cotta'sche Buchhandlung. III.er Band. S.ten 201–221.

velho drama inglês, ao mesmo tempo que a mistura do trágico e do cómico denota a imitação propositada de Shakespeare. Desde 1640 até 1773 não se produzira em parte alguma, mesmo em Inglaterra, peça tão conforme ao modêlo que nos deixou o grande dramaturgo. Goetz de Berlichingen não teria sido talvez concebido nem escrito no mesmo estilo, se Goethe não estivesse ainda sob a impressão da leitura recente do «Julio Cesar» e «Ricardo III». É indispensável citar as suas palavras textuais, para se poder compreender o estado de espírito do poeta, quando compoz Goetz.

«Não me recordo, diz êle, de que um livro, um homem, ou qualquer circunstância de minha vida, produzissem em mim efeitos tão profundos (so grosse Wirkungen) como os dramas de Shakespeare. Parecem a obra de um génio divino que se aproximasse dos homens, para lhes ensinar a maneira mais delicada de se conhecerem a si. Não são poemas. Lendo-os, julgamo-nos colocados em face do livro aberto do destino (vor den aufgeschlagenen, ungeheuern Büchern des Schicksals), joguetes de um sôpro tempestuoso, fustigados pelas tempestades terríveis da vida que lhe agitam as fôlhas sem cessar. Todos os presentimentos que tive sôbre o género humano e os seus destinos, e que desde a juventude me acompanhavam quási despercebidos, encontro-os expressos e desenvolvidos em Shakespeare. Este parece descobrir todos os enigmas, sem que comtudo se possa dizer: eis a solução. As criações mais misteriosas e complicadas da natureza, actuam diante de nós, nas suas obras, como relógios, com mostrador e caixa de cristal, que indicam o curso das horas e ao mesmo tempo deixam ver o mecanismo e as mólas que os móvem. Os olhares furtivos que lancei para o mundo de Shakespeare, animaram-me mais que qualquer outra coisa a penetrar no mundo real, a confundir-me com as vagas dos destinos suspensos acima das realidades, para um dia, se fôr possível, encher no mar da verdadeira natureza algumas taças e distribuí-las do alto da scena ao público da minha pátria» (1).

Nenhum inglês do tempo escreveria falvez página tão

---

(1) Vid. «Theater und dramatische Poesie». Shakespeare und keine Ende. Ed. cit. das obras de Goethe, vol. II, pag. 887–891. Na «Dichtung und Wahrheit» as referẹncias ao dramaturgo inglês são inúmeras. (Vid. sôbrêtudo pag. 78, 114, 130, 172, 182, 209, 214, 222, 239, 244, 570, 696, 714, 782.

entusiástica como a seguinte poesia que é de data posterior (1830):

Einer Einzigen angehören,
Einen Einzigen verehren,
Wie vereint es Herz und Sinn!
Lida, Glück der nächsten Nähe,
William, Stern der schönsten Höhe!

Euch verdanke ich, was ich bin.
Tag'und Iahre sind verschwunden,
Und doch ruht auf jenen Stunden
Meines Wertes Vollgewinn.

Lenz, igualmente apaixonado pelo teatro inglês, ataca o teatro francês, porque êste põe em scena, não caracteres, mas paixões, isto é, homens incompletos, entidades e não seres. «Grandes filósofos serão talvez os poetas dramáticos franceses; teem, sem dúvida, um conhecimento profundo do homem em geral, assim como das leis da alma humana, mas onde está o conhecimento do indivíduo? onde está êste conhecimento nobre, de brilho sempre igual, fiel como um espelho, quer desvende os segredos reconditos do coração de um coveiro ou a saia de balão de uma rainha (Im Todtengraeberbusen oder unterm Reifrock der Kœnigin)? Os seus heróis, heroinas, cidadãos de ambos os sexos teem o mesmo porte, a mesma maneira de pensar, e por consequência absoluta uniformidade de acções. Não são verdadeiros, nem vivos, porque vida e variedade são sinónimos. Depois disto que haja a coragem de elogiar a sua obediência à regra das três unidades, ou o enredo bem arquitectado de obra, a que falta a simplicidade e o natural da vida. Taes méritos denotam artifício, mas não arte, porque esta deve ter como único fundamento a vida. O meio em que a acção se desenvolve é acanhado. Pelo contrário, o campo de Shakespeare é vasto; é ilimitado. O seu espírito não se esgota, nem poderia extinguir-se por mais peças que escrevesse. A diversidade dos caracteres e das psicologias, reproduz a verdade e a natureza; daí o condão mágico do imortal génio. As obras primas dos franceses, pelo contrário, não são a pintura da natureza, mas da sua alma. A este defeito não conseguiu fugir Rousseau «o divino Rousseau» até na «Nouvelle Heloïse», o melhor livro que foi impresso em caracteres franceses. É preciso por isso deixar esta arte frívola, êste pobre jogo de combinações, de situações e de efeitos, tanto em voga entre os franceses, e voltar à natureza, sempre nova e variada nas suas multiplas fórmas, e cuja riqueza é inexgotável. O drama

verdadeiro deve ser a imagem da natureza, o que nunca se conseguirá, se fôr elaborado, segundo teorias sêcas e uniformes. Para se fixarem em harmonia com a nossa maneira de pensar e de actuar os limites do drama, devemo-nos colocar num ponto de vista muito diferente do de Aristóteles e consultar o gôsto popular das gerações passadas e da nossa pátria, gôsto êste que ainda hoje é e será sempre o do povo.

«Assim como na vida, o carácter é o agente ou o instigador dos acontecimentos, e não ha para nós factos maravilhosos em si, tambêm o fim principal da tragédia deve ser a representação dos caracteres. Tragédia sem carácter não faz sentido, é uma figura oratória, ou melhor, uma bola de sabão sôbre os lábios de Corneille e de Voltaire, sem existência nem realidade que se dissipa ao mais leve sôpro» (1).

---

(1) Lenz com os outros Stürmer tem um alto significado na história da literatura alemã. Os temas das suas obras e sôbretudo os seus processos técnicos contribuem para que o realismo, ainda imperfeito e rudimentar de Goethe, Schiller e dos epigones, se tornasse o realismo quási integral, excessivo mesmo sob determinados aspectos, dos naturalistas consequentes. Por mais de um autor tem sido indicada a analogia do «Sturm und Drang» com o movimento do «Jungdeutschland». O drama da «Freie Bühne» tem a sua origem por um lado no drama burguês (Bürgerliches Drama) que os Stürmer cultivaram bastante, por outro nas peças populares locaes (Volksstück, Lokalstück). Convêm lembrar que as peças da época de 1770 inspiram-se na sua maioria das ideias de Rousseau; têem um cunho social muito acentuado; o estilo é empolado, os monólogos abundam, mas a técnica para o tempo era realista; os caracteres aparecem já individualizados, com traços mais concretos. (Cfr. C. G. Vollmöller: «Die Sturm-und Drangperiode und der moderne deutsche Realismus» (1897); Bartels, «Die deutsche Dichtung der Gegenwart, pag 240, e Schlismann, «Beiträge zur Geschichte und Kritik des Naturalismus», pag. 117 e seg.).

Sôbre as relações de Lenz com o realismo moderno, vide um artigo de Arthur Möller — Bruck em *Die Kultur* (I, 23, 1903). Goethe fala sempre de Lenz a quem chama *talentvoll* e *seltsam* em termos encomiásticos. Assim na «Dichtung und Wahrheit», escreve: «Conheci-o pela primeira vez durante a minha estada em Strasburgo. Raras vezes nos viamos; a sua sociedade não era a minha, mas gostavamos de nos encontrar, porque eramos ambos jovens e as nossas ideias se aproximavam bastante. De pequena estatura, mas forte, com uma cabecinha muito bem feita, olhos azues, cabelos louros, era uma destas figuras que quando em quando aparecem nas regiões do norte; tinha o andar gracioso, a linguagem agradavel, comquanto não muito fluente; um pouco retraído, quási tímido, o que o tornava extremamente simpático. Sabia recitar muito bem, sôbretudo as pequenas poesias, de que era autor. Para o definir, apenas encontro o termo *whimsical*. Ninguêm como êle estava em condições de compreender o génio shakespeariano...». (Ed. cit. das obras de Goethe, IV.er B. S. 182).

(Vid. «Anmerkungen übers, Theater de Lenz», cit. por Kontz, *obr. cit.*, pag. 152–154).

Lenz começou a pôr em prática as suas teorias com a intrepidez própria de um mancebo activo e valoroso. E por isso pedia directamente os assuntos à realidade, representando factos de que fôra testemunha ocular ou indirecta. Como era pobre, viu-se forçado a aceitar o lugar de preceptor; daí o tema da sua primeira comédia, intitulada *O Preceptor,* onde representa esta parte da sua existência, tão cheia de humilhações e desgraças. A acção dos «Dois Velhos» foi-lhe sugerida por um facto contemporâneo publicado num jornal francês, e o mesmo incidente foi imortalizado nos «Räuber». Os «Soldados» figuram um acontecimento realmente sucedido em Strasburgo, de que Lenz obtivera informações seguras, dignas de crédito. Apesar de tudo, Lenz por vezes contradiz-se. Assim faz duas recomendações antagónicas: «Observai directamente a verdade, consultai o gôsto popular». Ora a verdade na representação dos factos, exige a impassibilidade do artista. É o caso de Shakespeare que com igual serenidade vê um monstro exercer as suas crueldades ou maquinar as suas perfidias, como Ricardo III ou Iago. Lenz nas «Notas sôbre o teatro» não toca neste ponto, porque receava mostrar a sua inconsequência, tanto mais que faz comédias didáticas e moralizadoras com grandes tiradas filosóficas, teorias sociais, dissertações pedagógicas, etc. Os seus dois mestres são Shakespeare e Rousseau, como o já tinham sido de Schiller. O mesmo autor dramático (Vid. Considerações sôbre as mudanças de scena no «teatro shakespeariano») justifica, ou melhor desculpa, a derogação às unidades de tempo e de lugar com o exemplo dos antigos e de Voltaire, que entre outros franceses foi constrangido a tomar esta liberdade nos passos mais admiráveis dos seus dramas. «Shakespeare só recorreu a uma mudança de scena pela derogação excepcional da regra, que sacrifica a vantagens de ordem superior. A liberdade, de que se serviu, não desculpa de maneira alguma os jovens poetas que animados simplesmente pelo desejo de imitar um grande homem, no que êle tem de singular, e sem terem as mesmas razões para se justificarem, passeiam a sua fantasia de um lugar para outro, querendo-nos persuadir que as belezas de Shakespeare residem na sua irregularidade. O interesse é o motivo, o fim capital do poeta, a que deve subordinar tudo o mais. Se o interesse, se a pintura completa de certos caracteres indispensáveis para o manterem

sempre vivo e desperto, exigem e impõem uma mudança de tempo e de lugar, pode-se e mais deve-se sacrificar-lhe o tempo e o lugar.... Mas se o fim principal não o exige, qual é o poeta digno dêste nome que fatigue os actores e o público com mudanças de scena, quando a unidade do lugar lhe oferece vantagens tão evidentes? O grande valor da obra dramática consiste em provocar o interesse, em pintar caracteres grandes e verdadeiros, enfim, a preparar situações que apesar de toda a novidade nunca pareçam inverosimeis, nem forçadas.» (Vid. Kontz, *obr. cit.*, pag. 159–160).

No teatro dos Stürmer e Drænger, Klinger ocupa lugar importante, comquanto seja revolucionário mais na aparencia e na fórma do que no fundo. Quando em 1786 publicou a primeira edição das obras dramáticas, expoz em prefácio a história das suas ideias e orientação. Aí declara que é o primeiro a rir-se do louco entusiasmo, a que se entregara na mocidade, mas logo a seguir com a paixão de outros anos, acrescenta: «Contudo aquele que não sente em si o ardor que levou os Romanos à prática de façanhas que nos enchem de admiração e pasmo, poderá declamar como Corneille discursos muito bem feitos, imitados dos historiadores romanos, mas não será capaz de resuscitar como que por magia o homem em carne e osso com os seus nervos e espírito, à maneira de Shakespeare no Coroliano, Bruto e Cassio». Não admite a repugnância de muitos pelas obras violentas que há pouco haviam aparecido na Alemanha, sôbretudo no domínio teatral. Era uma fermentação necessária, pela qual se tornava preciso passar. As regras frias, estreitas do teatro francês com a sua declamação não bastam ao espírito activo rude e vigoroso dos alemães. Mas se Klinger proclama Shakespeare senhor supremo, não pretende com isso que o espírito alemão se sujeite ao espírito inglês (1). «A agitação fogosa dos autores dramáticos é legítima até ao dia, em que tem por fim a descoberta de uma forma que convêm ao seu

---

(1) Goethe reconhecia que a imitação de Shakespeare era perigosa a talentos incipientes; reproduzindo-o jalgavam que êles próprios produziam alguma cousa de original. Em um dos «Sprüche in Prosa», diz: «Shakespeare ist für aufkeimende Talente gefährlich zu lesen; er nötigt sie ihn zu repruduciren und sie bilden sich ein, sich selbst zu produciren. (Ed. cit. das obras de Goethe. I.er B. S. 243).

Os Stürmer confirmam o juizo claro do poeta; consideravam-se quási iguais ao grande modêlo que procuravam imitar, mas que deturpavam exagerando.

carácter. Para que modelar o nosso teatro sôbre a forma francesa, se sômos alemães e o requinte de galantaria dos heróis de Racine não é conforme ao nosso feitio? Para que pautá-lo pela forma inglesa, quando estamos tão afastados do bom humor e vivacidade dêstes insulares? Um carácter cheio de rectidão, honestidade, coragem, constância e tenacidade, cativa a alma do nosso povo...» (1). Recomenda por fim o género mais simples, mas parece-lhe ao mesmo tempo que os alemães preferem maior vida e movimento do que a enfadonha declamação, reconhecendo também que não é fácil escrever uma peça simples.

Henrique Leopoldo Wagner era também do círculo de Goethe em Strasburgo. Na «Dichtung und Wahrheit» diz Goethe: «É aqui ocasião de mencionar de passagem um bom companheiro que sem possuir dotes especiais, merecia ser contado no número dos nossos íntimos. Trata-se de Wagner, membro do nosso círculo em Strasburgo e depois em Francfort. Não lhe faltava espírito, possuía talento e instrução, mostrava zêlo e era sempre bemvindo. Era-me muito afeiçoado e como não fazia mistério dos meus projectos confieilhe, assim como a outros, o meu plano de Fausto e sôbretudo a catástrofe de Margarida. Aproveitou o assunto para uma tragédia — Die Kindermörderin» (Ed. cit. das obras de Goethe, IV, B. S., 222).

Goethe, segundo confessa, não conservou a respeito de Wagner o mínimo resentimento pelo plagiato referido. Nem a «Infanticida» era obra que pudesse fazer sombra ao Fausto. A peça foi proibida, o que não é de estranhar se nos lembrarmos de que o cinismo e máu gôsto correm parelhas no teatro de Wagner.

Em 1774 apareceram nos «Francfurter gelehrten Anzeigen», sôbre o opúsculo crítico de Lenz «Notas sôbre o teatro», alguns artigos seus, em que exprime o seu desdêm aos homens de papel dourado, aos Lilliputanos, aos desgraçados e pobres burgueses do sentencioso Corneille, ao meigo Racine e a todos os fabricantes de tragédias da moda, com o seu velho cortejo fúnebre aristotélico.

Como todos os poetas do tempo, admirava Shakespeare, atacando também, sem dó nem piedade, a literatura francesa. Um escritor francês do tempo consegue as simpatias

---

(1) Cfr. Rieger, «Klinger in der St. u. Drangperiode. Darmstadt», 1880, tom. I, pag. 45.

do público alemão. Refiro-me a Mercier que foi conhecido e apreciado pela nova geração e sôbretudo por Schiller que o leu, traduziu e imitou. O «Nouvel Essai sur l'art dramatique» que Wagner, a conselho de Goethe, traduziu em 1776, foi acolhido na Alemanha com enorme entusiasmo. O facto não é tão extranho como à primeira vista parece. Mercier está quási sempre de acôrdo com as críticas dirigidas pelos seus vezinhos de Alem-Rheno, ao teatro francês. Imola Racine, em que Lessing não se atrevera a tocar, julga Voltaire com respeito, mas livremente. Adora Jean-Jacques, exalta a poética de Diderot e admira no gráu mais elevado Shakespeare. Sabe aliar o optimismo geral de Leibnitz (1) ao optimismo humano de Rousseau.

De Mercier receberam os jovens autores dramáticos da Alemanha, elogios francos e palavras de animação. «É digno de nota, escreve êle, que os alemães criando um teatro, caíssem pela impulsão da natureza neste género útil e pitoresco, a que chamamos *Drama*. Se o aperfeiçoam, como tudo nos faz crer, não tardará muito que nos levem de vencida. O fundo do seu teatro é admirável; a forma é viciosa, mas o teatro francês ainda mais tem que fazer; tem de reformar quási todo o seu fundo. Chama aos alemães «nation respectable» e indigna-se contra a inconveniência de um autor que em 1770 ridicularizou em scena um barão alemão. Mais benévolo do que os Stürmer para as regras de Aristóteles, dá-lhes razão nas críticas dirigidas aos franceses a propósito do emprêgo excessivo da rima. E em apoio do seu juizo cita as rimas amaneiradas, equívocas e trabalhadas que floresceram no comêço do século XVI com Cretin, Molinet, etc. «Não é dificil encontrar, acrescenta Mercier, um verificador exacto, puro, elegante e harmonioso; eu pelo menos

---

(1) As duas grafias «Leibnitz» e «Leibniz» são igualmente exactas, conquanto entre os alemães seja mais corrente a segunda e os franceses empreguem de preferência a primeira. O próprio filósofo usava indiferentemente uma e outra. O nome é de origem slava e escrevia-se primitivamente «Lubenicz». Ora a terminação slava *nicz* que se pronuncia *nitch* e na qual o som *t* é o mais importante (o *z* das línguas slavas é uma simples aspiração e exprime-se muitas vezes por um simples acento) torna-se de ordinário em alemão *nitz* e não *niz* como o comprovam, entre outros, os nomes de cidade: Pillnitz, Chemnitz, etc.

Em vista disto, parece não haver duvida que a grafia «Leibnitz» é mais conforme à origem da palavra. (Vid. Leibnitz, *La Monadologie*, par Émile Boutroux et Henri Poincaré, pag. 1 e 2, a que peço a presente nota.

conheço cinco ou seis. Mas o Poeta? O Poeta?» (1). É a pergunta constante de Lenz: «Aber wo bleibt der Dichter?».

No «Nouvel examen de la tragédie française» tem opiniões como estas: «Racine est un poète dramatique sans génie et sans caractère, Corneille a été rabougri ou tordu par les règles. Shakespeare est le dieu du théatre; il ne s'agit point en le lisant, de l'imiter mais de modeler en grand à son exemple».

Os alemães têem pois justos motivos para com orgulho apregoarem, que nenhum outro povo compreendeu e sentiu Shakespeare como êles. O próprio Wieland que se sentia atraído naturalmente pela arte poética francesa, não poude escapar à influência de Shakespeare. A êle se deve a primeira tradução alemã de Shakespeare, concluida por Eschenburg. Graças aos seus esfórços, foi representada a «Tempestade» na antiga cidade livre de Biberach.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

(1) Mercier, *obr. cit.*, pag. 147, 207, 332.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Incidentes en la Historia del Movimento Teosófico — Conferencia dada en el Teatro Isis, San Diego, California, bajo los auspicios de la Sociedad Teosofica «Aria», por Joseph H. Fussel.

Boletin del Centro Artistico — Revista mensal, literaria e arte. Granada, 1915.

O tratamento das Boubas no Hospital Real de Todos os Santos em principios do seculo XVI, por Sebastião Costa Santos. Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1916.

O desembarque do Duque D'Alba em 1580, por Carlos Roma du Bocage. Lisboa, Tip. do Comercio, 1910.

Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam, por Henrique Lopes Mendonça. Coimbra, Imp. da Uiversidade, 1915.

Anais da Arzila (crónica inédita do seculo XVI), por Bernardo Rodrigues, sob a direcção de David Lopes. Coimbra, Imp. da Universidade, 1915.

Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531, relativos a Marrocos, Tomo I (1415-1450), por Pedro de Azevedo. Coimbra, Imp. da Universidade, 1915.

Étude préliminaire sur la prise de Ceuta par les Portugais en 21 août 1415, por Carlos Roma du Bocage. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1912.

Untersuchungen über den brouchopneumonischen Pseudokrup, por Enrique Suñer. Berlin, Verlag von S. Karger.

Le cacodylate de mercure dans le traitemente de certains formes de la syphilis, por Tomaz de Mello Breyner. Lisboa, abril de 1903.

Marrocos, por Carlos Roma du Bocage. Lisboa, Tip. Universal, 1906.

Beitrag sum studium der actiologie und Prophylaxe der sommerdiarrhaen bei kleinen kinder in Spanien, por Enrique Suñer. Berlin, 1911.

Injections intramusculaires et intravaineuses d'arsénobenzol — Indications, doses, technique, accidentes, por Thomaz de Mello Breyner. Lisboa, Imp. «A Liberal».

Annual Report of the smithronian Institution — Shawing the operations, expenditures, and condition of the year ending. Washington, Gouvernemente Printing Office, 1914.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispicio, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

VOLUME 64.º
N.º 12

1917
Dezembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1917

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Explicação física da atracção universal, por Costa Lobo 611
Sur la duplication du cube et les oracles de la Pythie, pelo Dr. Prompt, de Turin 614
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 628
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 634
Correspondencia do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por Edgar Prestage.... 645
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 654

EXPLICAÇÃO FÍSICA DA ATRACÇÃO UNIVERSAL

O número de julho do corrente ano do *Bulletin de la Société astronomique de France,* publica uma importante comunicação do professor T. I. I. See de Montgomery, no Missouri, intitulada: I. *Causa fisica das fluctuações inexplicadas do movimento médio da Lua;* II. *Causa fisica da gravitação universal.*

A opinião do ilustre professor é exposta nos seguintes termos:

«A gravitação universal deve ser devida a ondulações electro-dinâmicas, que viajam com a velocidade da luz, e que reagem sôbre a matéria com fôrças produzidas no meio favorável a estas ondas, certamente diversas das que foram concebidas por Maxwell na sua teoria electro-magnética da luz».

Supõe Mr. See que não têem sido apresentadas explicações físicas da gravitação universal, e referindo-se à teoria da relatividade de Mr. Einstein, diz:

«O professor Einstein, que não tinha conseguido relacionar a gravitação com o electro-dinamismo, publicou ultimamente uma teoria de relatividade para explicar a gravitação, inclusivamente o movimento do perihelio de Mercúrio, etc., mas tanto quanto posso apreciá-la, não se encontra ali nenhuma tentativa para assinar a causa da gravitação. Realmente na teoria vaga e quimérica de Einstein, a gravitação não é uma *fôrça,* mas sim uma *propridade do espaço!*».

É oportuno observar que estas opiniões são muito similhantes àquelas que sôbre o assunto tenho exposto, especialmente na comunicação que em junho de 1911 apresentei no Congresso de Granada — *As radiações e atracção neutoniana,* e, incidentemente, na conferência que em 1915 fiz em Valladolid, assunto que espero ter ocasião de desinvolver brevemente, com especial referência à doutrina da gravitação.

A teoria radiante que então expuz, tem por base factos averiguados de radioactividade, e a sua generalização a todos os fenómenos observados.

Na comunicação de 1911, fazendo a classificação das radiações, expuz a seguinte doutrina:

«Por imponderáveis designo, e, creio com a maior propriedade, as radiações que produzem o fenómeno da gravidade, ou melhor, da atracção, que nunca deveria ser considerado como derivado de uma qualidade intrínseca da matéria, mas sim dever encontrar explicação na constituìção do universo».

Esta explicação deduzo-a do facto constatado da passagem da matéria para o estado radiante caracterizado por prodigiosas velocidades de translacção, e da consideração da hipótese de num dado momento toda a matéria se encontrar neste estado, e da formação da matéria atómica como consequência dos choques dessas radiações.

Admitidos êstes princípios é fácil chegar a uma explicação física da atracção universal.

A matéria assim formada num dado lugar, alêm de ficar com as propriedades que resultaram do movimento das radiações que a produziram, constituirá uma enorme condensação de energia, a qual provocará a correspondente reacção das radiações, que exercerão sôbre aquele centro de condensação um efeito análogo ao de uma pressão.

Mas, quando num outro ponto tenha lugar outra condensação de energia, a pressão provocada pela primeira impelirá a matéria ali formada para o primeiro, e devendo suceder o mesmo em todas as circunstâncias análogas, manifestar-se há um fenómeno que pode ser considerado como uma atracção, evidentemente *proporcional* ao número de centros de condensação que constituem cada corpo, e por isso *á massa.*

Considerando isoladamente um ponto e um corpo, a pressão exercida pelas radiações sôbre êste, em virtude da condensação existente naquelle, resultará das radiações compreendidas na superfície cónica que tem por directriz o contôrno aparente do corpo, visto do ponto considerado, e *variará* conseqùentemente com a posição relativa daquele contôrno, *na razão inversa do quadrado da distância.*

Pela exposição que deixo feita verifica-se que há mais de 6 anos, e Mr. See declara que só agora dá pela primeira vez conta das suas teorias, eu apresentei uma explicação física da atracção universal, com a circunstância interessante de em ambas as teorias dever snpôr-se que a acção não é instantânea, mas sim que é transmitida com a velocidade da luz.

É importante notar que, concluindo se segundo esta teoria para a atracção a fórmula de Newton $F = f\frac{mm'}{r^2}$, há comtudo a observar que deverá atribuir-se a f um valor variável com a composição do universo em matéria e radiações.

Para melhor apreciar quanto a explicação que apresento diverge da doutrina de Einstein, transcrevo da tradução da sua memória original, publicada nos arquivos das sciências físicas e naturais de Genebra, reproduzida no *Bulletin de la Société astronomique de France* de novembro último, os seguintes interessantes períodos:

«Uma outra consequencia da hypothese da equivalencia — consequencia de um alcance fundamental — encontra-se no facto de sofrerem os raios luminosos uma curvatura quando passam n'um campo gravitico. Por exemplo, quando um raio luminoso passa na vesinhança do sol, a curvatura attinge 0″,84, quantidade que não é inacessivel á experiencia.

«Esta consequencia arrasta a seguinte: a velocidade da luz n'um campo de gravitação não póde ser constante, deve variar com o lugar».

Mas é tambêm interessante observar como fundamentalmente a doutrina de Einstein tem importantes pontos de contacto com a que expuz sôbre a constituïção do universo, até ao ponto em que os actuais conhecimentos nos permitem chegar, bastando para se apreciar êste facto a consideração que acabo de transcrever sôbre os raios luminosos.

Costa Lobo.

SUR LA DUPLICATION DU CUBE ET LES ORACLES DE LA PYTHIE

(Extrait d'une lettre du Dr. Prompt, de Turin, à M. Rodolphe Guimarães) (1)

On adorait à Dèlos les deux jumeaux issus de Latone, la déesse de la mort (Λητώ, d'où vient le latin *lathum*). Ces divinités dans l'ancienne mythologie grecque, ne répondent nullement au soleil et la lune. Diane armée de l'arc et des flèches, donne la mort aux femmes; toutes les fois que dans Homère il est question d'une femme qui succombe à une mort paisible, il est dit qu'Artémis la frappe de ses traits les plus doux. Phébus préside à la mort des hommes; il intervient lui même dans celle des héros; c'est pour ce motif que Patrocle prononce la phrase célèbre:

Ἀλλά με μοῖρ' ἐλοὶ καὶ Λητὼς ἔκτανεν υἱός.

---

(1) A carta em questão é precedida das seguintes frases: «Je vous adresse encore quelques remarques sur la duplication du cube. Mais il n'y a que les pages 1 et 2 qui se rapportent à votre étude. Le reste a pour objet de montrer que le rôle de l'oracle de Delphos, dans le développement de la science mathématique chez les Grecs été très étendu et très important.

....

Je ne doute pas que vous serez frappé comme moi de l'intérêt que présentent ces textes au point de vue mathématique. Par exemple, il est impossible de ne pas admirer la beauté extraordinaire des deux vers où Théocrite dépeint le lever de l'Aurore. Mais cet élan lyrique serait bien déplacé, s'il n'était question que de préciser, sans y attacher aucun sens mystérieux, l'heure exacte où Simaitha reçoit la visite d'une amie qu'elle ne nomme même pas. Tout s'explique au contraire, s'il s'agit de l'heure où l'arc d'or de Sélana brille au ciel; c'est par l'influence de la déesse que Simaitha comprend la trapison de Delphis, et qu'elle forme la résolution de se venger, et de le faire périr par le poison, s'il ne revient pas à elle.»

L'arc de Phèbus est d'argent; il a pour symbole le croissant lunaire au méridien; celui d'Artémis est un arc d'or; il répond au croissant à l'horizon: dans Homère, Phèbus est toujours argyrotoxe; Artémis est chrysotoxe et chrysélacate: en effet, près de l'horizon, le croissant prend une teinte dorée. De plus, en raison d'une illusion d'optique bien connue, le croissant à l'horizon paraît beaucoup plus grand qu'au méridien.

L'autel de Délos était unique; il avait la forme d'un cube; il était construit avec des cornes gauches entrelacées.

Ces cornes étaient celles des fauves tués à la chasse par la déesse.

La Pythie, inspirée par Phèbus prescrivit aux Grecs de construire un second autel, double du premier, afin qu'il y eût deux autels, dont l'un, plus petit répondrait à l'arc de Phèbus, et l'autre, plus grand, à celui d'Artémis: le dieu, en signe de tendresse fraternelle, réservait pour lui même le monument construit avec les trophées de chasse de sa sœur.

Mais ce n'est pas tout.

Phèbus est unique et indivisible: Diane se présente sous trois formes diverses: c'est la Trivia des Latias; c'est la déesse qui apparaît là où trois routes se rencontrent et que les magiciennes saluent en ces lieux, au bruit des timbres d'airain:

ά δεὸς ἐν τριόδοιτι - τὸ χαλκέον ὡς τάχος ἄχει (1).

Sur terre, c'est Artémis, qui poursuit la louve et le cert dans les forêts; c'est la gardienne de la virginité et de la pudeur; aux enfers, c'est Hécate, qui reçoit les femmes dans la mort: au ciel, c'est la vénérable Sélana (2), qui dans ses phases, préside aux mouvements périodiques du sang à travers les organes sexuels; c'est la déesse indulgente, à qui les parturientes demandent d'abréger leurs souffrances. Secourable et douce pour toutes celles qui l'invoquent, elle écoute même les confidences de la mauvaise femme qui n'est plus vierge (3), et, si elle est trahie, c'est encore Sélana qui lui révèlera la vérité pour qu'elle se venge: la révélation

---

(1) Théocrite, dans l'idylle des enchantements.
(2) ποτνα Σελάνα (Théocrite).
(3) κακὰν καὶ ἀπάρθενον *(id., ib.)*.

viendra à l'heure où l'arc d'or de la déesse, toujours proche du soleil, brille à l'orient près de l'horizon, à l'heure où les cavales célestes s'élancent hors de l'océan, et emportent vers les régions élevées l'Aurore aux bras de rose (1).

Car le croissant lunaire est toujours voisin du soleil; tant que la lune est dans cette phase, la distance des deux astres est au dessous de 90 degrés, et à mesure qu'elle se rapproche de cette limite, la concavité intérieure de l'arc de Phébus et de Diane s'efface, et se change en ligne droite.

C'est en se basant sur ce caractère triforme de la déesse que la Pythie a prescrit aux géomètres de s'élever au dessus du second degré, et d'aborder, dans la construction du deuxième autel de Dèlos, les problèmes qui dépendent d'un degré supérieur.

Ce n'est pas d'ailleurs la seule fois que la Pythie ait introduit dans ses réponses la considération du nombre 3 et celle des cubes. On la retrouve dans un oracle où les propriétés des nombres et l'étude des arrangements a donné lieu à des conséquences intéressantes que personne n'a étudiées jusqu'ici.

En raison du génie de la langue latine, une phrase qui forme un vers hexamètre peut se prêter à des interversions de mots plus ou moins nombreuses sans que le vers cesse l'exister.

La première phrase qui a excité à cet égard la curiosité des arithmologues est celle qu'on doit au P. Beauhuys, jésuite, professeur à Louvain.

Tot tibi sunt, Virgo, dotes, quot sidera coelo.

Ce vers latin, écrit à la louange de la Vierge Marie, offrirait, suivant son auteur, qui le publia en 1614, un nombre d'arrangements égal à 1022, c'est-à-dire, un nombre des étoiles du catalogue da Ptolémée. Une foule d'auteurs se sont occupés de cette question, dont M. Gérardin a donné dans son journal «Le Sphinx Œdipe», une bibliographie complète, en l'année 1909.

Ce qu'il y a de plus étrange c'est la diversité des résul-

---

(1) ἀνίκα πέρ τε ποτ' οὐρανὸν ἔτραχον ἵππο
Λύ' Τάν ῥ' ὀδόπαχυν ἀπ' Ὠμεανόιο φέροιτα.

tats auxquels les arithmologues sont arrivés. Nous allons en citer quelques uns :

Le P. Franchis	2368
Wallis.....	2530
Jacques Bernouilli.....	3312
Le P. Prestet.....	3276
Vossius	40320

Ce qui complique la question, c'est que certains auteurs ont rejeté les vers spondaïques, on les vers sans césure; d'autres les ont admis. Tous paraissent avoir manqué de méthode. On voit assez simplement qu'il doit toujours rester un multiple de 12, d'où il suit que les calculs de Beauhuys et de Franchis sont faux. En conservant les vers spindoïques, et en rejetant les vers qui n'ont pas une césure au deuxième pied, ou bien deux césures, l'une au premier, l'autre au troisième, je trouve, par une méthode qu'il serait trop long de développer ici, 1272.

D'autres vers semblables ont été construits par les auteurs modernes; mais ils sont sans intèrêt: ce sont des séries de monosyllabes latines, longues, dont l'ensemble n'offre aucun sens, et qui, naturellement, permettent des arrangements, très nombreux.

En pareille matière, la difficulté consiste à écrire une phrase, ou même un petit poême, où l'on peut obtenir beaucoup de combinaisons, et qui, cependant, offre un sens acceptable, et des qualités de style simples et conformes au bon sens. Il n'est pas nécessaire de secourit à la langue latine pour cet objet, et j'ai composé, dans ce genre, le sonnet français que voici.

Sous la pluie et la neige, et la grêle et le vent,
Pensif, des yeux en pleurs, j'ai regardé souvent
Comme la fleur s'abreuve, en devenant plus belle,
Aux frimas, à la pluie, à la neige, à la grêle.

Frimas, ou pluie, ou neige, elle attend, elle appelle
Tout ce qui peut baigner sa tige fine et frêle,
Ses pistils parfumés, son calice mouvant
Qui cède, et tourne au gré d'un souffle décevant.

Sois béni, sois heureux, si ton cœur, dans l'amour,
Ignore le mensonge et l'art d'être infidèles,
Et maudits soient le lys, l'aconit, l'immortelle,

La rose, l'edelweiss, qui prennent chaque jour
La goutte d'eau banale, offerte tour à tour
Par la pluie et la neige, et la brume et la grêle.

On trouve quatre fois, dans cette composition, des groupes de trois mots que nous avons soulignés, et ces mots sont tels qu'on peut les changer entr'eux de toutes les manières possibles, c'est-à-dire de six manières. Il en résulte que le nombre de manières d'écrire le sonnet est égal à $6^4 = 1296$.

Mais ce qui peut offrir beaucoup d'intérêt, c'est l'étude des vers latins que nous ont laissés les anciens, et qui se prêtent à un grand nombre d'arrangements. Nous allons en donner quatre exemples:

A. Il n'y en a aucun dans Virgile sauf une seule exception. Ce n'est pas à dire que certains vers de Virgile ne se prêtent à plusieurs modifications de ce genre. Pour montrer ce qui en est, nous choisirons un vers remarquable, que Virgile a imité d'Homère, et que le Dante a imité de Virgile: c'est celui-ci:

Creta Jovis magni medio jacet insula ponto.
(Æn. III, 104).

Il y à dans Homère:

Κρήτη τορ γαΐ' ἔστι μέοῳ ἐνὶ οἴνοπι πόντῳ
(Od. XIX, 172).

Et dans l'Enfer du dante:

In mezzo mar siede un paese guasto,
Diss'egli allora, che si chiama Creta
Sotto il cui rege fu già'l mondo casto.
(Enf. XIV, 94).

Il nest pas inutile d'observer, que notre opération arithmologique va avoir ici un caractère de barbarie et de profanation; car nous allons altérer une phrase que Virgile a siselée avec un soin extrême: ce qui le prouve, c'est qu'il a suivi le rhythme d'Homère avec une fidélité scrupuleuse. Le vers grec commence par un spondée, la vers latin par un dactyle; à cela près, des pieds sont les mêmes partout: là où il y a une syllabe grecque longue, il y en a une latine qui est longue, et il en est de même pour les brèves.

Cependant Virgile s'écarte d'Homère dans les expressions;

Homère dit que la Crète est une *contrée* entourée par la mer; Virgile dit que c'est une île; il y a là un pléonasme; cela diminue la force et la beauté de la description, et le Dante, *qui n'avait pas lu Homère,* rétablit dans toute sa pureté la pensée homèrique, exactement comme un géomètre moderne qui n'aurait pas lu Apollonius, pouvait arriver à démontrer une propriété des sections coniques en retrouvant la démonstration alexandrine, ou comme les inombrables enfans de nos écoles retrouvent, dans leurs exercices, la démonstration d'un théorême facile, que les maîtres ont eu soin de leur laisser ignorer, pour qu'ils prennent la peine dela découvrir.

Mais le Dante, voulant analyser la pensée de Virgile et d'Homère, va plus loin encore: il nous fait comprendre comment les anciens poètes ont pu dire avec juste raison que la Crète est *au milieu* de la mer. Dans le mont Ida, il imagine un grand vieillard qui pleure éternellement sur les vices et las crimes des hommes, et dont les larmes tambent dans l'abîme infernal, et forment l'Achéron, le Phlégéton le Styx et le Cocyte. Ce vieillard, dit-il, tourne le dos à Damiette, et regarde vers Rome, comme s'il voulait s'y mirer dans un miroir. Rien n'est plus exact. Si l'on tend un brin de fil sur la surface d'une sphère terrestre, et si l'on pase l'un des bouts sur Rome, l'autre sur Damiette, le point milieu du fil est au milieu de l'île de Crète.

Les larmes du vieillard descendent suivant une verticale: cette verticale est l'une des génératrices du cône qui a pour axe la verticale de Jerusalem: c'est sur ce cône que le poète a tracé les cercles de son Enfer: ainsi le squelette géomètrique de son œuvre, qu'il a reçu des mains de Virgile et d'Homère, se trouve figuré dans la phrase poètique dont nous allons déranger les mots, détruire la mélodie, violer le mystère: il est visible qu'un tel crime ne saurait passer sans malédiction, et que les grands écrivains latins n'ont pu songer à formuler leur pensée de manière à permettre ces sortes de tentatives mauvaises et inqualifiables. C'est ce qui explique pourquoi les vers à combinaisons multiples sont extrèmement rares dans leurs œuvres.

Mais quand il s'agit d'un crime, il ne faut pas se borner à le définir; il faut encore le commettre, si l'on veut qu'il existe. Voici donc l'analyse de nos combinaisons; nous voyons d'abord que les mots *jovis* et *facet* sont équivalents au point de vue de la prosadie, et que le vers ne saurait subsister, si l'un d'eux ne suit pas le mot *Creta;* nous chercherons donc combien il y a de combinaisons en laissant ensemble les mots

Creta Jovis: soit *n* le nombre obtenu; le nombre que nous cherchons sera 2*n*. De plus, nous supprimons les vers spondaïques parce qu'ils sont très mauvais, et que nous ne pouvons pas abîmer la pensée de Virgile au dela d'une certaine limite; en effet:

Ainsi que la vertu, le crime a ses degrés.

Cela posé, nous cherchons d'abord les combinaisons qu'on pourrait avoir en changeant de place les deux derniers mots; il n'y en a pas; il n'y en a pas non plus avec les trois n'y avec les quatre derniers; il y en a avec les cinq derniers; après les avoir épuisées, nous prenons le groupe *Creta Jovis,* que nous avons déclaré indissoluble; nous voyons qu'il ne peut être mis qu'an second rang, et vous avons, de cette manière, les six combinaisons:

Creta Jovis | magni medio jacet insula ponto
Creta Jovis | medio | magni jacet insula ponto
Creta Jovis | medio | ponto jacet insula magni
Creta Jovis | ponto medio jacet insula magni
Ponto Creta Jovis medio jacet insula magni
Magni Creta Jovis medio jacet insula ponto.

Ainsi le nombre cherché est égal à 12.

B. Voici maintenant le vers exceptionnel dont nous avons parlé plus haut: il se trouve dans toutes les éditions et dans tous les mss. de la septième églogue:

Si mihi non haec lux toto jam longior anno est.

On voit tout de suite que les combinaisons possibles sont en nombre considérable.

J'ai cherché combien il y en a. J'ai suivi la méthode que je viens d'exposer; j'ai conservé les vers spondaïques; mais j'ai éliminé les arrangements qui changent le sens de la phrase, et ceux qui sont contraires aux principes de la grammaire latine. D'après le système que j'ai suivi, il est impossible que j'aie répété deux fois le même arrangement; mais, le travail étant très long, ja n'ai pas eu jusqu'ici le loisir de le revoir avec tout le soin nécessaire, et je ne donne le résultat que sous certaines réserves: il se peut en effet que j'aie oublié quelques arrangements. En un mot, le chiffre que j'ai obtenu

n'est certainement pas trop grand; mais il n'est pas impossible qu'il soit inférieur à la vérité. Les arrangements que je possède sont au nombre de 12920.

Cela étant, il se présente une question très sérieuse, qui est celle-ci: Avons nous là un vers de Virgile? On bien, ne serait-ce pas un vers que les exécuteurs testamentaires de Virgile auraient introduit dans ces œuvres, par erreur, et qui ne serait pas de lui? Il a pu se trouver dans ses papiers après sa mort, et on a pu croire, à tort, qu'il en était l'auteur.

Il est impossible d'admettre que la construction d'une telle phrase poètique soit l'effet du hasard. Si cela était, on en trouverait d'autres qui auraient les mêmes proprétés, soit dans Virgile lui même, soit dans d'autres poètes latins, et il n'en est rien. D'autre part, si Virgile avait pris plaisir à créer ainsi des machines à combinaisons, il en aurait fait d'autres, et les poètes très nombreux qui ont imité sa manière se seraient exercés à suivre l'exemple. Ici encore nous ne trouvons rien de semblable.

Examinant le vers proposé en lui même, nous voyons qu'il n'a qu'une césure, et qu'elle est au troisième pied: cela est contraire aux habitudes prosodiques de Virgile, qui met toujours une seule césure au second pied, ou bien deux césures, l'une au premier pied, l'autre au troisième. En autre, la phrase manque de sens. Elle fait partie d'un des quatrains que chante le berger Thyrsis pour répondre à Corydon; c'est celuici:

> Ino ego Sardois videar tibi amariar herbis,
> Horridior rusco, projecta vilior alga,
> Si mihi non haec lux toto jam longior anno est.
> Ite domum pasti, si quis pudor, ite, juvenci.

A qui s'adresse le berger? il ne le dit pas. Pourquoi la journée lui paraît elle si longue? il ne le dit pas davantage. J'ai sous les yeux une traduction française (celle de la collection Nisard); elle est ainsi conçue: «Si ce jour, loin de toi, ne m'est pas déjà plus long qu'une année». Le traducteur a-t-il voulu critiquer le texte? s'il ne l'a pas voulu, il l'a fait sans le vouloir. On conçoit en effet que le berger s'adresse à celle qu'il aime, et qu'il lui dit qu'il est dans la douleur, parce qu'il est loin d'elle et parce qu'il ne pourra pas la voir avant que le troupeau soit rentré. Mais tout cela demeure oublié, et il en résulte que la phrase n'a pas de signification précise.

D'ailleurs quelles sont ces herbes de Sardaigne, qui ont un goût amer? Ici encore, nous ne pouvons rien comprendre.

La flore sarde ne différe pas sensiblement de la flore italienne, et l'île ne produit rien qui ne se trouve sur le continent.

Enfin, d'après ce que dit Thyrsis, il semblerait que c'est un bouvier. Or, au début de l'églogue, il a été dit que son troupeau, et celui de Corydon se composaient de chèvres et de brebis.

Le quatrain qui nous occupe est une réponse à celui de Corydon qui est conçu en ces termes:

> Nerine Gulatea, thymo mihi dulcior Hyblae,
> Candidior cycnis, hedera firmosior alba,
> Cum primum pasti repeteut praesepio tauri,
> Si qua tui Corydonis habet te cura, venito.

Les bergers de Virgile et de Théorite ne sont pas les amants heureux des déesses; ils se contentent d'aimer les bergères. Galatée la Néréide est aimée de Polyphème; mais Polyphème n'est pas un Corydon ni un Tircis; c'est au demi-dieu.

D'ailleurs le thym n'est pas doux; il est parfumé, ce qui n'est pas du tout la même chose; le lierre n'est pas blanc; ce sont les fleurs du lierre qui sont blanches. Ne serait-il pas ridicule de dire que le fraisier est blanc, que le poirier est blanc, que le pêcher est rose? Il résulte, en autre des paroles de Corydon, que ce berger serait un bouvier come Thyrsis, et que son troupeau se composerait de taureaux, ce qui ne sera pas admis facilement par les agronomes; car, à moins d'élever des sujets pour les combats de taureaux, tels qu'ils existent aujourd'hui dans certains pays, et tels qu'il n'en existait pas à Rome au temps de Virgile, nous ne voyons pas quel revenu pourrait donner un troupeau où il n'y aurait que des mâles.

Il y a donc là huit vers qui peuvent être enlevés de l'églogue sans qu'elle cesse de former un ensemble régulier et complet; ces vers sont parfois inintelligibles et parfois contradictoires; il y en a un qui est mal, écrit vide de sens, antiprosodique, et affecté d'une véritable monstruosité qui jusqu'ici a échappé aux arithmologues, mais qui n'en est pas moins réelle. If faut se décider à admettre que nous avons là un glossème, une interpolation, et qu'il faut à l'avenir en débarrasser le texte de Virgile.

C. J'ai examiné toutes les satires et toutes les Epitres d'Horace; je n'y ai trouvé aucun vers à combinaisons. J'arrive au même résultat négatif pour le poème de Lucrèce, à

cela près, qu'il y a comme dans Virgile, une exception, et une seule: c'est celle ci:

Nobila, ros, imbres, nix, venti, fulmina, grando.
(De Nat. 7, V, 1191).

Ce vers est semblable à ceux que les modernes ont fabriqués pour renchérir sur la phrase de Beauhuys. Comme composition, il ne présente, au point de vue de l'art de la poèsie, rien de contraire à la raison ni au bon goût: rien n'empêche de croire que Lucrèce l'ait écrit, et rien n'empêche de croire qu'en l'écrivant, il ait omis de l'inquièter du grand nombre de combinaisons différentes dont il est capable. En appliquant notre méthode, on trouvera qu'il y en a 504.

D. Ce qui a été dit jusqu'ici n'est qu'un préambule, fort long sans doute, mais qui se trouve justifié par la nouveauté de la question: car il n'y a jamais eu personne qui ait étudié, dans les auteurs latins, les vers susceptibles d'un grand nombre d'arrangements différents.

Mais nous allons examiner à présent une de ces phrases poètiques dont la création, cette fois, appartient à la Pythie, en sorte que, semblable à celui de la duplication du cube, cet oracle est le fruit des préoccupations mathématiques dont le Dieu de Delphes nous a donné plusieurs exemples.

Il s'agit de la réponse illusoire présentée à Pyrrhus. C'est un vers hexamètre latin qui peut être arrangé de 27 manières différentes: en voici la liste complète: il y a seize vers spondaïques; si on les rejette, et si l'on rejette également les vers qui ne sont pas spondaïques, et qui n'ont pas de césure, c'est-à-dire les vers 5 et 7, il n'en reste plus que neuf; c'est ce carré de 3, et le nombre total 27 est le cube de 3.

Aio	te, Æacida, Romanos vincere posse			1
	vincere	et,	Æacida, Romanos posse	2
			posse, Æacida, Romanos	3
		Romanos posse, Æacida, te		4
Te,	Romanos, Æacida aio vincere posse			5
	Æacida, Romanos aio vincere posse			6
Æacida,	aio	te Romanos vincere posse		7
		Romanos te vincere posse		8
		vincere	te Romanos posse	9
			Romanos te posse	10
	te	aio Romanos vincere posse		11
		vincere	Romanos posse aio	12
			posse aio Romanos	13

Romanos	te aio vincere posse			14
	vincere	te	aio posse	15
			posse aio	16
		posse aio te		17
posse aio vincere	te Romanos			18
	Romanos te			19
Romanos aio, Æacida te vincere posse				20
Vincere	te	Romanos, Æacida,	aio posse	21
			posse aio	22
		Æacida, Romanos aio posse		23
		posse, Æacida, Romanos aio		24
	Romanos aio	posse; Æacida, te		25
		Æacida, te posse		26
posse aio Romanos, Æacida, te				27

Pour discuter ces résultats, il est indispensable de rappeler ici quelques détails bien connus, que l'on trouve surtout dans les livres de Plutarque. A l'époque de Pyrrhus, il n'y avait pas une seule Pythie, il y en avait trois. Chacune d'elles prenait place sur le trépied sacré une fois par mois. Cet appareil était placé dans une caverne du Parnasse, à l'issue d'un conduit souterrain de petit calibre, analogue à ceux qu'on voit en grand nombre, dans le voisinage de la ville d'Ems, sur la colline du Baederlei. Par cette ouverture, il se dégageait un gaz irrespirable, qui occasionnait chez la prêtresse une attaque d'hystérie. Elle perdait connaissance, proférait des paroles sans suite que l'an recueillait avec soin, poussait des cris inarticulés, et éprouvait des convulsions violentes. Quand cette scène avait duré assez longtemps, en remportait dans sa demeure la Pythie évanouie, et épuisée de fatigue; elle s'endormait, et le lendemain, elle redevenait tranquille, et vivait dans le calme jusqu'au mois suivant.

La Pythie avait toujours à sa suite des saints, des prophètes et des poètes. Les saints et les prophètes s'occupaient de coordonner les mots prononcés pendant l'attaque, pour en faire les éléments de la réponse aux questions proposées. Les poètes les mettaient en vers: l'oracle étant consulté pour des affaires privées ou publiques par des personnes de toutes les nations, il y avait, parmi les poètes, des auteurs qui savaient composer des vers isolés, des distiques, ou des quatrains en diverses langues, ou même des strophes plus étendues. C'est ce qui explique pourquoi l'oracle de Pyrrhus a été rédigé en latin. Cet oracle annonçait que la guerre serait indécise; rien n'était plus sage; on ne pouvait attendre ni d'un côté ni de l'autre les victoires brillantes: Pyrrhus était un guerrier redoutable; il en était de même des consuls romains: après

plusieurs actions très sanglantes, le roi épirote fit ce qu'il aurait fait d'abord, s'il avait écouté les conseils de la Pythie; il tourna ses armes contre des adversaires moins dangereux.

Maintenant, qu'elle est dans cet oracle si artistement combiné la part qui revient aux prophètes, et celle qui appartient à la Pythie elle même?

La Pythie était toujours une femme vierge, atteinte d'hystérie, ayant plus de 50 ans, appartenant aux classes pauvres, mais de condition libre. Ses mœurs devaient être irréprochables. Suivant Plutarque, elle était le plus souvent d'un esprit borné; mais ce renseignement et contradictoire. Au point de vue intellectuel les hystériques sont presque toujours des femmes supérieures. Il n'en est pas de même au point de vue moral; on trouve chez elles tous les degrés, depuis la plus haute vertu, jusqu'aux tendances les plus perverses; ce qu'on n'y trouve pas souvent ce sont les degrés intermédiaires; car, étant très passionnées, elles se dirigent vers les extrêmes, soit vers le bien, soit vers le mal. Aspasie, Porcia (1) Jeanne d'Arc, Sainte Thérèse, Gaetana Agnesi ont été des femmes hystériques. Dans leurs relations avec les personnes des deux sexes, les hystériques exercent en général une influence dominatrice à laquelle on ne résiste guère; cela tient à la force de leur intelligence, et à certaines qualités physiques, parmi lequelles, il faut placer au premier rang l'éclat extraordinaire du regard. Toutes les vierges de murillo sont des portraits de femmes hystériques.

Cela étant, nous sommes obligés s'admettre que la Pythie a été souvent une femme qui a su se faire obéir des prophètes et des saints, et qui a crée ses oracles elle même, indépendamment des vues étroites et intéressées de son entourage. Il faut voir en elle, suivant les temps, une sophiste profonde comme Aspasie, qui a inventé la maxime γνῶθι σεαύτον, et d'autres semblables, une Jeanne d'Arc paienne qui a dicté à Thémistocle les oracles qu'il lui fallait pour réaliser la victoire de Salamine, et parfois une Gaetana Agnesi hellénique, habile et exercée dans la géométrie et dans le calcul, posant aux maîtres de l'art le problème de la duplication du cube, et sachant fortifier ses prédictions politiques et guerrières par des arrangements arithmétiques,

---

(1) Porcia, femme de Brutus. Dans la vie de Brutus par Plutarque, on peut lire l'histoire de cette femme illustre, dont toutes les actions répondent au plus haut degré de l'hystérie.

où le nombre des combinaisons, égal à 27 qui est le cube de 3, entourait du prestige de ce chiffre sacré, les reponses venues de la déesse vierge, également puissante dans toutes les régions de l'univers, Hécate parmi les morts, Artémis dans les forêts, Sélana dans le ciel.

Il n'y a pas lieu de prétendre que ce soit la Pythie qui a écrit la phrase poètique à combinaisons; elle a dû seulement inviter le poète à introduire dans l'oracle quelques éléments mystérieux, qui représenteraient le carré et le cube du nombre 3. C'est ce qui a déterminé, pour exprimer la prédiction ambigue, le choix de la langue latine: car la langue grecque ne permet rien de semblable; les interversions de mots qu'on peut y faire sont infiniment plus bornées qu'en latin.

En terminant, je dois répondre par avance à une objection qu'on pourrait faire: ce serait que les Grecs, au temps de Pyrrhus, étaient peu versés dans l'arithmétique; en effet les livres qu'ils nous ont laissé sur cette science tels que ceux de Nicomaque, de Pappus, de Héron, de Diophante, appartiennent à une époque bien plus moderne. Mais il ne faut pas oublier que les premiers travaux mathématiques des Hellènes sont dûs, à peu près exclusivement, aux Pythagoriciens, qu'ils avaient un caractère mystérieux, et qu'il n'etait pas permis d'en révéler le secret. En parlant des propriétés des triangles, Timée dit que le Dieu les connaît, et qu'elles sont connues aussi de ceux que le Dieu accepte au nombre de ses amis: *θεὸς οἶδε, καὶ ὃς ἂν ἐκείνῳ φίλος ἔστι.* Si l'on veut un exemple certain de la puissance des Grecs en matière d'arithmétique, et cela au siècle de Périclès, ou même avant, c'est à dire dans un temps bien plus ancien que l'époque macédonienne, il suffit de citer le passage des nombres de Timée. Si je suis parvenu à résoudre ce problème, et même à le résoudre aisément, c'est parce que j'ai employé l'algèbre, et alors tout devient très simple, puisque le problème est du premier degré. Mais, sans algèbre, il est presqu'impossible d'en venir à bout. Il faut considérer que, si, de nos jours l'étude de la philosophie et celle des mathématiques se sont séparées, ce fâcheux système ne date que du XIX^e^ siècle; Descartes, Pascal, Fermat, Newton, les Bernouilli, d'Alembert, Euler, et tous leurs disciples ont été à la fois des mathématiciens et des philosophes; ils ont pâli sur le passage des nombres, et ils n'ont pas réussi à l'expliquer, parce qu'ils ont voulu l'élucider avec les seules lumières de l'arithmétique, sans avoir récours à un science supérieure, que les Hellènes ne possédaient pas.

Ces considérations peuvent nous permettre de saisir comment une phrase poètique à combinaisons a pu s'introduire dans la poésie de Virgile. L'art de faire des phrases de cette nature n'a jamais existé chez les Romains; l'oracle de Pyrrhus trouve que les Grecs l'ont connu. A l'époque des Césars, Rome était infestée par les petits Grecs (Graeculi) faméliques, prêts à faire les actes les plus extraordinaires pour exploiter l'opulence des vainqueurs du monde. C'est ce qui a fait dire à juvénal:

Graeculus, esuriens, in coelum, susseris, ibit.

Virgile, enrichi par les bienfaits d'Auguste, a dû être sollicité par un de ces individus, qui lui a vendu les deux quatrains de Corydon et de Thyrsis; après sa mort, on a trouvé ces pièces dans ses papiers; on a cru qu'elles êtaient de lui, et on les a cousues dans la septième églogue. Il y a dans nos mss. et dans nos éditions beaucoup de coutures semblables, et ce qui le prouve, c'est que plusieurs d'entr'elles sont de la dernière absurdité; pour mieux expliquer notre pensée, vous allons en donner un exemple.

Homère parle de douze cavales d'Erichthonios, issues de Borée, et il dit: (Il. XX, 226):

αὶ δ'ὅτε μὲν σκιρτῷεν ἐπὶ ζείδωρον ἄρουραν,
ἄκρον ἐπ' ἀνθερίκων καρπὸν θέον οὐδὲ κατέκλων.
ἀλλ' ὅτε δὲ σκιρτῷεν ἐπ' εὐρέα νῶτα θαλάσσης,
ἄκρον ἐὴι ῥηγμῖνος ἁλὸς πολιοῖο θέεσκον.

Virgile a écrit une très belle traduction de ces vers:

Illa vel intactae segetis per summa volaret
Gramina, nec teneras cursu laesisset aristas,
Vel mare per medium, fluctu suspensa tumenti
Ferret iter, celeres nec tingueret aequore plantas.

Où voulait-il introduire ce passage? nous l'ignorerons toujours; il ne le savait peut-être pas lui même. Mais ceux qui ont mis ses œuvres en ordre, ou pour mieux dire qui les ont mises en désordre, ont attribué à la guerrière Camille cette manière de courir, qui n'a rien d'extraordinaire s'il s'agit d'êtres divins et surnaturels, mais qui devient une conception ridicule et stupide, si on veut la déférer à Camille, qui, après tout est une simple mortelle, et une femme comme une autre.

Dr. Prompt, de Turin.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 11, pag. 610)

Em 1776 subiu à scena num teatro de Viena o «Hamlet», bastante adulterado; a 20 de março do mesmo ano Schrœder, director da sociedade dos autores dramáticos de Ackermann fez representar em Hamburgo o «Hamlet», seguindo-se «Othello, Merchant of Venice; Measure for Measure, Lear, Macbeth».

Shakespeare é hoje considerado na Alemanha tanto ou mais do que um poeta nacional, e para tal facto contribuiu em primeiro lugar o culto que lhe prestaram os espíritos vigorosos do movimento literário de 1770, e a seguir os autores alemães que o tomaram como guia seguro e mestre infalível. Mais conhecido ainda se tornou pela tradução primorosa e crítica entusiasta de Guilherme Schlegel. A obra dêste escritor coincidiu com os resentimentos políticos dos alemães, contra os franceses, provocados pelo despotismo de Napoleão. Por isso a nação inteira secundou o seu grito de revolta contra a tirania francesa, igualmente opressiva em política, como em literatura. Schlegel, com apaixonada veemência e desprêso da literatura francesa sustenta que Shakespeare é superior aos trágicos franceses, não só pelo génio, mas ainda pela arte, pelo sentimento do belo e modo de tratar a acção dramática. As conclusões, a que o grande polígrafo chega, é que o sistema dramático da França é falso e só produz obras de segunda ordem, ao passo que Shakespeare e Calderon fôram os únicos que compreenderam e aplicaram as leis inferiores da estética, sem o que não conseguiriam produzir as suas obras primas. A. W. Schlegel começou em 1796 a publicar a sua tradução nas «Horen» de Schiller. Ao todo traduziu 17 peças; o conde Wolf Baudissin contribue para o grande monumento lite-

rário com a tradução de 13 e Dorothea Tieck com 6. A «Shakespeare-Gesellschaft» publicou uma edição popular da «Schlegel-Baudissinsche Uebersetzung» (1).

---

(1) O aprêço de Tieck à literatura inglesa datava de há muito. O volume da tradução shakespeariana de Eschenburg que continha o «Hamlet», foi-lhe emprestado por um colega da escola e quási na mesma data em que leu a obra que lhe deixou impressão mais extraordinária o «Don Quixote», de Cervantes. (Leu-o na tradução de Bertuch; mais tarde estudou espanhol com Tychsen e compulsou o original). «A Tempestade» de Shakespeare inspirou-o para um conto dramático «Das Reh». E com dezaseis anos escreve no gôsto shakespeariano aquelas scenas a que dá o título de «Sommernacht», reveladoras do seu grande génio e que por isso o poeta sempre citava com orgulho (Ludwig Tiecks nachgelassene Schriften. Bd. I, unter der Rubrik «Dramatisches und Lyrisches»).

De entre os autores da mesma época, impressionou-o sôbretudo Ben Jonson, pelo humorismo dos caracteres, como polemista e satírico terrível. Tentou mesmo refundir a «Volpona que desejava adaptar às condições do teatro moderno. Mais tarde traduz «The Tempest» que classifica de «grösste unter den dramatischen Vollkommenheiten» que não chegou a ser representada, e escreve um trabalho sôbre o maravilhoso shakespeariano — Abhandlung über Shakespeares Behandlung des Wunderbaren — que destinava à Thalia de Schiller, mas que apareceu em Berlim em 1796. (Cfr. Recension von A. W. Schlegel, S. W., XI, 16 ff.). No «Prinz Zerbino oder die Reise nach dem guten Geschmack« que quanto ao assunto se pode considerar um amalgama do «Midsummer-night's dream» de Shakespeare, e do «Triumph der Empfindsamkeit» de Goethe, passa em revista todos os géneros de pedantismo: a erudição académica, o rigorismo métrico e prosódico, os jornais da época, as descrições de viagens de Nicolaï, o teatro moralizador (Menschheitschwächen bessernde Theater), a filosofia da Aufklärung, os romances da moda, o filantropismo, etc. Como contraste mostra-nos o Jardim da Poesia, em que passeiam os quatro santos «die heiligen Vier», Goethe, Shakespeare, Dante e Cervantes.

Também Tieck publicou no seu «Pœtisches Journal» os «Briefe über Shakespeare», onde aprecia o grande dramaturgo como o poeta dos poetas, que lhe dá a chave para a compreensão do divino, na arte e na natureza. É igualmente digna de nota a memória — Ueber die Kupferstiche nach der Shakespearegalerie in London, — em que protesta contra as barbaridades cometidas pelos pintores que ilustram a sua obra. O pintor deve esforçar-se por compreender a concepção do poeta, não se limitando a uma simples cópia do teatro.

Como Tieck, também Augusto Guilherme Schlegel, ainda na escola, leu Shakespeare na tradução de Eschenburg. Já em 1789 se propuzera com Bürger adaptar à scena alemã o «Sonho de uma noite de S. João». O método de Bürger, como podemos julgar pela sua tradução do Macbeth, de pouco mais valor que a tradução de Schröder, pois preocupa-se apenas com as necessidades teatrais, não podia satisfazer o rigor filológico e o senso estético de Schlegel. A ideia de uma tradução fiel e verdadeiramente poética de Shakespeare é exposta na memória — Etwas über William Skakespeare bei Gelegenheit Wilhelm Meisters, — onde ataca a opinião de Diderot, Lessing e Engel, e defende o emprêgo da

*

A crítica alemã lisongeou o orgulho britânico e por isso os ingleses aceitaram-na sem contestação. As afamadas lições

---

rima nas traduções, mostrando como o estilo poético é o mais natural, porque só êle é capaz de nos dar «den sinnlichen Schein der Wahrheit».

Schlegel dá a entender que se trata de outra pessoa, de um admirador de Shakespeare; guarda rigoroso incógnito sôbre os seus planos que anuncia, no dizer do poeta, «auf einem Umweg», acabando por desenvolver uma verdadeira teoria da tradução. Nas *Horas*, de colaboração com sua mulher Carolina, filha do afamado professor de Göttingen, Michaëlis, e viuva do Dr. Böhmer, publicou outra memória sôbre «Romeo e Julieta» em que mostrou que Shakespeare possuía da arte dramática ideias mais profundas e claras, do que geralmente se supõe. Ataca Weisse que no prefácio da sua tradução da mesma obra se permitira apontar ao grande dramaturgo inglês defeitos que pelo contrário eram a confirmação do seu talento, não só artístico e poético, mas dramático. Defende sôbretudo o papel muito discutido da ama e explica a abundância de trocadilhos de palavras nesta peça pelos direitos da imaginação criadora do poeta e pela própria natureza do amor. O «Aufsatz» de Schlegel é acentuadamente apologético; a admiração a Shakespeare é entusiástica, mas sem ela não poderia levar a cabo uma obra tão grandiosa como a sua tradução que por assim dizer nos dá a chave de todos os tesouros poéticos das literaturas modernas. O inverno de 1795–1796 ocupou-o Schlegel com a tradução de Romeo; a seguir refundiu por completo a velha tradução do «Midsummer-night's dream». Scenas do Romeo e Julieta apareceram nas «Horas» de 1796 (pág. 3); uma scena da mesma peça no «Deutschland» de Reichardt de 1796 (pag. 5); outra da Tempestade nas «Horas» de 1796 (pag. 6); do Júlio César nas «Horas» de 1797. As 16 peças traduzidas até 1809, fôram: «Romeo and Juliet», «Midsummer-night's dream», «Julius Cæsar», «What you will», «The Tempest», «Hamlet», «Merchant of Venice», «As yon like it», as tragédias históricas com excepção do Ricardo III e do Henrique VIII.

Só em 1810 foi publicado o 9.º volume. Uma edição da tradução de Schlegel-Tieck foi publicada pela «Deutsche Shakespeare-Gesellschaft. Fizeram-se apenas algumas alterações sem importância, reconhecendo-se que mesmo quando Schlegel errou, raras vezes deixou de interpretar o espírito do poeta. Seu irmão Frederico consagrou também a Shakespeare um culto entusiástico; vê nele atingido o auge da poesia moderna; contrapõe à tragédia grêga, a tragédia shakespeariana, sôbretudo o Hamlet, que a seu ver pinta o máximo do desespêro «das Maximum der Verzweiflung» e cujo desenlace é «die höchste Dissonanz».

A universalidade de Shakespeare constitue o fulcro de toda a arte romântica. «A leitura de Hamlet, confessa Schlegel, impressionou-me profundamente; o objecto da obra é o desespêro heróico, isto é, um descalabro completo das fôrças mais elevadas. A causa da morte íntima de Hamlet está na grandeza da sua inteligência; sem ela seria um herói. O fundo do seu ser é um terrível *nada*, o desespêro do mundo e de si próprio». Frederico, a par de arrebatamentos exaltados, tem como Hamlet, momentos de profunda depressão moral. Mais de uma vez o perseguiu a ideia do suicídio. Atribue à razão os seus males, o seu feitio intratavel, a rudeza da linguagem e modos; sente em si uma desharmonia que o consome e o afasta de todos. Tem a consciência de que lhe falta

de Coleridge, em 1814, são o éco das ideias que há muito circulavam na pátria de Schlegel. Charles Lamb (Vid. «Essays

---

a graça e amabilidade que o inibem do convívio social. Em carta ao irmão Guilherme, de onde extráe estas notas, faz-nos curiosas revelações apreciáveis sôbretudo pela sua sinceridade: «Acham-me interessante e evitam-me. Onde chego, desvanece-se logo o bom humor; a minha sociedade oprime. Gostam de me ver de longe, como uma raridade perigosa». Confessa que de nada gosta, que não ama ninguêm (denn ich liebe nichts, gas niemand). Algures diz, sob a influência da leitura do Hamlet: «A humanidade é alguma cousa de admiravelmente belo, alguma cousa de infinitamente rico, e contudo a consciência da nossa inferioridade consome-nos a cada momento da vida. Há ocasiões até em que aquilo que mais aprecio, a minha virtude, me inveja. Qual outro Prometheu (e este estado de espírito é caracteristico dos Stürmer e dos românticos), deseja quási escalar os ceos para destronar os deuses, aspira ao infinito (sehnt nach dem Unendlichen); pretende ser o próprio Deus. «Tu sabes, responde Frederico a seu irmão Guilherme, que lhe comunicara a sua paixão por Carolina, que podes contar comigo e que por ti sou capaz até de, pelo silêncio ou pela acção, cometer o que o mundo classifica de pecado; actua com grandeza e se nada conseguires, não desanimes. Terás então uma ocasião admirável de desprezar Deus». (Vid. «Die Romantische Schule von Rudolf Haym», II Aufl. Berlin, 1906, S.ten 872 ff.).

Logo no comêço da sua estada em Berlim, Schlegel pensara em corresponder-se com o irmão e a cunhada sôbre o cómico e *humour* da obra shakespeariana. O programa para esta correspondência crítica fica pronto em 1798 e é aceite por Guilherme. (Vid. Cartas de Frederico a Guilherme de 31 de outubro de 1797, de 12 e 18 de dezembro do mesmo ano, do comêço de 1778). Não chegou, porêm, a pôr em execução os seus projectos apesar da insistência de Guilherme ainda em setembro de 1799. A propósito das investigações críticas de Tieck, tencionou dirigir-lhe uma «Epistola skakespearia».

De entre os dramaturgos alemães qae mais sentiram a influência shakespeariana, devemos citar Kleist e Grillparzer. O pessimismo do primeiro que transparece em toda a sua vida e obras e que o levou ao suicídio, lembra-nos a profunda melancolia de Hamlet, no qual admira sôbretudo a aspereza do sarcasmo e a finura dialética. Dá, porém, à psicologia de Hamlet uma interpretação diferente da dos românticos, que viam no príncepe dinamarquês semelhanças íntimas com o Werther e o Guilherme Meister; não lhe reconhece incapacidade para actuar; vê nele realizada a tragédia de um grande homem que, perseguido pelo destino e pelo seu temperamento, arrosta com as ideias de suicídio que lhe povôam o espírito para lutar, viver, criar, e de novo influir na marcha dos acontecimentos. As suas cartas estão cheias de expressões, referências, motivos shakespearianos. Kleist procurou sempre aliar a fórma pura, arquitectónica dos tragicos grêgos, com o estilo individual e realista de Shakespeare que Goethe e Schiller haviam abandonado, procurando libertar-se do demónio que em outros tempos tanto os atormentára. Em uma carta célebre dirigida a Schiller que então trabalhava no «Wallenstein», diz o autor do Fausto, que nunca lhe fôra possível pintar uma situação trágica, sem ter por ela um interesse vivo e patoló-

on the tragedies of Shakespeare») e Hazlitt (Vid. «Lectures on the dramatic literature of the age of Elizabeth») repeti-

---

gico. Confessa que já não está em condições de escrever uma tragédia, e só a ideia de um tal trabalho é suficiente para o perturbar.

As obras de Kleist, que pelo estilo, pelo assunto, pela grandeza trágica dos caracteres mais nos lembram Shakespeare, são «Die Hermannsshlacht», o drama do ódio, e a «Familia Schroffenstein», a tragédia da vingança. Grillparzer divide os artistas segundo o gráu de vida concreta que souberam dar às suas criações. Não partilhava do entusiasmo dos românticos pela Idade Média: nas obras dêste período vê apenas um esbôço; a execução não está à altura da intenção. Não admira os monumentos góticos, e durante a sua estada em Roma não se resolveu a visitar os artistas alemães que procuravam ficar fieis ao velho estilo de Nürnberg. Do próprio Niebelunglied que aprecia, pergunta:

Ob nun das Niebelungenlied
Ein episch wirkliches Gedicht?
Man hört zwar alles, was geschieht,
Allein man sicht es nicht.

Os grêgos eram para êle admiráveis criadores da beleza viva; por isso admira a sua tragédia como a poesia mais sublime que tem existido. Homero é o seu poeta predilecto. O mundo grêgo, porêm, está muito afastado da época contemporânia. A grandeza calma das suas obras não se pode conciliar com a agitação febril dos tempos modernos. Mais à vontade sente-se Grillparzer num período que nos fica mais próximo e em que as paixões se manifestavam com todo o calor, as almas se expandiam livres de qualquer sujeição e o génio artístico se revelava nas formas mais variadas. Os quadros místicos dos precursores não lhe agradavam; aos corpos magros de serafins efeminados prefere a carne bela, a constituição vigorosa, os traços firmes das figuras de Rafael. No século XVI dois homens houve, a seu ver, que souberam representar no teatro a vida em toda a sua fôrça e plenitude: Shakespeare e Lope da Vega. Shakespeare tem de tal modo a compreensão da realidade que nos fórça até a crer em inverosemelhanças. Nos seus «Studien zur englischen Literatur», pergunta: «Como explicar que os próprios êrros de Shakespeare nos causem admiração e entusiasmo? É que a verdade de Shakespeare, é uma verdade de impressão, e não de análise. A grandeza das suas criações é tão extraordinária; o seu poder de execução tão admirável que nós não pensamos em *possibilidades*, pois temos o realidade perante os olhos. O poeta tem assim sôbre a natureza direitos que temos de reconhecer ainda que os não compreendamos. Shakespeare pensa mais concretamente do que ninguêm» (Sämt. W., XVI, 50). As obras em que se reconhece mais directamente a influência de Shakespeare são a célebre tragédia fatalista (Schiksalstragödie) «Ahnfrau» e «Ein treuer Diener seines Herrn».

Entre os imitadores de Shakespeare lembremos o irmão do conhecido materialista Luiz Büchner, autor da «Fôrça e Matéria» — Jorge Büchner, que em muitos passos do seu «Danton's Tod» segue de perto ó grande dramaturgo inglês, e em que intercala também scenas plebeias de um realismo acentuado; Gottfried Keller na sua novela «Romeo und Julia auf dem Dorf», que Eduardo Engel classifica da mais bella novela

ram as opiniões correntes na Alemanha. Lessing, Goethe, Schlegel e Tieck, renovaram com profunda erudição a crítica das obras de Shakespeare e estudaram o sentido profundo, filosófico e poético do seu teatro. A escola alemã elevou Shakespeare à categoria de divindade: aos olhos de Tieck e Schlegel as reservas de Goethe mostra no Guilherme Meister, ao fazer a crítica do «Hamlet», eram um verdadeiro sacrilégio. Hoje nota-se já uma certa reacção contra o culto, o entusiasmo quási louco pelo grande dramaturgo. Ocorrem-me nessa orientação os trabalhos de Kreyssig e Rümelin.

Se em geral todos reconhecem o alto valor de Shakesqeare, nem todos estão de acôrdo na interpretação da sua obra. O crítico alemão, aplicando a filosofia à literatura, não se limita a estudar o texto do poeta; quer advinhar as suas intenções secretas, desvendar os mistérios mais íntimos, encontrar no autor a confirmação de ideias e doutrinas preconcebidas e por isso se perde muitas vezes no domínio das conjecturas. Uns como os hegelianos e sôbretudo Rosencranz e Vischer, encontram nas suas obras as leis da sciência do belo, tal como a concebem e procuram nelas a demonstração artística do panteismo. Outros como Ulrici (Vid. «Shahespear's dramatische Kunst») afirmam as ideias espiritualistas e morais do poeta e reduzem a concepções filosóficas as criações mais belas e vivas dos seus dramas.

Gervinus por seu turno vê nas suas obras lições de conduta à raça teutónica, e personifica Shakespeare não no melancólico Hamlet, cujo espírito doentio só pode entibiar caracteres, mas no activo e enérgico Henrique V.

No meio dêste conflito de opiniões opostas, o que merece o nòsso respeito e nos impressiona vivamente é esta admirável erudição do activo e disciplinado povo alemão e a profundeza com que exgota os assuntos mais vastos e complexos. E bastas razões tem para se ufanar com glória do seu trabalho indefesso, sem o que a obra de Shakespeare seria ainda hoje mistério insolúvel.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

---

que existe na língua alemã, Otto Ludwig no «Erbförster» bastante apreciado pelos modernos naturalistas, pois que aí pela primeira vez o meio é descrito com especial cuidado, destacando-se do conjunto uma «Stimmung» especial, e tambêm G. Hauptmann na comédia «Schluck und Iau» inspirada da comédia de Shakespeare «The Taming of the Shrew».

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTORICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 11, pag. 588)

D. Frei José Maria de Santa Anna Noronha, tom. II, pag. 97 e 99.—No Archivo do Paço Episcopal em Bragança conserva-se a Bulla do Papa datada de Roma em 1824 *nono kalendas junii* que o confirma bispo de Bragança. De uma carta que o cabido lhe escreveu e se conserva no Archivo do Paço Episcopal em Bragança ve-se que tomou posse desta diocese por procuração a 15 de agosto de 1824.

Embora eleito para bispo de Angra não chegou a ser confirmado em Roma. A sua biographia encontra-se na *Gazeta de Lisboa* de 12 de fevereiro de 1830.

D. Frei Manuel Nicolau de Almeida foi por el-rei eleito bispo de Bragança a 25 de julho de 1823, como elle diz em carta ao cabido que se conserva no Archivo do Paço Episcopal, mas não obteve confirmação em Roma.

D. José Antonio da Silva Rebello, tom. II, pag. 102.—Em carta datada da «Casa da Congregação da Missão de S. Vicente de Paula [Lisboa] aos 4 de fevereiro de 1832» participou ao cabido de Bragança que el-rei o elegera para bispo desta diocese (1). Foi confirmado em Roma a 2 de julho de 1832, sagrado em Lisboa a 30 de setembro seguinte; tomou posse por procuração dirigida ao chantre a 15 de outubro desse anno e pelas 3 horas da tarde do dia 27 de novembro de 1832 fez sua entrada solemne em Bragança (2).

Morreu em Almagreira pelas dez horas menos um quarto do dia 7 de novembro de 1846 (3).

---

(1) *Acordãos da 1829 a 1863*, fol. 25. *Idem, de 1804 a 1829*, fol. 82 v.
(2) *Idem de 1804 a 1829*, fol. 84 e verso.
(3) *Idem de 1829 a 1863*, fol. 41.

D. Joaquim Pereira Ferras, tom. II, pag. 110. — A carta regia da sua eleição para bispo de Bragança conserva-se no Archivo do Paço Episcopal da mesma cidade e é assignada pelo ministro José Marcellino de Sá Vargas, natural de Bragança. Tomou posse do bispado de Leiria a 30 de abril de 1853 (1).

D. José Manuel de Lemos, tomo II, pag. 112. — O decreto regio da sua eleição para bispo de Bragança é de 5 de outubro de 1853, como elle diz em carta ao cabido datada de Coimbra a 6 de novembro desse anno, que se conserva no Archivo do Paço Episcopal de Bragança. Esta mesma data lhe assignalam os *Accordãos de 1804 a 1829,* fol. 97. Ver nestas *Memorias Archeologico-Historicas,* pag. 403.

Foi confirmado bispo de Bragança em Roma no consistorio de 7 de abril de 1854, como elle diz em carta authographa ao cabido que se conserva no Archivo do Paço Episcopal de Bragaça de 27 de abril desse anno, e de Vizeu no consistorio de 18 de setembro de 1856, como declara o nuncio em Portugal ao cabido de Bragança em carta que se guarda no mesmo Archivo.

D. João de Aguiar, tomo II, pag. 113. — O decreto regio que o elegeu bispo de Bragança é de 24 de dezembro de 1856, como elle diz na carta datada de Evora a 14 de janeiro de 1857, em que participa este facto ao cabido e se conserva no Archivo do Paço Episcopal em Bragança. Deveu tomar posse da diocese por procuração, pouco antes de 29 de setembro de 1857 porque na carta que escreveu ao cabido datada de Lisboa nesse dia, guardada no Archivo do Paço Episcopal de Bragança, em resposta á que este lhe dirigiu com data do dia 20 mesmo mez agradece-lhe a solemnidade que revestiu o acto.

D. José Luiz Alves Feijó, tomo II, pag. 120. — Em carta sua datada de Lisboa a 23 de junho de 1871 guardada no Archivo do Paço Episcopal em Bragança diz ao cabido que el-rei o transferiu da diocese de Cabo Verde para esta e que no consistorio de 5 de maio desse anno foi confirmado em Roma.

---

(1) *Acordãos de 1829 a 1863,* fol. 47. Livro das Pastoraes, etc., do Vigario Capitular Amaral e Pimentel, fol. 18 v.

Acho nos meus apontamentos que o decreto regio que o apresentou em Bragança é de 20 de agosto de 1870; esqueceu-me porem de apontar a fonte desta noticia.

D. José Alves de Mariz, tomo II, pag. 133. — A 5 de fevereiro de 1912 fez imprimir e distribuir pelos parochos, para estes darem conhecimento aos fieis, uma *Circular* em que condemnava as *cultuaes* instituidas pelo governo dando-as como scismaticas e seus membros e todos os que concorriam directa ou indirectamente para a sua organização, como incursos *ipso facto* na excommunhão *speciali modo reservada ao papa,* em virtude do que o governo, por decreto de 16 de março de 1912 (1), desterrou-o por dois annos da diocese, como aos mais bispos, igualmente desterrados pela mesma causa. Mas certamente por intrigas da facção que sempre o perseguiu em Bragança, para mais o vexar afim de que não fosse viver a Coimbra, onde tinha casa, prohibiu-lhe de residir no districto desta cidade. Foi então viver a Luzo, districto de Aveiro, onde morreu a 25 de agosto de 1912.

Ainda a 14 de maio de 1912 publicou o «*Protesto do Bispo de Bragança ao Senhor Presidente da Republica Portugueza*» que é datada de Luzo, contra a excepção relativamente a elle aberta entre os mais bispos do reino, que podiam residir onde quizessem fóra da área de suas dioceses; mas não foi attendido.

Os restos martaes de D. José Alves de Mariz repouzam em Coimbra no cemiterio da Conchada, na capella sepulcral, estylo renascença, eregida por elle e por seu irmão á memoria de seu pae, que tem a seguinte legenda:

JAZIGO
DE
JOAQUIM DE MARIZ
NASCEU A 6 DE SETFMBRO DE 1807
FALECEU A 20 DE NOVEMBRO DE 1878
E DE
SUA FAMILIA

Além do Senhor Bispo, de seu pae e mãe e de uma sua

---

(1) *Diario do Governo,* n.º 66, correspondente a 20 de março de 1912.

irmã fallecida a 5 de outubro de 1915, repouza tambem neste jazigo seu irmão Joaquim de Mariz, fallecido a 1 de abril de 1916.

37.º Bispo de Miranda e 13.º de Bragança

23 de fevereiro de 1916

D. José Lopes Leite de Faria. — Nasceu em Tagilde, freguezia de S. Salvador, concelho de Guimarães a 12 de maio de 1874; filho legitimo de Antonio Lopes Leite de Faria, já fallecido, e de D. Rosa Lopes Teixeira, modestos proprietarios. É o mais velho de oito irmãos, dois dos quaes — Manuel e Gonçalo — sacerdotes, e outro — Aventino Lopes Leite de Faria — com o curso superior da Faculdade de Letras, actual professor no Lyceu Nacional de Chaves.

Foi sagrado bispo de Bragança no templo da Ordem de S. Francisco em Guimarães a 30 de jeneiro de 1916, de cuja diocese tomou posse por procuração a 23 de fevereiro seguinte, e nella fez sua entrada solemne a 14 de março do mesmo anno. Havia sido eleito bispo de Bragança a 5 de outubro de 1915.

Estudou instrucção primaria em Caldas de Vizella, povoação limitrophe da sua e secundaria em Guimarães e Braga, bem como o curso theologico no Seminario desta ultima cidade que concluiu em 4 de junho de 1894 com as mais honrosas classificações, pois foi sempre o *1.º accessit*.

Quatro dias depois, isto é, a 8 de junhô do mesmo anno, entrava como professor para o Collegio de S. Damazo, de Guimarães, onde esteve até 1899, indo no anno seguinte, a convite do arcebispo D. Manuel Baptista da Cunha, reger as cadeiras de Latinidade e Sciencias Naturaes no Seminario-Lyceu de Guimarães onde mais tarde professou outras, como Litteratura Portugueza e Philosophia Escolastica, com notavel proficiencia.

Collaborou largamente na imprensa catholica portugueza e franceza; fundou e redigiu *O Jornal de Guimarães,* semanario, cujo primeiro numero sahiu em 10 de maio de 1902 e o ultimo em 1 de agosto de 1903, e *A Restauração,* semanario vimaranense, que appareceu em 1 de dezembro de 1903 e terminou em 9 de março de 1911, nos quaes se evidenciou como habil jornalista, primoroso escritor, polemista correcto e temivel, merecendo que Pio X o honrasse com uma carta autographa e com a sua medalha.

Em 14 de março de 1911, devido ás convulsões politicas, partiu para o estrangeiro em viagem de estudo; visitou alguns paizes europeus e fixou residencia em Lourdes, na França, onde se demorou por mais de tres annos, destacando-se singularmente pelos seus trabalhos concionatorios e jornalisticos merecendo uma vez presidir ao Congresso Eucharistico de Lourdes, na auzencia do bispo de Beja, onde a sua these — *A realeza social de Jesus Christo na Eucharistia* — teve notavel retumbancia, que tudo determinou o convite de alguns bispos brazileiros para professor de seus seminarios, sendo que identica proposta já lhe havia sido feita para dois estabelecimentos congeneres em França.

D. José Lopes Leite de Faria, muito erudito e illustrado, é extremamente bondoso, affavel, de maneiras singelas e attrahentes a ponto de jámais esquecer a sua conversa e de se desejar o seu convivio despido de auctoritarismos. Do seu zelo pela causa catholica, que nelle parece revestir fórmas de absorpção completa, assaz fica dito e ninguem achará exagerado o numero em media de 250 sermões annuaes que pregava antes do episcopado e pouco menos agora, tanta é a fluencia da sua dicção e a vastidão de seus conhecimentos, repassados dessa sciencia biblio-patristica, infelizmente tão descurada em nossos pulpitos, que procuram na mais eivada litteratura profana confirmação a seus discursos. É que elle possue em alto grau o *ars artium* e seus sermões, sem deixar de fallar aos sentidos e ao espirito, descem ao coração onde não chegam outros porejados de nomes retumbantes como anti-catholicos.

Além da collaboração já dita tem escrito:

Da Eloquencia Sagrada, Dissertação, por Emilio Berardi, conego penitenciario e porofessor de Theologia moral e pastoral no Seminario de Faenza. (Traducção). Guimarães, Typographia Minerva Vimaranense, 1905, 16.º de 36 pag. Teve segunda edição em 1906 na mesma tppographia.

Os Beneficios da Confissão, por F. J. D'Ezerville. (Traducção e accomodação portugueza). Guimarães, mesma typographia, 1905, 16.º de 58 pag. e 1 de indice.

As Bem-aventuranças Evangelicas postas ao alcance de todos, pelo padre Deville, doutor em theologia. (Ttaducção). Guimarães, mesma typographia, 1906, 16.º de 62 pag. e 1 de indice.

Conselhos sobre Educação segundo o veneravel Sarnelli.

(Traducção e accomodação portugueza). Guimarães, mesma typographia, 1907, 16.º de 110 pag.

Recordação de meus estudos (primeira série), pelo auctor do *Methodo para formar a infancia na piedade.* (Traducção e accomodação portugueza). Guimarães, mesma typographia, 1907, 8.º de 46 pag. No mesmo anno, typographia e formato sahiu a segunda série deste opusculo em 50 pag.

Porque não haveis de commungar todas as manhãs em que ides á missa. (Traducção). Guimarães, mesma typographia, 1908, 16.º de 30 pag. e 1 de indice. Teve segunda edição em 1909 na mesma typographia e formato em igual numero de paginas.

A Edade de Admissão á Primeira Communhão, Decreto da S. Congregação dos Sacramentos (8 de Agosto de 1910) com commentarios do Card. Gennari, Pref. da S. C. C. Guimarães, mesma typographia, 1911, 16.º de 39 pag. e 1 de indice.

Diccionario Apologetico da Fé Catholica, de Jaugey. Porto, 1910. Desta obra traduziu o 1.º volume e quasi todo segundo.

Como bispo temos a registar o seguinte:

13 de julho de 1916. Provizão. — É impressa numa lauda de papel sem indicar typographia, nem lugar da impressão.

O Semiador, Revista Religiosa e Boletim Diocesano de Bragança. Publicação mensal in-8.º de 50 a 60 paginas, composta e impressa na Typographia Minerva de Guimarães, de que sahiu o 1.º numero em janeiro de 1917 e conta ao presente onze todos cheios pela prosa elegante do sabio e virtuoso Prelado.

Tomo II, pag. 126 e tomo IV, pag. 603. — O bacharel José Maria da Cunha ainda chegou a ser proposto a Roma para bispo pelo ministro da justiça Julio de Vilhena em setembro de 1882, e uma das razões que o levaram a fazer tal proposta foi: «a circunstancia de ele ter em certa ocasião reconhecido a prerogativa do governo português na insinuação do vigario capitular de Bragança contra a vontade de alguns membros do cabido» (1). Roma não fez caso da proposta do piedoso abbade de Santavalha, onde nunca residiu, para bispo e

> Os crentes, que a proposta terrivel escutaram
> Aos peitos os canones apertaram.

---

(1) Dr. Julio de Vilhena, *Antes da Republica,* 1916, tom. I, pag. 109.

Tomo II, pag. 149. — Ás noticias bibliographicas, ethnographicas e historicas ahi apontadas antepoz mais as seguintes de que nos mandou copia o nosso bom amigo José Manuel Miranda Lopes, prior de Argozello, diligente investigador, que as extractou do livro «*Capitulos das Vesitas feitas á Egreja de Caçarelhos do concelho de Vimioso*» existente no archivo da mesma freguezia que alcançam de 1623 a 1674.

D. Frei João de Valladares

27 de julho de 1623. — Visita a igreja de Caçarelhos o Dr. Pedro Annes da Gama, abbade de Villa Chã da Barciosa, de ordem do bispo D. Frei João de Valladares. Manda: que se tire uma esmola no povo pelas eiras para as freiras de Vinhaes: que o abbade de Caçarelhos faça «telhar a casa que destelhou da capella de Andres de Fresno que esta obrigada a hua missa ou obrigara a ella outra propriedade de raiz que valha tanto e mais que a dita casa ao dito vinculo»: que o administrador dos bens da dita ponha duas corrediças na capella de Nossa Senhora da Conceição do dito Andres de Fresno. Este Andres de Fresno deixou em testamento uma casa para servir de hospital e «uma terra de faceira que está onde chamão Vale da arca que parte com Bertolameu Torram e Antão Ferreiro..... e do rendimento se comprassem mantas e roupa para o ospital que deixou o dito Andres de Fresno». Na visita de 24 de maio de 1667, feita pelo Dr. Affonso de Moraes Colmieiro, chantre na Sé de Miranda, constando-lhe que tinham deixado cahir a casa deste hospital manda ao então administrador Antonio Pires que a reforme bem como as camas. Outro sim nesta mesma visita se prohibe sob pena de excommunhão e 50 reis para a Sé e meirinho que os clerigos vão comer nas festas, officios de defunctos e baptizados a casa dos interessados nestas funcções.

30 de junho de 1624. — Visitador pelo bispo acima dito o Dr. Manuel Correia de Aguillar, abbade de Monforte de Rio Livre. Recommenda o peditorio para N. Senhora da Sé de Miranda e para as freiras de Vinhaes, e manda que os freguezes comprem livros para o registo parochial. O registo parochial data de 1536 em que o arcebispo de Lisboa, cardeal D. Affonso o mandou adoptar sendo depois generalizado pela Igreja no Concilio de Trento (1).

---

(1) *Anno Historico,* tom. I, pag. 660.

21 de maio de 1625. — Visita a igreja de Caçarelhos o bispo D. Frei João de Valladares.

20 de junho de 1626. — Visitador na diocese pelo bispo Valladares o licenceado Antonio Tello, abbade de Castro Roupal, que impõe certas obras na capella de Nossa Senhora. Tornou a visitar esta igreja pelo bispo D. Jorge de Mello a 14 de maio de 1629.

29 de setembro de 1627. — Visitador na diocese pelo bispo acima dito, o Dr. Gaspar da Fonseca Pacheco, abbade de Chacim. Manda que o administrador da capella de Nossa Senhora, fundada por Andres de Fresno, repare a casa do hospital deixada em testamento pelo mesmo fundador.

D. Jorge de Mello

Novembro de 1628. — *Provizão* do bispo D. Jorge de Mello. Prohibe ao clero o uso de *carapuça de rebuço* mesmo em suas cazas e de fato de côr, permittindo comtudo que tragam pardo quando andarem por fora devendo o casaco descer dois palmos abaixo de *geolho*. É datada de Miranda.

28 de novembro de 1628. — *Provizão* do mesmo bispo. Manda que os parochos ensinem a Doutrina Christã todos os domingos e dias santificados aos filhos e filhas de seus freguezes. É datada de Miranda.

29 de novembro de 1628. — *Provizão* do mesmo bispo datada de Miranda. Prohibe, sob pena de 20 cruzados, a cohabitação dos esposados antes de serem recebidos, por estar informado que algumas pessoas, logo que estavam juradas, viviam como casadas de portas a dentro com grande escandalo.

Dezembro de 1628. — *Provizão* do mesmo bispo mandando que os parochos assistam ao moribundos ajudando-os a bem morrer.

14 de dezembro de 1628. — *Provizão* do mesmo bispo relativa ao matrimonio. Manda que os parochos não recebam sem sua licença os conjuges estranhos á diocese ou que tenham ausencias superiores a seis mezes, devendo apresentar certidão de banhos corridos nas terras de sua naturalidade, declarando nella a idade e os signaes do corpo e rosto dos contrahentes, porque alguns se cazavam estando obrigados em outra parte por esponsaes do futuro.

14 de junho de 1630. — Visitador na diocese pelo bispo acima dito o licenceado Francisco Luiz, arcediago de Mirandella. Manda: que o cura e freguezes de S. Joannico reco-

nheçam a igreja de Caçarelhos como sua matriz e que no dia da festa de S. Pedro vão alli, pelo menos uma pessoa de cada casa, assistir á procissão juntamente com o seu cura e o mordomo com a cruz: que nos officios de defuntos se deem oito vintens aos clerigos assistentes, se as missas forem cantadas e sete sendo rezadas, sem jantar nem collação alguma.

23 de dezembro de 1630. — *Provizão* do mesmo bispo dada em Miranda sobre a forma de pagar os dizimos.

29 de julho de 1631. — *Provizão* do mesmo bispo dada em Bragança. Manda que os parochos, todos os dias de preceito, recommendem á estação da missa a seus freguezes, que orem pelos agonizantes e que á hora do meio dia mandem dar signal no sino para que «ouvindoo todas as pessoas se ponham de geolhos em suas cazas, como o fazem ás Ave-Marias, rogando a Deus N. Senhor pelos agonizantes, lembrando-lhes tambem que se am de ver naquella terrivel hora da morte em que não ha mais que gloria para sempre ou condemnação eterna». Pede aos pregadores que aconselhem o mesmo e aos paes que fomentem em seus filhos e creados esta devoção.

5 de junho de 1634. — Manda ao abbade que inculque a seus freguezes a necessidade de tomarem a Bulla da Santa Cruzada: que uma pessoa idonea tire durante um anno sómente todos os domingos esmola para as obras da igreja de S. Francisco de Bragança, «visto como tem muita necessidade de reparo e os religiosos por serem mendicantes não possuirem bens alguns de seu» (1) e ordena certas obras na ermida de S. Bartholomeu e capella do Santo Christo.

«João Rodrigues instituidor da Capella: ou vinculo que deixou seu tio João Roīz: tornará a pôr no estado em que estavam as casas que desbaratou: ou apliquará á dita capella fazenda que as valha».

20 de agosto de 1635. — Visitador a licenceado Christovão Pereira, reitor de Algoso e commissario do Santo Officio.

9 de novembro de 1640. — Visitou a igreja de Caçarelhos o licenceado André da Fonseca, abbade de Villar d'Ossos.

15 de abril de 1643. — Visita a igreja de Caçarelhos o licenceado Domingos Pires Urbano, conego da Sé de Mi-

---

(1) No entanto estes peditorios de S. Francisco de Bragança continuaram pelo menos até 1672, bem como os preceituados para as freiras de Vinhaes e Nossa Senhora da Sé de Miranda.

randa..... «E porque me consta que a Ermida de Santa Luzia estava mal tratada e afumada por os que vão a guardar o facho d'este lugar e dos mais fazem lume nella mando que d'aqui em diante pena de excommunhão maior *ipso facto* nenhuma pessoa faça lume dentro della nem se recolham a ella antes o mordomo que ora e ao deante for a tenha sempre fechada, e o Padre Cura por commissão ao Cura de Genizio e Villar Secco que são os lugares que teem obrigação de assistir a guardar o facho notifique aos Parochos das ditas Egrejas que sob a dita pena mandem a seus freguezes que quando guardarem o facho não se recolham nem façam lume dentro da dita ermida».

23 de setembro de 1645. — Visita a igreja de Caçarelhos o Dr. Gaspar de Sá, abbade de Cercio, commissario do Santo Officio. Devido á luta que então mantinhamos com Hespanha, não preceitua obras, apenas manda concertar a cruzinha da paz, que se beijava quando se dava o pão bento «por estarem [os de Caçarelhos] tão inquietos e arriscados neste logar tão perto da raia com quem temos guerra».

17 de junho de 1674. — Visita a igreja de Caçarelhos o Dr. Francisco Simões de Sousa, arcediago de Bragança e «informado que nas occaziões dos mortuarios vinhão os anojados acompanhando os defunctos com plantos desentoados, e palavras indecentes, e perturbão aos sacerdotes naquelle ministerio, e por ser este abuso indiscreto e que nesta acção se não da algũ allivio a alma do defuncto antes perturbação as ceremonias e ritos louvaveis da Igreja mando que d'aqui em diante os ditos anojados sob pena de excommunhão não acompanhem os taes enterros, e em cazo que queirão acompanhar o fação sem os ditos plantos e queixas desordenadas». Já na visita de 15 de abril de 1643 se havia feito igual prohibição.

30 de dezembro de 1674. — Visita a igreja de Caçarelhos o Dr. Garcia dos Anjos, mestre na sagrada theologia. Prohibe sob pena de excommunhão maior *ipso facto* e de cinco cruzados de multa a caça e apanha de enxames alheios.

Tomo II, pag. 326. — A Cruz de Pedra, isto é, o monumento architectonico ahi memorado, foi destruido e removido para o cemiterio publico onde hoje se encontra a 16 de junho de 1875 (1).

---

(1) Conego Manuel Antonio Pires, *Manuscriptos*.

Tomo II, pag. 460. — «A igreja do convento da Louza [Moncorvo] que era em estylo gothico e de tres naves depois de expulsos os frades em 1834 foi accomodada a uma grande fiação de sedas pelo celebre negociante francez Germonte e por ultimo convertida em estabulo de gado lanigero e depois ardeu e destruiu-se tudo» (1).

Tomo IV, pag. 600. — Sobre o Scisma dos Monachos que então grassou por quasi todo o reino, ver *Memorias para a Historia d'um Scisma (1832-1842),* pelo illustrado prior de Villa do Conde, José Augusto Ferreira, 1917.

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

(1) José Augusto Tavares, abbade de Carviçaes, in *Legionario Trasmontano* de 25 de dezembro de 1914.

CORRESPONDENCIA DO CONDE DE CASTELMELHOR COM O P.E MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

(Cont. do n.º 11, pag. 574)

Tinha Simão de Vasconcellos feito novas instancias junto ao Principe a fim de este dar licença ao Conde para mudar de residencia para outra côrte, já que não lhe permittia voltar ao reino. Não encontrando argumentos para rebater aquelles com que Castelmelhor reforçava o seu pedido, D. Pedro refugiava-se num silencio ominoso: «meu irmão me escreve como Sua Alteza, que Deus guarde, lhe responde no tocante a sair eu desta côrte; não diz sim nem não, e como isto esteja nestes termos, sem culpa cada hum pode interpretar o que melhor lhe estiver». Parece que o governo queria que o Conde tomasse a resolução de que tantas vezes tinha fallado, para depois lhe exigirem as responsabilidades de o ter feito sem licença expressa. Pouco lhe tinha aproveitado a estada em Turim e o seu procedimento exemplar, pois que os inimigos não ficaram aplacados. É elle proprio que o diz.

Talvez com o intento de contemporisar, o Confessor, que era fino politico, mandou-lhe propôr um casamento vantajoso para seu filho. Castelmelhor, como pae affectuoso, acolheu jubilosamente a ideia, mas fez notar que para concluir o negocio era preciso que elle estivesse em sua casa, estranhando que o Jesuita o tivesse esquecido. Ao Padre Fernandes não faltava a subtileza, mas devia ter-lhe custado encontrar cabal resposta á carta que se segue.

R.mo P.e Confessor (1). — Não he pequena a confusão em que me deixa esta carta que V. R.ma me fez mercê escrever

---

(1) Nota á margem: *Particullar; sobre o cazamento do Filho.*

de 4 de fevereiro: vejo nella effeitos de bondade de V. R.ma para comigo e minha casa, e isto que não he novo em V. R.ma fazer, nem em my o receber seus favores, me deve alegrar, como em effeito confesso que a continuação daquelles he o allivio de meus trabalhos; de outra parte vejo que V. R.ma me propoem hum negocio de muita utilidade para my e minha casa, e que juntamente não se quer lembrar da impossibilidade que eu tenho em o tratar, e concluir daqui; ponha V. R.ma isto diante dos olhos por me fazer mercê, e concidere que não nacendo eu das ervas, convem a my e a meus filhos que os seus casamentos se fassão daquella maneira que a rasão pede. Como se dá caso que me diga V. R.ma que, ou estando eu em Portugal, ou estando em Turim, despois de oito annos de ausencia de minha casa, trate o casamento de meu filho; isto confesso a V. R.ma que me confunde.

P.e R.mo, este negocio, que eu acho de grande utilidade para minha casa, não se pode tratar nem concluir estando eu em Turim: fassa V. R.ma (já que conhece que convem ao Reyno) que eu me retire a elle, o que eu entendo que V. R.ma conhece, porque sabe que não convem ao Reyno, nem ao Principe nosso Sn.r, que se deixe de fazer rasão a todos, quanto mais a hum vassallo como eu, que hé filho de bons Pays, pois só por este verso entendo a conviniencia que o Reyno terá em que me retire a minha casa: fassa V. R.ma, digo, que S. A. me mande retirar a ella e então se poderá tratar este negocio e concluir, comonicando eu com os meus parentes, e veja V. R.ma que não digo só tratar, se não concluir. De outra maneira, para com Deos, para com o Mundo e para com meus filhos, ficarei desculpado de não buscar o meu bem e o seu delles, sendo me mostrado, e sendo me impossiveis os meyos de o faser; perdoe me V. R.ma e seguresse que nenhuma cousa he necessaria para eu fazer a união que V. R.ma me diz, senão querela quem V. R.ma sabe (1). Ha muitos dias que me conheço e tenho rasão de me conhecer, e por isto creyo que a minha suficiencia he nenhuma, e afirmo a V. R.ma que de toda a fortuna passada tenho por certo não se me dever nada, nem se me poder atribuir nada a my, como pelo contrario dos erros todos forão meus; nisto tenho huma vantagem sobre muitos,

---

(1) Parece allusão a um inimigo capital que mais que os outros punha obstaculos ao seu regresso. Seria o Duque de Cadaval ou a Rainha?

porque creyo com o mundo que os acertos são de outros, e os erros são meus, o que o mundo de outros pode crer e elles não concordarem com esse mundo na mesma opinião. V. R.ma sabe de my a minha vontade, resta que procure que S. A. que Deos guarde, me dê o meyo de a executar: espero que V. R.ma alcance de S. A. a licença para me retirar a minha casa, donde farei tudo que digo a V. R.ma, a quem pesso me dê em que o sirva. Deus guarde a V. R.ma muitos annos. Turim, 28 de março de 1675.

Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

É escusado dizer que este novo pedido teve o resultado dos outros, e o Conde não hesitou mais. Havia oito annos que elle tinha sido obrigado a fugir de Portugal para salvar a vida, e seis que viera residir para Turim, em obediencia á vontade de D. Pedro. Neste tempo o seu proceder fora o mais correcto possivel: vivia como particular, não se intrometendo na politica do seu pais. Chegou a dizer numa carta que nem até criticava os ministros portugueses, o que não é crivel, embora fosse extraordinaria a prudencia de que dava provas — tudo com o fim de conseguir licença para regressar á sua casa. Se se pode dar crédito ás suas declarações repetidas, e parecem sinceras, a sua unica ambição agora era viver para a sua familia. Profundamente desilludido, tinha renunciado para sempre á politica, embora como homem intelligente seguisse com interesse a marcha dos negocios publicos em Portugal e por toda a Europa.

O governo de Lisboa sabia tudo isso, quer por intermedio da Duqueza de Saboia, que se carteava regularmente com a Rainha, quer pelos seus representantes no estrangeiro, quer por alguns ecclesiasticos que tinham ido a Turim visitar o Conde e talvez vigiar-lhe os passos; mas a sua paciencia, que causára admiração aos que o trataram e sabiam o grande papel que tinha desempenhado em Portugal, não aplacava os seus inimigos, e a intervenção de Luis XIV não tinha mais resultado que as supplicas que o foragido e os seus parentes não se cançavam de dirigir ao Principe. O exilio tinha toda a apparencia de ser perpetuo. Determinou pois Castelmelhor neste anno de 1675 ir pessoalmente a França e Inglaterra, para, servindo-se das antigas relações com os Reis e ministros, obter apoio que obrigasse os seus compatrio-

---

(1) Codice 4174, fl. 248.

tas a fazer-lhe justiça. Em 9 de junho participou a deliberação ao Confessor, e embora eu supponha que este interviesse com os argumentos costumados, o insulto que o Conde recebêra do governo de D. Pedro, que prohibiu ao embaixador portugues em Turim de lhe fallar, sem duvida fortaleceu, a sua resolução e explica o tom decidido, embora cortez, das cartas posteriores.

Não mais estava disposto a deixar-se enganar, e sem embargo do Confessor informar em julho que D. Pedro já tomára «ponto na sua mente» sobre elle, declarou terminantemente: «no negocio em que V. R.ma me faz mercê falar, disse já que me parecia: segure-se V. R.ma que persisto na mesma resolução».

Nas cartas de 14 e 27 de setembro explicava um por um os motivos que justificavam a sua viagem, feita com licença da Duqueza de Saboia, que lhe dera cartas de recommendação para os Reis de França e Inglaterra e lhe dizia palavras «de grande consolação para my e de grande honra», promettendo escrever á Rainha de Portugal, sua irmã, o disgosto com que ficava de ver o Conde partir sem ser para a sua casa.

Não podia a Duqueza, ou não queria, comprehender os rancores da côrte de Lisboa (1).

R.mo P.e Confessor (2). — Sei que V. R.ma passa com saude, o que estimo como devo á obrigação que professo a V. R.ma: aqui se acha S. A. real com huma febre terçam doble continua, mas sem nenhuma aparencia de malignidade. Eu o vi hoje, e de vagar; não parecia que tinha mal; Deus lhe dê saude, que he muito necessaria a todos seus vassallos e tambem a todos seus creados, no qual numaro entro eu. He possivel, P.e R.mo, que estamos no oitavo anno, e que estamos como no primeiro dia, pelo que me toca a my? Prometto a V. R.ma que não cuidei nunca que esta corte me havia de valer tam pouco, e no mesmo tempo faço saber a V. R.ma que sou obrigado a buscar outras, e assi faço conta de ir á de França e Inglaterra, adonde S. A. tem ministros que o informarão do meu procedimento. Fica justificada com o mundo a minha acção, pois que não basta nenhum tempo para abrandar meus inimigos afim que deixem que S. A. me

---

(1) Vide *Quadro Elementar*, tom. IV, parte 2, pag. CCLVIII, *nota*.
(2) Nota á margem: *Sobre ir para França e Inglaterra.*

fassa justiça. Espero em Deos que conhecerá o dito S.r sempre que não ha em mym outro desejo maes que de parecer me filho de meus Pays, que me fará conhecer sempre leal vassallo dos nossos Principes.

As novas do mundo terá V. R.ma por outra via; elle todo anda em moto; ainda avemos mister oito ou dez dias para saber a que parte se aplica Sua Magestade Christianissima. Dê me V. R.ma em que o sirva, que sempre me achará mui prompto a obedecer-lhe.

Deus guarde a V. R.ma muitos annos.—Turim, 7 de junho 675.—Maior servidor de V. R.ma—*Conde de Castelmelhor* (1).

R.mo P.e Confessor (2).—A rasão que eu tinha para não esperar, no fim de oito annos, S. A. mandasse ao embaixador que invia a esta terra que me não fale, se fundava no que V. R.ma me escreveo da parte do dito Sn.r, e no que a Rainha nossa Sn.ra repetidas veses escreveo a Madama Real em ordem á minha pessoa, e na comonicação que tive com os ministros do Principe Nosso Sn.r; como de tudo dará conta a V. R.ma, meu irmão: hora pois que vejo que não bastou nenhum destes motivos, nem o escrupulo que se pode haver de me fazerem tratar como reo, não o sendo, das pessoas com quem eu não falar, e que me não conhecem, nem tambem faserem me empenhar, e gastar o que não tenho, como tambem o ser de pouco momento poder com novas jornadas a minha saude padecer algum detrimento, parece que he rasão que eu ceda á forsa que se me faz e que accomode o meu animo a sofrer o que puder. Com esta resolução parto de Piemonte, encaminho me a França, dali o farei a Inglaterra, donde procurarei sempre mostrar que o meu procedimento he igual ao que tive athé agora, de que se segue que não pode ser mais ajustado em tudo o que toca ao serviço dos nossos Principes: pode ser que não pareça assi a meus adversarios, os quaes sejão quem forem (pois os não conheço) não devem ter pouca forsa em seus conselhos, pois vejo a resolução que comigo se toma. Se Madama real gostou com ella S. A. o explicará quando lhe parecer; a my não me toca mais que fazer conhecer no mundo que sou hum homem de bem, porque procedo, e procedi ajustada-

---

(1) Codice 4174, fl. 253.
(2) Nota á margem: *Particullar.*

mente. O incomodo que a fazenda tiver com novas jornadas, se recompensará com a estimação que se fará de my adonde eu fôr. Deos me guiará e guarde a V. R.ma muitos annos.

Turim, 14 de 7.bro 1675. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

R.mo P.e Confessor (2). — Ja no correo passado dei conta a V. R.ma da resolução em que estava de sair daqui e supposto que havia de sair, que me encaminharia a França e a Inglaterra, estimando que a multiplicação dos intercessores não possa prejudicar-me, já que Deos permitte que no fim de oito annos e sete de assistencia nesta corte, com a satisfação dos Principes della, e geralmente de todos, que eu deixo que rifirão os que aqui vierem despois que eu sair. Não sei, P.e R.mo, a que atribua a continuação de tanta disgraça. Tenho nella a consolação de que por estas partes, e pelas que andei athé agora, me tem por homem de bem; pedi liçença a Madama real, que reconheceo, despois de ouvir as minhas rasões, que eu a tinha em querer ajuntar á sua protecção as dos Reys de França e de Inglaterra, para o que me dava cartas para aquelles Principes e que escreveria á Rainha Nossa Sn.ra o disgosto com que ficava de me ver partir daqui, e que não fosse para minha casa, agravando muito o tal disgosto ver que no fim de sete annos e de se lhe ter feito esperar por tantas vezes que terião fim os meus trabalhos, ver que eu era tratado como reo e de lesa magestade sem sentença, assegurando-me que em toda a parte e em todo o tempo me estimaria muito, seguindo nisto como em tudo a intenção de S. A. R. que Deos tem, a cuja alma eu devia muito. Estas e outras palavras me disse Madama real, todas de grande consolação para my e de grande honra: nestes termos faço conta de faser jornada brevissimamente. De França e de Inglaterra darei conta a V. R.ma de tudo o que se me offerecer. Resta que V. R.ma continue a fazer me mercê e asegurar ao Principe Nosso Sn.r que nenhuma cousa me faz andar de hum lugar para outro, com os incomodos que Deus sabe, senão o dezejo de que por meyo de toda a intercessão que eu puder alcançar conseguir da piedade de S. A. licença para me retirar a minha casa; nenhuma cousa me lembra maes que isto, e nenhuma cousa farei senão o que conduzir

---

(1) Codice 4174, fl. 255.
(2) Nota á margem: *Particullar*.

a mostrar a S. A. que sou seu fiel vassallo, e que todo o mundo me tem por tal. Meu irmão poderá diser maes ao largo estas rasões; dê me V. R.ma em que o sirva, que o farei como devo.

Deos guarde a V. R.ma muitos annos. — Turim, 27 de 7.bro 1675. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Castelmelhor chegou a Paris nos primeiros dias de novembro, segundo Fernando Palha (2), e logo foi visitado pelo seu amigo, o embaixador portugues Duarte Ribeiro de Macedo, que da parte do Principe D. Pedro o intimou para voltar a Italia em quinze dias, sob pena de ser julgado por desobediente. Se é extraordinaria esta ordem tirannica, não é menos para admirar a promptidão com que o Conde se dispunha a deixar um sitio onde estava ao abrigo de qualquer coacção, para fazer uma viagem comprida e dispendiosa no meio do inverno. Um religioso mal podia dar maior prova de obediencia ao seu superior. Comtudo não lhe foi possivel partir dentro do praso marcado, por ter de esperar «o meyo de poder andar por estalagens» (3); mas em 28 de dezembro informou o Confessor de que tencionava começar a jornada em 4 de janeiro de 1676.

Estes incidentes veem descriptos nas cartas de 15 e 28 de dezembro.

R.mo P.e Confessor (4). — Já de Turim dei conta a V. R.ma das causas que me movião a sair daquelle estado, e assi não será necessario tornar a repetilas. Direi só a V. R.ma o que creyo lhe será ja patente e he que Duarte Ribeiro me veyo buscar, para me dizer da parte do Principe Nosso Sn.r que me ordenava, sob pena de inobediencia, de partir para Turim dentro de 15 dias, que só daquella corte podia esperar algum recurso. São quasi sete annos que V. R.ma me significou que S. A. mostrava gosto que eu fosse para aquella parte, ou para melhor dizer maes de sete annos; logo fui, como agora faço. Pesa me que se me ponha o preceito de inobediencia, porque poderá parecer menos voluntaria a mi-

---

(1) Codice 4174, fl. 256.
(2) *Op. cit.*, pag. 32.
(3) Carta a D. Pedro citada por F. Palha, *op. cit.*, pag. 35.
(4) Nota á margem: *Particullar: de Paris.*

nha volta áquella parte. Se se quiz provar o meu procedimento, o tempo o tem mostrado, se a minha obediencia se quer provar, esta acção que faço agora a manifesta. Eu espero que S. A. seja servido mandar defirir ao meu requerimento, porque a minha fazenda não me permete o viver muito tempo fora da minha casa, com os gastos que tenho feito athé agora, e a creação de meus filhos requer a minha assistencia. Queira V. R.ma apoyar este requerimento e faser conhecer ao mundo que procura que S. A. fassa em me difirir huma obra dignissima da sua justiça e da sua clemencia. Ao serviço de V. R.ma não faltarei, a quem Deus guarde muitos annos.

Paris, 15 de dezembro 1675.—Maior servidor de V. R.ma —*Conde de Castelmelhor* (1).

R.mo P.e Confessor. —Eu não tenho de novo que diser a V. R.ma maes que no dia de 4 do mez que vem torno a Turim Este acto de obediencia parece que deve montar alguma cousa. Por amor de Deos que represente V. R.ma a S. A. a rasão que eu tenho para esperar que se tome termo comigo; não ha fasenda, nem saude para tanto. Eu deixo de representar as dificuldades que podia ter para tornar a Turim, na saude, e na fasenda, porque não quero que se veja outra cousa, senão que obedeço promptamente. Ajude V. R.ma este requerimento, que espero na justiça de S. A. que lhe difirirá; dê me V. R.ma em que o sirva que o farei como devo.

Deos guarde a V. R.ma muitos annos. — Paris, 28 de dezembro 1675. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (2).

Chegado outra vez a Turim, o Conde escreveu ao P.e Fernandes noticiando as honras com que fora recebido pela Duqueza, que agora mais que nunca estava empenhada em seu favor. Vê-se que elle proprio nutria esperanças de que a prova de obediencia que acabava de dar resolvesse o seu negocio. Enganou-se.

R.mo P.e Confessor (3). — Ja no correo passado se tera sabido nessa corte da minha chegada a esta. Parecerá que eu não

---

(1) Codice 4174, fl. 262.
(2) Codice 4174, fl. 263.
(3) Nota á margem: *Particullar: despoes de voltar para Turim.*

haja feito muito; respondo que tenho feito quanto posso por mostrar que não tenho outro fim mais que retirarme á minha casa; a minha fasenda que gastei, e que gasto, a minha saude que arrisco, he certo que he alguma cousa; obedeci com muito gosto, com o mesmo me vim meter nesta corte adonde fico; as honras que Madama real me faz, e a sua imitação, toda esta corte, são as mayores que eu podia desejar. Creyo que S. A. escreverá aos nossos Principes sobre o meu negocio, e já o Conde de Atalaya terá explicado o empenho com que Madama real está nella. Espero que aquella dilligencia, este mottivo fundados no procedimento que tive, e na ultima acção de vir outra vez meterme nesta corte, dem bastante mottivo a S. A. para difirir á minha petição: fassame V. R.ma mercê de o procurar, no que alem do comodo da minha casa, será serviço particular para Madama real, pois que mostrará ao Mundo que a sua carta não me he prisão, mas remedio. Quererá Deos pôr por este caminho fim a meus trabalhos, e que deva em huma boa parte do remedio delles a V. R.ma de quem o reconhecerei sempre. Ao serviço de V. R.ma não faltarei, a quem Deus guarde muitos annos.

Turim, 1 de fevereiro 676.—Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

(Continúa).

EDGAR PRESTAGE.

(2) Codice 4174, fl. 264.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 11, pag. 579)

LATOEIROS

ALFERMIZ (JOSEPE)

«Dom Joham etc. saude. Sabede que Josepe Alfermiz, latoeiro, morador em a nosa cidade dEuora, nos emviou dizer que poderia auer coatro anos e pasaua delles que hũu Jaco Zarell o moço, judeu, morador em a dita cidade, ho demandaua, dizendo que jugara ao dinheiro seco e que lhe demandaua as penas dos jogos como alcaide da judaria que emtom era, ho quall alcaide dera por testemunha com outros hũu Abram Nauarro e tendo o dado o dito Jaco Zarrell alcaide se aqueixara e querellara delle dizendo que elle se metera a imduzir e peitar test.as que desessem como o dito Abrã Nauarro test.a contra elle dado era no dito tempo parceiro com o dito Jaco Zarell querellosso da renda dalcaidaria e que asi testemunhaua em cousa sua, pello quall elle fora presso na prissam da judaria e se procedera tanto contra elle que os arrabys julgarom a elle por liure e apellarom pella justiça e ssendo ho feito per apellaçom em a nosa sopricaçom lhe ffora dito que o feito era contra elle, e que andando elle ssolto da cadea com hũus ferropeas nos pes saira pella porta sem britar ferro nem cadea nem a porta e abrira o ambude das ferrapeas e os tirara dos pes e lançara a llongue as farapeas e amdaua amorado com teemor das nosas justiças por ello ho premderem e que o dito Jaco Zarell querellosso ho perdoara ssegundo o uer poderiamos per hũu estormento pubrico que perante nos foy apresentado que parecia ser fecto e asinado per Josepe Pynto tabeliam em a dita cumuna da judaria da dita cidade aos sete dias do mes de feuereiro do ano presente de iiijclR anos, em o quall antre

as outras cousas se comtynha que o dito Jaco Zarell desera que elle querellara do dito Josepe Alfarmiz pello que dito he e por ello fora posto feito contra elle e apellaçom viera a esta nossa corte etc. porem que elle dito Jaco Zarell lhe perdoaua todo ho conteudo em a dita querella e quall quer culpa em que lhe por ello o dito Josepe Alfermiz era e toda perda e dano que lhe por ello poderia ser obrigado segũdo que todo esto e outras muitas cousas milhor e mais compridamente eram comteudas em o dito estormento, emvyando elle sopricante pydir por merce que lhe perdoasemos nossa justiça se nos a elia por rrazom da dita querella e mallefycio della e asi da fugida da dita cadea em algũa guisa era teudo, e nos uendo ho que nos elle dizer e pydir emvyou sse asi he como elle diz e hy mais nom ha, visto o perdom da parte e querendo lhe fazer graça e merce temos por bem e perdoamos lhe a nossa justiça a que nos elle por a razom da dita querella e mallefycios della e fugida da cadea era teudo comtanto que elle pagase pollo casso principall bij^{c} rs pera a piedade e per a fugida da cadea pagase pera as despesas da nossa Relação iiij^{c}R e por quanto elle llogo pagou os ditos dinheiros –s– os bij^{c} a Esteuã Mīz, daiam da nossa capella, que os delle rrecebeo e por frei Joham de Santarem, nosso esmoller e os iiii^{c} a Aluaro Roīz, recebedor, segundo dello fomos certo per dous seos asinados e per outro de Joham Banha scpriuam em a nosa corte que os sobre elle pos em recepta porem vos mãdamos que daqui em diante o nom prendaes nem mãdes prender etc. em forma. Dada em a nossa cidade dEuora aos xiiij dias do mes de março. elRey ho mandou pellos doutores Fernã Roīz e Ruy Boto ambos seos desembargadores do paço. Ruy Fernandez a fez ano do nacimento de noso Snõr Ihũu X.º de mil iiij^{c}lR anos» (1).

DIAS (DIOGO)

Veja-se *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 89.

DIAS (PERO)

«Dom João etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que sabendo eu quamta necesydade a cidade de Tauilla

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II, liv. 13, fl. 27 v.

tem de aver nela hũu latoeyro pera as pesoas que algũa obra ouuerem mester que pertença ao dito oficio o achassem na dita cidade e o não irem busquar fora principalmente os moradores e forasteiros dos lugares dAfriqua que sempre tem necesydade das cousas do dito oficio semdo ẽformado que P.º Dīz hee boo oficial e me seruiraa bem na dita cidade, me praaz que em quamto elle na dita cidade viuer e tiuer sua temda do dito oficio aberta e fornecida das cousas que pera ello forem necesarias, tenha e ajaa de mym de temça em cada hũu anno dous mill rs., que he outro tamto como tinha João Diaz, seu pay, com as ditas obrigaçoẽs, per cujo falecimento eu fiz merce ao dito seu filho da dita tença per hũu meu aluara asynado por mym que me apresẽtou, os quaes dous mill rs. ey por bem que lhe sejam asẽtados e paguos per esta carta jerall no almoxarifado da dita cidade de Tauilla. E mando, etc. Dada na villa dAlmeirym a xix dias do mes de junho. Francisco de Varguas a fez. Ano do nacimento de nosso Senhor Ihũ $X_{\overline{po}}$ de $\overline{j}b^{c}Rbj$» (1).

FEO (SIMÃO)

Vide *Fernandes* (*Diogo*).

FERNANDES (DIOGO)

«Guomez Ribeiro Mamdouos que deis a Dioguo Fernandez latoeiro e pasauante do senhor Rey meu neto cimquoemta mil reaees que lhe mando dar a conta do que elle e Simão Feo outro sy latoeiro hão daver pellos balaustres que fazem pera a capella moor do mosteiro de Bellem conforme a hũu contrato que com elle se fez E per este que não passara pela chamcellaria com seu conhecimemto vos serão leuados em conta os ditos cimquoenta mill reaees. Francisco Lopez o fez em Lixboa a xiij de dezembro de mill e b^{c}lxxj. E eu Sebastião dafonsequa o ffiz escreuer — *Raynha* — Cimquoenta mill reaees de Gomez Ribeiro a Diogo Fernandez latoeiro e pasauante del Rey noso senhor que V. A. lhe manda dar a conta do que elle e Simão Feo outro sy latoeiro hão daver pelos balaustres que fazem pera capella moor do mosteiro

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 33, fl. 134.

de Bellem conforme ao contracto que com elle se fez E que este não passe pela chancellaria.

«Recebeo Diogo Fernandez latoeiro e pasauante del Rei noso senhor de Gomez Ribeiro os cincoenta mil reaes conteudos nesta prouisão da Rainha nosa senhora e asinou aqui em Lisboa a xiij de dezembro de 571. — *João dAlmeyda — Diego Fernandez*» (1).

LUIS (MIGUEL)

«Eu ElRey faço saber aos que este aluara virem que hauendo respeito a Miguel Luis estar seruindo com satisfação o officio de latoeiro de martello e de folha branca das obras que se fazem para os meus almazens ha seis annos por falecimento de Antonio da Costa, proprietario que foy do ditto officio, e a estar cazado com a viuua que ficou do dito Antonio da Costa, Hey por bem de lhe fazer merce da propriedade delle, com o qual não hauera ordenado nenhum a custa de minha fazenda e somente se lhe pagarão as obras que fizer segundo ordenança dos ditos allmazens; pello q̃ mando.... Pascoal dAzeuedo o fez em Lixboa a quatro de junho de seis centos quarenta e hum. Afonso de Barros Caminha o fiz escreuer. Rey» (2).

RODRIGUES (LUIS)

Natural de Lisboa, filho de Domingos Fernandes. Tomado por official de latoeiro da casa real, cujo oficio vagou por falecimento de José Luis. Alvará de 20 de outubro de 1656 (3).

PICHELEIROS

AFONSO (ALVARO)

No dia 12 de fevereiro de 1543 compareceu no tribunal do Santo Ofício, Alvaro Afonso, picheleiro, morador na rua da Cutelaria, que confirmou o depoimento anterior (4).

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico,* parte 2.ª, maço 248, doc. 38.
(2) Idem — Chancelaria de D. João IV, *Doações,* liv. 11, fl. 154 v.
(3) Idem — *Matrículas,* liv. 5, fl. 840 v.
(4) *Archivo Historico Portuguez,* vol. VII, pag. 111.

AFONSO (ANTAM)

«Carta p.ª poder trazer armas a Antam Afonso, picheleiro, morador em a cidade de Lixboa, pello dEitor de Mello, fidallgo de nossa casa, que nollo por ell pedio e nos disse que era seu amo. Dada em Santarem iii dias de janeiro de 1451» (1).

ALVARES (RODRIGO)

«Carta filhando-o por vassallo e apousentando-o logo a R.º Aluarez, picheleiro, morador em Bragaa pollo da dita cidade que nollo por elle pedio. Dada no Porto, 10 dias de fevereiro de 1466» (2).

ANES (RODRIGO)

Picheleiro, residente em Evora. Foi-lhe passada carta de privilégio a 25 de abril de 1452 (3).

COELHO (MIGUEL)

Natural de Coimbra, filho de Manuel André. Tomado por oficial de picheleiro da Casa Real. Alvará de 4 de setembro de 1666 (4).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 68.
(2) Idem — Idem, liv. 14, fl. 13.
(3) Idem — Idem, liv. 12, fl. 60 v.
(4) Idem — *Matriculas*, liv. 3, fl. 410.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Report on the progress and condicion of the United States National Museum for the year ending, por Richard Bathbun. Washington, Governement Printing Office, 1915.

Report of the Secretary of the smithsonian Institution for the year ending, por Charles D. Walcott. Washington, Governement Printing Office, 1915.

Report of the Commissioner of Education for the year ended. Volume I. Washington, Printing Office, 1914.

Report of the Commissioner of Education for the year ended. Volume II. Washington, Governement Printing Office, 1914.

Report of the Commissioner of Education for the year ended. Volume I Washington, Printing Office, 1915.

Report of the Commissioner of Education for the year ended. Volume II. Washington, Governement Printing Office, 1915.

Opportunities for foreign studentes at colleges and Universities in the United States, por Samuel Paul Capen. Washington, Governement Printing Office, 1915.

Anales de Instruccion Primaria — Año XII-XIII — Tomo XIII — N.os 1-18. Montevideo, Imp. «El Siglo Ilustrado» de Gregorio V. Mariño, 1916.

Marrocos e tres mestres da Ordem de Cristo, por Vieira Guimarães. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

O antigo Instituto Agricola e a sua obra, por Filippe Eduardo d'Almeida Figueiredo. Lisboa, Tip. Castro Irmão, 1917.

Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar — Navegação para a Madeira e Açores — Cabotagem para a madeira — Acta da sessão da Comissão. Lisboa, Imp. Nacional, 1909.

Sensações e Reflexões, por Matheus de Albuquerque. Rio de Janeiro, composto e impresso nas Officinas da Papelaria União, 1916.

Sobre a economia de Angola, por José Francisco da Silva. Porto, Tip. Costa Carregal, 1914.

Constituição positiva da Sciencia Agronomica, por Filippe Eduardo de Almeida Figueiredo. Lisboa, Tip. Castro Irmão, 1913.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e três volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.